

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

**O LONGO BONAPARTISMO BRASILEIRO (1930-1964):
AUTONOMIZAÇÃO RELATIVA DO ESTADO, POPULISMO,
HISTORIOGRAFIA E MOVIMENTO OPERÁRIO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

Área de concentração: História Social

Linha de pesquisa: Poder e sociedade

Orientador: Professor Doutor Marcelo Badaró Mattos

FELIPE ABRANCHES DEMIER

Niterói, 2012

Felipe Abranches Demier

O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964):
autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento
operário

Orientador: Marcelo Badaró Mattos

Niterói, 2012

DEMIER, Felipe Abranches 1980 -
O longo bonapartismo brasileiro
(1930-1964): autonomização relativa
do Estado, populismo, historiografia e
movimento operário
Niterói: [s.n.], 2012. 506 p.

Tese (Doutorado) – Universidade
Federal Fluminense, Departamento de
História. Área de concentração:
História Social

1. Bonapartismo – Populismo –
cesarismo– León Trotsky
I. Título

FELIPE ABRANCHES DEMIER

O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964):
autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento
operário

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

Área de concentração: História Social

Linha de pesquisa: Poder e sociedade

Orientador: Professor Doutor Marcelo Badaró Mattos

Aprovada em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (orientador) – UFF

Prof^a. Dr^a. Virgínia Fontes – UFF/FioCruz

Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos - UFRJ

Prof. Dr. Alvaro Bianchi - UNICAMP

Prof. Dr. Valério Arcary – IF/SP

DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. (Tese de doutorado em História). Niterói: PPGH/UFF, 2012.

Palavras- chave:

1- bonapartismo; 2- populismo; 3- cesarismo; 4- León Trotsky

Resumo

A finalidade deste trabalho é assinalar a presença da idéia de autonomização relativa do Estado, fenômeno histórico-político abordado por alguns clássicos do pensamento marxista, em alguns dos destacados trabalhos científicos que se dedicaram ao chamado período populista da história nacional. Mais especificamente, buscaremos expor como o conceito de bonapartismo, tal como foi trabalhado e desenvolvido por autores como Marx, Engels, Trotsky e Gramsci, se encontra presente em uma parcela da produção bibliográfica acadêmica que visou à compreensão das relações entre classes sociais e Estado no período da república brasileira localizado entre 1930 e 1964. Ademais, este trabalho também objetiva evidenciar a existência de uma relação pouco conhecida – para não dizermos simplesmente ignorada – entre essas interpretações acadêmicas sobre o período populista brasileiro e aquelas que, bem antes, no calor dos acontecimentos, haviam sido elaboradas por organizações políticas do movimento operário entre os anos 1930-1964. Mais especificamente, intentamos expor como pequenos agrupamentos de extração trotskista (ou próximos ao trotskismo), como a Liga Comunista Internacionalista (LCI), o Partido Operário Leninista (POL), o Partido Socialista Revolucionário (PSR), o Partido Operário Revolucionário (POR) e a Política Operária (POLOP) anteciparam, em suas análises conjunturais sobre o caráter político assumido pela dominação de classe no país, muitos elementos que, mais tarde, reapareceriam nas tais interpretações acadêmicas sobre o período populista. Além de todas essas questões de caráter historiográfico, o presente trabalho traz também, ao seu final, uma proposta nossa de interpretação histórica do processo político brasileiro do período 1930-1964 realizada à luz do que chamamos de uma “teoria do bonapartismo”.

DEMIER, Felipe. *Brazil's long Bonapartism (1930-1964): relative autonomy of the State, populism, historiography and the labor movement*. (PhD thesis in History). Niterói: PPGH/UFF. 2012.

Key-words: 1- Bonapartism; 2 – populism; 3 – Caesarism; 4 – Leon Trotsky.

Abstract

This work highlights the idea of a relative autonomization of the State – a social-political phenomenon discussed by some Marxist classics – in some of the important scientific works dealing with the so-called populist period of Brazil's history. It is shown how the concept of Bonapartism, as developed by authors such as Marx, Engels, Trotsky and Gramsci, is present in part of the academic production that sought to understand the relations between social classes and the State in the Brazilian republic between 1930 and 1964. In addition, evidence brought forward of a relatively unknown – or perhaps ignored – relation between that academic production and works produced in the 1930-1964 period by political organizations of the labour movement in the heat of the events. It is shown how small trotskyist groups (or groups close to Trotskyism) – such as the Internationalist Communist League (LCI), the Leninist Labourers' Party (POL), the Socialist Revolutionary Party (PSR), the Revolutionary Labourers' Party (POR) and Labourer Politics (POLOP) – appear to have anticipated, in their conjunctural analyses of the political character of class domination in Brazil, many of the elements which, later, would reappear in the academic interpretations of the populist period. In addition to those historiographic questions, the present work also advances a historical interpretation of the Brazilian political process in the 1930-1964 period, elaborated in the light of what is here called a “theory of Bonapartism”.

Sumário

Introdução geral

Bonapartismo, populismo e a nossa pesquisa

O caráter deste trabalho	3
Temática, objetivos e teses	3
Estrutura do trabalho e disposição dos capítulos	5
Duas breves justificativas	10

Parte I

A Teoria do Bonapartismo

Introdução à primeira parte

Bonapartismo e marxismo

Bonapartismo: o fenômeno e o conceito	15
Uma proposta de síntese conceitual	17
Bonapartismo e capitalismo	22
Estado, regime e governo.....	23
“Crise de hegemonia” e bonapartismo.....	31
O bonapartismo esvaziado de sentido: breves comentários sobre dois autores acadêmicos	35
Poulantzas e a <i>permanente</i> “autonomia relativa do Estado”.....	35
Losurdo e o bonapartismo onipresente.....	39

Capítulo I

As origens do conceito: Marx e Engels

Marx e o <i>clássico</i> bonapartismo francês (1848-1871).....	47
A Revolução de fevereiro de 1848.....	50
Uma república para a burguesia e a luta contra o proletariado.....	52
O domínio dos <i>republicanos burgueses e as contradições constitucionais</i>	54
Bonaparte e o <i>partido da ordem</i> contra os <i>republicanos burgueses</i>	58
A república burguesa contra a pequena-burguesia republicana.....	60
A república sob domínio da burguesia monárquica.....	62
A burguesia contra Bonaparte: Executivo x Legislativo.....	64
A burguesia contra o <i>seu</i> partido: Economia x política.....	70
2 de dezembro de 1851: o golpe de Estado contra (e para) a burguesia.....	73
Bonapartismo e política de massas.....	76
Um poder <i>acima</i> da sociedade: a <i>autonomização relativa do Estado</i>	78
O Estado e a “classe” camponesa: a ideologia bonapartista.....	81
Bonapartismo e desenvolvimento capitalista.....	82
Engels e o <i>bismarckismo</i> alemão.....	84
Bonapartismo: as revoluções “de cima para baixo”	85
Bonapartismo: uma forma excepcional de Estado.....	88
<i>Atraso</i> e bonapartismo: o caso alemão.....	89
Bonapartismo: um caminho político para a modernização retardatária.....	92
Capitalismo <i>tardio</i> e o “duplo equilíbrio” bonapartista.....	93
Do absolutismo ao bonapartismo.....	96
Bonapartismo, corporativismo e massas populares.....	97

Capítulo II

As perspectivas de dois revolucionários do século XX: Trotsky e Gramsci

León Trotsky e os vários bonapartismos	101
História e bonapartismos.....	101
O “complicado” bonapartismo alemão (1930-1933).....	104
O bonapartismo francês “semiparlamentar” (1934-1940).....	112
O bonapartismo periférico.....	121
<i>A lei do desenvolvimento desigual e combinado</i> : um breve histórico do conceito.....	124

As origens do conceito de desenvolvimento desigual e combinado.....	131
A revolução na China e o amadurecimento do conceito.....	134
Itália, Índia, Espanha e África do Sul: outras aplicações do conceito.....	137
A Revolução Russa: demonstração histórica da validade do conceito.....	139
América Latina: último campo de observação conceitual.....	148
Totalidade e internacionalismo em León Trotsky.....	150
Trotsky e o papel contra-revolucionário das burguesias <i>atrasadas</i>	161
Os “bonapartismos <i>sui generis</i> ” da América Latina.....	176
O “bonapartismo soviético”.....	183
Antonio Gramsci e os cesarismos.....	186
“Crise de hegemonia”, “crise orgânica” e cesarismo.....	187
Cesarismo <i>progressista</i> e cesarismo <i>regressista</i>	189
“Revolução passiva” e cesarismo.....	197

Parte II:

Bonapartismo e populismo no Brasil

Introdução à segunda parte

Trotskismo, movimento operário e universidade

A influência trotskista nas ciências sociais brasileiras.....	205
Uma nova <i>corrente</i> no pensamento social brasileiro: a intelectualidade “antidualista” e “antietapista”.....	207
As organizações trotskistas (ou próximas ao trotskismo) no Brasil (1930-1964).....	212
A primeira geração trotskista (LCI e POL): distantes da intelectualidade acadêmica marxista dos anos 60.....	212
O PSR: Florestan Fernandes e o trotskismo.....	215
O POR: uma experiência política e teórica para futuros acadêmicos.....	220
A POLOP: militantes, intelectuais e “teoria da dependência”.....	230
A lei do desenvolvimento desigual e combinado e a intelectualidade brasileira....	235
Organizações trotskistas e pensamento social brasileiro: dois breves comentários.....	248

Capítulo III

Bonapartismo e populismo:

Historiografia, movimento operário e as interpretações sobre o período
1930-1964

Populismo e bonapartismo nas ciências sociais brasileiras.....	251
A teoria do populismo brasileiro.....	252
Uma nova perspectiva sobre a historicidade da periferia capitalista (América Latina/Brasil).....	253
Crise de 1929, periferia e populismo.....	256
“Crise de hegemonia”, “Revolução” de 1930, compromisso e populismo.....	258
Populismo e trabalhadores: a “cidadania” das massas.....	266
Nacionalismo, estatismo e mobilização de massas.....	269
Populismo e trabalhadores: sindicalismo e corporativismo.....	271
Populismo e trabalhadores: a questão das direções políticas da classe.....	274
A crise do populismo.....	277
Populismo: o desenvolvimento da teoria.....	281
Teoria do bonapartismo e teoria do populismo: convergências.....	295
O bonapartismo nas origens do conceito de populismo: Weffort e Ianni.....	295
Populismo, burocracia e bonapartismo: Décio Saes e Armando Boito Jr.....	306
“Hegemonia” ou “revolução passiva”/cesarismo? A variante gramsciana da teoria do populismo (Régis Andrade e René Dreifuss).....	309
O bonapartismo no Brasil (1930-1964): outros autores.....	312
Visões trotskistas da dominação política no Brasil 1930-1964: bonapartismo....	323
O surgimento do bonapartismo no Brasil.....	323
Estado Novo e bonapartismo.....	325
Os bonapartismos pós-1945.....	332
Um <i>intermezzo</i> para a polêmica historiográfica: o movimento de revisão do populismo (da valorização das lutas operárias ao fetichismo do varguismo).....	336
O conceito de populismo <i>nas cordas</i> do <i>ringue</i> historiográfico: os dois <i>campos</i> da revisão em curso.....	339
Populismo e “luta por direitos”: a <i>corrente</i> historiográfica da Unicamp.....	342

<i>Como era gostoso o nosso populismo: a corrente revisionista fluminense.....</i>	350
Historiadores, política, passado e presente: uma indagação à guisa de conclusão.....	358
O bonapartismo pós-populista: o Golpe de 1964 e a ditadura militar.....	361

Capítulo IV

O longo bonapartismo brasileiro:
um ensaio de interpretação histórica do Brasil contemporâneo (1930-1964)

<i>A via bonapartista da modernização capitalista do Brasil</i>	369
<i>Domínio cafeeiro e “crise de hegemonia”</i>	370
A “Revolução” de 1930 e a emergência do bonapartismo.....	377
O bonapartismo em construção: o Governo Provisório (1930-1934).....	382
A Constituição de 1934 e a formação de um <i>bonapartismo semiparlamentar</i>	393
A escalada bonapartista (1934-1937).....	398
O “18 brumário” de Getúlio Vargas e o fastígio bonapartista: rápidas considerações sobre o <i>bonapartismo semifascista</i> do Estado Novo (1937-1945)...	423
Ditadura em crise, a guerra e o início da transmutação bonapartista (1942-1945).....	434
O <i>semibonapartismo democrático</i> ou o <i>cesarismo sem César</i> (1946-1964): algumas notas para uma pesquisa futura.....	442

Considerações finais

Teoria política, historiografia, universidade e movimento operário

Algumas palavras à guisa de conclusão	467
---	-----

Bibliografia	479
---------------------------	------------

para meus pais Elio e Cristina, pelo apoio sempre
incondicional;

para minha mulher **Bianca**,
por todo o amor e companheirismo oferecidos ao
longo desta jornada;

para meu avô **Roberto Abranches** (*in memoriam*) que,
provavelmente, não concordaria com quase nada do que está
escrito nestas páginas (mas isso nunca teve a menor importância
entre a gente)

“A *intelligentsia* russa cedo me inculcara que o próprio sentido da vida consiste em participar conscientemente da realização da história. Quanto mais penso nisso, mais parece-me profundamente verdadeiro. Isso significa pronunciar-se ativamente contra tudo o que diminui os homens e participar de todas as lutas que tendem a libertá-los e engrandecê-los. Que essa participação seja inevitavelmente manchada de erros não minimiza o imperativo categórico; pior erro é viver para si, segundo tradições totalmente manchadas de desumanidade. Essa convicção me deu, como a um certo número de outros, um destino bastante excepcional; mas estávamos, estamos bem na linha do desenvolvimento histórico, agora se vê que, por toda uma época, milhões de destinos vão seguir os caminhos que fomos os primeiros a trilhar. Na Europa, na Ásia, na América, gerações inteiras se desenraizam, engajam-se profundamente nas lutas coletivas, aprendem a violência e o grande risco, experimentam cativeiros, constataam que o egoísmo do “cada um por si” está caduco, que o enriquecimento pessoal não é a finalidade da vida, que os conservadorismos de ontem só levam às catástrofes, sentem a necessidade de uma nova tomada de consciência para a reorganização do mundo”

Victor Serge (1890-1947), em suas *Memórias de um revolucionário*
(São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 426.)

Introdução geral:
Bonapartismo, populismo e a nossa pesquisa

O caráter deste trabalho

É uma obra importante, precisamente porque nela se apresentam conjugadamente algumas das principais contribuições do pensamento dialético. Aí está aplicada a teoria da luta de classes, bem como a concepção marxista do Estado. Explica-se a maneira pela qual o Exército se envolve na política e quais são os sentidos da “politização” dos militares. No confronto entre diferentes concepções sobre a organização política da sociedade, verificamos como se manifestam os ideais da social-democracia.

Ao mesmo tempo, ficamos conhecendo a maneira pela qual a atividade dos homens, tomados individualmente e em grupo, assume significação coletiva e histórica. Ou melhor, de como as classes sociais e suas facções se apresentam nos acontecimentos, esclarecendo os seus sentidos ou inculcando-lhes novas direções. Nessa linha de reflexão, verificamos como se dá a formação da consciência, em especial como a consciência de classe e a consciência social individual conjugam-se e desencontram-se na produção dos acontecimentos. Além disso, verificamos a maneira pela qual o Estado aparece representando a “vontade geral” e em que medida ele exprime os interesses da classe dominante. O “bonapartismo”, de que falam os políticos e os cientistas sociais modernos, é um desenvolvimento da interpretação formulada nesta obra.

Em suma, em *O 18 brumário* podemos acompanhar as maneiras segundo as quais se dão os encadeamentos entre as diversas esferas da existência coletiva. Em particular, conhecemos as diferentes conexões recíprocas entre o *econômico* e o *político*. Observamos, com precisão, as maneiras pelas quais ocorrem as transições no modo de produção às relações de produção e às ideologias. Em outras palavras, nesta obra o pensamento dialético revê-nos a maneira pela qual se dá a produção da história, como dialética do real.¹

Temática, objetivos e teses

Poucos anos antes de sua morte, o intelectual e militante socialista Ruy Mauro Marini relatou que, por volta de 1962-1963, preparava sua tese de doutorado sobre o fenômeno do “bonapartismo no Brasil”. Segundo Marini, o texto da tese e demais materiais relativos a ela se perderam em 1964, quando da primeira invasão, pelo Exército, da então recém-criada Universidade Nacional de Brasília (UNB).² Ainda que não intencionalmente, aquela ação truculenta da ditadura militar (uma entre milhares) acabou por gerar uma importante lacuna temática no pensamento social brasileiro, já que não temos ciência de nenhum outro trabalho científico dedicado especificamente à compreensão das formas bonapartistas assumidas pela dominação burguesa no Brasil.

Todavia, ainda que não como objeto central de investigação histórico-sociológica, a idéia de um bonapartismo brasileiro figurou, desde o sumiço do natimorto estudo de Marini, em uma significativa parcela de trabalhos científicos realizados no país. De forma explícita ou implícita, a categoria de bonapartismo esteve presente como um elemento estruturante em muitos conhecidos estudos sobre o Brasil Contemporâneo produzidos pela academia no pós-

¹ IANNI, Octavio. “Apresentação” in MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte* [e *Cartas a Kugelman*]. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978, p. 4-5. Grifos do autor.

² MARINI, Ruy Mauro. “Memória: por Ruy Mauro Marini” (agosto de 1990) in _____. *Ruy Mauro Marini. Vida e obra*. TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 65.

1964. *É isso o que, precipuamente, este trabalho pretende apresentar e discutir.* De natureza eminentemente historiográfica, ele tem boa parte de suas páginas dedicada a expor como a noção de uma “*autonomia relativa do Estado*” em face das classes sociais – núcleo central do que aqui chamamos de uma “teoria do bonapartismo” – embasou interpretações sobre o processo sócio-político brasileiro do pós-1930 realizadas por autores como Leôncio Martins Rodrigues, Carlos Estevam Martins, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e o próprio Ruy Mauro Marini. Mais enfaticamente, procuramos demonstrar como essa noção de *autonomização relativa do Estado* se constituiu – também explícita ou implicitamente – em um dos pilares centrais das análises sociológicas que propuseram como chave explicativa para o período 1930-1964 o conceito de populismo. Desse modo, nos esmeramos em expor, um tanto quanto detalhadamente, aquilo que é a principal tese deste trabalho: a “teoria do bonapartismo” foi a base fundamental daquela que se tornaria conhecida como a “teoria do populismo (brasileiro)”, formulada e desenvolvida, nos anos 60, 70 e 80, por autores marxistas como Francisco Weffort, Octavio Ianni, Régis de Castro Andrade, René Dreifuss, Décio Saes e Armando Boito Jr.

Secundariamente, este trabalho tem por fito evidenciar a existência de uma relação pouco conhecida – para não dizermos simplesmente ignorada – entre essas interpretações acadêmicas sobre o período populista brasileiro e aquelas que, bem antes, no calor dos acontecimentos, haviam sido elaboradas por organizações políticas do movimento operário entre os anos 1930-1964. Mais especificamente, intentamos expor como pequenos agrupamentos de extração trotskista (ou próximos ao trotskismo), como a Liga Comunista Internacionalista (LCI), o Partido Operário Leninista (POL), o Partido Socialista Revolucionário (PSR), o Partido Operário Revolucionário (POR) e a Política Operária (POLOP) anteciparam, em suas análises conjunturais sobre o caráter político assumido pela dominação de classe no país, muitos elementos que, mais tarde, reapareceriam nas tais interpretações acadêmicas sobre o período populista. Retomando e desenvolvendo, assim, o que já havíamos discutido em nossa dissertação de mestrado,³ apresentamos aquela que é a segunda tese deste trabalho: *na interpretação do populismo brasileiro, o movimento operário antecedeu à academia.* Na discussão proposta, veremos como certos autores acadêmicos há pouco mencionados, quando novos, integraram – ou estabeleceram algum tipo de relação periférica com – algumas dessas organizações trotskistas (ou próximas ao trotskismo) que, entre a “Revolução” de 1930 e o Golpe de 1964, lutaram encarniçadamente contra a ordem burguesa no Brasil. Tal elemento será apresentado como um possível fator explicativo para essa espécie de *convergência analítica* entre militantes trotskistas pré-1964 e acadêmicos

³ DEMIER, Felipe. *Do movimento operário pra universidade: León Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro.* (dissertação de mestrado). Niterói: PPGH/UFF, 2008.

marxistas pós-1964 acerca do que teriam sido os aspectos centrais do processo político populista. Mostraremos, também, como tal *convergência* pode ser vista como expressão de outra comunhão epistemologicamente mais ampla entre os grupos em questão: tanto as tais pequenas organizações trotskistas (ou próximas ao trotskismo) quanto aqueles acadêmicos marxistas realizaram suas análises da formação social brasileira reconhecendo nela a existência de uma historicidade particular, resultante de sua própria natureza *atrasada*, periférica e dependente. Como veremos, não só os trotskistas militantes, como também os acadêmicos marxistas com os quais trabalharemos realizaram suas interpretações do processo político brasileiro contemporâneo tendo por base a chamada *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, de autoria de León Trotsky.

Além de todas essas questões de caráter historiográfico, o presente material traz também, ao seu final, uma proposta nossa de interpretação histórica do processo político brasileiro do período 1930-1964, realizada à luz da “teoria do bonapartismo”. Aproveitando-nos de aportes teóricos oferecidos ao longo do trabalho, e retomando questões e discussões já então anunciadas nas páginas dos capítulos anteriores, realizamos uma sintética análise da dinâmica política que, dialeticamente, acompanhou e produziu a retardatária modernização industrial do país sob o período populista.⁴ Abordando os diversos momentos e configurações específicas da *autonomização relativa do Estado face às classes sociais* existente ao longo de todo o populismo, lançaremos a última tese deste trabalho: *a transformação do secular Brasil agrário-exportador em uma moderna nação urbano-industrial se fez por um caminho bonapartista, isto é, percorreu os trilhos do que chamamos de uma via bonapartista da modernização capitalista*.

Estrutura do trabalho e disposição dos capítulos

Por questões de método de exposição – que, sempre vale lembrar, não deve ser confundido com método de investigação – optamos por organizar nosso trabalho em duas partes centrais, a saber, **A teoria do bonapartismo** (parte I) e **Bonapartismo e populismo no Brasil** (parte II).

⁴ Ao longo deste trabalho, utilizamos o termo *modernização* no sentido de desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais capitalistas, isto é, como o desenvolvimento das formas de exploração do trabalho. Como procuraremos apresentar no decorrer destas páginas, nos países periféricos do sistema capitalista esse desenvolvimento se processou (processa) de um modo em que o chamado *atraso* é constantemente reproduzido, acompanhando e estimulando sempre os elementos modernos. Assim, não tomamos a idéia de modernização tal como os chamados “teóricos da modernização”, para quem esta se apresenta como uma verdadeira panacéia para as nações retardatárias. Como também veremos, mesmo algumas correntes marxistas, adeptas de concepções “dualistas” e “etapistas” do desenvolvimento histórico, partilharam dessa visão neutra e apologética da modernização capitalista.

Parte I) A teoria do bonapartismo

Essa primeira parte, como seu próprio nome já antecipa, é dedicada à apresentação do que decidimos chamar de uma “teoria do bonapartismo”. Realizamos nessa parte, portanto, uma detalhada exposição crítica daquilo que pensamos ser as principais contribuições para o surgimento e desenvolvimento de um *corpus* teórico-analítico acerca do objeto “bonapartismo”. Dispostas cronologicamente, as análises produzidas por destacados intelectuais marxistas do movimento operário referentes ao fenômeno histórico do bonapartismo ocupam as páginas dessa primeira parte.

Em uma **Introdução à (esta) primeira parte (Bonapartismo e marxismo)**, após alguns importantes comentários inaugurais, propusemos uma síntese do conceito de bonapartismo a partir da bibliografia trabalhada nos dois capítulos subsequentes. O caráter antecipatório dessa síntese se justifica, sobretudo, pela significativa escassez de discussões acerca do próprio conceito, o que nos impede, pensamos, de prescindir de esclarecimentos prévios sobre ele em um trabalho desta natureza. Resultado de uma pesquisa acerca das principais apreensões já feitas sobre o fenômeno bonapartista, essa síntese é, também, uma proposta nossa de interpretação do fenômeno bonapartista. Em seguida, de modo breve e ainda à guisa de esclarecimento, discutimos a relação do bonapartismo com os distintos níveis das estruturas políticas (Estado, regime e governo), como também as conexões entre sua emergência e a situação histórico-social conhecida como “crise de hegemonia”. Por fim, fizemos um breve debate em torno das elaborações sobre o bonapartismo produzidas por dois marxistas acadêmicos contemporâneos: Nicos Poulantzas e Domenico Losurdo. Apontando os importantes subsídios oferecidos por estes autores à discussão do fenômeno, mostramos, entretanto, como suas concepções *mais gerais* sobre ele se distanciam daquelas formuladas por aqueles que aqui nomeamos de “teóricos do bonapartismo” (e as quais corroboramos).

Capítulo I)

O primeiro capítulo propriamente dito, intitulado **As origens do conceito: Marx e Engels**, aborda, primeiramente, as pioneiras elaborações de Marx sobre o fenômeno da *autonomização relativa do Estado em face das classes sociais*. Contidas, principalmente, nos ricos textos do autor sobre o processo político francês de 1848-1871, essas elaborações foram trabalhadas de um modo que as vinculasse ao momento histórico de seu surgimento, o que nos levou a reconstituir resumidamente a dinâmica daquele próprio processo político. Entretanto, mostramos como Marx, ao se debruçar sobre uma situação política concreta – na qual a burguesia abdicava de seu poder político para preservar seu poder social –, acabou por

lançar as bases de uma “teoria do bonapartismo”, de alcance temporal mais geral. Na sequência, nos detivemos sobre os também pioneiros escritos de Friedrich Engels sobre o bonapartismo, destacando, especialmente, o que se constituiu, a nosso ver, na sua maior contribuição para o estudo do fenômeno: as sugestivas interpretações sobre o regime político instituído por Otto Von Bismarck na Alemanha em unificação, concebido por Engels como uma *variante*, dotada de especificidades, do bonapartismo francês de Luís Bonaparte.

Capítulo II)

Neste segundo capítulo, denominado **As perspectivas de dois revolucionários do século XX: Trotsky e Gramsci**, procuramos apresentar o desenvolvimento da “teoria do bonapartismo” a partir das valiosas contribuições a ela feitas por esses dois sofisticados teóricos e militantes de filiação bolchevique. Iniciando o capítulo com a contribuição de Trotsky, trabalhamos com alguns dos muitos momentos da obra do revolucionário russo nos quais a questão do bonapartismo foi tratada de um modo mais destacado. Nessa empresa, observamos suas análises sobre o que teriam sido distintas formas de regime bonapartista presentes ao longo da primeira metade do século XX, como, por exemplo, o bonapartismo alemão pré-hitlerista (1930-1933), o bonapartismo “semiparlamentar” francês (1934-1940) e o bonapartismo estalinista da União Soviética pós-revolucionária. Com especial atenção, nos detivemos também sobre as caracterizações de Trotsky acerca dos “bonapartismo *sui generis*” da América Latina nos anos 30 do século XX, as quais, como acreditamos, possuem muitos aspectos em comum com a chamada “teoria do populismo” latino-americano (e brasileiro em particular). Nossa discussão acerca desses contraditórios bonapartismos periféricos está precedida de uma sistematizada apresentação da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* formulada por Trotsky, instrumental teórico que embasou suas análises sobre as estruturas políticas dos países *atrasados*. Findado nosso trabalho com a produção de Trotsky, procedemos a uma exposição analítica das elaborações de Antonio Gramsci acerca do bonapartismo, fenômeno que o marxista sardo optou (na maioria das vezes) por chamar de “cesarismo”. Observamos, assim, as diferenças existentes entre o que Gramsci caracterizou como sendo cesarismos “progressivos” e “regressivos”, ambos oriundos, segundo o autor, de situações de “crise de hegemonia” e “crise orgânica”. Em seguida, discutimos também as conexões existentes entre os regimes políticos “cesaristas” e os processos históricos denominados por Gramsci como “revoluções passivas”.

Parte II) Bonapartismo e populismo no Brasil

De natureza fundamentalmente historiográfica, esta segunda parte tem por objetivo primordial demonstrar a forte presença (explícita ou implícita) da “teoria do bonapartismo” em muitas das *clássicas* interpretações acadêmicas sobre o processo histórico-político brasileiro situado entre a “Revolução de 1930” e o Golpe de 1964. Fazendo um uso farto de fontes bibliográficas, mostramos, particularmente, como muitos dos aspectos definidores do conceito de bonapartismo encontram-se presentes na “teoria do populismo”. Procuramos indicar também nessa parte do trabalho os já anunciados vínculos entre as interpretações acadêmicas do processo político brasileiro do 1930-1964 e aquelas realizadas por organizações políticas de matriz trotskista (ou próxima ao trotskismo). Em um segundo momento dessa segunda parte, esboçamos, a partir da “teoria do bonapartismo” (já então discutida), uma proposta interpretativa sobre determinados momentos do processo político brasileiro compreendido entre 1930-1964.

Na **Introdução à (esta) segunda parte (Trotskismo, Movimento Operário e Universidade)**, apresentamos um pouco do contexto intelectual brasileiro (décadas de 1960 e 1970) no qual se situaram alguns dos intelectuais acadêmicos com os quais aqui trabalhamos, em especial aqueles mais diretamente ligados à “teoria do populismo”. Assim, após a exposição do que consideramos ter sido uma *corrente* “antidualista” e “antietapista” do pensamento social brasileiro, traçamos um breve histórico das organizações políticas à esquerda do PCB⁵ (LCI, PSR, POR, POLOP etc.) que, assim como alguns intelectuais componentes da referida *corrente*, propuseram leituras dialéticas da complexa realidade sócio-política nacional e chamaram a atenção para a formatação bonapartista assumida pelo Estado no pós-1930. Nesse breve histórico das organizações trotskistas (ou próximas ao trotskismo), indicamos também os expressivos contatos políticos estabelecidos com estas por parte de alguns dos membros daquela *corrente* “antidualista” e “antietapista” do pensamento social brasileiro (normalmente em suas militâncias de juventude). Por fim, expusemos os vínculos (explícitos ou implícitos) das organizações políticas e intelectuais acadêmicos em questão com a *lei do desenvolvimento desigual e combinado* de Trotsky – a qual, como veremos, encontra-se subjacente à “teoria do populismo” brasileiro, sendo um de seus pressupostos teóricos constituintes.

⁵ O partido comunista aqui fundado em março de 1922 levou o nome de Partido Comunista do Brasil (PCB), seção brasileira da Internacional Comunista (IC). Em 1961, com o intuito de reaver seu registro eleitoral cassado pelo TSE em 1947 – que, entre outros argumentos, alegou ser o partido uma ramificação de um partido internacional com sede em Moscou, o que era (é) proibido pela legislação eleitoral do país –, o partido alterou, em 1961, seu nome para Partido Comunista Brasileiro, preservando a sigla PCB. Em 1962, uma ruptura saída alguns anos antes do PCB, adotou a linha chinesa (maoísta) e fundou o Partido Comunista do Brasil, tendo por sigla PC do B.

Capítulo III)

O terceiro capítulo, **Bonapartismo e populismo: historiografia, movimento operário e as interpretações sobre o período 1930-1964**, é iniciado com uma resumida apresentação do caminho interpretativo “populista” do período 1930-1964, tal como foi proposto pelos cientistas sociais Francisco Weffort e Octavio Ianni, e desenvolvido por autores como Décio Saes, Armando Boito Jr., Régis de Castro Andrade e René Dreifuss. Essa apresentação dos principais alicerces da “teoria do populismo” abre caminho para a demonstração de nossa tese central, isto é, a de que muitos desses alicerces são derivados justamente da “teoria do ‘bonapartismo’”. Seguindo em nossos objetivos demonstrativos, fizemos uma breve exposição de algumas análises de conjuntura feitas pelas organizações à esquerda do PCB no período 1930-1964, nas quais a noção de bonapartismo apareceu como um elemento central na caracterização das formas de dominação política então vigentes no país. Na sequência, adentramos rapidamente o atual debate historiográfico sobre o populismo, tecendo algumas poucas considerações acerca das recentes propostas de revisão interpretativa do período histórico 1930-1964 (a chamada “revisão do populismo”). Prosseguindo na demonstração da relação entre “teoria do bonapartismo” e a intelectualidade brasileira, mostramos como aquela foi utilizada também por autores que se debruçaram sobre a natureza do sistema político brasileiro configurado a partir do Golpe de 1964. Em poucas páginas, apresentamos as caracterizações “bonapartistas” da ditadura militar antipopulista (1964-1985) propostas por autores como Carlos Estevam Martins e Mário Pedrosa, o que indicará ao leitor a vasta amplitude da idéia de bonapartismo no trato de nossa história republicana.

Capítulo IV)

Se ao longo do capítulo anterior nos encarregamos de apresentar a *marca bonapartista* em conhecidos trabalhos dedicados ao processo político do 1930-1964, neste último capítulo, intitulado **O longo bonapartismo brasileiro: um ensaio de interpretação histórica do Brasil Contemporâneo (1930-1964)**, procuramos mostrar como a “teoria do bonapartismo” pode ser, de fato, um profícuo instrumental de análise para o período em questão. Centrando-nos no balizamento temporal 1930-1945, mas nos estendendo até a derrubada do populismo em 1964, discutimos o que acreditamos ter sido uma *via bonapartista da modernização capitalista do Brasil*.

Considerações finais)

Em nossa breve conclusão (**Teoria política, historiografia, movimento operário e universidade**), procedemos a uma exposição do caminho traçado pela pesquisa na busca de

confirmação de nossas hipóteses, assim como apontamos aspectos parciais que certamente ainda carecem de desenvolvimento. Tentamos, também, indicar, de modo um tanto breve, alguns dos motivos que podem ajudar a explicar o silêncio quase total por parte da historiografia quanto à íntima relação entre as elaborações “bonapartistas” oriundas do movimento operário e aquelas produzidas por uma parcela expressiva da produção acadêmica brasileira voltada para o período 1930-1964.

Duas breves justificativas

1) Desde praticamente o seu nascimento, o pensamento social brasileiro produziu muitas reflexões marcadas por concepções teóricas que tomavam (tomam) Estado e sociedade como entidades abstratas e estanques. Em conhecidos e importantes trabalhos informados pela perspectiva *weberiana*, o Estado brasileiro, *grosso modo*, é apresentado como uma gigantesca deformidade burocrática, resultante, segundo alguns autores, do próprio processo de colonização portuguesa, que teria deixado em nossa formação social e, conseqüentemente, em nossas instituições públicas (quando não nas “mentalidades” do povo brasileiro), as marcas “patrimonialistas” do além-mar. Produtor e produto de uma “cultura nacional autoritária”, o Estado brasileiro, ao longo do século XX, teria se mantido como uma instituição permeada por interesses particulares daqueles indivíduos que ocupavam seus postos de comando, o que teria tornado a máquina pública do país distinta do modelo de um aperfeiçoado Estado moderno, compatível com uma forma de dominação “racional-legal”. Nessa linha de raciocínio, ao invés de terem servido à “sociedade”, os membros do corpo estatal, desprovidos de uma conduta impessoal no trato da “coisa pública”, teriam representado – e continuariam a fazê-lo, segundo alguns analistas –, somente eles próprios (“Estado cartorial”) – cabe assinalar que existe nessa perspectiva uma nítida inspiração da chamada “teoria das elites”. Numa leitura “à esquerda”, típica do período de redemocratização dos anos 1980, tal tese patrimonialista/weberiana foi traduzida como “privatização do Estado”, apresentando como anomalia o que é, de fato, a marca do Estado moderno, sua representação de interesses específicos de classes e frações de classe.

Agigantado, ultra-burocratizado e guiado por regras próprias, esse tipo de Estado estaria contraposto a – e, ao mesmo tempo, seria também fruto de – uma sociedade fraca, incapaz de construir formas associativas e representativas verdadeiramente enraizadas no tecido social, e que, por isto mesmo, não teria logrado construir uma formação estatal compatível com uma “ordem social competitiva” (urbano-industrial capitalista). Com forte influência até os dias de hoje (sobretudo entre os adeptos da escola neoliberal), essa linhagem interpretativa da formação social brasileira apresentava (apresenta) um Estado “forte” em

contraposição a uma sociedade “fraca”. Tal dicotomia, segundo alguns estudiosos, teria sido preservada e até mesmo acentuada sob o processo de modernização industrial retardatária do país, realizada, em grande parte, sob os anos da chamada “Era Vargas”. O Estado “varguista” e sua “herança burocrática e paternalista” seriam fiéis expressões desse carma que atingiria secularmente a história nacional.⁶

A nosso ver, esse tipo de perspectiva, sobretudo em função dos limites impostos por suas próprias referências teóricas, não chegou a captar mais do que a superfície do problema. Pode-se dizer, talvez, que captou a aparência da coisa, mas esteve (está) longe de apreender sua essência. Coube, então, a outros autores brasileiros, filiados à melhor tradição do marxismo não-“oficial”, avançar nas análises da formação social brasileira e dar passos importantes para a descoberta da verdadeira natureza das relações entre Estado e sociedade no país. São alguns desses autores que perfilam nas páginas deste trabalho.

Tomando o aparelho estatal como a representação política dos interesses de algumas pequenas partes da sociedade contra os interesses de outra(s) parte(s) dessa mesma sociedade (Estado de classe), esses autores marxistas⁷ perceberam que, em função da própria dinâmica do desenvolvimento capitalista brasileiro, o Estado desempenhava funções e assumia aqui formas políticas distintas daquelas presentes no mundo ocidental democrático-burguês. Devido à correlação de forças entre as classes sociais em luta, responsável, desde fins da década de 1920, por uma duradoura “crise de hegemonia”, o aparelho estatal brasileiro, ainda que representante dos interesses do conjunto da classe dominante (e, portanto, voltado politicamente contra as classes dominadas), teria adquirido em face daquela uma significativa “autonomia relativa”, produzindo, assim, uma (falsa) idéia de si próprio como um corpo burocrático *absolutamente* (e não *relativamente*) autônomo em relação às classes sociais. Tal caminho interpretativo, como já anunciamos, encontra-se baseado no que chamamos de uma “teoria do bonapartismo”.

Em nosso entendimento, resgatar esse caminho e seus principais construtores intelectuais pode vir a ser de grande valia em um momento no qual o pensamento social brasileiro (hegemonicamente conservador) atravessa uma de suas fases mais decadentes, sobretudo no que diz respeito à análise das relações entre Estado e sociedade: não só ambos continuam a ser concebidos como entidades abstratas estanques, como agora são “reconciliados” pela mais nova vertente da historiografia *revisionista*, a qual, sob a alegação de que “a sociedade” (tomada em bloco) sempre compactua de alguma forma com o “Estado”

⁶ Um balanço crítico dessa perspectiva *weberiana* de interpretação do Estado brasileiro pode ser encontrado em: SAES, Décio. “A evolução do Estado no Brasil (uma interpretação marxista)” in _____. *República do Capital. Capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 93-105.

⁷ Alguns deles se utilizando, vale ressaltar, também de aportes teóricos *weberianos*.

(liberalmente visto como “o representante geral da nação”), vem impudentemente reabilitando fenômenos como o populismo e mesmo até a ditadura militar.

2) Assumidamente *démodé*, este é um trabalho sobre regimes políticos em perspectiva marxista. Mais especificamente, trata-se de um estudo sobre o chamamos de o *longo bonapartismo brasileiro*. Esperamos, assim, dar alguns passos para que a lacuna temática deixada pelo desaparecimento da já mencionada tese de doutorado de Ruy Mauro Marini (dedicada especificamente ao “bonapartismo no Brasil”) possa começar a ser suprida. Nesse sentido, estas páginas são, de certa forma, também uma homenagem a Marini, intelectual cuja trajetória é a prova cabal de que o pensamento crítico, mesmo quando produzido nos espaços acadêmicos, não pode ser feito apartadamente das lutas sociais levadas a cabo pelos trabalhadores. Certamente, a homenagem que o presente estudo sobre o bonapartismo brasileiro pretende prestar a Marini está muito aquém da que um intelectual e militante do seu porte mereceria. Mas é uma homenagem. Do sumiço da tese de Marini, em 1964, até os dias de hoje, muitos outros estudiosos estiveram mais habilitados do que nós para realizar uma pesquisa sobre a temática em questão. Atualmente, muitos outros também o estão. Contudo, já disse certa vez o historiador polonês Isaac Deutscher que a história “opera através do material humano que [se] encontra disponível”,⁸ ainda que este material não seja o mais apropriado pra a realização das tarefas que a história exige.

⁸ DEUTSCHER, Isaac. *Ironias da história. Ensaios sobre o comunismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968, p. 53. Aproveitamos a inserção deste colchete para comunicar ao leitor que, ao longo deste trabalho, todos os colchetes (e seus respectivos conteúdos, inclusive as reticências que indicam pulo no texto) presentes em meio a citações de outros autores são de nossa autoria. Já o que estiver entre parênteses (inclusive as reticências) foi inserido pelos próprios autores das citações.

Parte I

A Teoria do Bonapartismo

Introdução à primeira parte:
Bonapartismo e Marxismo

Bonapartismo: o fenômeno e o conceito

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.⁹

Naturalmente que os doutrinários não se satisfarão com uma definição tão vaga; desejariam fórmulas categóricas: sim, sim e não, não. As questões de sociologia seriam bem mais simples se os fenômenos sociais tivessem sempre um caráter acabado. Mas nada é mais perigoso do que eliminar, no desenvolvimento de uma precisão lógica, os elementos que contrariam os nossos esquemas e que, amanhã, os podem refutar.¹⁰

De resto, o cesarismo é uma fórmula polêmico-ideológica e não um cânone de interpretação histórica.¹¹

Na ampla e heterogênea literatura marxista de cunho mais propriamente político, o vocábulo bonapartismo e suas variantes (bonapartista, bonapartistas, semibonapartismo, filobonapartismo etc.) apresentam uma frequência perceptível, ainda que, diferentemente de outros tantos mencionados à porfia e indiscriminadamente, não possam ser tomados propriamente como termos *batidos*. Suas não tão correntes aparições nos permitem, entretanto, perceber que distintos tratos, alguns cuidadosos e sofisticados, outros nitidamente reducionistas e imprecisos, já foram (são) dispensados a este conjunto terminológico.

Um típico uso que se encaixa no segundo caso é aquele no qual a adjetivação “bonapartista” é imputada a qualquer governo ou regime mais ou menos ditatorial, cujo teor repressivo, ainda que elevado, não chega a justificar, segundo a lógica do autor, a sua caracterização como “fascista”. Nesse raciocínio, muitas vezes sub-reptício, o que define o regime ou governo bonapartista é única e simplesmente o seu grau coercitivo, o nível de violência do qual lança mão o aparelho de Estado contra seus adversários políticos; tal raciocínio, muito comum em apressados documentos políticos de organizações de esquerda, parece ser embasado pela seguinte fórmula algébrica: pouca violência = democracia burguesa; muita violência = fascismo; média violência = bonapartismo. Em última análise, essa forma de proceder não expõe senão uma versão um pouco mais detalhada da tipologia utilizada pelos Partidos Comunistas estalinizados, os quais, desde o fim dos anos 20 do século XX,

⁹ MARX, K. “Introdução à crítica da economia política” in _____. *Os pensadores* (Marx). São Paulo: Nova cultural, 1999, p. 39-40.

¹⁰ TROTSKY, L. *A revolução traída. O que é e para onde vai a URSS*. 2ª edição. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2005, p. 228.

¹¹ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. (Caderno 13). 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, volume III, p. 77.

passaram a definir qualquer regime político capitalista que se distanciasse – em especial, pelo uso abusivo da violência – da forma “democrático-burguesa” como fascista.¹²

Lembremos aqui também da costumeira idéia, presente em certos ramos ecléticos da ciência e história políticas, a qual associa o bonapartismo à presença de um governante (líder) nacional que, dotado de fortes traços carismáticos, postar-se-ia como um *árbitro neutro* face às pugnas sociais e políticas internas à sociedade, buscando garantir a harmonia da nação. Nessa perspectiva, o conteúdo de classe (burguês) da dominação política bonapartista, o qual se encontra, na realidade, mediado e embuçado pela “autonomia relativa” do aparelho estatal, fica encoberto também pelas linhas desses analistas políticos, os quais confundem a aparência do fenômeno (Estado neutro) com sua verdadeira essência (Estado burguês). Vale mencionar ainda a qualificação de bonapartista aplicada a certos governos e regimes pelo simples fato de possuírem um Poder Executivo hipertrofiado, ou mesmo graças ao poderoso peso exercido pela burocracia e/ou as Forças Armadas (FFAA) na condução da vida política nacional. Findando nossa exemplificação dessas utilizações pouco apuradas do corpo conceitual em questão, assinalamos que, além de ser empregado para designar regimes e governos, o adjetivo “bonapartista” é também alocado ao lado do substantivo Estado, o que deixa entender que “bonapartista” podem ser não só o regime e o governo, mas igualmente o Estado capitalista em si.

Os exemplos acima são pertencentes a uma espécie de “senso comum” do bonapartismo – se é que se pode assim dizer – e, como tais, não deixam de encerrar aspectos verdadeiros quanto ao seu objeto. Todavia, pecando pela superficialidade e, sobretudo, pela parcialidade, não chegam a apreender o fenômeno bonapartista em sua totalidade, ou pelo menos naquilo que lhe é essencial. Decerto, os regimes bonapartistas são marcantes pelo seu aspecto violento e, de fato, seus teores coativos são usualmente maiores que os registrados sob as democracias burguesas e menores que os atingidos sob os fascismos. Entretanto, não é fazendo uso de um *medidor de violência* que se deve buscar apreender a verdadeira natureza repressiva dos regimes políticos, e sim atentando para a qualidade e seletividade da própria atividade repressiva; mais precisamente, de que modo e a que classes, frações de classe e grupos políticos a máquina policial-militar e seus eventuais colaboradores para-estatais endereçam suas armas. Correto também é dizer que o Estado no regime bonapartista, perseguindo a integridade nacional, tende a desempenhar, por intermédio de um líder quase

¹² Sob o risco de nos desviarmos de nosso curso, não poderemos adentrar o debate travado no seio da Internacional Comunista (IC) em fins da década de 1920 e ao longo da de 1930 acerca da caracterização do fenômeno fascista. Contudo, alguns aspectos relacionados a tal debate serão brevemente abordados por nós mais à frente na parte destinada às elaborações de León Trotsky sobre o bonapartismo. Quanto às polêmicas no interior da IC acerca da natureza política do fascismo, ver POULANTZAS, Nicos. Fascismo e Ditadura. A III Internacional face ao fascismo. Porto: Portucalense, 1972, 2v.

sempre carismático e solerte, um papel *arbitral*; contudo, pode-se dizer que é profundamente equivocado tomar como politicamente “neutro” tal *juiz*. Do mesmo modo, é verdade que sob os regimes bonapartistas tanto o Poder Executivo apresenta-se hipertrofiado, quanto a burocracia e as Forças Armadas têm seu papel político-institucional realçado, embora a existência de FFAA e burocracia atuantes, assim como de um Executivo forte, não confira automaticamente ao regime um caráter bonapartista. Por fim, observamos que se a adjetivação “bonapartista” pode ser bem empregada para qualificar regimes (principalmente) e governos (no caso daqueles que funcionam dentro, e sejam adeptos, das estruturas do regime bonapartista), seu uso para a caracterização de Estados é, no mínimo, inapropriado.

Uma proposta de síntese conceitual

Procurando ir além desse “senso comum” sobre o fenômeno bonapartista, um bom caminho investigativo é adentrar na sofisticada produção teórica a ele dedicada, a qual designamos, sem muito rigor epistemológico, de uma “teoria do bonapartismo”. Trabalhando, assim, com as análises de autores como Marx, Engels, Trotsky e Gramsci, e absorvendo delas o que há de comum e mais genérico no que concerne aos aspectos definidores do bonapartismo, é possível propormos uma síntese que tenha por finalidade expor sucintamente aos leitores como a melhor tradição marxista o concebeu.¹³ Embora não possa tocar nas particularidades de cada autor no que tange à caracterização teórica do fenômeno, tal como nas concretas especificidades apresentadas por cada uma de suas distintas manifestações históricas, uma síntese dessa natureza, acreditamos, pode fazer as vezes de preâmbulo às análises dos autores mencionados, as quais o leitor encontrará logo em breve.

Iniciando, então, nossa empreitada sintética do conceito (que não deixa de ser uma interpretação nossa do próprio conceito), assinalamos que *o bonapartismo se exprime, fundamentalmente, pelo fenômeno da chamada autonomização relativa do Estado diante das classes e demais segmentos sociais em presença*. Em determinadas conjunturas de exacerbação da luta de classes, nas quais o proletariado se apresenta como uma ameaça (real ou potencial) ao domínio do capital, e nenhuma das frações da classe dominante possui as condições de impor um projeto político à sociedade, de dirigi-la segundo seus interesses e preceitos particulares, instaura-se aquilo que se convencionou chamar de “crise de

¹³ Esclarecemos, assim, que entendemos por “teoria do bonapartismo” o conjunto das elaborações sobre o fenômeno bonapartista realizadas por teóricos como Marx, Engels, Trotsky e Gramsci. A partir de agora, dispensaremos as aspas para se referir a essa “teoria”, assim como aos seus formuladores (os “teóricos do bonapartismo”). Desse modo, alertamos que ao falar de uma teoria do bonapartismo e de seus autores (teóricos do bonapartismo) não nos referimos a uma teoria produzida pelos regimes bonapartistas e aos seus criadores, preferindo usar, nestes casos, respectivamente, as denominações de ideologia do bonapartismo (ou ideologia bonapartista) e ideólogos do bonapartismo (ou ideólogos bonapartistas).

hegemonia”. Nessa situação de aguda divisão social, de impasse político, enfim, de *equilíbrio de forças e incapacidade hegemônica*, o aparelho de Estado se ingurgita, *eleva-se* por sobre os grupos conflitantes e, apregoando a unidade nacional a qual ele próprio afirma encarnar, impõe pela força a “paz social” e salvaguarda a ordem capitalista em xeque.

Essa *elevação* do aparelho estatal acima das partes contenciosas expressa justamente a “autonomia relativa” adquirida pelo Estado, ou, mais precisamente, pelo seu núcleo fundamental (em especial, Poder Executivo, aparato repressivo e burocracia), face às distintas frações do capital e suas representações políticas. Adquirindo uma ingente força política própria, o aparelho estatal já não é a expressão, o instrumento, de nenhuma dessas frações em particular; precisamente para desempenhar o papel de mantenedor do que há de comum a todas elas, a saber, a propriedade capitalista, o Estado, enquanto novo ordenador da vida social, necessita submetê-las à sua direção e ditames políticos de jaez essencialmente burocrático. Assim, sob o bonapartismo, o Estado, relativamente autônomo frente às frações burguesas, coloca-se como representante dos interesses de conjunto da burguesia, e o faz mesmo a despeito desta última. Tal fato não significa, entretanto, que não haja sempre uma ou mais frações do capital privilegiadas pelas políticas estatais sob o bonapartismo. *Configura-se, então, uma formatação particular assumida pelo Estado capitalista em momentos de crise, um tipo de regime político caracterizado por uma dominação política indireta da burguesia sobre as demais classes sociais.* O aparelho estatal, funcionando como uma espécie de *árbitro* do jogo político e pacificando o cenário social litigioso, ganha a aparência de uma força descolada, acima e *independente* da sociedade. Ao longo do bonapartismo, os governos vigentes, em especial os que são afinados com a arquitetura institucional do regime, tendem, eles também, a encerrar um caráter mais ou menos autônomo em relação aos partidos e demais ajuntamentos políticos – contudo, em alguns casos (não raros), todas as formas de organização política provenientes da sociedade civil são sumariamente extintas pelo regime. *O bonapartismo mostra-se, então, não só como um regime político, mas ainda como uma modalidade de governo, na qual a classe dominante não tem acesso direto às rédeas do Estado.* É nesse sentido que o fenômeno bonapartista se refere a um dialético processo pelo qual a burguesia “abdica” das funções de domínio político da nação para ver mantida sua dominação econômica no interior da mesma.

Originado de uma situação politicamente instável gerada pela exasperação do confronto social, o regime bonapartista, colimando preservar as bases da dominação de classe burguesa, lança-se em uma luta física e ideológica pela reintegração e harmonização da sociedade burguesa então dilacerada. Destarte, direciona suas forças repressivas contra os perturbadores da ordem.

Prioritariamente, ataca violentamente aquele que é o fundamento primeiro do temor burguês: o movimento operário organizado. Proibindo, fechando ou mesmo destruindo as organizações sindicais, políticas e culturais dos trabalhadores, o regime bonapartista intenta desmontar a vanguarda da classe que, pela sua própria existência, coloca em risco a manutenção da exploração social. Assim, na qualidade de indivíduos atomizados e desprovidos de uma consciência emancipatória, os trabalhadores podem passar a funcionar como base e sustentáculo de “massas” da nova ordem política capitaneada pelo próprio Estado; são justamente essas “massas populares”, um novo sujeito social e político nascido dos processos de urbanização e industrialização, as quais o bonapartismo vê-se impingido – e nisso reside grande parte de sua própria “razão de ser” – a incorporar, controlada e subalternamente, à esfera política. Nessa engenhosa empresa, a direção bonapartista pode vir a colocar em movimento certas camadas marginalizadas da sociedade, o chamado *lumpem-proletariado*, direcionando-as tanto para o apoio efusivo ao regime, quanto para o esmagamento da resistência operária. Em certas ocasiões, elementos agrários pequeno-burgueses (campesinato), temerosos do avanço político do proletariado, fornecem uma legitimidade socialmente reacionária ao poder bonapartista.

Entretanto, secundariamente, *o regime bonapartista volta suas baterias também contra os elementos revéis da classe dominante*, adestrando ou mesmo suprimindo suas recalcitrantes representações políticas, sejam elas partidos, lideranças classistas, círculos ideológicos ou jornais panfletários. Assim, o Estado burguês, sob a forma bonapartista, priva a própria burguesia de sua ampla liberdade política, embora o nível de tal privação seja infinitamente inferior ao que é imposto à classe trabalhadora.

Essa nova, complexa e contraditória relação estabelecida entre o aparelho de Estado e ambas as classes sociais fundamentais é determinante na montagem institucional que vertebra o regime bonapartista. Almejando eliminar o clima politicamente radicalizado e tenso que o produziu, o novo regime se edifica promovendo a extinção das instâncias e elementos jurídico-políticos do regime anterior, os quais, segundo os construtores bonapartistas, teriam permitido a instalação do embate político em proporções socialmente insuportáveis. *Desse modo, muitas das chamadas “liberdades democráticas”, algumas delas defendidas pela própria burguesia em seu alvorecer revolucionário, são, em um quadro de contra-revolução política, suspensas sob a alegação de serem “perigosas” e “socialistas”.* Liberdades de expressão, reunião e organização, entre outros “princípios” democrático-burgueses, dão lugar, no bonapartismo, à vigência quase constante e ordinária de expedientes os quais, no regime democrático, existem apenas na qualidade de mecanismos excepcionais e temporários (permissão para prisão sem mandado judicial, suspensão do direito ao *habeas corpus*,

suspensão do direito à inviolabilidade do lar e de correspondência etc.). O sufrágio universal, baluarte-mor da democracia burguesa, tende a assumir, nas vezes em que é preservado (ou instituído), uma conotação *plebiscitária*. Outros direitos constitucionais mais propriamente democráticos, como o de greve, impostos à burguesia pelas lutas operárias dos séculos XIX e XX, podem ser tratados de vários modos (porém essencialmente iguais) pelo poder bonapartista: em circunstâncias relativamente amainadas do confronto social, sua manutenção se vincula ao enxerto de arditos aditamentos jurídicos os quais, na prática, dificultam ou inviabilizam seu exercício prático; já em momentos de maior radicalização política, tais direitos democráticos costumam ser simplesmente suspensos ou despudoradamente banidos. *Opera-se, portanto, uma clara mudança de regime no Estado burguês, limitando demasiadamente a mobilidade das forças sociais na cena política. Passa a vigorar uma espécie de “estado de sítio” permanente.*¹⁴

A específica desproporção de forças entre os poderes estatais no regime bonapartista é, também, um de seus precípuos aspectos definidores. Encarregado de *salvar* a nação ameaçada por suas fissuras e lutas intestinas, o *Executivo torna-se praticamente onipotente, concentrando em suas estruturas constitutivas, sobretudo na figura do chefe de Estado, um quantum de poder exorbitantemente desproporcional em relação aos demais poderes de Estado*. Nesse movimento, verifica-se também uma fortíssima centralização política do país, por meio da qual a instância central desse fortalecido Poder Executivo (União, Império etc.) impõe-se quase que integralmente também sobre todos os poderes de natureza regional e local (governos estaduais, prefeituras municipais, chefes políticos distritais, assembleias estaduais, câmaras municipais, tribunais e fóruns locais etc.). Essa força do Executivo é diretamente proporcional à fraqueza do Legislativo e do Judiciário. Vistas como as arenas, por excelência, do exacerbado e aziago embate travado entre as representações políticas no regime anterior, as instâncias parlamentares são tratadas como uma das principais fontes da discórdia que fraturou o país. Com a finalidade de manter a “ordem” e a “paz”, o regime bonapartista procura desfazer as conexões entre as várias frações e segmentos sociais beligerantes e a esfera política institucional-representativa. Ao Parlamento, conseqüentemente, é reservado um papel absolutamente secundário ou inexistente: por vezes é colocado sob nítido controle do Executivo, em outras é simplesmente fechado. Quanto ao Judiciário, resta-lhe capitular abertamente ao Executivo ou ser modificado por este em sua estrutura, funcionamento e pessoal. Com suas dimensões dilatadas e gozando de poderes discricionários,

¹⁴ Uma discussão sobre as relações entre a “norma” e a “exceção” no ordenamento jurídico dos Estados capitalistas, e mais particularmente, sobre a utilização *permanente* de expedientes “excepcionais” pelos regimes constitucionais pode ser encontrada, entre outros trabalhos, em AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003 e BERCOVICI, Gilberto. *Constituição e estado de exceção permanente. A atualidade de Weimar*. Rio de Janeiro: Azougue editorial, 2004.

a cúpula dirigente do Executivo *equilibra-se* sobre os campos em luta e, subalternizando ou dispensando o Parlamento e seus partidos políticos, encontra seu apoio naquilo que é, na verdade, o núcleo fundamental do aparelho de Estado: *a burocracia e as Forças Armadas*. Estas duas instituições extrapolam suas habituais funções exercidas sob o regime constitucional anterior e ampliam visivelmente seus domínios sobre o tecido social; não obstante se apresentarem sob um véu de neutralidade e apoliticismo, passam a desempenhar um papel protagonista na condução da vida política, econômica e cultural do país.

Desmontando os tradicionais mecanismos de representação política da democracia burguesa, o *todo-poderoso* aparelho estatal trabalha na construção de uma outra forma de conexão entre o poder público e o corpo cívico, visando tornar este último imune às exacerbadas contendas políticas verificadas no regime anterior. *A relação entre governantes e governados sob o bonapartismo assume a forma de uma relação direta entre o chefe de Estado e os cidadãos nacionais, na qual tem lugar um imprescindível ingrediente ideológico de cunho pequeno-burguês*. Seja ele um presidente civil, militar ou um nostálgico Imperador, o líder máximo do país, na maioria das vezes carismático e demagógico, se proclama o harmonizador da nação, dizendo *arbitrar* os interesses conflitantes provenientes de todas as partes que a constituem. A *personalização* da política é, portanto, quase sempre um ingrediente importante na receita bonapartista.

Objetivando bloquear o desenvolvimento dos elementos classistas na subjetividade dos trabalhadores, o regime bonapartista trata-os, jurídica e discursivamente, como um volumoso conglomerado populacional que não é senão resultado da adição de indivíduos proletários isolados. Amalgamado com estratos sociais de diferentes matizes, o proletariado se dilui pela retórica bonapartista nas manobráveis “massas populares” e no policlassista “povo” – em muitos casos, isso não é incompatível com a permanência da “classe trabalhadora” no léxico do regime, que pode até concebê-la como uma parcela específica da sociedade (e que deve colaborar com as demais), mas nunca enquanto um sujeito social estruturalmente antagônico ao capital (o que colocaria em risco a integridade nacional que se persegue). É com esse “povo” disforme e alienado que o líder “Bonaparte”, dispensando qualquer tipo de plataforma político-programática bem definida, estabelece uma relação extremamente fetichista, dirigindo-se e sendo reconhecido por ele como seu único e lúdico intérprete, como aquele que, investido de “sabedoria” e “capacidade decisória”, pode protegê-lo das injustiças sociais e das “elites gananciosas”. À maneira tipicamente pequeno-burguesa, o Estado é tomado pelos seus cidadãos como um ente politicamente “neutro” que, pairando acima das classes sociais, mostra-se ao seu “povo” como uma entidade “protetora”, “benfeitora” e “benevolente”. Nessa astuta engrenagem ideológica do regime, uma sofisticada

máquina de propaganda, declaradamente ufanista e apologeta da ordem, costuma desempenhar um destacado papel apelando para emocionalidade de amplos contingentes populacionais trazidos para a cena política. Por meio dessa política de massas, que combina ideologia, coerção e, também, o atendimento de certas demandas populares, procura-se neutralizar ou eliminar tendência políticas “radicais” (classistas) brotadas entre os setores subalternos no regime anterior. *O bonapartismo é, portanto, um fenômeno cuja manifestação é própria a sociedades complexas, nas quais a existência das incontáveis “massas populares” torna ineficazes antigas e altamente exclusivistas formas de dominação política burguesa* (regimes aristocráticos, oligárquicos, governo dos “notáveis”, voto censitário etc.).

Compreendido, então, como uma modalidade particular e contemporânea dessa dominação política burguesa, o bonapartismo é, *ao menos nas nações centrais do capitalismo*, uma forma de regime e de governo excepcional e transitória, não obstante apresente várias ocorrências e, por vezes, uma significativa duração temporal. Engendrado por uma “crise de hegemonia”, o bonapartismo é solapado ou quando esta se encerra – isto é, quando uma ou mais frações da classe dominante se apresentam, finalmente, capazes de *dirigir* politicamente a nação –, ou quando massivas mobilizações políticas anti-regime lhe retiram sua sustentação social.

Bonapartismo e capitalismo

Nesta introdução à temática bonapartista, consideramos pertinente chamar a atenção, ainda que de modo ligeiro, para duas importantes questões que permeiam o denso debate científico acerca da chamada *autonomização relativa do Estado*.

A primeira dessas questões trata dos distintos níveis de abstração do *âmbito político* da sociedade capitalista que o analista do fenômeno bonapartista deve necessariamente levar em consideração em sua empresa investigativa. Fazemos menção, mais propriamente, às diferentes *ordens de grandeza* imprescindíveis de se observar quando das análises sobre as estruturas políticas de determinada formação social burguesa, isto é, às diferenças existentes entre *Estado*, *regime* e *governo*. Naturalmente, nossa abordagem dessa espinhosa problemática se limitará apenas a pequenas considerações as quais, esperamos, farão melhor fluir aqui a discussão da temática bonapartista.¹⁵ A outra questão diz respeito às dialéticas conexões verificadas entre o problema da “hegemonia” e os variados modos de dominação política que o Estado capitalista pode assumir. Mais particularmente, iniciaremos nossa

¹⁵ Para além das variadas críticas políticas e epistemológicas que lhe foram endereçadas ao longo do tempo, a maior referência para o vital e fatigante debate acerca da natureza e tipos do Estado capitalista, assim como das distintas formas de regime e modalidades de governo que nele podem ter lugar, continua a ser a obra POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense editora, 1971, 2 v.

discussão – a qual daremos prosseguimento em outros momentos do presente trabalho – com a associação que parece existir entre a já mencionada “crise de hegemonia” e a emergência dos regimes bonapartistas.

Passemos então a essas questões.

Estado, regime e governo

Nas páginas precedentes, mencionamos o uso indevido, porém corrente, do termo “bonapartista” para designar a natureza (conteúdo) dos Estados modernos – “Estado bonapartista”. Alinhavando uma crítica a esse uso abusivo, indicamos em nossa síntese conceitual do bonapartismo que tal fenômeno deve ser apreendido fundamentalmente como um regime político que o Estado burguês pode vir a adotar em determinadas conjunturas da luta de classes. Nessa perspectiva, o bonapartismo exprimiria não a natureza (conteúdo) desse Estado, a qual, no interior de uma formação social capitalista, seria sempre burguesa, mas sim uma forma que, em certas vezes – histórica e politicamente determinadas –, é assumida pelo próprio aparelho estatal. A nosso ver, portanto, o bonapartismo seria uma espécie específica de arranjo político-institucional, uma formatação particular das engrenagens do Estado burguês surgida quando os meios de dominação política de tipo oligárquico ou democrático-burguês mostram-se insuficientes e perigosos para a manutenção da ordem capitalista. Na mesma síntese conceitual, pôde ser ainda observado que a qualificação de “bonapartista” é adequada também a certos tipos de governo, isto é, àqueles que surgem sob o regime bonapartista e portam-se como seus defensores.

Ocorre, contudo, que nenhum dos teóricos do bonapartismo por nós arrolados se dedicou a uma caracterização sistemática e detalhada do fenômeno bonapartista *em si*, isto é, nenhum deles chegou a produzir um complexo teórico-conceitual sobre o tema, *uma teoria propriamente dita* da chamada *autonomização relativa do Estado*.¹⁶ Na maioria das vezes, os subsídios e aportes teóricos oferecidos por Marx, Engels, Trotsky e Gramsci para a sua compreensão derivam de análises sobre processos políticos concretos, os quais, estes sim, se constituem em objetos centrais dos textos. Talvez o melhor exemplo do que acabamos de dizer seja a clássica obra marxiana *O 18 brumário de Luís Bonaparte*.¹⁷ Conquanto reconhecida, corretamente, como a *mãe* da teoria “bonapartista”, trata-se fundamentalmente de um arguto ensaio sobre a trama política francesa entre 1848-1851 (que teve por desfecho o golpe de Estado de Luís Bonaparte), estando longe de se apresentar como um compêndio teórico sobre a estrutura, organicidade e o funcionamento do tipo bonapartista de regime

¹⁶ E é por isso que, até as ressalvas que fizemos há pouco (ver nota 2), vínhamos utilizando entre aspas o termo “teoria” quando fazíamos menção à teoria do bonapartismo.

¹⁷ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*

político. Assim, não é possível encontrar na literatura desses autores um debate sobre as instâncias políticas *Estado, regime e governo* voltado diretamente para a questão do bonapartismo. Em que pese o fato de que Nicos Poulantzas e Domenico Losurdo, autores mais recentes e de perfil universitário, tenham fugido à regra e produzido elaborações mais sistemáticas sobre o fenômeno,¹⁸ nos parece que a situação apresentada pode ter contribuído, de alguma forma, para que nos meios marxistas, sobretudo nos mais militantes, o termo bonapartismo e suas variantes sejam muitas vezes empregados com uma preocupante frouxidão conceitual.

Desejando, portanto, *limpar o terreno* para a continuidade da exposição de nosso objeto, precisando-o como um tipo de regime e de governo, vale a pena recorrer aos esclarecimentos didáticos feitos pelo militante argentino Nahuel Moreno,¹⁹ concernentes às diferenças e relações existentes justamente entre *Estados, regimes e governos*.²⁰

Para o autor, de linhagem trotskista, se o método adequado para se desvendar a natureza de um Estado seria o de procurar pela classe (ou casta) que o governa,²¹ o caminho para se definir um regime político deveria conduzir o investigador para o âmbito das instituições estatais.²² Isto seria necessário, segundo Moreno, porque embora o Estado seja um “complexo de instituições”, a classe no poder não as utiliza “sempre da mesma forma para governar”.²³

O regime político é a diferente combinação ou articulação das instituições estatais das quais faz uso a classe dominante (ou um setor dela) para governar: Qual é a instituição fundamental de governo? Como se articulam nela as outras instituições estatais? [...]

O Estado burguês deu origem a muitos regimes políticos: monarquia absoluta, monarquia parlamentar, repúblicas federativas e unitárias, repúblicas com uma só câmara ou com duas (uma de deputados e outra muito reacionária de senadores), ditaduras bonapartistas, ditaduras fascistas etc. Em alguns casos, são regimes com ampla democracia burguesa, que permitem até que os operários tenham seus partidos legais e com representação parlamentar. Em outros casos, são o oposto; não há nenhum tipo de liberdades, nem sequer para os partidos burgueses. No entanto, em todos esses regimes, o Estado segue sendo burguês, porque segue no poder a burguesia, que utiliza o Estado para seguir explorando os operários.²⁴

Já no que se diz respeito aos governos, Moreno os entende como “homens de carne e osso que, em determinado momento”, encontram-se “à cabeça do Estado e de um regime

¹⁸ POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Op. cit. e LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ São Paulo: Ed. UNESP, 2004. Discutiremos rapidamente as visões desses autores um pouco mais à frente.

¹⁹ Codinome pelo qual atendia o dirigente político e teórico Hugo Bressano.

²⁰ MORENO, N. *Las revoluciones del siglo XX*. Buenos Aires: Antídoto, 1986.

²¹ “O Estado se define, portanto, pela casta ou classe que o utiliza para explorar e oprimir as demais classes e setores.” (MORENO, N. *Las revoluciones del siglo XX*. Op. cit., p. 8. Tradução nossa).

²² “Por intermédio de que instituições governa essa classe em determinado período ou etapa?” (*Idem*, p. 9).

²³ *Idem*.

²⁴ *Idem*, p. 9-10.

político”. Neste caso, a pergunta apropriada ao pesquisador político seria: “quem governa?”.²⁵ Oferecendo fartos exemplos de diferentes matizes de governo, o teórico argentino atenta para o que deveria ser uma obviedade (ao menos entre os cientistas políticos, historiadores, sociólogos e afins), a saber, que governos e regimes são coisas distintas, dado que muitos governos podem suceder-se num mesmo regime desde que o modo de articulação das instituições estatais não seja alterado.²⁶

Embasando-nos nas esclarecedoras considerações de Moreno, frisamos nossa concepção do fenômeno bonapartista tanto como um tipo específico de regime político do Estado capitalista, quanto como uma modalidade particular de governo (indireto) da burguesia. Destarte, entendemos que nos regimes democrático-burgueses, podem ter lugar, entre tantas outras modalidades, governos liberais, conservadores (ambos mais ou menos reacionários), social-democratas e de *frente popular*²⁷ (todos mais ou menos reformistas), assim como governos de aspirações aberta ou veladamente bonapartistas (os quais intentam, normalmente por intermédio de um golpe de Estado, promover uma mudança de regime). Já sob os regimes bonapartistas, observam-se governos que, pelas próprias características da conjuntura política em que se encontram (“crise de hegemonia”) e da formação político-institucional na qual se inserem (especialmente, a hipertrofia do Poder Executivo, a fraqueza ou inexistência do Legislativo, e o forte peso político das FFAA e da burocracia), tendem a segui-lo e a buscar reforçá-lo, sendo, portanto, governos *arbitrais*, nitidamente bonapartistas. Ocorrem também, episodicamente, governos não propriamente bonapartistas em meio a regimes semibonapartistas, governos até certo ponto “desencaixados” com o regime, pois são funcional e ideologicamente mais afinados com a democracia burguesa – tal foi o caso da *Frente Popular* francesa, chefiada por León Blum, que ascendeu em 1936 ao governo da nação quando esta contava com um regime predominantemente bonapartista, no qual subsistiam elementos democráticos agonizantes.²⁸

Há registros de governos bonapartistas orientados mais à direita, de perfil nitidamente reacionário, ou mais à “esquerda”, de coloração levemente avermelhada; desde as primeiras

²⁵ *Idem*, p. 10.

²⁶ *Idem*.

²⁷ Segundo as elaborações excessivamente generalizantes de Moreno, baseadas nas análises concretas de Trotsky acerca das experiências das *frentes populares* defendidas pela Internacional Comunista (IC) na luta contra o nazi-fascismo, um governo de tipo *frente popular* forma-se, usualmente, pela coligação de um ou mais partidos operários reformistas com um ou mais partidos da burguesia “democrática”. Constituído em meio a uma ascensão política do proletariado, o governo de *frente popular* tem como missão precípua afastar a classe trabalhadora do caminho revolucionário, o que tenta fazer valendo-se de sua autoridade política perante o movimento de massas. O governo de *frente popular*, não sendo enxergado pela burguesia como o seu governo e não podendo atender às reais demandas dos trabalhadores, tende a deparar-se como uma profunda crise e tornar-se a ante-sala de um regime de tipo “bonapartista semifascista” ou mesmo fascista. (Ver, especialmente, TROTSKY, L. *Aonde vai a França?* São Paulo: Desafio, 1994 e MORENO, N. *Os governos de frente popular na história*. São Paulo: Sunderman, 2003).

²⁸ Ver TROTSKY, L. *Aonde vai a França?* *Op. cit.*, p. 135.

décadas do século XX, é possível nos depararmos tanto com os que vituperaram as idéias socialistas, quanto com aqueles que as adotaram retoricamente como sua plataforma política. Dentre esses últimos, identificados laudatoriamente como “progressistas” por certas forças de esquerda, encontram-se aqueles que estabelecem uma prestidigitadora relação com as massas populares por meio do atendimento de algumas de suas reivindicações imediatas. Aparentando ser verdadeiramente “populares”, esses governos realizam manobras com a classe trabalhadora visando alcançar objetivos almejados pela cúpula burocrática estatal. Com uma incidência localizada na periferia *semicolonial* do sistema capitalista mundial, esse tipo particular de governo assume, por vezes, a forma de uma específica *frente popular*.²⁹ Não custa frisar, assim, que todos os governos de natureza bonapartista, inclusive os de feição “progressista”, limitam-se sempre aos marcos estruturais do Estado burguês que momentaneamente dirigem, o que faz deles, em última análise, governos inelutavelmente avessos à emancipação socialista dos trabalhadores.

Devemos assinalar também que, para desgosto dos politólogos taxinomistas, complexos fenômenos histórico-sociais tais como Estados, regimes e governos não costumam ser dotados de uma natureza *quimicamente pura*. Com efeito, Estados e, principalmente, regimes e governos encerram conteúdos quase sempre *combinados*, e é a predominância – determinada pelo caráter da luta entre as classes – de alguns de seus componentes sobre os demais o que nos permite arriscar formulações teórico-analíticas mais próximas da realidade concreta.

Desse modo, regimes democrático-burgueses, nos quais os elementos democráticos mostram-se, logicamente, majoritários, podem, por vezes, conter elementos bonapartistas (residuais ou em levedação) em proporção inferior àqueles, o que é possível de ser percebido quando observamos democracias liberais que apresentam aspectos como: uma exagerada força do Poder Executivo e da burocracia na condução do país; uma vida politicamente fleumática do Parlamento e de seus partidos, uma participação quase incontinente das FFAA nos assuntos políticos; severas limitações às atividades sindicais e políticas da classe trabalhadora, assim como restrições aos grupos burgueses oposicionistas; uma postura carismática do líder nacional perante as massas populares etc. *Temos, nestes casos, regimes democráticos em que a existência de aspectos bonapartistas, embora lhes forneça configurações particularmente reacionárias, não chega a alterar-lhes seu sentido político*

²⁹ Referimo-nos aqui às “*frente populares sob a forma de partido*”, detectadas por Trotsky em suas observações sobre o processo político latino-americanos em fins da década de 1930 (TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina” in _____. *Escritos latinoamericanos*. 2ª edição. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky [CEIP León Trotsky], 2000, p. 124-125).

fundamental (democrático-burguês) – ou, segundo as palavras de Trotsky (menos ponderadas que as nossas), “toda democracia burguesa tem traços bonapartistas”.³⁰

Evidentemente – e isso é válido também para os regimes bonapartistas dos quais falaremos logo abaixo – a gradação atingida pelos elementos bonapartistas na *composição química* desses regimes democrático-burgueses depende sempre do tipo de governo (e, mais precisamente, da linha política implementada por este) que, por períodos maiores ou menores, manuseia o leme do aparelho estatal. Não custa lembrar que tais governos, muitas vezes, também não apresentam naturezas politicamente puras, sendo constituídos por alianças e acordos partidários instáveis e, por conseguinte, marcados por acalorados tensionamentos internos. Talvez por se tratarem da forma política *por excelência* do Estado capitalista, os regimes democrático-burgueses tentam manter sempre sob rebuços ideológicos seus eventuais traços bonapartistas, o que provavelmente explique o porquê desses regimes, ainda quando apresentam tais traços em teor elevado, serem comumente definidos apenas como “democracias liberais” – ou, na melhor das hipóteses, como “democracias liberais com Estado forte”.

Já os regimes bonapartistas, via de regra transitórios, costumam mais frequentemente guardar traços provenientes de outras formas de dominação burguesa. Assim, salvo em suas manifestações mais *lapidadas*, as quais podemos denominar de *clássicas*, o bonapartismo deixa facilmente transparecer seu caráter *combinado* e por vezes *híbrido*.

Historicamente, encontramos regimes predominantemente bonapartistas em que (contraditoriamente) o Parlamento desempenha um papel relativamente importante, para os quais a denominação mais apropriada talvez seja a de “bonapartismo semiparlamentar”.³¹ Um bom exemplo é o do há pouco citado regime político francês a partir de 1934 (com a formação do governo de Gaston Doumergue) até o início da ocupação nazista em 1940 (quando teve lugar o governo *colaboracionista* de Vichy liderado pelo marechal Philippe Pétain). Todos os governos que se sucederam dentro desse travejamento temporal, afora a já mencionada exceção da *Frente Popular* de Blum, assumiram, em graus variados, um caráter visivelmente bonapartista, embora ainda fizessem uso de expedientes democráticos.

Temos também bonapartismos *combinados*, de apreensão teórica mais complicada, como no caso do existente na Alemanha durante os anos críticos e finais da República de Weimar (1930-1933), os quais prenunciavam a vitória do nazismo hitlerista (1933). Ungidos em *árbitros* nacionais encarregados de deter a guerra civil que se avizinhava, os reacionários

³⁰ TROTSKY, L. “Otra vez sobre la cuestión del bonapartismo. El bonapartismo burgués y el bonapartismo soviético”. Extraído de <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro4/T06V203.htm>. (acessado em 26/07/2011). Tradução nossa.

³¹ TROTSKY, L. “A França na encruzilhada” in _____. *Aonde vai a França? Op. cit.*, p. 128.

governos de Heinrich Brüning, von Papen, von Schleicher (primeiros-ministros) e Hindenburg (presidente), sobrepuseram-se aos partidos políticos e a um *Reichstag* profundamente dividido e desacreditado perante as massas, governando por meio de decretos-leis, do *estado de sítio* e de represálias *policialescas* às organizações operárias. A instável e efêmera sustentação política que obtiveram baseou-se em um equilíbrio de suas cúpulas burocrático-militares por sobre os dois extremos políticos da radicalizada sociedade alemã, os dois campos beligerantes daquela violenta guerra prestes a espocar: o proletariado e o fascismo.³² Dentre esses bonapartismos de tipo *preventivo ou pré-fascista*,³³ encontram-se também governos como os de Giovanni Giolitti, Ivanoe Bonomi e Luigi Facta, os quais antecederam a chegada ao poder de Mussolini na Itália.

Em um espectro ainda mais à direita, vislumbramos regimes bonapartistas extremamente burocráticos e militarizados em que a presença dos traços fascistas é gritante, saltando aos olhos. Muito comuns em países de formação capitalista tardia, imperialistas ou *semicoloniais*, esses regimes, abertamente repressivos em relação à classe trabalhadora organizada, podem ser designados, um tanto quanto amplamente, como “bonapartismos semifascistas”.³⁴ Atentando para as especificidades de cada um dos exemplos a seguir, podemos conceber como regimes desse matiz a Turquia de Kemal Atatürk (1920-1938), a Polônia de Pilsudsky (1918-1932), o Portugal de Salazar (1926-1974), a Espanha franquista pós-Guerra Civil (1939-1975), a Grécia dos “coronéis” (1967-1974), as ditaduras asiáticas e africanas pró-imperialistas do pós-Segunda Guerra Mundial, assim como as ditaduras civil-militares que dominaram o Cone Sul entre meados da década de 1960 até mais ou menos a metade da de 1980. Em situações muito excepcionais, esse tipo de regime pode aparecer também em nações de capitalismo originário e forte tradição democrática, como foi o caso do próprio governo Pétain na França (1940-1944), resultado da ocupação nazista do país.

Incluímos ainda nessa vasta e cruenta galeria de “bonapartismos semifascistas” uma das modalidades político-institucionais (sub-regimes) pelas quais podem se apresentar os regimes genericamente identificados por Trotsky como “bonapartismos *sui generis*”,³⁵ os quais proliferaram na América Latina a partir da crise de 1929 – e da consequente maior margem de manobra obtida por algumas economias do continente em relação ao centro capitalista. A modalidade (sub-regime) desses regimes “bonapartistas *sui generis*” à qual nos referimos aqui se expressa por uma configuração política na qual o aparelho de Estado,

³² TROTSKY, L. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Lisboa; Porto; Luanda: Centro do livro brasileiro, s.d.

³³ TROTSKY, L. “Otra vez sobre la cuestión del bonapartismo. El bonapartismo burgués y el bonapartismo soviético”. *Op. cit.* Tradução nossa.

³⁴ MORENO, N. *Las revoluciones del siglo XX*. Buenos Aires: Antídoto, 1986, p. 19.

³⁵ TROTSKY, L. “La industria nacionalizada y la administración obrera” in ____ *Escritos latinoamericanos*. *Op. cit.*, p.163.

percebendo uma ameaça (real ou potencial) dos setores explorados num quadro de urbanização e complexificação social aceleradas, decide tratá-los *preferencialmente* (e, em alguns casos, exclusivamente) pelos métodos da repressão aberta. Pressionado pela débil e temerosa burguesia periférica, o governo bonapartista reduz a relativa autonomia (política e econômica) da qual goza face ao imperialismo e, atrelando-se a ele, impõe à classe trabalhadora uma ditadura de tipo “policial-militar”,³⁶ a qual, em algumas casos, tem como um de seus principais pilares uma estrutura sindical de corte corporativista. Exemplos dessa modalidade de regime bonapartista podem ser encontrados nos governos de Fulgêncio Batista em Cuba (1934-1944 e 1952-1959) e no de Strossner no Paraguai (1954-1989).

Para os fins do presente trabalho, interessa-nos mais especialmente destacar a existência de um outro tipo de regime bonapartista de natureza *combinada*, o qual exprime uma arquitetura política particularmente híbrida. Fazemos alusão à outra modalidade (sub-regime) dos “bonapartismos *sui generis*” latino-americanos de Trotsky, na qual o Estado-*árbitro*, nas mesmas condições histórico-sociais descritas acima, busca conter a ameaça popular *preferencialmente* por métodos reformistas, incorporando às massas à esfera política por meio de uma política social que, embora bastante expressiva em seu contexto social periférico, não pode ser equiparada à implementada pela social-democracia européia. Desejando obter maior autonomia (política e econômica) em relação ao capital estrangeiro, os governos dessa modalidade bonapartista, sem abdicar da utilização (“moderada”) de expedientes coativos e contando muitas vezes também com uma estrutura sindical corporativista, levam a cabo uma mobilização controlada das massas populares e, atendendo a algumas de suas demandas básicas, as utilizam como elemento de barganha nas negociações com o imperialismo. Tendo essas massas como um de seus principais sustentáculos político-sociais, esses regimes assumem um caráter “semibonapartista democrático”.³⁷ Expressões dessa variante de “esquerda” do bonapartismo são alguns dos regimes e governos considerados “populistas”, tais como o primeiro de Juan Domingo Perón na Argentina (1946-1955), Velasco Ibarra no Equador (1934-1935; 1944-1947; 1952-1956; 1961 e 1968-1972), Paz Estensoro na Bolívia (1952-1956 e 1960-1964), Arbens na Guatemala (1951-1954) e Lázaro Cárdenas no México (1934-1940).

Lembramos ainda que alguns bonapartismos mais duradouros podem apresentar fases e formatações políticas distintas durante sua dilatada vigência. Tal fato pode ser observado, por exemplo, na mais *clássica* expressão do fenômeno: como se sabe, o diversificado regime

³⁶ TROTSKY, León. “Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista” in ____ *Escritos latino-americanos*. *Op. cit.*, p. 174.

³⁷ TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 124. Uma visão um pouco mais detalhada acerca de ambas as modalidades dos “bonapartismos *sui generis*” de Trotsky será feita mais à frente, na parte destinada às elaborações do revolucionário russo.

de Luís Bonaparte (1851-1871), a partir de 1858, amenizou seu teor coercitivo e iniciou uma etapa política de feição mais “liberal”. Assinalamos também que em países periféricos, submetidos ao imperialismo, os regimes bonapartistas, por questões em que tocaremos ao longo deste trabalho, tenderam a adquirir uma maior longevidade, assumindo um caráter quase “estrutural” nessas formações sociais.

Caminhando para o desfecho dessa espécie de *tipologia bonapartista* proposta por nós, consideramos que nunca é demasiado ressaltar que as inúmeras e complexas manifestações históricas referentes aos diversos formatos de regimes e governos listados acima decorreram sempre, em última análise, de situações concretas da luta de classes. Por mais que seja usualmente obliterado pelo fetichismo institucionalista que impregna a ciência e a historiografia política atuais, é precisamente o confronto político entre os sujeitos sociais que acaba por conferir ao Estado esta ou aquela modalidade de regime, este ou aquele tipo de governo. Portanto, a relação de forças entre as classes sociais – o que envolve suas diferentes capacidades mobilizatória e organizativa, o nível de disposição para a luta de cada uma delas, a viabilidade prática de seus projetos, estratégicas e táticas em determinado contexto nacional/internacional, assim como a qualidade de suas direções políticas – constitui-se inapelavelmente no objeto central do investigador interessado em descobrir a historicidade e o conteúdo da “realidade política” de certa formação social.

Por fim, é possível, e até mesmo razoável, que após as linhas acima alguns críticos venham a nos objetar argumentando que fazemos, à nossa maneira, um uso também muito extenso e impreciso do conceito de bonapartismo, tal como havíamos criticado páginas atrás. De nossa parte, advertimos apenas que categorias e conceitos, *justamente por serem categorias e conceitos*, encerram um significativo nível de abstração e, portanto, transcendem as realidades factuais e temporais a partir das quais foram criados. Assim, a questão decisiva e realmente relevante é sempre saber se os fenômenos estudados pelos cientistas sociais são ou não passíveis de serem trabalhados pelo arcabouço conceitual que estes escolheram/formularam, isto é, se as escolhas/formulações categoriais feitas estão ou não adequadas para o trato das realidades concretas abordadas. Nesse sentido, pensamos que cabe aqui uma pequena reflexão histórico-epistemológica de Trotsky, a qual parece ir de encontro, *avant la lettre*, ao empirismo particularista que informa a perspectiva pós-moderna em voga:

Noções como a de *liberalismo*, de *bonapartismo*, de *fascismo*, têm um caráter de generalização. Os fenômenos históricos nunca experimentam uma repetição completa. Não seria difícil mostrar-se que mesmo o governo de Napoleão III [Luís Bonaparte], comparado ao regime de Napoleão I [Napoleão Bonaparte], não era bonapartista, não só porque Napoleão III era, pelo sangue, um Bonaparte duvidoso, mas também porque sua atitude para com as classes, particularmente para com o campesinato e o lumpem-proletariado, era inteiramente diversa da atitude de Napoleão I. Além disso, o bonapartismo clássico saíra de uma época de grandiosas vitórias militares que o Segundo Império absolutamente não conheceu. Mas, se se procurasse uma repetição de *todos* os traços do bonapartismo, concluir-se-ia que o

bonapartismo foi um fenômeno único, impossível de repetir-se, isto é, que não existe um bonapartismo em geral, mas que houve uma vez um general Bonaparte vindo da Córsega. O caso não é muito diferente em relação ao liberalismo e todas as outras noções gerais da história. Porém, ao se falar de bonapartismo por analogia, será preciso mostrar, conseqüentemente, quais são, de seus traços, os que, em condições históricas dadas, encontraram a sua expressão mais completa.³⁸

“Crise de hegemonia” e bonapartismo

Em nossa definição conceitual do bonapartismo, anunciamos a existência de um nexo causal entre uma situação de “crise de hegemonia” e o surgimento de regimes políticos de natureza bonapartista. O objetivo deste pequeno item consiste apenas em esclarecer rapidamente esse aspecto.

Qualquer iniciado nas polêmicas marxistas universitárias sabe como são inúmeras e diferenciadas as utilizações teóricas e políticas já feitas da noção gramsciana de “hegemonia”. Densas e acaloradas contendas sobre o verdadeiro significado do conceito nos codificados escritos carcerários de Gramsci envolvem uma plêiade de intelectuais na qual se encontram revolucionários, reformistas (aos borbotões) e até mesmos liberais envergonhados.³⁹ Sem querer adentrar esse interminável debate, deixando-o para os conhecedores mais apurados da obra do comunista sardo, nos arriscaremos, entretanto, a propor aqui uma equivalência entre a forma de dominação de tipo *hegemônica*, elaborada por Gramsci, e o regime político democrático-burguês, o que nos permitirá, acreditamos, entender melhor a relação entre “crise de hegemonia” e regimes bonapartistas.

Como muito já foi dito, a partir de sua distinção entre “Ocidente” e “Oriente”,⁴⁰ Gramsci observou que em sociedades de capitalismo avançado (“ocidentais”), nas quais se faziam presentes diversos segmentos sociais com suas múltiplas entidades corporativas, políticas e culturais, a burguesia, para além de ser uma classe *dominante*, via-se impingida a tornar-se também uma classe *dirigente*. Nessas sociedades *de massas*, marcadas por uma estrutura econômica diversificada e por uma “sociedade civil” significativamente desenvolvida, a vigência relativamente estável da exploração capitalista requereria que uma ou mais frações da burguesia conseguissem submeter ao seu projeto político nacional o

³⁸ TROTSKY, L. “O bonapartismo alemão” in _____. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Op. cit., p. 350-351. Grifos do autor.

³⁹ Uma conhecida, porém polêmica, referência para as várias formas possíveis de interpretação da noção de “hegemonia” na produção literária de Gramsci é ANDERSON, Perry. “As antinomias de Antonio Gramsci” in *Crítica marxista*, nº. 1. São Paulo: Joruês, 1986, p. 7-74. Quanto aos diversos e opostos usos do conceito por parte do pensamento social brasileiro, ver FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil” in _____. *Reflexões im-pertinentes. História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005, p. 201-232.

⁴⁰ “No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma relação apropriada e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas” (GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Op. cit., Volume III, p. 262.)

restante do conjunto social, isto é, que apresentasse *os seus interesses particulares como os interesses gerais da nação*, segundo a célebre definição.

Uma dominação de tipo *hegemônica* implicaria, portanto, na existência de uma ou mais frações burguesas que lograssem colocar sob sua direção política não só os demais segmentos proprietários, como também, e principalmente, as ameaçadoras classes subalternas em desenvolvimento. Essa *capacidade hegemônica* alcançada por certas frações do capital, conferindo à burguesia um papel de classe dirigente no cenário nacional, criava, na perspectiva gramsciana, as condições para uma forma de dominação político-social calcada numa combinação relativamente *equilibrada* de elementos *coercitivos* e *consensuais*. Embora a coerção ocupasse o papel determinante na estrutura de dominação *hegemônica* – como, aliás, ocorre em qualquer formatação do Estado capitalista –, seria a forte dosagem *consensual* contida nesta que a distinguiria das formas de dominação *não-hegemônicas*, nas quais a violência é nitidamente predominante e, em alguns casos, é quase exclusiva.⁴¹

Na compreensão de Gramsci, a “hegemonia” burguesa sobre o tecido social permitia às classes dominantes erigir um tipo de domínio político sobre as classes exploradas em que estas, ao mesmo tempo em que se encontravam coagidas, em última instância, pelo aparato repressivo estatal, ofereciam à ordem instituída uma espécie de “consenso ativo”. Tal *adesão* das amplas camadas populares à forma *hegemônica* de dominação burguesa adviria de inúmeros procedimentos ideológicos e “materiais” observados pelas frações hegemônicas por intermédio tanto do *seu* Estado, como da “sociedade civil”, onde estariam localizados seus “aparelhos privados de hegemonia”.

A nosso ver, portanto, é uma situação histórico-social *hegemônica* o que, entre outros fatores, possibilita à burguesia estabelecer sua dominação de classe por meio do regime político democrático-burguês, no qual a violência estatal, indispensável e ininterruptamente presente (ainda que potencialmente), recebe a companhia de ingredientes de natureza *consensual*, os quais costumam cotidianamente aparecer em um primeiro plano. Em outras palavras, afirmamos que *uma dominação capitalista de tipo hegemônica se expressa, em termos de configuração política das instituições estatais, na forma da democracia burguesa* – cujo bom funcionamento depende da coação para com os setores indômitos da classe

⁴¹ A idéia de que, para Gramsci, a “hegemonia” se constituiria em uma relação *equilibrada* entre coerção e “consenso” – na qual a significativa presença do segundo não retiraria o caráter fundamental da primeira – pode ser encontrada, por exemplo, em BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci. Filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008. Todavia, outros renomados especialistas em Gramsci, de linhagem *eurocomunista*, trabalham com a perspectiva de que uma dominação hegemônica estaria baseada fundamentalmente nos aspectos de ordem *consensual*. Ver, entre outros trabalhos, COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999 e _____. *Intervenções: o marxismo na batalha de idéias*. São Paulo: Cortez, 2006.

trabalhadora, como também dos velhos métodos da cooptação material, parlamentar e ideológica das lideranças populares:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias.⁴²

Alvaro Bianchi, estudioso do pensamento de Gramsci, encontrou nos famosos *Cadernos* do marxista sardo essa associação entre a presença de uma classe ou fração de classe *hegemônica* e a vigência de um regime democrático-parlamentar. Segundo Bianchi, Gramsci teria destacado a existência de um processo histórico-social pelo qual a burguesia, “para realizar sua hegemonia sobre toda a população”,

incorporou demandas, realizou as aspirações da nação, assimilou economicamente grupos sociais, transformou sua cultura na cultura de toda a sociedade. O alargamento da base histórica do Estado foi, assim, acompanhado pela expansão econômica e política da própria burguesia. Para Gramsci, o regime jurídico-parlamentar era o resultado desse processo de expansão, expressando a sociedade civil no interior da própria sociedade política.⁴³

Prosseguindo, é possível depreendemos que em momentos históricos em que nenhuma das frações do capital mostra-se em condições de exercer sua “hegemonia”, de colocar sob sua égide política o conjunto da “nação”, as chances de manutenção da exploração capitalista por meio da democracia parlamentar convencional tornam-se escassas. Pode-se dizer, assim, que em casos de “crise de hegemonia” – os quais podem ocorrer “ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas”, ou porque estas últimas “passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução”⁴⁴ – as bases sócio-políticas do regime democrático-burguês, cuja existência corresponde, normalmente, a uma situação *hegemônica*, tendem a rapidamente se esbarrondar.

A ascensão político-organizativa da classe trabalhadora pode, se combinada a fissuras profundas no interior dos grupos dominantes (as quais costumam se agravar justamente em

⁴² GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Op. cit., volume III, p. 95.

⁴³ BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci*. Op. cit., p. 259. Acerca das categorias de “sociedade civil” e “sociedade política” no pensamento gramsciano, ver essa mesma obra de Bianchi, particularmente o capítulo “Estado/sociedade civil” (p. 173-198).

⁴⁴ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Op. cit., volume III, p. 60.

função da ascensão operária), conduzir a radicalizadas situações em que “o aparelho hegemônico se estilhaça e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório”.⁴⁵ Produzindo aquilo que comumente é denominado de “dissolução do regime parlamentar”,⁴⁶ a “crise de hegemonia” abre espaço “às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos”.⁴⁷ Nas sociedades *de massas*, nas quais o proletariado já se posta politicamente como uma força independente, a crise do regime democrático-burguês ou mesmo a impossibilidade de sua construção pode, em certo estágio da luta de classes, acarretar no surgimento de formas de dominação política *não-hegemônicas*, as quais, recorrendo muito mais à coerção do que ao *consenso*, aparecerem como uma “solução” temporária e excepcional para a *incapacidade hegemônica* que acomete os próprios grupos dominantes. *O regime bonapartista é, portanto, uma – e talvez a mais recorrente – dessas formas de dominação política correspondentes a momentos históricos de “crise de hegemonia”.*

Vale ressaltar, assim, o vínculo histórico do fenômeno bonapartista às sociedades complexas, nas quais os processos de urbanização e industrialização colocaram politicamente para as classes dominantes a questão da incorporação do proletariado à esfera institucional do Estado, isto é, colocaram historicamente a questão da “hegemonia” e da dominação democrático-burguesa. Reforçamos aqui a existência de tal vínculo colimando escapar de dois equívocos interpretativos correlacionados: um deles é o de classificar como “democráticas” as antigas formas de dominação política altamente *exclusivistas* (regimes aristocráticos, oligárquicos, governo dos “notáveis”, voto censitário etc.) que antecederam à massificação popular das sociedades nas quais tiveram lugar; nesses casos, a necessidade mesma de uma dominação democrático-burguesa não estava sequer colocada pelo nível do desenvolvimento capitalista (França entre 1830-1848, Brasil entre 1891-1930 etc.). O outro equívoco consiste em adjetivar de “bonapartista” os inúmeros regimes mais ou menos ditatoriais, mais ou menos militarizados, que brotaram em sociedades eminentemente agrárias, nas quais as massas populares ainda não haviam despontado como um sujeito social determinante na trama política (repúblicas sul-americanas entre o período da Independência e a crise de 1929; muitas nações da África, Ásia e América Central até meados do pós-Segunda Guerra etc.). Nesses dois tipos de casos (regimes aristocráticos, governo dos “notáveis” etc., e regimes ditatoriais, militarizados etc.), trata-se, na verdade, de formas de dominação *pré-hegemônicas*, nas quais, não estando a questão da “hegemonia” historicamente colocada, não havia possibilidade ainda

⁴⁵ *Idem*, p. 95.

⁴⁶ *Idem*, p. 96.

⁴⁷ *Idem*, p. 60.

nem de democracia, nem de bonapartismo.⁴⁸ A preocupação com a relação histórica entre sociedades *de massas* e bonapartismo nos será particularmente útil na discussão que faremos (em nosso último capítulo) sobre a emergência do bonapartismo brasileiro nos anos 30 do século XX.

O bonapartismo esvaziado de sentido: breves comentários sobre dois autores acadêmicos

Nos dois capítulos seguintes, componentes desta primeira parte do trabalho, procederemos (conforme anunciado) a uma exposição sistemática da teoria do bonapartismo. Procurando acompanhar os passos de seu próprio desenvolvimento, abordaremos as elaborações sobre o fenômeno bonapartista produzidas por Marx, Engels, Trotsky e Gramsci, a quem (como também já dissemos) aqui designamos de teóricos do bonapartismo.

Antes, porém, faz-se necessário tecermos algumas rápidas considerações sobre a produção de dois outros autores, de perfil mais acadêmico, relativas ao nosso objeto. Bastante sugestivas, as elaborações de Nicos Poulantzas e Domenico Losurdo apresentam elementos que nos municiam para uma melhor caracterização do bonapartismo; contudo, por razões que agora veremos, suas concepções *mais gerais* sobre o fenômeno (isto é, suas definições sobre o que seria *essencialmente* o bonapartismo) não serão por nós encampadas ao longo da presente discussão.

Poulantzas e a *permanente* “autonomia relativa do Estado”

Em seu denso e supracitado estudo sobre o poder político na sociedade capitalista,⁴⁹ (publicado pela primeira vez, na França, em 1968), Poulantzas, interpretando os textos de Marx e Engels sobre o fenômeno bonapartista (os com os quais trabalharemos a seguir), argumentou que o bonapartismo, além de uma “forma concreta do Estado capitalista” (“um fenômeno político concreto de uma formação determinada”),⁵⁰ deveria ser entendido também

⁴⁸ À primeira vista, o termo “*pré-hegemônica*” pode dar a impressão de encerrar uma perspectiva teleológica, no sentido de que as formas de dominação *pré-hegemônicas* caminhariam inexoravelmente para se tornarem formas *hegemônicas*. Não se trata disso. Utilizamos o conceito para, como dissemos acima, fazer menção às formas de dominação surgidas em contextos sócio-históricos nos quais a questão da “hegemonia” – derivada da emergência do proletariado e da transformação da sociedade em uma sociedade *de massas* – não havia ainda sido posta objetivamente. Desse modo, seria, a nosso ver, um evidente anacronismo a classificação de *não-hegemônicas* para estas formas de dominação, já que a necessidade mesma de uma “hegemonia” ainda não havia sido colocada naqueles contextos sócio-históricos – do mesmo modo como não faria sentido, por exemplo, denominar de “não-imperial” a Roma etrusca do século VI. Assim, optamos por chamar de *não-hegemônicas* apenas as formas de dominação efetivadas em formações sociais em que a questão da “hegemonia” já se fazia presente, mas que, por motivos vários, não pôde (ainda ou mais) ser realizada.

⁴⁹ POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Op. cit

⁵⁰ *Idem.*, p. 93.

como um “*traço teórico constitutivo do Estado capitalista*”.⁵¹ No raciocínio do autor, Marx e Engels, ao analisarem conjunturas políticas específicas (o bonapartismo francês do *Segundo Império* e bonapartismo alemão de Bismarck, respectivamente), teriam percebido a existência de um aspecto que estaria sempre presente no Estado capitalista: a “autonomia relativa do Estado” face às classes sociais em presença. Para Poulantzas, as experiências bonapartistas (ou melhor, os escritos de Marx e Engels sobre elas) teriam desvendado o “segredo” do próprio Estado capitalista, isto é, sua “autonomia relativa” em relação às classes sociais.⁵²

Desse modo, o que nos interessa aqui destacar é que, para o filósofo marxista grego, a “autonomia relativa do Estado” diante das classes sociais, elemento precípua nas definições de Marx e Engels (como também nas de Trotsky e Gramsci) do conceito de bonapartismo, se encontraria sempre presente em qualquer situação da luta de classes sob o capitalismo. Assim, não só em momentos de “crise de hegemonia”/“equilíbrio de forças” – e Poulantzas, discordando de Marx e Engels, considerou que não houvera tal equilíbrio quando da emergência dos regimes de Napoleão III e de Bismarck –,⁵³ mas em todo e qualquer momento, em toda e qualquer conjuntura política, haveria um aparelho de Estado dotado de relativa autonomia diante das classes sociais.

Retomando Marx, Poulantzas apontou que a forma de apropriação de excedentes do capitalismo seria responsável por uma “autonomia específica” da “superestrutura jurídico-política” face às relações de produção, configurando, no interior daquela, uma igualdade *formalista* entre os agentes sociais concretos (indivíduos iguais perante a lei). Segundo o autor, ao ocultar a real existência das classes sociais por meio da figura jurídica do “cidadão” (sujeito abstrato, definido pelo seu pertencimento à comunidade política, representada pelo Estado), as estruturas jurídicas produziriam ideologicamente um “efeito de isolamento” nos agentes sociais concretos; não se entendendo como parte de uma classe social, os membros das classes sociais tenderiam a agir nos planos econômico e político de uma maneira individual, isolada. Elemento estrutural do modo de produção capitalista, esse “efeito de isolamento” dificultaria a unidade político-organizativa das classes sociais, inclusive da classe dominante.⁵⁴ Somados a esse fator, a própria divisão da burguesia em várias frações e a capacidade do Estado de se apresentar como uma entidade *neutra* diante dos setores sociais

⁵¹ *Idem*. Grifos do autor.

⁵² *Idem*, p. 120.

⁵³ *Idem*, p.

⁵⁴ “Esse isolamento – efeito sobredeterminado, mas real – é vivido pelos agentes segundo o modelo da concorrência e conduz à ocultação, para esses agentes, das suas relações como relações de classe. Esse isolamento é, aliás, válido tanto para os capitalistas-proprietários privados como para os operários assalariados, ainda que não se manifeste, sem dúvida, da mesma maneira nas relações sociais econômicas entre essas duas classes.” (*Idem*, p. 112).

dominados (“Estado ‘representante’ da unidade política do povo-nação”)⁵⁵ levariam a que a construção de “hegemonia” por parte de um classe ou fração de classe burguesa se fizesse *sempre* por meio de um aparelho estatal detentor de uma “autonomia relativa” diante das classes, incluindo aí a classe/fração de classe hegemônica. O aparelho estatal (“relativamente autonomizado”) teria, assim, a dupla função de organizar politicamente a classe dominante para o estabelecimento de sua “hegemonia” sobre os trabalhadores, e de desorganizá-los politicamente (colocando-os, assim, em condições de serem dominados hegemonicamente).⁵⁶

Para Poulantzas, então, diferentemente de nossa concepção exposta no item anterior, teríamos um Estado “relativamente autonomizado” das classes sociais mesmo em situações de “hegemonia”; mais precisamente, a própria construção de uma dominação política de tipo hegemônica (assim como de toda e qualquer forma de dominação política) implicaria justamente na existência dessa autonomização estatal relativa, dada a permanente incapacidade da burguesia de estabelecer sua “hegemonia” por meio de seus próprios partidos e representações políticas. Sendo, portanto, a “autonomia relativa” do Estado uma constante para Poulantzas, o bonapartismo acabou concebido pelo autor como um “tipo capitalista de Estado”⁵⁷ em que tal “autonomia relativa” atingiria uma maior intensidade, ocupando o aparelho estatal um papel mais destacado, e talvez solitário (sem a companhia das representações políticas burguesas), na construção da dominação política:

Nos limites fixados pela relação entre as estruturas e o campo da luta de classes, essa autonomia relativa do Estado pode variar consoante as modalidades que revestem a função que ele detém relativamente às classes dominantes, e consoante a relação concreta das forças em presença. O Estado pode, por exemplo, funcionar como *fator de organização política* dessas classes, o que se manifesta através da relação complexa entre o Estado e os partidos dessas classes. Nesse caso, essa autonomia relativa será decifrada na relação Estado-partidos, continuando esses partidos a revestir uma função organizacional própria. O Estado pode também *substituir-se* a esses partidos, continuando a funcionar como fator de organização hegemônica dessas classes. Pode também, em certos casos, *tomar inteiramente a seu cargo o interesse político dessas classes*: trata-se do fenômeno histórico do bonapartismo francês. Neste último caso, a autonomia relativa do Estado é tal que as frações dominantes parecerão renunciar ao seu poder político, tal como Marx no-lo descreve nas suas análises relativas ao segundo Império.⁵⁸

Sem deixar muito claro, por um lado, se existiria ou não uma classe/fração hegemônica sob o bonapartismo,⁵⁹ Poulantzas, entretanto, foi enfático ao considerar – repetimos – que a “autonomia relativa do Estado” face às classes sociais em luta teria lugar também em situações nas quais existiria “hegemonia” de uma ou mais frações burguesas. A nosso ver, o bonapartismo, ao ter, na interpretação poulantziana, seu principal traço

⁵⁵ *Idem*, p. 114.

⁵⁶ *Idem*, p. 127-128.

⁵⁷ *Idem*, p. 124.

⁵⁸ *Idem*, p. 126. Grifos do autor.

⁵⁹ Contrapondo distintas passagens da obra, é possível dizermos que talvez exista mesmo uma antinomia do autor referente a essa questão.

É claro q. haveria heg. "restrita" (no interior do Bnp)

pod-se inferir pelas diferentes categorias:

característico estendido às outras formas de dominação política (inclusive às *hegemônicas*), acaba por perder sua especificidade enquanto tipo de regime político burguês, isto é, enquanto um regime no qual a burguesia não tem acesso *diretamente* ao leme do Estado (dada, justamente, a “autonomia relativa” da qual goza a máquina estatal burocrático-militar em relação à classe dominante).

Assim, segundo o que entendemos, o regime bonapartista, na lógica de Poulantzas, se diferenciaria das demais formas de dominação política burguesa apenas em grau, não em qualidade. Tal concepção de bonapartismo – isto é, deste como *mais uma* das formas políticas assumidas por um Estado capitalista *sempre* “autonomizado relativamente” diante das classes sociais, e não como uma forma política de dominação burguesa que se caracteriza (entre outros aspectos) justamente por essa *excepcional autonomização relativa* do aparelho estatal – acaba por, *em termos mais gerais*, destoar da maneira pela qual trabalhamos com o conceito neste trabalho.

Contudo, algumas questões trazidas pela teoria *poulantziana* da “autonomia relativa do Estado capitalista” se mostrarão úteis para a discussão que levaremos a cabo, mais à frente, sobre bonapartismo e populismo.

Uma dessas questões diz respeito à capacidade desse Estado “relativamente autonomizado” de adotar políticas que, embora objetivem garantir os interesses fundamentais (políticos) da classe dominante – ou precisamente por isso –, podem colidir com os interesses econômicos de certas frações burguesas:

Essa autonomia relativa permite-lhe [ao Estado] precisamente intervir não somente com vista a realizar compromissos em relação às classes dominadas, que, a longo prazo, se mostram úteis para os próprios interesses econômicos das classes e frações dominantes, mas também intervir, de acordo com a conjuntura concreta, contra os interesses a longo prazo de *tal* ou *qual* fração da classes dominante: compromissos e sacrifícios por vezes necessários para a realização do seu interesse político de classe. Basta mencionar o exemplo das chamadas “funções sociais” do Estado, que atualmente [1968] revestem uma importância crescente. Se é bem verdade que, atualmente, elas são conformes à política de investimentos estatais, visando a absorção de subprodutos da produção monopolista, não é menos verdade que elas foram *impostas* às classes dominantes pelo Estado, sob a pressão da luta das classes dominadas; isto traduziu-se, frequentemente, por uma hostilidade entre o Estado e as classes dominantes.⁶⁰

Outro aporte oferecido pelo marxista grego ao nosso trabalho se refere ao papel desempenhado pela burocracia de Estado na arquitetura da dominação política burguesa. Definida como uma “categoria específica”, a burocracia teria suas ações determinadas, primeiramente, por sua própria condição de parte constituinte do aparelho estatal (“categoria social” integrada ao Estado) e, secundariamente, pela sua origem de classe propriamente dita (ou seja, pelos interesses da classe na qual é recrutada). Consequentemente, a burocracia

⁶⁰ POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Op. cit., p. 124. Grifos do autor.

estatal encerraria ela também uma “autonomia relativa” diante da classe/fração de classe dominante (mesmo dispondo esta classe/fração de classe de uma “hegemonia” política na sociedade).⁶¹ Seguindo sua lógica, Poulantzas considerou que essa “autonomia relativa” da burocracia se faria presente em qualquer tipo de formatação político-institucional concretamente assumida pelo Estado capitalista (e – mais uma vez – não apenas em momentos de “equilíbrio de forças”/“crise de hegemonia”): antes de qualquer outro fator, essa “autonomia relativa” da burocracia estatal decorreria da estrutural “autonomia relativa” do próprio Estado capitalista”.⁶²

Entretanto, Poulantzas assinalou que, em situações de bonapartismo – nas quais, como vimos, ocorreria uma intensificação da “autonomia relativa” do Estado – a *permanente* “autonomia relativa” da burocracia estatal se acentuaria, conferindo a esta “categoria específica” a condição de uma “força social” capaz de desempenhar uma atuação política independente:

As situações [...] de um equilíbrio geral das forças em presença, ou sobretudo as de um equilíbrio catastrófico, operando no quadro de um Estado capitalista, criam circunstâncias favoráveis para a constituição da burocracia como força social. O mesmo se passa nos casos de desorganização política das classes dominantes – crise de representatividade partidária na cena política –, combinadas ou não com situações de equilíbrio; ou nos casos de constituição como forças sociais das classes da pequena produção, do campesinato – mais particularmente do parcelar – e da pequena-burguesia (é que, neste último caso, a burocracia erige-se em força social, funcionando como “representante” político dessas classes); o mesmo se passa, ainda, nos casos de crise geral de legitimidade numa formação. Numa palavra, trata-se então de um conjunto de fatores que, na sua combinação sempre original no interior de uma formação, podem permitir à burocracia funcionar, não simplesmente como categoria específica com unidade própria e autonomia relativa, mas como força social efetiva.

Essa existência da burocracia como força social pode ser decifrada no quadro de uma correlação com as formas de Estado capitalista. É particularmente nítida nessas formas históricas particulares do Estado capitalista que são as formas cesaristas, tais como os Impérios dos dois Bonapartes em França. Nesses casos, a burocracia exerce a sua função de força social, que lhe advém da própria conjuntura, contribuindo eficazmente para a constituição e o apoio a essas formas de Estado. A burocracia-força social desempenha realmente, nesses casos, um *papel próprio*. Trata-se do apoio que dá, através do burocratismo que caracteriza a sua legitimidade interna, a formas particulares de Estado.⁶³

Losurdo e o bonapartismo onipresente

Intelectual marxista ainda em atividade, Domenico Losurdo talvez seja quem mais recentemente produziu um trabalho de fôlego sobre o fenômeno bonapartista. Em sua

⁶¹ *Idem*, p. 184-185.

⁶² “[...] esses modelos de equilíbrio, do mesmo modo que não bastam para explicar a autonomia relativa do Estado capitalista face às classes dominantes, não bastam para explicar a autonomia relativa da categoria específica do aparelho de Estado face a elas. Essa autonomia relativa é um traço constitutivo do tipo capitalista de Estado – e portanto dessas formas concretas – mesmo no caso em que não se está em presença de qualquer equilíbrio de forças. Assim, na medida em que encontramos em Marx o exame (no *estado prático*) da autonomia relativa do tipo capitalista de Estado face às classes dominantes, encontramos, de forma *diretamente determinada*, o da autonomia relativa da burocracia face a elas, mesmo no caso de uma situação concreta de não-equilíbrio de forças.” (*Idem*, p. 203).

⁶³ *Idem*, p. 210.

instigante obra *Democracia ou bonapartismo. Triunfo e decadência do sufrágio universal*⁶⁴ (publicada originalmente em 1993, na Itália), o erudito filósofo buscou historiar a emergência do bonapartismo no mundo contemporâneo, abordando, sobretudo, o discurso teórico-político dos seus artífices e ideólogos.

Debruçando-se sobre a complexa dinâmica das lutas de classes desde fins do século XVIII até as primeiras décadas do século passado, Losurdo, após expor todas as investidas da classe dominante para obstar a implementação do sufrágio universal masculino (procrastinando-o ao máximo),⁶⁵ descreveu o que, segundo ele, teria sido, no desenrolar de um contínuo processo de “des-emancipação” política, a construção de formas bonapartistas de dominação.

Em linhas gerais, a tese proposta por Losurdo é de que o bonapartismo, como regime político, teria se erigido como um modo de incorporação controlada dos setores subalternos à esfera política, num momento em que a pressão exercida por estes sobre as antigas formas exclusivistas de dominação mostrava-se incontornável. Como uma “alternativa à discriminação censitária”,⁶⁶ o regime bonapartista teria, assim, se apresentado também como um “antídoto à extensão do sufrágio universal”.⁶⁷

Objetivando a manutenção da ordem em uma época de crescente pressão pela “socialização da política”, o bonapartismo, segundo o filósofo, procurou absorver politicamente os cada vez mais numerosos setores populares a partir da neutralização de suas tendências mais “radicais” e “democráticas”. Atacando as suas formas associativas e organizativas (partidos, sindicatos etc.), o projeto bonapartista, observou Losurdo, levava a cabo um processo de *desarticulação política* das classes dominadas, única maneira de incorporá-las com relativa segurança à ordem capitalista em construção. Carentes de organizações próprias e de independência política, as massas populares, *atomizadas* e *amorfas*, teriam sido conduzidas ao estabelecimento de uma relação *direta* – sem mediações sindicais, partidárias e programáticas – com os grandes líderes nacionais carismáticos, os quais, no gozo de poderes discricionários, se proclamavam (e eram proclamados) como dotados de “sabedoria” e representantes supremos da “vontade nacional”.⁶⁸ Tratadas por destacados pensadores e políticos burgueses (bonapartistas ou não, como Walter Bagehot, Granier de Cassagnac, Gustave Le Bon, entre outros) como um corpo social desprovido de

⁶⁴ LOSURDO, Domenico. *Op. cit.*

⁶⁵ Ver o primeiro capítulo “A luta pelo sufrágio: uma história atormentada e ainda não concluída”, no qual o autor relata vários tipos de exclusão impostas pela classe dominante ao exercício do voto aos setores subalternos (voto censitário, proibição do voto aos “estrangeiros”, aos negros, aos sem domicílio comprovado, aos analfabetos etc.) (LOSURDO, Domenico. *Op. cit.*, p. 15-60).

⁶⁶ LOSURDO, Domenico. *Op. cit.*, p. 124.

⁶⁷ *Idem*, p. 128.

⁶⁸ *Idem*, p. 61-67.

“racionalidade política”, capaz de agir apenas guiado por juízos “emocionais”, a massa dos subalternos (a “multidão criança”)⁶⁹ teria sido politicamente submetida aos ditames de um Poder Executivo forte (encarnado na figura dos carismáticos chefes de Estado), cuja meta central era a da pacificação nacional mediante a suspensão dos conflitos entre as classes e facções políticas existentes:

Se havia algo que podia fazer sombra a um presidente decidido a se comportar como único intérprete direto da nação e como líder carismático claramente acima dos mesquinhos conflitos e rivalidades pessoais que dividiam os deputados e aspirantes a uma cadeira parlamentar, se havia algo que podia dificultar tal projeto, isto era constituído pela existência de partidos organizados nacionalmente e capazes de se dirigirem ao povo para convidá-lo a votar não nesta ou naquela pessoa mas numa precisa plataforma programática, colocada no centro de um debate que fosse além de cada colégio eleitoral, rompendo assim o monopólio presidencial do apelo ao povo. Assim, o sucesso e a consolidação do projeto bonapartista pressupunham a dissolução e a marginalização dos partidos, bem como a liquidação de um sistema eleitoral que se baseava neles e introduzia um incômodo diafragma entre presidente, por um lado, e investidura popular, por outro.⁷⁰

Losurdo assinalou também o fato de que os regimes bonapartistas, embora não pudessem tolerar a “organização e atividade autônoma” das classes subalternas, mostraram-se capazes, em certos casos, de “efetivar algumas concessões limitadas” a elas, “de cima pra baixo, segundo modelo de Luís Napoleão, Disraeli [escritor e primeiro-ministro do Reino Unido em 1868] ou Bismarck”.⁷¹ Trazendo à cena política as massas populares, fazendo-as funcionar como esteio da nova ordem, o bonapartismo se diferenciaria das pretéritas formas de dominação por ser, sobretudo, um regime político de massas. Comparando o bonapartismo francês de Napoleão III com o que considerou ser o bonapartismo norte-americano inaugurado por George Washington (a partir do “golpe de Estado” dos *federalistas* em 1799), Losurdo observou que

A preocupação em conter as reivindicações populares e plebéias desemboca, num caso e no outro, não na reproposição do regime de notáveis e sim, indo inclusive além e fora das aspirações e das intenções subjetivas dos protagonistas dos acontecimentos, num regime político novo, no âmbito do qual o Executivo forte ou fortíssimo encontra sua legitimação numa investidura popular que se expressa mediante o plebiscito ou mediante um sufrágio eleitoral bastante amplo e, seja como for, sensivelmente mais abrangente do que no passado.⁷²

Em sua narrativa histórica, Losurdo destacou também outros aspectos que, em sua concepção, seriam característicos do bonapartismo: a normalização do *estado de exceção*, o militarismo, o anticomunismo, o caráter plebiscitário dos processos eleitorais, o constante apelo retórico às massas por parte dos chefes de Estado, a personalização do poder político e seu correlato culto à personalidade, a força da propaganda política (exercida, principalmente,

⁶⁹ *Idem*, p. 67-92.

⁷⁰ *Idem*, p.64.

⁷¹ *Idem*, p. 141.

⁷² *Idem*, p. 124.

pelos meios de comunicação de massa), a idéia de uma “missão imperial” a ser cumprida pela nação (conduzida por seu líder máximo) e a consequente “exportação do conflito” por meios beligerantes etc.⁷³

Como é possível perceber, a análise sobre o fenômeno bonapartista proposta por Domenico Losurdo contém vários elementos que informam o nosso entendimento acerca de sua natureza. Como também será possível notar a partir das próximas páginas, muitos desses elementos arrolados por Losurdo já se encontravam presentes nas elaborações dos autores com os quais trabalharemos (Marx, Engels, Trotsky e Gramsci). Entretanto, sua concepção *mais geral* sobre o bonapartismo, sua definição histórico-política do fenômeno, nos parece distinta da que pode ser depreendida das obras destes mesmos autores, e a qual corroboramos.

Na perspectiva de Losurdo, conforme vimos acima, o bonapartismo é definido, fundamentalmente, como um projeto político que, surgido em um contexto histórico de *massificação* da política, se apresentou como uma forma de dominação capaz de absorver controladamente a presença das crescentes massas no jogo político, de modo a evitar que as lutas “democráticas” desencadeadas pela sua ação organizada pudessem obter êxito.

Em nossa proposta de *síntese conceitual* do bonapartismo, assim como nas considerações que fizemos na sequência, também relacionamos sua emergência (assim como a da democracia burguesa) às chamadas sociedades *de massas*, nas quais as antigas *exclusivistas* formas de dominação mostram-se inviáveis; ratificando o que expusemos há pouco, o bonapartismo, a nosso juízo, aparece como uma possibilidade política em sociedades nas quais a questão da “hegemonia” está colocada e não pode ser solucionada em termos *hegemônicos*. Não havendo, portanto, a possibilidade da efetivação de uma dominação *hegemônica* sobre o sempre “perigoso” proletariado – dadas, entre outros fatores, a inexistência de uma fração burguesa capaz de se fazer *hegemônica*, e a força (real ou potencial) de mobilização dos trabalhadores –, a democracia burguesa acaba por carecer de bases sólidas pra se erigir ou se manter. Consequentemente, o bonapartismo, procurando bloquear a luta das classes por meio de um Estado *relativamente autonomizado* em face delas, se apresenta como uma saída temporária pra a “crise de hegemonia”, preservando a ordem social capitalista. Assim, o regime bonapartista é por nós concebido como uma “opção” ao regime democrático, o qual – e aqui se encontra o cerne de nossa diferença com Losurdo – se constituiu (e se constitui) também como uma forma de dominação – aliás, a forma de dominação preferencial – do capital sobre o trabalho.

Por outro viés teórico-político, Losurdo, identificando a democracia não como uma forma política de dominação de classe (burguesa), e sim como um projeto político oriundo

⁷³ *Idem*, p. 93-206.

dos setores subalternos, esgrimiou o argumento de que o bonapartismo teria surgido precisamente para obstar sua possível realização prática (a realização da democracia). Por conseguinte, na cuidadosa reconstituição feita pelo autor dos mecanismos de dominação engendrados pelas classes dominantes desde fins do século XVIII até a atualidade, a democracia, uma vez que o bonapartismo teria obtido um sucesso quase pleno em seus propósitos, foi vista não como um regime político que concretamente existiu, mas apenas como uma possibilidade historicamente bloqueada. A idéia que vertebra toda a análise do filósofo italiano é de que, para além das aparências e auto-definições, quase todos os regimes políticos construídos nessa longa duração seriam, em última análise, dotados de uma natureza bonapartista (massas atomizadas e desorganizadas relacionando-se diretamente com um líder supremo, caráter plebiscitário dos processos eleitorais, militarismo etc.). Na obra de Losurdo, o bonapartismo não é tratado como *um dos regimes* dos quais lançaram mão as classes dominantes em sua permanente batalha pela “des-emancipação” política dos trabalhadores – assim com a democracia foi também um desses regimes –, e sim como praticamente o *único regime* efetivamente implementado pela burguesia no transcorrer de sua trajetória política. Diferentemente de ser concebido, portanto, como um tipo particular de regime político burguês, o bonapartismo aparece como *o regime burguês*.

Em sua trabalhosa empresa de desconstrução da abstrata noção de democracia elaborada pelo liberalismo burguês (extremamente reducionista), foi o próprio Losurdo quem, a nosso ver, acabou, ele também, adotando outra concepção igualmente abstrata dela (bem mais ampliada, porém menos realista). Tomada à maneira da velha social-democracia de Kautsky e Bernstein, a democracia, esvaziada de seu real conteúdo de classe (democracia burguesa),⁷⁴ perdeu nas linhas de Losurdo toda a sua existência objetiva ao longo da história do capitalismo contemporâneo. Na conflituosa história das lutas de classe passada em revista pelo filósofo italiano, a democracia, *reificada*, parece não ocupar senão um lugar idílico e *etéreo* (parafraseando o jovem Marx), como se nunca tivesse sido – gostem ou não gostem alguns marxistas – uma forma bastante real e concreta de dominação política utilizada pelo capital contra o trabalho.

Consequentemente, na análise do autor, o conceito de bonapartismo *alcançou uma abrangência quase ilimitada*, dado que inúmeros regimes democráticos existentes ao longo do capitalismo teriam sido, na verdade, regimes bonapartistas. Assim, na obra de Losurdo, não só os regimes de Napoleão I, Napoleão III, Bismarck e outros tantos caracterizados por uma “autonomia relativa do Estado” diante das classes sociais em disputa foram classificados como bonapartistas, mas também muitos outros nos quais esse elemento claramente não

⁷⁴ LÊNIN, V. *O Estado e a revolução/ A revolução proletária e o renegado Kautsky*. (apresentação de Felipe Demier e Henrique Canary). São Paulo: Sundermann, 2005.

esteve presente. Tocamos aqui, por sinal, em uma (outra) possível falha analítica do filósofo italiano: embora tenha sublinhado suficientemente o destacado papel desempenhado no bonapartismo pelo “líder nacional” colocado acima dos partidos e facções políticas, Losurdo pouco ou nenhum peso conferiu ao elemento da *autonomização relativa do Estado* enquanto característica definidora desse tipo de regime. Possivelmente, isso ajude a explicar o fato de Losurdo ter, a nosso ver, confundido o que seriam democracias com Executivo forte (democracias com traços bonapartistas, muitas vezes) com regimes bonapartistas propriamente ditos.

Talvez o melhor exemplo da enorme amplitude alcançada pelo conceito de bonapartismo no trabalho do filósofo italiano seja a leitura feita por ele da história política dos Estados Unidos como um extenso e contínuo desenvolvimento de um projeto bonapartista de dominação. Iniciado com o já mencionado “golpe de Estado” dos *federalistas* em 1799, ele teria se fortalecido ao longo de todo o século XIX, por meio da expansão para o Oeste, dos conflitos militares pela definição territorial da nação, da restrição efetiva da democracia quando da extensão do sufrágio universal etc. Dotado de uma enorme longevidade, o bonapartismo teria posteriormente se desenvolvido durante todo o século XX e, ao final deste, triunfado em uma versão “*soft*”, simbolizada pela figura de George W. Bush:

Assim como o século XX se abre com a demonstração da superioridade do modelo americano no momento da intervenção no primeiro conflito mundial e, depois, no curso do seu desenvolvimento, ele também se conclui com uma nova e brilhante vitória do bonapartismo *soft*, que tem no centro um líder, fortalecido pela sua investidura popular de tipo plebiscitário, pelos amplíssimos poderes que exerce e pode estender enormemente o estado de exceção, pela auréola sagrada que lhe deriva do fato de ser intérprete de uma missão sagrada de liberdade, pela possibilidade de dispor de um gigantesco aparelho propagandístico e de persuasão oculta. Identificar imediatamente esta vitória com a marcha da democracia significa subscrever acriticamente a ideologia da guerra e a ideologia do império da liberdade que acompanharam constantemente a história dos Estados Unidos, marcando sua ascensão mundial, e que nos nossos dias consagram o triunfo do bonapartismo.⁷⁵

Cabe esclarecer que, na análise histórica de Losurdo, essa longa duração do bonapartismo – que faria dele o “regime do nosso tempo”⁷⁶ – não é explicada como decorrência da manutenção, por um tempo prolongado, das condições que o teriam gerado (fundamentalmente, a “crise de hegemonia”) e, conseqüentemente, impedido a efetivação de regimes democrático-burgueses em determinadas formações sociais – tal qual, por exemplo, parece ter ocorrido em alguns países periféricos durante certos períodos históricos (como, a nosso ver, foi o caso do Brasil entre 1930 e 1964, ou até mesmo, arriscando-nos analiticamente, entre 1930-1989).

⁷⁵ LOSURDO, Domenico. *Op. cit.*, p. 300.

⁷⁶ *Idem*, p. 92. Analisando o mundo de fins do século XX, Losurdo chega até mesmo a falar na existência de uma tendência a um “bonapartismo planetário” (*Idem*, p. 280).

Na interpretação do filósofo italiano, essa quase *onipresença do bonapartismo* como regime político na contemporaneidade parece resultar do fato de que, para o autor, como dissemos, ele seria praticamente *a única forma*, ou pelo menos a forma *por excelência*, de dominação política da burguesia sobre as massas populares. Tomando a democracia como uma espécie de apanágio dos setores subalternos, Losurdo parece supor que sua implementação só poderia ser obra de uma sociedade emancipada. Assim, todos aqueles regimes que, para muitos autores (marxistas ou não), foram designados de democracia (democracia liberal, democracia representativa, democracia burguesa etc.), tratar-se-iam, para Losurdo, de regimes bonapartistas. Assim parece operar a lógica analítica do filósofo italiano: não podendo ser a democracia um regime burguês, não haveria democracia burguesa, e sim bonapartismo. Todos os regimes capitalistas seriam bonapartistas. Desse modo, temos a ligeira impressão de que Losurdo, ao invés de reconhecer o verdadeiro caráter da democracia sob o capitalismo – uma democracia apenas para uma “ínfima minoria”, “para os ricos”, “inevitavelmente mesquinha, que exclui sorrateiramente os pobres e, por consequência, é hipócrita e mentirosa”⁷⁷ –, prefere lhe dar outro nome: bonapartismo.

Alargado ao máximo na obra de Losurdo, o conceito perde, a nosso juízo, sua validade como instrumental analítico. Se, para Poulantzas, a condição particular do bonapartismo (a “autonomia relativa do Estado” face às classes sociais) estaria presente em todas as formas de regime adotadas pelo Estado capitalista, para Losurdo, é o bonapartismo que aparece praticamente como o único regime implementado historicamente pelo capitalismo. Tanto em um caso como no outro, o bonapartismo parece ter seu conteúdo esvaziado.

Após essas considerações de caráter preliminar, detenhamo-nos agora nas elaborações dos nossos teóricos do bonapartismo.

⁷⁷ LÊNIN, V. *O Estado e a revolução*. *Op. cit.*, p. 94-95.

Capítulo I

As origens do conceito: Marx e Engels

Marx e o *clássico* bonapartismo francês (1848-1871)

O regime parlamentar deixa tudo à decisão das maiorias; como então as grandes maiorias fora do parlamento não hão de querer decidir? Quando se toca música nas altas esferas do Estado, que se pode esperar dos que estão embaixo, senão que dancem?

Assim, denunciando agora como “*socialista*” tudo o que anteriormente exaltara como “*liberal*”, a burguesia reconhece que seu próprio interesse lhe ordena subtrair-se aos perigos do *self-government*; que, a fim de restaurar a calma no país, é preciso antes de tudo restabelecer a calma no seu parlamento burguês; que a fim de preservar intacto o seu poder social, seu poder político deve ser destruído; que o burguês particular só pode continuar a explorar as outras classes e a desfrutar pacatamente a propriedade, a família, a religião e a ordem sob a condição de que sua classe seja condenada, juntamente com as outras, à mesma nulidade política; que, a fim de salvar sua bolsa, deve abrir mão da coroa, e que a espada que a deve salvaguardar é fatalmente também uma espada de Dâmocles suspensa sobre sua cabeça.⁷⁸

Publicado em 1852, *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, de onde retiramos o trecho acima, compõe, conjuntamente com *As lutas de classe na França* (1850)⁷⁹ e *A guerra civil na França* (1871),⁸⁰ o que se costuma chamar de a trilogia política de Marx sobre a França. Nesses três magníficos trabalhos, que recobrem o período histórico francês de 1848 (ano que marca a Revolução de fevereiro que pôs fim à monarquia constitucional de Luís Felipe – a *Monarquia de Julho*) a 1871 (ano da Comuna de Paris, surgida na esteira da queda do *Segundo Império*, no ano anterior), encontram-se as principais reflexões de Marx sobre o fenômeno da *autonomização relativa do Estado* face à sociedade. Na linguagem do próprio Marx, tal fenômeno exprime-se pelo nome de bonapartismo.

Embora, como já dissemos, não haja uma sistematização teórica do bonapartismo como uma forma específica de regime e de governo capitalistas em nenhum momento da vasta obra marxiana, é nesses três supracitados livros que podemos localizar os principais aportes do autor para o que vimos chamando de uma teoria do bonapartismo – a qual seria desenvolvida posteriormente pelos autores marxistas basicamente a partir desses escritos de Marx.

De um modo geral, o que Marx nos oferece em tal trilogia é uma refinada análise de um processo histórico concreto no qual a burguesia francesa, profundamente dividida politicamente e temerosa do emergente proletariado revolucionário, teria, no desenrolar dos fatos entre 1848-1851, abdicado de seu poder político direto sobre as demais classes sociais para, segundo as palavras contidas na citação acima, preservar intacto seu poder social sobre aquelas. Elevado acima das forças sociais em conflito, inclusive das distintas frações da

⁷⁸ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Op. cit., p. 63. Grifos do autor.

⁷⁹ MARX, K. *As lutas de classes na França (1848-1850)* in _____. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*, volume I. São Paulo: Alfa-ômega, s. d.

⁸⁰ MARX, K. *La guerra civil em Francia*. Moscou: Editorial Progreso, 1980.

burguesia, o Poder Executivo, assentado em sua burocracia e nas Forças Armadas, e gozando do apoio político-ideológico dos numerosos pequenos proprietários rurais, teria, com o golpe do “18 brumário” assestado por Luís Bonaparte ao final de 1851, aparecido então como o guardião da ordem social burguesa numa situação em que nenhuma das representações políticas da burguesia no Parlamento mostrava-se capaz de fazê-lo.⁸¹ Adquirindo relativa autonomia face à totalidade da classe dominante, o novo regime surgido da aguda crise política, o regime bonapartista, teria se erigido por meio da destruição do principal instrumento do domínio político direto da própria classe dominante, isto é, por meio da eliminação do regime parlamentar burguês cuja vigência colocava em risco os fundamentos da sociedade capitalista. Assim, dialeticamente, a responsabilidade pela manutenção da dominação de classe da burguesia teria ficado inteiramente a cargo de um aparelho burocrático-militar que, agigantado e envolvido numa aura de neutralidade arbitral, deveria, para cumprir seus objetivos de mantenedor da ordem capitalista, castrar a própria burguesia de sua liberdade política.

Faz-se necessário afirmar, entretanto, que tal renúncia da burguesia de seu poder político direto sobre a nação (de seu poder parlamentar) e a consequente ascensão de um poder estatal “independente”⁸² não podem ser reduzidas, segundo nossa interpretação das análises de Marx, a um simples processo no qual a burguesia teria, de conjunto, optado conscientemente por um tipo de regime político em que ela não dominaria diretamente (o bonapartismo) em detrimento de outro em que estabeleceria seu poder por meio de suas próprias e tradicionais representações políticas (a república parlamentar burguesa). Sagazmente, Marx tratou, na verdade, de um contraditório processo político no qual a

⁸¹ Lembramos – talvez desnecessariamente para alguns – que Marx, ao chamar de “18 brumário” o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 aplicado por Luís Bonaparte, fez uma alusão ao golpe de Estado dado por Napoleão Bonaparte a 9 de novembro de 1799 (18 brumário no calendário da Revolução Francesa), cujo resultado fora o fim da *Primeira República*, proclamada em 1792, e o surgimento do *Consulado*, que logo se transformaria em *Império* (tendo Napoleão como Imperador). Luís Bonaparte, ao derrubar a república burguesa e instaurar o *Segundo Império* (1851-1870) proclamando-se Napoleão III, dizia estar reeditando (ou continuando) a obra de seu suposto tio, Napoleão I – os vínculos sanguíneos entre ambos eram duvidosos. Foi com base nessa aparente repetição dos eventos e nomes históricos que Marx, evocando Hegel, elaborou o célebre trecho que abre *O 18 brumário*, no qual diz que “todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes [...]: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1848-1851 pela Montanha de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do Dezoito Brumário!”. (MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 17). Como interessadamente expôs Paulo Barsotti, a inspiração para essa sugestiva colocação de Marx veio de uma carta a ele endereçada por Engels. Nessa missiva, considerada por Lênin como “o primeiro esboço de *O 18 brumário*”, Engels afirmara que, “na verdade, parece que o velho Hegel dirige de sua tumba a história no papel de espírito mundial!, cuidando com a maior atenção a que todos os acontecimentos apareçam duas vezes: a primeira sob a forma de tragédia e a segunda na forma miserável da farsa. Caussidière por Danton, Luís Blanc por Robespierre, Barthelemy por Saint-Just, Flocon por Carnot, e o lunático Luís Napoleão, com meia dúzia de oficiais desconhecidos e cheios de dívidas em vez do pequeno cabo Napoleão I com sua turma de marechais. Estaríamos, então, já no 18 brumário...” (BARSOTTI, Paulo “Engels e o bonapartismo” in *Novos temas* (Revista do Instituto Caio Prado Jr.), nº. 1. Salvador: Quarteto/ São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., setembro de 2009, p. 95.).

⁸² MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 123.

burguesia, em função de suas lutas endógenas e, centralmente, de sua luta contra as outras classes sociais (pequena-burguesia e proletariado), teria, um tanto quanto forçosamente, debilitado “seu” Poder Legislativo,⁸³ por intermédio do qual então exercia diretamente sua dominação política, e, consequentemente, fortalecido o Poder Executivo que lhe era “hostil”,⁸⁴ e pelo qual só poderia dominar de modo indireto.

Destarte, no entendimento de Marx, a dinâmica da luta de classes teria impellido a burguesia a minar as bases de seu regime político por excelência, a república parlamentar burguesa, e, simultaneamente, a alimentar o crescimento de um Poder Executivo “com sua imensa organização burocrática e militar”.⁸⁵ Agindo assim, teria fornecido as condições para a emergência de um regime político no qual também ela, a burguesia, deveria se curvar politicamente face a um poderoso aparelho estatal relativamente autonomizado da sociedade. Na apurada perspectiva marxiana, o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 que pusera fim à república parlamentar burguesa e instalara o regime bonapartista (sob forma imperial) seria resultante, portanto, de um intenso processo de luta de classes – entre as diferentes frações burguesas, e entre estas e seus adversários pequeno-burgueses e proletários – que teria se expressado, também, por aguçadas contradições entre as distintas estruturas constitutivas do Estado capitalista:

Seus *interesses políticos* [da burguesia] forçavam-na a aumentar diariamente as medidas de repressão e, portanto, os recursos e o pessoal do poder estatal, enquanto tinha ao mesmo tempo que empenhar-se em uma guerra ininterrupta contra a opinião pública e receiosamente mutilar e paralisar os órgãos independentes do movimento social, onde não conseguia amputá-los completamente. A burguesia francesa viu-se assim compelida por sua posição de classe a aniquilar, por um lado, as condições vitais do poder parlamentar e, portanto, inclusive o seu próprio [poder parlamentar], e, por outro, a tornar irresistível o poder executivo que lhe era hostil [...]

[O] resultado imediato e palpável [do golpe de 2 de dezembro de 1851] foi a *vitória de Bonaparte sobre o parlamento, do poder executivo sobre o poder legislativo, da força sem frases sobre a força das frases*. No parlamento a nação tornou a lei a sua vontade geral, isto é, tornou sua vontade geral a lei da classe dominante. Renuncia, agora, ante o poder executivo, a toda vontade própria e submete-se aos ditames superiores de uma vontade estranha, curva-se diante da autoridade. O poder executivo, em contraste com o poder legislativo, expressa a heteronomia da nação, em contraste com sua autonomia. A França, portanto, parece ter escapado ao despotismo de uma classe apenas para cair sob o despotismo de um indivíduo, e, o que é ainda pior, sob a autoridade de um indivíduo sem autoridade. A luta parece resolver-se de tal maneira que todas as classes, igualmente impotentes e igualmente mudas, caem de joelhos diante da culatra do fuzil.⁸⁶

Essa dialética – que vertebra a análise marxiana do *coup d'état* de 1851 – entre a perda do poder político e a preservação do poder social por parte da burguesia francesa foi apontada por Hall Draper, estudioso norte-americano da obra de Marx, como a “chave” para o

⁸³ *Idem*, p. 98.

⁸⁴ *Idem*, p. 59.

⁸⁵ *Idem*, p. 113.

⁸⁶ *Idem*, p. 59-113. Grifos do autor.

entendimento do bonapartismo (“key to bonapartism”).⁸⁷ O sociólogo brasileiro Emir Sader, por sua vez, interpretando os textos de Marx, considerou que “o surgimento do bonapartismo representou o esmagamento da representação política da burguesia; porém, esse governo lhe interessava na medida em que esse esmagamento era o requisito para o reforçamento do seu poder social”.⁸⁸ Além de Draper e Sader, alguns outros especialistas nos escritos “políticos” de Marx já se debruçaram sobre sua produção concernente ao complexo fenômeno bonapartista. Embora nutrido, em muitos casos, perspectivas teóricas distintas dentro do heterogêneo campo marxista, o conjunto desses especialistas tomou a tensão dialeticamente contraditória entre poder político e poder social burgueses como uma das linhas mestras da análise marxiana sobre o processo histórico francês de 1848-1871.⁸⁹

Incorporando as ricas contribuições desses autores, procuraremos oferecer a partir de agora não mais do que uma ligeira apresentação das elaborações de Marx sobre a experiência francesa em questão, procurando destacar, segundo nossa ótica, os principais elementos de uma trama política na qual, contraditoriamente, o regime parlamentar burguês foi sistematicamente minado pelas ações empreendidas pela própria burguesia.

A Revolução de fevereiro de 1848

Compreender essa complexa dinâmica política nos remete, primeiramente, à Revolução de 1848, cujo resultado foi a proclamação da república burguesa. Feita ou preparada pela “oposição dinástica, a burguesia republicana, a pequena-burguesia democrático-republicana e os trabalhadores social-democratas”,⁹⁰ a Revolução de Fevereiro pôs fim à monarquia constitucional de Luís Felipe, conhecido como o “rei burguês”.

Implantada pela revolução liberal-burguesa de 1830, a *Monarquia de Julho* havia expressado, para Marx, o “domínio exclusivo da aristocracia financeira”,⁹¹ representada pela Casa dinástica dos Orléans, do mesmo modo que as monarquias absolutistas vigentes sob a

⁸⁷ DRAPER, Hall. *Karl Marx's theory of revolution (volume I: State and bureaucracy. Chapter 15: “The Bonaparte model”)*. New York: Monthly Review, 1977, p. 398.

⁸⁸ SADER, Emir. *O Estado e a política em Marx*. São Paulo: Cortez, 1993, p. 111 (quanto às interpretações do autor sobre os escritos de Marx acerca do bonapartismo, ver especialmente o capítulo II intitulado “Bonapartismo: O Estado na política de Marx”).

⁸⁹ Citamos, por exemplo: RUBEL, Maximilien. *Karl Marx devant le bonapartisme*. Paris: Mouton, 1960; POULANTZAS, Nicos. *Poder políticos e classes sociais*. Porto: Portucalense editora, 1971, 2 v. (especialmente o capítulo IV intitulado “A unidade do poder e a autonomia relativa do Estado capitalista”); CODATO, A. e PERISSINOTO, R. “O Estado como instituição. Uma leitura das ‘obras históricas’ de Marx” in *Crítica Marxista*, nº. 13. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 9-28.; PERISSINOTO, R. “A importância do 18 brumário de Luís Bonaparte para a teoria marxista contemporânea sobre do Estado capitalista” (artigo inédito) e BOITO Jr., Armando. “Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista – comentário em comemoração ao sesquicentenário da publicação de *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*” in *Crítica Marxista*, nº 15. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 127-139; e ROUQUIÉ, Alain. “L’ hypothèse bonapartiste et l’émergence des systèmes politiques compétitifs” in *Revue française de Science Politique*, nº 25, 1975, p. 1077-1111.

⁹⁰ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Op. cit., p. 23.

⁹¹ *Idem*, p. 24.

Restauração teriam sido governos exclusivos da “aristocracia fundiária”, representada pela dinastia bourbônica. Segundo a interpretação histórica marxiana,

quem dominou sob Luís Felipe não foi a burguesia francesa, mas uma fração dela – os banqueiros, os reis da bolsa, os reis das estradas de ferro, os proprietários de minas de carvão e de ferro e de explorações florestais e uma parte da propriedade territorial aliada a ela – a chamada aristocracia financeira. Esta ocupava o trono, ditava leis nas câmaras e distribuía os cargos públicos, dos ministérios às lojas de tabaco.

A burguesia industrial, propriamente dita, constituía uma parte da oposição oficial, isto é, só estava representada nas câmaras como uma minoria. Sua oposição se manifestava mais decididamente à medida que se desenvolvia a hegemonia exclusiva da aristocracia financeira e à medida que a própria burguesia industrial acreditava ter assegurado seu domínio sobre a classe operária, depois das revoltas de 1832, 1834 e 1839, afogadas em sangue.⁹²

Seguindo nossa proposta de entendimento das formas histórico-políticas de dominação de classe apresentadas por Gramsci, podemos dizer que na França entre 1830-1848 assistimos a uma forma de dominação de caráter altamente *exclusivista*, um tipo de “hegemonia exclusiva”, nas palavras de Marx, a qual poderíamos nomear – de acordo com que dissemos na introdução desta primeira parte – de uma dominação de natureza *pré-hegemônica*. Tal modo de dominação político-social correspondeu, a nosso ver, a uma determinada formação social que ainda não encerrava uma dimensão *de massas*, com um proletariado moderno politicamente independente e suas entidades sindicais, jornalísticas e culturais. Nesse caso, portanto, a inexistência de uma “hegemonia” por parte da classe dominante não se deveu, supomos, a uma incapacidade desta em exercer aquela – como se daria logo depois entre 1848-1851 (“crise de hegemonia”), provocando o golpe bonapartista – mas simplesmente ao fato de que a própria questão da “hegemonia” não estava ainda historicamente colocada. Aliás, seria a própria Revolução de 1848 – precisamente por marcar a entrada na cena histórica de uma classe trabalhadora organizada e consciente de seus reais interesses – que acabaria por colocar à burguesia francesa a necessidade de construção de uma dominação político-social de tipo *hegemônica*, na qual uma ou mais de suas frações conseguissem *dirigir* politicamente a nação, incorporando tanto o restante dos estratos proprietários, quanto, subalternamente, a pequena-burguesia e (precipuamente) o proletariado.

Adquirindo celeremente um caráter *massivo* em função da emergência de um sujeito social antagonista, a sociedade francesa, a partir de 1848, deparou-se com a “questão da hegemonia”. A dramática história da república burguesa de 1848-1851 foi, *grosso modo*, a história das vãs tentativas da burguesia de, pelos seus próprios meios (pelos seus partidos tradicionais e pela sua política parlamentar) resolver essa “questão”. Portanto, como na França (a nação “Occidental” por excelência) a efetivação de uma dominação propriamente *hegemônica*, por intermédio de um regime democrático-burguês, só se daria após a queda de

⁹² MARX. K. *As lutas de classes na França*. Op. cit., p. 111-112.

um longo regime bonapartista surgido justamente da “crise de hegemonia” de 1848-1851 (e seguido da eclosão da Comuna de Paris), podemos dizer que, historicamente, a “crise de hegemonia” antecedeu a existência de uma “hegemonia” propriamente dita – Antecipamos aqui ao leitor que essa constatação nos permitirá, em nossas considerações finais, estabelecer um paralelo histórico com a emergência do bonapartismo brasileiro em 1930, nascido da “crise de hegemonia” verificada na última década da dominação *exclusivista (pré-hegemônica)* da fração cafeeira (oligárquica) da classe dominante brasileira.

Uma república para a burguesia e a luta contra o proletariado

Retomando a sequência dos acontecimentos franceses, a “*monarquia burguesa* de Luís Felipe” foi, portanto, sucedida por uma “*república burguesa*”, ou seja, “enquanto um setor limitado da burguesia [aristocracia financeira]” havia governado “em nome do rei”, “toda a burguesia” passava a governar agora “em nome do povo”.⁹³ Para Marx, a “República de Fevereiro” teria, assim, completado a “*dominação da burguesia*, incorporando à esfera do poder político, junto à aristocracia financeira, *todas as classes possuidoras*”. Ao derrubar a coroa, “atrás da qual se escondia o capital”, a república fazia com que se manifestasse “nitidamente” a dominação burguesa.⁹⁴

Proclamada pelo Governo Provisório graças à pressão dos trabalhadores, a “República de Fevereiro” assumiu em seus momentos iniciais um caráter mais “social” do que o pretendido pelas forças burguesas:

Do mesmo modo que, nas jornadas de julho [1830], haviam conquistado a *monarquia burguesa*, por meio da luta, nas jornadas de fevereiro, os operários, lutando, conquistaram a *República burguesa*. E do mesmo modo que a Monarquia de Julho vira-se obrigada a apresentar-se como monarquia *rodeada de instituições republicanas*, a República de Fevereiro viu-se obrigada a declarar-se uma *república rodeada de instituições sociais*. O proletariado de Paris *obrigou* também a que se fizesse esta concessão.⁹⁵

Representada no governo provisório por nomes como Luís Blanc e Albert, a classe operária, aos gritos de “organização do trabalho!”, exigia daquele a criação de “um ministério especial para o Trabalho”.⁹⁶ Tendo conquistado a república “de armas na mão, o proletariado imprimiu-lhe sua chancela e proclamou-a uma *república social*.”⁹⁷ Entretanto, “enquanto o proletariado de Paris deleitava-se ainda ante a visão de amplas perspectivas que se abriam diante de si e se entregava a discussões sérias sobre os problemas sociais”, reorganizavam-se

⁹³ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Op. cit., p. 25. Grifos do autor.

⁹⁴ MARX, K. *As lutas de classes na França*. Op. cit., p. 117. Grifos do autor.

⁹⁵ *Idem*, p. 117-118. Grifos do autor.

⁹⁶ *Idem*, p. 118.

⁹⁷ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Op. cit., p. 24. Grifos do autor.

politicamente as “velhas forças da sociedade” que, depois de surpreendidas pelo levante de fevereiro, obtiveram o apoio dos camponeses e da pequena-burguesia urbana.⁹⁸

Assim, o proletariado, conquanto tivesse sido a força motriz da derrubada da Monarquia de Julho,⁹⁹ viu-se destituído de qualquer tipo de poder efetivo pelos resultados das eleições gerais realizadas para a formação da Assembléia Nacional Constituinte. Reunida a 4 de maio de 1848, a Assembléia, eleita majoritariamente pelo voto do enorme campesinato e da pequena-burguesia (que juntos formavam a “massa da nação”¹⁰⁰), assumia um feição estritamente burguesa e, por conseguinte, anti-operária.

A República – isto é, a República reconhecida pelo povo francês – data de 4 de maio e não de 25 de fevereiro. Não é a República que o proletariado de Paris impôs ao Governo Provisório; não é a República com instituições sociais; não é o sonho dos que lutaram nas barricadas. A República proclamada pela Assembléia Nacional, a única república legítima, é a República que não representa nenhuma arma revolucionária contra a ordem burguesa. Pelo contrário, é a reconstituição política dessa ordem, a reconstituição política da sociedade burguesa, numa palavra, a República burguesa [...]

Na Assembléia Nacional, toda a França se constituiu em juiz do proletariado de Paris. A Assembléia rompeu imediatamente com as ilusões sociais da revolução de Fevereiro e proclamou de modo terminante a *República burguesa*, e apenas a República burguesa. Eliminou imediatamente da Comissão Executiva por ela nomeada os representantes do proletariado, Luís Blanc e Albert, rejeitou a proposta de um ministério especial para do Trabalho e aclamou com gritos ensurdecedores a declaração do ministro Trelat: “trata-se apenas de *reduzir o trabalho às suas antigas condições*”¹⁰¹

Somando-se a tais medidas, essa Comissão Executiva, formada pela Assembléia Nacional quando de sua instalação, promulgou uma série de decretos que desafiavam o proletariado, como o que proibia aglomerações populares. “Do alto da tribuna da Assembléia Nacional Constituinte”, relatou Marx, “os operários eram descaradamente provocados, insultados, escarnecidos”.¹⁰² Mas o “verdadeiro ponto de ataque”, ainda segundo Marx, foram as ordens governamentais que levaram à supressão das chamadas Oficinas Nacionais. Criadas pelo próprio Governo Provisório para abrigar trabalhadores desempregados pela crise e pela revolução, e com um rótulo semelhante às “oficinas do povo” (propostas pelo socialista Blanc), as Oficinas Nacionais, “não pelo seu conteúdo, mas pelo seu título”, “encarnavam o protesto do proletariado contra a indústria burguesa, contra o crédito burguês e contra a República burguesa”. “Contra elas”, destacou Marx, se voltou “todo o ódio da burguesia. Naquelas havia o capital encontrado o ponto contra o qual podia dirigir o ataque, logo que se sentiu bastante forte para romper abertamente com as ilusões de fevereiro”.¹⁰³

⁹⁸ *Idem.*

⁹⁹ “A República de Fevereiro fora conquistada pelos operários com a ajuda passiva da burguesia” (MARX. K. *As lutas de classes na França. Op. cit.*, p. 128.).

¹⁰⁰ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte. Op. cit.*, p. 24.

¹⁰¹ MARX. K. *As lutas de classes na França. Op. cit.*, p. 128. Grifos do autor.

¹⁰² *Idem*, p. 129.

¹⁰³ *Idem*, p. 126.

A todos esses ataques, o proletariado parisiense respondeu violentamente com a *Insurreição de Junho de 1848*, até aquela época “o acontecimento de maior envergadura na história das guerras civis da Europa”,¹⁰⁴ uma “formidável insurreição em que se travou a primeira grande batalha entre as duas classes em que se divide a sociedade moderna [burguesia e proletariado]”. Tratou-se, para Marx, de “uma luta pela conservação ou o aniquilamento da ordem *burguesa*. Descerrou-se o véu que envolvia a República.”¹⁰⁵

Derrotados pela força das armas do Exército e da Guarda Nacional, que promoveram um verdadeiro banho de sangue em Paris, os operários seriam conduzidos para “o fundo da cena revolucionária”,¹⁰⁶ e teriam que ver o processo histórico “passar *por cima* de suas cabeças”.¹⁰⁷ Mesmo “fora de combate”,¹⁰⁸ entretanto, o proletariado, doravante, passaria a representar uma permanente ameaça potencial à ordem social constituída, e continuaria, ao longo do período que se seguiria até o golpe bonapartista em dezembro de 1851, a determinar as ações dos sujeitos sociais localizados no prosaetrio da luta de classes. Momentaneamente, porém, não tinha mais condições de atuar como uma força própria e independente na conflituosa arena política nacional. Com a classe trabalhadora nos bastidores, puderam se desenvolver mais livremente as disputas entre as alas políticas da burguesia, e entre estas e a pequena burguesia urbana que, por sua vez, havia se agrupado àquelas no combate aos operários insurretos de junho.

O domínio dos *republicanos burgueses e as contradições constitucionais*

Quase que como uma consequência eleitoral natural da derrocada da monarquia e a subsequente proclamação da república, a maioria das cadeiras da Assembléia Nacional Constituinte (quando da sua formação) coubera à ala *republicana* da burguesia, agrupada em torno do jornal *National*. Essa fração burguesa de orientação *republicana*, segundo a análise nada economicista de Marx,

não era uma fração da burguesia unida por grandes interesses comuns e destacadas das outras por condições específicas da produção. Era um grupo de burgueses de idéias republicanas – escritores, advogados, oficiais e funcionários de categoria que deviam sua influência às antipatias pessoais do país contra Luís Felipe, à memória da velha república, à fé republicana de um grupo de entusiastas, e, sobretudo, ao *nacionalismo francês*, cujo ódio aos acordos de Viena e à aliança com a Inglaterra eles atiçavam constantemente.¹⁰⁹

¹⁰⁴ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 25.

¹⁰⁵ MARX, K. *As lutas de classes na França*. *Op. cit.*, p. 129. Grifo do autor.

¹⁰⁶ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 25.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 67. Grifos do autor.

¹⁰⁸ *Idem*.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 28. Grifos do autor.

Após a derrota da revolução operária em junho, os *republicanos burgueses* impuseram seu “domínio exclusivo”¹¹⁰ sobre a Assembléia Nacional Constituinte, o qual duraria somente até 10 de dezembro do mesmo ano (1848), data das eleições gerais que levariam Luís Bonaparte à Presidência da República, conforme veremos logo à frente. Marrast, ex-redator chefe do *National*, foi transformado em presidente perpétuo da Assembléia Nacional Constituinte e o general *republicano* Cavaignac, que havia reprimido cruentamente a insurreição do proletariado e colocado Paris sob *estado de sítio*, assumiu o lugar da Comissão Executiva com “poderes quase ditatoriais”.¹¹¹ Os ministérios e demais postos importantes do Estado também ficaram sob controle dos *republicanos*. Sua grande tarefa enquanto força política dominante foi a elaboração da nova Constituição francesa, considerada por Marx como “apenas a reedição, em forma republicana, da Carta constitucional de 1830”.¹¹²

Quanto ao processo de elaboração e à natureza dessa nova Constituição, pelo menos três aspectos valem aqui serem destacados, pois expressam precisamente a dinâmica de gestação dos futuros golpe e regime bonapartistas. Mais particularmente, são aspectos nos quais é possível notarmos o já mencionado processo de enfraquecimento do regime parlamentar burguês pela própria burguesia, operado a partir de posturas e atitudes de seus representantes que desmoralizaram e debilitaram seu instrumento de exercício direto de poder político, o Parlamento, e, por conseguinte, ajudaram a autonomizar e fortalecer o núcleo duro da máquina estatal, o Poder Executivo e as estruturas (burocráticas e militares) a ele ligadas.

O primeiro deles se refere ao caráter extremamente limitado da própria Constituição francesa de 1848, já que todas as “liberdades democráticas” nela consagradas receberam a ardilosa companhia de complementos legais que buscavam restringi-las aos marcos da ordem social burguesa, a qual deveria ser legalmente protegida diante do exercício perigoso de qualquer “direito democrático”. A circunscrição dessas “liberdades” à órbita estritamente burguesa foi exposta por Marx no elucidativo parágrafo transcrito abaixo:

O inevitável estado-maior das liberdades de 1848, a liberdade pessoal, as liberdades de imprensa, de palavra, de associação, de reunião, de educação, de religião etc., receberam um uniforme constitucional que as fez invulneráveis. Com efeito, cada uma dessas liberdades é proclamada como direito *absoluto* do cidadão francês, mas sempre acompanhada da restrição à margem, no sentido de que é ilimitada desde que não esteja limitada pelos “direitos iguais dos outros e pela segurança pública” ou por “leis” destinadas a restabelecer precisamente essa harmonia das liberdades individuais entre si e com a segurança pública. Por exemplo: “Os cidadãos gozam do direito de associação, de reunir-se pacificamente e desarmados, de formular petições e de expressar suas opiniões, quer pela imprensa ou por qualquer outro modo. *O gozo desses direitos não sofre qualquer restrição, salvo as impostas pelos direitos iguais dos outros e pela segurança pública*” (Capítulo II, § 8, da Constituição Francesa). “O ensino é livre. A liberdade de ensino será exercida dentro das condições estabelecidas pela lei e sob supremo controle do Estado (*Ibidem*, § 9). “O domicílio de todos os cidadãos é inviolável, exceto nas condições prescritas em lei” (Capítulo II, § 3) etc., etc. A Constituição, por conseguinte, refere-se

¹¹⁰ *Idem*, p. 30. Grifo do autor.

¹¹¹ *Idem*, p. 29.

¹¹² *Idem*, p. 30.

constantemente a futuras leis *orgânicas* que deverão pôr em prática aquelas restrições e regular o gozo dessas liberdades irrestritas de maneira que não colidam nem entre si, nem com a segurança pública. E mais tarde essas leis orgânicas foram promulgadas pelos amigos da ordem e todas aquelas liberdades foram regulamentadas de tal maneira que a burguesia, no gozo delas, se encontra livre de interferência por parte dos direitos iguais das outras classes. Onde são vedadas inteiramente essas liberdades “aos outros” ou permitindo o seu gozo sob condições que não passam de armadilhas policiais, isto é feito apenas no interesse da “segurança pública”, isto é, da segurança da burguesia, como prescreve a Constituição. Como resultado, ambos os lados invocam devidamente, e com pleno direito, a Constituição: os amigos da ordem, que ab-rogam todas essas liberdades, e os democratas, que as reivindicam. Pois cada parágrafo da Constituição encerra sua própria antítese, sua própria Câmara Alta e Câmara Baixa, isto é, liberdade na frase geral, ab-rogação da liberdade na nota à margem. Assim, desde que o *nome* da liberdade seja respeitado e impedida apenas a sua realização efetiva – de acordo com a lei, naturalmente – a existência constitucional da liberdade permanece intacta, inviolada, por mais mortais que sejam os golpes assestados contra sua existência *na vida real*.¹¹³

O segundo aspecto para o qual gostaríamos de chamar atenção é a contradição manifesta na Constituição republicana entre os poderes Legislativo e Executivo.

“De um lado”, ocupando o primeiro plano político, uma Assembléia Nacional “incontrolável”, “indissolúvel” e “indivisível” que desfrutava de uma “onipotência legislativa”, decidindo soberanamente sobre as questões que envolvem tratados comerciais, guerra e paz, anistia etc.¹¹⁴ “Do outro lado”, um presidente “com todos os atributos do poder real, com autoridade para nomear e exonerar seus ministros independentemente da Assembléia Nacional, com todos os recursos do poder executivo em suas mãos, distribuindo todos os postos” e tendo “atrás de si todo poder das forças armadas”.¹¹⁵ Assim, para Marx, enquanto outorgava “poderes efetivos” ao Presidente da República, a Constituição tratava de garantir à Assembléia Nacional “o poder moral”.¹¹⁶

Em um parágrafo com um incrível ar de atualidade, Marx aponta como a própria natureza do sistema eleitoral-representativo francês teria contribuído para estabelecer uma desigualdade de forças entre o Parlamento e o Executivo:

À parte o fato de que é impossível criar um poder moral mediante os parágrafos de uma lei, a Constituição mais uma vez se anula ao dispor que o Presidente seja eleito por todos os franceses, através do sufrágio universal. Enquanto os votos da França são divididos entre os setecentos e cinquenta membros da Assembléia Nacional, são aqui, pelo contrário, concentrados em único indivíduo. Enquanto cada representante do povo representa apenas este ou aquele partido, esta ou aquela cidade, esta ou aquela cabeça de ponte, ou até mesma a mera necessidade de eleger algum dos setecentos e cinquenta candidatos, sem levar na devida consideração nem a causa nem o homem, *ele* é o eleito da nação e o ato de sua eleição é o triunfo que o povo soberano lança uma vez em cada quatro anos. A Assembléia Nacional eleita está em relação metafísica com a Nação ao passo que o Presidente eleito está em relação pessoal com ela. A Assembléia Nacional eleita exhibe realmente, em seus representantes individuais, os múltiplos aspectos do espírito nacional, enquanto que no Presidente esse espírito nacional encontra a sua encarnação. Em comparação com a Assembléia ele possui uma espécie de direito divino; é Presidente pela graça do povo.¹¹⁷

¹¹³ *Idem*, p. 30-31. Grifos do autor.

¹¹⁴ *Idem*, p. 32.

¹¹⁵ *Idem*.

¹¹⁶ *Idem*, p. 33.

¹¹⁷ *Idem*.

Além das inúmeras restrições, impostas pela própria Constituição, aos “direitos constitucionais” (o que deixara a nu o conteúdo exclusivamente burguês da República), e da desproporção de forças entre o Executivo e o Legislativo por aquela instituída (o que permitiria, em breve, a ofensiva do primeiro sobre o segundo), Marx também arrolou como um elemento importante para a futura ruína da república parlamentar francesa o fato de que a sua fina flor, a própria Constituição republicana, fora criada em meio a uma situação jurídica que ela mesma definia como excepcional: o *estado de sítio*.

Um tanto quanto ironicamente, portanto, a tão alardeada consagração das “liberdades democráticas” na Constituição republicana foi efetuada em um momento no qual o exercício dessas mesmas liberdades encontrava-se *excepcionalmente* cerceado pelas baionetas que sitiavam Paris. Tratava-se, àquela altura, segundo Marx, não ainda de uma “ditadura do sabre sobre a sociedade burguesa”, como depois se verificaria, mas simplesmente de uma “ditadura da burguesia por meio do sabre”.¹¹⁸ O próprio Marx lembrava, entretanto, que essa ditadura burguesa temporária, essa excepcionalidade jurídico-política que colocava a força das casernas acima dos sagrados “direitos constitucionais”, trazia sempre em si, potencialmente, a possibilidade de que a exceção viesse a se transformar em regra. Ao colocar, por meio do *estado de sítio*, o aparelho coercitivo estatal, excepcionalmente, acima da própria Constituição burguesa, a burguesia abria, inevitavelmente, a possibilidade que aquele deixasse de se portar como um mero instrumento seu, eventualmente utilizado em momentos de crise, e se convertesse, ele mesmo, na força política dirigente da sociedade (submetendo, inclusive, a própria burguesia). Dialeticamente, Marx sugeria que a ditadura bonapartista encontrava-se – ainda que como um elemento latente que poderia ou não se manifestar – inscrita na própria dinâmica política (sobretudo nas crises) da democracia burguesa:

Enquanto os republicanos burgueses se entretinham, na Assembléia, em criar, discutir e votar essa Constituição, fora da Assembléia Cavaignac mantinha o *estado de sítio em Paris*. O estado de sítio foi a parteira da Assembléia Constituinte em seus trabalhos de criação republicana. Se a Constituição foi subsequenteiramente liquidada por meio das baionetas [golpe de 2 de dezembro de 1851], é preciso não esquecer que foi também por baionetas, e estas voltadas contra o povo, que teve que ser protegida no ventre materno e trazida ao mundo. Os precursores dos “respeitáveis republicanos” haviam mandado seu símbolo, a bandeira tricolor, em uma excursão pela Europa. Eles próprios, por sua vez, produziam um invento que percorreu todo o Continente, mas que retornava à França com amor sempre renovado, até que agora adquirira carta de cidadania na metade de seus departamentos – o *estado de sítio*. Um invento esplêndido, empregado periodicamente em todas as crises ocorridas durante a Revolução Francesa. O quartel e o bivaque, porém, que eram assim postos periodicamente sobre a cabeça da sociedade francesa a fim de comprimir-lhe o cérebro e reduzi-la à passividade; o sabre e o mosquetão, aos quais era periodicamente permitido desempenhar o papel de juizes e administradores, de tutores e censores, brincar de polícia e servir de guarda-noturno; o bigode e o uniforme, periodicamente proclamados como sendo a mais alta expressão da sabedoria da sociedade e como seus guardiães – não deviam acabar forçosamente o quartel e o bivaque, o sabre e o mosquetão, o bigode e o uniforme, tendo a idéia de salvar a sociedade de uma vez para sempre, proclamando seu próprio regime como a mais alta forma de governo e libertando completamente a sociedade civil do trabalho de governar a si mesma? O

¹¹⁸ MARX, K. *As lutas de classes na França*. Op. cit., p. 137.

quartel e o bivaque, o sabre e o mosquetão, o bigode e o uniforme tinham forçosamente que acabar tendo essa idéia, com tanto mais razão quanto poderiam então esperar também melhor recompensa por esses serviços mais importantes, ao passo que através de um mero estado de sítio periódico e de passageiros salvamentos da sociedade a pedido desta ou daquela fração burguesa, conseguiam pouca coisa de sólido, exceto alguns mortos e feridos e algumas caretas amigáveis por parte dos burgueses. Não deveriam finalmente os militares jogar um dia o estado de sítio em seu próprio interesse e em seu próprio benefício, sitiando ao mesmo tempo as bolsas burguesas?¹¹⁹

Bonaparte e o partido da ordem contra os republicanos burgueses

Voltemos ao desenrolar da trama política. Após ter “fundado um república para a burguesia, expulsado do campo de luta o proletariado revolucionário e reduzido momentaneamente ao silêncio a pequena-burguesia democrática”, a ala *republicana* da burguesia seria rapidamente retirada do primeiro plano da cena política.¹²⁰ Segundo a periodização proposta por Marx, a vitória de Luís Bonaparte nas eleições presidenciais de dezembro de 1848 marcaria o fim da dominação política exclusiva dos *republicanos*. Para derrotar o general Cavaignac no pleito eleitoral, Bonaparte teria contado, segundo Marx, com o apoio do volumoso campesinato nacional, que associava sua imagem à do “tio” Imperador, de uma parcela significativa do proletariado e da pequena-burguesia urbana, que repudiava Cavaignac (seu algoz de junho), e mesmo da alta burguesia francesa, que saudou o “sobrinho” como “uma ponte para a monarquia”.

Essa aspiração burguesa de retorno ao regime monárquico devia-se ao simples fato de que, mesmo agraciada por uma república que assumira, sobretudo após a supressão da revolução proletária de junho, um caráter exclusivamente burguês, a “massa da burguesia” continuava a ser monárquica.¹²¹ Tomada por um “sentimento de fraqueza” que a fazia “recuar das condições puras do domínio de sua própria classe e ansiar pelas antigas formas, mais incompletas, menos desenvolvidas e, portanto, menos perigosas desse domínio”,¹²² a burguesia, no seu grosso, posicionava-se favoravelmente à restauração da monarquia. Parte dessa “massa” burguesa,

os grandes latifundiários, dominara durante a *Restauração* e era, portanto, *legitimista*. A outra parte, os aristocratas da finança e os grandes industriais, haviam dominado durante a Monarquia de Julho e era, consequentemente, *orleanista*. Os altos dignatários do exército, da universidade, da igreja, da justiça, da academia e da imprensa podiam ser encontrados dos dois lados, embora em proporções várias. Aqui, na república burguesa, que não ostentava nem o nome de *Bourbon*, nem o nome de *Orléans*, e sim o nome de *Capital*, haviam encontrado a forma de governo na qual podiam governar conjuntamente. A insurreição de junho já os unira no “partido da ordem”.¹²³

¹¹⁹ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Op. cit., p. 34-35. Grifos do autor.

¹²⁰ *Idem*, p. 36.

¹²¹ *Idem*.

¹²² *Idem*, p. 47.

¹²³ *Idem*, p. 36.

Marx fornece aqui a explicação-chave para a situação, aparentemente paradoxal – e que perduraria até o golpe de dezembro 1851 –, de uma classe social que, conquanto ideologicamente monárquica, governava por meio do regime republicano-parlamentar. Observando dialeticamente o *partido da ordem* (formado, conforme visto no trecho acima, em junho de 1848, e composto por *legitimistas* e *orleanistas*),¹²⁴ Marx apontava que, “se cada uma de suas frações, tomadas isoladamente, era monárquica, o produto de sua combinação química tinha que ser *republicano*; que a monarquia branca e azul tinham necessariamente que neutralizar-se na República tricolor”: “Obrigadas – pela sua oposição ao proletariado revolucionário e às classes de transição que se iam agrupando cada vez mais em torno deste –, a apelar para sua força unificada e a conservar a organização desta força unificada, cada uma das duas frações do partido da ordem tinha que exaltar – diante dos apetites de restauração e de supremacia da outra – a dominação comum, isto é, a *forma republicana de dominação burguesa*.”¹²⁵

A partir do fausto eleitoral de Bonaparte, o *partido da ordem*, a ele aliado, passou a uma luta aberta contra os *republicanos* do *National*, então majoritários na Assembléia Constituinte. Liderado por Odilon Barrot, antigo líder da “fração mais liberal da burguesia parlamentar” durante a *Monarquia de Julho*,¹²⁶ o *partido da ordem* formou a base do ministério nomeado por Bonaparte; tanto por meio de suas pastas ministeriais, quanto de seus deputados monarquistas, se pôs a reivindicar ostensivamente a dissolução da própria Assembléia Constituinte, quando esta se encontrava em meio às discussões para a elaboração das “leis orgânicas” complementares à já pronta Constituição republicana.

Impacientes e desejosos de que não fossem os *republicanos* que elaborassem tais leis, o ministério Barrot e o *partido da ordem* fizeram com que petições fossem enviadas de todos os cantos do país à Assembléia exigindo sua extinção imediata – o que implicaria, por conseguinte, na aceleração da posse da nova Assembléia Nacional, na qual seria majoritário, em função das eleições de dezembro, o mesmo *partido da ordem* – levando, assim, “as massas desorganizadas do povo à luta contra a Assembléia Nacional, expressão constitucionalmente organizada do povo”. Segundo Marx, a burguesia, por intermédio de seu ministério e de seu partido, teria ensinado Bonaparte “a apelar para o povo contra as

¹²⁴ Talvez não seja escusado lembrarmos aqui que o *partido da ordem* – assim como todos os demais “partidos” do período – não se constituía em um partido na acepção moderna do conceito, isto é, em uma entidade dotada de uma estrutura burocrática, financeira e programática que possibilite sua atuação organizada no cenário político nacional. O “partido” político, no caso francês em tela, expressava, por assim dizer, a atitude de certos indivíduos e grupos sociais diante das questões e temas colocados pela luta política do período. O *partido da ordem* agrupava, portanto, aqueles segmentos sociais que eram defensores da ordem estabelecida, isto é, aqueles que *tomavam partido* – que eram, portanto, *partidários* – da ordem burguesa. Para uma discussão sobre a historicidade dos partidos políticos, ver CERRONI, Umberto. *Teoria do partido político*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais, 1982.

¹²⁵ MARX, K. *As lutas de classes na França*. Op. cit., p. 154. Grifos do autor.

¹²⁶ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Op. cit., p. 37.

assembléias parlamentares”, isto é, teria mostrado ao Executivo um dos importantes ingredientes para a receita do futuro golpe de Estado, que seria assestado justamente por aquele contra o *partido da ordem* e seu Parlamento em dezembro de 1851.¹²⁷ A 29 de janeiro de 1849, quando finalmente a Assembléia decidiria sobre sua auto-dissolução, o general do *partido da ordem* Changarnier, comandante supremo da Guarda Nacional e das tropas de linha, promoveu em Paris uma vultosa revista de tropas, enquanto os deputados monarquistas discursavam ameaçando fazer uso da força caso a Assembléia Constituinte não se decidisse logo por sua extinção.¹²⁸ Despudoradamente, a burguesia e seus representantes políticos recorreram à ameaça de coerção física contra o seu próprio Parlamento, agindo a favor da desmoralização daquela que era a principal instituição do regime democrático-burguês.

Em função do modo como se processou, sobretudo no concernente ao papel da burguesia (*partido da ordem* e ministério Barrot) face ao seu próprio Poder Legislativo, a auto-dissolução compulsória da Assembléia Constituinte foi vista por Marx como uma espécie de versão anterior do golpe de Estado de 1851 – que seria aplicado por Bonaparte contra a mesma Assembléia Nacional (daquela vez já sob domínio do *partido da ordem*):

Que foi o 29 de janeiro senão o *golpe de Estado* de 2 de dezembro de 1851, realizado desta vez pelos monarquistas coligados com Bonaparte contra a Assembléia Nacional republicanas? [...]

Foi assim que o próprio *partido da ordem*, quando não constituía ainda a Assembléia Nacional, quando era ainda apenas o ministério, estigmatizou o *regime parlamentar*. E brada aos céus quando o 2 de dezembro de 1851 banuiu esse regime da França!¹²⁹

A república burguesa contra a pequena-burguesia republicana

Desalojados os republicanos da direção do Parlamento, a polarização política principal passou a se dar entre, de um lado, a aliança Bonaparte-*partido da ordem*, representando a burguesia com suas aspirações monarquistas, e, de outro, a chamada *nova Montanha*, expressão político-parlamentar da pequena-burguesia democrática coligada com alguns líderes socialistas do retraído movimento operário. Também denominada por Marx de *social-democracia*, essa representação política pequeno-burguesa com pitadas socialistas, diferentemente do socialismo revolucionário, exigia “instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia.”¹³⁰ Percebendo que tinha sido “mal recompensada depois das jornadas de 1848 [quando apoiara a repressão ao proletariado], que seus interesses materiais corriam perigo e que as garantias democráticas que deviam

¹²⁷ *Idem*, p. 38

¹²⁸ *Idem*, p. 38-39.

¹²⁹ *Idem*. Grifos do autor.

¹³⁰ *Idem*, p. 48.

assegurar a efetivação desses interesses estavam sendo questionadas pela contra-revolução”, a pequena-burguesia passou a uma oposição frontal ao governo Bonaparte e seus ministros monarquistas do *partido da ordem*.¹³¹

Uma vez dissolvida a antiga Assembléia Constituinte e reunida a nova Assembléia Nacional, o *partido da ordem*, agora majoritário, entrou em confronto com a *nova Montanha*, pois a “burguesia sentia agora a necessidade de acabar com a pequena-burguesia democrática, assim como há um ano atrás compreendera a necessidade de ajustar contas com o proletariado revolucionário”.¹³² A “isca” jogada pelo *partido da ordem* para os *montanhese*s foi o bombardeio de Roma pelas tropas francesas, que violava tanto o artigo 5 da Constituição, que proibia a República de empregar suas forças militares contra a liberdade de outro povo, quanto o artigo 54 da mesma Carta, que negava ao Executivo qualquer declaração de guerra sem a anuência do Legislativo. Evocando o desrespeito do presidente à Constituição, Ledru-Rollin, líder da *Montanha*, apresentou no dia 13 de junho de 1849 ao Parlamento um pedido de *impeachment* contra Bonaparte e seus ministros.¹³³

Rejeitado tal pedido pelo Parlamento no dia seguinte, a *Montanha*, que pouco antes já avisara que defenderia a Constituição por todos os meios (apelando às armas, se necessário fosse), promoveu no dia 13 de junho uma passeata da “Guarda Nacional democrática” (comandada pela pequena-burguesia *montanhese*) que, desarmada, dispersou-se quando se deparou com as tropas do general *da ordem* Changarnier.¹³⁴ Como consequência deste ato público, uma parte dos *montanhese*s fugiu para o estrangeiro, enquanto outra foi citada pelo Supremo Tribunal de Bourges; os restantes foram submetidos por uma resolução parlamentar à “vigilância de bedel” do presidente da Assembléia Nacional. Novamente, o *estado de sítio* foi decretado em Paris, e a “ala democrática da Guarda Nacional” acabou dissolvida. Eliminou-se, desse modo, a influência da *Montanha* no Parlamento e a força da pequena-burguesia parisiense.

Ao extirpar mais um segmento político de seu interior em junho de 1849, a Assembléia Nacional perdia, conseqüentemente, mais uma das bases sociais que lhe forneciam legitimidade, o setor pequeno-burguês urbanizado. Além disso, os próprios métodos aos quais a burguesia recorreu nessa sua luta contra a pequena-burguesia parlamentar contribuía, na prática, para o enfraquecimento de seu próprio poder político direto, isto é, para a debilitação do *seu* Poder Legislativo e de *sua* Carta Constitucional:

¹³¹ *Idem*, p. 47.

¹³² *Idem*, p. 49.

¹³³ *Idem*.

¹³⁴ *Idem*.

A 13 de junho o partido da ordem não tinha apenas destruído a Montanha: tinha efetuado a *subordinação da Constituição às decisões majoritárias da Assembléia Nacional*. E compreendia a república da seguinte maneira: que a burguesia governa aqui sob formas parlamentares, sem encontrar, como na monarquia, quaisquer barreiras tais como o veto do poder executivo ou o direito de dissolver o parlamento. Esta era uma *república parlamentar*, como a cognominou Thiers. Mas se a burguesia assegurou a 13 de junho sua onipotência dentro do parlamento, não tornara ao mesmo tempo o próprio parlamento irremediavelmente fraco diante do poder executivo e do povo, expulsando a bancada mais popular? Entregando numerosos deputados, sem maiores formalidades, por intimação dos tribunais, ela aboliu suas próprias imunidades parlamentares. O regulamento humilhante a que submeteu a Montanha exaltava o presidente da República na mesma medida em que degradava os representantes do povo. Denunciando uma insurreição em defesa da carta constitucional como um ato de anarquia visando à subversão do regime, vedou a si própria a possibilidade de recorrer à insurreição no caso de o poder executivo violar contra ela a Constituição.¹³⁵

A república sob domínio da burguesia monárquica

Eliminada a pequena-burguesia da cena política, e com o proletariado ainda aplastado, iniciava-se um período em que “nunca a burguesia governou de maneira mais absoluta, nunca exibiu com maior ostentação as insígnias de seu poder”.¹³⁶ Como parte de uma ofensiva contra-revolucionária, foram aprovadas uma nova lei de imprensa, que apertava ainda mais a mordaza sobre os jornais e periódicos, uma nova lei sobre o direito de associação, que, na prática, aniquilava esse direito, e uma nova lei sobre o *estado de sítio*, que deixava a proclamação deste a critério do Executivo. Marx apontou, todavia, que esse período não se caracterizara pela exploração burguesa da vitória “no terreno dos *atos*, mas no terreno dos *princípios*; não pelas resoluções da Assembléia Nacional, mas pela fundamentação dessas resoluções; não pela coisa, mas pela frase; nem sequer pela frase, mas pelo acento e o gesto que a animavam”.¹³⁷

A exteriorização despudorada e sem peias das *idéias monárquicas*, o insulto à República com aristocrático desprezo, a divulgação dos desígnios de restauração com frívola coqueteria, em uma palavra, a violação jactanciosa do *decoro republicano* dão a este período o seu tom e o seu matiz peculiares [...]

Não se passava um dia sem que na tribuna da Assembléia Nacional se considerasse a Revolução de Fevereiro como uma calamidade pública, sem que qualquer fidalgo legitimista provinciano fizesse constar solenemente que jamais havia reconhecido a República, sem que algum dos covardes desertores e traidores da Monarquia de Julho contasse as façanhas heróicas que teria realizado oportunamente, se a filantropia de Luís Felipe ou outras incompreensões não o tivessem impedido. O que havia de admirar nas jornadas de fevereiro não era a magnanimidade do povo vitorioso, mas a abnegação e a moderação dos monárquicos, que lhe haviam consentido a vitória.¹³⁸

O partido da ordem celebrava a reconquista do poder que parecia ter-lhe escapado em 1848, apenas para voltar em 1849 sem limite algum, e celebrava-a por meio de invectivas contra a república e a Constituição, com maldições contra todas as revoluções presentes, passadas e futuras, inclusive as organizadas por seu próprio dirigente, e por meio de leis que amordaçavam a imprensa e faziam do estado de sítio uma instituição regular, orgânica.¹³⁹

¹³⁵ *Idem*, p. 53. Grifos do autor.

¹³⁶ *Idem*, p. 60.

¹³⁷ MARX, K. *As lutas de classes na França*. *Op. cit.*, p. 164-165. Grifos do autor.

¹³⁸ *Idem*, p. 165. Grifos do autor.

¹³⁹ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 56.

Mostrando sua verdadeira face monárquica, a burguesia vituperava a república parlamentar fundada no ano anterior, atacando desairosamente o seu próprio regime político. Tomada pela histeria da contra-revolução, seus representantes parlamentares passaram a considerar uma ameaça à ordem social muitas das bandeiras e institutos jurídicos que pertenciam ao seu próprio arsenal ideológico:

Quer se tratasse do direito de petição ou do imposto sobre o vinho, da liberdade de imprensa ou da liberdade de comércio, de clubes ou da carta municipal, da liberdade individual ou da regulamentação do orçamento do Estado, a senha se repete constantemente, o tema permanece sempre o mesmo, o veredito está sempre pronto e reza invariavelmente: *socialismo!* Até o liberalismo burguês é declarado socialista, o desenvolvimento cultural da burguesia é socialista, a reforma financeira burguesa é socialista. Era socialismo construir uma ferrovia onde já existisse um canal, e era socialismo defender-se com um porrete quando se era atacado com um florete [...]

A burguesia tinha uma noção exata do fato de que todas as armas que forjara contra o feudalismo voltavam seu gume contra ela, que todos os meios de cultura que criara rebelavam-se contra sua própria civilização, que todos os deuses que inventara a tinham abandonado. Compreendia que todas as chamadas liberdades burguesas e órgãos de progresso atacavam seu *domínio de classe*, e tinham, portanto, se convertido em “*socialistas*”.¹⁴⁰

A complexa e contraditória dinâmica da luta de classes instilava na burguesia, assim, a idéia de que o seu próprio regime político, o regime no qual ela pode exercer *diretamente* seu domínio político, em uma palavra, a república parlamentar democrático-burguesa, mostrava-se, na prática, como uma formatação política perigosa para a sua própria dominação social de classe. “Se em cada momento de vibração de vida na sociedade”, apontou Marx, a burguesia “via a ‘tranquilidade’ ameaçada”, como poderia ela “manter à frente da sociedade um *regime de desassossego*, seu próprio regime, o *regime parlamentar*, esse regime que, segundo a expressão de um dos seus porta-vozes, vive em luta e pela luta?”¹⁴¹ Desapegando-se, sem muitas dificuldades, de sua indumentária filosófico-política de outrora, a burguesia francesa substituía seu célebre lema revolucionário *Liberté, Égalité e Fraternité* pelo contra-revolucionário adágio “Infantaria, Cavalaria [e] Artilharia!”.¹⁴²

Como é possível notarmos, Marx, perscrutando uma conjuntura política especificamente concreta, acabou tocando em um ponto crucial referente à natureza histórica do fenômeno bonapartista *em geral*: como regime político, o bonapartismo emerge numa época em que, por ocasião do surgimento do proletariado como sujeito político independente e de uma consequente maior socialização da esfera política, a burguesia passou definitivamente à condição de classe social contra-revolucionária. Tornando cada vez mais fluidas e ocasionais suas relações com seus próprios ideais liberal-democráticos e com seu próprio regime democrático-burguês, a burguesia deixaria nítido, doravante, que não possuía

¹⁴⁰ *Idem*, p. 61-62. Grifos do autor.

¹⁴¹ *Idem*, p. 62. Grifos do autor.

¹⁴² *Idem*, p. 57.

nenhum compromisso de princípio, nenhum matrimônio indissolúvel com a democracia burguesa. A partir da Comuna de Paris, a “confusão” feita pela propaganda ideológica burguesa entre bandeiras “democráticas” e socialistas passaria a ser um traço sempre presente em momentos politicamente mais agitados, marcados pela ascensão do movimento de massas. Com efeito, desde 1871, as inúmeras manifestações do fenômeno bonapartista teriam quase sempre como um elemento determinante para sua eclosão/consolidação um efusivo ataque anticomunista por parte das classes dominantes a quaisquer reivindicações populares que buscassem alargar os marcos do regime democrático. Após a Revolução Russa de 1917, evidentemente, tal processo se intensificaria.

A burguesia contra Bonaparte: Executivo x Legislativo

Após o desbaratamento das forças do proletariado em junho de 1848, e da pequena-burguesia em junho de 1849, começaria, a partir de meados de outubro desse último ano, o embate entre Bonaparte e o *partido da ordem*, entre a Presidência da República e a Assembléia Nacional.

Aproveitando-se de pretextos como indecorosas declarações de Odilon Barrot sobre supostas intrigas realizadas nos círculos presidenciais, Luís Bonaparte surpreendentemente anunciou a 1.º de novembro a destituição de seu ministério composto pelos monarquistas coligados do *partido da ordem* (ministério Barrot-Falloux) e sua substituição por um novo ministério, chefiado pelo general d’Hautpoul. Ao observar esse golpe lancinante aplicado por Bonaparte no *partido da ordem*, que fora privado do significativo controle que possuía sobre as ações da máquina pública estatal, Marx assinalou a vital importância desta última para o funcionamento da dominação social burguesa. Mais uma vez, apontou também a real desproporção de forças existente, na arquitetura dessa dominação, entre os poderes Executivo e Legislativo, uma desproporção que se originaria, entre outros fatores, do peso social do qual goza a ingente estrutura burocrática do Estado burguês moderno:

O ministério Barrot-Falloux foi o primeiro e último *ministério parlamentar* criado por Bonaparte, sua destituição assinala, por conseguinte, uma reviravolta decisiva. O partido da ordem perdeu, assim, para nunca mais reconquistar, uma posição indispensável para a manutenção do regime parlamentar, a alavanca do poder executivo. Torna-se imediatamente óbvio que em um país como a França, onde o poder executivo controla um exército de funcionários que conta mais de meio milhão de indivíduos e, portanto, mantém uma imensa massa de interesses e de existências na mais absoluta dependência; onde o estado enfeixa, controla, regula, superintende e mantém sob sua tutela a sociedade civil, desde suas mais amplas manifestações de vida até suas vibrações mais insignificantes, desde suas formas mais gerais de comportamento até a vida privada dos indivíduos; onde através da mais extraordinária centralização, esse corpo de parasitos adquire uma ubiqüidade, uma onisciência, uma capacidade de acelerada mobilidade e uma elasticidade que só encontra paralelo na dependência desamparada, no caráter caoticamente informe do próprio corpo social – compreende-se que em semelhante país a Assembléia Nacional perde toda a influência real quando perde o controle das pastas ministeriais, se não simplifica ao mesmo tempo a administração do Estado, reduz o corpo de oficiais do exército ao mínimo possível e, finalmente, deixa a sociedade civil e a opinião pública criarem órgãos

próprios, independentes do poder governamental. Mas é precisamente com a manutenção dessa dispendiosa máquina estatal em suas numerosas ramificações que os *interesses materiais* da burguesia francesa estão entrelaçados da maneira mais íntima. Aqui encontra postos para sua população excedente e compensa sob a forma de vencimentos o que não pode embolsar sob a forma de lucros, juros, rendas e honorários.¹⁴³

Destarte, fosse por estes “interesses materiais” (vencimentos do funcionalismo público), fosse por seus já mencionados “interesses políticos” (isto é, sua luta contra as demais classes sociais, a qual só fazia reforçar o aparelho coercitivo estatal), a burguesia francesa via-se impingida a submeter-se a um Poder Executivo que expunha em face dela uma relativa autonomia cada vez maior – a ponto de Marx ter falado até mesmo, conforme citado páginas atrás, em um Poder Executivo “hostil” à burguesia. Seria em meio a esse processo, a essa lógica de submissão burguesa ao núcleo duro do aparelho estatal burguês (burocracia e forças repressivas), que se daria a luta entre Bonaparte e o Parlamento da burguesia; e seria precisamente essa luta que, como já antecipamos, alimentaria ainda mais aquele processo e aquela lógica, até o momento em que, finalmente, o segundo se renderia, não sem uma boa dose de covardia, ao primeiro.

Nos momentos iniciais do embate, mais amenos, a Assembléia Nacional mostrou-se totalmente improdutiva no âmbito de suas questões ordinárias (“Onde não reprimia ou exercia uma atuação reacionária, estava atacada de incurável esterilidade”),¹⁴⁴ enquanto o novo ministério “assumia em parte a iniciativa de formular leis dentro do espírito do partido da ordem, e em parte superava mesmo a violência daquele partido na execução e fiscalização das mesmas”.¹⁴⁵ Já o presidente Bonaparte, por seu turno, ressaltava sua oposição à Assembléia e procurava ganhar popularidade por meio de propostas “tolas e infantis”,¹⁴⁶ tais como um ínfimo aumento no soldo dos suboficiais e a criação de um banco que concedesse créditos de honra aos operários. Talvez seja possível entrevermos aqui uma das primeiras aparições, ainda incipiente, de uma prática e estilo governamentais que, em suas manifestações posteriores mais desenvolvidas, seriam designados pela sociologia política como uma política de massas (muitas vezes, de cunho “populista”):

Dinheiro como dádiva e dinheiro como empréstimo, era com perspectivas como essas que esperava atrair as massas. Donativos e empréstimos – resume-se nisso a ciência financeira do *lumpem-proletariado*, tanto de alto como de baixo nível. Essas eram as únicas alavancas que Bonaparte sabia movimentar. Nunca um pretendente especulou mais vulgarmente com a vulgaridade das massas.¹⁴⁷

¹⁴³ *Idem*, p. 58-59. Grifos do autor.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 63.

¹⁴⁵ *Idem*.

¹⁴⁶ *Idem*.

¹⁴⁷ *Idem*, p. 64. Para os entusiastas do programa “bolsa-família” (sejam eles do Banco Mundial ou da esquerda renegada) que nele enxergam uma grande novidade, um grande ineditismo na área das políticas públicas, a observação de Marx quanto às investidas beneficentes de Bonaparte dirigidas às parcelas mais miseráveis da sociedade francesa talvez apresente uma importância particular; possivelmente, ela os leve a perceber (mas não a

Mal haviam começado as rusgas entre Bonaparte e o Parlamento, e o combate teve que ser provisoriamente suspenso. Uma nova e efêmera aliança entre o “aventureiro” de perspectivas golpistas e o *partido da ordem* foi estabelecida em função do resultado das eleições suplementares de 10 de março de 1850. Realizada com a finalidade de ocupar as cadeiras ociosas da Assembléia em virtude da prisão ou exílio dos deputados *montanhese*s, ela consagrou a vitória da social-democracia pequeno-burguesa.

Paris elegeu apenas candidatos social-democratas. Concentrou mesmo a maioria dos votos em um insurreto de junho de 1848, Deflotte. Assim, a pequena-burguesia de Paris, aliada ao proletariado, vingou-se da derrota sofrida a 13 de junho de 1849. O proletariado parecia ter-se afastado do campo de batalha na hora do perigo só para reaparecer em ocasião mais propícia com maior número de combatentes e um grito de guerra mais audaz. Uma circunstância parecia ressaltar o perigo dessa vitória eleitoral. O exército votou em Paris a favor do insurreto de junho e contra La Hitte, ministro de Bonaparte, e nos departamentos principalmente a favor dos *montagnards*, que também aqui, embora de maneira não tão decisiva como em Paris, mantinham ascendência sobre seus adversários.

Bonaparte viu-se de repente confrontado outra vez com a revolução. Da mesma forma que a 29 de janeiro de 1849 e a 13 de junho de 1849, também a 10 de março de 1850, desapareceu atrás do partido da ordem.¹⁴⁸

Em mais um episódio de conspurcação do regime parlamentar burguês pela própria burguesia, o *partido da ordem*, na dianteira do processo contra-revolucionário, encarregou-se de, a 31 de maio de 1850, conseguir do Parlamento a abolição do sufrágio universal – o que foi sumariamente descrito por Marx como um “golpe de Estado da burguesia”. A vitória eleitoral da pequena-burguesia em aliança com os trabalhadores nas eleições de março funcionara com mais um sinal da inviabilidade de regime democrático-burguês em uma

reconhecer, evidentemente) que o assistencialismo governamental como um meio de dispor do apoio político dos segmentos sociais mais pauperizados para o governante “benfeitor” data, justamente, dos primórdios do Estado capitalista moderno (como também dos primeiros momentos da democracia burguesa). Desse modo, assim como “nunca [antes na França] um pretendente” havia especulado “mais vulgarmente com a vulgaridade das massas”, *nunca antes nesse país* [Brasil] um presidente da República soube tão bem cativar as massas por meio da combinação de um discurso que as infantiliza politicamente com políticas sociais que muito pouco lhes oferecem de concreto. Ainda quanto às comparações entre as novas e velhas políticas públicas, cabe ressaltar que tanto o assistencialismo de Bonaparte como o de Lula (que, apesar de um estilo e retórica bonapartistas, não foi, certamente, um presidente bonapartista), não encerraram de modo algum um caráter universalizante, dado que não estiveram voltados para o conjunto do tecido social, e não se exprimiram juridicamente na forma de “direitos”. Neste aspecto, ambos os assistencialismos diferiram tanto (qualitativamente) da política social-democrata européia do *welfare state*, quanto (quantitativamente) da política de massas varguista no Brasil que, embora excluísse de sua alçada os trabalhadores rurais, materializou-se em “direitos sociais” válidos permanentemente para todos os cidadãos urbanos, além de uma significativa expansão *pública e universal* dos sistemas de saúde e de educação. Obviamente, as diferenças substantivas entre as políticas sociais focalizadas, como o “bolsa-família”, e a política de massas do reformismo varguista devem-se menos aos distintos perfis políticos de governantes como Lula e Getúlio do que aos diferentes momentos históricos em que estes hábeis e loquazes líderes nacionais se situaram. Enquanto o populismo bonapartista de Vargas, brotado numa etapa de significativa margem de manobra da periferia capitalista face ao centro, teve por tarefa conduzir a urbanização, a industrialização e a modernização social retardatárias do país, incorporando as amplas massas populares urbanas à esfera estatal (cidadania social e política), o lulismo não é senão uma variante timorata da social-democracia latino-americana em tempos de hegemonia do capital financeiro internacional, de (contra-) reformas do Estado, de sacralização da democracia-liberal e de crise estrutural de um capitalismo monopolista que avança celeremente rumo à barbárie.

¹⁴⁸ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Op. cit., p. 64-65.

conjuntura histórica marcada tanto pela ausência de uma força política dirigente e estabilizadora da ordem, quanto pela ameaça, sempre potencial, do fantasma do proletariado.

Todas as vitórias até então conquistadas sobre a revolução [fevereiro de 1848] tinham tido apenas um caráter provisório. Viam-se ameaçadas assim que cada Assembléia Nacional saía de cena. Dependiam dos riscos de uma nova eleição geral, e a história das eleições a partir de 1848 demonstrava irrefutavelmente que a influência moral da burguesia sobre as massas populares ia-se perdendo na mesma medida em que se desenvolvia seu poder efetivo. A 10 de março o sufrágio universal declarou-se diretamente contra a dominação burguesa; a burguesia respondeu pondo fora da lei o sufrágio universal. A lei de 31 de maio era, portanto, uma das necessidades da luta de classes.¹⁴⁹

Tendo a burguesia, a 31 de maio, liquidado “temporariamente a luta de classes”¹⁵⁰ e superado a “crise revolucionária”,¹⁵¹ pôde ser então reiniciada a luta entre os poderes Legislativo e Executivo. Assim, doravante, a cena política resumir-se-ia, cada vez mais, ao conflito entre o Parlamento e Bonaparte.

Este último, trazendo na bagagem uma “longa vida de vagabundagem aventureira”, de chantagem e extorsão “de seus burgueses”, provocava abertamente a Assembléia Nacional – àquela altura já completamente desmoralizada perante as massas em função da abolição do sufrágio universal –, propondo obscenas medidas como o aumento de seu próprio salário presidencial. Armando-se para seu crescente conflito com o Legislativo, Bonaparte animou a criação da *Sociedade de 10 de Dezembro* (assim batizada em alusão ao dia de sua eleição presidencial), uma organização que conglomerava uma miríade de elementos colocados à margem da sociedade francesa, e que tinha por objetivo funcionar como uma espécie de “tropa de choque” a serviço de um presidente que já não buscava governar por meio do regime republicano parlamentar. A promíscua relação, descrita por Marx, entre um governante com aspirações ditatoriais e uma organização de agitação política para-estatal formada pelo *lumpesinato* reapareceria por diversas vezes em meio a regimes democrático-burgueses em crise no século XX (sobretudo quando da emergência do fascismo nas décadas de 1920 e 1930), e se constituiria em um elemento caracterizador, para os analistas políticos, da emergência de fenômenos bonapartistas. As observações de Marx quanto a tal relação, contidas no trecho que transcrevemos abaixo, se mostrariam ainda como um dos principais aportes para sociólogos e cientistas políticos (marxistas e afins) que se dedicaram às conexões entre lideranças políticas e grupos sociais marginalizados:

A pretexto de fundar uma sociedade beneficente o *lumpem-proletariado* de Paris fora organizado em facções secretas, dirigidas por agentes bonapartistas e sob a chefia de um general bonapartista. Lado a lado com *roués* decadentes, de fortuna duvidosa e de origem duvidosa, lado a lado com arruinados e aventureiros rebentos da burguesia, havia vagabundos, soldados desligados do

¹⁴⁹ *Idem*, p. 67-68.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 77.

¹⁵¹ *Idem*, p.

exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, *Lazzaroni*, punhuistas, trapaceiros, jogadores, *maquereaus* [alcoviteiros], donos de bordéis, carregadores, *literati*, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de facas, soldados, mendigos – em suma, toda essa massa indefinida e desintegrada, atirada de ceca em meca, que os franceses chamam *La bohème*; com esses elementos afins Bonaparte formou o núcleo da Sociedade de 10 de Dezembro. “Sociedade beneficente no sentido de que todos os seus membros, como Bonaparte, sentiam necessidade de se beneficiar às expensas da nação laboriosa; esse Bonaparte, que se erige em chefe do *lumpem-proletariado*, que só aqui reencontra, em massa, os interesses que ele pessoalmente persegue, que reconhece nesse escória, nesse refugio, nesse rebotalho de todas as classes a única classe em que pode apoiar-se incondicionalmente, é o verdadeiro Bonaparte, o Bonaparte *sans phrase* [...]”

Em suas viagens, os destacamentos dessa sociedade, superlotando as estradas de ferro, tinham que improvisar público, encenar entusiasmos populares, urrar *vive l'Empereur*, insultar e espancar republicanos; tudo, é claro, sob a proteção da polícia. Nas viagens de regresso a Paris tinham que formar a guarda avançada, impedir ou dispersar manifestações contrárias. A Sociedade de 10 de Dezembro pertencia-lhe, era obra *sua*, idéia inteiramente sua.¹⁵²

Assim, enquanto o Presidente da República preparava-se para tornar-se Imperador, o poder do Parlamento declinava paulatinamente. O *partido da ordem*, a força dominante na Assembléia Nacional, debilitava-se celeremente em função do acirramento de suas divisões e lutas intestinas.

A simples e ordinária continuidade do calendário eleitoral republicano, que previa o fim do mandato presidencial de Bonaparte para o segundo domingo de maio de 1852, fazia com que se exasperasse o enfrentamento entre as frações *orleanista* e *legitimista*, as quais alimentavam distintos e inconciliáveis projetos de restauração monárquica. Embora lideranças conciliadoras de ambas as casas dinásticas conjecturassem uma possível futura fusão monárquica, a “monarquia legitimista” jamais poderia “converter-se na monarquia da burguesia industrial”, do mesmo modo que a “monarquia burguesa” jamais poderia “converter-se na monarquia da tradicional aristocracia da terra”; o “latifúndio e a indústria” não poderiam “irmanar-se sob uma só coroa, quando a coroa só podia descer sobre uma cabeça, a do irmão mais velho ou a do mais jovem”, ou seja, a “indústria” não poderia “chegar a algum acordo com o latifúndio enquanto este não se decidisse a tornar-se industrial”.¹⁵³ Conforme mencionado páginas atrás, a república se constituía, segundo Marx, na única forma de regime que permitia a coexistência de ambas as frações dinásticas nas instâncias de poder; agora, entretanto, “a tentativa de realizar uma fusão de orleanistas e legitimistas [...] não só fracassara como destruía sua *fusão parlamentar*, sua forma comum republicana, e fragmentara o partido da ordem em seus elementos componentes”.¹⁵⁴

Desse modo, ao mesmo tempo em que era obrigado a se chocar com os anseios monarquistas de Bonaparte, o *partido da ordem* era acometido por suas próprias rivalidades internas, decorrentes de seus próprios anseios *restauracionistas*. Tais rivalidades internas, ao mesmo tempo em que potencializavam a sempre constante ameaça proletária, pois dividiam

¹⁵² *Idem*, p. 71-73. Grifos do autor.

¹⁵³ *Idem*, p. 91-92.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 93-94.

as classes dominantes, fortaleciam ainda mais a opção bonapartista, na medida em que enfraqueciam o próprio partido parlamentar da burguesia, incapacitando-o para garantir por seus próprios meios políticos (condensados no regime democrático-burguês) a manutenção da ordem social burguesa.

Diante de um novo contexto histórico, no qual a incontornável presença das massas trabalhadoras na arena política (mesmo que momentaneamente ao fundo desta) colocava (possivelmente pela primeira vez numa sociedade *de massas*) a questão da “hegemonia” como uma forma de dominação social a ser construída pelas classes dominantes, desenhava-se uma situação em que nenhuma de suas frações sociais e respectivas representações políticas (*republicanos, legitimistas, orleanistas* etc.) mostrava-se apta para *dirigir* politicamente o país, apresentando os seus “interesses particulares como os interesses gerais da nação”, e obtendo a estabilidade social. Em termos gramscianos, o que se verificava desde fevereiro de 1848, e que agora se aguçava com a fragmentação do *partido da ordem*, era uma verdadeira “crise de hegemonia” – que, como antecipamos, antecedeu, portanto, a própria efetivação de uma dominação social de tipo *hegemônica*. As cisões verticais e horizontais da sociedade – conflitos entre os próprios grupos dominantes e conflitos entre o conjunto destes e as classes dominadas, respectivamente – fazia com que se esbarrondasse gradativamente a instável democracia parlamentar burguesa; no interior desta, se fortaleciam tendências autoritárias e ditatoriais por parte do Executivo, as quais, consequentemente, engendravam, amiúde, o regime bonapartista como uma “solução” política *arbitral* para a “crise de hegemonia”.

A cada nova contenda com Bonaparte, a cada nova votação na Assembléia Nacional, o *partido da ordem* via sua força diminuir. Muitos de seus deputados desertavam rapidamente, movidos “pelo fanatismo da conciliação, pelo medo de lutar, pela lassidão, por considerações de família sobre salários de parentes, por especulações em torno das pastas ministeriais que tornassem vagas [...], por este vulgar egoísmo, enfim, que torna o burguês comum sempre pronto a sacrificar o interesse geral de sua classe por este ou aquele interesse particular”.¹⁵⁵ Embora estivesse em rota de colisão com o Executivo, o *partido da ordem* mostrava-se incapaz de travar de forma consistente uma luta contra aquele; ao invés de tomar atitudes que visassem, de fato, obstar a escalada golpista do presidente, os parlamentares burgueses limitavam-se a fazer intrigas, chicanas e proferir inofensivas declarações verbais contra Bonaparte.

O momento mais ilustrativo dessa estéril conduta política adotada pelo partido da burguesia ocorreu quando da destituição, por Bonaparte, do general Changarnier do comando do Exército e da Guarda Nacional de Paris. Afrontado por Bonaparte, o *partido da ordem*

¹⁵⁵ *Idem*, p. 85.

ameaçou formar um exército parlamentar sob comando do próprio Changarnier e, juridicamente, dispunha de poderes constitucionais para isso. Entretanto, o *partido da ordem* ficaria só na ameaça, e nada de concreto faria para preservar seu poder militar, a não ser tentar inutilmente demover Bonaparte de sua decisão (“Quando se tenta persuadir alguém é porque se reconhece ser ele o dono da situação”, ironizou Marx).¹⁵⁶

O baluarte da sociedade foi despedido, e se nenhuma telha cai dos telhados por esse motivo, as cotações da Bolsa, por outro lado, começam a subir.

Ao repelir o exército, que se coloca, na pessoa de Changarnier, à sua disposição, e entregando-o, portanto, irremissivelmente, às mãos do Presidente, o partido da ordem deixa evidente que a burguesia perdeu a capacidade de governar. Já não existia um governo parlamentar. Tendo agora perdido, efetivamente, o controle sobre o exército e a Guarda Nacional, que forças lhe restavam para manter simultaneamente a autoridade usurpada do parlamento sobre o povo e sua autoridade constitucional contra o Presidente? Nenhuma.¹⁵⁷

Outro episódio demonstrativo da covarde postura da burguesia parlamentar em face de Bonaparte ocorreu no início do ano de 1851, por ocasião de uma moção assinada por cento e oitenta e nove membros da *Montanha* visando à concessão de anistia a todos os envolvidos em delitos políticos. Em que pese o fato de que, àquela altura, o *partido da ordem* estivesse em uma aliança tática com os *montanheses* contra Bonaparte, a simples agitação, por parte do governo deste, do espectro da revolução social seria suficiente para que o partido capitulasse, mais uma vez, ao Executivo. Insidiosamente, Bonaparte realizava uma hábil manobra política em que, jogando com o medo dos setores proprietários, obtinha a cumplicidade tácita de alguns de seus próprios adversários para suas medidas discricionárias:

Bastou que o ministro do Interior, um certo Vaïsse, declarasse que a tranquilidade era apenas aparente, que em surdina reinava uma grande agitação, que sociedades multiformes estavam sendo organizadas secretamente, que os jornais preparavam-se para reaparecer, que os relatórios provenientes dos Departamentos eram desfavoráveis, que os refugiados de Genebra dirigiam uma conspiração que, através de Lyon, alastrava-se por todo o sul da França, que a França estava à beira de uma crise industrial e comercial, que as fábricas de Roubaix haviam reduzido a jornada de trabalho, que os prisioneiros de Belle Isle [onde estavam encarcerados os revolucionários condenados depois de 1848] estavam amotinados – bastou que um simples Vaïsse conjurasse o fantasma vermelho para que o partido da ordem rejeitasse sem discussão uma moção que teria certamente dado imensa popularidade à Assembléia Nacional e forçado Bonaparte a atirar-se novamente em seus braços [tal como nas eleições suplementares de 1850]. Em vez de se deixar intimidar pelo poder executivo com a perspectiva de novos distúrbios, devia ter dado à luta de classes uma pequena oportunidade, a fim de manter o poder executivo na dependência. Não se sentiu, porém, capaz de brincar com fogo.¹⁵⁸

A burguesia contra o seu partido: Economia x política

Na ótica de Marx, para além do medo da revolução proletária, o *partido da ordem* era acometido também pelo temor de se afastar de sua base social (a “massa burguesa”),

¹⁵⁶ *Idem*, p. 83.

¹⁵⁷ *Idem*.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 87.

aparecendo a esta como um óbice político para as ações de um governante que, insistentemente, clamava pela tranquilidade nacional (“Acima de tudo, a França exige tranquilidade”, declarava Bonaparte repetidamente): “Bonaparte exigia, portanto, que o deixassem em paz para agir como lhe aprouvesse, e o partido parlamentar estava paralisado por um duplo medo, pelo medo de despertar novamente a intranquilidade revolucionária e pelo medo de aparecer ele próprio, aos olhos de sua própria classe, aos olhos da burguesia, como o instigador da intranquilidade”.¹⁵⁹

Medrava, doravante, um processo de *ruptura política entre representantes e representados*, no qual o grosso da burguesia francesa, em meio à interminável crise política, abandonava progressivamente suas lideranças e representações político-parlamentares (o *partido da ordem* nas suas distintas frações) e aderira vilmente à opção bonapartista, encabeçada pelo presidente “aventureiro” com pretensões imperiais. Tal desconexão entre uma base social e suas representações políticas tradicionais, designada por Gramsci como “crise orgânica”, se constituiria, a nosso ver, numa das últimas etapas da “crise de hegemonia” que se abria no país com a queda da *Monarquia de julho*, e que, ao final, desembocaria no golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851.¹⁶⁰

Marx registrou como, desde a posse do agiota Fould na pasta da Fazenda – no ministério d’Hautpoul, que já não mais existia desde 18 de janeiro de 1851, quando Bonaparte nomeara um ministério dito “de transição” no qual não constava nenhum membro do Parlamento –, a chamada *aristocracia financeira* já se tornara bonapartista, pois “Fould não representava apenas os interesses de Bonaparte na Bolsa, representava também os interesses da Bolsa junto a Bonaparte”.¹⁶¹ Em novembro de 1851 (às vésperas do golpe), o *The Economist*, órgão europeu da *aristocracia financeira*, definiria Bonaparte como “o guardião da ordem”, numa clara demonstração de apoio político a um Executivo que explicitamente procurava submeter o Poder Legislativo aos seus ditames: “A aristocracia financeira condenava, portanto, a luta parlamentar do partido da ordem contra o poder executivo como uma *perturbação da ordem*, e comemorava cada vitória do Presidente sobre os supostos representantes dela como *vitórias da ordem*”.¹⁶² Já a burguesia industrial, graças ao “seu fanatismo pela ordem, irritava-se com as disputas em que o partido da ordem se empenhava no parlamento com o poder executivo”.¹⁶³ A burguesia comercial, por sua vez, “quando o comércio era próspero”, se enfurecia contra qualquer disputa parlamentar, “temendo que o

¹⁵⁹ *Idem*, p. 76.

¹⁶⁰ Mais à frente, na parte deste trabalho destinada ao pensamento de Gramsci sobre o bonapartismo, exporemos nosso entendimento acerca das relações entre “crise de hegemonia” e “crise orgânica”.

¹⁶¹ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 96-97.

¹⁶² *Idem*, p. 97. Grifos do autor.

¹⁶³ *Idem*.

comércio viesse a ressentir-se disso”; já quando o comércio andava mal, “acusava as lutas parlamentares como responsáveis pela paralisação e clamava para que cessassem, a fim de que o comércio pudesse desenvolver-se novamente”. De um modo geral, portanto, a burguesia bradava por um “governo forte”,¹⁶⁴ demonstrando “que a luta para manter seus interesses *públicos*, seus próprios *interesses de classe*, seu *poder político*, só lhe trazia embaraço e desgostos, pois constituía uma perturbação dos seus negócios privados.”¹⁶⁵

Desenvolvendo uma forte alergia ao seu próprio regime parlamentar, a “massa” da burguesia refestelava-se com Bonaparte e afastava-se traiçoeiramente de seus líderes políticos habituais e porta-vozes literários. Relegando a segundo plano seus interesses políticos, seu direito a governar, ela própria, a nação, a burguesia francesa guiava-se, na prática, por seus mais básicos interesses materiais, por seus objetivos interesses econômicos. A política burguesa curvava-se, assim, à economia burguesa:

Os arautos e escribas da burguesia, sua plataforma e sua imprensa, em suma, os ideólogos da burguesia, e a própria burguesia, os representantes e os representados, enfrentavam-se com hostilidade e não mais se compreendiam [...]

De maneira ainda mais inequívoca do que o seu afastamento de seus próprios *representantes parlamentares*, a burguesia demonstrou sua cólera contra seus representantes literários, sua própria imprensa. As sentenças, condenando a ruinosas multas e a descabidos períodos de encerramento, ditadas pelos júris burgueses por qualquer ataque de jornalistas burgueses contra os desejos usurpatórios de Bonaparte, por qualquer tentativa da imprensa de defender os direitos políticos da burguesia contra o poder executivo, assombravam não só a França, como toda a Europa.

Se o *partido parlamentar da ordem*, com seu clamor pela tranquilidade, como demonstrei, comprometia-se a manter tranqüilo, se declarava o domínio político da burguesia incompatível com a segurança e a existência da burguesia, destruindo com suas próprias mãos, na luta contra as demais classes da sociedade, todas as condições necessárias ao seu próprio regime, o regime parlamentar, por outro lado, a *massa extraparlamentar da burguesia*, com seu servilismo para com o Presidente, com seus insultos ao parlamento, com maus tratos a sua própria imprensa, convidava Bonaparte a suprimir e aniquilar o setor do partido que falava e escrevia, seus políticos e literatos, sua tribuna e sua imprensa, a fim de poder entregar-se então a seus negócios particulares com plena confiança, sobre a proteção de um governo forte e absoluto. Declarava inequivocamente que ansiava por se livrar das tribulações e perigos desse domínio.

E essa massa, que já se rebelara contra a luta puramente parlamentar e literária pelo domínio de sua própria classe e traía os dirigentes dessa luta, ousa agora, depois do caso passado [golpe de Estado de dezembro de 1851], acusar o proletariado por não ter se levantado em uma luta sangrenta, uma luta de vida ou morte, em sua defesa! Essa massa, que sacrificava a cada momento seus interesses gerais de classe, isto é, seus interesses políticos, aos mais mesquinhos e mais sórdidos interesses particulares, e exigia de seus representantes idêntico sacrifício, queixa-se agora que o proletariado não tenha se sacrificado aos seus interesses materiais, os interesses políticos ideais dela!¹⁶⁶

Esse corte de laços entre “economia” e “política” burguesas, descrito por Marx no trecho acima, mostrar-se-ia historicamente como um dos elementos constitutivos dos processos de “crise de hegemonia” que tiveram como desfecho político golpes de tipo bonapartista.

¹⁶⁴ *Idem*, p. 88.

¹⁶⁵ *Idem*, p. 98. Grifos do autor.

¹⁶⁶ *Idem*, p. 96-100. Grifos do autor.

À medida que se aproximava o fim do mandato presidencial de Luís Bonaparte, crescia a incerteza quanto ao futuro político do país. O *partido da ordem*, já profundamente dividido, perdia-se em inúteis debates sobre as propostas de reforma da Constituição, as quais procuravam oferecer distintas soluções antecipadas para o impasse político que se abriria depois do segundo domingo de maio de 1852. Do outro lado, oportunista e demagogicamente, Bonaparte apresentou à Assembléia Nacional um pedido de revogação da lei de 31 de maio de 1850, o que equivaleria à restauração do sufrágio universal. Sem melindres, a Assembléia o rejeitou, confirmando, uma vez mais, “o fato de que se transformara, de corpo de parlamentares livremente eleitos pelo povo, em parlamento usurpador de uma classe; reconheceu mais uma vez que cortara, ela mesma, os músculos que ligavam a cabeça parlamentar ao corpo da nação”.¹⁶⁷ Em seguida, a Assembléia Nacional passou à discussão da Lei dos Questores, que versava sobre o seu direito de requisitar tropas diretamente (sem a interferência do Executivo) e formar um exército parlamentar. A própria existência desta discussão por parte da Assembléia Nacional, segundo Marx, já demonstrava cabalmente que esta se rendia progressivamente ao núcleo duro do aparelho estatal (sobretudo às Forças Armadas) – o qual continuava, em alta velocidade, seu processo de *autonomização* política. Mais uma vez, o Parlamento burguês se auto-desmoralizava e se auto-desqualificava, deixando sem peias o caminho para o golpismo galopante do Executivo:

Colocando assim o exército como árbitro entre ela e o povo, entre ela e Bonaparte, reconhecendo no exército o poder estatal decisivo, tinha que confirmar, por outro lado, o fato de que há muito já desistira de sua pretensão de dominar esse poder. Ao debater seu direito a requisitar tropas, em vez de requisitá-las imediatamente, deixava transparecer suas dúvidas quanto a seus próprios poderes. Ao rejeitar a Lei dos Questores confessou publicamente sua impotência¹⁶⁸

2 de dezembro de 1851: o golpe de Estado contra (e para) a burguesia

Conforme o calendário andava, as lutas parlamentares intra-burguesas se intensificavam, irritando ainda mais as frações capitalistas “de fora do parlamento”. Os jornais bonapartistas, provocativamente agressivos, aventavam a possibilidade de golpe a cada nova crise parlamentar. Bonaparte, por sua vez, tramava o golpe sem sequer nutrir a preocupação de rebuçá-lo dos olhos da já pálida e impotente Assembléia Nacional. Numa linguagem teatral, Marx descreveu o buliçoso e dionisíaco ambiente em que se gestara o *putsch* bonapartista de 2 de dezembro de 1851:

¹⁶⁷ *Idem*, p. 106.

¹⁶⁸ *Idem*.

Nas orgias que Bonaparte celebrava todas as noites com a “escória” de ambos os sexos, quando se aproximava a meia-noite e as copiosas libações desatavam as línguas e aguçavam a imaginação, o golpe de Estado era marcado para a manhã seguinte. Desembainhavam-se as espadas, tilintavam as taças, representantes eram atirados pelas janelas, o manto imperial caía sobre os ombros de Bonaparte, até que o romper da aurora afugentava novamente o fantasma e Paris, estupefata, tornava a inteirar-se, pelas vestais pouco dadas a reticências e pelos paladinos indiscretos, do perigo de que tinha novamente escapado. Durante os meses de setembro e outubro os boatos de golpe de Estado sucediam-se rapidamente. Ao mesmo tempo a sombra ganhava cores, como um daguerreótipo iluminado. Consultai os números de setembro e outubro dos órgãos da imprensa diária européia e encontrareis, palavra por palavra, intimidações como esta: “Paris está cheia de boatos sobre um golpe de Estado. Diz-se que a capital será tomada pelas tropas durante a noite, e que na manhã seguinte aparecerão os decretos da dissolução da Assembléia Nacional, declarando o Departamento do Sena sob estado de sítio, restaurando o sufrágio universal e apelando para o povo. Diz-se que Bonaparte anda em busca de ministros para porem em execução esses decretos ilegais”. As correspondências que trazem essas notícias terminam sempre com a palavra fatal: “adiado”. O golpe de Estado fora sempre a idéia fixa de Bonaparte. Com esta idéia em mente voltara a pisar o solo francês. Estava tão obcecado que constantemente deixava-a transparecer. Estava tão fraco que, também constantemente, desistia dela. A sombra do golpe de Estado tornara-se tão familiar aos parisienses sob a forma de fantasma, que quando finalmente apareceu em carne e osso não queriam acreditar no que viam. O que permitiu, portanto, o êxito do golpe de Estado não foi nem a reserva reticente do chefe da Sociedade de 10 de Dezembro, nem o fato de a Assembléia Nacional ter sido colhida de surpresa. Se teve êxito, foi apesar da indiscrição *daquele* e com o conhecimento antecipado *desta* – resultado necessário e inevitável de acontecimentos anteriores.¹⁶⁹

Nesse cenário de incessante boataria e intranquilidade, onde os acontecimentos se precipitavam e os personagens políticos, erráticos e tergiversantes, pareciam já não mais agir em consonância com suas bases sociais, enfim, onde reinava absoluta a imprevisibilidade política e social, a subjetividade burguesa tornava-se ainda mais insegura, fazendo proliferar o pânico entre os círculos dominantes. Aflita, desesperada e apavorada, a burguesia, que já havia usurpado para si todo o poder da sociedade, se via agora impelida a aceitar o projeto usurpatório de Bonaparte como um *mal necessário* à preservação de sua própria ordem social:

Imaginaí agora o burguês francês, o seu cérebro comercialmente enfermo, torturado na agonia desse pânico comercial, girando estonteado pelos boatos de golpes de Estado e de restauração do sufrágio universal, pela luta entre o parlamento e o poder executivo, pela guerra da Fronda entre orleanistas e legitimistas, pelas conspirações comunistas no sul da França, pelas supostas *Jacqueries* nos Departamentos de Nièvre e Cher, pela propaganda de diversos candidatos à presidência, pelas palavras de ordem dos jornais que lembravam os pregões de vendedores ambulantes, pelas ameaças dos republicanos de defender a Constituição e o sufrágio universal de armas na mão, pela pregação dos emigrados heróis *in partibus*, que anunciavam que o mundo se acabaria no segundo domingo de maio de 1852 – pensai em tudo isso e compreendereis a razão pela qual em meio a essa incrível e estrepitosa confusão de revisão, fusão, prorrogação, Constituição, conspiração, coligação, usurpação e revolução, o burguês berra furiosamente para a sua república parlamentar: “*Antes um fim com terror, do que um terror sem fim!*”¹⁷⁰

Discursando para membros da burguesia industrial a 25 de novembro de 1851, Bonaparte lhes prometeu “tranquilidade para o futuro”, no que foi simplesmente ovacionado pelos presentes. “Com aplausos abjetos”, a classe dominante saudava, assim, *avant la lettre*, “o golpe de Estado de 2 de dezembro, a aniquilação do parlamento, a queda de seu próprio

¹⁶⁹ *Idem*, p. 104-105. Grifos do autor.

¹⁷⁰ *Idem*, p. 103-104. Grifos do autor.

domínio, a ditadura de Bonaparte”. Finalmente, no segundo dia de dezembro de 1851, Luís Bonaparte atenderia aos desejos mais íntimos (mas já não tão secretos assim) da covarde burguesia francesa. Tendo atrás de si a enorme burocracia da máquina pública, o agitado *lumpem-proletariado* parisiense e, mormente, a venal cúpula militar bonapartista, o presidente “aventureiro” lançou-se de vez na sua maior aventura, e desfechou o golpe de misericórdia na esquálida democracia parlamentar burguesa. Lançando mão de analogias e comparações históricas, Marx, com sua peculiar ironia cáustica, procurou, em dois parágrafos narrativos, descrever os momentos finais daquela atribulada trama política iniciada em 1848, na qual, ao final, o Executivo obtivera a rendição total do Legislativo:

Cromwell, quando dissolveu o Parlamento Amplo, entrou sozinho na sala de sessões, puxou o relógio a fim de que tudo acabasse no minuto exato que havia fixado e expulsou os membros do parlamento um por um com insultos hilariantes e humorísticos. Napoleão, de estatura menor que seu modelo, apresentou-se pelo menos perante o poder legislativo no Dezoito Brumário e embora com voz embargada, leu para a Assembléia sua sentença de morte. O segundo Bonaparte, que, ademais, dispunha de um poder executivo muito diferente do de Cromwell ou de Napoleão, buscou seu modelo não nos anais da história do mundo, mas nos anais da Sociedade de 10 de Dezembro, nos anais dos tribunais criminais. Rouba vinte e cinco milhões de francos ao Banco da França, compra o general Magnan com um milhão, os soldados por quinze francos cada um e um pouco de aguardente, reúne-se secretamente com seus cúmplices, como um ladrão, na calada da noite, ordena que sejam assaltadas as residências dos dirigentes parlamentares mais perigosos e que Cavaignac, Lamoricière, Leflô, Changarnier, Charras, Thiers, Baze etc. sejam arrancados de seus leitos, que as principais praças de Paris e o edifício do parlamento sejam ocupados pelas tropas e que cartazes escandalosos sejam colocados ao romper do dia nos muros de Paris proclamando a dissolução da Assembléia Nacional e do Conselho de Estado, a restauração do sufrágio universal e colocando o Departamento do Sena sob estado de sítio. Da mesma maneira manda inserir depois no *Moniteur* um documento falso afirmando que parlamentares influentes se haviam agrupado em torno dele em um Conselho de Estado.

O parlamento acéfalo, reunido no edifício da *mairie* do décimo distrito e consistindo principalmente de legitimistas e orleanistas, vota a deposição de Bonaparte entre repetidos gritos de “Viva a República”, arenga em vão a multidão curiosa congregada diante do edifício e é finalmente conduzido, sob a custódia de atiradores de precisão africanos, primeiro para o quartel d’Orsay e em seguida, amontoado em carros celulares, é transportado para as penitenciárias de Maza, Ham e Vincennes. Assim terminaram o partido da ordem, a Assembléia Legislativa e a Revolução de Fevereiro.¹⁷¹

Curvando-se a uma “autoridade executiva que se tornou um poder independente” e que “considera sua missão salvaguardar ‘a ordem burguesa’”,¹⁷² a burguesia francesa solucionava, ao menos temporariamente, a aguda contradição entre a vigência de sua dominação política direta e a manutenção de sua dominação social de classe; forçosamente, abdicava da primeira para ver preservada a segunda. Depois do golpe perpetrado por Bonaparte, aliviada, gritaria veementemente: “Só o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro pode salvar a sociedade burguesa! Só o roubo pode salvar a propriedade; o perjúrio, a religião; a bastardia, a família; a desordem, a ordem!”¹⁷³

¹⁷¹ *Idem*, p. 108-109. Grifos do autor.

¹⁷² *Idem*, p. 123.

¹⁷³ *Idem*.

Após a exasperação do conflito político nacional aberto em fevereiro de 1848, que exaurira todos os diversos segmentos sociais nele envolvidos, a classe dominante pôde, enfim, respirar de modo menos ofegante, ainda que agora o fizesse ajoelhada perante seu algoz-salvador. Com a nação sob o comando supremo e *arbitral* de Luís Bonaparte – que, inspirando-se no tio, aboliu a república e se auto-proclamou Imperador (Napoleão III) –, a luta de classes, como bem salientou Hal Draper, “não foi abolida, mas imobilizada em equilíbrio”.¹⁷⁴ A burguesia, portanto, deixava, ela também, o cenário político. Depois de ter, pela força das baionetas, cerceado a liberdade política de todas as classes adversárias entre 1848-1851, a própria classe dominante via-se agora, com o êxito do golpe de Estado bonapartista, condenada à mais silenciosa “nulidade política”,¹⁷⁵ submetendo-se, por completo, ao controle do aparelho burocrático-militar de seu próprio Estado, o Estado burguês. O *Segundo Império* nada mais era, portanto, do que “um fruto natural da república do partido da ordem”.¹⁷⁶

A burguesia francesa rebelou-se contra o domínio do proletariado trabalhador; levou ao poder o *lumpem-proletariado*, tendo à frente o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro. A burguesia conservava a França resfolegando de pavor ante os futuros terrores da anarquia vermelha; Bonaparte descontou para ela esse futuro quando, a 4 de dezembro, fez com que o exército da ordem, inspirado pela aguardente, fuzilasse em suas janelas os eminentes burgueses do Bulevar Montmartre e do Bulevar dos Italiens. A burguesia fez a apoteose da espada; a espada a domina. Destruíu a imprensa revolucionária; sua própria imprensa foi destruída. Colocou as reuniões populares sob vigilância da polícia; seus salões estão sob a vigilância da polícia. Dissolveu a Guarda Nacional democrática; sua própria Guarda Nacional foi dissolvida. Impôs o estado de sítio; o estado de sítio foi-lhe imposto. Substituiu os júris por comissões militares; seus júris são substituídos por comissões militares. Submeteu a educação pública ao domínio dos padres; os padres submetem-na à educação deles. Desterrou pessoas sem julgamento; está sendo desterrada sem julgamento. Reprimiu todos os movimentos da sociedade através do poder de Estado; todos os movimentos de sua sociedade são reprimidos pelo poder de Estado. Levada pelo amor à própria bolsa, rebelou-se contra seus políticos e homens de letras; seus políticos e homens de letras foram postos de lado, mas sua bolsa está sendo assaltada agora que sua boca foi amordaçada e sua perna foi quebrada. A burguesia não se cansava de gritar à revolução o que Santo Arsênio gritou aos cristãos: “*Fuge, tace, quiesce!*” (Foge, cala, sossega!) Agora é Bonaparte que grita à burguesia: “*Fuge, tace, quiesce!*”

A burguesia francesa há muito encontrara a solução para o dilema de Napoleão: Dans cinquante ans l'Europe sera républicaine ou cosaque! [“Dentro de cinquenta anos a Europa será republicana ou cossaca!”]. Encontrara a solução na “*republique cossaca*”.¹⁷⁷

Bonapartismo e política de massas

Nascido da necessidade de “salvar” a sociedade burguesa, o novo regime instituído pelo golpe de Estado era, evidentemente, um regime socialmente burguês; entretanto, ele o era – e aqui reside o *busílis* do bonapartismo – à revelia da (e por vezes contra a) própria burguesia, que dele se beneficiaria abundantemente, sobretudo no plano econômico. Com o

¹⁷⁴ DRAPER, Hal. *Op. Cit.*, p. 406. Tradução nossa.

¹⁷⁵ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 63.

¹⁷⁶ MARX, K. *La guerra civil em Francia*. Moscou. *Op. cit.*, p. 61. Tradução nossa.

¹⁷⁷ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 111. Grifos do autor.

“18 brumário” de Luís Bonaparte, passaria a vigorar uma dominação política *indireta* da burguesia sobre o conjunto da sociedade, um tipo de dominação (bonapartista) na qual a classe dominante e suas tradicionais representações políticas não se encontram mais nos principais postos de comando e direção política do Estado capitalista.

De natureza indiscutivelmente reacionária, o novo regime, emerso num contexto de urbanização e massificação aceleradas do país, tinha como missão histórica encerrar, *pelo alto*, a desgastante luta entre suas partes constituintes (seus partidos e demais agrupamentos políticos), *harmonizando*, *pacificando* e *reintegrando* a nação febril. Corolário político de um momento histórico em que não mais era possível à classe dominante ignorar a força da classe trabalhadora – que mesmo derrotada, calada e perseguida, continuara a influenciar tumultuosamente a cena política nacional até o golpe de Estado –, tratando-a apenas pelos expedientes coercitivos, o bonapartismo francês inaugurou uma nova forma de relacionamento entre o Estado e as potencialmente perigosas massas populares: “Hoje, o reino das castas terminou, só se pode governar com as massas”, declararia Luís Bonaparte a certa altura de seu governo imperial.¹⁷⁸

Diferentemente dos regimes elitários anteriores, absolutamente excludentes politicamente, o *Segundo Império* visou a uma incorporação controlada do numericamente ascendente proletariado, bloqueando suas tendências políticas radicais, jacobinas, socialistas, comunistas etc. Assim, Bonaparte restabeleceu o sufrágio universal e levou a cabo uma política de massas assistencialista que já havia ensaiado antes na Presidência (“É preciso dar trabalho ao povo. Obras públicas são iniciadas”, relatou Marx),¹⁷⁹ ao mesmo tempo em que decapitou o movimento operário, almejando dissolver a consciência de classe dos trabalhadores (“As uniões operárias existentes são dissolvidas, mas prometem-se milagres de união para o futuro”, descreveu Marx).¹⁸⁰ Agora na qualidade de *massa amorfa*, desprovido de uma organização política autônoma, o proletariado pôde finalmente adentrar a esfera política-institucional, curvando-se ao seu único intérprete, Luís Bonaparte. Essa dupla dimensão da incorporação *subalterna* das massas à esfera pública (o binômio *concessões sociais – coerção política*), permeada sempre pela presença ubíqua de Luís Bonaparte (no papel de *líder nacional*), seria muitos anos mais tarde destacada pelo filósofo italiano Domenico Losurdo:

Luís Napoleão fala sempre de “povo” ou de “massa”, sem atribuir uma conotação negativa nem mesmo a este último termo [...]

¹⁷⁸ NAPOLEÃO III. *Oeuvres*. Paris: Plon-Amyot, 1861 *apud* LOSURDO, Domenico. *Democracia ou Bonapartismo. Triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ São Paulo: Ed. UNESP, 2004, p. 62.

¹⁷⁹ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 124.

¹⁸⁰ *Idem*.

Mas qual é o povo cujo apoio se quer obter? Não, certamente, aquele organizado autonomamente em partidos ou sindicatos. Luís Napoleão se apresenta não como “o representante de um partido”, mas como o intérprete da nação e das suas melhores tradições, como aquele que pretende “governar no interesse das massas e não no interesse de um partido” [as palavras são do próprio Napoleão III]. Já a partir de 1848, a propaganda bonapartista insiste no fato de que “entre o povo e seu soberano não deve haver intermediário que se arrogue o direito de substituir um e outro” [...] Às vésperas do golpe de Estado, um opúsculo, de cuja redação parece ter participado Luís Napoleão em pessoa, ataca a Constituição existente pelo fato de que ele estabelece “como modo de eleição o voto em lista, um modo enganador que, subtraindo ao povo toda liberdade e toda escolha, transfere aos jornais e aos comitês o poder eleitoral” [as palavras são do ideólogo bonapartista Granier de Cassagnac]. Os partidos e os grupos políticos organizados, e os órgãos de imprensa a eles ligados, são denunciados como instrumentos de coerção e de sufocamento da espontaneidade do eleitorado, o qual deve ser “libertado” de tudo isto para se entregar à relação direta, e subalterna, com o líder local e, em nível nacional, com o líder carismático e indiscutido da nação [...]

A esta mesma lógica corresponde a atitude assumida por Napoleão III em relação ao movimento sindical. Certamente, no período de crise revolucionária ou de fraqueza inicial das novas instituições, o poder bonapartista o reprime duramente, colocando-se, de resto, numa linha de continuidade com a política seguida anteriormente pela burguesia liberal [...] Mas na sua fase “liberal”, quando se sente suficientemente sólido e seguro, o novo regime não hesita em legalizar a greve: em vista de um protesto ou de uma reivindicação isolada, os operários podem organizar sua ação, mas continua a ser severamente proibida uma relação associativa permanente [...]

Está claro: estamos na presença de um novo modelo de controle político e social das massas, no âmbito do qual o sufrágio universal é neutralizado pela posição absolutamente eminente [...] do chefe do Executivo, que [...] busca as boas graças das classes consideradas perigosas mediante algumas concessões limitadas (realização de obras públicas, tabelamento dos aluguéis nas grandes cidades etc.).¹⁸¹

A nosso ver, esse “novo modelo de controle político e social das massas” apresentado pioneiramente pelo regime francês de Luís Bonaparte seria adotado, de um modo bastante aperfeiçoado, por futuros regimes também de natureza bonapartista, a começar pelo *bismarckismo* alemão, como veremos daqui a pouco.

Um poder *acima* da sociedade: a *autonomização relativa* do Estado

Em que pese a importância de sua inovadora relação com as massas, o aspecto precípua do novo regime francês, seu traço característico – e do bonapartismo em geral –, seria, entretanto, a expressiva “autonomia relativa” alcançada pelo aparelho estatal (em especial pelo seu núcleo burocrático-militar) face às classes sociais – inclusive sobre as frações do capital mais privilegiadas economicamente pelas políticas estatais do regime bonapartista. Forjada na crise da sociedade feudal e azeitada por décadas de lutas da burguesia contra seus inimigos contra-revolucionários e revolucionários (nobreza e proletariado, respectivamente), a máquina estatal, capitaneada pelo Executivo, operaria, com o novo regime bonapartista, uma decalagem política em relação ao grupo social a que servia, elevando-se acima deste. Depois de anos e anos sendo produzido, ajustado e retocado, o produto, numa inversão dialética, submeteria, finalmente, seu produtor. A burguesia rendia-se ao seu próprio Estado. A brilhante síntese histórica de Marx a esse respeito vale a pena ser reproduzida:

¹⁸¹ LOSURDO, Domenico. *Op. Cit.*, p. 62-66.

Esse poder executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais meio milhão de tropas regulares, esse tremendo corpo de parasitas que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros, surgiu ao tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar. Os privilégios senhoriais dos senhores de terras e das cidades transformaram-se em outros atributos do poder de Estado, os dignatários feudais em funcionários pagos e o variegado mapa dos poderes absolutos medievais em conflito entre si, no plano regular de um poder estatal cuja tarefa está dividida e centralizada como em uma fábrica. A primeira Revolução Francesa, em sua tarefa de quebrar todos os poderes independentes – locais, territoriais, urbanos e provinciais – a fim de estabelecer a unificação civil da nação, tinha forçosamente que desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas ao mesmo tempo o âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental. Napoleão aperfeiçoara essa máquina estatal. A monarquia legitimista e a monarquia de julho nada mais fizeram do que acrescentar maior divisão do trabalho, que crescia na mesma proporção em que a divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa criava novos grupos de interesses e, por conseguinte, novo material para a administração do Estado. Todo interesse *comum* (*gemeinsame*) era imediatamente cortado da sociedade, contraposto a ela como um interesse superior, geral (*allgemeins*), retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade do governo, desde a ponte, o edifício da escola e a propriedade comunal de uma aldeia, até as estradas de ferro, a riqueza nacional e as universidades da França. Finalmente, em sua luta contra a revolução, a república viu-se forçada a consolidar, juntamente com as medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destruí-la. Os partidos que disputavam o poder encaravam a posse dessa imensa estrutura do Estado como o principal espólio do vencedor.

Mas sob a monarquia absoluta, durante a primeira Revolução, sob Napoleão, a burocracia era apenas o meio de preparar o domínio de classe da burguesia. Sob a Restauração, sob Luís Felipe, sob a república parlamentar, era o instrumento da classe dominante, por muito que lutasse para estabelecer seu próprio domínio.

Unicamente sob o segundo Bonaparte o Estado parece tornar-se completamente autônomo.¹⁸²

Para Emir Sader, o bonapartismo representaria “uma outra forma de apropriação do Estado”, já que se constituiria em uma “forma de governo” que ressaltaria “a relativa autonomia que o Estado preserva, dando-lhe possibilidade de surgir como verdadeiro unificador da sociedade como um todo”.¹⁸³ Contudo, esse autonomizado e agigantado poder

¹⁸² MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 113-114. Grifos do autor.

¹⁸³ SADER, Emir. *Op. Cit.*, p. 99. Embora se constitua em uma cuidadosa síntese analítica do conceito de bonapartismo em Marx, o referido trabalho de Sader possui uma tese central um tanto quanto problemática: para o sociólogo brasileiro, o bonapartismo, ao projetar a imagem de um Estado independente da sociedade e politicamente neutro, exprimiria a forma política mais avançada assumida pelo Estado burguês, pois corresponderia ao desenvolvimento pleno das relações sociais de produção capitalistas, as quais geram uma separação relativa entre as esferas “econômica” e “política”. Superando o “Estado Liberal”, o bonapartismo francês seria, portanto, a expressão política da passagem de um capitalismo baseado na pequena-propriedade para um capitalismo de alta concentração do capital: “Enquanto o liberalismo, como ideologia adaptada às condições de uma economia de mercado, produz os setores políticos que põem em prática uma política estatal do *laissez-faire* – e à burguesia isso é o bastante – essa separação entre posse do Estado e poder político social pode ser preservada. Mas, à medida que as necessidades das relações de produção burguesas solicitam maior intervenção do Estado, sua forma cada vez mais centralizada já não é assumida voluntariamente por nenhum setor social que pudesse ser *representante* da burguesia. A essa necessidade corresponde apenas o poder pessoal, o bonapartismo, que nega a democracia liberal e o parlamentarismo, na mesma medida em que a burguesia nega a pequena propriedade. Os dois mecanismos são paralelos porque o bonapartismo capta sua legitimidade a partir de um jogo em torno da afirmação de princípio da propriedade privada, e o seu combate de fato pela concentração do capital [...] A imparcialidade buscada pelo Estado bonapartista visa a atender a esse novo caráter das relações de classe, demonstrando que as formas políticas clássicas do liberalismo não correspondiam à fase de cristalização do capitalismo, mas ao momento de sua ascensão e instauração. *O Estado bonapartista corresponde à fase da hegemonia em que, ao reproduzir de forma multiplicada suas relações de produção, o capitalismo superou o Estado liberal* [...] Se o capitalismo revela a verdadeira essência do Estado, ao dilacerar essas contradições ao máximo, é o bonapartismo que a realiza em seu mais alto grau, consagrando as tarefas

estatal (“*gigantism of the state*”)¹⁸⁴ não estaria, segundo Marx, “suspense no ar”,¹⁸⁵ e sim se apoiaria socialmente na “classe mais numerosa da sociedade francesa, os *pequenos (Parzellen) camponeses*”.¹⁸⁶

Jogando miticamente com a atrasada subjetividade dessa imensa massa rural, Luís Bonaparte, com sua nova roupagem de Napoleão III, apresentava-se àquela como o herdeiro e sucessor de seu ancestral imperial, ainda venerado pela memória camponesa (“Os Bonapartes são a dinastia dos camponeses, ou seja, da massa do povo francês”).¹⁸⁷ Napoleão III procurou, assim, reeditar algumas das indelévels “idéias napoleônicas” (“*idées napoléoniennes*”) consagradas por seu “tio”, tais como a defesa da pequena-propriedade agrária, a necessidade de um “*governo forte e absoluto*”¹⁸⁸ e a “preponderância do exército” na vida nacional.¹⁸⁹ Tendo correspondido aos interesses objetivos do campesinato no épico período napoleônico (caracterizado pela edificação/consolidação da sociedade burguesa face à contra-revolução aristocrático-feudal européia), as “idéias napoleônicas”, no contexto histórico do *Segundo Império* (quando a pequena-propriedade rural estava sendo progressivamente arruinada pelo capital via excessivos impostos e aviltantes hipotecas), adquiriram um caráter de pura farsa, de um verdadeiro engodo político.¹⁹⁰

específicas do político. O bonapartismo revela-se, assim, como a verdade histórica de todas as formas anteriores de Estado”. (SADER, Emir. *Op. Cit.*, p. 79-102. Grifos do autor). A nosso ver, a tese de Sader, além de ser, ao que consta, empiricamente equivocada – pois o capitalismo industrial francês à época do golpe de Estado bonapartista (bastante atrasado em relação ao capitalismo inglês) estava longe de ter atingido sua fase de alta concentração de capital – acaba por se mostrar infrutífera para o estudo sobre o tipo bonapartista de regime político. Seguindo a lógica de Sader, deveríamos encontrar, então, regimes bonapartistas (ou “Estados bonapartistas”, segundo a terminologia do autor) em todas as formações sociais nas quais as relações de produção capitalistas já atingissem um nível elevado de desenvolvimento – o que, decerto, não se verifica. Assim, o bonapartismo, se nos ativermos à interpretação de Sader, não poderia ser tomado como um regime político excepcional (*de crise*), oriundo de situações da luta de classes marcadas por uma “crise de hegemonia” – ainda que em algumas formações sociais periféricas ele seja, por vezes, bem duradouro, dado o caráter quase permanente (estrutural) das “crises de hegemonia” naquelas –, e sim como um regime preferencial (*normal*) da classe dominante em todas as nações onde o capitalismo já se encontra plenamente amadurecido. Conforme já expusemos em nossa síntese do bonapartismo (ver introdução desta primeira parte), não é com essa (errônea) concepção do conceito que estamos trabalhando.

¹⁸⁴ DRAPER, Hal. *Op. Cit.*, p. 406.

¹⁸⁵ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 115.

¹⁸⁶ *Idem*. Grifos do autor.

¹⁸⁷ *Idem*.

¹⁸⁸ *Idem*, p. 120. Grifos do autor.

¹⁸⁹ *Idem*, p. 121.

¹⁹⁰ “Como vemos: *todas as “idées napoléoniennes” são idéias da pequena propriedade, incipiente, no frescor da juventude*; para a pequena propriedade na fase da velhice constituem um absurdo. Não passam de alucinações de sua agonia, palavras que são transformadas em frases, espíritos transformados em fantasmas. Mas a paródia do império era necessária para libertar a massa da nação francesa do peso da tradição e para desenvolver em sua forma pura a oposição entre o poder do Estado e a sociedade. Com a ruína progressiva da pequena propriedade, desmorona-se a estrutura do Estado erigida sobre ela. A centralização do Estado, de que necessita a sociedade moderna, só surge das ruínas da máquina governamental burocrático-militar forjada em oposição ao feudalismo” (*Idem*, p. 122. Grifos do autor).

O Estado e a “classe” camponesa: a ideologia bonapartista

Conquanto consistissem em lemas políticos em descompasso com a realidade histórica francesa da segunda metade do século XIX, as “idéias napoleônicas” revelaram-se extremamente funcionais para o novo regime político, angariando ideologicamente para este o apoio social do numeroso campesinato detentor de pequenas parcelas de terra (pequenos proprietários rurais). Embora governando segundo os interesses mais gerais (estratégicos) da burguesia – fazendo, portanto, o que essa classe já não podia fazer por si mesma –, o bonapartismo de Luís Bonaparte obteve sua legitimidade social nos setores politicamente mais atrasados da pequena-burguesia rural, temerosos de qualquer tipo progressista de transformação social:

É preciso que fique bem claro. A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada à das cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império. Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom-senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado [...]¹⁹¹

Dado que Bonaparte governava, em última análise, para a burguesia – ainda que a despeito desta, e por vezes politicamente “contra” esta –, a explicação para o apoio político prestado ao novo Imperador pelo campesinato conservador deveria ser buscada, segundo Marx, nas próprias condições sociais de existência desse estrato social, que o levava a projetar no Estado forte e centralizado a imagem de seu *soberano e protetor*. Fruto da observação de uma situação histórica concreta, a assertiva marxiana quanto à existência de uma relação causal entre o modo de vida econômico-social do campesinato francês e sua subjetividade política heterônoma ganharia, futuramente, uma dimensão axiomática nas análises marxistas sobre as possibilidades e limites da pequena-burguesia na cena política da luta de classes:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talentos, nenhuma riqueza das relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas deles constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas.

¹⁹¹ *Idem*, p. 116-117.

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, consequentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o poder executivo submete ao seu domínio a sociedade.¹⁹²

O conhecido parágrafo acima – ao lado de outros trechos já mencionados por nós nos quais Marx alinhou considerações sociológicas sobre a pequena-burguesia urbana parisiense – se constituiria em uma importante fonte de embasamento teórico para as formulações de autores como Lênin, Gramsci e Trotsky acerca da incapacidade da pequena-burguesia para desempenhar um papel político *verdadeiramente independente* em meio à luta das classes fundamentais (burguesia e proletariado), o que a impelia sempre a ora seguir uma, ora seguir a outra – as análises de Trotsky (que veremos no capítulo seguinte) concernentes aos voláteis posicionamentos políticos assumidos pela pequena-burguesia alemã e francesa quando da crise dos regimes democráticos e consequente ascensão do fascismo são demonstrativas desse aspecto.

Bonapartismo e desenvolvimento capitalista

Nas análises de Marx sobre o regime político do *Segundo Império*, encontramos, portanto, a compreensão de que o relativamente autonomizado poder político governamental, sob comando de uma *camarilha bonapartista* com traços *lumpens*, procurou se sustentar política e ideologicamente na enorme massa camponesa do país que havia sido agraciada com a reforma agrária de Napoleão I. Entretanto, esse mesmo poder governamental, não obstante sua altissonante retórica e moderna propaganda, não teria feito mais do que dirigir politicamente o país segundo os interesses essenciais da grande burguesia francesa: mormente, a garantia da ordem social e o desenvolvimento do capitalismo industrial.

No segundo semestre de 1870, aproximadamente vinte anos após o golpe de Estado desfechado por Luís Bonaparte contra a Assembléia Nacional, o *Segundo Império* francês, vencido militarmente pela Prússia *bismarckista*, desmoronaria em poucos dias, possibilitando o espocar, em 1871, da heróica Comuna de Paris. Neste mesmo ano, em seu opúsculo *A guerra civil na França* (dedicado àquela inovadora experiência revolucionária, afogada em sangue pelo derrotado Exército francês), Marx, lançando um olhar retrospectivo sobre o recém findado regime bonapartista, pôde constar como este, ao “liberar” a burguesia da árdua

¹⁹² *Idem*, p. 115-116.

tarefa de governar politicamente a nação, mostrara-se extremamente funcional para o progresso do capitalismo industrial francês. O já significativo distanciamento histórico do qual então gozava Marx em relação ao golpe de Estado de 1851 o levaria também a considerar tal evento como uma expressão política de um momento abalizador da evolução da sociedade burguesa. “Divisor de águas” na história do sistema capitalista, o momento do surgimento do bonapartismo francês teria exprimido uma situação em que a burguesia, tendo passado à condição de classe contra-revolucionária, havia perdido a capacidade de governar por conta própria a sociedade, mas o proletariado, à época politicamente imberbe, ainda não podia colocar-se como uma classe social dirigente. O resultado de tal impasse histórico-político teria sido justamente a emergência de um aparelho estatal relativamente independente das classes fundamentais em presença; jogando demagogicamente com estas, manipulando-as politicamente, essa ingurgitada máquina burocrático-militar teria competentemente levado a cabo o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas na França:

O [Segundo] Império, com o *coup d'état* por fé de batismo, o sufrágio universal por sanção e a espada por cetro, declarava apoiar-se nos camponeses, ampla massa de produtores não envolvida diretamente na luta entre o capital e o trabalho. Dizia que salvava a classe operária destruindo o parlamentarismo e, com ela, a descarada submissão do governo [republicano] às classes possuidoras. Dizia que salvava as classes possuidoras mantendo em pé sua supremacia econômica sobre a classe operária; e, finalmente, pretendia unir todas as classes ao ressuscitar para todos a quimera da glória nacional. *Na realidade, era a única forma de governo possível em um momento em que a burguesia havia perdido a faculdade de governar a nação e a classe operária não a havia adquirido ainda. O Império foi aclamado de um extremo a outro do mundo como salvador da sociedade. Sob sua égide, a sociedade burguesa, livre de todas as preocupações políticas, alcançou um desenvolvimento que nem ela mesma esperava. Sua indústria e seu comércio ganharam proporções gigantescas; a especulação financeira celebrou orgias cosmopolitas; a miséria das massas se destacava sobre a ostentação desavergonhada de um luxo suntuoso, falso e envilecido. O poder de Estado, que aparentemente flutuava por cima da sociedade, era, na verdade, o maior escândalo desta e o autêntico viveiro de todas as suas corrupções. Sua podridão e a podridão da sociedade que ele tinha salvado foram postas a nu pela baioneta da Prússia, que ardia, por sua vez, em desejos de trasladar esse regime de Paris para Berlim. O imperialismo [isto é, a forma imperial de governo] é a forma mais prostituída e, ao mesmo tempo, a forma última daquele poder estatal que a sociedade burguesa nascente havia começado a criar como meio para se emancipar do feudalismo, e que a sociedade burguesa adulta acabou transformando em um meio para a escravização do trabalho pelo capital.*¹⁹³

A conhecida definição de Marx (destacada no fragmento acima) do bonapartismo como um regime político resultante de uma situação peculiar da luta de classes (*em que a burguesia não podia mais, e o proletariado não podia ainda*) seria posteriormente associada à noção de “*equilíbrio* entre as forças sociais em confronto” por notórios intelectuais do movimento operário, como Engels, Trotsky e, principalmente, Antonio Gramsci (que trabalharia com conceitos como “equilíbrio estático” e “equilíbrio catastrófico”). Nessa leitura, seria precisamente esse “*equilíbrio*” entre os campos beligerantes que projetaria o Estado

¹⁹³ MARX, K. *La guerra civil em Francia. Op. cit.*, p. 61-62. Tradução nossa. Grifos nossos.

acima da sociedade, dada a impossibilidade das classes sociais de levar adiante o exasperado conflito.

De um modo geral, a arguta interpretação de Marx acerca do bonapartismo francês se tornaria *modelar* para as futuras elaborações sobre o tipo bonapartista de regime político. Muitos de seus aspectos arrolados por Marx (ou mesmo a quase totalidade deles) se mostrariam presentes nas futuras interpretações de conhecidos *intelectuais orgânicos* do proletariado (com destaque novamente para Engels, Trotsky e Gramsci) sobre as mais variadas aparições do fenômeno bonapartista nos séculos XIX e XX. É isso o que veremos a partir de agora

Engels e o *bismarckismo* alemão

Assim, Bismarck deu o audaz passo do sufrágio universal, ainda que sem Lassalle, ainda que sem seu Lassalle. Ao que parece, depois de certa resistência o burguês alemão se conformou com isto, pois o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia contemporânea. Cada vez mais fica claro para mim que a burguesia é incapaz de governar diretamente, e por isso ali onde não existe uma oligarquia que em troca de uma boa remuneração (como se faz aqui na Inglaterra) pode-se encarregar de dirigir o Estado e a sociedade no interesse da burguesia, a forma normal é a semiditadura bonapartista. Esta defende os interesses materiais essenciais da burguesia até contra sua própria vontade, mas ao mesmo tempo, não lhe concede acesso ao poder (político). Do outro lado, esta mesma ditadura, por sua vez, se vê obrigada, contra a sua vontade, a fazer seus os interesses materiais da burguesia.¹⁹⁴

Foi sob o impacto da recente emergência de um regime bonapartista na Alemanha que então se unificava, e da ousada instauração por aquele do sufrágio universal masculino para as eleições do *Reichstag* (1866), que Engels escreveu a carta a Marx da qual retiramos o fragmento acima. A nosso ver, a sugestiva (porém hiperbólica) idéia trazida por aquela missiva, que diz ser o bonapartismo a “religião da burguesia contemporânea” (isto é, a “forma normal” de regime político burguês), inspirou-se no impressionante fato de que, além da França, outra importante nação européia, a Alemanha – na verdade, ainda em seu processo de formação nacional – adotava um regime político no qual se destacava uma máquina estatal burocrático-militar que surgia como uma força independente e localizada acima da sociedade.

Afora essa definição um tanto quanto *impressionista* do bonapartismo,¹⁹⁵ Engels, em termos gerais, abordaria tal fenômeno por uma perspectiva interpretativa muito similar à

¹⁹⁴ ENGELS, F. “Carta de Engels a Marx (13 de abril de 1866)” *apud* BARSOTTI, Paulo. *Op. Cit.*, p. 108. Esta carta pode ser encontrada também em MARX, Carlos e ENGELS, Frederico. *Correspondencia*. Buenos Aires: Cartago, 1973, p. 174.

¹⁹⁵ Embora, ao que consta, não tenha sido sequer utilizada outra vez pelo próprio Engels, essa exagerada definição do bonapartismo (“religião da burguesia”) embasaria, como veremos mais à frente, as elaborações de Poulantzas acerca da estrutural (permanente) “autonomia relativa do Estado capitalista” face às classes sociais. Do mesmo modo, como também veremos, essa noção do bonapartismo como a “forma normal” de regime político adotado pela burguesia contemporânea parece estar também na base da ampla aceção do conceito

elaborada por Marx no caso francês. Se Marx, como expusemos, lançou as bases de uma teoria do bonapartismo a partir de uma inigualável análise *jornalística* de uma situação histórica concreta, a trama política francesa de 1848-185 – o que nos “obrigou” a descrevê-la, ainda que resumidamente –, Engels, por sua vez, pôde aproveitar-se dos subsídios teórico-analíticos gerados por aquela análise para interpretar a nova ocorrência do fenômeno bonapartista, desta vez em terras germânicas: o regime *bismarckista* alemão.

Indubitavelmente, a maior contribuição de Engels para o desenvolvimento de uma teoria do bonapartismo foram suas poucas, mas perspicazes, elaborações relativas à formação política do *Segundo Império* alemão (*Segundo Reich*), arquitetada pelo *chanceler de ferro* Otto Von Bismarck. Nessas elaborações, nas quais as peculiaridades da *variante* bonapartista alemã foram habilmente percebidas e destacadas, Engels sistematizou e desenvolveu um conjunto de idéias sobre o bonapartismo que Marx havia proposto em seus escritos sobre a França, sobretudo em *O 18 brumário*.¹⁹⁶ Será sobre essas fecundas e esparsas elaborações de Engels sobre o *bismarckismo* que nos centraremos nas poucas páginas que restam para encerrar este primeiro capítulo (dedicado às *origens do conceito de bonapartismo*).

Bonapartismo: as revoluções “de cima para baixo”

Antes, contudo, de passarmos a essa breve apresentação do *bismarckismo* tal como foi interpretado por Engels, consideramos interessante observar rapidamente outras referências do autor ao fenômeno bonapartista, tanto algumas mais específicas, dedicadas ao *clássico* caso francês, quanto outras de cunho mais geral, referentes à própria natureza do bonapartismo.¹⁹⁷

Em sua conhecida “Introdução” de 1895 a *As lutas de classes na França*, Engels, em um pequeno parágrafo, captou a essência da conjuntura política que desembocara no golpe de Estado de Luís Bonaparte: a existência de uma profunda divisão política da burguesia em um momento no qual o proletariado aparecia como uma ameaça, ainda que potencial, à ordem social (em termos gramscianos, uma verdadeira “crise de hegemonia”). Engels consideraria que o desfecho golpista daquela conturbada crise social e política aberta pela Revolução de Fevereiro de 1848 teria marcado o encerramento das revoluções “democrático-burguesas” na Europa; conseqüentemente, se teria inaugurado na velha Europa a etapa das modernizações

proposta por Domenico Losurdo (ainda que o filósofo italiano, diferentemente de Poulantzas, não se refira às palavras de Engels em questão).

¹⁹⁶ Uma interessante discussão acerca dos escritos de Engels (e Marx) sobre o *bismarckismo* pode ser encontrada em DRAPER, Hall. *Karl Marx's theory of revolution (volume I: State and bureaucracy. Chapter 15: Bonapartism: The Bismarckian extension)*. *Op. cit.*

¹⁹⁷ O supracitado artigo de Paulo Barsotti, de grande valia para nossa pesquisa, se constitui em um bem elaborado apanhado crítico das esparsas elaborações de Engels sobre o fenômeno bonapartista.

capitalistas dirigidas pelo Estado – as quais, como logo veremos, tenderiam a assumir formas bonapartistas:

Uma burguesia dividida em duas frações monarco-dinásticas, mas que solicitava sobretudo calma e segurança para seus negócios financeiros e diante dela um proletariado vencido, é verdade, mas sempre ameaçador e em cuja volta agrupavam-se, cada vez mais, pequenos burgueses e camponeses; a ameaça contínua de uma exploração violenta que, apesar de tudo, não oferecia nenhuma perspectiva de solução definitiva, tal era a situação que se podia considerar como feita especialmente para o golpe de Estado do terceiro pretendente, o pretendente pseudodemocrata Luís Bonaparte. Servindo-se do exército, este pôs termo, a 2 de dezembro de 1851, àquela situação tensa, assegurando à Europa a tranquilidade interior mas presenteando-a, por outro lado, como um novo período de guerras. Encerrava-se momentaneamente o período das revoluções de baixo pra cima; sucedeu-lhe um período das revoluções de cima para baixo.¹⁹⁸

Bem antes, em um artigo escrito por volta de 1865 e intitulado “A questão militar prussiana e o partido operário alemão” (que tinha como objeto central o regime *bismarckista* que então se erigia no antigo Império Prussiano), Engels já havia oferecido uma ilustrativa síntese do bonapartismo francês, destacando vários de seus aspectos constituintes, entre os quais, o forte peso político da burocracia, a política estatal de cooptação de uma parcela do proletariado, o cerceamento das “liberdades democráticas” e, naturalmente, a existência de um poder governamental alocado acima das classes sociais antagônicas da sociedade moderna. Referindo-se à configuração política do *Segundo Império* francês, afirmara:

A forma natural desta dominação era naturalmente o despotismo militar e o seu chefe natural Luís Napoleão, seu herdeiro legítimo. O bonapartismo se coloca tanto acima dos operários quanto dos capitalistas, impedindo o choque entre eles. Dito de outro modo, defende a burguesia contra os ataques violentos dos operários, favorece as pequenas escaramuças pacíficas entre as duas classes, sempre tirando tanto de uma quanto da outra qualquer espécie de poder político. Nenhum direito de associação, nenhum direito de reunião, nada de liberdade de imprensa. O sufrágio universal, sob pressão da burocracia, torna impossível qualquer eleição da oposição; e um regime policial jamais atingido anteriormente, inclusive na França com tudo que possui de policial. Aliás, uma parte da burguesia, assim como dos operários, está diretamente comprada. Uma pelos roubos colossais do crédito, através dos quais o dinheiro dos pequenos capitalistas é jogado no bolso dos grandes; a outra pelas grandes obras nacionais constituindo-se num proletariado artificial e imperial submetido ao governo, que se desenvolve nas grandes cidades ao lado do proletariado real e independente. Enfim, o bonapartismo ilude a coragem nacional através de guerras aparentemente heróicas, mas que na realidade são realizadas com a autorização da Europa contra o bode expiatório comum no momento – e em condições tais que a vitória está de antemão assegurada.¹⁹⁹ O principal resultado que um regime assim pode trazer aos operários e à burguesia é que eles descansem da luta e que a indústria se desenvolva fortemente (se as condições se adequarem), e portanto os elementos de uma nova luta, mais violenta se desenvolvem, até que estoure assim que a necessidade do repouso desapareça. O cúmulo da estupidez seria esperar mais para os operários de um regime que existe exatamente para tê-los presos diante da burguesia...²⁰⁰

¹⁹⁸ ENGELS, Friedrich. “Introdução (de 1895)” a MARX, K. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. Op. cit., p. 99-100. Muito possivelmente, acreditamos, foi nesta conhecida e polêmica “Introdução” de Engels que Gramsci buscou inspiração para suas formulações teóricas para “hegemonia” e, sobretudo, “guerra de posição”.

¹⁹⁹ Provavelmente, Engels se refere aqui ao envio de tropas francesas à China (1857-1860), então em processo de partilha pelas potências européias. Sob Napoleão III, a França, entre outros conflitos internacionais, participou também das guerras da Criméia (1854-1856), da invasão do México (1862-1867) e da guerra franco-prussiana (1870-1871), a qual resultaria no fim do regime bonapartista e do *Segundo Império* (1852-1870).

²⁰⁰ ENGELS, F. “A questão militar prussiana e o partido operário alemão” apud BARSOTTI, Paulo. Op. cit., p. 101-102.

Além dos elementos presentes nesse trecho os quais já havíamos antecipado acima, chamam a atenção, particularmente, dois outros: a formação de um proletariado “artificial” pelo regime bonapartista francês e a idéia de um “descanso” da luta de classes sob a vigência do bonapartismo.

Quanto ao primeiro, afora uma visão talvez um pouco idealizada (positivada) do proletariado (o “proletariado real e independente”), consideramos que ele lança luz sobre um traço característico do tipo bonapartista de regime político, já visto por nós anteriormente: a particular relação estabelecida pelo Estado com as massas populares. Ao impulsionar inúmeras obras públicas, que proporcionavam trabalho para os desempregados, e atendendo a pequenas demandas do proletariado, o bonapartismo francês lograva angariar o apoio político de uma parcela massiva dos setores sociais explorados. Conforme destacaremos mais ao final, este traço bonapartista, segundo o próprio Engels, se manifestaria também na Alemanha *bismarckista*.

No que tange ao segundo elemento, pode-se dizer que Engels apreendeu o real movimento que se processava nas camadas mais profundas da sociedade francesa sob o comando *arbitral* de Luís Bonaparte. A percepção dialética de uma luta de classes que, mesmo amainada temporariamente sob o bonapartismo, continuava a se desenvolver constante e silenciosamente até o momento em que irromperia novamente não tardou a se mostrar acertada: em 1871, o movimento operário, que já vinha se reorganizando na década de 1860, abalaria de forma inaudita os alicerces da sociedade burguesa com o advento da Comuna de Paris, fundada sob os destroços do *Segundo Império*.

Essa luta de classes “congelada” – ou “imobilizada em equilíbrio”, para lembrarmos as palavras de Draper (que se referiu à sociedade civil sob o bonapartismo como um sociedade “engessada”²⁰¹) –, como o próprio Engels assinalou ao final do último trecho citado, se constituiria na base política para o desenvolvimento industrial capitalista da França. Essa relação causal entre a formatação política bonapartista e o progresso do capitalismo francês seria, como já pudemos observar, apontada de uma maneira mais contundente por Marx em sua *A guerra civil na França* (1871). Aliás, seria justamente em uma “introdução” de 1891 para a terceira edição alemã desta obra de Marx (portanto, vinte anos depois de sua primeira publicação) que Engels exporia novamente tal nexos entre poder bonapartista e crescimento capitalista, retomando também à caracterização feita à época por Marx do regime francês como expressão política de um momento de equilíbrio entre as classes fundamentais da sociedade moderna:

²⁰¹ “Bonapartism: society in a plaster cast” (cuja tradução mais adequada talvez seja “a sociedade em um molde de gesso”). DRAPER, Hal. *Op. cit.*, p. 407.

Se o proletariado não estava ainda em condições de governar a França, a burguesia já não podia seguir governando-a. Pelo menos naquele momento, em que sua maioria era ainda de tendências monárquicas e se encontrava dividida em três partidos dinásticos [*orleanistas, legitimistas e bonapartistas*] e o quarto republicano. Suas discórdias intestinas permitiram ao aventureiro Luís Bonaparte apoderar-se de todos os postos de mando – exército, polícia, aparato administrativo – e fazer saltar, a 2 de dezembro de 1851, o último baluarte da sociedade burguesa: a Assembléia Nacional. Assim começou o Segundo Império, a exploração da França por uma quadrilha de aventureiros políticos e financeiros, mas também, ao mesmo tempo, um desenvolvimento industrial como jamais teria sido possível conceber-se sob o sistema mesquinho e pusilânime de Luís Felipe, no qual a dominação exclusiva se encontrava em mãos de um pequeno setor da grande burguesia. Luís Bonaparte retirou dos capitalistas o poder político com o pretexto de lhes defender, de defender os burgueses contra os operários, e, por outro lado, de defender os operários contra a burguesia; mas, ao invés disso, seu regime estimulou a especulação e as atividades industriais: em uma palavra, o auge e o enriquecimento de toda a burguesia em proporções até então desconhecidas. Certo é que foram ainda maiores as proporções em que se desenvolveram a corrupção e o roubo em massa, que pululavam em torno da corte imperial e retiravam bons dividendos deste enriquecimento.²⁰²

A observação conjunta dos bonapartismos existentes nos dois lados do Reno possibilitou a Engels, abstraindo os traços comuns a ambos, forjar uma definição conceitual que extrapolasse uma experiência concreta em particular. No supracitado artigo “A questão militar prussiana...”, aproximando o *Segundo Reich* alemão do *Segundo Império* francês, apresentou uma interpretação do fenômeno bonapartista que, embora fundamentalmente baseada na situação histórica concreta analisada por Marx em *O 18 brumário*, poderia ser extensiva à experiência alemã em curso. O bonapartismo era tomado, assim, como “a forma necessária de Estado num país onde a classe operária, ainda que tenha atingido um alto nível de desenvolvimento nas cidades, mas numericamente inferior aos pequenos camponeses no campo, foi vencida num grande combate revolucionário pela classe dos capitalistas, a pequena-burguesia e o exército”.²⁰³

Bonapartismo: uma forma excepcional de Estado

Uma elaboração ainda mais genérica de Engels sobre o bonapartismo – embora, como se pode facilmente notar, haja sempre aspectos gerais do fenômeno contidos nas análises de cada bonapartismo específico, como a do caso francês – é possível de ser encontrada, por exemplo, em sua conhecida obra antropológica *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Num didático parágrafo em que concebe o Estado, desde sua longínqua aparição histórica até a modernidade capitalista, como um instrumento de dominação política controlado diretamente pela classe economicamente dominante, Engels refere-se ao absolutismo e ao bonapartismo como exceções a essa paradigmática definição conceitual – o que, aliás, está na base de nossa compreensão do bonapartismo como uma forma *excepcional* (e não *normal*) de regime político assumido pelo Estado (burguês):

²⁰² ENGELS, F. “Introdução (de 1891)” a MARX, K. *La guerra civil em Francia*. *Op. cit.*, p. 8-9.

²⁰³ ENGELS, F. “A questão militar prussiana e o partido operário alemão” *apud* BARSOTTI, Paulo. *Op. cit.*, p. 101.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu no seio do conflito entre elas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes, e o Estado moderno representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. Entretanto, por exceção, há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes. Encontrava-se nessa situação a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que controlava a balança entre a nobreza e os cidadãos; do mesmo modo, o bonapartismo do primeiro império francês [Napoleão I], e principalmente do segundo, que jogava com os proletários contra a burguesia e com esta contra aqueles. O mais recente caso desse gênero, em que os opressores e oprimidos aparecem igualmente ridículos, é o do novo império alemão da nação bismarckiana: aqui, capitalistas e trabalhadores são postos na balança uns contra os outros e são igualmente ludibriados para proveito exclusivo dos degenerados “junkers” prussianos.²⁰⁴

Aproveitando-nos das últimas palavras acima, e passando, finalmente, às caracterizações de Engels sobre o (à época) *mais recente caso do gênero* bonapartista, é imprescindível lembrarmos que, ao contrário da experiência francesa, o bonapartismo *bismarckista* foi fruto político direto da luta de classes em uma formação social *tardia* do ponto de vista do capitalismo industrial. Comparada a nações como a Inglaterra e a própria França, a Alemanha de então podia ser considerada como uma nação *atrasada*²⁰⁵

Atraso e bonapartismo: o caso alemão

Na primeira metade do século XIX, o chamado *atraso* alemão expressava-se, sobretudo, na vigência quase plena das instituições do antigo regime, o que impunha pesados óbices ao avanço das relações sociais de produção capitalistas, que, justamente por isto, desenvolviam-se lentamente. O processo de industrialização, apesar de já significativamente relevante na estrutura sócio-econômica da região, sobretudo na Prússia, encontrava-se ainda bem aquém do que nível atingido na França, o qual, por sua vez, era ainda bem inferior ao que se verificava na *pioneiríssima* Inglaterra. A partir da década de 1850, entretanto, a modernização industrial ganharia fôlego e se desenvolveriam o comércio, as linhas férreas, a navegação transoceânica e os telégrafos. A burguesia germânica, embora visse seu peso social e econômico crescer gradativamente, encontrava-se afastada do poder político, ainda em posse exclusiva de uma burocracia absolutista que, com o já mencionado grau de relativa independência sobre as classes sociais, governava centralmente para os interesses da aristocracia proprietária de terras (*junkers*). Assim, conquanto tivesse certas demandas

²⁰⁴ ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, s. d., p. 227-228.

²⁰⁵ Avisamos aos leitores que a noção de *atraso histórico* será melhor exposta por nós no capítulo seguinte, onde serão abordados os escritos de León Trotsky acerca das nações que retardatariamente desenvolveram sua modernização capitalista industrial.

atendidas pela casta dirigente, a burguesia não era, de modo algum, uma classe politicamente dominante.

As revoluções francesas de 1848 (fevereiro e junho) e suas correlatas européias que vieram em seu rastro, em especial a ocorrida em Berlim, ao trazerem à cena histórica o proletariado como uma força política independente, eliminariam de vez qualquer possibilidade de que a burguesia alemã viesse a liderar uma revolução “democrático-burguesa” na região. Acovardados, os industriais e grandes comerciantes, seguidos logo depois pela pequena-burguesia proprietária, abandonariam sem pestanejar o já iniciado processo revolucionário, atirando-se nos braços de seus “inimigos” *junkers* visando à contenção do avanço proletário. O pacto *pelo alto* com a velha classe nobiliárquica, que se consubstanciava em um compromisso elitista de cunho antipopular, passou a ser, definitivamente, a opção política de uma burguesia que, por ter se desenvolvido tardiamente, deparou-se com seu antagonista social antes mesmo que tivesse ascendido ao poder político. Com efeito, o caminho de acesso da burguesia ao controle do Estado não mais poderia ser um caminho revolucionário. Diferentemente de sua *irmã* francesa, a burguesia alemã tornou-se contra-revolucionária sem que antes tivesse desempenhado qualquer papel revolucionário, sem que antes tivesse efetivado qualquer revolução “democrática”:

A desgraça da burguesia alemã consiste no fato de, seguindo o costume favorito alemão, ter chegado demasiado tarde. O seu florescimento coincidiu com o período em que a burguesia dos outros países da Europa ocidental se encontra já em declínio. Na Inglaterra, a burguesia só pôde levar o seu verdadeiro representante Bright ao governo ampliando o direito eleitoral, medida cujas conseqüências devem por fim a todo o domínio burguês. Na França, onde a burguesia enquanto tal, enquanto classe, só pôde dominar dois anos sob a república, 1849 e 1850, só conseguiu prolongar a sua existência social cedendo a sua dominação política a Luís Bonaparte e ao exército. Dado o extraordinário desenvolvimento alcançado pelas influências recíprocas entre os três países mais avançados da Europa, é já completamente impossível que a burguesia se possa instalar comodamente no poder na Alemanha quando na Inglaterra e na França esse poder caiu.

A particularidade que distingue a burguesia de todas as outras classes dominantes que a precederam consiste precisamente no fato de no seu desenvolvimento existir um ponto de mudança, depois do qual todo o aumento dos seus meios de poder, e portanto dos seus capitais em primeiro lugar, apenas contribui para torná-la cada vez mais incapaz de exercer o seu domínio político. “Atrás da grande burguesia está o proletariado”. À medida que a burguesia desenvolve a sua indústria, o seu comércio e os seus meios de comunicação, ela engendra simultaneamente o proletariado. E ao atingir um determinado momento, que não é o mesmo em todo o lado nem sequer é obrigatório para uma determinada fase do desenvolvimento, a burguesia acaba por dar-se conta de que o seu acompanhante inseparável, o proletariado, começa a ultrapassá-la. A partir desse momento, perde a sua capacidade de exercer o domínio político em exclusivo, e procura então os seus aliados, como os quais compartilha o seu domínio, ou a quem, conforme as circunstâncias, o cede por completo.

Na Alemanha, esse ponto de mudança já tinha chegado para a burguesia em 1848. Se bem que seja certo que então a burguesia alemã não se assustou tanto com o proletariado alemão quanto com o proletariado francês. Os combates de junho de 1848 em Paris ensinaram-lhe aquilo que a esperava. A agitação do proletariado alemão era suficiente para lhe demonstrar que na Alemanha haviam sido lançadas as sementes capazes de dar a mesma colheita. E a partir desse momento ficou partido o fio de ação política da burguesia alemã. Esta começou a procurar aliados e a vender-se por qualquer preço; de então pra cá [1874] não avançou um único passo.²⁰⁶

²⁰⁶ ENGELS, F. “Prefácio à segunda edição alemã (1870)” de _____. *As guerras camponesas na Alemanha*. (coleção *Assim lutam os povos*, v. I). São Paulo: Expressão popular, 2008, p. 44-45.

A emergência revolucionária do proletariado no cenário político-social teria obrigado, assim, a “revolução burguesa” alemã, entendida aqui no sentido da objetivação do moderno capitalismo industrial, a se realizar por uma via não revolucionária. Embora já viesse se processando gradualmente, essa “revolução burguesa” só se efetivaria plenamente sob o bonapartismo *bismarckista*, quando um novo e centralizado aparelho estatal, gozando de autonomia face às classes sociais, dirigiria um acelerado e vultoso processo de industrialização. Completando exitosamente a unificação nacional, Bismarck alçaria a recém-formada nação à condição de potência econômica internacional com pretensões imperialistas.

Dirigida por uma cúpula militar-burocrática, a “revolução burguesa” alemã exprimiria, em sua essência, uma aliança entre a ascendente burguesia industrial e a nobreza latifundiária *junker*; impulsionada fundamentalmente pelo temor, comum a ambas, do jovem proletariado revolucionário, essa aliança seria realizada por um Poder Executivo que se postava com relativa independência face ao conjunto das classes proprietárias, novas e velhas. Uma célere modernização capitalista industrial que, no entanto, preservaria a antiga estrutura fundiária prussiana, de matriz feudal, além da forma monárquica (porém não mais absolutista), representada pela figura do *Kaiser* (dinastia dos *Hohenzollern*), apareceria como o resultado histórico desse “pacto” aristocrático-burguês comandado *arbitrariamente* pela *mão de ferro* de Bismarck.²⁰⁷ Ao levar a cabo essa *tardia* “revolução burguesa” – e precisamente devido ao seu caráter *tardio* – o *bismarckismo* seria impingido a executar também (e o faria com maestria) a tarefa de incorporar subalternamente à esfera pública o sempre potencialmente perigoso proletariado que, desde 1848, continuava ininterruptamente a crescer numérica e organizativamente. Por comparação à *clássica* experiência jacobino-francesa de revolução burguesa – que, contudo, como bem alertou Thompson, seria mais a *exceção* do que a *regra* no processo histórico²⁰⁸ – o processo alemão em questão inspiraria a construção analítica de um “modelo” de passagem à sociedade burguesa que receberia diversas denominações como “via prussiana” (Lênin),²⁰⁹ “revolução sem revolução”, “revolução-restauração”, “revolução

²⁰⁷ “Nesse sentido, a Alemanha era o inverso da França: chegou mais tarde à industrialização, mas com um impulso muito mais forte. Saltou a etapa das longas décadas da Revolução Industrial, que só conheceu de forma epidérmica em algumas partes da Saxônia e do Reno. Mas, simetricamente, a democracia surgiu organicamente frágil e sem a ‘vitalidade republicana’, ou seja, a necessidade por parte da classe dominante de aparentar um ‘exercício legítimo’ do poder, que três revoluções deixaram como herança na França. Em uma palavra: Na Alemanha, a democracia-liberal nasceu submetida a uma ameaça bonapartista e limitada por uma vida parlamentar inarticulada e sem substância, enquanto o Estado se fortalecia sob a égide de da burocracia civil prussiana e a tutela de um exército com mentalidade imperialista e equipado com os mais modernos armamentos.” (ARCARY, Valério. “Kautsky e as origens históricas do centrismo na esquerda” in *Outubro*, nº. 7, 2002, p. 83).

²⁰⁸ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses” in _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.

²⁰⁹ LÊNIN, V. *O programa agrário da social-democracia russa na primeira revolução russa (1905-1907)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

passiva” (Gramsci),²¹⁰ “revolução pelo alto” e “modernização conservadora” (Barrington Moore Jr.)²¹¹ – Do mesmo modo, a transição alemã ao capitalismo industrial forneceria diversos elementos para a elaboração trotskista da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, sobre a qual versará uma significativa parte do próximo capítulo.

Bonapartismo: um caminho político para a modernização retardatária

Na apreensão de Engels, o *bismarckismo* derivaria, portanto, de um complexo quadro social no qual três protagonistas se fariam presentes, relacionando-se dialeticamente: a antiga aristocracia fundiária, a nova burguesia industrial e o recente proletariado fabril. Em um trabalho voltado para a “questão habitacional” prussiana, Engels tomaria a *variante* bonapartista de Bismarck como um corolário político do caráter *tardio* da formação social alemã. Simultaneamente, a máquina estatal *bismarckista* se equilibraria entre a nobreza *junker* e a burguesia, e entre esta última e a pujante classe trabalhadora:

Na realidade, tal como existe na Alemanha, o Estado é produto necessário da infra-estrutura social que o determina. Na Prússia – e, hoje, a Prússia é um bom exemplo –, ao lado da nobreza ainda poderosa, constituída por grandes proprietários fundiários, existe uma burguesia relativamente jovem e particularmente covarde, que, até agora, não conquistou o poder político nem diretamente, como na França, nem mais ou menos indiretamente, como na Inglaterra. Ao lado dessas duas classes, multiplica-se rapidamente e se organiza progressivamente um proletariado que, em termos de intelectualismo, é muito desenvolvido. Encontramos, pois, aqui, um duplo equilíbrio: o equilíbrio entre a nobreza fundiária e a burguesia, condição essencial da velha monarquia absoluta; e o equilíbrio entre a burguesia e o proletariado, condição essencial do bonapartismo moderno. Mas, tanto na velha monarquia absoluta como na moderna monarquia bonapartista, o verdadeiro poder governamental está nas mãos de uma casta especial de oficiais e de funcionários que, na Prússia, é recrutada, em parte, nas suas próprias fileiras; em parte na pequena nobreza de morgadio; mais raramente, na grande nobreza, e, em menor parte, na burguesia. A autonomia dessa casta, que parece estar fora e, por assim dizer, acima da sociedade, confere ao Estado a aparência de autonomia em relação à sociedade.²¹²

A partir da análise de Engels em tela, pode-se inferir que o bonapartismo alemão, distintamente de seu antecessor francês, se constituiria em uma forma política cuja aparição indicaria não só a substituição de um regime político (absolutismo) por outro (bonapartista) – ambos caracterizados por uma visível independência da máquina estatal face à sociedade –, mas também, e fundamentalmente, a transformação de um tipo de Estado (feudal) em outro (burguês).²¹³ A adição de um novo “equilíbrio” (entre a burguesia e o proletariado) ao outro já existente (entre a nobreza e a burguesia), conformando um “duplo equilíbrio”, talvez tenha

²¹⁰ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Op. cit. volume III (entre outros textos).

²¹¹ MOORE Jr., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

²¹² ENGELS, F. “A burguesia e o problema habitacional” in _____. *Engels. Política* (orgs. José Paulo Netto e Florestan Fernandes). São Paulo: Ática, 1981, p. 133. O texto em questão (que pode ser encontrado também pelo nome de “Como a burguesia resolve o problema da habitação”) se constitui na segunda parte da obra *Contribuição ao problema habitacional*, de autoria do próprio Engels. (MARX, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*, volume II. Op. cit.).

²¹³ Endossamos aqui a definição de Perry Anderson do absolutismo como uma forma política do “Estado feudal tardio” europeu. (ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1998).

sido, se nos pautarmos pelos elementos arrolados por Engels, justamente o meio pelo qual teria se processado essa *dupla transformação* na Alemanha em formação: da forma de regime político e da natureza de classe do Estado.

No fragmento transcrito acima é possível notarmos também outras não desprezíveis diferenças entre o *clássico* bonapartismo francês e sua *variante* alemã, as quais seriam bem apontadas por Paulo Barsotti em seu interessante artigo sobre *Engels e o bonapartismo*.²¹⁴ Na França, a burguesia já havia conquistado o poder político direto e o exercido “sob a forma exemplar de república parlamentar”, mas, “dividida e temerosa diante do proletariado”, teria aberto mão dele “para garantir seus interesses materiais”.²¹⁵ Já na Alemanha, a burguesia, que ainda não havia “conquistado e exercido sua dominação de classe”, teria se mostrado “igualmente acovardada com a presença operária” e abdicado de suas pretensões de poder, “conciliando seus interesses com as forças da velha sociedade” como um modo de “se afirmar economicamente”.²¹⁶ Entretanto, segundo Barsotti,

Ambos tem em comum um relativo atraso industrial, mais acentuado no caso alemão que no francês, e sempre surgem após um período de intensificação da luta de classes, onde o proletariado urbano com presença reduzida joga um papel político limitado, enquanto o elemento agrário torna-se politicamente decisivo. No caso clássico, serão os pequenos proprietários do campo, classe criada pelo “tio” no processo de afirmação da revolução burguesa, que levarão o “sobrinho” ao trono. Na variante prussiana, serão os *junkers*, os grandes proprietários rurais, expressão da velha sociedade feudal que gradativamente irão se aburguesando, dando base e sustentação para o estado bismarckiano.²¹⁷

Capitalismo *tardio* e o “duplo equilíbrio” bonapartista

Levando em conta os apontamentos acima, supomos que talvez a experiência bonapartista francesa possa se prestar *mais adequadamente* a comparações com regimes bonapartistas que tiveram lugar quando a moderna burguesia já se encontrava no comando do poder político em seus países, dado que, como vimos anteriormente em Marx, Luís Bonaparte usurpou o poder que os capitalistas franceses exerciam então por intermédio da Assembléia Nacional. O bonapartismo francês do *Segundo Império* surgiu, assim, em uma formação social na qual a revolução burguesa, sobretudo no sentido de implementação do modo de produção capitalista, já havia se realizado, e onde a burguesia, como salientou Barsotti, já detinha as rédeas do poder político. Embora um grande salto na industrialização francesa viesse a ser dado sob o regime de Napoleão III, as condições básicas para a emergência de uma sociedade urbano-industrial já haviam sido criadas pela primeira Revolução Francesa, na

²¹⁴ BARSOTTI, P. *Op. cit.*

²¹⁵ *Idem*, p. 106.

²¹⁶ *Idem*.

²¹⁷ *Idem*.

medida em que esta quebrara o poder político aristocrático e eliminara os entraves ao desenvolvimento das relações sociais e forças produtivas capitalistas. Luís Bonaparte colocou-se, assim, como um *árbitro* entre a dividida burguesia francesa e o ameaçador proletariado, e não, como teria a necessidade de fazer Bismarck (justamente em função do *atraso* alemão), entre a burguesia, o proletariado e a antiga nobreza (que na França de 1851 não apresentava senão um caráter meramente residual).

Evidentemente, o fato de haver melhores condições para se estabelecer uma comparação entre o *clássico* bonapartismo francês e posteriores experiências bonapartistas ocorridas em nações onde a burguesia já se fazia classe politicamente dominante não impede, de modo algum – e aqui se encontra uma das “razões de ser” do nosso trabalho – que muitos dos elementos e aspectos daquele rico processo político francês possam ser encontrados, com as devidas particularidades, em outros lugares nos quais os regimes bonapartistas surgiram sem que a revolução burguesa tivesse antes se realizado, e que, no seu sentido “democrático-burguês”, jamais se realizaria.

Nestes casos, entretanto, seria o próprio Estado em um regime bonapartista que, dispensando o modelo “jacobino” e todos os seus inconvenientes traços revolucionários, levaria a cabo a “revolução burguesa”, agora estritamente no sentido de desenvolvimento capitalista industrial (“revolução sem revolução”, “revolução passiva”, “modernização conservadora” etc.). Aqui, a *variante* bonapartista alemã possivelmente mostre-se mais útil analogicamente. Muitos dos traços do *bismarckismo* parecem ter sido reeditados, com as devidas particularidades (nunca é escusado lembrar), por regimes bonapartistas que representaram, eles mesmos, a forma política de passagem à sociedade capitalista industrial, na qual a moderna burguesia poderia vir depois, dependendo das circunstâncias históricas de cada país, a alcançar diretamente o leme do Estado. A existência, detectada por Engels, de um “duplo equilíbrio” constitutivo do bonapartismo *bismarckista* encontraria, pensamos, uma equivalência em muitos dos bonapartismos surgidos nos países de capitalismo *tardio* em fins do século XIX, como Itália, Japão e mesmo a Rússia (já que a velha monarquia absolutista czarista assumiu, a partir de determinado momento, o papel de condutora do processo de industrialização retardatária da *atrasada* nação). Também nestes países, os aparelhos estatais, responsáveis pelas “modernizações conservadoras”, elevaram-se acima das antigas e novas classes proprietárias e, no lugar de ambas, estabeleceram, ao seu modo (autoritário, repressivo e, por vezes, cruento) as relações como o antagonista social em formação, o proletariado.

O “duplo equilíbrio” *bismarckista* permitiria também, a nosso ver, um paralelo com alguns regimes bonapartistas situados em meados do século XX nos países *atrasados* de natureza “colonial”/“semicolonial”. Colocando-se concomitantemente acima das classes

dominantes latifundiárias (embora não feudais), da débil burguesia industrial e do jovem e crescente proletariado, aqueles bonapartismos dirigiriam o processo de transformação de suas sociedades agrário-exportadoras em sociedades urbano-industriais – ou seja, dirigiriam suas “revoluções burguesas”. Em função de seu caráter estruturalmente *dependente*, esses países de industrialização capitalista ultra-retardatária apresentariam ainda como um componente fundamental de seu complexo tecido social o capital estrangeiro que, subordinando o conjunto das classes proprietárias (porém vinculado mais diretamente aos setores latifundiários, abertamente contrários a um modelo de industrialização nacional que secundarizasse a agricultura) se constituiria também em um dos pilares sobre os quais se apoiariam aqueles regimes bonapartistas periféricos de cunho modernizador. Como será visto no próximo capítulo, os regimes latino-americanos da década de 1930 analisados por Trotsky (os “bonapartismos *sui generis*”) teriam por base justamente uma “dupla dominação” imposta sobre os trabalhadores: pelo imperialismo e pela dependente burguesia local (“uma camada social controlada pelo capital estrangeiro e ao mesmo tempo oposta aos operários”).²¹⁸ Dessa complexa configuração social surgiriam híbridos regimes “semibonapartistas” que, amparados “entre o capital estrangeiro e o capital nacional, o capital estrangeiro e os trabalhadores”, buscariam, via industrialização nacional, obter uma maior autonomia face ao centro imperialista.²¹⁹

Vale ressaltar, entretanto, que o fato de o bonapartismo ter-se apresentado em certas formações sociais como a configuração política responsável por suas modernizações industriais, não significa que ele tenha, tal como no *bismarckismo*, expresso naquelas a passagem de um tipo de Estado a outro, dado que em muitos países cuja industrialização só se efetivaria muito tardiamente (como os próprios latino-americanos, por exemplo) nunca havia existido feudalismo e, por conseguinte, nem classe nobiliárquica, nem Estado feudal. Essa ressalva nos leva, portanto, a outra, a qual já antecipamos em um parênteses contido no parágrafo acima: a ainda poderosa classe latifundiária que teria se constituído em uma das bases do “duplo equilíbrio” dos bonapartismos periféricos não era, em absoluto, uma classe de natureza feudal-aristocrática, conforme muitos autores já demonstraram.

Por fim, talvez seja importante esclarecer ainda que a mesma formação social pode vir a apresentar em sua história regimes bonapartistas localizados antes e depois de sua “revolução burguesa” e de sua burguesia ter atingido a condição de classe politicamente dominante. A própria Alemanha, aqui, talvez seja o exemplo que mais venha a calhar: praticamente quarenta anos depois do fim do governo de Bismarck como chanceler do *Segundo Reich* (1871-1890), um novo (e bem diferente) regime bonapartista (ao qual já

²¹⁸ TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 132. Tradução nossa.

²¹⁹ *Idem*.

fizemos menção na introdução desta parte) surgiria nos anos finais e críticos da *República de Weimer* (1930-1933) – na qual a burguesia, fortalecida por anos de bonapartismo, ensaiara exercer diretamente seu poder político sobre a nação.²²⁰

Do absolutismo ao bonapartismo

Voltando às elaborações de Engels sobre o *bismarckismo*, o teórico alemão, tal como Marx fizera em relação ao bonapartismo francês, ressaltou também o quão veloz e ingente era o avanço das relações sociais capitalistas na Alemanha sob gestão do Executivo militar-burocrática encabeçada por Bismarck, fato este que acabava por conduzir a um *aburguesamento* de parte das velhas classes proprietárias. Segundo Engels, o novo regime, que se desenvolvia a partir da decomposição dos vetustos elementos absolutistas, estaria conduzindo a nação (a começar pelos quadros burocráticos dirigentes) em um processo de adaptação à lógica mercantil e corrupta que rege toda e qualquer sociedade burguesa:

A forma de Estado que se desenvolveu na Prússia (e, de acordo com o seu modelo, na nova constituição do Império alemão) a partir dessas condições sociais contraditórias e como sua consequência necessária é o pseudoconstitucionalismo – essa é tanto a forma atual da velha monarquia absoluta em deterioração quanto da monarquia bonapartista. Na Prússia, esse pseudoconstitucionalismo apenas encobriu, entre 1848 e 1866, o lento processo de decomposição da monarquia absoluta e tornou-se o seu veículo. Desde 1866 e, sobretudo, desde 1870, a perturbação social e, depois, a erosão do antigo Estado vão-se processando aos olhos de todos com uma rapidez que se acelera fantasticamente. O rápido desenvolvimento da indústria e, especialmente, a especulação na Bolsa arrastaram todas as classes dirigentes. A corrupção em grande escala, importada da França, em 1870, desenvolve-se num ritmo inacreditável. Strousberg e Pereire [um então conhecido empreiteiro alemão e um banqueiro bonapartista francês, respectivamente] cortejam-se reciprocamente. Os ministros, os generais, os príncipes e os condes comerciam com ações, apesar dos judeus especuladores mais astutos, e o Estado consagra a igualdade fazendo maciçamente barões os especuladores judeus. A nobreza fundiária, que há muito se dedica à indústria com suas fábricas de açúcar de beterraba e suas destilarias de aguardente, abandonou as sólidas virtudes do passado e engrossou, com seus nomes, as listas dos diretores de todas as sociedades por ações, sejam elas sólidas ou não. A burocracia desdenha cada vez mais o simples recurso aos vales para melhorar os seus vencimentos: abandona o Estado e anda à caça de lugares infinitamente melhor remunerados na administração das empresas industriais – e aqueles que ainda permanecem nos seus postos seguem o exemplo dos chefes: especulam com ações, obtêm uma “participação” nas ferrovias etc. Há mesmo indícios de que jovens tenentes já metem as suas delicadas mãos no jogo da especulação. Numa palavra: a decomposição de todos os elementos do antigo Estado e a passagem da monarquia absoluta para a monarquia bonapartista estão em plena evolução, e, na próxima grande crise industrial e comercial, cairão por terra não só o atual movimento especulativo, mas também o velho Estado prussiano.²²¹

Nas últimas linhas acima – afora a previsão um tanto quanto *catastrofista* do autor, e que não se confirmaria tão cedo – chama a atenção novamente a idéia da transmutação da monarquia absolutista em monarquia bonapartista como um elemento determinante da (e determinado pela) “revolução burguesa” alemã. Em um prefácio de 1874 ao seu livro *As*

²²⁰ Este novo e “complicado” bonapartismo alemão (Trotsky) será abordado por nós no próximo capítulo.

²²¹ ENGELS, F. “A burguesia e o problema habitacional”. *Op. cit.*, p. 133-134.

guerras camponesas na Alemanha (escrito em 1850), Engels apresentaria novamente essa interpretação do processo histórico alemão, então ainda em curso:

A premissa fundamental da monarquia, que ia se decompondo lentamente desde 1840, era a luta entre nobreza e a burguesia, luta essa em que a monarquia mantinha o equilíbrio. Mas, a partir do momento em que já não se tratava de defender a nobreza da pressão da burguesia, mas sim de proteger todas as classes possuidoras da pressão da classe operária, a velha monarquia absoluta teve de transformar-se completamente em monarquia bonapartista, a forma de Estado especialmente elaborada para esse fim. Noutro lugar (“Contribuição ao problema da habitação”, 2ª parte),²²² já examinei essa passagem da Prússia para o bonapartismo, se bem que ali tenha podido deixar sem o devido relevo um ponto que é aqui muito especial, a saber, que essa passagem foi o maior avanço feito pela Prússia desde 1848. Até aí tinha ficado à parte do desenvolvimento moderno. A Prússia continuava a ser um Estado semifeudal, enquanto o bonapartismo é apesar de tudo uma forma moderna de Estado que pressupõe a eliminação do feudalismo. A Prússia deve, portanto, decidir-se a terminar com os seus numerosos vestígios de feudalismo e a sacrificar os seus *junkers* enquanto tais. Tudo isso vai sendo feito, naturalmente, da maneira mais suave e ao compasso da melodia preferida: *Immer langsam voram* (Sempre em frente, sem pressa – latim) [...]

Desse modo, correspondeu à Prússia o destino peculiar de culminar nos finais deste século [XIX], e sob a forma agradável do bonapartismo, a sua revolução burguesa que se iniciou em 1808-1813 e que deu um passo a frente em 1848. E se tudo correr bem, se o mundo ficar quieto e tranqüilo e nós chegarmos a velhos, talvez em 1900 vejamos o governo prussiano acabar realmente com todas as instituições feudais e a Prússia alcançar finalmente a situação em que se encontrava a França em 1792.

A descrição feita por Engels dos caminhos próprios seguidos pela “revolução burguesa” na Alemanha é expressiva da perspectiva histórica que vertebrou as análises do autor sobre o fenômeno *bismarckista*. Em uma palavra, o regime do *Segundo Reich* se constituiria em uma expressão política do longo *atraso* alemão, e estaria justamente na tentativa de sua superação (por meio de um projeto *modernizante-conservador*) um dos principais objetivos históricos do bonapartismo de Bismarck. De um modo semelhante, como dissemos há pouco, outras formações *tardias*, como a italiana e a japonesa, buscariam realizar suas “revoluções burguesas” nas últimas décadas do século XIX também por meio de regimes políticos autoritários e centralizados – embora, vale ressaltar, o êxito econômico alcançado por Itália e Japão não viesse a ser tão formidável como o obtido pela Alemanha *bismarckista*. Também nessas outras formações sociais, um novo e encorpado aparelho estatal, de traços bonapartistas, seria o principal executor da tarefa de modernizar capitalisticamente a nação, conforme analisaremos no capítulo seguinte (quando nos detivermos nas formulações teóricas de Gramsci sobre “revolução passiva” e cesarismo).²²³

Bonapartismo, corporativismo e massas populares

Um último elemento do bonapartismo alemão apontado por Engels que gostaríamos de realçar aqui é a relação estabelecida pela casta burocrática dirigente com as “perigosas”

²²² O mesmo texto já trabalhado por nós (ENGELS, F. “A burguesia e o problema habitacional”. *Op. cit.*)

²²³ Formulações teóricas essas que, embora extraídas fundamentalmente do caso italiano, tiveram certamente no *bismarckismo* outra importante fonte de inspiração histórica.

massas populares. Por um viés crítico, Engels destacaria a estratégia adotada pelo novo regime para lidar com a chamada “questão social”, a qual já havia sido objeto de políticas públicas no governo de Luís Bonaparte:

E esse Estado, cujos elementos não burgueses se aburguesam a cada dia, resolveria a “questão social” ou, ao menos, a crise habitacional? É claro que não – aliás, a verdade é precisamente o inverso. Em todas as questões econômicas, o Estado prussiano cai progressivamente nas mãos da burguesia e se, desde 1866, a legislação nesse pormenor ainda não se adequou inteiramente à burguesia, de quem é a culpa? Da própria burguesia, que antes de tudo é demasiado covarde pra defender com energia as suas reivindicações e, em seguida, protesta contra qualquer concessão que, ao mesmo tempo, forneça novas armas a um proletariado ameaçador. E se o poder de Estado (quer dizer: Bismarck) tenta constituir um proletariado “seu”, ligado a seu aparelho, isso não passa de um miserável estratagema bonapartista, necessário e já conhecido que, em relação aos trabalhadores, só obriga esse Estado a meia dúzia de *slogans* bem intencionados ou, no máximo, a ajudas às sociedades construtoras à moda de Luís Bonaparte.²²⁴

Mesmo não resolvendo os problemas fundamentais do proletariado alemão (conforme afirmou peremptoriamente Engels no fragmento acima), o *bismarckismo*, no melhor estilo bonapartista, levaria a cabo (como já havíamos adiantado) o já então indispensável processo de incorporação controlada da classe trabalhadora ao novo ordenamento sócio-político da nação unificada. Tal como ocorrera no *Segundo Império* francês, o novo regime alemão, lançando mão de práticas assistencialistas e promovendo obras públicas, procurou criar, como assinalou Engels, um proletariado “seu” (um proletariado “artificial”), o qual poderia lhe servir de importante sustentáculo social, provendo-lhe legitimidade política. Habilmente, Bismarck, realizou essa complicada empresa de *inclusão popular* de um modo ainda mais substantivo e aperfeiçoado do que o fizera seu congênere francês, engendrando uma arquitetura institucional de raiz corporativista que reconhecia “direitos sociais” à classe trabalhadora – muitos dos quais, aliás, constavam na plataforma programática da perseguida social-democracia alemã – à medida que extirpava sua independência política. As leis “anti-socialistas” (1878) e a criação da Previdência Social (1881) talvez sejam os melhores exemplos do binômio “repressão-reformas” que caracterizaria a política de massas *bismarckista* – como, aliás, a de muitos outros regimes bonapartistas, a começar, como já vimos, pelo do próprio Napoleão III.

Cabe ressaltar, ainda, que o método *bismarckista* de incorporação subalterna das massas expunha, por si mesmo, a relativa autonomia da qual gozava a cúpula burocrático-militar do regime diante das forças sociais envolvidas no processo de “modernização conservadora” do país. Nas palavras de Engels transcritas acima, pode-se encontrar a idéia de que o poder de Estado (“quer dizer: Bismarck”) possuía uma significativa capacidade de movimentação política própria, o que lhe permitia, entre outras ações governamentais

²²⁴ ENGELS, F. “A burguesia e o problema habitacional”. *Op. cit.*, p. 134.

relativamente independentes, realizar “concessões” ao proletariado às quais a burguesia se opunha frontalmente. Já vimos que, ainda segundo Engels, o bonapartismo pode vir a estimular “pequenas escaramuças pacíficas entre as duas classes” com a finalidade de sobrepor-se politicamente a ambas, com um *árbitro*. Foi talvez seguindo essa trilha analítica que Trotsky, como veremos no capítulo seguinte, se referiu ao fato de que certos “bonapartismos *sui generis*” latino-americanos praticavam uma política de “manobra” como o proletariado, “chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros”.²²⁵

Por fim, à guisa de conclusão destas linhas dedicadas a Engels, consideramos apropriado reproduzir em parte uma espécie de síntese do fenômeno bonapartista feita por Paulo Barsotti a partir das elaborações do pensador alemão. Muitos dos aspectos e elementos nela presentes reaparecerão ao longo das próximas páginas deste trabalho:

Regime pós-parlamentar, o bonapartismo se ergue como instrumento de segurança e proteção do *status quo* na ausência de consenso produzida pelo dilaceramento das diversas frações da classe dominante na disputa de seus interesses mercantis, momento de risco para a *ordem* e oportunidade para o questionamento das classes dominadas. Na defesa de seu interesse de classe, a burguesia autolimita seu poder político parlamentar para fortalecer o executivo que amplia e aperfeiçoa cada vez mais sua máquina burocrático-militar direcionada à repressão das classes trabalhadoras e à revolução social [...]

O bonapartismo funciona como *elo de ligação* e ponto de convergência de todas as diferentes frações burguesas que, após a renúncia circunstancial ao exercício direto de sua dominação, abrem mão de seu manto democrático parlamentar concentrando todo o poder político no executivo, que subordina ou manipula o poder legislativo e judiciário. Relegado a uma instituição ou a um grupo específico chefiado por um indivíduo que representa o papel de “benfeitor de todas as classes”, o estado bonapartista torna-se árbitro e administrador absoluto das contendas sociais, assumindo ora a forma expressamente ditatorial, ora semiditatorial, sempre assegurando e protegendo o regime de apropriação social. Esse regime pós-parlamentar, despótico e autocrático, que se movimenta com lances de ataque e defesa, tem a sua existência determinada enquanto cumprir com eficácia sua missão de instrumento de contenção da luta de classes e de consolidação, conservação e expansão da classe dominante. No momento em que a *ordem* estiver firmemente consolidada, a classe dominante pode dispensar seus préstimos e encontrar outra forma de estado compatível com o momento. Quando não puder mais reprimir e sufocar as contradições sociais latentes, estas, acirradas, explodem e novamente a luta política e a revolução social retomam a cena histórica.²²⁶

²²⁵ TROTSKY, L. “La industria nacionalizada...”. *Op. cit.*, p.163-164. Tradução nossa.

²²⁶ BARSOTTI, P. *Op. cit.* Grifos do autor.

Capítulo II

As perspectivas de dois revolucionários do século XX: Trotsky e Gramsci

León Trotsky e os vários bonapartismos

Entendemos por bonapartismo o regime no qual a classe economicamente dominante, ainda que conte com os meios necessários para governar com métodos democráticos, se vê obrigada a tolerar – para preservar sua propriedade – a dominação incontrolada do governo por um aparato militar e policial, por um “salvador” coroado. Esse tipo de situação se cria quando as contradições de classe se tornam particularmente agudas; o objetivo do bonapartismo é prevenir as explosões. A sociedade burguesa passou mais de uma vez por uma época assim, mas eram, por assim dizer, somente ensaios. A decadência atual do capitalismo não somente retirou definitivamente toda base de apoio à democracia, como também revelou que o velho bonapartismo se mostra totalmente inadequado: o fascismo o substituiu. Assim, como ponte entre a democracia e o fascismo (e em 1917, na Rússia, como “ponte” entre a democracia e o bolchevismo), aparece um “regime pessoal” que se eleva por cima da democracia e concilia com ambos os bandos, enquanto, ao mesmo tempo, protege os interesses da classe dominante: basta essa definição para que o termo bonapartismo fique totalmente esclarecido.²²⁷

O trecho acima se encontra em um dos muitos textos nos quais a questão do bonapartismo foi observada por León Trotsky. Tal como os demais teóricos do bonapartismo por nós aqui selecionados, Trotsky não chegou a produzir algum trabalho *especificamente* dedicado à natureza do fenômeno bonapartista em si. Entretanto, em função dos numerosos e sugestivos escritos em que teceu análises e comentários sobre as suas mais variadas manifestações concretas, Trotsky foi, dentre todos os autores marxistas do movimento operário, aquele que mais próximo chegou da elaboração de uma teoria do bonapartismo propriamente dita. Ao longo das páginas seguintes, buscaremos oferecer aos leitores um apanhado dessa contribuição trotskista ao estudo da temática, abordando os principais momentos da obra do revolucionário russo dedicados à compreensão dos tipos bonapartistas *de regime e de governo* que por vezes assumem o controle do Estado capitalista.

História e bonapartismos

Um dos primeiros destes momentos situa-se nos anos iniciais da década de 1930, mais especificamente entre 1930-1932, quando é elaborada e publicada sua antológica *A história da revolução russa*.²²⁸ No capítulo intitulado “Kerensky e Kornilov (Os elementos do bonapartismo na Revolução Russa)”, buscando explicar os motivos do insucesso da alternativa bonapartista no processo revolucionário russo de fevereiro-Outubro de 1917 (representada potencialmente por aqueles dois personagens), Trotsky produziu uma profícua síntese histórica do fenômeno em questão, comparando suas diferentes aparições na cena política europeia entre as revoluções francesa e russa.

²²⁷ TROTSKY, L. “Otra vez sobre la cuestión del bonapartismo. El bonapartismo burgués y el bonapartismo soviético”. *Op. cit.* Tradução nossa.

²²⁸ TROTSKY, L. *A História da revolução russa*. Rio de Janeiro/Guanabara: Saga, 1967, 3 volumes. O primeiro volume é intitulado “A queda do czarismo”, o segundo, “A tentativa de contra-revolução” e o terceiro, “O triunfo dos soviets”.

Na perspectiva do “historiador” bolchevique, o bonapartismo de Napoleão I tivera como principal fonte de sua força política a emergência histórica da sociedade burguesa, na qual a figura de um “árbitro” que garantisse, pelo “sabre”, as conquistas da revolução (“aos grandes burgueses a possibilidade de ganhar lucros, aos camponeses a posse de seus lotes, aos filhos dos camponeses e aos miseráveis a possibilidade de pilhagens durante a guerra”)²²⁹ se fez politicamente necessária. Nesse momento, entretanto, ressalta Trotsky, o antagonismo entre burguesia e proletariado “ainda estava longe da maturidade”. Razões sociais distintas, contudo, explicariam a existência histórica dos bonapartismos de Luís Bonaparte e de Otto Von Bismarck:

O golpe de Estado de 1848 não deu, nem podia dar, terras aos camponeses: não era uma grande revolução que substituíra um regime social por outro, era um arranjo político baseado no mesmo regime social. Napoleão III não trazia, após si, um exército vitorioso. Os dois elementos principais do bonapartismo clássico não existiam. Havia, entretanto, outras condições propícias e não menos eficazes. O proletariado, que em cinquenta anos crescera, demonstrou em junho, sua força ameaçadora: mostrou-se, entretanto, ainda incapaz de tomar o poder. A burguesia temia tanto o proletariado quanto a vitória sangrenta conseguida contra ele. O camponês proprietário amedrontara-se perante a insurreição de Junho e desejava que o Estado o protegesse contra os que queriam levar a termo a repartição das terras. E, enfim, o poderoso progresso industrial, que durara, com certas interrupções, durante duas dezenas de anos, abria à burguesia fontes jamais iguais de enriquecimento. Essas condições foram suficientes para um bonapartismo de epígono.

Na política de Bismarck que, ele também, se elevava “acima das classes”, houve, conforme mais de uma vez foi demonstrado, traços indubitáveis de bonapartismo, se bem que sob aparências de legitimidade. A estabilidade do regime de Bismarck estava assegurada pelo fato de que, nascido após uma revolução impotente, ele dera solução, ou meia solução, a um problema nacional tão grande quanto a unidade alemã, saíra vitorioso em três guerras, e contribuía para um poderoso florescimento capitalista. Isso basta para uma dezena de anos.²³⁰

Surgido em outra fase histórica, sob o imperialismo, o *kerenskismo* não teria gozado da mesma sorte dos bonapartismos anteriores. Localizado em momento de radicalização da luta de classes entre proletariado e a burguesia, e em uma nação na qual sequer havia conquistas de uma revolução burguesa a assegurar (como a terra aos camponeses e uma verdadeira unidade nacional, por exemplo), a variante bonapartista russa careceu de bases sociais sólidas que lhe permitissem lograr êxito:

A desgraça dos russos que posavam como candidatos a Bonaparte [além de Kerensky, o general Kornilov, segundo Trotsky, também se colocou como uma eventual liderança “bonapartista” em meio à crise do regime de “dualidade de poderes” inaugurado pela “Revolução de Fevereiro”] não consistia, absolutamente, no fato de que eles não se pareciam nem com o primeiro Napoleão nem mesmo com Bismarck: a história sabe fazer uso dos sucedâneos. Eles tinham, contra eles, uma grande revolução que não resolvera os próprios problemas dela nem tão pouco esgotara suas forças. O camponês que ainda não obtivera terra era forçado, pela burguesia, a guerrear em benefício dos domínios dos nobres. A guerra só trazia derrotas. Não havia sequer um florescimento industrial: ao contrário, a desordem ocasionava, constantemente, novas devastações. Se o proletariado recuou foi sempre para tornar a cerrar fileiras. A classe camponesa só se punha em movimento para uma derradeira investida contra os senhores. As nacionalidades oprimidas passavam à ofensiva contra o despotismo

²²⁹ *Idem*, p. 544 (v. II).

²³⁰ *Idem*.

russificador. Em busca da paz, o exército unia-se cada vez mais estreitamente aos operários e ao Partido deles. Embaixo se concentravam enquanto que em cima se enfraqueciam. Não havia, pois, equilíbrio. A Revolução permanecia em pleno verdor. E não causa, portanto, admiração o bonapartismo ter-se revelado anêmico.²³¹

Lembrando as comparações feitas por Marx e (sobretudo) Engels entre o fenômeno do bonapartismo e as antigas monarquias absolutas, Trotsky assinalou que nestas últimas “o papel de árbitro entre os elementos da antiga e da nova sociedade [feudal e burguesa, respectivamente] fora, em certo período, realizável, na medida em que ambos os regimes de exploração [feudalismo e capitalismo] precisavam defender-se dos explorados”.²³² Trotsky ressaltou, entretanto, que “em se tratando de feudais e servos não poderia haver intermediário ‘imparcial’”. Lançando mão do exemplo da duradoura monarquia absolutista russa, Trotsky afirmou que “ao conciliar os interesses dos proprietários nobres e os do jovem capitalismo, a autocracia czarista agia, no que se referia aos camponeses, não como intermediária, mas como procuradora das classes exploradoras”.²³³ Também o bonapartismo, segundo Trotsky, não seria propriamente um árbitro neutro entre o proletariado e a burguesia, e sim expressaria o “mais concentrado poder da burguesia exercido sobre o proletariado”:

Tendo posto sua bota na nuca do país, o Bonaparte que veio depois (Luís Bonaparte) só pode executar uma política protecionista em favor da propriedade, das rendas e dos lucros. As particularidades do regime não ultrapassaram os meios de proteção. O guarda não se mantém diante da porta, está sentado no pináculo; sua função, porém, é a mesma. A independência do bonapartismo é, em alto grau, só aparência, simulacros, decorações: tem por símbolo o manto imperial.

Explorando, habilmente, o terror burguês em face dos operários, Bismarck em todas as suas reformas políticas e sociais conservava-se, invariavelmente, como o procurador das classes possuidoras que ele jamais traiu. Em compensação, a pressão crescente do proletariado permitiu-lhe, sem dúvida, elevar-se acima do corpo dos *junkers*, acima dos capitalistas, na qualidade de insubstituível árbitro burocrático: só nisso consistia a função de Bismarck.²³⁴

No mesmo contexto temporal em que, como “historiador”, reconstituía a saga revolucionária russa e procurava apreender o caráter político do efêmero *kerenskismo*, Trotsky embrenhou-se também na decisiva luta política alemã daquele conturbado início dos anos 30 do século XX. Fazendo uso novamente da teoria do bonapartismo – a qual ele mesmo assim desenvolvia – Trotsky caracterizaria com precisão a situação da luta de classes na conturbada Alemanha pré-hitlerista, como veremos a seguir.

O “complicado” bonapartismo alemão (1930-1933)

Além daqueles poucos trechos contidos em *A história da revolução russa*, extensa obra de caráter eminentemente historiográfico, os outros momentos da produção bibliográfica

²³¹ *Idem*, p. 554-555.

²³² *Idem*, p. 545.

²³³ *Idem*.

²³⁴ *Idem*.

de Trotsky dedicada ao tema do bonapartismo constituem-se em artigos, manifestos e ensaios voltados diretamente para intervenções práticas em determinadas situações concretas da luta de classes.

A primeira e talvez mais importante dessas situações localizou-se nos anos finais da *República de Weimar*, marcados pela decadência do seu regime constitucional e o crescimento exponencial do movimento *nacional-socialista*. Entre 1930 e 1933, quando este chegaria eleitoralmente ao poder, tiveram lugar subsequentes gabinetes reacionários sob o governo presidencial do conservador Hindenburg (Brüning, von Papen, von Schleicher), os quais, negociando com as representações burguesas tradicionais, reprimindo policialmente as movimentações operárias e permitindo relativa liberdade aos bandos hitleristas, aspiravam, ingenuamente, arrestar a ascensão nazista.

O vigoroso proletariado alemão, representado por duas massivas organizações políticas, o Partido Social-Democrata Alemão (SPD)²³⁵ e o Partido Comunista da Alemanha (KPD),²³⁶ mostrava-se um tanto quanto “perdido” diante do aziago cenário histórico. Apaziguadores por profissão, os chefes social-democratas consideravam ser crível que Hindenburg, Papen e cia. pudessem bloquear o caminho do poder aos fascistas, semeando entre suas volumosas bases operárias ilusões políticas em relação àqueles governos. No outro extremo das análises conjunturais, a direção do KPD, por sua vez, tomava o regime político vigente como já dotado de um conteúdo “fascista”.²³⁷ Na lógica interpretativa dos estalinistas alemães, praticamente desprovida de nuances políticas, uma eventual vitória de Hitler não implicaria senão em mais um governo fascista que, tal como os precedentes, visaria salvar o capitalismo em ruínas no país. Essa vulgar caracterização da realidade política nacional, na qual *todos os gatos eram pardos*, conduzia a uma estratégia antifascista absolutamente sectária, que rejeitava a possibilidade de construção de uma “frente única operária” com o SPD, definido como um partido “social-fascista”.²³⁸

²³⁵ Sigla alemã.

²³⁶ Idem.

²³⁷ “O fascismo já triunfou, o regime de Brüning já é o fascismo [!!!]”, bradavam à época os chefes comunistas (TROTSKY, L. “O único caminho” (“Bonapartismo e fascismo”) in _____. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Op. cit., p. 282).

²³⁸ Em 1932, Trotsky assim se referiu à visão dos dirigentes do KPD sobre a situação política alemã de então: “Infelizmente, o Partido Comunista também foi completamente surpreendido pelos acontecimentos. A burocracia estalinista não soube prever nada. Hoje, Thaelmann, Remmele [líderes do KPD] e outros falam a cada momento do ‘golpe de estado de 20 de julho’ [que conduziu von Papen à posição de primeiro ministro, no lugar de Brüning]. Mas, como? A princípio, afirmavam que o fascismo já era um fato, e só os “trotskistas contra-revolucionários” podiam falar nele como uma coisa para o futuro. Agora, verificam que, para passar de Brüning a Papen – não a Hitler, mas somente a Papen – foi necessário todo um ‘golpe de Estado’. Mas o conteúdo de classe de Severing, Brüning e Hitler, ensinavam-nos esses sábios, é “o mesmo”. Então, de onde vem o golpe de Estado e com que finalidade?

A confusão, porém, não se limita a isso. Embora a diferença entre bonapartismo e fascismo esteja agora claramente exposta à luz do dia, Thaelmann, Remmele e outros falam do golpe de Estado fascista de 20 de julho. Ao mesmo tempo, põe os operários em guarda contra o perigo fascista que se aproxima, de um abalo hitlerista,

Tal posicionamento político, como é sabido, tinha suas origens nas elaborações sobre a conjuntura mundial produzidas pela Internacional Comunista (IC)²³⁹ em seu VI congresso, realizado em 1928. Naquela oportunidade, a direção da IC avaliara que a relação de forças no que dizia respeito às possibilidades de uma revolução mundial entrava em seu “terceiro período” após a Revolução Russa. Segundo seus prognósticos, o “terceiro período” significava a agonia final do capitalismo que inelutavelmente desembocaria em uma nova ascensão revolucionária das massas – nessa periodização, o “primeiro período” [1917-1923] havia sido marcado por uma onda revolucionária mundial seguida à Revolução de Outubro, enquanto que o “segundo período” [1924-1928] fora a fase de estabilização do capitalismo iniciada quando das derrotas das revoluções européias. Dada essa caracterização, a IC realizou um giro “ultra-esquerdista” e orientou seus partidos a aplicarem uma política de “classe contra classe”, na qual não se tinha lugar para quaisquer tipos de alianças com partidos pequeno-burgueses e social-democratas. Na lógica de Stálin, a social-democracia, por apresentar uma ideologia pequeno-burguesa, era vista como uma “irmã gêmea do fascismo”.²⁴⁰

Como dirigente e maior expoente da Oposição de Esquerda Internacional,²⁴¹ Trotsky opôs-se frontalmente às diretrizes da IC, sobretudo no caso alemão, apregoando a necessidade de construção no país de uma “frente única operária” (que incluiria o KPD, SPD e demais organizações políticas e sindicais do proletariado) com vistas a impedir a vitória nazista. Trotsky afirmava que os estalinistas se equivocavam profundamente ao apresentarem “as coisas como se a vitória do fascismo fosse um fato consumado”²⁴² e, que, na realidade,

isto é, igualmente fascista. Finalmente, a social-democracia é qualificada, agora como antes, de social-fascista. Os acontecimentos que se desenrolam reduzem-se a isso: variedades diferentes do fascismo arrebatam o poder, uma da outra, por meio de golpes de Estado ‘fascistas’. Não é evidente que a teoria estalinista foi criada expressamente para entupir o cérebro humano?”(TROTSKY, L. “O único caminho” (“Bonapartismo e fascismo”). *Op. cit.*, p. 283-284).

²³⁹ Também conhecida como *Komintern* ou III Internacional.

²⁴⁰ Essa guinada “ultra-esquerdista” da IC em 1928 guardava uma relação com a reorientação da política interna soviética adotada no mesmo ano. Rompendo com a linha bukharinista do “socialismo a passos de tartaruga”, Stálin abandonara a aliança com os Kulaks (pequenos e grandes burgueses do campo) dando início ao violento processo de coletivização forçada dos campos. Mencionaremos isso novamente um pouco mais à frente, quando discutiremos o “etapismo” estalinista da Internacional Comunista. Quanto à IC ver, entre outras obras, SAGRA, Alicia. *História das Internacionais Socialistas*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2005, e BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. Tradução de Fernando Ferrone. São Paulo: Sundermann, 2007, 2 volumes.

²⁴¹ Após ser expulso do PCUS em fins de 1927, Trotsky empenhou-se na construção da Oposição de Esquerda Internacional (OEI), que objetivava lutar pela direção tanto do PCUS quanto da Internacional Comunista. No entanto, a partir da vitória do nazismo na Alemanha em 1933, favorecida, em grande parte, pela política adotada pela Internacional Comunista, Trotsky decretou a falência do PCUS e da IC e passou a trabalhar para transformar a “Oposição de Esquerda Internacional” em uma nova organização de caráter mundial que resgatasse os princípios do internacionalismo revolucionário de Marx, Engels e Lênin. Assim, em 1938, foi fundada a IV Internacional, denominada também de Partido Mundial da Revolução. A respeito da IV Internacional, ver SAGRA, Alicia. *Op. cit.* e PETIT, Mercedes. *Apuntes para una historia del trotskismo*. 2ª edição. Buenos Aires: Ediciones El Socialista, 2005.

²⁴² TROTSKY, L. “O único caminho” (“Bonapartismo e fascismo”). *Op. cit.*, p. 282.

aqueles governos que se sucediam no controle do aparelho estatal encerravam todos, em maior ou menor grau, *um conteúdo bonapartista, e não fascista*.

A preocupação do revolucionário russo em chamar as coisas pelo que eram, e não pelo que poderiam vir a ser, nada tinha de escolástica. Distintas caracterizações analíticas da conjuntura implicam, por suposto, em diferentes estratégias e táticas políticas.²⁴³ Ainda mais nefasto que o bonapartismo policial-militar do qual se via obrigada a lançar mão a assustada burguesia alemã, o fascismo significaria, nas previsões trotskistas, uma sanguinária catástrofe para os trabalhadores alemães e uma derrota histórica sem igual para o proletariado mundial. Conforme assinalaria mais tarde o próprio Trotsky, “o tempo não é de modo algum fator secundário quando se trata de um processo histórico: em política, é infinitamente mais perigoso confundir o presente e o futuro do que na gramática”.²⁴⁴

Nos escritos de Trotsky voltados para a intervenção nesse decisivo combate da classe trabalhadora alemã (elaborados ainda em seu exílio turco),²⁴⁵ bonapartismo e fascismo são definidos como regimes políticos correspondentes ao declínio histórico do sistema capitalista, do mesmo modo que a democracia burguesa parlamentar e suas reformas sociais são concebidas como subprodutos da sua fase ascendente e do seu florescimento:

Através de uma série de etapas, consolidava a burguesia o seu poder, sob a forma da democracia parlamentar. De novo [como no jacobinismo], nem pacífica, nem voluntariamente. A burguesia manifestou o seu medo de morte do sufrágio universal. Afinal, graças à combinação de medidas de violência com as concessões, da miséria com as reformas, conseguiu submeter, nos quadros da democracia formal, não só a antiga pequena-burguesia, como também, em medida considerável, o proletariado, para o que se serviu da nova pequena-burguesia – a burocracia operária. Em agosto de 1914, a burguesia imperialista, por meio da democracia parlamentar, pôde arrastar à guerra dezenas de milhões de operários e camponeses.²⁴⁶

²⁴³ “Quando exigimos, insistentemente, que se diferencie o *bonapartismo* do *fascismo*, não o fazemos, em absoluto, por pedantismo teórico. Os termos servem para definir conceitos; os conceitos, por sua vez, para distinguir em política as forças reais.” (TROTSKY, L. “O único caminho” (“A luta de classes à luz da conjuntura”) in *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Op. cit., p. 325. Grifos do autor).

²⁴⁴ TROTSKY, L. *A revolução traída. O que é e para onde vai a URSS*. Op. cit., p. 75.

²⁴⁵ DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta banido (1929-1940)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

²⁴⁶ Consideramos possível encontrar neste parágrafo uma similitude com a noção gramsciana de “hegemonia”, sobre a qual já nos detivemos rapidamente na introdução deste capítulo. Tal como o revolucionário italiano, Trotsky atenta para um complexo processo social em que a classe dominante, por meio de uma forma de regime político (democracia parlamentar) na qual se combinam medidas coercitivas e concessões reformistas, logra obter a adesão/submissão dos setores sociais subalternos (pequena-burguesia e proletariado) para seus projetos políticos estratégicos (no exemplo acima, a guerra imperialista). Assim como já havia antecipado Lênin em sua idéia de “aristocracia operária” (LÊNIN, V. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979), Trotsky assinala que o sucesso dessa dominação burguesa de tipo democrática requer a participação ativa das direções sindicais e políticas da classe trabalhadora, as quais passam por um processo de aburguesamento (nova pequena-burguesia/burocracia operária). De nossa parte, achamos que esse aspecto referente ao papel desempenhado pelas direções políticas do proletariado nos quadros de uma dominação burguesa pode ser perfeitamente compreendido pelo conceito de “transformismo”, também de autoria de Gramsci. (GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002, volume V, p.93). Por fim, cabe ressaltar, contudo, que o conceito gramsciano de “hegemonia” refere-se não apenas aos regimes políticos assumidos pelo Estado capitalista, mas também, e sobretudo, ao próprio Estado em sua dimensão “integral” (ou “ampliada”) – quanto à discussão de Gramsci sobre Estado ver, entre outras obras, BUCI-GLUCKSMANN, Cristinne. *Gramsci e o Estado*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

É exatamente com a guerra que se torna clara a decadência do capitalismo e, sobretudo, de suas formas de dominação democráticas. Já não se trata, agora, de novas reformas e escolas, mas de cortar e suprimir as antigas. O domínio político da burguesia cai, assim, em contradição não só com as instituições da democracia proletária (sindicatos e partidos políticos), como também com a democracia parlamentar, em cujos quadros se formaram as organizações operárias. Daí a campanha contra o “marxismo”, de um lado, e contra o parlamentarismo democrático, de outro.²⁴⁷

[...] A decadência da sociedade capitalista põe na ordem do dia o bonapartismo, ao lado do fascismo e em ligação com este.²⁴⁸

Nas elaborações de Trotsky, a opção, por parte das classes dominantes, por um ou por outro desses dois *regimes de crise*²⁴⁹ dependeria, fundamentalmente, do quão próximo se encontra o rebentar ameaçador da revolução proletária – momento este que é sempre condicionado, entre outros fatores, pela capacidade de organização, de iniciativa e de direção de cada uma das classes envolvidas na luta. Conquanto fossem ambos regimes políticos burgueses situados na etapa decadente do capitalismo, bonapartismo e fascismo se difeririam quanto às suas estruturas constitutivas em função de se originarem de (e serem apropriados a) conjunturas politicamente diferentes da luta de classes.

Arregimentando, a serviço do grande capital, irascíveis massas pequeno-burguesas, o fascismo expressaria a declarada e integral *guerra civil* contra o proletariado. Sem tergiversações, seu destino seria inexoravelmente o esmagamento de todo e qualquer tipo de organização genuinamente operária. De condução pequeno-burguesa, o projeto fascista, por implicar em um turbulento e incerto processo político-social, apareceria no cardápio de opções políticas do grande capital apenas como a última destas, a *última cartada* a ser lançada somente quando nada mais parece ter condições de obstar a vitória da classe trabalhadora:

A burguesia em declínio é incapaz de se manter no poder pelos meios e métodos do Estado parlamentar que criou.²⁵⁰ Recorre ao fascismo como arma de autodefesa, pelo menos nos momentos mais críticos. A burguesia, entretanto, não gosta da maneira “plebéia” de resolver os seus problemas. Manteve-se sempre em posição hostil em relação ao jacobinismo, que lavou com sangue o caminho para o desenvolvimento da sociedade burguesa. Os fascistas estão imensamente mais próximos da burguesia em decadência do que os jacobinos da burguesia ascendente. Entretanto, a burguesia, prudentemente, não vê com bons olhos a maneira fascista de resolver os seus problemas, pois os abalos, embora provocados no interesse da sociedade burguesa, são ao mesmo tempo perigosos. Daí a contradição entre o fascismo e os partidos burgueses tradicionais.

A grande burguesia gosta tanto do fascismo quanto um homem com o maxilar dolorido pode gostar de arrancar um dente [...] E é quando a crise começa a adquirir uma intensidade insuportável que entra em cena um partido especial, cujo objetivo é trazer a pequena burguesia a um ponto candente e dirigir o seu ódio e o seu desespero contra o proletariado. Esta função histórica desempenha hoje na

²⁴⁷ TROTSKY, L. “O único caminho” (“Burguesia, pequena-burguesia e proletariado”) in _____. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Op. cit., p. 289.

²⁴⁸ TROTSKY, L. “O bonapartismo alemão”. Op. cit., p. 349.

²⁴⁹ Uma discussão sobre os regimes de crise (“regimes de exceção”), tais como o fascismo, o bonapartismo e a ditadura militar (com ênfase no primeiro), pode ser encontrada em POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. Op. cit. (ver, especialmente, “Proposições gerais sobre a forma de Estado de exceção”, p. 101-123).

²⁵⁰ Levando em conta nossas considerações iniciais sobre Estado, regime e governos, pode-se dizer que o mais apropriado aqui seria dizer “regime parlamentar”, e não “Estado parlamentar”. Entretanto, afora suas escolhas terminológicas, é perceptível na argumentação em questão que Trotsky refere-se ao regime democrático-burguês (parlamentar) por vezes assumido pelo Estado burguês.

Alemanha o nacional-socialismo, uma ampla corrente, cuja ideologia se compõe de todas as exalações pútridas da sociedade burguesa em decomposição.²⁵¹

Antes, contudo, de recorrer ao “partido do desespero contra-revolucionário”,²⁵² de fazer uso do *mal necessário* fascista, restaria ainda à burguesia a possibilidade de, com seus próprios partidos e agremiações representativas, capitular e submeter-se aos ditames de uma máquina policial-burocrática que, investida de uma significativa autonomia política, assumisse as funções de manutenção da ordem e de pacificação da nação polarizada. Nesse caso, se engendraria um regime de tipo bonapartista, definido abaixo por Trotsky numa linguagem recheada de metáforas:

Logo que a luta entre dois campos sociais – os possuidores e os proletários, os exploradores e os explorados – atinge a mais alta tensão, estabelecem-se as condições para a dominação da burocracia, da polícia e dos militares. O governo torna-se “independente” da sociedade. Lembremo-nos mais uma vez o seguinte: se espetarmos, simetricamente, dois garfos numa rolha, esta pode ficar de pé, mesmo sobre uma cabeça de alfinete. É precisamente o esquema do bonapartismo. Naturalmente, um tal governo não deixa de ser, por isso, o caixeiro dos possuidores. Mas o caixeiro está sentado sobre as costas do patrão, machuca-lhe a nuca e não faz cerimônias para esfregar-lhe, se for necessário, a bota na cara.²⁵³

Distintamente do fascismo, um “regime de guerra civil aberta contra o proletariado”,²⁵⁴ o bonapartismo se constituiria essencialmente em um “regime da ‘paz civil’” assentado “sobre uma ditadura policial-militar”.²⁵⁵ Tendo como missão última salvaguardar a propriedade capitalista diante da ameaça proletária – e nesse aspecto mais genérico se equivale tanto ao fascismo como à democracia burguesa –, seu procedimento político seria o de, por intermédio de um encorpado e “independente” aparelho de Estado, impedir justamente a eclosão dessa cruenta guerra civil apregoada pelo fascismo, poupando a sociedade burguesa de fortes e perigosas convulsões internas.

Não obstante seu enorme peso social e a força eleitoral-parlamentar de seus partidos, o proletariado alemão, graças, mormente, às diretrizes políticas que recebia destes últimos, sofria, segundo Trotsky, de uma “fraqueza relativa”.²⁵⁶ Esse elemento fazia com que, embora

²⁵¹ TROTSKY, L. “O único caminho” (“Burguesia, pequena-burguesia e proletariado”). *Op. cit.*, p. 290-293.

²⁵² TROTSKY, L. “O perigo fascista espreita a Alemanha” in MANDEL, Ernest (org.). *Sobre o fascismo*. Lisboa: Antídoto, 1976.

²⁵³ TROTSKY, L. “O único caminho” (“Bonapartismo e fascismo”). *Op. cit.*, p. 282.

²⁵⁴ TROTSKY, L. “O único caminho” (“Os 21 erros de Thaelman”) in *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. *Op. cit.*, p. 301.

²⁵⁵ *Idem*.

²⁵⁶ TROTSKY, L. “O bonapartismo alemão”. *Op. cit.*, p. 349. “Quando se trata dos próprios fundamentos da sociedade, não é a aritmética parlamentar que decide, mas a luta.” (TROTSKY, L. “O único caminho” [“Bonapartismo e fascismo”]. *Op. cit.*, p. 286.). “As forças do proletariado alemão não estão esgotadas. Estão, porém, minadas: por sacrifícios, derrotas, decepções que principiaram em 1914; pela felonía sistemática da social-democracia; pela auto-desmoralização do Partido Comunista. Seis, sete milhões de desempregados amontoam-se, como uma carga pesada, aos pés do proletariado. Os decretos-leis de Brüning e Papen não encontraram resistência. O golpe de Estado de 20 de julho não encontrou resistência” (TROTSKY, L. “O único caminho” (“A luta de classes à luz da conjuntura”). *Op. cit.*, p. 329.).

objetivamente colocada naquele contexto político alemão, a possibilidade da revolução socialista não adquirisse um caráter imediato, o que permitia às classes dominantes “empreenderem a tentativa de evitar a guerra civil pela ditadura bonapartista”.²⁵⁷ No pólo político diametralmente oposto ao do proletariado, posicionava-se o fascismo com sua plataforma inegociável de aniquilação total do movimento operário. Dessa situação erigiu-se, segundo Trotsky, uma forma particularmente complexa de bonapartismo, cujos governos buscavam apoio equilibrando-se nestes dois irreconciliáveis campos da guerra civil em gestação:

Com o governo Papen, os magnatas capitalistas, os banqueiros, empreenderam a tentativa de garantir a sua causa por meio da polícia e do Exército regular. A idéia de se entregar todo o poder a Hitler, que se apóia nos bandos ávidos e desenfreados da pequena-burguesia, não pode alegrá-los. Não duvidam, naturalmente, que Hitler seja, afinal de contas, um instrumento dócil da sua dominação. Mas isso está ligado a abalos, aos riscos de uma longa guerra civil e a enormes despesas.²⁵⁸

A tarefa de von Papen-Schleicher é afastar a guerra civil, disciplinando amigavelmente os nacional-socialistas e amarrando o proletariado às algemas da polícia [...]

O atual bonapartismo alemão é de um caráter extremamente complicado e, por assim dizer, combinado. O governo Papen seria impossível sem o fascismo. Por outro lado, o fascismo não está ainda no poder. E o governo Papen não é o fascismo. Mas, o governo Papen, pelo menos em sua forma atual, seria impossível também sem Hindenburg, que, apesar da derrota final da Alemanha na guerra [1914-1918], encarna na memória de largas camadas populares as grandes vitórias da Alemanha e simboliza seu Exército. A reeleição de Hindenburg tinha todos os sinais de um “plebiscito”. Por Hindenburg votaram vários milhões de operários, de pequeno-burgueses e de camponeses (social-democracia e partido do centro). Estavam longe de ver nele qualquer programa político. Queriam, antes de tudo, evitar a guerra civil, e levantaram Hindenburg sobre os ombros, como *árbitro supremo da nação*. É justamente este o papel mais importante do bonapartismo: elevando-se por cima dos dois campos beligerantes para proteger a ordem e a propriedade, impede-a ou não permite que se reacenda. Falando-se do governo Papen, não se deve esquecer Hindenburg, sobre quem desce a benção da social-democracia. O caráter combinado do bonapartismo alemão encontrou expressão no fato de que dois grandes partidos independentes desempenham, em seu lugar e a seu favor, a tarefa demagógica de conquista das massas: a social-democracia e o nacional-socialismo. Que ambos tenham ficado espantados com o resultado de seu trabalho, isso não muda em nada a questão.²⁵⁹

Vale mencionarmos, entretanto, que Trotsky, simultaneamente ao seu esmero em apresentar teoricamente as diferenças entre fascismo e bonapartismo, procurou também evitar uma perspectiva que concebesse os dois regimes de um modo antitético. Lembrando as semelhanças e pontos em comum entre ambos estes *regimes de crise*, Trotsky destacou ainda a possibilidade de que o fascismo, muitas vezes derivado de um regime bonapartista, venha a se metamorfosear numa modalidade mais estável deste último:

O que temos dito demonstra suficientemente a importância de distinguir entre a forma bonapartista e a forma fascista de poder. Não obstante, seria imperdoável cair no extremo oposto, convertendo o bonapartismo e o fascismo em duas categorias logicamente incompatíveis. Assim como o bonapartismo começa combinando o regime parlamentar com o fascismo, o fascismo triunfante se vê obrigado a constituir um bloco com os bonapartistas e, o que é mais importante, a aproximar-se cada vez mais, por suas características internas, de um regime bonapartista. É impossível a dominação

²⁵⁷ TROTSKY, L. “O bonapartismo alemão”. *Op. cit.*, p. 352.

²⁵⁸ TROTSKY, L. “O único caminho” (“Bonapartismo e fascismo”). *Op. cit.*, p. 285

²⁵⁹ TROTSKY, L. “O bonapartismo alemão”. *Op. cit.*, p. 349-351. Grifos nossos.

prolongada do capital financeiro por meio da demagogia social reacionária e do terror pequeno-burguês. Uma vez no poder, os dirigentes fascistas se vêem forçados a amordaçar as massas que os seguem, utilizando para isso o aparato estatal. O mesmo instrumento os faz perder o apoio de amplas massas da pequena-burguesia. Destas, o aparato burocrático assimila um reduzido setor. Outro cai na indiferença. Um terceiro passa à oposição, agitando diversas bandeiras. Mas, enquanto vai perdendo sua base social massiva ao apoiar-se no aparato burocrático e oscilar entre as classes, o fascismo se converte em bonapartismo. Também aqui violentos e sanguinários episódios interrompem a evolução gradual. A diferença do bonapartismo pré-fascista ou *preventivo* (Giolitti, Brüning-Schleicher, Doumergue etc.), que reflete o equilíbrio extremamente instável e breve entre os bandos beligerantes, o *bonapartismo de origem fascista* (Mussolini, Hitler etc.), que surge da destruição, desilusão e desmoralização de ambos os setores das massas, se caracteriza por uma estabilidade muito maior.²⁶⁰

Inegavelmente, o conceito de bonapartismo é, nesse caso, esticado em demasia pelo teórico bolchevique, chegando a abarcar até mesmo os governos de Hitler e Mussolini a partir de determinadas fases destes. Convém ressaltar, entretanto, que, posteriormente, um dos especialistas sobre o fenômeno fascista (sobretudo em suas manifestações alemã e italiana) detectaria igualmente a existência de diferentes etapas situadas ao longo do complexo processo de *fascistização* das sociedades. Incorporando parcialmente as considerações de Trotsky acerca da estabilidade alcançada pelo regime fascista após o seu afastamento de sua base de massas pequeno-burguesa, Poulantzas considerou que a última daquelas etapas, denominada por ele de “período de estabilização do fascismo”, começaria justamente “pela depuração, feita pelo fascismo, de suas origens de classe ou, pelo menos, da ambiguidade de seus inícios – o que se manifesta, aliás, em depurações maciças e sangrentas nas suas próprias fileiras”. Dessa forma, para o marxista grego, o fascismo se desmascararia e passaria a “desempenhar plena e diretamente as suas funções de classe [do grande capital monopolista]”.²⁶¹

A caracterização de Trotsky do regime político alemão pré-hitlerista como um regime de natureza bonapartista foi contestada tanto pelo KPD, quanto por organizações operárias de menor expressão, como o *centrista* Partido Socialista dos Trabalhadores (SAP),²⁶² animado pelos renomados dirigentes e intelectuais Heinrich Brandler e Ernest Thälheimer.²⁶³ A

²⁶⁰ TROTSKY, L. “Bonapartismo y fascismo (II)”. Extraído de <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro4/T06V108.htm>. (acessado em 26/07/2011). Tradução nossa. Grifos do autor. Por levar o mesmo nome de uma das partes de outro trabalho de Trotsky que vimos utilizando (“O único caminho” [“Bonapartismo e fascismo”]), o texto agora citado recebeu de nossa parte o complemento “II” ao final de seu título, com vistas a evitar confusões por parte dos leitores. Enquanto aquele é datado de 1932 e voltado para o processo político alemão agora em questão, este foi escrito em julho de 1934 e direcionado diretamente para situação política francesa que abordaremos a seguir.

²⁶¹ POULANTZAS, Nicos. Fascismo e Ditadura. *Op. cit.*, p. 74. E prossegue Poulantzas: “Se não é verdade que, como afirmava Trotsky, o fascismo degenera, durante este período, numa ‘vulgar ditadura militar’ – pois não deixa, em momento algum, de apresentar as características que dela o distinguem –, não deixa de ser verdade que ele se vê assim livre, de forma brutal, de uma parte da carga de classe que sobre si pesa, inaugurando o período da sua estabilização”. (*Idem*).

²⁶² Sigla em alemão.

²⁶³ Nossa utilização do termo *centrista* para definir um tipo histórico de partido pertencente ao movimento operário baseia-se, em grande parte, nas considerações feitas pelo próprio Trotsky. Tomando como exemplo principalmente o caso do Partido Obrero Unificado Marxista (POUM), agrupamento espanhol constituído por uma fusão de trotskistas (opositores de esquerda ao estalinismo) e de bucharinistas (opositores de “direita” ao

burocracia estalinista, como já dissemos, mostrou-se irredutível na simplória classificação daquele regime como “fascista”. Já os “brandleristas” do SAP, um pouco mais aguçados teoricamente, definiam o governo Papen como “uma ditadura monarquista dos senhores territoriais”, e objetaram Trotsky argumentando que, diferentemente de Luís Bonaparte, os governos alemães de então não se sustentavam no campesinato, e nem faziam uso dos “métodos da demagogia social”.²⁶⁴

Trotsky, redarguindo aos teóricos do SAP, assinalou que, embora fosse sabido que os aristocratas bonapartistas agraciavam os *junkers* com “presentinhos acessórios” e nutriam “sentimentos monarquistas”, tomar como a essência do regime político alemão o monarquismo dos *junkers* não passaria de uma “insensatez liberal”.²⁶⁵ Reafirmando sua caracterização, Trotsky, assim como n’*A história da revolução russa*, discorreu sobre a existência de singularidades em cada uma das manifestações concretas do bonapartismo ao longo do tempo, oferecendo mais uma sugestiva análise histórica do fenômeno:

Marx e Engels não escreveram só a respeito do bonapartismo dos dois Bonaparte, mas também a respeito de outras de suas variedades. Mais ou menos a partir do ano de 1864, eles puseram, muitas vezes, num mesmo pé de igualdade, o regime “nacional” de Bismarck e o bonapartismo francês. E isso, apesar de Bismarck não ter sido um demagogo radical e, ao que sabemos, não ter se apoiado nos camponeses. O chanceler de ferro chegou ao poder, não por um plebiscito, mas nomeado pelo seu rei, de dinastia legítima. E, no entanto, Marx e Engels têm razão. Bismarck explorou de uma maneira bonapartista a contradição entre as classes possuidoras, entre os *junkers* e a burguesia, e erigiu o aparelho militar-policia acima da nação. A política de Bismarck é precisamente essa tradição a que se referem os “teóricos” do presente bonapartismo alemão. Todavia, Bismarck resolveu à sua maneira o problema da unidade e do poder exterior da Alemanha. Papen, porém, só faz, por enquanto, prometer atingir a “igualdade de direitos” para a Alemanha na arena internacional. A diferença não é pequena. Mas, já pensamos nós, algum dia, em dizer que o bonapartismo de Papen é do mesmo calibre que o bonapartismo de Bismarck? Napoleão III, também, foi apenas uma paródia de seu pretenso tio [...]

O bonapartismo da época de decadência do capitalismo distingue-se extraordinariamente do da época de ascensão da sociedade burguesa. O bonapartismo alemão não se apóia *diretamente* na pequena-burguesia do campo ou da cidade, e não é por acaso. Foi precisamente por isso que escrevemos, em seu tempo, sobre a *fraqueza* do governo Papen, que só se mantinha pela neutralização dos dois campos: o do proletariado e o do fascismo.²⁶⁶

Com variações, os mesmos motivos que haviam obstaculizado o desenvolvimento de um bonapartismo *kerenskista* na Rússia de 1917 mostravam-se presentes, segundo Trotsky, na conjuntura alemã em foco. Apesar de destituído de uma intrépida e temperada direção política como a que orientara os trabalhadores russos, o proletariado alemão, tal como aqueles antes da derrubada do governo provisório de Kerensky, não havia descarregado por completo suas

estalinismo) que participou ativamente da revolução espanhola, Trotsky avaliou que os partidos (por ele chamados de) *centristas* continham em seu interior tanto elementos revolucionários como outros claramente reformistas e oportunistas, e, dependendo da conjuntura histórica e dos grupos que momentaneamente os hegemonizassem, estes partidos viam-se aptos a girar ora “à esquerda”, ora “à direita” (ver, entre outras obras, TROTSKY, León. *La revolución española*. S.I: El puente editorial, s.d.). No linguajar do movimento operário, em especial o dos anos 60, os partidos desse tipo eram também chamados de *trotskizantes*.

²⁶⁴ TROTSKY, L. “O bonapartismo alemão”. *Op. cit.*, p. 350.

²⁶⁵ *Idem*.

²⁶⁶ *Idem*, p. 352-354. Grifos do autor.

baterias nas lutas políticas travadas contra seus inimigos de classe. Uma situação social que combinava uma classe operária ainda não totalmente exaurida a uma burguesia insegura e histericamente apavorada comprometia a solidez do “complicado” bonapartismo alemão, limitando sua expectativa de vida:

O governo Papen é “em si e por si”, apesar do aspecto de uma força concentrada, ainda mais fraco que o seu predecessor. O regime bonapartista só pode adquirir um caráter relativamente estável e durável no caso de fechar uma época revolucionária [como se sucedeu com Napoleão e Luís Bonaparte]. E, quando a relação de forças já foi experimentada nas lutas, quando as classes revolucionárias já se gastaram, mas as classes possuidoras ainda não se libertaram do medo, não trará o dia seguinte novos abalos? Sem essa condição fundamental, isto é, sem o esgotamento preliminar da energia das massas em luta, o regime bonapartista é incapaz de desenvolver-se.²⁶⁷

Confrontando-se com as linhas políticas do SPD e, sobretudo, do KPD, Trotsky as tomava como co-responsáveis pela emergência e, mormente, pela manutenção deste instável regime bonapartista, o qual, ainda que involuntariamente, só fazia pavimentar o terreno para a contra-revolução fascista:

Com uma direção justa do proletariado, o fascismo seria destruído sem dificuldade e não restariam brechas para o bonapartismo. Infelizmente, a situação não é essa. A força paralisada do proletariado toma a forma enganadora de uma “força” da camarilha bonapartista. Nisso consiste a fórmula política de hoje.

O governo Papen representa apenas o ponto de interseção de grandes forças históricas. O seu próprio peso é nulo.²⁶⁸

Até o último momento, a direção estalinista do KPD, inebriada pelo sectarismo do “terceiro período”, recusou-se peremptoriamente a cerrar fileiras em quaisquer âmbitos da luta antifascista (organizativo, sindical, parlamentar etc.) com os chefes reformistas do SPD, o que não só a mantinha apartada das ingentes bases operárias da social-democracia, como dividia perigosamente as forças da classe trabalhadora alemã numa conjuntura em que o fascismo se alastrava rapidamente nas massas pequeno-burguesas do país.

Lamentavelmente, os sombrios vaticínios de Trotsky quanto à efemeridade do instável bonapartismo alemão se verificaram, e o proletariado alemão, incluindo suas lideranças comunistas e social-democratas, aprenderia lancinantemente as diferenças entre bonapartismo e fascismo.

O bonapartismo francês “semiparlamentar” (1934-1940)

Após a vitória eleitoral de Hitler e a consequente instauração do regime nazista na Alemanha, a direção da Internacional Comunista viu-se impelida a rever a política estratégica

²⁶⁷ TROTSKY, L. “O único caminho” (“Bonapartismo e fascismo”). *Op. cit.*, p. 284.

²⁶⁸ *Idem*, p. 285.

que até então adotava face ao avanço do fascismo. Dispensando qualquer tipo de autocrítica, a burocracia estalinista, a partir de fins de 1934, iniciou um abandono prático de suas táticas “esquerdistas” baseadas teoricamente na linha do “terceiro período”. Em seu VII congresso, em agosto de 1935, a IC oficializou uma posição abertamente “oportunista”, defendendo a aliança da União Soviética com os “imperialismos democráticos” (França, Inglaterra, Estados Unidos etc.) contra os “imperialismos fascistas” de Hitler e Mussolini. Elaborada principalmente pelo comunista búlgaro George Dimitrov, a nova linha política orientava os PC’s a realizarem “frentes antifascistas” não só com os partidos social-democratas de seus países [os ex-“social-fascistas”!], mas também com todos os setores “democráticos” de suas burguesias, conformando as chamadas *frentes populares*.²⁶⁹

Um dos pioneiros nessa brusca inflexão política do movimento comunista internacional foi o Partido Comunista Francês (PCF) que, desde meados de 1934, buscara uma aproximação sindical e política com a Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO) – nome pelo qual atendia o Partido Socialista, de linha social-democrata. Em consonância com as novas diretrizes que se gestavam na IC, o PCF, liderado por Maurice Thorez e Marcel Cachin, propôs em outubro daquele ano que o chamado à “frente única antifascista” fosse além das fileiras da classe trabalhadora e se estendesse ao Partido Radical (PR) chefiado por Édouard Daladier e Édouard Herriot, cujo conteúdo burguês era (mal) disfarçado por uma fraseologia “democrática” e pelo apoio social das classes médias com o qual contava.

A assinatura de acordos diplomáticos entre França e União Soviética e as novas diretrizes policlassistas da IC para o combate ao fascismo impunham ao PCF a adoção de posturas cada vez mais “moderadas” diante de um cenário de exacerbação da luta de classes. Nas eleições de abril-maio de 1936, realizadas em meio a uma forte ascensão das lutas operárias, uma aliança entre comunistas, socialistas e *radicais* levaria ao poder a *Frente Popular* encabeçada por León Blum, sobre a qual já fizemos menção anteriormente.²⁷⁰ Com as mãos atadas devido aos compromissos firmados com setores burgueses, o governo de *frente popular*, embora tenha realizado algumas pequenas reformas sociais (semana de trabalho de 40 horas, férias pagas etc.), acabou por funcionar, em última análise, como um freio do intenso processo revolucionário desencadeado naquele período pelo proletariado francês.²⁷¹ Desmoralizada aos olhos deste e atacada por amplas parcelas da classe dominante,

²⁶⁹ Ver, novamente, BROUÉ, P. *Op. cit.* e SAGRA, Alicia. *Op. cit.* Uma síntese sobre as concepções de “frente única” e *frente popular* defendidas pela IC pode ser vista em SENA JUNIOR, Carlos Zacarias F. de. “Frente única, frente popular e frente nacional: anotações históricas sobre um debate presente” in *Anais do V colóquio Marx e Engels*. Campinas: Unicamp, 2007 (Cd-rom).

²⁷⁰ O PCF, entretanto, não entrou oficialmente no governo de Blum, embora o tenha apoiado integralmente “de fora”.

²⁷¹ Afora a repressão lançada contra algumas manifestações públicas da classe trabalhadora e a adoção de medidas econômicas demandadas pela burguesia, pode-se listar também como exemplos do caráter, no mínimo,

a *Frente Popular* de Blum só resistiria por aproximadamente dois anos, sendo substituída em 1938 por um governo abertamente conservador comandado pelo próprio Daladier.²⁷²

O abandono prático da teoria do “social-fascismo” por parte do PCF e o estreitamento dos laços entre as fileiras comunistas e socialistas derivou não só da reviravolta política da IC após a então recente tragédia alemã, mas também de uma expressiva movimentação de sentido unificador levado a cabo por amplos setores do proletariado francês. A partir de 1934, passaram a ocorrer manifestações conjuntas e pactos de “unidade e ação” entre as duas centrais sindicais mais importantes da classe trabalhadora francesa: a *Confédération Générale du Travail* (CGT), dirigida pelos socialistas, e a *Confédération Générale du Travail Unitaire* (CGTU), animada pelos comunistas. No início de 1936, essas práticas unitárias levariam à fusão entre as centrais, preparando o caminho para a conformação da *Frente Popular*. Apesar dos equívocos e oscilações de suas direções políticas, o proletariado francês avançava em termos subjetivos e organizativos, contribuindo para a exasperação dos conflitos sociais no país. Em junho, após a vitória eleitoral de Blum, mas antes de sua posse, os trabalhadores, finalmente, entraram em greve geral.²⁷³

O impulso unitário dos trabalhadores surgiu, em parte, como uma resposta ao crescimento político das forças reacionárias do país, expresso pelas seguidas exposições públicas de agrupamentos fascistas e monarquistas (Juventudes Patrióticas, *Croix de Feu*, *Camelots du Roi* etc.). Em fevereiro de 1934, milhares de integrantes destes agrupamentos, portando revólveres, navalhas e porretes, haviam tentado invadir o Parlamento para protestar contra a demissão do chefe de polícia de Paris (Chiappe), ligado aos fascistas, deixando vários mortos nos confrontos com as tropas policiais. A crise política resultou na demissão do governo Daladier e em sua substituição por um governo considerado de “União Nacional”, chefiado por Gaston Doumergue, do qual participavam nomes como André Tardieu, Herriot e o marechal Pétain.²⁷⁴ O governo reacionário de Doumergue e todos os que se sucederam até a posse de Blum em junho de 1936 (Flandin, Bouisson, Laval e Sarraut) procuraram governar *por cima* do Parlamento, fazendo uso de inúmeros decretos-lei e outros expedientes

“não-revolucionário” da *Frente Popular* o seu não reconhecimento da independência das colônias francesas (Indochina, Argélia etc.) e sua recusa a vender armas para a república espanhola que lutava contra as tropas fascistas de Franco.

²⁷² Uma interessante e rápida análise do processo político francês nos agitados anos 30 do século passado, com ênfase na questão da *Frente Popular*, pode ser encontrada em MERMELSTEIN, Waldo. “Prefácio à edição brasileira” in TROTSKY, L. *Aonde vai a França?* *Op. cit.*, p. 7-24.

²⁷³ “No dia 9 de junho, foi assinado o acordo de Matignon, que garantiu a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, férias pagas, aumento geral de salários e reconhecimento dos delegados sindicais por empresa” (MERMELSTEIN, Waldo. *Op. cit.*, p. 15.).

²⁷⁴ No período em questão, a principal instituição do sistema político francês era o Conselho de Ministros. Assim, considerava-se como chefe do governo aquele que ocupava o cargo de presidente deste Conselho (*président du Conseil du Ministres*), como foi o caso de Daladier e Doumergue. Usualmente, o presidente da República nomeava como presidente do Conselho (conhecido extra-oficialmente como “primeiro-ministro”) o líder do partido (ou da coalizão) que possuía maioria parlamentar.

discrecionários. Acobertado por esses governos, o movimento fascista desenvolvia-se celeremente, armando-se para um combate decisivo contra as forças do proletariado.

Exilado na França entre julho de 1933 e julho de 1935, e depois na Noruega até janeiro de 1937,²⁷⁵ Trotsky produziu alguns longos artigos e vários panfletos dedicados à situação política francesa em tela. Orientado seus adeptos a praticarem o “entrismo” nas fileiras do SFIO com vistas à formação de uma nova organização revolucionária no país,²⁷⁶ o revolucionário russo condenou duramente as práticas políticas desempenhadas pelos socialistas e comunistas junto à então agitada classe operária francesa. De forma implacável, Trotsky atacou a “oportunista” estratégia de *frente popular* levada a cabo pelo PCF em sintonia com os chefes da IC. Segundo o dissidente soviético, longe de afugentar o inimigo fascista, a “colaboração de classes” propugnada pelos estalinistas, ao atrelar o proletariado à burguesia imperialista do país, só fazia conter o ímpeto revolucionário do primeiro e cimentar o caminho para a reação política da segunda. Mesclando reivindicações imediatas da classe trabalhadora francesa e necessidades históricas do proletariado mundial, Trotsky e seus colaboradores apresentavam ao movimento operário consignas como o “controle do sistema financeiro, da indústria e do comércio pelos operários e camponeses”; “abolição do ‘segredo comercial’”; “serviços públicos para coletividade”; “por uma única Assembléia (abaixo o Senado!)”; “dissolução da polícia”; “milícia popular antifascista” e “pelo poder operário e camponês!”.²⁷⁷ Rechaçadas pelos estalinistas sob a alegação de que a “situação não era revolucionária”, muitas dessas propostas comporiam alguns anos mais tarde o *Programa de Transição*, documento fundacional da IV Internacional.²⁷⁸

Tal como no caso alemão, Trotsky analisou a conturbada situação política da França do período 1934-1940 a partir da perspectiva da crise mundial do capitalismo e da correlata falência da democracia burguesa como forma eficaz de dominação política de classe. Em sua perspectiva, a república francesa não se encontrava em hipótese alguma imunizada contra a epidemia fascista, conforme propagandeavam alguns “imbecis sem esperança” que, evocando

²⁷⁵ DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta banido (1929-1940)*. Op. cit.

²⁷⁶ Na década de 1930, Trotsky orientou seus seguidores em determinados países da Europa (França e Espanha, por exemplo) e nos Estados Unidos a ingressar nas fileiras dos partidos social-democratas ou *centristas*. Tal tática almejava, após a construção de “alas revolucionárias” no interior destes partidos operários, a captação de quadros e de setores de massas para que se pudesse formar um outro partido, revolucionário e independente tanto da social-democracia quanto do estalinismo. De nenhum modo, Trotsky pretendia com tal tática influenciar as decisões das direções da social-democracia e do *centrismo*, muito menos corrigi-las. Vale lembrar que, à época, o ingresso ou reingresso dos trotskistas nos PC’s constituía-se, por questões de simples sobrevivência física, em uma impossibilidade prática, o que explica, em parte, a opção pelo “entrismo” nas organizações social-democratas e *centristas*. Como dissemos há pouco, após o terrível fracasso da IC e do KPD face ao nazismo em 1933, Trotsky desistiu de lutar pela regeneração dos PC’s e da IC, dedicando-se a construção de uma nova internacional dos trabalhadores (a IV Internacional).

²⁷⁷ TROTSKY, L. “Um programa de ação para a França” in _____. *Aonde vai a França?* Op. cit., p. 159-172.

²⁷⁸ TROTSKY, L. *Programa de Transição. A agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*. (Cadernos Marxistas). São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.

a tradição secular do sufrágio universal no país, repetiam e consolavam-se com o ingênuo adágio de que a “a França não [era] a Alemanha”.²⁷⁹ Refutando-os, Trotsky afirmava que se na França, assim como em outras nações européias (Inglaterra, Holanda, Suíça e países escandinavos), ainda existiam “parlamento, eleições, liberdades democráticas ou o que resta disso”, isso apenas expunha as “formas diversas” e os “ritmos desiguais” com que se expressavam “as consequências da decrepitude e decadência do capitalismo”. Em todos esses países, contudo, a luta de classes se exacerbava “no mesmo sentido em que antes se desenvolveu na Itália e na Alemanha”, pois o “pano de fundo é o mesmo em todos os lados”.²⁸⁰

Se os meios e produção continuam em mãos de um pequeno número de capitalistas, não há salvação para a sociedade. Ela está condenada a seguir de crise em crise, de miséria em miséria, de mal a pior [...] A burguesia conduziu a sociedade à bancarrota. Não é capaz de assegurar ao povo nem o pão nem a paz. É precisamente por isso que não pode suportar a ordem democrática por muito mais tempo. É compelida a esmagar os operários com a ajuda da violência física. Enviar o exército contra o povo nem sempre é possível: frequentemente, ele começa a decompor-se e termina com a passagem de grande parte dos soldados para o lado do povo. Por isso o grande capital é obrigado a criar grupos armados, especialmente treinados para atacar os operários, como certas raças de cães são treinadas para atacar a caça.

Mais uma vez, Trotsky associava a crise capitalista à utilização de ferozes métodos políticos por parte do grande capital. O fascismo, assim, aparecia novamente como fruto de uma aguda situação social, na qual os elementos objetivos e subjetivos referentes às classes envolvidas na pugna relacionam-se complexamente, configurando um cenário político extremamente radicalizado:

O fascismo recruta seu material humano sobretudo no seio da pequena burguesia. Esta termina sendo arruinada pelo grande capital, e não existe saída para ela na presente estrutura social: porém não conhece outra. Seu descontentamento, revolta e desespero são desviados do grande capital, pelos fascistas, e dirigidos contra os operários. Pode-se dizer do fascismo que é uma operação de “deslocamento” dos cérebros da pequena burguesia no interesse de seus piores inimigos. Assim, o grande capital arruína inicialmente as classes médias e, em seguida, com a ajuda de seus agentes mercenários – os demagogos fascistas –, dirige a pequena-burguesia submersa no desespero contra o proletariado.

É somente por meio de tais procedimentos que o regime burguês é capaz de manter-se.²⁸¹ Até quando? Até que seja derrubado pela revolução proletária.²⁸²

Conforme já antecipamos nas páginas introdutórias desta primeira parte, Trotsky caracterizou a configuração político-institucional francesa vigente a partir do governo Doumergue como um regime bonapartista de tipo “semiparlamentar”, no qual declinantes elementos democráticos conviviam com um poder discricionário do chefe governamental.

²⁷⁹ TROTSKY, L. “Aonde vai a França?” in _____. *Aonde vai a França? Op. cit.*, p. 28.

²⁸⁰ *Idem.*

²⁸¹ Compreendendo o sentido do raciocínio de Trotsky, e remetendo-nos (mais uma vez) à nossa discussão sob as diferenças entre *Estado, regime e governo*, talvez possamos dizer que o mais adequado para a frase em questão seria “Estado burguês”, e não “regime burguês”.

²⁸² TROTSKY, L. “Aonde vai a França?”. *Op. cit.*, p. 29.

Reeditando a mesma perspectiva interpretativa utilizada para a Alemanha de poucos anos atrás, Trotsky tomou o bonapartismo francês como uma etapa da transição (não inexorável) entre a democracia burguesa e o regime fascista, como pode ser percebido no sintético trecho abaixo:

Na França, o movimento da democracia ao fascismo ainda está em sua primeira etapa. O parlamento existe, mas já não tem os poderes de outros tempos, e nunca mais os recuperará. Morta de medo, a maioria dos deputados recorreu, depois de 6 de fevereiro [manifestação fascista], ao poder de Doumergue, o salvador, o árbitro. Seu governo se coloca acima do Parlamento. Não se apóia sobre a maioria “democraticamente” eleita, mas direta e indiretamente sobre o aparato burocrático, sobre a polícia e o Exército.²⁸³

Em um texto posterior, Trotsky definiria o governo de Sarraut-Flandin (que antecederia o governo da *Frente Popular* de Blum) como “uma variedade desse mesmo ‘bonapartismo’ semiparlamentar, ainda que ligeiramente inclinado ‘à esquerda’”, ilustrando em seguida sua afirmação com um sarcástico comentário sobre as palavras do próprio Sarraut:

Refutando a acusação de haver tomado medidas arbitrárias, [Sarraut] respondeu ao Parlamento, como se não pudesse fazer melhor: “Se minhas medidas são arbitrárias, é porque quero ser um árbitro”. Este aforismo não ficaria fora de lugar na boca de Napoleão III. Sarraut [não] se sente [...] mandatário de um determinado partido ou de um bloco de partidos no poder, como querem as regras do parlamentarismo, mas um árbitro acima das classes e dos partidos, como querem as leis do bonapartismo.²⁸⁴

Aos olhos do “escaldado” observador russo, o bonapartismo francês, tal como o findado alemão, teria origem no “começo de guerra civil entre os dois campos políticos extremos”,²⁸⁵ a saber, o da “revolução” e o da “contra-revolução”.²⁸⁶ O “relativo equilíbrio” entre estes, gerador de uma “temporária neutralização mútua”, explicaria, segundo Trotsky, o fato do “eixo de poder” ter se elevado “por cima das classes e de suas representações parlamentares”: “Foi necessário buscar uma cabeça de governo fora do Parlamento e ‘fora dos partidos’”.²⁸⁷ Embora se apresentasse como o “juiz-árbitro entre os bandos em luta”, o governo Doumergue não seria de modo algum dotado de neutralidade política:

Contudo, um governo que se eleva por cima da nação não está suspenso no ar. O verdadeiro eixo do governo atual passa pela polícia, a burocracia e a camarilha militar. Estamos enfrentando uma ditadura militar-policial superficialmente camuflada por um cenário de parlamentarismo. Um governo de sabre como juiz-árbitro da nação: precisamente isso é o que se chama de bonapartismo.

O sabre não oferece por si próprio um programa independente. Ele é o instrumento da ‘ordem’. É chamado para salvar o que existe. O bonapartismo, ao se erigir acima das classes assim como o seu predecessor cesarismo, representa, *em um sentido social*, sempre e em todas as épocas, o governo do setor mais forte e firme dos exploradores. Consequentemente, o atual governo bonapartista não pode ser

²⁸³ *Idem*, p. 29.

²⁸⁴ TROTSKY, L. “A França na encruzilhada”. *Op. cit.*, p. 129-130.

²⁸⁵ *Idem*, p. 31.

²⁸⁶ TROTSKY, L. “Bonapartismo y fascismo (II)”. *Op. cit.* Tradução nossa. Grifos do autor.

²⁸⁷ *Idem*.

outra coisa senão o governo do capital financeiro, que dirige, inspira e corrompe o setor mais alto da burocracia, da polícia, da casta de oficiais e da imprensa.²⁸⁸

Para Trotsky, enquanto o Exército e a polícia ofereceriam, pela direita, o “principal apoio material” a Doumergue, o Partido Radical, com sua ampla base de massas constituída pela pequena-burguesia urbana e rural, sustentaria aquele governo pela “esquerda”. Este apoio dos *radicais* ao governo Doumergue resultaria do fato de que seus chefes, como Daladier e Herriot, “sob a ameaça do fascismo e, ainda mais, sob a do proletariado”, haviam sido obrigados a “passar do campo da ‘democracia’ parlamentar para o do bonapartismo”.²⁸⁹ Entre outros aspectos, seria principalmente este significativo respaldo social do qual gozava Doumergue graças à sua aliança com o PR o que diferiria, segundo Trotsky, a dinâmica político-temporal do bonapartismo francês daquela que fez-se presente no frágil e efêmero bonapartismo alemão. Na visão de Trotsky, o forte peso político das classes médias francesas fornecia um pouco mais de fôlego ao bonapartismo de Doumergue e seus continuadores, o que, conseqüentemente, proporcionava mais tempo (mas não muito) ao proletariado francês para se armar contra o fascismo:

Se se compara a evolução política da França com a da Alemanha, o governo Doumergue e seus possíveis sucessores correspondem aos governos Brüning, von Papen e von Schleicher, que preencheram o intervalo entre a República de Weimar e Hitler. No entanto, há uma diferença que, politicamente, pode ter enorme importância. O bonapartismo alemão entrou em cena quando os partidos democráticos se uniram, enquanto os nazistas cresciam com força prodigiosa. Os três governos “bonapartistas” da Alemanha, devido à fraqueza de suas bases políticas, equilibravam-se numa corda estendida sobre o abismo, entre dois campos hostis: o proletariado e o fascismo. Esses três governos caíram rapidamente. O campo do proletariado estava então dividido, não estava preparado para a luta, desorientado e traído por seus chefes. Os nazistas puderam tomar o poder quase sem luta.

O fascismo francês, entretanto, ainda não representa, hoje, uma força de massa. Em contrapartida, o bonapartismo tem um apoio, é verdade que nem muito seguro nem muito estável, porém de massa, na pessoa dos radicais. Entre esses dois fatos existe um nexo interno. Pelo caráter social de sua base, o radicalismo é um partido da pequena-burguesia.²⁹⁰ Ora, o fascismo não pode converter-se em uma força de massa senão conquistando a pequena-burguesia. Em outras palavras: na França, *o fascismo pode desenvolver-se principalmente às expensas dos radicais*. Esse processo já ocorre na atualidade, mas se encontra ainda em sua primeira etapa [...]

Ainda há tempo para preparar a vitória [do proletariado] [...] Não se trata de anos, mas de meses. Esse prazo, evidentemente, não está escrito em parte alguma. Depende da luta das forças vivas e, em primeiro lugar, da política do proletariado e de sua Frente Única.²⁹¹

Envidando esforços para uma caracterização mais precisa do bonapartismo francês, Trotsky, como de hábito, recorreu novamente a cálidas analogias de jaez histórico.

²⁸⁸ *Idem*.

²⁸⁹ TROTSKY, L. “Aonde vai a França?”. *Op. cit.*, p. 31. “Como o camelo sob o chicote do cameleiro, o radicalismo se ajoelhou para permitir à reação capitalista sentar-se entre suas corcovas. Sem o apoio político dos radicais, o governo Doumergue seria impossível neste momento.” (*Idem*).

²⁹⁰ Já a direção deste partido seria, segundo o próprio Trotsky, “formada pelos agentes ‘democráticos’ da grande burguesia que, de tempos em tempos, deram ao povo pequenas reformas e, mais frequentemente, frases democráticas; a cada dia o salvaram – em palavras – da reação e do clericalismo, mas em todas as questões importantes fizeram a política do grande capital” (*Idem*, p. 31).

²⁹¹ *Idem*, p. 31-59. Grifos do autor.

Escrevendo ainda sob o governo de Gaston Doumergue, Trotsky afirmou que o papel desempenhado por este estadista (ou por qualquer um de seus “eventuais sucessores, como o marechal Pétain ou Tardieu”) não constituía um “novo fenômeno”, pois seria “similar ao que cumpriram Napoleão I e Napoleão III, em outras condições”: “A essência do bonapartismo consiste nisso: apoiando-se na luta entre dois campos, ‘salva’ a ‘nação’ através de uma ditadura burocrático-militar”.²⁹² Entretanto, na perspectiva do analista russo, os três líderes bonapartistas em questão se distinguiriam, sobretudo, em função de suas distintas localizações temporais no decorrer da *evolução* capitalista. Enquanto o primeiro Bonaparte teria representado o “bonapartismo da impetuosa juventude da sociedade burguesa”, o governo de seu “sobrinho” corresponderia ao momento em que, “na cabeça da burguesia”, já começava “a aparecer a calvície”. Doumergue, por sua vez, expressaria claramente “o bonapartismo senil do declínio capitalista”.²⁹³

Oportuno talvez seja ressaltarmos aqui o agudo senso de historicidade contido na analogia acima. Assim como em um trecho já citado d’*A história da revolução russa*, Trotsky argumenta que o bonapartismo de Luís Bonaparte se situara em um momento histórico limítrofe da sociedade burguesa. Compartilhando das tardias considerações de Marx acerca do impasse histórico-político materializado no golpe de Estado de 1851 (a idéia de que a burguesia não podia governar *mais*, e o proletariado não o podia *ainda*), Trotsky, em sua metáfora *capilar*, alocou o *Segundo Império francês* em uma etapa intermediária (e divisora de águas) da história do sistema capitalista, na qual, embora a classe burguesa já se mostrasse indubitavelmente reacionária, as forças produtivas e as relações sociais capitalistas ainda encerrariam uma ampla capacidade de expansão e desenvolvimento, como acabou por se verificar.

O “senil” bonapartismo contemporâneo se constituiria, assim, para Trotsky, na penúltima alternativa política para uma desesperada burguesia face ao esgotamento histórico da sociedade capitalista – a última, como expusemos, seria o fascismo. Quanto a isso, cabe lembrar que até os comunistas franceses, sintonizados com a nova linha da IC, encamparam, à sua maneira, a tese do bonapartismo esgrimida por Trotsky, o que em nada os aliviou das cáusticas críticas desferidas pelo revolucionário *banido*. “Durante o período Brüning-Schleicher”, recorda Trotsky, os dirigentes do Komintern proclamaram que “o fascismo já esta[va] aqui”, declarando que “a teoria da etapa intermediária, bonapartista” não passaria de uma tentativa de “disfarçar o fascismo” e favorecer a política social-democrata do “mal menor” [que, como já dissemos, se constituía na colaboração do SPD com os governos bonapartistas visando impossibilitar o triunfo fascista]. “Àquela época”, continua Trotsky,

²⁹² *Idem*, p. 30.

²⁹³ *Idem*.

“social-democratas”, “social-democratas ‘de esquerda’” e “trotskistas” eram todos considerados como perigosos “social-fascistas”:

Mas agora tudo mudou. No que concerne à França, os estalinistas não se atrevem a repetir: “O fascismo está aqui!”, ao contrário, para impedir a vitória do fascismo nesse país, têm aceitado a política da Frente Única, que até ontem rechaçavam. Eles foram forçados a diferenciar o regime de Doumergue do fascismo. Mas não chegaram a essa definição como marxistas, e sim como empiristas. Nem sequer tentaram dar uma definição científica do regime de Doumergue. Aquele que se move no terreno da teoria em base a categorias abstratas está condenado a capitular cegamente ante os acontecimentos.²⁹⁴

E no calor destes acontecimentos que conformavam um cenário político efervescente, Trotsky alinhavava vaticínios que, em essência, aproximavam-se dos que havia pouco fizera para a Alemanha pré-hitlerista: caso o proletariado não vencesse, venceria o fascismo. Não seria possível dizer de antemão, segundo Trotsky, por quanto tempo ainda continuariam “se sucedendo na França ministérios semiparlamentares, semibonapartistas”, e “por quais fases precisas” passaria o país “no curso do próximo período”.²⁹⁵ Certo mesmo, para o revolucionário, era que não haveria “caminho de volta até a democracia pacífica”.²⁹⁶

Entretanto, contrariando as previsões do revolucionário russo, a França, mesmo sem ter vivido uma revolução proletária vitoriosa – o único caminho, segundo Trotsky, para se evitar o fascismo –, não conheceria o fascismo. Ainda que a classe trabalhadora francesa tenha mostrado mais disposição à unidade – forçando suas direções a encaminharem a política da “frente única” – do que sua irmã alemã, não se pode dizer que se decidiu conscientemente pela luta anticapitalista como a única maneira de evitar o fascismo. “A favor” do *profeta* Trotsky, contudo, podemos lembrar que seria somente depois da Segunda Guerra (1939-1945), isto é, depois de uma catástrofe social de proporções mundiais, que o regime democrático-parlamentar voltaria a vigorar na França e, mesmo assim, permeado de indisfarçáveis traços bonapartistas, como um super-poderoso Poder Executivo – o que pode ser facilmente visto durante a V República *gaullista*. Afastada do poder a *Frente Popular* de Blum, a França seria dirigida até o final da década de 1930 por sucessivos gabinetes bonapartistas cada vez mais reacionários, culminando com o governo *colaboracionista* de Pétain, quando o “bonapartismo semiparlamentar” converteu-se em um bonapartismo que podemos classificar como “semifascista”.

Em um texto inacabado, escrito no ano de sua morte (1940), Trotsky pôde perceber que, mesmo tendo sido o proletariado francês derrotado e desacreditado na década que se encerrava, o regime fascista – diferentemente do que se verificara no caso alemão e do que ele mesmo, Trotsky, havia especulado havia poucos anos – não se implantou no país.

²⁹⁴ TROTSKY, L. “Bonapartismo y fascismo (II)”. *Op. cit.* Tradução nossa.

²⁹⁵ TROTSKY, L. “A França na encruzilhada”. *Op. cit.*, p. 135.

²⁹⁶ TROTSKY, L. “Aonde vai a França?”. *Op. cit.*, p. 30.

Manifestando ainda seu peculiar cuidado no emprego de categorias, e sempre rigoroso analiticamente, o revolucionário recusou-se a considerar a França de Vichy como um regime de tipo fascista:

Na França não existe fascismo no sentido real do termo. O regime do senil marechal Pétain representa uma forma senil de bonapartismo da época do declínio imperialista. Mas esse regime só se fez possível depois que a prolongada radicalização da classe operária francesa, que conduziu à explosão de junho de 1936 [greve geral], falhou em encontrar uma saída revolucionária. A Segunda Internacional e a Terceira [Internacional], a reacionária charlatanice das “frentes populares”, enganaram e desmoralizaram a classe operária. Depois de cinco anos de propaganda em favor de uma aliança das democracias e da segurança coletiva [política da IC de apoio aos “imperialismos democráticos” contra os “imperialismos fascistas”], depois da súbita passagem de Stálin ao bando de Hitler [pacto germano-soviético de não-agressão firmado em agosto de 1939], a classe operária francesa se viu desprevenida. A guerra [Segunda Guerra Mundial] provocou uma terrível desorientação e o estado de derrotismo passivo, ou dito de forma mais correta, a indiferença de um impasse. Desse emaranhado de circunstâncias surgiu a catástrofe sem precedentes e, em seguida, o desprezível regime de Pétain.

Precisamente por ser o regime de Pétain um bonapartismo senil ele não contém nenhum elemento de estabilidade e pode ser derrubado muito mais cedo do que um regime fascista por um levante revolucionário de massas.²⁹⁷

Quando escreveu as linhas acima, Trotsky já se encontrava em paragens latino-americanas, mais precisamente, em terras mexicanas. Em seu último exílio, voltando seus olhos para nosso periférico continente, o velho revolucionário russo vislumbraria nos emergentes regimes políticos pós-oligárquicos (sobretudo no de Lázaro Cárdenas, no México) uma nova e bem particular forma de bonapartismo, desenvolvendo ainda mais tal conceito. Suas considerações sobre os “bonapartismos *sui generis*” da América Latina são especialmente importantes para o presente trabalho, dado que, segundo cremos, representaram uma espécie de antecipação teórico-analítica do “modelo populista” formulado e/ou seguido (em linhas gerais) por cientistas sociais brasileiros como Francisco Weffort, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Rui Mauro Marini, Leôncio Martins Rodrigues, Francisco de Oliveira, entre outros. Passemos, então, a mais uma rica fase da produção teórica “bonapartista” de Trotsky.

O bonapartismo periférico

Em 9 de janeiro de 1937 o petroleiro *Ruth*, vindo da Noruega, aportou em Tampico, no México, desembarcando nessa localidade seus únicos passageiros (salvo a escolta policial norueguesa que os acompanhava): León Trotsky e sua esposa Natália Sedova.²⁹⁸ Acossado pela GPU (polícia secreta da URSS) e a diplomacia soviética, um dos principais líderes da

²⁹⁷ TROTSKY, L. “Bonapartismo, fascismo y guerra” (“Escritos y fragmentos inconclusos”). Extraído de <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro6/T11V236.htm> (acessado em 26/07/2011). Tradução nossa.

²⁹⁸ DEUTSCHER, Isaac. *Trotski. O profeta banido. Op. cit.*, p. 366-369.

revolução de Outubro só encontrou asilo no país comandado pelo general populista Lázaro Cárdenas, num momento em que o mundo, segundo a conhecida frase do escritor surrealista André Breton, “era um planeta sem visto para León Trotsky”.

Recepcionado no cais por Max Shachtman e George Novack, dois trotskistas norte-americanos, e tendo como anfitrião, na Cidade do México (Coyoacán), o casal de pintores mexicanos, Diego Rivera e Frida Kahlo, Trotsky deparou-se com um país fortemente sacudido por lutas políticas e sociais. Pouco antes de sua chegada, o presidente Cárdenas havia firmado um decreto que repartia alguns latifúndios entre camponeses pobres e estava em vias de nacionalizar companhias petrolíferas e ferroviárias americanas e britânicas.²⁹⁹ Em meio a esse clima tenso e radicalizado, o “anfitrião” exigiu de seu “hóspede” silêncio sobre as questões políticas mexicanas, cláusula aceita por um revolucionário sem muitas escolhas e “escaldado” em função de suas recentes expulsões da França e Noruega.³⁰⁰

A presença de Trotsky em um país que vivia o auge da revolução camponesa iniciada na década de 1910³⁰¹ constituiu-se em mais um elemento de instabilidade política para o México. Os adversários de Cárdenas o acusavam de sofrer influências de seu acolhido em suas decisões políticas. Por outro lado, a Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (CTM), que tinha à frente Lombardo Toledano, aliado dos estalinistas, condenou o presidente por ter aceitado nas fronteiras do país o “chefe da vanguarda da contra-revolução”.³⁰² Trotsky sentia-se acuado. Na primeira página de seu *Diário do exílio*, escrita na França em 7 de fevereiro de 1935, o revolucionário russo aventava a possibilidade de que aquele caderno (diário) pudesse “ser fechado mais cedo pelo tiro, vindo de qualquer canto, de um agente de... Stálin, de Hitler, ou de seus amigos-inimigos franceses”.³⁰³ Não houve motivos em sua temporada nas terras mexicanas para que Trotsky se visse livre desse temor. Ao contrário, após a tentativa fracassada de assassiná-lo organizada pelo pintor estalinista David Alfaro Siqueiros,³⁰⁴ e a gradativa piora de seu estado de saúde, a morte lhe parecia a cada dia mais próxima.³⁰⁵

²⁹⁹ *Idem*, p. 370.

³⁰⁰ O asilo concedido a Trotsky pelo Estado mexicano deveu-se, sobretudo, às pressões exercidas por Diego Rivera junto ao presidente Cárdenas. Quanto ao conturbado exílio político de Trotsky, desde a expulsão das fronteiras soviéticas em 1929 até a morte no México em 1940, ver DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta banido*. *Op. cit.*

³⁰¹ DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta banido*. *Op. cit.*, p. 370.

³⁰² *Idem*, p. 370-371.

³⁰³ TROTSKY, León. *Diário do Exílio*. 2ª edição. São Paulo: Edições Populares, s.d., p. 27.

³⁰⁴ DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta banido*. *Op. cit.*, p. 505.

³⁰⁵ No *Post Scriptum*, de 3 de março de 1940, ao seu “Testamento”, de 27 de fevereiro do mesmo ano, Trotsky faz uso das seguintes palavras: “parece-me que o fim chegará de repente e, provavelmente – é ainda uma hipótese pessoal – por uma hemorragia cerebral [o que, de fato, acabaria ocorrendo em função do golpe desferido por seu assassino, Jacques Monard].” Nesse texto, a idéia de suicídio é levantada por Trotsky como uma forma de “encurtar o longo processo de agonia”. Entre outros locais, o “Testamento” e seu *Post Scriptum* encontram-se em TROTSKY, León. *Moral e revolução*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.77-79.

Em um ambiente bastante tenso que marcaria o período de pouco mais de três anos em que permaneceu no México, Trotsky produziu diversos trabalhos a respeito dos mais variados temas que compunham a turbulenta década de 1930. A iminência da Segunda Guerra e sua natureza imperialista,³⁰⁶ a caracterização sociológica da URSS³⁰⁷ e os rumos dos movimentos estéticos diante do fascismo e do estalinismo³⁰⁸ – regimes políticos que Trotsky, em contraposição aos democratas-liberais de todo o tipo, fazia questão de diferenciar demonstrando o antagonismo social existente entre ambos – foram questões, entre tantas outras, que abordou de modo muito argucioso e preciso.

Não obstante o acordo de não interferência na política interna do México, Trotsky, desde sua chegada até seu assassinato em 1940, não se furtou a realizar também análises relativas aos dilemas vividos pelo Estado mexicano e o papel do proletariado nesse momento de exasperação da luta de classes. Com menos intensidade, voltou seus olhos também para outras experiências políticas da América Latina, buscando compreendê-las com partes constitutivas de uma grande realidade periférica e *atrasada* do sistema capitalista mundial, o qual atravessava uma profunda crise desde 1929.

Um dos principais frutos dessa atenção dedicada à América Latina de fins da década de 1930 foram suas sugestivas análises acerca dos novos regimes políticos que então proliferavam na região. Resultantes da débâcle dos sistemas políticos oligárquicos que não resistiram à falência das economias agro-exportadoras no pós-1929, esses novos regimes, dotados de um ingurgitado aparelho estatal sobreposto aos diversos segmentos sociais em presença, receberam de Trotsky a denominação de “bonapartismos *sui generis*”, como já antecipamos.

Nessa definição conceitual, o termo bonapartista devia-se, centralmente, ao papel protagônico e “arbitral” desempenhado naqueles regimes pela máquina burocrático-militar face às classes sociais potencialmente beligerantes, como também à exígua presença de expedientes democrático-parlamentares em seus funcionamentos ordinários. Já a adjetivação complementar “*sui generis*” resultava, sobretudo, do caráter *atrasado* e periférico das

³⁰⁶ A entrevista concedida por Trotsky ao líder sindical argentino Mateo Fossa em 23 de setembro de 1938 constitui-se em um dos vários documentos que explicitam as posições do revolucionário diante da guerra que se aproximava. Essa entrevista contém importantes pontos de vista de Trotsky, em especial sua crítica à idéia de que a guerra seria entre um imperialismo “fascista” e um “democrático”, caracterização produzida pelo estalinismo e mantida até o pacto germânico-soviético, e que conduziu o movimento operário a alianças “táticas” com as burguesias das nações incluídas nesta segunda “modalidade” do imperialismo. TROTSKY, León. “La lucha antimperialista es la clave de la liberación” in ____ *Escritos latinoamericanos*. Op. cit., p. 106-112.

³⁰⁷ Os textos mais significativos acerca da natureza social da União Soviética, produzidos em grande parte em meio a um debate com a minoria do Socialist Workers Party (SWP), seção norte-americana da IV Internacional, encontram-se reunidos na obra TROTSKY, León. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Proposta Editorial, s.d.

³⁰⁸ O trabalho mais conhecido de Trotsky sobre os dilemas da arte neste período é o *Manifesto por un arte revolucionario independiente*, escrito conjuntamente com o surrealista André Breton e que pode ser encontrado em TROTSKY, León. *Literatura y revolución y otros escritos sobre la literatura y el arte*. [s.l.]: Ediciones Crux, 1989, p. 271-276.

formações sociais nas quais tinham lugar aqueles regimes. O enorme retardo com o qual o capitalismo industrial se desenvolvia na América Latina e a consequente dinâmica *desigual e combinada* assumida por tal desenvolvimento estariam, segundo Trotsky, na base explicativa da particular configuração política entre o Estado, burguesia nativa e proletariado que se verificava em certos países do continente.

Em diversos escritos referentes às revoluções em países *atrasados*, Trotsky abordou como o capitalismo se desenvolvera em ritmos desiguais entre as nações que primeiramente chegaram ao capitalismo industrial e as que só o conheceram a partir de sua fase imperialista. O *atraso* dessas últimas, segundo Trotsky, levaria a um desenvolvimento *combinado* do capitalismo nestas e, conseqüentemente, designaria às suas classes sociais tarefas historicamente distintas das realizadas pelas classes das nações *adiantadas*. Contrapondo-se ao “etapismo” de Stálin, afirmou a impossibilidade de que o desenvolvimento histórico dos países “chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha”³⁰⁹ cursasse os mesmos caminhos transcorridos por nações como Inglaterra, França e Estados Unidos. Dessa *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, segundo Trotsky, é que se deveria retirar o substrato teórico para a análise das classes sociais, do Estado e do caráter da revolução nos países que se encontravam sob o jugo do imperialismo.

Foi partindo dessa ótica que Trotsky se pôs a interpretar a natureza dos regimes políticos latino-americanos pós-oligárquicos. Assim, pensamos que nossa exposição das análises de Trotsky acerca desses regimes bonapartistas não pode dispensar uma prévia discussão a respeito da perspectiva interpretativa do revolucionário relativa à natureza do desenvolvimento capitalista em formações sociais *atrasadas* e periféricas. As páginas seguintes estão destinadas a essa discussão.

*A lei do desenvolvimento desigual e combinado: um breve histórico do conceito*³¹⁰

Como é bastante sabido, com a ascensão da fração estalinista no interior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e a IC em meados da década de 1920, teve lugar o surgimento da teoria do “socialismo em um só país”, por intermédio da qual a burocracia partidária, sob a liderança de Stálin e Bukharin, afirmava a possibilidade de construção de uma sociedade socialista nos marcos de uma só nação (no caso, a União Soviética). Concomitantemente (e diretamente relacionada) a essa ruptura inaudita com o

³⁰⁹ TROTSKY, L. *A história da revolução russa*. Op. cit., p. 25.

³¹⁰ O conteúdo deste item foi extraído do primeiro capítulo de nossa dissertação (DEMIER, Felipe. *Do movimento operário para a universidade...Op. cit.*), intitulado “León Trotsky e a chave para o entendimento da periferia do capitalismo”. Em função do enfoque do presente trabalho, o material extraído sofreu leves alterações de forma e conteúdo.

“internacionalismo” de Marx e Engels (que, até a morte de Lênin em 1924, jamais havia sido questionado nos meios bolcheviques), a IC adotou abertamente uma linha “etapista” no que dizia respeito ao caráter da revolução nos países *atrasados*,³¹¹ em sua enorme maioria “coloniais” ou “semicoloniais”.

Reeditando o *evolucionismo vulgar* que predominou na II Internacional – e que, nas duas primeiras décadas do século XX, vertebrou a leitura dos mencheviques sobre o caráter e os sujeitos de uma possível revolução russa –,³¹² a IC passou a negar categoricamente o caráter “socialista” da revolução nos países *atrasados*. Segundo seus teóricos, em razão do incipiente desenvolvimento do capitalismo nesses países – o que se expressaria pela vigência de estruturas sociais pré-capitalistas –, tornava-se necessário nos mesmos a realização de uma revolução (etapa) “democrático-burguesa” que abrisse caminho ao florescimento das forças produtivas capitalistas, o que só então colocaria a possibilidade da realização, em algum dia longínquo, de uma revolução socialista.

Essa compreensão da IC acerca do caráter das revoluções nos países *atrasados* “coloniais” e “semicoloniais”, longe de reduzir-se a mera elucubração teórica, tinha implicações diretas nas lutas travadas pelos trabalhadores dos países submetidos ao imperialismo. A partir de uma visão demasiado esquemática e “etapista”, os dirigentes da IC orientavam os partidos comunistas (PC’s) dos países periféricos a estabelecerem alianças com a burguesia “nacionalista” e/ou a pequena-burguesia com vistas à formação de frentes políticas capazes de lutar contra o “imperialismo” e o “feudalismo”/“latifúndio”.³¹³ Desde a segunda metade da década de 1920, com exceção do breve interregno 1928-1934, essa foi a estratégia política adotada pelos agrupamentos comunistas de linha estalinista nos países “coloniais” e “semicoloniais” ao longo do século XX, com destaque para o Oriente e para a América Latina.³¹⁴

O primeiro grande momento no qual a linha política da IC para esses países deu sinais de sua natureza equivocada e ativou o debate entre seus adeptos e opositores no seio do movimento comunista internacional foi a revolução chinesa de 1925-27. A vaga

³¹¹ Faz-se necessário apontarmos aqui que a própria noção de *atraso* é passível de ser problematizada, pois, de algum modo, pode levar a um entendimento de que há uma espécie de linha histórica evolutiva a ser seguida pelas nações. No presente trabalho, utilizamos tal conceito na acepção trotskista do mesmo, isto é, de um modo que este tenha como seu eixo estruturante a dimensão histórico-temporal das modernizações industriais capitalistas dos países aos quais se refere.

³¹² *Evolucionismo* este que também orientou a política dos bolcheviques diante do governo Kerensky até a chegada de Lênin com suas “teses” em abril de 1917.

³¹³ A aliança proposta pela IC entre a burguesia, a pequena-burguesia urbana, a pequena-burguesia rural (o campesinato) e o proletariado (aliança que teria por finalidade realizar a sonhada revolução “democrático-burguesa”, às vezes chamada apenas de revolução “democrática”) recebeu a denominação de “bloco das quatro classes”.

³¹⁴ Com algumas diferenças “táticas” em relação aos partidos vinculados à União Soviética, as correntes políticas que adotaram a linha chinesa a partir da década de 1960 também possuíam essa perspectiva “etapista” acerca do caráter da revolução nos países *atrasados*.

revolucionária surgida na China nesse período teve como resultante um enorme desastre para o proletariado, o campesinato e o conjunto da militância comunista do país. Seguindo orientação da III Internacional, o Partido Comunista Chinês (PCCh), procurando aproximar-se da burguesia “nacionalista” em busca de uma luta contra o imperialismo e os senhores feudais, e objetivando a vitória de uma “revolução democrática”, aliou-se ao Kuomitang, partido “nacionalista-burguês” liderado pelo general Chiang Kai-Shek, chegando mesmo a se dissolver no interior deste e a se submeter à sua disciplina militar. Após ter, por ordens de Stálin, entregue suas armas ao Kuomitang em meio a um movimento paredista dos operários em Xangai, os militantes comunistas e milhares de trabalhadores foram literalmente massacrados pelo exército de Chiang Kai-Shek. Não satisfeitos com a derrota sofrida em função da política “oportunista” de aliança com Chiang Kai-Shek, os dirigentes da IC orientaram o PCCh a aliar-se com a “ala esquerda” do partido burguês chinês, liderado por Wang-Ching-Wei, que havia provisoriamente rompido com Chiang Kai-Shek. Todavia, não tardou para que o Kuomitang de “esquerda” começasse a expulsar de suas fileiras os comunistas e reprimisse as manifestações operárias. Por fim, com o PCCh praticamente dilacerado, a IC, numa guinada “ultra-esquerdista”, orientou os comunistas chineses a criarem, praticamente do noite pro dia, “conselhos” operários, o que resultou num levante frustrado e em novo massacre, dessa vez em Cantão.³¹⁵

Não obstante todas as alterações “táticas” da IC para a PCCh, o que permaneceu intocável nesse período foi a idéia de que a China, por ser tratar de um país com muitas características ainda pré-capitalistas, deveria necessariamente realizar uma etapa “democrática”, o que adiava para um futuro remoto a proposta de uma “ditadura do proletariado” (revolução socialista) e impunha a necessidade de uma frente política com a burguesia chinesa por parte dos trabalhadores. Achando inevitável que a história das nações centrais, *avançadas*, se reproduzisse nos países de desenvolvimento retardatário, Stálin e seus teóricos acabavam por atribuir às burguesias dos países “coloniais” e “semicoloniais” um papel revolucionário, tal como teriam exercido em outro momento histórico as burguesias dos países nos quais a revolução burguesa operou de forma *clássica*. Foi essa a explicação para a

³¹⁵ Demos aqui uma visão deveras resumida do processo revolucionário chinês de 1925-1927. Visões mais detalhadas podem ser encontradas, entre outras obras, em DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta desarmado. (1921-1929)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, p. 336-358; SOFRI, Gianni. “O problema da revolução socialista nos países atrasados” in HOBBSBAWN, Eric J. *História do Marxismo VIII* (O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo). 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 329-373 e SCHRAM, Stuart. *Mao Tse-Tung*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1968, p. 93-140. Tratando do papel do debate sobre a revolução chinesa na constituição do trotskismo brasileiro no início dos anos 30, José Castilho Marques Neto também realizou uma boa síntese do período revolucionário chinês de 1925-1927: MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 68-87.

política da IC para a China, assim como para outros diversos países *atrasados* ao longo do século XX. Não coincidentemente, todas tiveram um desfecho muito similar ao chinês.³¹⁶

É importante lembrarmos que, conforme se desenvolvia o estalinismo, as diretrizes políticas da IC, com todas as suas alterações “táticas”, passavam a estar cada vez mais determinadas pelos rumos políticos do Estado soviético. Os interesses e as estratégias políticas da burocracia estalinista, portanto, acabavam por condicionar as deliberações da IC, que constituíam, na prática, uma espécie de “política externa” da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Assim, é possível entrever uma relação entre a defesa de etapa “democrática” (capitalista) da revolução nos países *atrasados*, que tinha como norte a solução da “questão agrária” para os camponeses, e a política econômica levada a cabo pela direção da União Soviética no período 1924-1927 centrada na defesa “a qualquer custo” da aliança com o campo (pequena-burguesia rural), expressa na proposta bukharinista do “socialismo a passos de tartaruga” – que resultava, na prática, em um favorecimento dos proprietários rurais abastados (Kulaks), de mentalidade e interesses capitalistas, em detrimento de um processo de coletivização da produção agrícola. Do mesmo modo, como já antecipamos, a virada de pólo oposto, iniciada pela ruptura de Stálin com a linha “direitista” de Bukharin em fins de 1927 e materializada, a partir de 1928, na acelerada e forçada coletivização dos campos da União Soviética, encontrou um equivalente internacional na adoção por parte da IC da “ultra-esquerdista” tese do “terceiro período” – a qual, por meio da sectária linha política da “classe contra classe”, orientava os PC’s a se livrarem de qualquer influência pequeno-burguesa em seus programas, assim como rejeitava (conforme já dito) a possibilidade de aliança com os partidos social-democratas (“social-fascistas”).

Em função de sua crítica aos rumos da política econômica da União Soviética, León Trotsky se encontrava na oposição à direção do PCUS desde 1923, quando o afastamento de Lênin por motivos de saúde se tornou irreversível.³¹⁷ Em finais da década de 1920, um novo

³¹⁶ Seriam necessários rios de tinta para citarmos todas as derrotas sofridas pelo proletariado dos países *atrasados* por consequência de suas direções políticas que, guiadas por uma perspectiva “etapista”, nutriam uma crença na possibilidade das chamadas “burguesias nacionais” desempenharem um papel revolucionário em aliança com os trabalhadores contra o imperialismo. Acreditamos que os inúmeros golpes militares contra-revolucionários latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970 levados a cabo pelo imperialismo e as burguesias nativas num momento no qual os PC’s do continente ainda apostavam todas suas fichas em revoluções “democrático-burguesas” já nos servem de exemplos suficientes ao que afirmamos.

³¹⁷ Quando Lênin adoeceu definitivamente, em 1923, o que levaria ao seu falecimento em janeiro de 1924, o PCUS passou a ser dirigido na prática por um “triumvirato” composto por Zinoviev, Kamenev e Stálin, com destaque para esse último. Trotsky, nesse período, dirigiu a chamada “Oposição de Esquerda” (“Oposição de 1923”), que exigiu uma maior planificação e centralização da economia, com vistas a uma maior industrialização do país. Cerca de três anos depois, Zinoviev e Kamenev afastaram-se de Stálin, agora mais próximo de Bukharin, e juntaram a sua oposição (“Oposição de Leningrado”) à “Oposição de Esquerda” de Trotsky, o que deu origem à chamada “Oposição Unificada”. Em 1927, esta última foi expulsa do partido pela direção Stálin-Bukharin (“centro” e “direita” do partido, respectivamente), o que fez com que tanto Zinoviev e Kamenev como alguns adeptos de Trotsky capitulassem e retornassem ao partido a partir de 1928. Muitos desses militantes, justificando

debate acirrado e aberto se deu entre Trotsky e a fração estalinista do partido, tendo agora como eixo a política da IC diante da revolução chinesa. Defendendo que a revolução na China só poderia ter um caráter “socialista”, o que colocava na ordem do dia a bandeira da “ditadura do proletariado”, Trotsky condenou implacavelmente a política de submissão à burguesia chinesa efetivada pelo PCCh (traduzida, como vimos, na subordinação deste ao Kuomitang) por orientação da IC. Segundo Trotsky, somente a conquista do poder político pelo proletariado chinês poderia resolver as questões deixadas de lado pela “débil” e impotente burguesia chinesa, em especial as questões agrária e nacional.³¹⁸

Por conta disso, sofreu uma chuva de ataques dos teóricos “oficiais” do PCUS, que o acusavam de querer “saltar” a etapa “democrática” da revolução nos países *atrasados*, “confundindo”, assim, as revoluções “burguesa” e “socialista”. Por defender o protagonismo da classe operária nos processos revolucionários dos países *atrasados* em geral, já que só esta poderia, segundo Trotsky, liderar o campesinato na busca de seus objetivos, foi também acusado de “desconsiderar” a importância dos camponeses enquanto sujeito social da revolução. Segundo os teóricos de Stálin, esses “equívocos” de Trotsky seriam os mesmos cometidos por ele desde 1906, quando elaborou suas primeiras análises sobre o caráter da revolução que se deveria realizar na Rússia (um país *atrasado*) e seus conseqüentes sujeitos sociais e políticos. Arditamente, os estalinistas resgataram ao final dos anos 20 polêmicas havia muito superadas entre Lênin e Trotsky datadas da primeira década do século XX e, de modo falsificador, tentaram demonstrar como o último sempre estivera oposto ao primeiro quanto às leituras do processo revolucionário russo aberto em 1905. Como o combate de Trotsky ao “etapismo” da IC estava intimamente ligado a sua crítica à teoria do “socialismo em um só país” de Stálin-Bukharin (já que, como analisaremos um pouco mais à frente, essas duas estratégias da IC estalinizada repousavam sobre as mesmas bases materiais e filosóficas), o ex-líder do Exército Vermelho, devido à sua perspectiva “internacionalista”, foi descrito às massas russas como um incrédulo nas potencialidades revolucionárias do proletariado soviético.

Diante da sucessão de erros da IC que culminavam em derrotas do proletariado mundial e frente à necessidade de responder aos ataques de seus adversários, Trotsky viu-se obrigado a produzir uma série de trabalhos (livros, documentos e cartas) nos quais expôs sua concepção acerca da revolução dos países *atrasados* e propôs encaminhamentos práticos à

sua volta aos quadros partidários, alegaram à época que Stálin, quando iniciou a “coletivização” dos campos em 1928, realizava uma ruptura com a direita (Bukharin) e começava a adotar o programa da “Oposição”. A imensa maioria desses bolcheviques foi assassinada por Stálin nos processos de 1936. Ver DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta desarmado. Op. cit.*; DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta banido. Op. cit.*; e SAGRA, Alicia. *Op. cit.*

³¹⁸ A questão da “debilidade” das burguesias *atrasadas* será vista por nós um pouco mais à frente.

luta da classe trabalhadora nos mesmos. Tal como seus opositores políticos, tomou a experiência russa de 1905-1917 como exemplo histórico concreto das teses que defendia, dado que a Rússia, assim como a China – o centro das polêmicas entre os comunistas no momento –, se constituía, quando se deu a Revolução de Outubro (e também depois), em uma nação *atrasada*, embora imperialista.³¹⁹ Resgatando seus escritos desde 1906 nos quais já apontava a possibilidade de uma revolução socialista na Rússia sem a necessidade de uma etapa “democrática” (burguesa) anterior, Trotsky buscou sistematizar suas posições que ficariam conhecidas como a teoria da “revolução permanente”.

A defesa do revolucionário russo da tese de que os países “coloniais” e “semicoloniais” não poderiam (e nem mesmo necessitavam) conhecer uma etapa “democrático-burguesa” em sua história (e que, portanto, o que se colocava era a necessidade da “ditadura do proletariado”) tinha como pressuposto teórico a idéia de que, por estarem integrados numa *totalidade* – o sistema capitalista internacional –, esses países de desenvolvimento capitalista ultra-retardatário não poderiam repetir o curso histórico vivido pelas nações pioneiras do capitalismo, onde a revolução burguesa assumiu contornos que ficariam conhecidos como “clássicos”. Se, pelo fato de terem realizado as suas “revoluções” com atraso de muitas décadas em relação a nações como França, Inglaterra e Estados Unidos, países “tardios” (*atrasados*) como Alemanha, Itália e Japão já não haviam podido reproduzir o modelo revolucionário das primeiras (e, entre outras coisas, não conheceram uma etapa “democrática”),³²⁰ os países “coloniais” e “semicoloniais”, extremamente *atrasados* e submetidos ao imperialismo, não poderiam sequer sonhar em alguma fase “revolucionária” (“democrática”) intermediária entre a submissão ao domínio imperialista e a conquista do poder político pelo proletariado.

É interessante aqui chamarmos a atenção para o fato de que Trotsky, mesmo sem grandes preocupações nominativas, distinguia, dentre o conjunto das nações *atrasadas*, aquelas que conheceram seu processo de “revolução” burguesa quando o imperialismo ainda não se constituía como um fenômeno dado, e aquelas que, mais retardatárias ainda, realizavam seu desenvolvimento capitalista já na sua órbita. Desse modo, mesmo sendo todos países de desenvolvimento retardatário, *atrasados* – distintos, portanto, das nações pioneiras,

³¹⁹ Não obstante ser fortemente permeado pelo capital estrangeiro, em especial o francês, o Império czarista russo era conformado por uma enorme área colonial, tanto em seu lado ocidental quanto oriental.

³²⁰ Como vimos, Lênin, com a idéia de “via prussiana” (LÊNIN, V. *O programa agrário da social-democracia russa na primeira revolução russa (1905-1907)*. *Op. cit.*), e posteriormente Gramsci, com seu conceito similar de “revolução passiva” (GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. volume III. *Op. cit.*), além de Barrington Moore Jr., com sua fórmula de “revolução pelo alto” (MOORE Jr., B. *Op. cit.*), foram alguns dos teóricos que também observaram as particularidades das “revoluções burguesas” nos países tardios. Todos, a seu modo, compreenderam que o modelo *clássico* das revoluções burguesas não se repetia de forma inexorável em países de formações sociais distintas. A idéia gramsciana de “revolução passiva” será por nós retomada na parte deste trabalho dedicada ao marxista sardo.

avançadas –, haveria uma grande diferença entre aqueles que, em função de sua modernização industrial ter se dado durante a passagem do capitalismo “concorrencial” ao “monopolista”, somaram-se ao bloco de nações imperialistas, e os que, demasiadamente *atrasados*, só conheceram o desenvolvimento das relações e forças produtivas capitalistas quando o imperialismo encontrava-se já como uma realidade totalmente inescapável, tornando-se, portanto, a ele submetidos. Nesse sentido, enquanto algumas nações de desenvolvimento capitalista industrial “tardio” como Alemanha, Itália e Japão, e, outras mais retardatárias ainda, como Rússia, Espanha e Portugal, encerravam um caráter indiscutivelmente imperialista, países extremamente *atrasados* (*hipertardios*),³²¹ como China, Índia, Brasil, México e África do Sul, encontravam-se, seja sob a forma de “colônias” ou de “semicolônias”, completamente sob a dominação do imperialismo. Contudo, é a categoria de *atrasado* que nos é fundamental para compreender a leitura do processo histórico proposta por Trotsky a partir de sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.³²²

Por conta da desigualdade de ritmo do desenvolvimento do capitalismo no plano internacional (*lei do desenvolvimento desigual*, de Lênin),³²³ os países *atrasados*, segundo Trotsky, acabavam por possuir uma historicidade própria no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo no seu interior, marcada pela assimilação dos elementos mais modernos das nações *avançadas* e sua adaptação a condições materiais e culturais *arcaicas*. Esta superposição dialética entre inovações tecnológicas, políticas e culturais produzidas pelos países *avançados* e relações sociais muitas vezes pré-capitalistas presentes nos ambientes *atrasados* se constituiria na essência *combinada* do desenvolvimento capitalista

³²¹ O conceito de *hipertardio* não foi usado por Trotsky, e sim por muitos autores que, muito provavelmente, beberam na fonte do teórico bolchevique para interpretar os diferentes modelos de desenvolvimento capitalista.

³²² Avisamos ao leitor que a divisão que propusemos, a partir dos escritos de Trotsky, no interior do conjunto das nações *atrasadas* apresenta um grau de abstração bastante elevado. O critério utilizado por nós (segundo nosso entendimento acerca da visão de Trotsky) para conformar estes dois blocos de países *atrasados* foi o fato de que alguns desses países foram imperialistas enquanto outros foram (e são) submetidos ao imperialismo (“coloniais” e “semicoloniais”). Como sabemos, a relação que as nações estabelecem com o imperialismo é determinante para os rumos da luta de classes e, nesse sentido, consideramos útil e conveniente separar, por exemplo, o Brasil da Espanha e a China da Itália. Essa divisão é, contudo, deveras abrangente. Se, por um lado, Alemanha e Rússia eram ambas imperialistas, por outro, era incomparável o desenvolvimento econômico e industrial existente entre as mesmas nas duas primeiras décadas do século XX. Do mesmo modo, no início desse século, o Japão, com seu imperialismo crescente, não poderia ser igualado simplesmente a Portugal e Espanha, que encontravam enormes dificuldades para realizar sua modernização capitalista. Soma-se a isso o fato de alguns países *atrasados*, justamente em função de seu processo de industrialização “tardio”, marcado pela rapidez e pela “queima” de etapas, alcançaram patamares do desenvolvimento das forças produtivas iguais e até mesmo superiores ao dos países originários (foi o caso da Alemanha, por exemplo). Nesse sentido, tornaram-se, do ponto de vista técnico e industrial, países extremamente *avançados*, carregando, contudo, traços indelévels de seu *atraso* histórico, em especial no que diz respeito à formação política e cultural de suas classes dominantes. Por fim, destacamos ainda que no bloco dos países *atrasados* submetidos ao imperialismo existe também uma enorme diversidade entre seus componentes; mesmo sendo todos países dominados pelo capital estrangeiro e seus agentes internos, não se podem negar as substantivas diferenças existentes entre, por exemplo, um país como o Brasil (Estado independente) e outro como a África do Sul (à época dos textos de Trotsky, uma colônia da Grã-Bretanha).

³²³ LÊNIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para grande indústria*. 3ª edição. São Paulo: Nova cultural, 1988, 2 volumes.

realizado pelos países retardatários, especialmente pelos “coloniais” e “semicoloniais”. Na concepção de Trotsky, essa forma particular de desenvolvimento do capitalismo determinaria diretamente a formação e a relação entre as classes sociais, o que, conseqüentemente, acabaria por definir quais as classes que poderiam ou não realizar as chamadas tarefas “democráticas”. Em outras palavras, o modo *combinado* como o capitalismo se desenvolvera designaria o caráter da revolução e os sujeitos sociais revolucionários nos países *atrasados*, em especial nos que se encontravam sob o jugo do imperialismo. A adição, por parte de Trotsky, do elemento “combinado” na *lei do desenvolvimento desigual* de Lênin fez com que a perspectiva do primeiro concernente ao desenvolvimento das nações *atrasadas* recebesse o nome de *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.³²⁴

No entanto, talvez por certo perfil de historiador que encerrava, Trotsky nunca produziu uma obra dedicada, em abstrato, a uma análise de sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Foi sempre a partir de observações concretas de certas realidades histórico-sociais de países *atrasados* que Trotsky formulou e desenvolveu essa categoria. Se, como vimos, foi a política “etapista” do estalinismo na China no período 1925-1927 que fez com que Trotsky transformasse a questão da revolução nos países *atrasados* em um campo de batalha para o movimento comunista internacional, as observações do revolucionário russo quanto a essa temática, entretanto, haviam se iniciado, como já indicamos, havia mais de uma década.

As origens do conceito de desenvolvimento desigual e combinado

Desde 1906, quando, preso nos cárceres czaristas por seu papel na Revolução de 1905,³²⁵ escreveu sua brochura intitulada *Balanços e perspectivas*,³²⁶ Trotsky já apontara a impossibilidade de realização de qualquer etapa revolucionária “democrática” na história futura da Rússia nos mesmos moldes como ocorrera na Europa revolucionária de fins do século XVIII e parte do XIX. Contrariando o *evolucionismo* do raciocínio histórico menchevique, Trotsky, levando em conta a gênese, a composição e a relação entre as classes sociais do país, afirmou o caráter “socialista” da revolução a ser realizada na Rússia. Somente a “ditadura do proletariado”, “arrastando atrás de si os camponeses”, poderia realizar as

³²⁴ É importante alertarmos que Trotsky nunca se referiu a sua “descoberta” sobre a particularidade do desenvolvimento histórico dos países retardatários como *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, nomeando-a na maioria das vezes apenas como *lei do desenvolvimento combinado*. Foi o trotskista norte-americano George Novack, em seu livro intitulado *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*, quem primeiro batizou o conceito de Trotsky tal como este ficaria conhecido (ver DEMIER, Felipe “Prefácio” in NOVACK, George. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Sundermann, 2008, p. 11.).

³²⁵ Em 1905, Trotsky foi o principal dirigente do *soviet* de Petrogrado, o mais importante organismo criado pelas massas naquele processo revolucionário que abalou a monarquia czarista.

³²⁶ TROTSKY, L. *Resultados y perspectivas*. Buenos Aires: El Yunque Editora, 1975.

tarefas “democráticas” deixadas de lado pela impotente, “débil” e contra-revolucionária burguesia russa. Em outras palavras: na Rússia, medidas “democráticas”, de natureza capitalista – em especial a reforma agrária –, que, nos países *avançados* foram realizadas sob a direção burguesia (e que foram vitais para o florescimento do capitalismo), só conseguiriam ser efetivadas na prática se os trabalhadores se apossassem do Estado. Dada a natureza *atrasada* do país, que o deixava com uma série de tarefas históricas pendentes, impossíveis de serem superadas ainda no plano do capitalismo, a classe trabalhadora no poder teria que combinar tarefas “democráticas” e “socialistas” no caminho da construção de uma nova sociedade que, por sua vez, só poderia ser alcançada com a vitória do proletariado no espectro internacional. O capitalismo russo, portanto, não poderia conhecer nenhuma etapa “democrática” em seu desenvolvimento. A bandeira da “ditadura do proletariado” colocava-se, na perspectiva trotskista, na ordem do dia para os trabalhadores russos.³²⁷

Para além de toda a caluniosa campanha estalinista realizada a partir da segunda metade da década de 1920 para opor Trotsky a Lênin, é fato que nos anos seguintes à Revolução de 1905 houve algumas divergências entre ambos quanto à caracterização do papel a ser desempenhado pelas distintas forças sociais num eventual processo revolucionário no país. Se Trotsky, sem receios, apontava a direção do proletariado sobre os camponeses como condição necessária para qualquer revolução na Rússia, o que o fazia lançar a fórmula da “ditadura do proletariado” (“com o apoio dos camponeses”), Lênin, por seu turno, tinha dúvidas quanto à inevitabilidade de uma maioria operária num futuro governo revolucionário, dado o enorme peso do campesinato no país. Por conta disso, Lênin trabalhava com a fórmula da “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” para a Rússia, na qual não deixava muito claro qual a preponderância de classe (proletariado e campesinato) nos rumos da revolução russa. A partir dessa fórmula ambígua e imprecisa, Lênin, de algum modo, ainda ficava preso à idéia de que poderia haver alguma revolução “burguesa” na Rússia, no sentido em que compreendia que um eventual governo de maioria camponesa, com apoio do proletariado – e sem a burguesia –, poderia vir a realizar tarefas revolucionárias de cunho “democrático” no país, o que, entretanto, ainda o manteria nos limites do capitalismo. Trotsky, por sua vez, baseando-se nos escritos de Marx e Engels sobre França e Alemanha, e em sua

³²⁷ Mais de duas décadas depois, referindo-se ao surgimento de sua “teoria da revolução permanente” em 1905, Trotsky afirmou: “Ela [a ‘teoria da revolução permanente’] demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas, proposto pelos países atrasados, conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia. Nisso consistia a idéia fundamental da teoria. Enquanto a opinião tradicional considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passa por um longo período de democracia, a teoria da revolução permanente proclamava que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passa pela ditadura do proletariado. Por conseguinte, a democracia era considerada não como um fim em si, que deveria durar dezenas de anos, mas como o prólogo imediato da revolução socialista, à qual se ligava por vínculo indissolúvel. Dessa maneira, tornava-se permanente o desenvolvimento revolucionário que ia da revolução democrática à transformação socialista da sociedade.” (TROTSKY, L. *A revolução permanente*. São Paulo: Kairós, 1985, p.24.).

própria observação da realidade russa, considerava o campesinato incapaz de dirigir qualquer processo revolucionário, restando-lhe apenas a opção de seguir a burguesia ou o proletariado.

Contudo, o que é essencial é que Lênin, tal como Trotsky, jamais vislumbrou a possibilidade de a burguesia russa vir a exercer qualquer papel revolucionário, “democrático”, nos destinos do país. Guiada por um raciocínio “etapista”, a maioria da direção dos bolcheviques, tal como os mencheviques, era, até a chegada de Lênin na Rússia em abril de 1917, adepta da idéia de que o governo Kerensky poderia realizar a etapa “democrática” da revolução, o que adiava a questão da tomada do poder pelos trabalhadores para um momento bem distante. Como é sabido, ao lançar o lema de “todo poder aos *soviets*”, Lênin alterou a conduta do partido e colocou a questão da “ditadura do proletariado” na ordem do dia, aproximando-se definitivamente da leitura de Trotsky sobre o caráter da revolução russa. Como o próprio Lênin analisou mais tarde, as tarefas “democráticas” da revolução não foram realizadas nos meses entre fevereiro-outubro de 1917, e sim no período iniciado com a tomada do poder pelos trabalhadores em outubro desse ano. Lênin, tomando a experiência histórica da Revolução de Outubro, reconheceu que sua fórmula provisória da “ditadura democrática” não se realizou na prática, e sim a da “ditadura do proletariado”. Quase dez anos depois de outubro de 1917, diante do processo revolucionário chinês que já mencionamos, Stálin, Bukharin e cia. adotaram a velha fórmula frustrada da “ditadura democrática” para a China. Contudo, esdruxulamente, essa estratégia foi utilizada pela direção da IC para conduzir o processo revolucionário à sua sonhada etapa “democrática” sob direção da burguesia (representada, no caso, pelo Kuomitang), algo que jamais esteve sequer cogitado quando Lênin lançou mão de sua imprecisa fórmula contra o czarismo.

Logo após a experiência revolucionária de 1905, Trotsky já se encontrava na contramão do *evolucionismo vulgar* (“etapismo”), de fundo *economicista*, que permeava grande parte do marxismo à época. Em seu *Balanços e perspectivas*, já se podia ler o seguinte:

O proletariado cresce e se fortalece com o crescimento do capitalismo. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo equivale ao desenvolvimento do proletariado para a ditadura. O dia e a hora, porém, em que o poder deve passar para as mãos da classe operária não dependem *diretamente* do nível das forças produtivas, e sim das condições da luta de classes, da situação internacional e, afinal, de uma série de elementos subjetivos: tradição, iniciativa, disposição para o combate...

É possível que o proletariado de um país economicamente atrasado chegue ao poder antes do proletariado de um país avançado do ponto de vista capitalista [...] Considerar que a ditadura do proletariado dependa automaticamente das forças técnicas e dos recursos de um país significa repetir um preconceito oriundo de um materialismo “econômico” simplificado ao extremo. Tal opinião nada tem de comum com o marxismo. A nosso ver, a revolução russa criará condições sob as quais o poder poderá (e, em caso de vitória da revolução, *deverá*) passar às mãos do proletariado antes de terem os políticos do liberalismo burguês a oportunidade de revelar toda a beleza do seu gênio político.³²⁸

³²⁸ TROTSKY, L. *Resultados y perspectivas*. Op. cit. p. 38-39. Tradução nossa. Grifos do autor. Trotsky, tanto em *Balanços e perspectivas*, quanto em outros escritos do mesmo período (muitos publicados à época numa obra intitulada *Nossa revolução*), recebeu a influência de Alexander Helphand, mais conhecido como Parvus, destacado pensador marxista que, em suas análises sobre a sociedade russa, já apontava o proletariado como o

Da experiência revolucionária de 1905 até a vitória dos bolcheviques em outubro de 1917, Trotsky, no exílio, publicou vários artigos e panfletos em periódicos da esquerda européia, em especial os dirigidos por emigrados russos, nos quais defendeu suas concepções acerca da revolução russa.³²⁹ A incapacidade do governo provisório russo instaurado a partir da Revolução de Fevereiro de realizar medidas democráticas significativas fez com que se confirmassem os prognósticos de Trotsky acerca da fragilidade e impotência da burguesia russa no poder. A congruência entre as suas visões e as de Lênin referentes à estratégia a ser adotada pelo proletariado diante do governo Kerensky (tomada do poder, “todo poder aos *soviets*”) teve como corolário a sua adesão ao partido bolchevique. Uma vez conquistado o poder por este último, Trotsky assumiu funções-chave na condução do Estado soviético (Relações Exteriores, Exército Vermelho, política econômica etc.) e relegou a segundo plano o debate sobre o caráter da revolução nos países de desenvolvimento capitalista retardatário.³³⁰

A revolução na China e o amadurecimento do conceito

Como vimos, seria somente cerca de dez anos depois da Revolução de Outubro, por ocasião da revolução chinesa de 1925-1927, que Trotsky retomaria sua produção sobre essa temática. Imerso diretamente em polêmicas com a direção da IC referentes à política revolucionária para a China, Trotsky buscou sistematizar sua “teoria” da revolução para os países *atrasados*. Em novembro de 1929, exilado em Alma-Ata após sua expulsão do PCUS, Trotsky concluiu *A revolução permanente*, publicada em 1930.³³¹ Quase que inteiramente baseada no caso chinês, a obra respondia aos pesados ataques que o autor recebera dos estalinistas do *Komintern* por conta das críticas que fez à política desastrosa do órgão para o Oriente revolucionário. Defendendo-se dos “epígonos”³³² que comandavam a IC e de seu ex-companheiro da “Oposição de Esquerda”, Karl Radek,³³³ Trotsky tomou a experiência da

único sujeito revolucionário. Nesse sentido, muitos afirmaram que, de certo modo, Parvus é co-autor, ao lado de Trotsky, da “teoria da revolução permanente”. Não obstante sua argúcia teórica, Parvus acabou por apoiar o imperialismo alemão quando da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Ver DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta armado. (1879-1921)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 (cap. VI: “A revolução permanente”).

³²⁹ Entre os jornais com os quais Trotsky colaborou em seu longo exílio na Europa, podemos destacar o *Nache Slovo* (Nossa Palavra), *Novji Mir* (O Novo Mundo) e *Kievskaja Misl* (Pensamento Kieviano).

³³⁰ Uma descrição e análise histórica acerca da trajetória política e intelectual de Trotsky desde os primeiros anos do século XX até sua expulsão do PCUS e da União Soviética em finais da década de 1920 pode ser encontrada em DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta armado. Op.cit*; _____. *Trotsky. O profeta desarmado. Op. cit*; e em TROTSKY, L. *Minha vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

³³¹ TROTSKY, L. *A revolução permanente. Op.cit*.

³³² O termo “epígonos” foi utilizado por Trotsky para denominar os burocratas estalinistas que se apoderaram do PCUS e da IC após a morte de Lênin.

³³³ Expulso do PCUS em conjunto com a “Oposição de Esquerda” liderada por Trotsky em fins de 1927, o bolchevique de origem judaico-polonesa Karl Radek escreveu um manuscrito no qual atacou violentamente a “teoria da revolução permanente”, como forma de preparar sua capitulação ao partido, o que acabou ocorrendo.

Revolução de Outubro para demonstrar tanto como havia acertado em seus prognósticos feitos desde *Balanços e perspectivas* (que, como frisa Trotsky em *A revolução permanente*, não eram, como diziam os estalinistas e Radek, opostos aos realizados por Lênin, e sim muito próximos destes), como para defender a impossibilidade de uma revolução “democrático-burguesa” na China *atrasada* e “semicolonial”. Dado o modo *desigual e combinado* como o capitalismo se desenvolvera nesse antiqüíssimo país oriental, somente a ditadura do proletariado, passando, de modo ininterrupto, ou seja, *permanente*, das medidas “democráticas” às medidas “socialistas”, poderia livrá-lo de suas estruturas arcaicas e de sua submissão ao imperialismo.

Segundo Alvaro Bianchi, foi em *A revolução permanente* que Trotsky produziu a terceira e última versão de sua “teoria da revolução permanente”. Para Bianchi, a primeira teria sido formulada nos escritos do imediato pós-revolução de 1905 (em especial, em *Balanços e perspectivas*), nos quais o então jovem militante definiu o caráter e os sujeitos sociais da revolução a ser empreendida na Rússia czarista. Uma segunda versão da teoria poderia ser percebida quando Trotsky, aderindo à perspectiva leninista de organização, compreendeu a necessidade de um sujeito político – o partido bolchevique – dirigir o proletariado rumo à revolução (essa compreensão teve como consequência prática a sua adesão e a de seu grupo *Mezhraionka* [Organização Interdistrital] ao partido de Lênin). A terceira versão, expressa em *A revolução permanente*, seria marcada por um forte viés internacionalista, que vinculava a compreensão do caráter da revolução nos países “coloniais” e “semicoloniais” ao pressuposto analítico de tomá-los como elementos constituintes de um sistema internacional, o capitalismo mundial em sua fase imperialista.³³⁴

Toda essa argumentação de Trotsky fundava-se na idéia de que o desenvolvimento do capitalismo nas regiões *atrasadas* continha uma historicidade própria, o que contrariava a lógica da repetição das “etapas” do capitalismo europeu *clássico* nos países “coloniais” e “semicoloniais”, tal como apregoava a III Internacional. A forma específica como o capitalismo se apresentava nos países *atrasados* (combinando dialeticamente elementos modernos com estruturas arcaicas) não seria decorrência, segundo Trotsky, de uma mera questão de “estágios” diferenciados entre estes e os países de capitalismo *avançado*. Essa assertiva, por sua vez, alicerçava-se numa perspectiva que compreendia o capitalismo mundial

Todavia, em 1937 foi condenado a dez anos de trabalhos forçados e acredita-se que, em algum momento entre 1939 e 1942, foi assassinado, por ordens de Stálin, no local onde cumpria pena.

³³⁴ BIANCHI, Alvaro. “O primado da política: revolução permanente e transição” in *Outubro*, nº. 5. São Paulo, 2001, p. 101-115. Denominando a “teoria da revolução permanente” como “revolução do atraso”, Baruch Knei-Paz realizou também uma boa síntese das idéias de Trotsky acerca da revolução nos países *atrasados*; contudo, colocou em xeque a “utilidade” destas idéias para uma “ação instrumental” (KNEI-PAZ, Baruch. “Trótski: revolução permanente e revolução do atraso” in HOBBSAWM, Eric J. (org.) *História do marxismo V* (o marxismo na época da Terceira Internacional: A Revolução de Outubro: O austromarxismo). 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 159-196).

como uma *totalidade* contraditória, e não como uma mera soma de nações (partes) isoladas. Justamente por serem fragmentos integrados dialeticamente em um todo (o capitalismo mundial), as regiões “coloniais” e “semicoloniais” não poderiam desenvolver a sua história *em separado*, e, portanto, não lhes seria possível superar seu *atraso* passando-se a um “estágio” superior ainda dentro dos marcos do capitalismo. O sistema capitalista, em especial a partir de sua fase imperialista, não deixaria mais espaço para esses desenvolvimentos “autônomos”, impossibilitando que a história das regiões retardatárias repetisse a história das regiões pioneiras. Do mesmo modo, o desenvolvimento histórico das nações centrais dependeu e dependia inteiramente das relações estabelecidas com as formações econômico-sociais periféricas. Essa perspectiva *totalizante* de Trotsky era a base de seu internacionalismo, que se opunha frontalmente à teoria do “socialismo num só país” sustentada pelos estalinistas, o que o levava à defesa de posições políticas completamente distintas desses últimos.³³⁵ Nos trechos a seguir, extraídos de *A revolução permanente*, pode-se perceber a imbricação existente entre a concepção de Trotsky acerca do desenvolvimento histórico dos países *atrasados* e suas propostas políticas para o proletariado destes:

Como instituir, então, a ditadura do proletariado em vários países atrasados, como a China, a Índia etc.? Respondemos: a história não se faz por encomenda [...] É preciso não tomar, nunca, como ponto de partida a harmonia preestabelecida da evolução social. Apesar do afetuoso abraço teórico de Stálin, a lei do desenvolvimento desigual ainda existe, manifestando sua força tanto nas relações entre países como na correlação das diferentes séries de fenômenos dentro de um mesmo país. A conciliação do desenvolvimento desigual da economia e da política só pode ser obtida na escala mundial. Isso significa, em particular, que o problema da ditadura do proletariado na China não pode ser considerado exclusivamente nos limites da economia e política chinesas. E estamos, aqui, diante de dois pontos de vista que se excluem reciprocamente: o da teoria internacionalista e revolucionária da revolução permanente e o da teoria nacional-reformista do socialismo num só país. Não só a China atrasada, mas nenhum país do mundo poderá construir o socialismo dentro dos seus quadros nacionais: a isso se opõem não só as forças produtivas que, altamente desenvolvidas, ultrapassam os limites nacionais, como também as forças produtivas que, insuficientemente desenvolvidas, impedem a nacionalização [...].

Significará isso que todo país, mesmo um país colonial atrasado, esteja maduro senão para o socialismo, ao menos para a ditadura do proletariado? Não, não significa. Mas, então, como fazer a revolução democrática em geral e nas colônias em particular? Respondo com outra pergunta: E quem disse que todo país colonial está maduro para a realização integral e imediata de suas tarefas nacional-democráticas? É preciso inverter o problema. Nas condições da época imperialista, a revolução nacional-democrática só pode ser vitoriosa quando as relações sociais e políticas do país estejam maduras para levar o proletariado ao poder, como chefe das massas populares [...] Na China, onde o proletariado, apesar da situação excepcionalmente favorável, foi impedido, pela direção da Internacional Comunista, de lutar pelo poder, as tarefas nacionais se realizaram de maneira miserável, instável e má, sob o regime do Kuomintang.³³⁶

Partindo dessa interpretação acerca das possibilidades de desenvolvimento dos países *atrasados* na época do imperialismo, Trotsky polemizou com a proposta de uma “ditadura

³³⁵ Um pouco mais à frente voltaremos ao pressuposto filosófico que une as teorias do “socialismo num só país” e a da “revolução por etapas” (“etapismo”): a negação do capitalismo enquanto uma *totalidade* mundial.

³³⁶ TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 120-121.

democrática” (sob direção da “burguesia nacional”) lançada para China e demais países “coloniais” e “semicoloniais” pela III Internacional:

Não se pode prever quando e em que condições um país estará maduro para a solução verdadeiramente revolucionária das questões agrária e nacional. Em todo o caso, podemos afirmar, desde já, com toda a certeza, que tanto a China como a Índia só poderão chegar a uma verdadeira democracia popular, isto é, operária e camponesa, por meio da ditadura do proletariado. Numerosas etapas diferentes podem esperá-los nesse caminho. Sob pressão das massas populares, a burguesia ainda dará passos à esquerda, para depois ferir o povo de maneira impiedosa. Períodos de “dualidade de poderes” são possíveis e prováveis. Uma hipótese, porém, está completamente excluída: a de que possa haver verdadeira ditadura democrática que não seja a ditadura do proletariado. Uma ditadura democrática independente só pode ter o caráter do Kuomitang, o que significa que será inteiramente dirigida contra os operários e os camponeses. É preciso compreender e ensinar isso às massas, sem ocultar a realidade das classes com uma fórmula abstrata.³³⁷

Itália, Índia, Espanha e África do Sul: outras aplicações do conceito

Salvo em seus inúmeros escritos sobre a Rússia, nos quais os seus particularismos foram bastante abordados, Trotsky não se dedicou, diferentemente de autores como Antônio Gramsci, a uma reflexão mais sistematizada acerca da chamada “questão nacional”. Entretanto, em suas análises sobre diversos países, buscou sempre compreender as especificidades histórico-sociais de cada um destes, tomando-os sempre, não custa lembrar, como partes de uma totalidade, o capitalismo mundial. Ainda em 1930 (ano da publicação de *A revolução permanente*), dando continuidade à sua luta contra o “etapismo” da IC, Trotsky escreveu textos referentes ao caráter da revolução em países *atrasados* como Itália³³⁸ e Índia.³³⁹ Afirmando o papel contra-revolucionário de todos os setores das classes dominantes desses países, Trotsky mais uma vez apontava o proletariado como o único sujeito capaz de dirigir qualquer processo revolucionário que resolvesse as tarefas “democráticas” e/ou “nacionais” neles pendentes. Nesse sentido, para Trotsky, não poderia, na Itália, ter lugar um regime “democrático” (como etapa intermediária entre o fascismo e uma eventual futura ditadura do proletariado) que fosse resultado de uma luta vitoriosa da burguesia italiana contra o regime de Mussolini,³⁴⁰ do mesmo modo que a batalha pela “libertação nacional” da

³³⁷ *Idem*. As reflexões de Trotsky acerca dos rumos da revolução chinesa de 1925-1927 podem ser encontradas também, entre outros escritos, nas correspondências que trocou, à época dos eventos, com bolcheviques como Radek, Alsky e Preobrazhensky (contidas na coletânea TROTSKY, L. *La teoría de la revolución permanente. Compilación*. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky [CEIP León Trotsky], 2000, p. 369-394) e no artigo, escrito em 1938, intitulado “La revolución china” (*idem*, p. 524-535).

³³⁸ TROTSKY, L. “Problemas de la revolución italiana” in _____. *La teoría de la revolución permanente. Compilación. Op. cit.*, p. 549-556.

³³⁹ TROTSKY, L. “Tareas e peligros de la revolución en la India” in _____. *La teoría de la revolución permanente. Compilación. Op. cit.*, p. 539-548.

³⁴⁰ Trotsky, entretanto, admitia a possibilidade de que, na Itália, pudesse vir a existir no pós-fascismo um regime parlamentar e “democrático”. Todavia, em sua concepção, este só poderia ser obra de uma revolução proletária “insuficiente madura e prematura” que, abortada, permitiria à burguesia, após uma crise revolucionária, restabelecer, de modo contra-revolucionário, seu domínio sobre bases “democráticas”. De modo algum, um possível regime parlamentar e “democrático” na Itália poderia decorrer de uma exitosa revolução “democrático-

Índia do jugo do imperialismo inglês não poderia contar com a participação dos “opressores internos”, os quais, conforme crescia a luta das massas pela independência, tinham seus “desejos” de “separar-se dos estrangeiros” diminuídos.³⁴¹

Nos primeiros anos da década de 1930, em função do processo revolucionário espanhol iniciado com a queda da ditadura bonapartista de Primo de Rivera (1930) e a subsequente derrocada da monarquia (1931), Trotsky pôs-se a produzir uma série de escritos dedicados a analisar o papel político a ser desempenhado pelo proletariado daquele país para que a revolução viesse a ser bem-sucedida.³⁴² Constatando o caráter “débil” da burguesia espanhola, Trotsky, mais uma vez, defendeu que somente o proletariado, em aliança com os camponeses, poderia realizar as tarefas de uma revolução “democrático-burguesa” na Espanha *atrasada*, como a reforma agrária e a destruição dos privilégios da Igreja Católica. Por conta disso, em seus escritos do período 1934-1937 (decisivo para o destino da Revolução Espanhola), condenou violentamente a política de *frente popular* levada a cabo pela Internacional Comunista na Espanha.³⁴³ Creditando um caráter “progressista” à burguesia espanhola e orientando a aliança dos operários e camponeses com ela, os estalinistas defenderam, à época, que a revolução deveria se encerrar nos marcos de uma república democrático-burguesa, o que impediria, segundo a IC e seus adeptos, a vitória do fascismo. A fragorosa derrota do proletariado espanhol na revolução, assim como a responsabilidade da IC e do Partido Comunista Espanhol nesse histórico fracasso, são bastante conhecidos por todos. A burguesia espanhola, depositária da confiança dos estalinistas, demonstraria todo o seu caráter “progressista” e “democrático” ao receber o general Francisco Franco de braços abertos.

Em 1935, quando se encontrava dedicado a combater a política de *frente popular* implementada pela IC na Espanha, Trotsky escreveu ainda breves comentários acerca das tarefas do movimento revolucionário na África do Sul, então colônia da Grã-Bretanha. Mais uma vez afirmando a existência de uma dinâmica histórica própria aos países *atrasados*, “coloniais” e “semicoloniais”, defendeu que a superação das questões “agrária”, “nacional” e “racial” estava diretamente relacionada à luta pela implementação da ditadura do proletariado

burguesa” encabeçada pela classe dominante. TROTSKY, L. “Problemas de la revolución italiana”. *Op. cit.*, p. 552-553.

³⁴¹ TROTSKY, L. “Tareas e peligros de la revolución en la India”. *Op. cit.*, p. 541.

³⁴² Os escritos de Trotsky acerca da Revolução Espanhola podem ser encontrados em TROTSKY, L. *La revolución española*. S.l.: El Puente Editorial, s.d.

³⁴³ Como já vimos, a partir de fins de 1934, a IC promoveu drástico um giro político “oportunista”, substituindo a sectária linha da “classe contra classe” (referenciada na tese do “terceiro período”) pela policlassista estratégia das *frentes populares*.

(negro e branco) no país, opondo-se, dessa forma, a qualquer aliança com os setores dominantes nativos em nome de uma plataforma “comum” de cunho “antiimperialista”.³⁴⁴

A Revolução Russa: demonstração histórica da validade do conceito

Entre 1930 e 1932, exilado na Turquia após ter sido expulso da União Soviética, Trotsky produziu *A história da revolução russa*, obra da qual já fizemos uso anteriormente. Numa brilhante descrição e análise histórica do processo revolucionário russo desde 1905 até a tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917, Trotsky buscou em vários momentos da obra demonstrar como suas teses acerca do desenvolvimento capitalista e conseqüentes possibilidades revolucionárias da *atrasada* Rússia (teses elaboradas, como vimos, a partir 1906) tinham sido confirmadas pelos eventos históricos.

No primeiro capítulo, intitulado “Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia”, Trotsky apresentou uma síntese extremamente rica da evolução histórica russa, destacando todas as contradições presentes em um país que iniciou bastante tardiamente sua modernização industrial capitalista. Como já foi exposto aqui, a idéia de que as nações *atrasadas* desenvolviam seu capitalismo combinando dialeticamente elementos “modernos” e “arcaicos” esteve presente nas análises de Trotsky sobre a Rússia desde *Balanços e perspectivas*. Foi, contudo, em “Peculiaridades...”, que a *lei do desenvolvimento desigual e combinado* apareceu pela primeira vez nomeada (ainda que, conforme já advertimos, não completamente):

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado. A teoria da repetição dos ciclos históricos – a de Vico e, mais tarde, de seus discípulos – baseia-se na observação dos ciclos percorridos pelas estruturas pré-capitalistas e, parcialmente, sobre as primeiras experiências do desenvolvimento capitalista. O caráter provincial e transitório de todo *processus* admite, efetivamente, certas repetições das fases culturais em meio ambiente sempre novos. O capitalismo, no entanto, marca um progresso sobre tais condições. Preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Fica, assim, excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diversas nações. Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e a flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram estas diferentes armas. Os europeus que colonizaram a América não recomeçaram ali a História desde seu início. Se a Alemanha e os Estados Unidos ultrapassaram economicamente a Inglaterra, isso se deveu exatamente ao atraso na evolução capitalista daqueles dois países [...] O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado.

A possibilidade de superar os degraus intermediários não é, está claro, absoluta; realmente, está limitada pelas capacidades econômicas e culturais de um país. Um país atrasado frequentemente rebaixa

³⁴⁴ TROTSKY, L. “Sobre las tesis sudafricanas” in _____. *La teoria de la revolución permanente. Compilación. Op. cit.*, p. 561-567.

as realizações que toma de empréstimo ao exterior para adaptá-las à sua própria cultura primitiva. O próprio processo de assimilação apresenta, neste caso, um caráter contraditório. [...]

As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com mais vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a via retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinações das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha.³⁴⁵

Fazendo uso dessas considerações teórico-históricas, Trotsky, ao longo de “Peculiaridades...”, expôs como as relações entre desenvolvimento econômico, Estado e classes sociais ao longo da história russa distinguiam-se das ocorridas nos países originários do capitalismo. Nesse sentido, Trotsky dava continuidade à abordagem da evolução russa que realizara nos primeiros capítulos de *Balanços e perspectivas*; agora, contudo, tinha em mãos, em função dos vinte e seis anos transcorridos entre as duas obras, toda a experiência da vitoriosa Revolução Russa de outubro de 1917.

Assim, se em 1906, o jovem intelectual, a partir da observação da revolução do ano anterior (que atingiu, mas não derrubou o czarismo), tinha efetivado uma interpretação histórica do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e traçado prognósticos políticos sobre os rumos revolucionários do país, em 1932, o maduro Trotsky pôde se debruçar sobre o passado russo inteiramente como historiador, pois já lhe era possível delimitar melhor no tempo o seu objeto de análise. O caminho revolucionário que havia levado o proletariado de um país *atrasado* ao poder antes mesmo do que qualquer outro de uma nação *avançada*, prescindindo de uma revolução “democrático-burguesa”, já havia se encerrado, e, portanto, já podia ser tomado como algo a ser analisado pelas lentes históricas, e não simplesmente como uma previsão política que poderia ou não se verificar.

Aliás, quando o dissidente bolchevique se pôs a historiar a Revolução Russa, esta já se encontrava em uma nova etapa. Desde quando aventou pela primeira vez a hipótese de que os trabalhadores poderiam tomar o poder na Rússia antes que o fizessem seus congêneres nos países *avançados*, Trotsky sempre deixou claro que a construção do socialismo no interior das fronteiras russas dependeria inteiramente da vitória dos trabalhadores no resto do mundo, em especial na Europa. O socialismo jamais poderia limitar-se aos estreitos limites nacionais, já superados pelo próprio capitalismo – superação esta que, segundo muitos marxistas, seria uma das principais fontes de crise do sistema social vigente. Para uma nação *atrasada* economicamente, o tempo no qual um Estado operário oriundo de uma revolução vitoriosa poderia manter suas bases e conquistas sociais isolado pelo mundo capitalista seria ainda

³⁴⁵ TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa. Op. cit*, v. I, p. 24-25. Grifos do autor.

menor do que o correspondente para qualquer nação *avançada*. No raciocínio de Trotsky (corroborado por Lênin até a sua morte), o mesmo *atraso* histórico da Rússia que teria permitido à sua classe operária a conquista do poder político antes de a revolução rebentar no Ocidente converter-se-ia, em caso de confinamento da revolução nas fronteiras nacionais, em um inimigo implacável da manutenção do Estado operário no país.

Com os fracassos das revoluções na Europa e no Oriente, com destaque para a alemã e a chinesa – em grande parte decorrentes, respectivamente, da política da social-democracia e da IC estalinizada –, o isolamento da Rússia tornou-se uma realidade e, com isso, começaram a se confirmar mais algumas das previsões de Trotsky. A ausência de uma situação revolucionária a partir de 1923, na Europa, combinada poucos anos mais tarde com as derrotas no Oriente, criaram as condições materiais para o fortalecimento dos elementos burocráticos do regime soviético, fazendo com que a “ditadura do proletariado” fosse substituída por uma “ditadura burocrática sobre o proletariado”.³⁴⁶

Foi, portanto, completamente imerso na luta política contra a burocracia dirigente da União Soviética e da IC, que Trotsky lançou seu olhar histórico sobre a tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917. Se, por um lado, como dissemos, é verdade que, diferentemente de quando publicou *Balanços e perspectivas*, Trotsky já tinha à época de *A história da revolução russa* seu objeto histórico delimitado, por outro, tal como nos imediatos anos pós-1905, o teórico bolchevique mergulhava no passado da Rússia almejando resolver as questões colocadas no presente que determinariam a vitória ou a derrota do proletariado russo. Se, antes, a revolução era algo a ser realizado por intermédio da conquista do Estado pelo proletariado, agora, deveria ser colocada por ele nos rumos certos para que fosse plenamente completada, o que só seria possível a partir de uma posição internacionalista do Estado soviético que, por sua vez, apenas tornar-se-ia viável com a derrubada da camarilha burocrática que se apossara do poder após a morte de Lênin.

Destarte, tanto no que dizia respeito à explicação histórica da Revolução de Outubro, quanto no que se referia aos motivos de sua degeneração burocrática, Trotsky apontava o *atraso* da Rússia como um elemento fundamental. Foi destacando essa importante característica da nação que Trotsky iniciou o já mencionado capítulo “Peculiaridades...”: “O traço essencial e o mais constante da História da Rússia é a lentidão com que o país se

³⁴⁶ A obra de Trotsky dedicada mais diretamente ao estudo da degeneração do regime soviético é, sem dúvida, *A revolução traída*. Escrito em 1936, esse trabalho talvez seja até hoje o mais significativo no que diz respeito à análise sociológica da burocracia soviética dos anos 30 e, sem dúvida, fornece elementos para o entendimento da própria restauração capitalista da União Soviética, ocorrida mais de cinquenta anos depois de sua publicação. TROTSKY, L. *A revolução traída. O que é e para onde vai a URSS*. 2ª edição. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

desenvolveu, apresentando como consequência uma economia atrasada, uma estrutura social primitiva e baixo nível cultural.”³⁴⁷

Mencionando o “clima rigoroso”, “o vento leste” e as “migrações asiáticas” que incidiam sobre “a população da gigantesca planície” (população que lutara contra os nômades até fins do século XVII), Trotsky buscou explicar a “prolongada estagnação” que marcara a agricultura russa (“Tomava-se posse da natureza em extensão, não em profundidade.”).³⁴⁸ Segundo Trotsky, enquanto os “bárbaros ocidentais” se instalaram sob as ruínas da civilização romana e fizeram uso, por exemplo, tanto de pedras antigas quanto de material de construção, os “eslavos do Oriente, em suas inóspitas planícies”, não encontraram nada para herdar: “o nível de seus predecessores era ainda mais baixo do que o seu”.³⁴⁹

Articulando elementos geográficos e condições sociais, Trotsky procurou explicar as origens das desigualdades entre os desenvolvimentos (econômico, político e cultural) da Europa e da Rússia:

Os povos da Europa Ocidental, cedo bloqueados em suas fronteiras naturais, criavam as aglomerações econômicas e culturais das cidades industriais. A população da planície oriental, tão logo se sentia comprimida, embrenhava-se nas florestas ou então emigrava para a periferia, nas estepes. Os elementos camponeses mais dotados de iniciativa e mais empreendedores transformavam-se no lado oeste, em cidadãos, artífices, mercadores. No leste, certos elementos nativos, audaciosos, estabeleceram-se como comerciantes, porém em maior número fizeram-se cossacos, guarda-fronteiras ou colonos. O *processus* de diferenciação social, intenso no Ocidente, retardava-se no Oriente e se difundia por expansão. “O czar da Moscóvia – apesar de cristão – governa um povo de espírito preguiçoso”, escrevia Vico, contemporâneo de Pedro I. O espírito “preguiçoso” dos moscovitas era um reflexo do ritmo lento da evolução econômica, das relações amorfas entre as classes, da indigência de sua história anterior.”³⁵⁰

Dando continuidade à sua descrição, Trotsky destacou o caráter meio-europeu, meio-asiático da Rússia. Segundo ele, não somente pela posição geográfica, mas também pela história e vida social, o país “ocupava, entre a Europa e a Ásia, uma situação intermediária. Diferenciava-se do Ocidente, europeu, mas também do Oriente, asiático, embora aproximando-se em alguns períodos, em vários aspectos, ora de um ora de outro.”³⁵¹ O Oriente teria sido o responsável pelo jugo tártaro-mongol, fundamental na construção do Estado russo; o Ocidente, por sua vez, teria sido um “inimigo ainda mais temível que o Oriente, ao mesmo tempo que um mestre. Não foi possível à Rússia formar-se segundo os moldes do Oriente, compelida como estava [a] acomodar-se à pressão militar e econômica do Ocidente”.³⁵²

³⁴⁷ TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa. Op. cit.*, v. I, p. 23.

³⁴⁸ *Idem.*

³⁴⁹ *Idem.*

³⁵⁰ *Idem.*

³⁵¹ *Idem*, p. 24.

³⁵² *Idem.*

Essas diferentes pressões às quais o país esteve exposto, em especial as vindas da Europa, teriam constituído aspectos essenciais para o desenvolvimento das relações entre as classes sociais e o Estado na Rússia, e, conseqüentemente, para a conformação das suas estruturas políticas:

Sob a pressão da Europa mais rica, o Estado russo, em comparação com o Ocidente, absorvia uma parte proporcional bem maior da riqueza pública, e, desta forma, não apenas condenava as massas populares a uma redobrada miséria, mas ainda enfraquecia as bases das classes possuidoras. Tendo, porém, o Estado necessidade do apoio dessas últimas, apressava e regulamentava sua formação. Como resultado, as classes privilegiadas, burocratizadas, jamais conseguiram erguer-se em toda a sua pujança, e o Estado russo não fez senão aproximar-se ainda mais dos regimes despóticos da Ásia. A autocracia bizantina, adotada oficialmente pelos czares moscovitas no início do século XVI, submeteu os grandes senhores feudais boiardos com o auxílio da nobreza, e dominou-os transformando em servos a classe camponesa e erigindo-se por tais meios em monarquia absoluta: o absolutismo de São Petersburgo.³⁵³

Pode-se perceber em Trotsky a idéia de que, diferentemente do caso do absolutismo europeu *clássico*, o forte papel do Estado na Rússia, e em particular do regime autocrático-czarista, repousava não na força das classes dominantes da sociedade, mas, pelo contrário, na sua fraqueza. É importante ressaltar aqui que essa desproporção de consistência entre classes proprietárias e Estado seria uma constante nas suas análises do desenvolvimento dos países *atrasados*. Lembramos, também, que muitos cientistas sociais do século XX que se puseram a estudar o desenvolvimento do capitalismo nas nações retardatárias se aproximaram muito dessa perspectiva interpretativa.³⁵⁴

Para Trotsky, essa dependência das classes proprietárias russas frente ao Estado seria um dos elementos precípuos para se compreender a forma como se desenvolveu a indústria moderna no país e, conseqüentemente, a extrema “debilidade” da burguesia nacional. Antes, porém, do próprio processo de modernização capitalista, a classe burguesa, em função do lento desenvolvimento econômico da nação e dos vínculos externos do comércio russo, já se encontrava subordinada ao capital estrangeiro europeu:

A indigência, traço característico não somente do feudalismo russo, porém, de toda a história da antiga Rússia, encontrou sua mais triste expressão na falta de cidades do verdadeiro tipo medieval, como centro de artífices e mercadores. O artesanato, na Rússia, não conseguiu desvincular-se da agricultura e conservou o caráter de pequenas indústrias locais. As cidades russas de outrora eram centros comerciais, militares, administrativos, centros, portanto, de consumo, e não de produção [...] É verdade que as pequenas indústrias rurais, espalhadas pelas diversas regiões do país, exigiam os serviços intermediários de um comércio bastante extenso. Os mercadores nômades, porém, não podiam

³⁵³ *Idem*, p. 25.

³⁵⁴ Muitos desses cientistas sociais, entretanto, em função da perspectiva liberal que adotaram, acabaram por opor de modo antidialético o “Estado” à “sociedade” – chamada esta, muitas vezes, de “sociedade civil”, e tratada como um todo que pode e deve ser harmonizado, e não como algo que, devido à sua natureza social, é essencialmente contraditório. Desse modo, conceberam o Estado como algo “neutro” e, por vezes, oposto aos “interesses da sociedade”. Evidentemente, essa concepção não-marxista das relações entre Estado e sociedade nada tem a ver com a proposição teórica do bonapartismo que, como vimos discutindo, refere-se precisamente a um processo que, por meio da *autonomização relativa* do aparelho estatal burguês face à própria burguesia, tem por finalidade salvaguardar a ordem capitalista ameaçada pelas forças proletárias.

de modo algum ocupar, na vida social, um lugar idêntico ao ocupado no Ocidente pela pequena e média burguesia das corporações de artífices, de comerciantes e de industriais, burguesia que estava indissolivelmente ligada à periferia rural. Além disso, as principais vias de comunicação do comércio russo conduziam ao estrangeiro, garantindo, desde séculos remotos, um papel dirigente ao capital comercial externo e emprestando um caráter semicolonial a qualquer movimento de negócios nos quais o mercador russo servia apenas de intermediário entre as cidades do Ocidente e as aldeias russas. Tais relações econômicas continuariam a se desenvolver na época do capitalismo russo e encontraram sua mais alta expressão na guerra imperialista.³⁵⁵

Quando acossada pela Europa *avançada*, a Rússia viu-se obrigada a empreender a industrialização capitalista moderna. Esse processo, entretanto, carregaria e até mesmo acentuaria diversas características do longínquo passado do país. Dada a já mencionada “debilidade” das classes proprietárias, seria o Estado autocrático czarista russo o principal sujeito do desenvolvimento das forças produtivas industriais do país. O Estado, contudo, levaria a cabo esse movimento fazendo uso de vastos capitais provenientes do exterior, o que teria acarretado, segundo Trotsky, não só na dependência política deste frente aos Estados europeus (e no conseqüente apoio das burguesias européias ao regime czarista), como também no aprofundamento da condição heterônoma da burguesia russa que, ao passo que se desenvolvia como classe em função do desenvolvimento da indústria capitalista, subordinava-se cada vez mais ao regime czarista, à aristocracia e, principalmente, ao capital estrangeiro:

A fusão do capital industrial com o capital bancário se efetuou, na Rússia, de forma tão integral como talvez não se tenha visto semelhante em qualquer outro país. A indústria russa, porém, subordinando-se aos bancos, demonstrava efetivamente sua submissão ao mercado monetário da Europa Ocidental. [...] Se os estrangeiros possuíam, no total, mais ou menos 40% de todos os capitais investidos na Rússia, esta percentagem nos ramos principais da indústria era bem mais elevada. Pode-se afirmar, sem receio de exagero, que o centro de controle das ações emitidas pelos bancos, pelas fábricas e manufaturas russas encontrava-se no estrangeiro e a participação da Inglaterra, da França e da Bélgica no capital atingia o dobro da participação alemã.³⁵⁶

Constituindo-se num caso exemplar de demonstração histórico-concreta da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, a dinâmica da industrialização na Rússia, em função de sua natureza retardatária, não repetiria os passos transcorridos pela industrialização dos países originários do capitalismo. Trotsky fez questão de ressaltar esse caminho próprio traçado pela modernização industrial russa, já que nele estaria a chave para o entendimento de uma formação social peculiar, *atrasada*, que acabaria por favorecer a primeira revolução proletária vitoriosa da história mundial. Quanto às características da industrialização russa, derivadas do atraso histórico com que foi efetivada, Trotsky afirmou:

A lei do desenvolvimento combinado está demonstrada como sendo a mais incontestável na história e no caráter da indústria russa. Tardamente nascida, essa indústria não percorreu, desde o início, o ciclo dos países adiantados, porém, neles se incorporou, adaptando ao seu estado atrasado as

³⁵⁵ TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa. Op. cit.*, v. I, p. 26-27.

³⁵⁶ *Idem*, p. 29

conquistas mais modernas. Se a evolução econômica da Rússia, em conjunto, passou por cima de períodos do artesanato corporativo e da manufatura, muitos de seus ramos industriais pularam parcialmente alguma etapa da técnica, que exigiram, no Ocidente, dezenas de anos. Como consequência, a indústria russa desenvolveu-se em certos períodos com extrema rapidez. Entre a primeira revolução [1905] e a [primeira] guerra a produção industrial da Rússia quase dobrou. Julgaram alguns historiadores russos ser isto motivo suficiente para concluir que era necessário abandonar a lenda de um país atrasado e de lento progresso econômico do país. Na realidade, a possibilidade de um progresso assim tão rápido era precisamente determinada pelo estado atrasado do país, que, infelizmente, não apenas subsistiu até a liquidação do antigo regime, mas, que, como sua herança, perdura até hoje.³⁵⁷

Segundo Trotsky, residiria nesse tardio e rápido crescimento industrial da Rússia – caracterizado pela dispensa (“queima”) de várias fases e subfases que haviam tido lugar ao longo do secular desenvolvimento fabril europeu – a explicação para o protagonismo operário presente na história do país logo a partir da primeira década do século XX. Numa clara demonstração empírica de que a história das nações pioneiras do capitalismo não se repete nas formações sociais *atrasadas*, a Rússia caminhava, desde fins do século XIX, no sentido de sua modernização industrial capitalista sem ter necessitado previamente de uma revolução “democrático-burguesa”. Do mesmo modo, o desenvolvimento do capitalismo russo combinava-se inteiramente com a manutenção da arcaica estrutura fundiária do país, o que colocava na ordem do dia para os revolucionários socialistas a resolução da chamada “questão agrária”.

Mesmo se desenvolvendo economicamente por conta da industrialização, a burguesia russa via agravada sua “debilidade” política, dado o aumento de sua dependência face ao capital europeu e ao Estado autocrático. Carecendo de uma consistência social mais sólida, aliada e subordinada à aristocracia proprietária rural do país, ela era completamente incapaz de liderar os camponeses em qualquer luta por reformas agrárias. Seriam, entretanto, o conteúdo e a forma do desenvolvimento industrial da Rússia que afastariam qualquer chance dessa burguesia vir a exercer um papel revolucionário na história do país. Ao assimilar os elementos mais avançados da técnica industrial européia, a modernização capitalista da Rússia, dirigida pelo Estado e financiada pelo capital externo, acabou por proporcionar um cenário no qual essa “débil” burguesia encontrou-se muito cedo como um proletariado já pertencente aos ramos mais modernos da economia, aglomerado em grandes fábricas e bastante concentrado em certas cidades industriais. Chegada com atraso na cena histórica, a burguesia russa, diferentemente do que ocorrera com as burguesias inglesa, francesa e a norte-americana, deparou-se, ao mesmo tempo em que se desenvolvia como classe, com um

³⁵⁷ *Idem*, p. 28. Grifos nossos. É interessante destacar que a dinâmica da industrialização russa observada por Trotsky acabou por se manifestar de modo muito similar em outros países que tardiamente chegaram ao capitalismo industrial. Apenas a título de exemplo, podemos lembrar dos altos índices de crescimento da economia industrial brasileira obtidos entre 1930 e 1960. Deveras retardatária, a industrialização brasileira realizou-se aos “saltos”, dispensando várias das etapas de desenvolvimento tecnológico ocorridas nos países originários do capitalismo industrial.

proletariado já tipicamente moderno e possuidor de uma significativa consciência política, aberta à perspectiva revolucionária. Aliás, o fato de as idéias do marxismo revolucionário terem encontrado espaço entre parcelas significativas do jovem proletariado russo (o que pode ser expresso pela forte presença política dos partidos operários nos meios fabris desde os primeiros anos do século XX) também foi visto por Trotsky como uma demonstração da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* que operava na história russa:

De acordo com a evolução do país, o reservatório de onde saía a classe operária russa não era um artesanato corporativo: era o meio rural; não a cidade, mas a aldeia. É preciso notar que o operariado russo não se formou paulatinamente, no decurso dos séculos, arrastando o enorme fardo do passado, como na Inglaterra, mas sim aos saltos, por meio de transformações bruscas das situações, de ligações, acordos e, ainda, por meio de rupturas com tudo o que, na véspera, existia. Foi precisamente assim – sobretudo durante o regime de opressão concentrada do czarismo – que os operários russos puderam assimilar as deduções mais ousadas do pensamento revolucionário da mesma forma que a retardatária indústria russa era capaz de compreender a última conquista da organização capitalista.³⁵⁸

Essa desproporção relativa de forças entre burguesia e proletariado, ocasionada justamente pelo *atraso* do país, era agravada pela inexistência de setores urbanos médios, isto é, de uma pequena-burguesia das cidades. Se, como vimos na exposição de Trotsky, a Rússia, por questões históricas de toda ordem, sempre carecera de um desenvolvimento substantivo das atividades urbanas medievais e modernas e, conseqüentemente, de um desenvolvimento dos grupos sociais que as realizam (artesãos, artífices, mercadores etc.), com a industrialização capitalista realizada aos “saltos” desenvolveu-se um proletariado moderno sem que com isso tivesse surgido também uma pequena-burguesia urbana numérica e economicamente significativa. Assim, a burguesia industrial russa via-se também, entre outros problemas, desprovida politicamente de uma pequena-burguesia urbana do tipo *sans-culotte* que, em outras épocas e lugares, havia servido de base de massas para revoluções “democrático-burguesas”. Na Rússia, portanto, o antagonismo fundamental de classes assumia conteúdo e feição bastante acirrados, já que os inimigos encontravam-se cara a cara, sem intermediários oscilantes que poderiam lhes servir ora de árbitros mediadores, ora de intérpretes confusos. Todos esses aspectos elencados acima, segundo Trotsky, determinaram a sorte da burguesia russa:

As condições em que se organizou a indústria russa, a própria estrutura dessa indústria, determinaram o caráter social da burguesia do país e sua fisionomia política. A forte concentração da

³⁵⁸ *Idem*, p. 29-30. Ou ainda: “Que dizer de nosso proletariado? Terá passado pela mesma escola medieval das confrarias de aprendizado? Existirão nele tradições corporativas seculares? Nada de parecido. Lançaram-no diretamente à fornalha, assim que o retiraram de seu arado primitivo... Daí a ausência de tradições conservadoras, a ausência de castas, mesmo entre o proletariado, e a juventude do espírito revolucionário; daí, entre outras causas eficientes, Outubro e o primeiro governo proletário que existiu no mundo. Mas daí, também, o analfabetismo, a mentalidade atrasada, a deficiência de hábitos de organização, a incapacidade de trabalhar sistematicamente, a falta de educação cultural e técnica. A cada passo nos ressentimos dessas inferioridades na nossa economia e na nossa edificação cultural.” (TROTSKY, L. *Idem*, p. 391 – Apêndice I).

indústria demonstra por si mesma que entre as esferas dirigentes do capitalismo e as massas populares não existia hierarquia intermediária. A isto se soma o fato de serem as mais importantes empresas industriais, bancárias e de transportes propriedade de estrangeiros, que não somente auferiam lucros sobre a Rússia, mas ainda fortaleciam a própria influência política nos parlamentos de outros países, razão pela qual, em vez de fomentar a luta pelo regime parlamentar na Rússia, a tal se opunham não raras vezes. Basta lembrar aqui o papel abominável desempenhado pela França oficial. Foram estas as causas elementares e irredutíveis do isolamento político da burguesia russa e de sua atitude contrária aos interesses populares. Se na aurora de sua história, mostrou-se muito pouco amadurecida para realizar uma reforma, ainda mais se encontrava quando chegou o instante de dirigir a revolução [...].

A incapacidade política da burguesia era diretamente determinada pelo caráter de suas relações com o proletariado e os camponeses. Não era possível arrastar consigo os operários que a ela se opunham rancorosamente na vida cotidiana e que, muito cedo, aprenderam a dar um sentido mais geral aos seus objetivos. Por outro lado, a burguesia era igualmente incapaz de arrastar as massas camponesas porque estava enredada nas malhas de interesses comuns com os proprietários de terra e porque temiam um abalo da propriedade sob qualquer forma em que se apresentasse. Se, portanto, a revolução russa tardou em rebentar, não foi tão somente por motivo cronológico: a culpa dessa demora cabe também a estrutura social da nação.³⁵⁹

Covarde e completamente “divorciada do povo”,³⁶⁰ a burguesia russa demonstrava a cada nova fase do desenrolar da luta de classes seu caráter essencialmente contra-revolucionário. Quando da derrubada do czarismo pelas massas em fevereiro de 1917, a burguesia, convocada ao poder pelos mencheviques e socialistas-revolucionários – grupos guiados, é bom lembrar, pela idéia “etapista” de que o poder em uma revolução antiabsolutista (que eles, equivocadamente, compreenderam à época como uma revolução “democrático-burguesa”, em seu sentido *clássico*) cabia inexoravelmente à burguesia –, mostrou-se completamente incapaz de realizar qualquer tarefa “democrática” significativa. Mantendo o país na guerra imperialista e preservando a propriedade fundiária da aristocracia, a burguesia abriu o caminho revolucionário ao proletariado. Distintamente da trajetória revolucionária das primeiras nações burguesas industriais, a questão do poder colocou-se para a classe trabalhadora sem que antes houvesse ocorrido no país uma “revolução burguesa” propriamente dita:

A revolução de [fevereiro de] 1917 tinha ainda como fim imediato derrubar a monarquia burocrática. Diferenciava-se, entretanto, das antigas revoluções burguesas, pelo fato de o elemento decisivo que se manifestava agora ser uma nova classe constituída sobre a base de uma indústria concentrada, possuidora de uma nova organização e novos métodos de luta. A lei do desenvolvimento combinado se revela agora em sua expressão mais alta: começando por derrubar o edifício medieval apodrecido, a Revolução eleva ao poder, em poucos meses, o proletariado, encabeçado pelo Partido Comunista [Bolchevique].³⁶¹

Confirmando as antigas previsões de Trotsky [*Balanços e perspectivas*], foi destinado ao proletariado russo, quando este se assenhoreou do poder em outubro de 1917, realizar as tarefas “democráticas” da história russa. Nesse sentido, e apenas nesse, foi que Trotsky, desde muito tempo, já reconheceu que a revolução a ser realizada na Rússia poderia ser chamada de

³⁵⁹ *Idem*, p. 29-30.

³⁶⁰ *Idem*, p. 164.

³⁶¹ *Idem*, p. 32.

“burguesa”, dado que suas “finalidades primeiras” encerravam um conteúdo “democrático”, em especial a reforma agrária. Contudo, e é aí que reside todo o fundamento de sua “teoria da revolução permanente”, Trotsky, como vimos, sempre vislumbrou que somente o proletariado, apossando-se do leme do Estado, poderia dar conta das questões “democráticas” deixadas de lado pela burguesia russa, ao mesmo tempo em que seria forçado, pela dinâmica da luta de classes, a empreender, de modo combinado com as tarefas “democráticas”, medidas de caráter “socialista”, como a expropriação dos meios de produção pertencentes à burguesia. Não por acaso, como mencionamos anteriormente, o próprio Lênin reconheceu que foi somente a partir de outubro de 1917, e não a partir de fevereiro do mesmo ano, que a Rússia realizou sua revolução “democrático-burguesa”, isto é, a partir do momento em que no país começou a se edificar um Estado operário por intermédio da combinação de medidas como a reforma agrária e a nacionalização dos bancos e das grandes indústrias.

Quando ficou claro que o período de vida do regime da “dualidade de poderes” instituído com a “Revolução de Fevereiro” não passou de um brevíssimo prólogo da tomada do poder pelo proletariado, a história veio a confirmar toda a leitura de Trotsky acerca dos rumos revolucionários de um país *atrasado*; a Rússia, nas suas palavras, “ultrapassou de um salto a democracia puramente formal”.³⁶²

É de suma importância destacarmos aos leitores que, por razões óbvias, o exemplo histórico da Revolução Russa, como já pôde ser visto algumas vezes ao longo desse trabalho, orientou as análises de Trotsky referentes aos rumos das lutas de classes nos países de desenvolvimento capitalista retardatário. Tendo, então, a vitória dos bolcheviques em outubro de 1917 dado razão às suas teses produzidas desde a segunda metade da década de 1900, Trotsky não hesitou em usar e abusar de analogias referentes à história russa quando se viu em meio a polêmicas com companheiros e adversários sobre o caráter da revolução nos países *atrasados*. Foi nesse sentido que nomes e termos como Kerensky, Kornilov, “bolchevismo” e “menchevismo” foram diversas vezes utilizados por Trotsky em seus textos sobre a China, a Espanha, o México etc.³⁶³

América Latina: último campo de observação conceitual

Após ter passado por Turquia, França e Noruega, Trotsky, como já antecipamos, desembarcou no início de 1937 no México para dar continuidade à sua saga de exilado político. Observando as agitações operárias e camponesas que tinham lugar sob o governo de Cárdenas (1934-1940) – que, como dissemos, realizava uma reforma agrária voltada para os

³⁶² *Idem*, p. 33.

³⁶³ Tal fato fez (faz) como que alguns críticos de Trotsky o tenham acusado (acusem) de transplantar mecanicamente a experiência russa para outras localidades dotadas de características distintas daquele país.

camponeses pobres e uma campanha de nacionalização do petróleo e das linhas férreas do país –, Trotsky buscou analisar o caráter das lutas sociais e da revolução numa América Latina qualificada por ele como *atrasada* e “semicolonial”.³⁶⁴

Segundo Trotsky, em função da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* que se verificava na história do continente, em especial a partir do seu tardio processo de modernização industrial, as burguesias nativas, fortemente atreladas ao imperialismo, apresentavam um caráter “relativamente débil”, ao mesmo tempo em que, conseqüentemente, o proletariado, que crescia rapidamente devido à dinâmica de uma industrialização retardatária, gozava de uma “relativa força”. No entendimento de Trotsky, seria precisamente essa complexa correlação de forças entre capital estrangeiro, burguesia nacional e proletariado o que conferia a certos Estados da região uma forma “bonapartista *sui generis*”, como veremos um pouco mais adiante.

Aplicando sua “teoria da revolução permanente” em terras latino-americanas, Trotsky afirmava que, mesmo nos casos nos quais a burguesia se apoiava na mobilização de massas e chocava-se com o imperialismo – o que dava origem à modalidade “semibonapartista democrática” dos “bonapartismos *sui generis*” (já mencionada na introdução desta primeira parte, e que será melhor descrita mais à frente) –, ela era incapaz tanto de realizar as chamadas tarefas “democrático-burguesas”, como de levar até as últimas conseqüências uma luta de conteúdo “antiimperialista”. Assim, na América Latina, tal como na China, Índia, África do Sul e demais países *atrasados* “coloniais” ou “semicoloniais”, estaria na ordem do dia a conquista do poder pelo jovem proletariado:

A sociedade latino-americana, como toda sociedade – desenvolvida ou atrasada – está composta por três classes: a burguesia, a pequena-burguesia e o proletariado. Na medida em que as tarefas são democráticas em um amplo sentido histórico, são tarefas democrático-burguesas, mas aqui [na América Latina] a burguesia é incapaz de resolvê-las, como o foi na Rússia e na China.

Neste sentido, durante o curso da luta de classes pelas tarefas democráticas, opomos o proletariado à burguesia. A independência do proletariado, inclusive no começo desse movimento, é absolutamente necessária, e opomos particularmente o proletariado à burguesia na questão agrária, porque a classe que governará, no México como em todos os demais países latino-americanos, será a que atrair para ela os camponeses.³⁶⁵

³⁶⁴ Entretanto, em um texto no qual polemiza duramente com o movimento trotskista internacional, o também trotskista Hector Benoit, parecendo ignorar os escritos de Trotsky sobre América Latina, afirma que o revolucionário russo nunca enquadrou os países latino-americanos na categoria de “países *atrasados*” (BENOIT, H. “O programa de Transição de Trotsky e a América” in *Crítica Marxista*, nº. 18. Campinas: Revan, 2004, p. 37-64.). Pensamos, contudo, que uma simples consulta aos escritos latino-americanos de Trotsky permite uma rápida refutação à controvertida “tese” de Benoit.

³⁶⁵ TROTSKY, León. “Discusion sobre America Latina” in _____. *Escritos latinoamericanos. Op.cit.*, p. 123-124. O texto em questão é um resumo transcrito de uma conversa realizada entre Trotsky, seus militantes-seguranças norte-americanos e o trotskista Charles Curtiss, também norte-americano.

Assassinado pela GPU a mando de Stálin em 1940, Trotsky acabou por ter na América Latina não só seu último local de exílio, mas também o último local para observação de sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. As suas interpretações das possibilidades históricas da América Latina sob o capitalismo, como pudemos observar, contrapõem-se a qualquer perspectiva *evolucionista* e “etapista” quanto aos rumos econômicos, políticos e sociais do continente. Tais interpretações, datadas de fins da década de 1930, representam, portanto, um contraponto teórico e político tanto às teses produzidas desde a segunda metade da década de 1920 pelos partidos comunistas vinculados à IC, quanto às de perspectiva “nacional-desenvolvimentistas”, provenientes de instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e similares de escopo nacional. Nesse sentido, consideramos que Trotsky, ao reconhecer uma historicidade própria à América Latina, *atrasada* e “semicolonial”, lançou as bases teóricas do que posteriormente ficaria conhecido como “teoria da dependência”.

Conforme veremos na segunda parte deste trabalho, muitos dos cientistas sociais brasileiros que, em maior ou menor grau, partilharam de uma perspectiva *dependentista*, entre eles os teóricos do populismo, trabalharam, direta ou indiretamente, com a matriz interpretativa construída por León Trotsky para a compreensão da natureza histórica dos países *atrasados* (a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*). Essa convergência teórico-analítica quanto à historicidade da periferia capitalista entre Trotsky e autores como Francisco Weffort e Octavio Ianni explica, decerto, a forte presença (implícita ou explícita) da idéia de bonapartismo nas interpretações destes intelectuais universitários sobre o processo político brasileiro de 1930-1964 (populismo).

Encaminhando-nos para uma exposição mais detalhada das análises de Trotsky acerca dos “bonapartismos *sui generis*” latino-americanos, nos deteremos, nas páginas seguintes, sobre o que acreditamos serem dois importantes eixos epistemológico-teóricos de sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado*: o entendimento do capitalismo enquanto uma *totalidade*, e a crítica à idéia de existência de uma “burguesia nacional progressista” na periferia capitalista. Imaginamos que uma discussão, ainda que não muito extensa, sobre tais eixos pode proporcionar ao leitor uma melhor compreensão tanto do caráter dos próprios “bonapartismos *sui generis*” de Trotsky, quanto de alguns argumentos dos quais faremos uso em nosso debate sobre o *longo bonapartismo brasileiro*.

Totalidade e internacionalismo em León Trotsky

A luta política entre as frações estalinista e trotskista no interior do PCUS e da IC após a morte de Lênin foi, sem dúvida, um confronto entre duas perspectivas opostas e

inconciliáveis: o internacionalismo revolucionário e o nacional-reformismo. Em maior ou menor grau, todas as polêmicas político-programáticas entre os dois agrupamentos que disputaram a ferro e fogo a direção da União Soviética e do movimento comunista internacional derivaram deste confronto. Destarte, a oposição entre a defesa de Trotsky da tomada do poder pelo proletariado nos países *atrasados* e estratégia “etapista” aplicada nestes pela IC estalinizada não pode ser compreendida fora da oposição entre a concepção internacionalista da revolução encampada pelos trotskistas e a teoria estalinista que vislumbrava a possibilidade de construção do “socialismo em um só país”.³⁶⁶

Podemos dizer, desse modo, que a política da IC para os países “coloniais” e “semicoloniais”, assim como toda a política “externa” da URSS, determinava-se pelos interesses da burocracia estalinista de limitar a Revolução de Outubro aos seus marcos nacionais, o que possibilitaria, segundo a perspectiva burocrática, uma situação internacional favorável à sua manutenção (da burocracia) enquanto uma casta privilegiada. Decerto, a expansão da revolução para outros países, fossem eles do Ocidente ou do Oriente, criaria um ambiente de agitação política no interior do Estado soviético pouco propício à consolidação de um setor social localizado “acima” da classe trabalhadora, uma “excrescência parasitária”, segundo as palavras de Trotsky. Nesse sentido, existia uma relação direta entre o isolamento da Revolução de Outubro, que havia favorecido o surgimento da burocracia e a política “externa” desta última que, por intermédio da IC, mantinha e acentuava esse isolamento: “A burocracia soviética ganhava segurança à medida que a classe operária internacional sofria derrotas cada vez mais pesadas. Entre esses dois fatos, a relação não é unicamente cronológica, mas causal e recíproca: a direção burocrática do movimento contribuía para as derrotas; as derrotas fortaleciam a burocracia.”³⁶⁷ Operando com uma perspectiva materialista, Trotsky assim analisou a ruptura da direção estalinista com o princípio marxista do internacionalismo:

Já explicamos muitas vezes que esta revisão dos valores foi provocada pelas necessidades sociais da burocracia soviética: tornando-se cada vez mais conservadora, ela aspirava a uma ordem mundial estável; desejava que a revolução terminada, tendo-lhe assegurado uma situação privilegiada, fosse suficiente para a construção pacífica do socialismo e reclamava a consagração desta tese. Não retornaremos mais a esta questão; limitar-nos-emos a acentuar que a burocracia está perfeitamente consciente da ligação que existe entre suas posições materiais e ideológicas e a teoria do socialismo nacional.³⁶⁸

³⁶⁶ Quanto à estratégia estalinista de construção do “socialismo em um só país”, ver especialmente STÁLIN, J. *Cuestiones del leninismo*. 11ª edição. Cidade do México: Ediciones sociales, 1941 (obra inaugural da literatura soviética dedicada à defesa do “socialismo em um só país”); TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.* e TROTSKY, L. *A revolução traída. O que é e para onde vai a URSS*. *Op. cit.*

³⁶⁷ TROTSKY, L. *A revolução traída. O que é e para onde vai a URSS*. *Op. cit.*, p. 108.

³⁶⁸ TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 25.

Cientes de quais são as “necessidades sociais” das quais se originavam as elaborações estalinistas, consideramos importante determo-nos, ainda que por pouco tempo, em um importante elemento constitutivo, *em termos teóricos*, tanto do raciocínio “etapista” da IC acerca do caráter da revolução nos países *atrasados* quanto da utopia reacionária da burocracia soviética de edificação do socialismo “em um só país”: a ruptura com a noção de *totalidade*.

Como já dissemos, a crença na possibilidade do “socialismo em um só país” era, até a morte de Lênin, algo sequer cogitado dentro dos quadros dirigentes do PCUS e da IC, tamanho o grau de afastamento da tradição marxista que tal perspectiva representaria. Marx e Engels, herdeiros da filosofia *totalizante* de Hegel, haviam considerado o capitalismo justamente como uma etapa histórica na qual o mundo tornava-se cada vez mais integrado; o socialismo, enquanto um momento posterior e superior ao capitalismo não poderia, portanto, de modo algum, limitar-se aos quadros nacionais já extrapolados pelas contradições sociais. Lênin, por sua vez, enxergou a guerra mundial iniciada em 1914, oriunda da disputa entre as grandes potências capitalistas pelas regiões “coloniais” do globo, como uma manifestação incontestável de que a dinâmica da reprodução do capital transbordava as fronteiras nacionais; o imperialismo constituir-se-ia em um fenômeno mundial.³⁶⁹ Assim, o célebre chamado à unidade dos “proletários de todos os países” feito por Marx e Engels ao final do *Manifesto*,³⁷⁰ como também a ruptura de lideranças marxistas como Lênin, Rosa e Trotsky com a II Internacional quando da guerra imperialista,³⁷¹ originaram-se não de uma solidariedade de cunho meramente *passional* para com a classe operária das outras nações, mas sim de uma solidariedade proletária decorrente de uma linha epistemológica que tomava o capitalismo enquanto uma *totalidade*. Consideramos, portanto, que o internacionalismo político que caracterizou o marxismo revolucionário desde os tempos de Marx resultava, antes de tudo, do que poderíamos chamar, utilizando-nos de uma categoria cunhada por Alvaro Bianchi para definir um aspecto do pensamento de Trotsky, de um “internacionalismo metodológico”, isto é, de uma perspectiva de análise do mundo dotada de um forte conteúdo *totalizante*.³⁷²

Mesmo sem negar o internacionalismo em palavras, a burocracia soviética formulou e defendeu a possibilidade de se erigir uma sociedade socialista restrita aos limites do primeiro

³⁶⁹ LÊNIN, V. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979. A concepção de que o surgimento do imperialismo expressa a necessidade da reprodução do capital de operar para além dos limites nacionais encontra-se também em LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

³⁷⁰ MARX, K. e ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. 5ª edição. Rio de Janeiro (GB): Vitória, 1963, p. 62.

³⁷¹ Como é sabido, a maioria dos dirigentes do SPD alemão, principal organização componente da II Internacional, defendeu a aliança dos trabalhadores alemães com “sua” burguesia quando do início da guerra imperialista em 1914, colocando assim a chamada “questão nacional” acima do “internacionalismo proletário”.

³⁷² BIANCHI, Alvaro. “O marxismo de León Trotsky: notas para uma reconstrução teórica” in *Idéias*, nº. 14. Campinas, 2007, p. 57-99.

“Estado operário” da história. Dado esse fato, inimaginável dentre os bolcheviques até a publicação em 1924 da obra de Stálin intitulada *Questões do leninismo*,³⁷³ Trotsky viu-se obrigado a resgatar a defender teoricamente a tradição internacionalista do marxismo revolucionário. Em meio a ataques de todo tipo, Trotsky buscou demonstrar como o próprio Lênin sempre vinculava a continuidade da existência da União Soviética à vitória da revolução nos países mais industrializados da Europa,³⁷⁴ e que a ruptura do estalinismo com a perspectiva internacionalista tinha “tão grande importância de princípio como, por exemplo, a ruptura da social-democracia alemã com o marxismo no problema da guerra e do patriotismo em agosto de 1914”.³⁷⁵ Segundo Trotsky, “o ‘erro’ de Stálin, do mesmo modo que o da social-democracia”, não seria outra coisa “senão o ‘socialismo nacional’”.³⁷⁶

É bom lembrarmos, entretanto, que a trajetória intelectual de Trotsky já era marcada, desde seu início, por um viés internacionalista de análise. Em seu *Balances e perspectivas*, de 1906,³⁷⁷ Trotsky já apontara que a particularidade do desenvolvimento histórico russo originava-se das relações estabelecidas entre a Rússia e o mundo exterior; a dinâmica entre as classes sociais do país sob o capitalismo, distinta da dos países *avançados* europeus, deitava raízes na própria relação entre a Rússia *atrasada*, o mundo asiático e, principalmente, o Ocidente industrializado.³⁷⁸

A compreensão da interpenetração dialética entre o “interno” e “externo”, entre as forças e elementos sociais localizados “dentro” e “fora” do Estado-nação, estaria presente, como pudemos observar nas páginas passadas, em todas as reflexões de Trotsky acerca dos países que realizaram retardatariamente seus processos de modernização industrial capitalista. De modo algum, os países *atrasados* foram tomados por Trotsky como realidades *em separado*, o que permitiria o equívoco – presente nos “etapistas” e “dualistas” em geral – de analisar as relações entre as classes sociais nos seu interior independentemente da conexão existente entre estas (as classes sociais) e o mundo “externo”. Longe de uma oposição antitética entre a “nação” e o “imperialismo” – típica dos estalinistas, “nacionalistas”, *cepalinos* etc. –, Trotsky observou como as relações sociais “internas” dos países *atrasados* eram inteiramente penetradas pelos elementos “externos”, como havia uma articulação indissociável, no interior desses países, entre as forças sociais “internas” e “externas”. Na

³⁷³ STÁLIN, J. *Op. cit.*

³⁷⁴ “Sem a vitória da revolução na Alemanha, é inevitável a nossa queda”, afirmou Lênin alguns meses após a tomada do poder em outubro de 1917 (TROTSKY, L. *A revolução permanente. Op. cit.*, p. 127.).

³⁷⁵ TROTSKY, L. *A revolução permanente. Op. cit.*, p. 4.

³⁷⁶ *Idem.*

³⁷⁷ TROTSKY, L. *Resultados y perspectivas. Op. cit.*

³⁷⁸ “As classes possuidoras da Rússia tinham conflitos com as classes possuidoras da Europa, que lhes eram inteira ou parcialmente hostis. Esses conflitos desencadeavam-se através de intervenções do Estado. Ora, o Estado era a autocracia. Toda a estrutura e toda a história da autocracia teria sido diversa, se as cidades européias não tivessem existido, se a Europa não houvesse ‘inventado a pólvora’ (esta invenção não é nossa), se a Bolsa européia não tivesse agido.” (TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa. Op. cit.*, p. 391. – Apêndice I.).

perspectiva de Trotsky, por exemplo, a “debilidade” da burguesia russa (que a impossibilitava de levar a cabo uma revolução “democrático-burguesa”), era derivada, entre outros fatores, de sua dependência face ao capital estrangeiro, que se agravava com o processo de industrialização. Do mesmo modo, a possibilidade revolucionária aberta ao proletariado do país residia na própria “debilidade” burguesa e também no tipo de industrialização do qual havia nascido: uma industrialização retardatária que, “saltando” etapas, acabou por introduzir no país os elementos técnicos mais sofisticados do Ocidente, gerando com isso um proletariado moderno e altamente concentrado em grandes fábricas.

Na mesma linha de raciocínio, Trotsky considerava que também as condições sociais e políticas dos países mais industrializados explicavam-se em função das relações que estes estabeleciam com os países “coloniais” e “semicoloniais”. Ao responder sobre o porquê do pioneirismo italiano e alemão em relação ao fascismo, Trotsky afirmou: “a Itália, a mais pobre das grandes nações capitalistas, tornou-se a primeira nação fascista. A Alemanha foi a segunda; não possuindo colônias ou ricos países dependentes, esgotou, dessa forma, todas as suas possibilidades”.³⁷⁹ Nesse exemplo fica claro como, para Trotsky, as formas pelas quais as classes sociais se relacionam politicamente nos países imperialistas, isto é, os regimes políticos assumidos por estes, dependem diretamente do tipo de relação existente, em determinado momento, entre suas burguesias e o mundo “externo” (neste caso, o “colonial” e “semicolonial”).

Mais uma vez, nota-se no método de Trotsky que as nações são compreendidas enquanto partes componentes e indissociáveis de uma mesma *totalidade* contraditória, como também a percepção de que, em função da integração proporcionada pela economia mundial, as suas condições econômicas, sociais e políticas são inteiramente penetradas, e, portanto, em parte constituídas por elementos provenientes do meio “externo”. Observando as peculiaridades e os papéis desempenhados pelas distintas nações no sistema mundial de Estados, Trotsky, diferenciando-se de uma perspectiva geopolítica, tomava tal sistema como uma expressão da luta de classes internacional.³⁸⁰ Desse modo, verificou como o capitalismo, em especial a partir de sua etapa imperialista, não poderia ser pensado a partir de limites nacionais rígidos e impenetráveis: o imperialismo não estaria somente “fora” dos países “coloniais” e “semicoloniais”, mas também “dentro” deles, assim como os trabalhadores das nações imperialistas constituiriam, em conjunto com os trabalhadores das “colônias” e

³⁷⁹ TROTSKY, León. “Discussões sobre o Programa de Transição” in ____ *Programa de Transição. A agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*. (Cadernos Marxistas). São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004, p. 74.

³⁸⁰ Nesse sentido, podemos considerar Trotsky como um crítico de uma perspectiva de compreensão das relações entre os países que dissocia a política internacional dos conflitos sociais, hoje, aliás, hegemônica entre os que se dedicam às chamadas “relações internacionais”.

“semicolônias”, uma só classe: o proletariado internacional. Daí, por exemplo, a implacável condenação que fez, ao lado de Lênin e outros, da postura “chauvinista” adotada pela social-democracia alemã em 1914; daí, também, sua feroz crítica à política da IC em relação às “burguesias nacionais” dos países *atrasados*.

Entendendo que, ao impor a “todos os países seu modo de produção e seu comércio, o capitalismo converteu o mundo inteiro em um único organismo econômico e político”,³⁸¹ Trotsky assinalou a existência nas relações inter-nações daquilo que nas décadas de 1960 e 1970 os *dependentistas* chamariam de “interdependência”:

Todo país atrasado, incorporando-se ao capitalismo, passou por diferentes fases de dependência para com os outros países capitalistas; essa dependência podia aumentar ou diminuir, mas a tendência geral da evolução capitalista foi sempre no sentido de um enorme desenvolvimento das relações mundiais, manifestando-se no crescimento do comércio exterior, no qual se acha incluído, naturalmente, o comércio de capitais. A dependência da Inglaterra em relação à Índia possui, certamente, um caráter qualitativo diverso do que possui a dependência da Índia para com a Inglaterra. Mas essa diferença é determinada, em última análise, pela diversidade de suas forças produtivas, e não pelo seu grau de autonomia econômica. A Índia é uma colônia e a Inglaterra uma metrópole. Se, porém, a Inglaterra fosse, hoje, submetida a um bloqueio econômico, pereceria mais depressa do que a Índia. Aí temos, de passagem, uma ilustração demonstrativa da realidade da economia mundial.³⁸²

Percebendo a existência dessa mútua dependência entre os países imperialistas e suas “colônias” e/ou “semicolônias”, Trotsky detectava as estruturas constitutivas do internacionalismo proletário na época imperialista e, por conseguinte, afirmava a impossibilidade de êxito de qualquer projeto socialista que se limitasse aos marcos nacionais:

Quando se examinam a Inglaterra e a Índia como duas variantes extremas do tipo capitalista, chega-se à conclusão de que o internacionalismo dos proletariados inglês e hindu se funda na inseparável *interdependência* das condições, dos fins e dos métodos, e não na sua *identidade*. Os triunfos do movimento de libertação na Índia desencadeiam o movimento revolucionário na Inglaterra e vice-versa. Uma sociedade socialista autônoma não pode ser construída na Índia, nem na Inglaterra. Os dois países deverão fazer parte de uma unidade mais alta. Só isso constitui a base do internacionalismo marxista.³⁸³

A *revolução permanente* talvez seja a obra de Trotsky na qual mais se encontram trechos que explicitam seu entendimento do capitalismo enquanto uma *totalidade*. Objetivando demonstrar como tanto a política “etapista” implementada pela IC durante a revolução chinesa de 1925-1927, quanto a “utopia reacionária” de construção do “socialismo num só país” decorriam, no que diz respeito ao aspecto mais estritamente teórico, de uma mesma percepção equivocada acerca da natureza do sistema capitalista mundial, Trotsky,

³⁸¹ O trecho em questão é parte do prefácio escrito por Trotsky à obra de Ferdinand Lassale intitulada *Discurso diante do tribunal* e foi transcrito pelo próprio Trotsky em seu *Balanços e perspectivas* (TROTSKY, L. *Resultados y perspectivas*. *Op. cit.*).

³⁸² TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 10. Quanto ao fato de a Índia ser descrita como uma “colônia”, devemos lembrar que a obra em questão foi publicada em 1930.

³⁸³ *Idem*, p. 7. Grifos do autor.

nessa obra, por várias vezes argumentou que os vínculos inquebrantáveis entre as nações, criados pela economia capitalista, tornavam errôneo qualquer tipo de elaboração política que as tomassem como unidades independentes:

O marxismo procede da economia mundial, considerada não como simples adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais. As forças produtivas da sociedade capitalista já ultrapassaram, há muito tempo, as fronteiras nacionais. A guerra imperialista não foi senão uma das manifestações desse fato. A sociedade socialista deveria representar, do ponto de vista da produção e da técnica, um estágio mais elevado que o capitalismo: pretender construir a sociedade socialista *no interior de limites nacionais* significa que, a despeito de triunfos temporários, fazemos as forças produtivas recuarem, mesmo em relação ao capitalismo. É uma utopia reacionária querer criar no quadro nacional um sistema harmonioso e suficiente, composto de todos os ramos econômicos, sem ter em conta as condições geográficas, históricas e culturais do país que faz parte da unidade mundial. Se, a despeito disso, os criadores e partidários dessa doutrina [do “socialismo num só país”] participam da luta revolucionária internacional (com ou sem êxito, não vem ao caso), é porque, na qualidade de ecléticos incorrigíveis, aliam, de modo puramente mecânico, um internacionalismo abstrato a um socialismo nacional utópico e reacionário.³⁸⁴

Vale mencionar aqui que, em 1933 (cerca de três anos após a publicação da obra da qual extraímos o trecho acima), os trotskistas brasileiros da primeira geração, organizados então na Liga Comunista do Brasil (LCB), assinalaram, com uma linguagem muito similar à do próprio Trotsky, o caráter *totalizante* da perspectiva marxista de observação da realidade:

A análise marxista da estrutura social capitalista parte de seu caráter sistemático à expansão, como regime econômico, da sua tendência imanente para ultrapassar os limites do Estado nacional. O marxismo chega assim à consideração de uma unidade dialética mais alta – a economia mundial – causa e efeito do desenvolvimento das forças produtivas, na escala mundial, e que não é a simples soma das economias mundiais isoladas. Por isso mesmo, a luta de classes se desenvolve no plano internacional, não como repercussão da luta travada entre cada proletariado contra sua burguesia nacional, mas reflete no quadro nacional o caráter concreto da etapa alcançada pelo desenvolvimento da economia mundial; em suma, pelo grau atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, considerado o conjunto do mundo capitalista.³⁸⁵

A décima das quatorze “teses” contidas ao final de *A revolução permanente* é possivelmente a melhor síntese da perspectiva internacionalista que Trotsky opôs ao “socialismo nacional” dos estalinistas do PCUS e da IC:

A revolução socialista não pode realizar-se nos quadros nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de as forças produtivas por ela engendradas tenderem a ultrapassar os limites do Estado nacional. Daí as guerras imperialistas, de um lado, e a utopia dos Estados Unidos burgueses da Europa, de outro lado. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta.³⁸⁶

³⁸⁴ *Idem*, p. 4. Grifos do autor.

³⁸⁵ LIGA COMUNISTA DO BRASIL. “Projeto de teses sobre a situação nacional” in ABRAMO, F. e KAREPOVS, D. *Na contracorrente da história. Documentos da Liga Comunista Internacionalista*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 143.

³⁸⁶ TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 139.

Pode-se dizer, em resumo, que é facilmente perceptível como o internacionalismo revolucionário pelo qual Trotsky ficaria conhecido pelos estudiosos dos debates comunistas dos anos 20/30 assentava-se sobre uma leitura científica do capitalismo que o autor já realizava desde sua juventude. Löwy, abordando as diferenças entre o pensamento do jovem revolucionário e o que vigorava no movimento operário nos anos iniciais do século XX afirmou que foi precisamente a compreensão do capitalismo enquanto *totalidade* que distinguiu, “do ponto de vista metodológico, o marxismo de Trotsky daquele dominante na Segunda Internacional”.³⁸⁷ Já Baruch Knei-Paz, estudioso do pensamento do revolucionário russo, afirmou: “Trotsky era certamente internacionalista por temperamento e mentalidade, mas o seu internacionalismo não era somente a moldura idealista que lhe é frequentemente atribuída, mas era parte integrante de sua concepção das necessidades materiais da revolução russa”.³⁸⁸ Em uma avaliação similar, Alvaro Bianchi escreveu acerca do que denominou como o “internacionalismo metodológico” de Trotsky:

Trotsky era um defensor intransigente do internacionalismo político. Como a maior parte de sua geração, circulou muito cedo pela esquerda européia, não se restringindo aos círculos de emigrados russos e participou ativamente, por meio de seus artigos, dos debates de então. Sua dedicação às questões de política internacional nos primeiros anos da Revolução Russa e seu empenho na organização da Quarta Internacional costumam ser os exemplos para comprovar essa filiação. Mas não é de uma prática política que aqui estou falando e sim de uma concepção da história e da política que encerra uma dimensão metodológica profundamente internacionalista.

Esse *internacionalismo metodológico* aparece já plenamente em 1906, na sua obra *Balancos e perspectivas*.³⁸⁹

Nas palavras do próprio Trotsky é possível encontrarmos o mesmo tipo de afirmação:

A teoria da revolução permanente implica o caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. O internacionalismo não é um princípio abstrato: ele não é senão o reflexo político e teórico do caráter mundial da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do ímpeto mundial da luta de classes.³⁹⁰

Como já adiantamos, consideramos que essa dimensão internacionalista, *totalizante*, do pensamento de Trotsky constitui-se também na base teórica para seu combate ao raciocínio “etapista” da IC acerca do caráter da revolução nos países “coloniais”, “semicoloniais” e *atrasados* em geral.

Ao considerar o sistema capitalista mundial como uma “simples adição de suas unidades nacionais”, a teoria estalinista acabava por realizar, *na prática*, uma ruptura com a

³⁸⁷ LÖWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado” in *Outubro*, nº. 1, 1998, p. 74.

³⁸⁸ KNEI-PAZ, Baruch. *Op. cit.*, p. 182.

³⁸⁹ BIANCHI, Alvaro. “O marxismo de León Trotsky...”. *Op. cit.* Grifos do autor.

³⁹⁰ TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 24. Grifos nossos.

noção hegeliano-marxista de *totalidade*. Recortando as nações de seu contexto internacional, o estalinismo tomava o desenvolvimento histórico destas como algo a ser realizado *em separado*, o que levava ao equívoco de considerar que as formações sociais *atrasadas* poderiam e deveriam repetir as “etapas” históricas vividas pelos países originários do capitalismo.

Em perspectiva oposta, Trotsky entendia que o fato de os países *atrasados* estarem integrados em uma “poderosa realidade independente” impossibilitava que a história trilhasse nesses os mesmos caminhos percorridos pelos países *avançados* em tempos passados. Uma vez inseridos no sistema capitalista mundial, os países *atrasados* tinham nessa inserção um elemento que impreterivelmente determinava seus desenvolvimentos históricos. Assimilando alguns dos elementos mais modernos da tecnologia, da política e da cultura das regiões mais industrializadas do globo, e implantando-os em seus ambientes pouco desenvolvidos (do ponto de vista capitalista), os países *atrasados* criavam realidades sociais particulares, híbridas e altamente contraditórias, nas quais interagiam dialeticamente (e não se opunham antiteticamente, como pensavam os “dualistas”) aspectos “arcaicos” e modernos”. Longe de possuírem “duas” realidades no interior de suas fronteiras nacionais, os países *atrasados* tinham uma só natureza, de caráter *combinado*, oriunda desse amálgama gerado pelo contato das estruturas “arcaicas” internas com os elementos “modernos” provenientes do exterior. Essa natureza própria dos países *atrasados*, criada a partir da inserção dos mesmos na *totalidade* constituída pelo capitalismo mundial, é que os impossibilitaria de repetir a história dos países capitalistas pioneiros.

Observando a Rússia em 1909, Trotsky percebeu como nela encontravam-se “todos os estágios da civilização: desde a selvageria primitiva das florestas setentrionais onde alimentavam-se de peixe cru e faziam preces diante de um pedaço de madeira, até as novas condições sociais da vida capitalista, onde o operário socialista se considera como participante ativo da política mundial e segue atentamente...os debates do *Reichstag*. A indústria mais concentrada da Europa sobre a base da agricultura mais primitiva.”³⁹¹ Em 1932, abordando novamente a formação histórico-social russa criada por um processo de industrialização realizado “aos saltos” e sob condições sociais primitivas, escreveu Trotsky:

O capitalismo russo não se desenvolveu a partir do artesanato, para passar da manufatura à fábrica: e foi por isso que o capital europeu, inicialmente sob a forma de capital comercial, depois, sob a forma de capital financiador e industrial, caiu sobre nós, num período em que o artesanato russo, em seu conjunto, ainda não se havia dissociado da agricultura. Daí surgiu, entre nós, uma indústria capitalista bastante moderna, no ambiente de uma economia absolutamente primitiva: uma fábrica belga, ou americana, mas, em derredor, lugarejos, aldeias em casas de madeira, cobertas de colmo e que, todos os

³⁹¹ TROTSKY. L. 1905, *apud* LÖWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento...”. *Op. cit.*, p. 75. Grifos de Trotsky.

anos, eram destruídas por incêndios e por muitas outras desgraças... Os mais antiquados elementos, ao lado das últimas realizações européias. Daí o papel imenso desempenhado pelo capital da Europa ocidental na economia russa. Daí a fragilidade da burguesia russa. Daí a facilidade com que destruímos nossa burguesia. Daí as dificuldades que surgiram quando a burguesia européia interveio em nossos negócios...³⁹²

A partir dos trechos citados acima, achamos conveniente ressaltar dois aspectos presentes no raciocínio de Trotsky referente ao desenvolvimento do capitalismo nas regiões *atrasadas*.

Primeiramente, é nítido para o revolucionário a forma particular de desenvolvimento do capitalismo nas formações sociais *atrasadas* deriva, como já dissemos, justamente da sua inserção no sistema capitalista internacional, o que nos permite afirmar que a adoção de Trotsky de uma perspectiva *totalizante* foi a base para a sua compreensão acerca da natureza *combinada* assumida pelo capitalismo nos países que tardiamente realizaram seu processo de industrialização. Segundo Bianchi,

o internacionalismo metodológico de Trotsky lhe permitiu ir além [das interpretações de Lênin acerca da natureza do capitalismo russo] e incorporar uma nova dimensão analítica, investigando os espaços nacionais de produção e reprodução das relações sociais capitalistas e as relações contraditórias que se estabeleciam entre o processo de universalização e internacionalização da forma valor e o processo de particularização da forma Estado. Olhando esse movimento a partir da periferia do capitalismo, Trotsky pôde radicalizar essa concepção, politizando-a: a relação contraditória entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção ocorre com a mediação do Estado-nação. Colocando-se especialmente na fronteira do capitalismo Trotsky pôde ver o espetáculo caótico de um tempo partido. O choque do moderno e do arcaico tornava a Rússia atrasada, como queriam os populistas, distante ainda de uma modernidade idealizada. Mas também a tornava contemporânea de um presente capitalista que ela, a seu modo, é claro, também partilhava.

Essa dialética do arcaico e do moderno, do passado e do presente, do *ultrapassado* e do contemporâneo, do velho e do novo, do particular e do semelhante encontra-se fundada na contradição que se estabelecia entre as forças internas do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e as forças externas a esta. A categoria de totalidade era, assim, incorporada por Trotsky na análise do processo histórico. O lento desenvolvimento das forças produtivas locais e a conseqüente precariedade das bases materiais para a formação das classes modernas, por um lado; e, por outro, sua inserção no sistema político e econômico do capitalismo mundial.³⁹³

Em segundo lugar, como também já adiantamos, frisamos que, na compreensão de Trotsky, os elementos “arcaicos” e “modernos” constitutivos das híbridas formações sociais *atrasadas* interagiriam dialeticamente, determinando-se mutuamente. Como afirma Löwy, os diferentes “estágios da civilização”, que para Trotsky se fariam presentes em nações *atrasadas* como a Rússia, não eram vistos por este como estando “simplesmente um ao lado do outro, numa espécie de coexistência congelada”. Segundo Löwy, Trotsky percebia como eles se articulavam, se combinavam e se amalgamavam.³⁹⁴

³⁹² TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa*. Op. cit., p. 390-391, apêndice I.

³⁹³ BIANCHI, Alvaro. “O marxismo de León Trotsky...”. Op. cit. Grifo em itálico do autor. Grifos em negrito nossos.

³⁹⁴ LÖWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento...”. Op. cit., p. 75.

Para Trotsky, seriam justamente essas particularidades sociais dos países *atrasados* que, ao mesmo tempo em que lhes tornavam desnecessárias e inacessíveis as longas estradas históricas já percorridas pelas nações *avanzadas*, abriam-lhes possibilidades de desenvolvimento mais acelerado. Na economia e na política dos países *atrasados* descartava-se, segundo Trotsky, qualquer evolução nos moldes “etapistas”:

É absurdo dizer que não se pode saltar etapas. O curso vivo dos acontecimentos históricos salta sempre por cima das etapas, que são o resultado de uma análise teórica da evolução considerada em seu conjunto, isto é, em sua amplitude máxima, e, nos momentos críticos, exige ele o mesmo salto da política revolucionária. Poder-se-ia dizer que a capacidade de reconhecer e utilizar *esses momentos distingue, antes de tudo, o revolucionário do evolucionista vulgar*.

A análise feita por Marx do desenvolvimento da indústria (o ofício, a manufatura, a usina) corresponde ao alfabeto da economia política ou, melhor, da teoria econômico-histórica. Na Rússia, porém, a usina apareceu sem passar pelo período da manufatura e do ofício. Já são as sílabas da história. Uma evolução análoga verificou-se, entre nós, no domínio da política e das relações de classe. Não se pode compreender a nova história da Rússia sem ter aprendido o esquema de Marx: ofício, manufatura, usina. Mas, não se compreenderá nada quando se tiver aprendido *somente isso*. É que a história russa – digâmo-lo sem ofender Stálin – realmente saltara algumas etapas. Todavia, a distinção teórica das etapas também é necessária para a Rússia, porque, sem isso, não se chegaria a compreender o caráter do salto nem suas conseqüências.³⁹⁵

O caso russo, para Trotsky, constituía-se em um exemplo concreto de sua perspectiva histórica, isto é, daquilo que poderíamos chamar, sem grandes compromissos categoriais, de uma “filosofia trotskista da história”, caracterizada pelo seu cunho internacionalista e “antietapista”. Por se tratar de uma nação *atrasada*, a Rússia via-se em pleno século XX ainda pendente da realização de uma série de tarefas “democráticas”, como a destruição dos elementos feudais em sua estrutura agrária e a edificação de um regime democrático-burguês. Segundo Trotsky, entretanto, o processo de industrialização realizado “aos saltos” no país – “saltos” estes proporcionados justamente pela interação entre a economia russa e o mercado mundial – propiciara um cenário no qual uma relativamente “débil” burguesia deparava-se com um proletariado “relativamente poderoso”, situação que transmitiu a este último a potencialidade de efetivar as tarefas que, *em tese*, isto é, segundo a perspectiva “etapista”, caberiam, *por direito*, à primeira. Como já vimos, para Trotsky, o proletariado só poderia realizar tais tarefas tomando em suas mãos o leme do Estado e implantando a sua ditadura de classe, saltando assim a etapa de uma democracia formal, burguesa. Na sua ótica, a correlação de forças entre as classes sociais que permitiria (permitiu) a tomada do poder em um país *atrasado* antes que isso ocorresse nas nações altamente industrializadas originava-se justamente do modo *desigual e combinado* como o capitalismo operava na Rússia, modo este que, por sua vez, resultava, nunca é demais repetirmos, da inserção do país na *totalidade* capitalista mundial. Desse modo, tanto a burguesia quanto o proletariado russos, desenvolvidos e formatados pela industrialização do país, tinham raízes não só “internas”,

³⁹⁵ TROTSKY. L. *A revolução permanente*. Op. cit., p. 105-106. Grifos do autor.

mas também “externas”. A possibilidade de “saltar” etapas por parte dos países *atrasados* só poderia ser compreendida, então, por um raciocínio que os enxergasse a partir de suas relações dialéticas com o mundo *avanzado*.

Diferentemente do pensamento *evolucionista* e *economicista* da II e da III Internacional estalinizada que, praticamente desconectando as nações *atrasadas* de seu contexto mundial, mensurava os seus níveis interiores de desenvolvimento econômico e político para lhes determinar qual o caráter de suas revoluções, Trotsky sempre buscou compreender as possibilidades revolucionárias de qualquer nação tomando-a como parte de um processo internacional da luta de classes. Mesmo combinando, em suas formações sociais, um desenvolvimento ainda incipiente das forças produtivas com aspectos e elementos claramente arcaicos, ou melhor, precisamente por isso, poderiam os países *atrasados* tomar a dianteira das insurreições operárias vitoriosas, já que estes, mesmo com suas particularidades, pertenciam, tal como os países *avanzados*, a uma mesma *totalidade* histórico-social, o mundo capitalista, já passível de ser transformado pela ação do proletariado internacional:

Que diferença há, então, entre os países avançados e os países atrasados? Há uma diferença muito grande, mas sempre subordinada às relações da dominação capitalista. As formas e os métodos da dominação da burguesia são extremamente diversos nos diferentes países. Num dos pólos, temos a dominação direta e absoluta dos Estados Unidos; noutro pólo, o capital financeiro, adaptando-se às instituições caducas da Idade Média asiática, submete-as, utiliza-as e lhes impõe seus métodos – a Índia. Isso nos leva a supor que também a ditadura do proletariado terá, nos diferentes países, um caráter extremamente variado quanto à sua base social, às suas formas políticas, às suas tarefas imediatas e ao seu ritmo. Seja como for, só a hegemonia revolucionária do proletariado, transformando-se em ditadura do proletariado depois da conquista do poder, poderá dar às massas populares a vitória sobre o bloco dos imperialistas, dos feudais e dos burgueses nacionais.³⁹⁶

É possível perceber, assim, como a idéia de *desenvolvimento desigual e combinado*, a crítica à teoria do “socialismo num só país”, a descrença em qualquer papel “progressista” a ser cumprido pelas burguesias dos países *atrasados* e a defesa do caráter socialista da revolução nestes últimos, entre outras elaborações teóricas e formulações políticas de Trotsky, só podem ser compreendidas a partir da perspectiva internacionalista que o revolucionário adotava diante do capitalismo nas distintas regiões do globo.

Trotsky e o papel contra-revolucionário das burguesias *atrasadas*

Um dos aspectos marcantes dos escritos de Trotsky acerca dos países que realizaram sua modernização/industrialização capitalista sob a época imperialista é a ênfase na essência irremediavelmente contra-revolucionária de suas burguesias. Consideramos que nas linhas precedentes já se encontram alguns elementos que oferecem uma visão preliminar sobre essa questão, a qual nos será importante, poucas páginas adiante, para o entendimento dos

³⁹⁶ *Idem*, p. 118-119.

bonapartismos de natureza “*sui generis*” descritos por Trotsky. Agora, buscaremos, nesse pequeno tópico, realizar uma exposição um pouco mais sistematizada das razões que, segundo o intelectual bolchevique, explicariam a impossibilidade do cumprimento de um papel “revolucionário”, “democrático” ou até mesmo “progressista” por parte das burguesias de nações que se industrializaram quando o fenômeno imperialista já se fazia presente.

Dando início, portanto, a essa exposição, nos remetemos novamente a questão das várias temporalidades históricas que envolveram o processo de modernização capitalista mundial, as quais determinaram, em linhas gerais, a dinâmica do desenvolvimento político-social dos países que nele se engajaram. Para Trotsky, reconhecedor, como vimos, das diferentes historicidades entre países *avançados* e *atrasados*, a explicação para que as burguesias periféricas, filhas caçulas e temporãs do capital, não lograssem êxito em repetir a saga revolucionária de suas *irmãs mais velhas* residiria, precipuamente, no enorme *atraso* com o qual surgiram historicamente.

Segundo o marxista russo, mesmo as burguesias européias que somente a partir de meados do século XIX levaram a cabo sua luta contra o domínio político das forças aristocráticas (burguesias essas que aqui denominamos como *tardias*) já se viram impedidas de adotar uma postura autenticamente revolucionária. O temor da repetição de uma experiência jacobina e, acima de tudo, a existência, já significativa, de um novo sujeito social, o proletariado, fizeram com que essas burguesias buscassem, em seus combates contra o antigo regime, saídas cada vez mais negociadas com as “forças do passado”.

Lembrava Trotsky que até a *clássica* burguesia francesa – a qual já havia realizado sua revolução pioneiramente entre os últimos anos do século XVIII e primeiros do século XIX – evitou que, desde então, tanto seus conflitos políticos internos, quanto seus últimos ajustes de contas com os remanescentes estratos feudais, viessem a reeditar o terror *robepierrista*. Os desfechos políticos das revoluções de 1830 e de 1848 expressaram, inelutavelmente, o enorme receio burguês de fazer uso novamente de métodos democrático-radicais em um momento no qual as incontáveis massas plebéias já eram constituídas por uma parcela não desprezível de segmentos proletários organizados.

Todavia, seriam as formas políticas relativas aos processos *tardios* de modernização capitalista em países como Alemanha, Itália e Japão as maiores expressões do encerramento da etapa histórica revolucionária da burguesia (conforme já discutimos um pouco nas páginas dedicadas a Engels). Carentes de um Estado nacional unificado e incapazes de conduzir sob suas bandeiras as classes dominadas, justamente em função do proletariado já existir enquanto sujeito social (mesmo que ainda não politicamente independente), as burguesias *tardias*,

como a italiana, alemã e japonesa, viram-se compelidas a buscar compromissos com suas respectivas aristocracias a fim de evitar que o processo político necessário à emergência de um moderno capitalismo industrial pudesse colocar em risco, devido à participação das camadas populares, a própria existência da propriedade privada dos meios de produção. Dessa necessidade das burguesias alemã, italiana e japonesa de pactuar, respectivamente, com os *junkers* prussianos, os terratenentes sulistas e os antigos *daimyos* (senhores feudais), surgiram Estados nacionais estruturados pelo compromisso burguês-aristocrático aos quais esteve destinada a tarefa de conduzir, “no lugar” de suas próprias burguesias, o processo de desenvolvimento do capitalismo. O *atraso* cobrava seu preço.³⁹⁷

Para Trotsky, a Revolução Francesa iniciada em 1789 teria sido a manifestação clássica da luta mundial da ordem social burguesa pelo “domínio, o poder e a vitória indivisível dentro do marco nacional”:³⁹⁸

No período heróico da história francesa vemos diante de nós uma burguesia ilustrada e ativa que ainda não tinha descoberto suas próprias contradições. A história lhe tinha confiado a tarefa de mando na luta pela nova ordem, não só contra as instituições antiquadas da França como também contra as forças reacionárias de toda Europa. Como consequência, a burguesia, em todas as suas diversas frações, se sente condutora da nação, compreende as massas em luta, lhes transmite consignas e lhes sinaliza a tática da luta. A democracia unificou a nação sob uma ideologia política. O povo – pequeno-burgueses, camponeses e operários – elegia burgueses como deputados e as tarefas encarregadas a eles pelas massas estavam escritas em uma linguagem de uma burguesia que era consciente de seu papel messiânico. Ainda que também durante a revolução mesma se destaquem claramente antagonismos de classe, o ímpeto da luta revolucionária, uma vez conseguido, elimina a política e, conseqüentemente, os elementos burocráticos da burguesia. Nenhuma camada social é substituída sem ter transmitido antes sua energia às que a sucedem. Assim, a nação como um todo continua a luta por seus objetivos com meios cada vez mais potentes e decididos. Quando a nata da burguesia endinheirada se separa do núcleo do movimento nacional colocado em marcha e se alia com Luís XVI, se voltam as reivindicações da nação, que naquele tempo estão já dirigidas contra esta burguesia, para o sufrágio universal e para a república como formas lógicas e inevitáveis da democracia.³⁹⁹

Posteriormente, na vaga revolucionária aberta em 1848, a burguesia, em termos mundiais, “era já incapaz de cumprir um papel comparável” ao desempenhado por ela própria nos tempos da *Grande Revolução*:

[A burguesia] não era suficientemente disposta nem audaz para assumir a responsabilidade da eliminação revolucionária da ordem social que se opunha à sua dominação. Entretanto, pudemos chegar a conhecer o *porquê*. Sua tarefa consistia mais – disso se dava ela conta claramente – em incluir no velho sistema garantias que eram necessárias, não para sua dominação política, e sim simplesmente para uma repartição do poder com as forças do passado. A burguesia havia extraído algumas lições das experiências da burguesia francesa: estava corrompida por sua traição e amedrontada por seus fracassos. Não somente se abstinha perfeitamente de empurrar as massas ao assalto contra a velha ordem, como buscava um apoio nesta última com o objetivo de rechaçar as massas que a empurravam adiante.⁴⁰⁰

³⁹⁷ Na parte deste trabalho dedicada ao pensamento de Gramsci sobre o bonapartismo (“Gramsci e o cesarismo”), voltaremos a tocar nesse ponto quando fizermos menção ao conceito de “revolução passiva” trabalhado pelo marxista sardo.

³⁹⁸ TROTSKY, L. *Resultados y perspectivas*. Op. cit., p. 28. Tradução nossa.

³⁹⁹ *Idem*, p. 27-28. Tradução nossa.

⁴⁰⁰ *Idem*, p. 30. Tradução nossa. Grifo do autor.

Desse modo, o encerramento da fase revolucionária da burguesia enquanto classe internacional impossibilitava a reedição da experiência jacobina – isto é, de uma experiência revolucionária *clássica* – em países que ainda se encontravam sob o domínio político das forças aristocráticas. O caminho revolucionário de ascensão da burguesia ao poder político estava definitivamente fechado. Colocava-se, portanto, desde meados do século XIX, um processo de dissociação crescente entre o desenvolvimento pleno das relações sociais capitalistas e a via da “revolução democrática” para a conquista do poder político por parte das burguesias *tardias*:

A burguesia francesa soube fazer grande sua revolução. Sua consciência era ao mesmo tempo a consciência da sociedade inteira e nada podia se converter em instituição duradoura sem ter sido antes reconhecido por esta consciência com um objetivo seu, como uma tarefa sua de caráter político. Aos poucos adotou uma atitude teatral para esconder perante si mesma a estreiteza de seu próprio mundo burguês; porém, seguia adiante, sem embargo.

A burguesia alemã, pelo contrário, desde o princípio, ao invés de “fazer” a revolução, se separava dela. Sua consciência se rebelou contra as condições objetivas de sua própria dominação. Não se podia chegar à revolução com seu concurso, e sim contra ela. Em seu pensamento, as instituições democráticas se apresentavam não como um objetivo de sua luta, e sim como um perigo para o seu bem-estar.

No ano de [18]48 necessitava-se de uma classe que tivesse sido capaz de tomar em suas mãos os acontecimentos, prescindindo da burguesia e inclusive em contradição com ela, uma classe que estivesse disposta não só a empurrar a burguesia para frente com toda sua força, como também a separar-se, no momento decisivo, de seu cadáver político.⁴⁰¹

Pode-se perceber no trecho acima como está contida na perspectiva de Trotsky acerca da dinâmica histórica das nações *tardias* a idéia de um *substitucionismo político-social*, ou seja, a idéia de que, na história dos países *atrasados*, uma classe social pode se ver frente ao desafio de realizar tarefas políticas e sociais que, *a priori*, estariam destinadas a outra classe. Tal concepção de Trotsky, como vimos, encontra-se fortemente presente na sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado* e em sua “teoria da revolução permanente”. Aliás, vale chamar a atenção para o fato de que foi o próprio Marx, em seus escritos produzidos à época da revolução alemã de 1848, quem vislumbrou a possibilidade da pequena-burguesia e, mais tarde um pouco, do proletariado, virem a desempenhar no país o papel histórico revolucionário incapaz de ser exercido pela impotente burguesia *tardia*, significativamente atrelada à aristocracia *junker*. Não por acaso, a carta de Marx e Engels endereçada em 1850 à Liga dos Comunistas,⁴⁰² na qual os remetentes defendem a necessidade de independência política completa do proletariado no decorrer da revolução “burguesa” alemã, é invocada por Trotsky como uma prova da origem marxiana da “teoria da revolução permanente”.⁴⁰³

⁴⁰¹ *Idem*, p. 30-31.

⁴⁰² MARX, K. e ENGELS, F. “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas” in _____. *Obras escolhidas*. Moscou/Lisboa: Progresso, 1982, p. 178-188, volume I.

⁴⁰³ Acerca da idéia de “revolução permanente” em Marx, ver, entre outras obras, ARCARY, Valério. “Controvérsias sobre a teoria da revolução no ‘testamento’ de Engels” in _____. *O encontro da revolução com a*

Entretanto, o que mais nos interessa no presente momento é frisar como, para Trotsky, as burguesias *tardias*, justamente pela forma retardatária como apareceram historicamente, encontraram-se forçadas a abdicar de levar a cabo uma revolução “democrática” como meio de abrir caminho para o desenvolvimento da sociedade burguesa, restando-lhes apenas a via do compromisso, ao nível do Estado, com as classes proprietárias nobiliárquicas.

Contudo, não obstante o caminho não-revolucionário e extremamente antipopular pelo qual essas burguesias *tardias* conseguiram efetivar a transição ao capitalismo industrial moderno, elas puderam inserir suas nações, recém-unificadas, na disputa que se dava por parte das potências imperialistas pelo domínio das regiões africana e asiática do globo. Dito de outro modo: pelo fato de nações como Alemanha, Itália e Japão terem realizado suas modernizações industriais retardatárias concomitantemente ao processo de monopolização do capital, e não quando o imperialismo já se constituía em uma realidade totalmente dada, ainda lhes foi possível alcançar uma posição de ponta, imperialista, no sistema mundial de Estados. Aproveitando-se das chamadas “vantagens do *atraso*”,⁴⁰⁴ que se expressam principalmente pela possibilidade de “saltar etapas” no processo de industrialização, nações *tardias* como a Alemanha Itália e Japão tornaram-se econômica, política e militarmente fortes o suficiente para se lançar de cabeça na corrida imperialista. Aliás, é a própria elevação dessas nações à condição de conquistadoras em potencial das áreas “coloniais” e “semicoloniais” que marca o início mesmo, se é que se pode assim dizer, do fenômeno imperialista. Em resumo: as nações *tardias*, mesmo tendo realizado suas modernizações industriais com um *atraso* significativo se comparadas a nações como Inglaterra, França e até mesmo Estados Unidos, as realizaram em um momento no qual o proletariado não era ainda um sujeito político totalmente independente na luta de classes, como o viria a ser em breve, e quando a divisão do mundo entre as grandes potências imperialistas ainda não atingira uma configuração muito bem delimitada. Se, por um lado, o caminho democrático-revolucionário mostrou-se impossível de ser trilhado pelas burguesias *tardias*, a transição ao moderno capitalismo industrial e a ruptura, mesmo que parcial, com a velha ordem política ainda puderam ser feitas sem que a revolução proletária se tornasse iminente, e a tempo de incluir as nações *tardias* no hall das potências imperialistas.

história. Socialismo como projeto na tradição marxista. São Paulo: Sundermann/Xamã, 2006, p. 149-196; BENSID, Daniel. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999, p. 45 e BIANCHI, Alvaro. “Democracia e revolução no pensamento de Marx e Engels (1847-1850)” in *Outubro*, nº. 16. São Paulo, 2007, p. 109-143.

⁴⁰⁴ A expressão “vantagens do atraso” foi utilizada pioneiramente por Thorstein Veblen, em um ensaio datado de 1915 dedicado ao processo histórico e econômico do desenvolvimento industrial da Alemanha imperial (VEBLEN, Thorstein. *Imperial Germany and the industrial revolution*. New York: Kessinger Publishing CO, 2007).

Desse modo, o fardo do *atraso* cairia, porém agora de modo inescapável, sobre as costas das burguesias que somente em fins do século XIX “deram as caras” na cena histórica. Retardatárias não só em relação às burguesias dos países originários do capitalismo (Inglaterra, França, Estados Unidos), mas também em relação às burguesias *tardias* (Alemanha, Itália, Japão), essas burguesias que aqui denominamos de *hipertardias* não só se mostraram incapazes de realizar uma revolução “democrática”, como também se viram durante um bom tempo absolutamente subordinadas na esfera política às antigas classes dominantes, de origem agrária.⁴⁰⁵ No que diz respeito ao peso econômico e político destas burguesias no sistema mundial de Estados, pode-se dizer que nenhuma delas possuiu a capacidade de atribuir às suas nações um papel de protagonista na trama imperialista; na enorme maioria dos casos, entretanto, o que restou mesmo a essas nações em questão foi assumir uma condição indiscutivelmente “colonial” ou “semicolonial” no sistema mundial de Estados.

Arriscando-nos a afirmar a existência de uma espécie de “ranking do *atraso*” na “teoria da história” de Trotsky,⁴⁰⁶ podemos apresentar enquanto pertencentes ao “grupo” das burguesias *hipertardias* aquelas classes proprietárias industriais que apenas sob a fase monopolista do capital tornaram-se econômica e politicamente relevantes em suas nações, isto é, aquelas burguesias que só passaram a existir enquanto classes de fato quando o fenômeno imperialista já se fazia presente. Em função do demasiado *atraso* histórico com o qual surgiram, essas burguesias se depararam com dois elementos centrais que determinariam a trajetória politicamente contra-revolucionária e economicamente subalterna a qual estariam destinadas a cumprir ao longo do século XX: a existência, no plano mundial, de um proletariado politicamente independente e substancialmente temperado em suas cruentas lutas desde 1848, e a configuração de uma ordem mundial imperialista, na qual se destacavam como potências expansionistas tanto as nações originárias do capitalismo quanto as *tardias*. Vejamos, rapidamente, um pouco sobre esses dois aspectos.

Conforme mencionamos, contrariamente ao que fizera a *clássica* burguesia francesa (em particular sua ala jacobina), as burguesias *tardias* viram-se impedidas de, em seus respectivos países, conduzir a “Nação” (o “povo”) em uma caminho revolucionário-democrático voltado para a destruição dos antigos privilégios feudais. O modo conciliatório e profundamente antipopular pelo qual se deu politicamente a passagem a uma sociedade

⁴⁰⁵ Sem ignorar todas as inúmeras diferenças históricas entre as burguesias industriais russa e brasileira, achamos possível, por exemplo, comparar a situação política da primeira em relação ao regime czarista com o papel desempenhado pela segunda no sistema político da “República Velha” (1889-1930).

⁴⁰⁶ Trotsky chegou a usar, certa feita, a expressão “hierarquia do atraso”, como veremos em uma citação adiante. TROTSKY, L. “La revolución china” in _____. *La teoría de la revolución permanente*. Op. cit, p. 527. Discutiremos essa “hierarquia” um pouco mais à frente.

industrial moderna nos países *tardios* foi resultado, antes de mais nada, da já substantiva presença de um novo sujeito social no interior dessas formações sociais: o proletariado. Contudo, se o proletariado não era mais socialmente insignificante como à época do jacobinismo francês, a ponto de permitir a direção política burguesa sobre aquilo que se denominava “Nação” (o “terceiro Estado”), este ainda não possuía condições políticas que lhe possibilitassem seguir um caminho independente da própria classe burguesa à qual se opunha na vida econômica diária. Acerca da revolução alemã de 1848, constatou Trotsky:

O proletariado era demasiado débil, se encontrava sem organização, sem experiência e sem conhecimentos. O desenvolvimento capitalista havia progredido o suficiente para fazer necessária a abolição das velhas condições feudais, mas não tão suficiente para permitir que se destacasse a classe operária – o produto das novas condições de produção – como uma força política decisiva. O antagonismo entre o proletariado e a burguesia havia se desenvolvido demasiadamente no marco nacional da Alemanha para que ainda fosse possível à burguesia figurar intrepidamente com o papel de protagonista nacional; mas não havia se desenvolvido tanto para que o proletariado pudesse tomar para si esse mesmo papel.⁴⁰⁷

Entretanto, as décadas que separaram as modernizações industriais dos países *tardios* da dos países *hipertardios* foram suficientes para que o proletariado pudesse caminhar por suas próprias pernas. Mesmo derrotada, a Comuna de Paris de 1871 havia servido de exemplo para toda a burguesia mundial no que diz respeito às forças revolucionárias do proletariado. A transformação dos trabalhadores em uma classe politicamente independente e disposta a lutar violentamente pelo fim da propriedade privada fez com que, em escala mundial, a burguesia passasse a ser abertamente contra-revolucionária. Foi nesse contexto internacional determinado essencialmente pelo antagonismo entre revolução proletária e contra-revolução burguesa que as classes industriais das nações *hipertardias* subiram ao palco da luta de classes.

Segundo Trotsky, num contexto histórico no qual a burguesia, enquanto classe internacional, já agia politicamente guiada pelo signo da contra-revolução, não restaria a essas burguesias temporãs nada mais do que se portarem de um modo claramente contra-revolucionário. Nota-se aqui mais uma vez o “internacionalismo metodológico” do revolucionário russo a que se referiu Alvaro Bianchi: mesmo que os proletariados dos países *hipertardios* não tivessem ainda um peso social expressivo e, conseqüentemente, uma política revolucionária, fazia-se necessária às burguesias desses países, em função de serem parcelas nacionais de uma classe internacional que já se enfrentava irreconciliavelmente com outra classe internacional (o proletariado), a adoção, mesmo que em muitos casos de um modo apenas preventivo, de uma política abertamente contra-revolucionária. Novamente, para

⁴⁰⁷ TROTSKY, L. L. *Resultados y perspectivas*. Op. cit., p. 32. Tradução nossa.

Trotsky, é a inserção no todo que, dialeticamente, determina muito da dinâmica social das partes.

Além dessa determinação “externa” na política das burguesias *hipertardias*, devemos chamar a atenção para o fato, já mencionado, de que a própria dinâmica de industrialização das nações *atrasadas* (que, por sua vez, é também “externamente” determinada, como já foi visto) enseja uma correlação de forças política favorável ao proletariado. A “queima” de etapas presente no processo de modernização capitalista industrial dessas nações acaba por originar um crescimento rápido do proletariado e a sua concentração em grandes fábricas que operam a partir das inovações técnicas mais recentes no plano mundial; a burguesia, recém-surgida, percebe-se, então, frente a frente com seu antagonista histórico antes mesmo de ter amadurecido econômica, política e culturalmente enquanto classe.⁴⁰⁸

Essa situação social de temor do proletariado na qual se encontraram as burguesias *hipertardias* – situação esta constituída tanto pela etapa histórica da luta de classes na esfera mundial quanto pelo *desenvolvimento desigual e combinado* que se faz presente nas industrializações retardatárias – explica, em grande parte, não só a incapacidade revolucionária por parte dessas burguesias (tal como no caso de suas *irmãs do meio*, as burguesias *tardias*) como também, no caso da Rússia, por exemplo, a sua subordinação completa às formas de poder político de natureza autocrática, correspondentes muitas vezes a um período histórico pré-capitalista. Para Trotsky, na modernização capitalista dos países mais *atrasados* verificava-se, com toda a clareza, não só a dissociação completa entre desenvolvimento industrial e revolução “democrático-burguesa”, como também a sua associação inquebrantável à contra-revolução política efetivada por parte das burguesias nativas, o que abria caminho ao bonapartismo. Seja abraçando e revitalizando instituições tirânicas de matriz aristocrática, seja optando pela implementação das formas repressivas mais modernas de regime político existentes no cenário mundial, as burguesias *hipertardias* estavam impossibilitadas de instaurar, a não ser de modo parcial e efêmero, formas políticas efetivamente democrático-parlamentares de dominação. Vale registrarmos que no caso das modernizações industriais ultra-retardatárias, como, por exemplo, as ocorridas nos países latino-americanos (que se deram, de modo substancial, apenas a partir da década de 1930), as burguesias nativas, dado o contexto histórico na qual se encontravam, lançaram mão desta segunda alternativa. Não por acaso, Vargas e Perón, por exemplo, estiveram à frente de regimes bonapartistas que continham traços da mais moderna experiência ditatorial da Europa de sua época, o fascismo.

⁴⁰⁸ Foi observando essa dinâmica social que Trotsky apontou o que seria a força “relativa” do proletariado e, dialeticamente, a fraqueza, também “relativa”, das burguesias nessas formações sociais demasiadamente *atrasadas*, como veremos um pouco adiante.

Na obra de Trotsky, a saga trágica da burguesia russa adquire um caráter paradigmático no que diz respeito às (im)possibilidades políticas das classes proprietárias industriais que muito tarde fizeram-se presentes historicamente. Deparando-se, praticamente desde seu alvorecer, com operários que a ela se “opunham rancorosamente na vida cotidiana e que, muito cedo, aprenderam a dar um sentido mais geral aos seus objetivos”,⁴⁰⁹ a burguesia russa, *hipertardia*, viu-se incapacitada de protagonizar até mesmo qualquer tarefa de cunho “reformista”. A presença do proletariado a levou a reforçar ainda mais seus laços com a nobreza proprietária, cerrando fileiras com ela na defesa da inviolabilidade da propriedade privada. Fraca, temerosa de qualquer abalo social, organicamente atrelada à aristocracia e economicamente dependente do Estado promotor da industrialização, a burguesia russa não teve outra escolha senão a de, docemente constrangida, submeter-se a uma estrutura política de cunho medieval, o absolutismo czarista.

O caso das burguesias latino-americanas também pode ser tomado na obra de Trotsky enquanto exemplo da natureza política abertamente contra-revolucionária das classes industriais *hipertardias*. Ainda mais retardatárias do que a burguesia russa, e também subordinadas às classes dominantes rurais e aos Estados-sujeitos da modernização capitalista, as burguesias industriais latino-americanas assistiram, em função da “queima” de etapas constituinte da dinâmica industrial das nações *atrasadas*, a um crescimento extremamente acelerado de “seus” proletariados. A existência, nas sociedades industriais em formação na América Latina, de uma correlação de forças relativamente favorável aos trabalhadores, gerada, precipuamente, por essa desproporção de pesos sociais entre as classes fundamentais da cena política, fez com que as burguesias nativas lançassem mão, quase que constantemente, de regimes não-democráticos como forma possível de dominação política de classe. A história latino-americana do século XX, até pelo menos meados da década de 1980, foi uma prova incontestável da validade do raciocínio de Trotsky no que se refere à relação, inversamente proporcional, entre desenvolvimento industrial capitalista e democracia burguesa nas nações *atrasadas*. Esse mesmo raciocínio, ainda segundo Trotsky, seria válido, em termos gerais, também para os continentes africano e asiático.⁴¹⁰

Há, contudo, tanto no caso da burguesia russa quanto no das latino-americanas (e também no das africanas e asiáticas) um outro aspecto explicativo de suas naturezas contra-revolucionárias: a forte presença do capital estrangeiro no interior das formações sociais *hipertardias*. Tal aspecto nos remete à outra condição histórica, apontada há pouco, com a qual as burguesias demasiadamente *atrasadas* se defrontaram no momento em que levaram a

⁴⁰⁹ TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa*. Op. cit, p. 30.

⁴¹⁰ Vale aqui lembrar os escritos supracitados de Trotsky acerca de países como China e África do Sul.

cabo as modernizações capitalistas de suas nações: a existência de um sistema mundial de Estados já estruturado, em fins do século XIX, pela lógica imperialista.

A monopolização do capital, como é sabido, esteve diretamente associada a um processo de internacionalização cada vez maior deste, o que fez com que as industrializações realizadas a partir de fins do século XIX tivessem no capital estrangeiro um ingrediente fundamental. Por uma questão de temporalidade histórica, não foi possível às nações *hipertardias* empreenderem o desenvolvimento de suas forças produtivas sem que encontrassem no capital imperialista, proveniente das nações preteritamente industrializadas, um impulsionador econômico de suas industrializações e, ao mesmo tempo, um obstáculo incontornável para o alcance de suas autonomias política e econômica. O *atraso*, mais uma vez, cobrava seu preço; todavia, diferentemente do caso das nações *tardias*, ele agora o cobrava em dobro: não só as burguesias *hipertardias* não poderiam ser revolucionárias ou mesmo “democráticas”, como também lhes estava vetada, historicamente, a possibilidade de virem a dirigir grandes potências imperialistas que ocupassem os papéis principais na novela mundial. Em outras palavras: a existência de nações imperialistas de primeiro time no sistema mundial de Estados foi, sem dúvida, um fator impeditivo para que outras nações também viessem a sê-lo.

Mais uma vez vem ao caso o exemplo da Rússia. A forte presença do capital estrangeiro (especialmente o inglês, o francês, o belga e o alemão) na economia russa, e em particular no ramo industrial, foi determinante no que diz respeito à carência de força política da burguesia do país. O alto índice de investimento de capitais estrangeiros no território russo fazia com que a burguesia local se visse desinteressada de travar uma luta “democrático-burguesa” contra o regime autocrático, já que as potências imperialistas tinham no czarismo uma instituição política que garantia seus lucros. Além disso, essa penetração externa de capital na Rússia debilitava significativamente sua burguesia, impossibilitando-a de adquirir uma consistência e organicidade típicas de uma verdadeira classe “nacional” capaz de dirigir os diversos segmentos sociais. Tal aspecto só fazia aumentar seu temor de que viesse a ser o proletariado, e não ela própria, o sujeito social a dirigir o grosso da população, o campesinato, em uma luta política de caráter antiabsolutista – o que, de certo modo, acabou ocorrendo em fevereiro de 1917.

No plano internacional, uma das conseqüências dessa maciça inserção dos investimentos estrangeiros na Rússia foi o fato de que o país não logrou ocupar mais do que uma posição rebaixada enquanto nação imperialista. A fragorosa derrota militar para o império japonês na primeira metade da década de 1900 foi um indício claro de que a primeira e segunda fileiras do teatro imperialista já tinham seus assentos devidamente ocupados,

respectivamente, pelas nações capitalistas originárias e *tardias*. Coube à Rússia, resignada, conformar-se com a terceira fileira. O papel extremamente subalterno ocupado pela Rússia, cerca de dez anos depois do fim da guerra russo-nipônica, no bloco imperialista da *Entente* durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não deixou dúvidas quanto a isso. A subserviência econômica, política e militar da burguesia russa face às demais burguesias imperialistas da *Entente* a impediu, e a seus aliados mencheviques e socialistas-revolucionários, de retirar da guerra uma nação já completamente exaurida e quase derrotada, o que, conseqüentemente, tornou perceptível aos operários, soldados e camponeses russos o fato de que somente os bolcheviques eram seus sinceros e legítimos intérpretes. A dependência econômica da burguesia russa diante dos banqueiros e industriais estrangeiros fez com que esta fosse incapaz de tomar uma única atitude, digamos, “nacional”; no caso, uma atitude que poupasse “sua” população, em especial “seus” camponeses e operários que serviam no *front*, de uma carnificina inaudita gerada, essencialmente, pela cobiça de outrem. Tal impotência custou à burguesia russa, nada mais nada menos, do que sua própria existência social.

Quanto aos países latino-americanos, asiáticos e africanos, pode-se dizer que há uma diferença de qualidade em relação à Rússia, no que diz respeito ao papel exercido pelo capital imperialista. Ainda mais industrialmente retardatários que a terra dos czares e, desde muito tempo, inseridos de modo subalterno em um sistema capitalista mundial ainda em formação, vieram esses países a assumir um caráter “semicolonial” ou propriamente “colonial” na ordem mundial imperialista configurada a partir de fins do século XIX. Suas burguesias, desde suas gêneses vinculadas ao capital estrangeiro e submetidas ao imperialismo, expunham uma “debilidade” política ainda mais agravada do que as de nações como a Rússia, que, afinal de contas, era uma nação imperialista, ainda que de terceira linha. Periféricas e dependentes até o âmago do capital externo, essas burguesias, segundo Trotsky, pouco ou quase nada podiam (e queriam) em termos de efetivação de medidas que, mesmo que de longe, lembrassem algo de “revolucionário” ou “democrático”:

Nem uma só das tarefas da revolução “burguesa” pode realizar-se nos países atrasados [aqui Trotsky refere-se especificamente aos países “coloniais” e “semicoloniais”] sob a direção da burguesia “nacional”, porque esta, desde seu nascimento, surge com apoio externo como classe distanciada e hostil ao povo. Cada etapa de seu desenvolvimento a liga mais estreitamente ao capital financeiro externo do qual é, em essência, agente. [...]

Desde logo não se pode identificar a Rússia com a China. Com todos os traços importantes que compartilham, as diferenças são bastante óbvias. Mas não é difícil dar conta de que essas ditas diferenças não debilitam, e sim fortalecem as conclusões fundamentais do bolchevismo. Em certo sentido a Rússia czarista também era um país colonial, o que se expressava no papel predominante do capital externo. Mas a burguesia russa gozava dos benefícios de uma independência muito maior do que a China. A Rússia era um país imperialista.⁴¹¹

⁴¹¹ TROTSKY, L. “La revolución china”. *Op. cit.*, p. 528-533

Polemizando, em 1938, com a direção estalinista da IC em função da postura “etapista” por ela adotada durante a revolução chinesa de 1925-1927, Trotsky expôs como as burguesias “coloniais” e “semicoloniais” eram ainda mais reacionárias do que havia sido, nas duas primeiras décadas do século XX, a burguesia russa: “As diferenças entre China e Rússia – a dependência incomparavelmente maior da burguesia chinesa em relação ao capital estrangeiro, a ausência de tradições revolucionárias independentes no seio da pequena-burguesia, a atração massiva de operários e camponeses para a bandeira do *Komintern* – exigiam [na China] uma política ainda mais intransigente, se isso fosse possível, que na Rússia.”⁴¹²

Recorrendo mais uma vez ao “ranking do *atraso*” que pode ser entrevisto na obra de Trotsky, podemos dizer que os países “coloniais” e “semicoloniais” seriam os mais *atrasados* dentre os *atrasados*, dada a imbricação presente nestes entre modernização industrial capitalista retardatária e subordinação ao imperialismo.⁴¹³ Assim, a luta pela revolução socialista nessas formações sociais *hipertardias* estaria intimamente associada à luta pela realização das tarefas “democráticas” e pela libertação do jugo imperialista. Em outro texto de 1938, este de natureza exclusivamente programática, Trotsky indicou a política a ser efetivada pelos revolucionários nas regiões mais *atrasadas* do globo:

Os países coloniais e semicoloniais são, por sua própria natureza, atrasados. Estes países vivem em condições de domínio mundial do imperialismo. Seu desenvolvimento, conseqüentemente, tem um caráter combinado: reúnem em si as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista. É isto que determina a política do proletariado dos países atrasados: ele é obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial. Nessa luta, as palavras de ordem democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas decorrem umas das outras. Apenas havia iniciado a organização de sindicatos, o proletariado chinês foi obrigado a pensar nos conselhos. É nesse sentido que o presente programa [o “Programa de Transição”] é plenamente aplicável aos países coloniais e semicoloniais; pelo menos onde o proletariado já é capaz de possuir uma política independente.

⁴¹² *Idem*, p. 533

⁴¹³ Vale dizer que Trotsky afirmou a existência de diferentes gradações de *atraso* no interior do conjunto de países “coloniais” e “semicoloniais”: “Os países coloniais e semicoloniais – atrasados, portanto –, que abarcam a maior parte da humanidade, diferem extraordinariamente entre si quanto ao grau de seu atraso. Ocupam uma escala histórica que vai do nomadismo e ainda do canibalismo até a cultura industrial mais moderna. Essa combinação de extremos caracteriza em maior ou menor grau a todos os países atrasados. Contudo, a *hierarquia do atraso*, se é possível empregar o seguinte termo, se vê determinada pelo peso específico dos elementos de barbárie e cultura na vida de cada país colonial. A África Equatorial está muito atrasada em relação à Argélia, o Paraguai em relação ao México, e a Abissínia em relação à Índia ou China. Detrás de sua dependência econômica comum da metrópole imperialista, a dependência política tem em alguns casos o caráter de escravidão colonial aberta (Índia, África Equatorial), enquanto que em outros se vê ocultada pela ficção da independência estatal.” TROTSKY, L. *Idem*, p. 527-528. Grifos nossos. Cabe apontar aqui que a existência de uma “via colonial” do desenvolvimento capitalista foi proposta para o caso brasileiro por José Chasin em seu trabalho sobre o líder integralista Plínio Salgado (CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. 2ª edição. Belo Horizonte/ São Paulo: Una Editora/ Estudos e Edições Ad hominem, 1999).

Os problemas centrais desses países coloniais e semicoloniais são: a *revolução agrária*, isto é, a liquidação da herança feudal, e a *independência nacional*, isto é, a derrubada do jugo imperialista. Essas duas tarefas estão estreitamente ligadas uma à outra.

É impossível rejeitar pura e simplesmente o programa democrático; é necessário que as próprias massas o ultrapassem na luta [...] É necessário armar os operários com esse programa democrático. Somente eles poderão sublevar e reunir os camponeses. Baseados no programa democrático e revolucionário é necessário opor os operários à burguesia “nacional” [...] Somente eles são capazes de levar a revolução democrática até o fim e, assim, abrir a era da Revolução socialista.⁴¹⁴

Nota-se claramente acima a utilização da “teoria da revolução permanente”, esboçada desde 1906 com vistas à aplicação na Rússia czarista, para dar conta do caráter da revolução nos países “coloniais” e “semicoloniais”. Na análise de Trotsky, o peso do capital estrangeiro nesses países é decisivo (mais do que o foi na própria Rússia) no que diz respeito à determinação das possibilidades políticas de suas burguesias nativas. O imperialismo não é, na perspectiva trotskista, apenas um elemento “a mais”; ele é um fator estruturante das relações sociais na periferia do sistema capitalista. Contudo, diferentemente dos “etapistas” e “dualistas” de todo tipo, o imperialismo não é tratado por Trotsky como uma entidade “externa” às áreas submetidas a ele, nas quais teria como “cônsules” apenas o “latifúndio” e os setores mais reacionários e “arcaicos” da burguesia local (“burguesia agrária”, mercantil”, “compradora” etc.). Longe de operar com uma dicotomia “*Nação x antinação*” e depositar suas esperanças políticas em uma “burguesia nacional” de cunho “progressista”, Trotsky, invocando justamente a historicidade dos países periféricos, afirmava o comprometimento inquebrantável do conjunto das classes dominantes “coloniais” e “semicoloniais” com o imperialismo.

Organicamente vinculadas ao capital estrangeiro, as burguesias periféricas nada podiam (e queriam) em termos da realização de rupturas de fato com o imperialismo e, conseqüentemente, da efetivação de medidas “democráticas” que atendessem às amplas massas populares. Dada a “rapina” imperialista exercida nas áreas periféricas, ou seja, o encaminhamento para o exterior de grande parte do resultado da exploração do trabalho local, as burguesias “coloniais” e “semicoloniais” gozariam de pouquíssima margem de manobra econômica face às demandas do proletariado crescente. Desse modo, o regime “democrático-burguês”, pelo menos enquanto uma forma não meramente circunstancial e extremamente efêmera de dominação política, constituía-se em uma impossibilidade histórica para as regiões “coloniais” e “semicoloniais”. A nosso ver, as várias ocorrências de ditaduras militares e regimes bonapartistas (mais ou menos repressivos, mais ou menos militarizados) na Ásia,

⁴¹⁴ TROTSKY, L. *Programa de Transição. Op. cit.*, p. 41-43. Grifos do autor.

América Latina e África ao longo do século XX não deixam de constituir provas empírico-históricas da validade da assertiva trotskista.⁴¹⁵

No que concerne mais especificamente aos países latino-americanos, Trotsky apontou como a “relativa debilidade” de suas burguesias, proporcionada pelo papel preponderante do capital estrangeiro nas economias locais, assim como pelo já mencionado crescimento acelerado do proletariado, as levaria a erigir os tais regimes “bonapartistas *sui generis*” como modo possível de domínio de classe. Como veremos mais detalhadamente a seguir, esses poderiam, de acordo com as condições sócio-históricas de cada país, ou apoiar-se na mobilização controlada das massas para melhor barganhar com o imperialismo (variante “semibonapartista democrática”, também denominada de “semidemocrática”, inspirada no regime cardenista mexicano), ou simplesmente controlá-las a partir da mais brutal repressão (variante “ditatorial policial-militar”/“semifascista”, inspirada no regime de Vargas a partir de 1935). Por ora, o que nos interessa é chamar a atenção para a existência, no interior da perspectiva histórica de Trotsky sobre a América Latina, de uma relação entre imperialismo, burguesias nativas contra-revolucionárias e a impossibilidade de implantação de democracias burguesas como forma de dominação sobre o jovem proletariado do continente. A idéia, presente nos escritos latino-americanos de Trotsky, de uma espécie de *tendência estrutural* ao bonapartismo na região (seja ele “semidemocrático” ou “policial-militar”) é consequência analítica direta da relação exposta acima.

À guisa de conclusão deste tópico, gostaríamos apenas de pontuar algumas questões referentes à afirmação, que permeia a obra de Trotsky, de uma “debilidade” por parte das burguesia *atrasadas*, em especial a das pertencentes aos países “coloniais” e “semicoloniais”.

Decerto, não por acaso foi que Trotsky, na maioria das vezes em que se referiu a essa “debilidade”, fez questão de anteceder ou suceder tal adjetivação pelo termo “relativa”. Interpretando os textos de Trotsky nos quais têm lugar suas análises sobre as classes dominantes industriais das formações sociais *hipertardias*, supomos que a utilização da expressão “relativa debilidade” (ou “debilidade relativa”) para caracterizar a natureza social e política destas burguesias deve-se aos seguintes aspectos.

Em função do *desenvolvimento desigual e combinado* que opera na industrialização *ultra-retardatária* da periferia capitalista, as burguesias nativas das regiões “coloniais” e “semicoloniais”, assim como já havia ocorrido com a burguesia russa, depararam-se com proletariados que rapidamente cresciam e (saltando “etapas” também na formação de suas consciências) organizavam-se a partir das ideologias operárias mais elaboradas do cenário mundial, em especial o comunismo. Assim, a “relativa debilidade” das burguesias latino-

⁴¹⁵ Não custa lembrar que, em muitos casos, as ditaduras militares encerram um conteúdo bonapartista, e que o elemento militar ocupa sempre um papel importante (com maior ou menor peso) em todo regime bonapartista.

americanas, por exemplo, explicava-se, em parte, pela força também “relativa” do proletariado; é acima de tudo uma questão de correlação de forças, e não de mensuração de naturezas sociais em absoluto. Para Trotsky, um pilar fundamental dessa correlação de forças favorável ao proletariado latino-americano, e que, portanto, fazia (faz) das burguesias da região classes “relativamente débeis”, era (é) o já mencionado peso do capital estrangeiro nas economias submetidas ao imperialismo:

Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia *nacional* em relação ao proletariado nacional.⁴¹⁶

Como nos países atrasados o papel principal não é jogado pelo capital nacional e sim pelo estrangeiro, a burguesia nacional ocupa, quanto a sua localização social, uma posição desproporcionalmente inferior ao desenvolvimento atingido pela indústria. Como o capital estrangeiro não importa operários e sim proletariza a população nativa, o proletariado nacional começa muito rapidamente a jogar o papel mais importante na vida nacional.⁴¹⁷

O outro aspecto a ser mencionado é também de ordem comparativa, relacional. Ao se debruçar sobre a natureza das burguesias “coloniais” e “semicoloniais”, Trotsky, implícita ou explicitamente, as comparou com as burguesias das nações *avançadas*, imperialistas. Diferentemente do ocorrido com estas últimas, não seria permitido às classes dominantes industriais periféricas, dada a ausência em seus países de “bases materiais” necessárias ao atendimento satisfatório das reivindicações trabalhistas, estabelecer, a não ser muito episodicamente, regimes democrático-burgueses estáveis, o que explicaria o fato de essas burguesias “coloniais” e “semicoloniais” terem recorrido constantemente a formas políticas bonapartistas, em muitas das quais se destacavam expedientes altamente repressivos.⁴¹⁸

A não ser para os teóricos social-democratas que, fetichistamente, consideram a democracia burguesa ocidental como nada mais do que uma imposição dos trabalhadores às suas classes dominantes (o que equivale, conceitualmente, a retirar a adjetivação de “burguesa” dessas democracias), não há dúvidas de que o regime democrático-burguês é uma forma muito mais consistente, estável e segura para as classes dominantes do que o são os regimes ditatoriais de todos os matizes. Assim, não se trata, da parte de Trotsky, de considerar tal ou qual burguesia mais ou menos competente para o exercício de suas funções políticas, e sim do fato de que as burguesias *atrasadas* periféricas, por força das circunstâncias históricas,

⁴¹⁶ TROTSKY, L. “La industria nacionalizada y la administración obrera” in ____ *Escritos latinoamericanos*. *Op. cit.*, p.163. Tradução nossa. Grifo do autor.

⁴¹⁷ TROTSKY, León. “Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista” in ____ *Escritos latinoamericanos*. *Op. cit.*, p.174. Tradução nossa.

⁴¹⁸ No entanto, não custa lembrar que o cardenismo, o varguismo e o peronismo, por exemplo, realizaram programas de reformas sociais nos quais encontravam-se satisfeitas, ainda que minimamente, certas demandas sociais oriundas dos trabalhadores. Contudo, se comparadas aos “direitos sociais” presentes nas democracias européias do pré-Segunda Guerra (para não falar dos chamados “Estados de bem-estar social” – Welfare State – do pós-Guerra), as conquistas da classe trabalhadora obtidas sob esses regimes latino-americanos podem ser denominadas como meras “migalhas”, o que não deixa de confirmar a tese trotskista.

exerceriam sua dominação de um modo diferenciado, e mais frágil, do utilizado pelas burguesias imperialistas das nações originárias do capitalismo – salvo, naturalmente, quando dos períodos excepcionais de crise da dominação democrático-parlamentar nos países *avanzados*. É, portanto, também nesse sentido que as burguesias *atrasadas*, em especial as “coloniais” e “semicoloniais”, são tomadas por Trotsky enquanto classes sociais “relativamente débeis”, ou seja, pelo fato de a dominação política exercida por elas sobre seus antagonistas de classe ser efetivada por intermédio de um mecanismo mais instável e inseguro do que aquele utilizado pelas suas *irmãs mais velhas*.

Por fim, chamamos a atenção nesse ponto para uma possível proximidade existente entre Trotsky e Gramsci no que concerne à caracterização do Estado dos países *avanzados* (do “Ocidente”, na linguagem gramsciana) como mais consistente e, portanto, mais difícil de ser destruído do que o das nações de capitalismo retardatário (no “Oriente”, para Gramsci). Talvez isso ajude a explicar o fato de Trotsky, desde 1906, ter previsto que o capitalismo poderia começar a ruir por um de seus “elos mais fracos” (a Rússia, no caso), e que Gramsci, ao longo de suas reflexões, tenha exposto como a tarefa de destruir o Estado no “Ocidente” seria mais árdua e complicada do que o fora na Rússia, uma nação “Oriental” (ou *atrasada*, no léxico trotskista).

Os “bonapartismos *sui generis*” da América Latina

Feita essa digressão sobre a perspectiva trotskista quanto ao desenvolvimento capitalista em formações sociais *atrasadas*, chegamos, finalmente, às suas análises sobre o tipo de regime bonapartista que mais nos interessa neste trabalho. Derivados, em termos estruturais, da dinâmica *desigual e combinada* pela qual se objetivava a modernização capitalista na América Latina e, em termos mais conjunturais, da situação de crise pós-1929, os “bonapartismos *sui generis*” seriam, no seu entendimento, um produto político essencialmente periférico. Por acontecerem em países de desenvolvimento retardatário e, principalmente, submetidos ao imperialismo, os “bonapartismos *sui generis*” se originariam justamente da relação entre o capital estrangeiro, a classe trabalhadora e a “ascendente burguesia nacional”,⁴¹⁹ sendo esta última uma classe social subordinada ao primeiro e oposta à segunda (“uma camada controlada pelo capital estrangeiro e, ao mesmo tempo, oposta aos operários”).⁴²⁰ Dadas essas condições entre as classes sociais, existiria então um “regime

⁴¹⁹ TROTSKY, L. “La politica de Roosevelt en America Latina”. (3 de setembro de 1938) in ____ *Escritos Latinoamericanos*. *Op. cit.*, p. 93. Tradução nossa. Grifos do autor.

⁴²⁰ TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 132.

semibonapartista entre o capital estrangeiro e o capital nacional, o capital estrangeiro e os trabalhadores”;⁴²¹

Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia *nacional* em relação ao proletariado nacional. Isso cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isso confere ao governo um caráter bonapartista *sui generis*, de índole particular. Este se eleva, por assim dizer, por cima das classes. Na realidade, pode governar ou bem se convertendo em instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado às amarras de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros. A atual política [do governo mexicano] se liga à segunda alternativa; suas maiores conquistas são as expropriações das linhas férreas e das companhias petrolíferas.⁴²²

Em outro trecho, em que distingue o governo do general Cárdenas (1934-1940) do governo de Vargas pós-1935, Trotsky expôs novamente o caráter bonapartista dos regimes e governos latino-americanos, assim como as duas formas que esse bonapartismo assumia no continente:

Estamos em um período em que a burguesia nacional busca obter um pouco mais de independência frente aos imperialistas estrangeiros. A burguesia nacional está obrigada a flertar com os operários, com os camponeses, e temos agora o homem forte do país orientado à esquerda como hoje no México. Se a burguesia nacional está obrigada a abandonar a luta contra os capitalistas estrangeiros e a trabalhar sob sua tutela direta, teremos um regime fascista, como no Brasil, por exemplo. Mas ali a burguesia é absolutamente incapaz de constituir sua dominação democrática porque, por um lado existe o capital imperialista, e por outro, existe o medo do proletariado, porque a história, ali, saltou uma etapa, e porque o proletariado se converteu em um fator importante antes que tenha sido realizada a dominação democrática do conjunto da sociedade..⁴²³

Consideramos que esses dois fragmentos são demonstrativos das elaborações do revolucionário russo acerca da natureza dos regimes políticos que proliferavam na região a partir da década de 1930. Em função de um desenvolvimento retardatário do capitalismo industrial, os Estados latino-americanos tendiam a assumir formas bonapartistas, dada a relação, própria aos países *atrasados*, entre capital estrangeiro, burguesia nacional e o proletariado. Numa conjuntura de crise do sistema capitalista mundial que teria proporcionado uma maior autonomia às nações subordinadas ao capital imperialista, os governos burgueses da América Latina viam-se obrigados a optar – e essa opção não era “livre”, como se pode perceber no segundo trecho citado, mas dependia de condições históricas específicas de cada país – entre se apoiar nas massas trabalhadoras para barganhar com o imperialismo, e simplesmente se render a este impondo àquelas um uma “cerrada ditadura policial-militar” (que podemos considerar como “semifascista”). Após invocar mais uma vez a debilidade

⁴²¹ *Idem.*

⁴²² TROTSKY, L. “La industria nacionalizada...”. *Op. cit.*, p.163-164. Tradução nossa. Grifos do autor.

⁴²³ TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 124. Tradução nossa.

sócio-política da burguesia nativa, determinada tanto pela forte presença do capital estrangeiro na retardatária industrialização, quanto pelo acelerado processo de formação do proletariado periférico (que “começa muito rapidamente a jogar o papel mais importante na vida nacional”),⁴²⁴ Trotsky explicitou mais uma vez as duas variantes dos “bonapartismos *sui generis*”:

Sob tais condições, na medida em que o governo nacional intenta oferecer alguma resistência ao capital estrangeiro, se vê obrigado em maior ou menor grau a apoiar-se no proletariado. Por outro lado, os governos dos países atrasados que consideram inevitável ou mais proveitoso marchar de mãos dadas com o capital estrangeiro destroem as organizações operárias e implantam um regime mais ou menos totalitário. Desse modo, a debilidade da burguesia nacional, a ausência de uma tradição de governo comunal próprio [“comunais”, municipalidades], a pressão do capitalismo estrangeiro e o crescimento relativamente rápido do proletariado cortam na raiz qualquer possibilidade de um regime democrático estável. O governo dos países atrasados, sejam coloniais ou semicoloniais, assume em geral um caráter bonapartista ou semibonapartista. Diferem entre si na medida em que alguns intentam orientar-se para a democracia, buscando apoio nos operários e camponeses, enquanto que outros implantam uma cerrada ditadura policial-militar.⁴²⁵

Podemos notar que para Trotsky, portanto, existiriam duas modalidades, duas variantes destes “bonapartismos *sui generis*” que se configuravam na América Latina pós-oligárquica.

Na modalidade na qual o governo atrelava-se fielmente ao imperialismo e submetia os trabalhadores “às amarras de uma ditadura policial”, Trotsky enquadrou, à guisa de exemplo, além do regime de Vargas pós-1935, o regime de Fulgêncio Batista em Cuba (1934-1944).⁴²⁶ Tais regimes, bastante temerosos de qualquer participação política das massas que uma luta contra o imperialismo poderia desencadear, acabavam por, no máximo, explorar, em proveito próprio, as contradições inter-imperialistas:

Em muitos países latino-americanos, a ascendente burguesia nacional, *buscando uma maior participação no butim e ainda se esforçando para aumentar a medida de sua independência – quer dizer, para conquistar a posição dominante na exploração de seu próprio país* – [...] trata de se utilizar das rivalidades e conflitos dos imperialistas estrangeiros com este fim. Mas a sua debilidade geral e sua retardada aparição a impedem de alcançar um nível de desenvolvimento mais alto que o de servir a um amo imperialista contra outro. *Não podem lançar uma luta séria contra toda a dominação imperialista e por uma autêntica independência nacional* por temerem desencadear um movimento de massas dos trabalhadores do país, que por sua vez ameaçaria sua própria existência social. O exemplo recente de Vargas, que trata de se utilizar da rivalidade entre os Estados Unidos e Alemanha, mas ao mesmo tempo mantém a mais selvagem ditadura sobre as massas populares, vem ao caso.⁴²⁷

⁴²⁴ TROTSKY, León. “Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista” in ____ *Escritos latino-americanos*. *Op. cit.*, p. 174. Tradução nossa.

⁴²⁵ *Idem.*

⁴²⁶ Quanto ao fato de Trotsky ter enquadrado o regime varguista nesta modalidade, vale lembrar que ele foi assassinado em 1940, não assistindo, portanto, à aproximação mais direta com as massas operada por Getúlio a partir de 1943.

⁴²⁷ TROTSKY, León. “La política de Roosevelt en América Latina”. *Op. cit.*, p. 93. Tradução nossa. Grifos do autor.

Trotsky observou com muita precisão a natureza da política diplomática do “Estado Novo” brasileiro às vésperas da Segunda Guerra Mundial a partir dos novos objetivos almejados pelas burguesias periféricas na conjuntura.⁴²⁸ Incapazes de promover uma “autêntica independência nacional”, por conta de sua natureza retardatária e das danosas consequências que um movimento de massas antiimperialista poderia acarretar, restaria a algumas burguesias latino-americanas tirar proveito das disputas interimperialistas com o fito de aumentar suas participações no resultado da “pilhagem”, ao mesmo tempo em que impunham às suas massas uma forma ditatorial de regime.⁴²⁹

Já na outra modalidade de “bonapartismo *sui generis*” presente na região, na qual o aparelho governamental, “manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões”, ganharia deste modo a possibilidade de dispor “de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros”, Trotsky inspirou-se principalmente na formação política mexicana à época de Lázaro Cárdenas. Os regimes que se encaixariam nessa variante de “esquerda” dos “bonapartismos *sui generis*” latino-americanos foram apresentados por Trotsky como dotados de um caráter “semibonapartista democrático”⁴³⁰ (ou “semidemocrático”⁴³¹). Tendo sempre em mente as condições históricas próprias da América Latina, Trotsky apontou a dubiedade presente nesses governos, partidos e movimentos vinculados a essa outra modalidade:

Em todos os casos em que ela [a burguesia nacional] enfrenta diretamente os imperialistas estrangeiros ou os seus agentes reacionários fascistas, nós [a IV Internacional] damos a ela nosso pleno apoio revolucionário, conservando a independência integral de nossa organização, de nosso programa, de nosso partido, e nossa plena liberdade de crítica. O Koumitang na China, o PRM [Partido da Revolução Mexicana] no México, o APRA [Aliança Popular Revolucionária Americana] no Peru são organizações totalmente análogas. É a Frente Popular sob a forma de partido.

Apreciada corretamente, a Frente Popular não tem na América Latina um caráter tão reacionário como na França ou na Espanha. Tem duas facetas. Pode ter um conteúdo reacionário na medida em que está dirigida contra os operários, pode ter um caráter agressivo⁴³² na medida em que está dirigida contra o imperialismo.⁴³³

⁴²⁸ Acerca da política externa do governo Vargas pós-1935, ver MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência. A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1980 e GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Vargas. A influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

⁴²⁹ Vale lembrar aqui, como já expusemos, que essa leitura de Trotsky acerca dos limites políticos da burguesia brasileira, representada à época (ainda que indiretamente) por Vargas, encontra-se dentro de uma análise mais geral das possibilidades históricas das burguesias “coloniais” e “semicoloniais”. Ao analisar o embate da burguesia chinesa, representada pelo Kuomintang, contra o imperialismo japonês às vésperas da Segunda Guerra Mundial, Trotsky afirmou que Chiang Kai-shek lutava contra os invasores japoneses “apenas dentro dos limites” que lhes eram impostos pelos “seus padrões britânicos ou yanquis.” (TROTSKY, L. “La revolución china”. *Op. cit.*, p. 529.).

⁴³⁰ TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 124. Tradução nossa.

⁴³¹ *Idem*.

⁴³² Na edição em espanhol que utilizamos, consta o termo “agresivo”, o que nos levou à tradução “agressivo”. Entretanto, o tradutor da edição em questão, por sua vez, avisou que empregou tal termo, por ter trabalhado com uma edição em língua francesa, na qual tem lugar a palavra “agressive”. Todavia, o próprio tradutor alertou que em outras três edições anteriores de língua espanhola foi usado o termo “progresivo”. De nossa parte, como advertimos, fizemos uso do termo “agressivo” para ser fiel à edição com que trabalhamos; todavia, conhecendo o teor das polêmicas existentes entre os trotskistas, acreditamos que dificilmente as diferentes maneiras de se

Destacamos, aqui, a utilização do termo “*frente popular*” por Trotsky para caracterizar alguns governos e/ou partidos de “colaboração de classe” que se postavam à frente desses regimes “semibonapartistas democráticos” de tonalidade avermelhada. Diferentemente de suas equivalentes européias, as *frentes populares* latino-americanas se expressariam não por uma aliança de partidos reformistas do proletariado (social-democratas e/ou estalinistas) com partidos “democráticos” da burguesia imperialista, e sim pela existência de partidos e/ou governos “nacionalistas-burgueses” que se apoiavam na mobilização controlada das massas com uma plataforma de construção de um capitalismo mais autônomo nos quadros da estrutural dependência externa. Essa constituição periférica, atípica, das *frentes populares* na América Latina proposta por Trotsky parecer decorrer, a nosso ver, da própria natureza do desenvolvimento capitalista na região, o qual, em muitos casos, possibilitou a manobra da classe trabalhadora pelo aparelho estatal bonapartista antes mesmo que ela pudesse construir grandes e significativas organizações políticas independentes (de tipo social-democrata, por exemplo). Impossibilitados de abrir mais esse flanco de discussão, adiantamos apenas que, em nossas considerações sobre o processo político brasileiro 1930-1964, lançaremos mão da noção trotskista de “*frente popular sob a forma de partido*”, em especial quando mencionarmos a dimensão partidária da política de massas varguista operada pelo próprio Vargas e seus sucessores por meio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Observando especialmente o caso mexicano, Trotsky destacou nos “bonapartismos *sui generis*” da região a forte presença do Estado no controle de setores estratégicos da economia, tendo por base a relação dialética entre o capital estrangeiro, burguesia nacional e os trabalhadores na América Latina. Buscando decifrar o sentido da estatização dos poços de petróleo pelo governo do México – que os tomava do “capitalismo estrangeiro sem entregá-los, contudo, aos capitalistas nacionais” –, Trotsky afirmou que se Cárdenas não os distribuía ou não os vendia para a burguesia mexicana era, sobretudo, porque tinha “medo da luta de classe dos operários”, e então optava por dá-los ao Estado: “Criaram assim um *capitalismo de Estado* que nada tem a ver com o socialismo. É a forma mais pura de *capitalismo de Estado*”.⁴³³ Tal aspecto nacionalista desses novos regimes, entretanto, mostrava-se fortemente

traduzir uma adjetivação empregada por Trotsky em relação a determinados governos latino-americanos se deveram única e exclusivamente a questões de natureza lingüística.

⁴³³ TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 124-125. Tradução nossa. Ao comparar o PRM e o APRA com o Koumitang para defender a independência dos trabalhadores diante desse tipo de organização nacionalista-burguesa, o que Trotsky fez foi retomar a crítica por ele próprio feita à subordinação do Partido Comunista Chinês ao partido de Chang-Kai-Shek no período da revolução chinesa de 1925-1927, subordinação esta, como já vimos, orientada pela III Internacional já sob controle do estalinismo.

⁴³⁴ TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 132. Tradução nossa. Grifos nossos. Talvez caiba aqui dizer ainda que, apesar de todas as particularidades categoriais que encerra, o termo “capitalismo de Estado”, mencionado por Trotsky para dar conta do papel do Estado na economia mexicana, nos faz lembrar

limitado, dado que as burguesias latino-americanas, como já vimos, temiam desencadear em seus países substantivos movimento de massas, os quais poderiam ameaçar “sua própria existência social”.

Debruçando-se atentamente sobre os “bonapartismos latino-americanos, Trotsky verificou também uma tendência geral, internacional, ao controle dos sindicatos por parte dos Estados burgueses. O capitalismo em sua fase monopolista não poderia mais permitir a existência de sindicatos independentes “como nos bons velhos tempos em que a burguesia os tolerava porque podia dar-lhes uma liberdade muito maior”.⁴³⁵ Na época agonizante do capitalismo, não seria possível, segundo Trotsky, “restabelecer nos sindicatos a antiga democracia”, assim como consistia em tarefa irrealizável “restabelecer a democracia no Estado”.⁴³⁶ Portanto, ao “transformar os sindicatos em organismos do Estado, o fascismo não inventou nada de novo: simplesmente levou às últimas conseqüências as tendências inerentes ao imperialismo”.⁴³⁷

Segundo Trotsky, o continente latino-americano, integrado no sistema capitalista mundial, não escapava a essa tendência internacional de subordinação dos sindicatos aos Estados. A essência combinada do desenvolvimento na periferia, segundo o teórico, fazia com que “a última palavra em tecnologia, economia e política” fosse assimilada pelas nações *atrasadas*: “O cumprimento dessa lei [do *desenvolvimento desigual e combinado*] pode ser observado nas esferas mais diversas do desenvolvimento dos países coloniais, inclusive no movimento sindical. O capitalismo imperialista opera aqui da maneira mais cínica e descarada. Transporta a um terreno virgem os métodos mais elaborados de sua tirânica dominação”.⁴³⁸

Contudo, devido aos particularismos histórico-sociais das nações submetidas ao imperialismo, a tutela do Estado sobre o movimento sindical na América Latina se explicaria também por outras questões. A tendência à “estatización” dos sindicatos no México, por exemplo, seria explicada por Trotsky da seguinte forma:

expressões como “estatismo”, “nacional-estatismo” e “intervencionismo estatal”, utilizadas por uma vasta gama de autores que se debruçou sobre a dinâmica industrialista brasileira do período 1930-1964. Lembramos também que o próprio Trotsky, em *A revolução traída*, apontou as diferenças existentes entre os conceitos de “capitalismo de Estado” e de “estatismo”: “Durante a guerra, e especialmente durante as experiências da economia fascista, o termo ‘capitalismo de Estado’ é frequentemente entendido com um sistema de intervenção e regulação econômica do Estado. Os franceses usam, para esse caso, um termo bem mais apropriado: o ‘estatismo’. O ‘capitalismo de Estado’ e o ‘estatismo’ têm certamente pontos comuns, mas, como sistemas, serão mais opostos do que idênticos. O ‘capitalismo de Estado’ significa a substituição da propriedade privada pela propriedade estatal e tem, por isso, um caráter parcial. O estatismo, quer seja na Itália de Mussolini, na Alemanha de Hitler, nos Estados Unidos de Roosevelt ou na França de León Blum, significa a intervenção do Estado nas bases da propriedade privada, para salvá-la.” (TROTSKY, L. *A revolução traída*. Op. cit., p. 221-222.).

⁴³⁵ TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina.” Op. cit., p. 133. Tradução nossa.

⁴³⁶ Idem.

⁴³⁷ TROTSKY, L. “Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista”. Op. cit., p. 171. Tradução nossa.

⁴³⁸ Idem, p. 175-176.

Pode-se observar que no México, assim como nos outros países latino-americanos, saltou-se a maior parte das etapas do desenvolvimento. No México, isso começou com a integração dos sindicatos ao Estado. Há uma dupla dominação. A saber, o capital estrangeiro e a burguesia nacional ou, como disse Diego Rivera, uma sub-burguesia – uma camada social controlada pelo capital estrangeiro e ao mesmo tempo oposta aos operários. Um regime semibonapartista entre o capital estrangeiro e o capital nacional, o capital estrangeiro e os trabalhadores. Todo governo pode criar, em situação similar, uma posição que oscile, inclinando-se algumas vezes para a burguesia nacional e o operariado, e outras vezes para o capital estrangeiro. Para sujeitar os operários, integram os sindicatos ao Estado.⁴³⁹

Para Trotsky, esse movimento de incorporação dos sindicatos pelo Estado na América Latina seria determinado por duas grandes tarefas que esses regimes “semibonapartistas” deveriam encarar: “atrair a classe operária, para assim ganhar um ponto de apoio para a resistência contra as pretensões excessivas por parte do imperialismo, e ao mesmo tempo disciplinar os mesmos operários colocando-os sob controle de uma burocracia.”⁴⁴⁰

É interessante mencionar, ainda, o fato de que Trotsky destacou a funcionalidade desse controle do Estado sobre as organizações sindicais para o domínio burguês na América Latina tanto em momentos nos quais a burguesia nacional se enfrenta com o imperialismo, como em outros em que ela é “obrigada a abandonar a luta contra os capitalistas estrangeiros e a trabalhar sob sua tutela direta”.⁴⁴¹ Criticando os legisladores de Cárdenas, defensores de que a estatização dos sindicatos se fazia “para o bem dos interesses dos operários”, Trotsky, em 1940, alertou: “Porém, quando o imperialismo estrangeiro dominar o Estado nacional e puder, com a ajuda das forças reacionárias internas, derrotar a instável democracia e substituí-la por uma ditadura fascista sem disfarces, a legislação sindical pode facilmente se converter em uma ferramenta da ditadura imperialista.”⁴⁴² Definições sociológicas à parte, curiosamente, 24 anos depois do alerta acima, o golpe de Estado antipopulista no Brasil justificaria a preocupação do revolucionário russo, quando a ditadura militar implantada no país, de nítida coloração imperialista, usou e abusou dos dispositivos da legislação sindical populista para combater os trabalhadores organizados e suas lideranças.⁴⁴³

Segundo Trotsky, diretamente vinculadas ao sucesso da empreitada do Estado mexicano na subordinação do movimento sindical, estariam as equivocadas políticas levadas a cabo pelas direções operárias do país, em especial pelo Partido Comunista Mexicano (PCM). O movimento dos trabalhadores mexicanos sofreria, tal como no restante do cenário

⁴³⁹ TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 132. Tradução nossa.

⁴⁴⁰ TROTSKY, L. “Los sindicatos en la era...”. *Op. cit.*, p. 174. Tradução nossa.

⁴⁴¹ TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 124. Tradução nossa.

⁴⁴² TROTSKY, L. “Los sindicatos en la era...”. *Op. cit.*, p. 171. Tradução nossa.

⁴⁴³ Aliás, a legislação sindical corporativista no Brasil demonstrou sua validade para todas as formas de dominação burguesa existentes no país. Criada na ditadura estadonovista de Vargas, ela foi preservada intacta pela Constituição liberal de 1946. Em 1964, como foi dito acima, a ditadura militar dela fartamente se utilizou. Por fim, a Constituição “cidadã” de 1988 manteve vários elementos da estrutura sindical de Vargas, como o “poder normativo” da Justiça, o imposto sindical, a unicidade sindical etc.

mundial, de uma “crise de direção”, na qual as suas demandas e reivindicações eram sistematicamente “traídas” por lideranças que se distanciavam em muito dos princípios revolucionários.⁴⁴⁴ Guiado pelas orientações da III Internacional estalinista, o PCM, após ter, de forma insólita, classificado o governo de Cárdenas como “fascista”, passou imediatamente a um apoio incondicional ao general populista e à sua política de controle dos sindicatos, que, segundo Trotsky, teria por objetivo “disciplinar a classe operária, fazendo-a trabalhar mais ao serviço dos interesses comuns do Estado, que superficialmente parecem coincidir com os da própria classe operária”.⁴⁴⁵ Ora assumindo uma feição “esquerdista”, ora abertamente “oportunista”, a política dos estalinistas mexicanos fundamentava-se numa busca de aliança com a burguesia nacional do país, o que levava, na prática, a uma capitulação frente ao Estado burguês que impunha amarras às atividades sindicais. Orientando seus seguidores nas terras mexicanas, afirmou Trotsky:

[...] no México mais que em qualquer outro lugar, a luta contra a burguesia e seu governo consiste antes de tudo em *liberar os sindicatos de sua dependência frente ao governo*. Formalmente, nos sindicatos mexicanos está todo o proletariado. A essência do marxismo consiste em proporcionar uma direção à luta de classe do proletariado. Mas isso exige sua independência da burguesia. Por consequência, a luta de classes no México tem que estar orientada a ganhar a independência dos sindicatos em relação ao Estado burguês. Isso exige dos marxistas *uma concentração de todas as suas forças contra os estalinistas e toledanistas*.⁴⁴⁶

Encerrando essa apresentação dos “bonapartismos *sui generis*” de Trotsky, reafirmamos, mais uma vez, nossa concepção de que muitos dos elementos constitutivos destes regimes (nas proposições do revolucionário russo) reapareceriam, quase trinta anos depois, nas análises sociológicas sobre o populismo latino-americano, e brasileiro em particular, formuladas por autores como Weffort, Ianni, Marini etc. Mais particularmente – e aqui se encontra uma de nossas principais teses –, *consideramos que a categoria de regime “semibonapartista democrático” pode ser vista como uma espécie de antecessora do*

⁴⁴⁴ Quanto à idéia de “crise de direção”, ver TROTSKY, León. *Programa de Transição... Op. cit.*

⁴⁴⁵ TROTSKY, León. “Los sindicatos en la era...”. *Op. cit.*, p. 178.

⁴⁴⁶ TROTSKY, León. “Problemas de la sección mexicana” in _____. *Escritos Latinoamericanos. Op. cit.*, p. 141. Grifos do autor. Lombardo Toledano, mais importante dirigente sindical mexicano do período, após conflitos com o PCM, passou, imediatamente depois da chegada de Trotsky ao México, a trabalhar lado a lado com os estalinistas, tanto no que dizia respeito à defesa da expulsão do revolucionário do país, quanto no que concernia ao apoio à política de subordinação dos sindicatos pelo Estado promovida pelo governo Cárdenas. A postura do PCM em relação a Cárdenas nos faz lembrar a trajetória política do PCB frente a Getúlio Vargas alguns anos depois, quando os comunistas, nos momentos finais do Estado Novo [1937-1945], enxergaram no antigo ditador “fascista” o principal sujeito de uma “redemocratização” apoiada nas massas populares. Aliás, o não entendimento da natureza contraditória dos regimes “bonapartistas *sui generis*” da América Latina fez com que os partidos comunistas do continente adotassem posturas incoerentes e até mesmo esdrúxulas. Enquanto o Partido Comunista de Cuba, por exemplo, foi capaz de apoiar o primeiro governo de Batista [1934-1944], que continha fortes traços fascistas, o Partido Comunista da Argentina cerrou fileiras com o imperialismo norte-americano [representado na figura do embaixador-golpista Braden] na luta contra Perón e seu governo de “colaboração de classes”. O curioso é que, décadas mais tarde, os estalinistas argentinos, mesmo tendo seus quadros torturados e assassinados pela ditadura militar (1976-1983), chegaram, em função das relações diplomáticas do governo com a União Soviética, a apoiar o sanguinário general Jorge Videla.

conceito de populismo.⁴⁴⁷ No mais, complementando o que dissemos pouco acima, antecipamos também que muitas das teses e categorias apresentadas por Trotsky em seus escritos mexicanos serão por nós mobilizadas numa proposta alternativa de compreensão e periodização da história política brasileira do período 1930-1964, com destaque para o intervalo 1930-1945.

O “bonapartismo soviético”

Para finalizar estas páginas referentes ao pensamento de Trotsky sobre o bonapartismo, relataremos de modo assaz breve as elaborações do revolucionário russo acerca do que ele denominou de “bonapartismo soviético”. Quanto a tal rapidez, a justificamos alegando que, por se tratar de uma variante bonapartista que teve lugar em um Estado de natureza *pós-capitalista* (“Estado operário”, segundo Trotsky), o “bonapartismo soviético” assume no presente trabalho um caráter absolutamente secundário e acessório, já que seus aspectos constitutivos pouca utilidade terão para a discussão que faremos à frente acerca do processo de *autonomização relativa do Estado capitalista* brasileiro, verificado na etapa 1930-1964.

Dito isso, destacamos primeiramente que a utilização, por Trotsky, da noção de “bonapartismo soviético” para caracterizar uma determinada fase da Revolução Russa faz parte de uma lógica interpretativa do processo revolucionário russo que tem nas analogias com a Revolução Francesa um de seus expedientes correntes. Após um bom período de discussão e polêmicas com seus companheiros da Oposição de Esquerda Internacional, Trotsky, por volta de meados dos anos 1930, chegou à conclusão de que o regime então vigente na URSS, apesar de sua profunda diferença infra-estrutural com os regimes que tratamos nas páginas passadas, mereceria também receber o rótulo de bonapartista.⁴⁴⁸ A consolidação bonapartista da burocracia soviética no poder seria, na perspectiva de Trotsky, um corolário do *thermidor* iniciado com a ascensão da fração estalinista ao controle do Estado quando da morte de Lênin, em 1924. Essa *reação thermidoriana*, por sua vez, teria se dado contra a ala revolucionária do partido bolchevique, a qual estivera à frente da condução política do país durante a fase *jacobina* do processo (1917-1924).

Produto, “em última instância”, de uma “aguda luta de classes entre o proletariado e a burguesia”, o bonapartismo de Stalin, tal como o *Consulado* ou o *Império* que encerraram o

⁴⁴⁷ Devemos ressaltar, entretanto, que, apesar de acreditarmos que alguns importantes elementos da realidade histórica e política da América Latina destacados por Trotsky tenham vindo a se constituir em peças-chave para as futuras abordagens de Ianni e Weffort acerca do populismo brasileiro, o regime vigente no Brasil no período em que Trotsky se dedicou a discutir a situação do continente em questão, isto é, o regime altamente coercitivo inaugurado por Vargas a partir do frustrado levante comunista de 1935, não foi classificado pelo revolucionário russo como de tipo “semibonapartista democrático” (ou “semidemocrático”), e sim como um “regime fascista” (uma “cerrada ditadura policial-militar”), como vimos há pouco.

⁴⁴⁸ Uma reconstituição analítica dos debates no interior da OEI sobre o caráter do regime estalinista da URSS pode ser encontrada em DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta banido. Op. cit.*, p. 310-340.

processo revolucionário francês, buscaria por fim ao momento dos radicalizados conflitos entre as várias frações políticas: “Com a ajuda dos aparatos burocrático e policial, o poder do ‘salvador’ do povo e árbitro da burocracia como casta dominante se elevou por cima da democracia soviética reduzindo-a a uma sombra de si mesma. A função objetiva do ‘salvador’ é proteger as novas formas de propriedade usurpando as funções políticas da classe dominante.”⁴⁴⁹

Cabe destacar, portanto, que em busca de uma caracterização sócio-política do bonapartismo estalinista, Trotsky, distintamente de sua abordagem nos demais casos antes observados, recorre prioritariamente a uma comparação histórica com o período napoleônico clássico, e não com o *Segundo Império*, encabeçado por Luís Bonaparte.

Com efeito, o atual bonapartismo do Kremlin o comparamos com o da ascensão burguesa, não com o da decadência; com o Consulado e o Primeiro Império, não com Napoleão III, nem, muito menos, com Schleicher ou Doumergue. A propósito de tal analogia, não se tem a necessidade de atribuir a Stalin as características de Napoleão I; sempre que as condições sociais o exigem, o bonapartismo pode consolidar-se ao redor de figuras de calibres muito diversos.

Do ponto de vista que nos interessa, a distinta base social de ambos os bonapartismos, o de origem jacobina e o de origem soviética, é muito mais importante. No primeiro caso, se tratava da consolidação da revolução burguesa por meio da liquidação de seus princípios e instituições políticas. No segundo caso, se trata da consolidação de uma revolução operária e camponesa por meio do esmagamento do seu programa internacional, do seu partido dirigente, dos seus soviets. Levando até as últimas consequências a política do Thermidor, Napoleão combateu não só o mundo feudal como também a “plebe” e os círculos democráticos da pequena e média burguesia. Dessa forma concentrou os frutos do regime nascido da revolução nas mãos da nova aristocracia burguesa. Stalin não preserva as conquistas da revolução de Outubro só da contra-revolução feudal-burguesa, mas também contra os anseios dos operários, sua impaciência, seu descontentamento; esmaga a ala esquerda, que expressa as tendências históricas progressivas das massas trabalhadoras sem privilégios; cria uma nova aristocracia por meio da extrema diferenciação dos salários, dos privilégios, das hierarquias etc. Apoiando-se nos setores mais altos da nova hierarquia social contra os mais baixos – e às vezes fazendo o inverso –, Stalin conseguiu concentrar totalmente o poder em suas mãos. De que outra forma podemos chamar esse regime, senão de bonapartismo soviético?⁴⁵⁰

A “divinização” do líder (Stalin) e a técnica “plebiscitária” utilizada pela cúpula burocrática face às massas (que são convocadas a se posicionar “a favor ou contra o líder?”)⁴⁵¹ seriam alguns outros elementos que, para Trotsky, confirmariam a natureza bonapartista do estalinismo desde meados da década de 1930. Ampliando em demasia o leque de aplicação do conceito (bonapartismo), Trotsky esboça o argumento de que a estrutura básica do regime bonapartista é passível de se fazer presente em formações sociais as mais variadas, o que, em nossa concepção, acaba por conferir ao fenômeno uma dimensão histórico-temporal de proporções oceânicas:

⁴⁴⁹ TROTSKY, L. “Otra vez sobre la cuestión del bonapartismo. El bonapartismo burgués y el bonapartismo soviético”. *Op. cit.* Tradução nossa.

⁴⁵⁰ TROTSKY, L. “El Estado obrero, el Thermidor y el Bonapartismo”. Extraído de <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro4/T06V127.htm>. (acessado em 26/07/2011). Tradução nossa.

⁴⁵¹ TROTSKY, L. *A revolução traída*. *Op. cit.*, p. 244-245

O cesarismo – ou a sua forma burguesa, o bonapartismo – entra em cena na história quando a áspera luta entre dois adversários parece elevar o poder acima da nação e assegura aos governantes uma independência aparente relativamente às classes, não lhes deixando, na realidade, mais do que a liberdade de que precisam para defender os privilegiados. O regime estalinista, elevando-se acima de uma sociedade politicamente atomizada, apoiando-se na polícia e no corpo de oficiais, sem tolerar controle algum, é obviamente uma variação do bonapartismo – um bonapartismo de um novo tipo nunca visto antes na história. O cesarismo nasceu em uma sociedade baseada na escravatura e abalada por lutas intestinas. O bonapartismo foi um dos instrumentos do sistema capitalista nos seus períodos críticos. O estalinismo é uma variação, mas sobre as bases de um Estado operário, dilacerado pelo antagonismo entre a burocracia soviética organizada e armada e as massas laboriosas desarmadas.⁴⁵²

Fiel ao seu “internacionalismo metodológico”, Trotsky considerava que, “em última análise”, o bonapartismo estalinista devia seu surgimento “ao atraso da revolução mundial”, ou, em outras palavras, “a demora do proletariado na solução dos problemas colocados a ele pela história”. Esperançoso, Trotsky apostava que um movimento revolucionário vitorioso na Europa balançaria não somente os regimes burgueses ultra-reacionários, como o fascismo, mas, também, o bonapartismo soviético. Como se sabe, contudo, o regime formatado pela burocracia estalinista desde a crise sucessória de 1924 ainda teria muitos anos de duração (1991), e seu fastígio político talvez não tenha se verificado nem mesmo na década de 1930 observada por Trotsky, e sim nos anos compreendidos entre a heróica vitória do Exército Vermelho sobre o nazi-fascismo e a morte do “Bonaparte” Stálin em 1953.

Antonio Gramsci e os cesarismos

Observações sobre alguns aspectos da estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica [...] Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas

⁴⁵² *Idem.* p. 244. Domenico Losurdo criticou duramente a caracterização feita por Trotsky do estalinismo como uma forma bonapartista de regime político. Segundo o filósofo italiano, a fonte do poder de Stalin não residiria em seu carisma pessoal ou em seu controle dos meios de comunicação de massa, e sim na atividade e na propaganda de “milhares ou milhões de ativistas e militantes de partido, convencidos, certa ou erradamente, de lutar pela realização de um determinado modelo de sociedade, em conformidade com o patrimônio de idéias de uma precisa tradição revolucionária”. Para Losurdo, tais aspectos, como a existência mediadora de um partido e de um programa políticos na relação entre o líder nacional e as massas populares, iriam de encontro à definição do modelo de bonapartismo por ele traçado. Poucas linhas adiante, Losurdo, mal disfarçando suas preferências políticas estalinistas, afirma que a vitória de Stalin representou a vitória de um “aparelho de partido e de Estado que se autonomiza progressivamente da base por ele ‘representada’ e que derrota uma possível alternativa de tipo bonapartista, que poderia facilmente encarnar-se no líder vitorioso do Exército Vermelho, dotado de um carisma desconhecido nos outros líderes bolcheviques e que, mais do que qualquer outro, parece encarnar a missão de exportação para o mundo de um modelo superior de sociedade e de civilização”. (LOSURDO, Domenico. *Op. cit.*, p. 199.). Na incrível ginástica factual/contra-factual de Losurdo, Stalin aparece como um representante (ainda que autonomizado) de um partido que encarna uma tradição revolucionária, enquanto o internacionalismo de Trotsky não passa de mais uma expressão de seus anseios bonapartistas-militaristas. Um pouco pesado, não acham?

pelos homens providenciais ou carismáticos. Como se formam estas situações de contraste entre representantes e representados, que, a partir do terreno dos partidos (organizações de partido em sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística), reflete-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e, em geral, de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente [...]

A crise cria situações imediatas perigosas, já que os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados. A unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um único partido, que representa melhor e sintetiza as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico e normal, ainda que seu ritmo seja muito rápido e quase fulminante em relação aos tempos tranquilos: representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema vital dominante e de afastar um perigo mortal. *Quando a crise não encontra esta solução orgânica, mas sim a do chefe carismático, isto significa que existe um equilíbrio estático (cujos fatores podem ser muito variados, mas entre os quais prevalece a imaturidade das forças progressistas), que nenhum grupo, nem o conservador nem o progressista, dispõe da força necessária para vencer e que até o grupo conservador tem necessidade de um senhor* (cf. *O 18 Brumário de Luís Napoleão*).⁴⁵³

Em algumas poucas páginas contidas na introdução desta primeira parte, expusemos sucintamente as relações existentes entre “crise de hegemonia” e bonapartismo, lançando mão para isso de alguns fragmentos dos escritos carcerários de Antônio Gramsci. Retomar essa discussão pode ser um bom caminho para iniciarmos agora uma também resumida apresentação das idéias de Gramsci sobre o cesarismo, nome pelo qual, na maioria das vezes, o marxista sardo, desconsiderando um alerta dado pelo próprio Marx, utilizou para se referir ao fenômeno bonapartista.⁴⁵⁴

⁴⁵³ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Volume III. *Op. cit.*, p. 60-61. Os grifos da parte final são nossos (afora o nome da obra de Marx entre parênteses). No trecho em questão fica nítido o caráter “ensaístico” dos escritos carcerários de Gramsci, forma essa adotada devido, sobretudo, às próprias condições em que se processou o trabalho de escrita do autor, as quais o privaram do acesso às obras que lhes serviam de referência. A menção ao clássico livro de Marx sobre o bonapartismo pode ser vista como um pequeno exemplo dessa situação, já que Gramsci o nomeou como *O 18 brumário de Luís Napoleão*, e não como *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, nome com o qual Marx batizara sua obra.

⁴⁵⁴ Em um determinado momento de seus escritos carcerários, Gramsci deixa claro que toma cesarismo e bonapartismo como sinônimos e, a partir de então, em alguns trechos seguintes, passa a trabalhar com o termo bonapartismo (ver GRAMSCI, A. *Op. cit.*, volume III, p. 65-66.). Mais à frente, contudo, Gramsci utiliza apenas a categoria de cesarismo, como poderemos ver nas páginas seguintes. Vale lembrar, entretanto, que o próprio Marx já havia alertado para os problemas do uso do termo cesarismo para dar conta de fenômenos políticos situados na modernidade capitalista: “Finalmente espero que o meu trabalho [*O 18 brumário de Luís Bonaparte*] possa contribuir para afastar o termo ora em voga, principalmente na Alemanha, do chamado *cesarismo*. Nesta analogia histórica superficial esquece-se o mais importante, ou seja, que na antiga Roma a luta de classes desenvolveu-se apenas no seio de uma minoria privilegiada entre os cidadãos livres e os pobres cidadãos livres, enquanto a grande massa produtora, os escravos, formava o pedestal puramente passivo para esses combatentes. Esquece-se a significativa frase de Sismondi: ‘O proletariado romano vivia às expensas da sociedade, enquanto a sociedade moderna vive às expensas do proletariado’. Com uma diferença tão cabal entre as condições materiais e econômicas das lutas de classe antigas e modernas, as formas políticas produzidas por elas hão de ter tanta semelhança entre si como o Arcebispo de Canterbury e o Pontífice Samuel.” (MARX, K. “Prefácio do autor à segunda edição” in _____. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 9. Grifo do autor.). É importante ressaltar, entretanto, que Gramsci não utilizou o conceito de cesarismo na acepção criticada por Marx, e sim, tal como foi o caso de alguns de “seus” conhecidos conceitos (“hegemonia”, “revolução passiva” etc.), tomou-o emprestado da literatura existente e o reelaborou, atribuindo-lhe outro sentido, um sentido conceitualmente novo.

“Crise de hegemonia”, “crise orgânica” e cesarismo

Naquelas páginas introdutórias, vimos como o regime/governo bonapartista emerge como uma saída à “crise de hegemonia” a qual solapa as bases de sustentação do regime democrático-burguês.⁴⁵⁵ Baseando-nos nos escritos de Gramsci, assim como nas já vistas análises de Marx sobre a trama política francesa de 1848-1851, podemos inferir que *a ruptura entre representantes e representados* no campo burguês se manifesta como um momento – e normalmente como um dos últimos momentos – da “crise de hegemonia” que abala a nação e ameaça a ordem do capital. Assim, a ruptura da burguesia e de suas frações com seus partidos tradicionais, ou seja, aquilo que Marx chamou de ruptura da “massa extra-parlamentar” da burguesia com seus representantes políticos no Poder Legislativo (com os parlamentares do *partido da ordem*, no caso francês), aparece como uma das fases finais de um processo de “crise de hegemonia” que pode ter como desfecho um regime em que o núcleo duro do Estado (o Poder Executivo, com sua burocracia e aparelho repressivo), gozando de uma “autonomia relativa” face ao conjunto das classes sociais e de suas respectivas representações políticas habituais, apresente-se como um “árbitro” acima da sociedade.

Jogando com o vocabulário gramsciano, talvez possamos dizer que a “crise orgânica”⁴⁵⁶ exprimiria, assim, um momento, normalmente derradeiro, da “crise de hegemonia”, a qual teria uma duração mais prolongada.⁴⁵⁷ Dito de outro modo: quando, em meio a uma ameaça (real ou potencial) dos setores explorados, nenhuma fração da classe burguesa consegue se impor sobre as demais e exercer o papel de *direção* política da nação, a agudeza do conflito político entre as frações burguesas e entre estas e os setores subalternos leva a que, atemorizada, a maioria da burguesia rompa com as organizações políticas que até então a representavam, já que todas aquelas fracassaram na tarefa de

Avisamos ao leitor que, a partir de agora, passaremos a utilizar o termo cesarismo sem as aspas que o vinham acompanhando até então.

⁴⁵⁵ Lembrando, sempre, que a saída bonapartista/cesarista não soluciona (encerra) por si mesma a “crise de hegemonia”, expressando apenas uma formatação política que permite salvar emergencialmente a sociedade burguesa ameaçada pelos ásperezos conflitos que se verificam na (e que constituem a própria) “crise de hegemonia”.

⁴⁵⁶ Quanto ao conceito de “crise orgânica”, ver BIANCHI, Alvaro. “Crise, política e economia no pensamento gramsciano” in *Novos rumos*, nº. 36. São Paulo, 2002.

⁴⁵⁷ Entretanto, em outros momentos de seus *Cadernos* – como no parágrafo 17 do próprio Caderno 13 que vimos citando –, Gramsci nos possibilita uma interpretação diferente (quicá inversa), ao considerar que os fenômenos de natureza “orgânica” são “relativamente permanentes”, tendendo a ter uma duração mais prolongada. (GRAMSCI, A. *Op. cit.*, volume III, p. 36-38.). Vale lembrar ainda que, como bem nos alertou Marcelo Badaró Mattos, a noção de “orgânico” em Gramsci, para além da questão da temporalidade, refere-se também aos reais interesses das classes fundamentais; nesse sentido, a “crise orgânica” seria aquela que colocaria em risco a própria existência da dominação político-social. Contudo, a nosso ver, essas e outras questões interpretativas sobre a obra do comunista italiano continuam em aberto.

resolver, pelos seus próprios meios político-parlamentares, o impasse político que colocou em xeque a ordem capitalista.

Para além dessas novas propostas de articulação e compreensão dos conceitos de Gramsci, assim como das possíveis conexões conceituais/terminológicas mais específicas entre estes,⁴⁵⁸ o que vale a pena destacar, mais uma vez, é a íntima associação existente entre “crise de hegemonia”/ “crise orgânica” e o fenômeno do bonapartismo. Brotado de um “equilíbrio dos grupos urbanos em luta, que impede o jogo da democracia ‘normal’” (“o parlamentarismo”),⁴⁵⁹ o regime bonapartista se apoiaria, como já dissemos, centralmente nas Forças Armadas e na burocracia. Esta última, segundo Gramsci, sendo “a força consuetudinária e conservadora mais perigosa”, chegaria, em determinadas situações, a se constituir “como um corpo solidário, voltado para si mesmo e independente da massa”, o que faria com que o “partido” terminasse “por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda”, fosse “esvaziado de seu conteúdo social” e ficasse “como que solto no ar”.⁴⁶⁰

Listando personalidades “heróicas” como César, Napoleão I, Napoleão III e Cromwell, o marxista sardo definiu o cesarismo como uma situação “na qual as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode terminar com a destruição recíproca”.⁴⁶¹ Numa linguagem que faz lembrar a da *Física mecânica*, Gramsci afirmou:

Quando a força progressista *A* luta contra a força regressiva *B*, não só pode ocorrer que *A* vença *B* ou *B* vença *A*, mas também pode suceder que nem *A* nem *B* vençam, porém se debilitem mutuamente, e uma terceira força, *C*, intervenha de fora, submetendo o que resta de *A* e de *B*. Na Itália, depois da morte do Magnífico [Lourenço de Médici], sucedeu precisamente isso, como sucedera no mundo antigo com as invasões bárbaras.⁴⁶²

Poucas páginas à frente, encontramos em seus escritos carcerários uma apreciação similar, devidamente acompanhada de ressalvas de ordem metodológica:

O esquema genérico das forças *A* e *B* em luta com perspectiva catastrófica, isto é, com a perspectiva de que nem *A* nem *B* vençam na luta para constituir (ou reconstituir) um equilíbrio orgânico, da qual nasce (pode nascer) o cesarismo, é precisamente uma hipótese genérica, um esquema sociológico (cômodo para a arte política). A hipótese pode se tornar cada vez mais concreta, ser levada

⁴⁵⁸ Acerca de nossas desprezíveis considerações sobre as relações entre “crise de hegemonia” e “crise orgânica”, agradecemos ao amigo e sempre colaborador Demian Melo por suas orientações sobre o tema – sem que isso, evidentemente, o responsabilize pelos eventuais equívocos aqui contidos.

⁴⁵⁹ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. *Op. cit.*, volume III, p. 66.

⁴⁶⁰ *Idem*, p. 61-62.

⁴⁶¹ *Idem*, p. 76. Há aqui – como poderá ser visto logo a seguir no final do trecho que transcreveremos – uma clara referência à clássica passagem de Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, na qual consta a idéia de que a luta entre opressores e oprimidos “terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito” (MARX, K. e ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista* (150 anos depois) (organizador Daniel Aarão Reis Filho). Rio de Janeiro: Contraponto/ São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p. 8.

⁴⁶² GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. *Op. cit.*, volume III, p. 76.

a um grau sempre maior de aproximação com a realidade concreta, o que pode ser obtido especificando-se alguns elementos fundamentais. Assim, ao falar de *A* e *B*, foi dito apenas que elas são uma força genericamente progressiva e uma força genericamente regressiva: pode-se especificar de que tipo de forças progressistas e regressivas se trata e, desse modo, obter maiores aproximações.⁴⁶³

Cesarismo progressista e cesarismo regressista

A compreensão de que o embate entre as forças fundamentais da sociedade (“*A*” e “*B*”) expressaria, a cada tempo histórico específico, uma luta entre sujeitos sociais de conteúdos políticos contrários (“progressivo” e “regressivo”) é a base para a idéia gramsciana de que os vários cesarismos já verificados ao longo da modernidade capitalista encerrariam, eles também, sentidos históricos distintos e, muitas vezes, opostos:

Mas o cesarismo, embora expresse sempre a solução “arbitral”, confiada a uma grande personalidade, de uma situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica, não tem sempre o mesmo significado histórico. Pode haver um cesarismo progressista e um cesarismo regressivo; e, em última análise, o significado de cada forma de cesarismo só pode ser reconstruído pela história concreta e não de um esquema sociológico. O cesarismo é progressista quando a sua intervenção ajuda a força progressista a triunfar, ainda que com certos compromissos e acomodações que limitam a vitória; é regressivo quando sua intervenção ajuda a força regressiva a triunfar, também nesse caso com certos compromissos e limitações, os quais, no entanto, têm um valor, um alcance e um significado diversos daqueles do caso anterior. César e Napoleão I são exemplos de cesarismo progressista. Napoleão III e Bismarck de cesarismo regressivo.

Trata-se de ver se, na dialética “revolução-restauração”, é o elemento revolução ou o elemento restauração que predomina, já que é certo que, no movimento histórico, jamais se volta atrás, e não existem restaurações *in toto*.⁴⁶⁴

Alguns parágrafos adiante, Gramsci retomou essa idéia dos dois cesarismos (“progressista” e “regressista”) buscando novamente relacionar a emergência de cada uma dessas variantes a diferentes etapas históricas do desenvolvimento capitalista. A comparação entre os cesarismos de Napoleão I e Napoleão III foi realizada por Gramsci a partir de um viés que atenta, sobretudo, para a localização temporal desses regimes em duas etapas históricas distintas da burguesia como sujeito político-social, isto é, os períodos revolucionário e contra-revolucionário da classe burguesa, respectivamente. O longo trecho abaixo vale a pena ser conferido com especial atenção:

Nos casos de César e Napoleão I, pode-se dizer que *A* e *B*, embora fossem distintas e contrastantes, não eram forças tais que não pudessem “absolutamente” chegar a uma fusão e assimilação recíproca após um processo molecular, o que de fato ocorreu, pelo menos em certa medida (mas suficiente para pôr fim à luta orgânica fundamental e, portanto, de superar a fase catastrófica). Outro elemento é o seguinte: a fase catastrófica pode emergir por causa de uma deficiência política “momentânea” da força dominante tradicional, e não de uma deficiência orgânica necessariamente insuperável. Foi o que se verificou no caso de Napoleão III. A força dominante na França de 1815 a 1848 dividira-se politicamente (facciosamente) em quatro frações: a legitimista, a orleanista, a bonapartista e a jacobino-republicana. As lutas internas entre as facções eram de tal ordem que tornaram

⁴⁶³ *Idem*, p. 78.

⁴⁶⁴ *Idem*, p. 76-77.

possível o avanço da força antagonista *B* (*progressista*) de forma “precoce”; contudo, a forma social existente ainda não esgotara as suas possibilidades de desenvolvimento, como a história em seguida mostrou amplamente. Napoleão III representou (à sua maneira, de acordo com a estatura do homem, que não era grande) estas possibilidades latentes e imanentes: o seu cesarismo, assim, tem um colorido particular. É objetivamente progressista, embora não como o de César e Napoleão I. O cesarismo de César e Napoleão I foi, por assim dizer, de caráter quantitativo-qualitativo, ou seja, representou a fase histórica de passagem de um tipo de Estado para outro, uma passagem em que as inovações foram tantas e de tal ordem que representaram uma transformação completa. O cesarismo de Napoleão III foi só e limitadamente quantitativo, não houve a passagem de um tipo de Estado para outro, mas só “evolução” dentro do mesmo tipo, segundo uma linha ininterrupta.⁴⁶⁵

A riqueza de elementos contida acima nos impele a tecer algumas rápidas considerações.

Pode-se notar, já à primeira vista, o forte teor histórico que vertebrava a análise gramsciana do fenômeno cesarista/bonapartista. Percebemos, também, como tal perspectiva histórica assemelha-se em muito àquela presente nas interpretações de León Trotsky.

Assim como o marxista russo, Gramsci apontou que a formula política cesarista/bonapartista – isto é, o papel arbitral e relativamente autônomo desempenhado por um governo burocrático-militar face às classes sociais em conflito – seria passível de se verificar nas mais diversas formações sociais, tais como a Roma antiga, a França revolucionária de 1799, a França burguesa de 1851 etc. Ademais, seriam justamente o caráter e o momento histórico dessas formações sociais o que determinaria o tipo de cesarismo (“progressista” ou “regressista”) que se manifestaria concretamente em cada situação específica. Do mesmo modo que Trotsky, o dirigente comunista italiano considerou que o bonapartismo de Napoleão I teria nascido de uma situação em que se verificava a passagem, mais ou menos gradativa, de uma formação social a outra (em uma palavra, a transição do feudalismo ao capitalismo). O primeiro Bonaparte teria representado, assim, as forças do progresso histórico, da burguesia ascendente, ainda que dotado de um ódio anti-jacobino e sob vestes medievais. Trotsky, como vimos há pouco, também assinalou que “Napoleão combateu não só o mundo feudal como também a ‘plebe’ e os círculos democráticos da pequena e média burguesia”.⁴⁶⁶ Em última análise, o bonapartismo de Napoleão I teria sido progressivo porque abria caminho à sociedade burguesa num momento em que esta, lutando principalmente contra as forças feudais regressivas (e apenas secundariamente contra os muito incipientes setores proletários), representava o que havia então de mais avançado, de mais revolucionário na cena histórica. Gramsci lembrou também, com muita propriedade, que aquela expressão cesarista/bonapartista teria derivado de uma situação em que as principais forças sociais em presença, a nobreza e a burguesia, podiam, pelo fato de serem ambas classes proprietárias, acomodar-se de forma “molecular” ao longo do processo de objetivação do

⁴⁶⁵ *Idem*, p. 78-79.

⁴⁶⁶ TROTSKY, L. “El Estado obrero, el Thermidor y el Bonapartismo”. *Op. cit.* Tradução nossa.

modo de produção capitalista, o que não se mostraria possível quando a contradição societária principal expressou-se entre a burguesia e o proletariado. Embora fazendo referência ao papel arbitral das monarquias absolutistas européias, e não propriamente ao desempenhado pelo primeiro Napoleão, Trotsky também considerou, como pudemos ver, que aquele papel “entre os elementos da antiga e da nova sociedade [feudal e burguesa, respectivamente] fora, em certo período, realizável, na medida em que ambos os regimes de exploração [feudalismo e capitalismo] precisavam defender-se dos explorados”.⁴⁶⁷

Chamamos a atenção também para a interpretação de Gramsci relativa ao surgimento e à natureza do *Segundo Império* francês, iniciado com o golpe de Estado assestado pelo “sobrinho” Bonaparte em dezembro de 1851. O marxista sardo, seguindo as análises marxianas contidas n’*O 18 brumário*, tomou o regime de Luís Bonaparte como decorrente de uma situação (“catastrófica”) na qual a classe dominante encontrava-se profundamente dividida em várias frações sociais e correntes políticas. A incapacidade de cada uma destas de sobrepor-se às demais como força dirigente (“deficiência política ‘momentânea’ da força dominante tradicional”) teria sido precisamente o que favoreceu o avanço do proletariado como uma força social “progressista”, ameaçadora da ordem burguesa.

Já a idéia aventada por Gramsci de que tal avanço proletário teria ocorrido “precocemente” parece ter sido uma influência direta das revisões feitas pelo próprio Marx, em sua *Guerra civil na França*, acerca do sentido histórico dos acontecimentos políticos de 1848-1851. Ao associar essa precocidade ao fato de que o capitalismo (“a forma social existente”) “ainda não esgotara suas possibilidades de desenvolvimento”, Gramsci reeditou a tese cunhada por Marx naquela obra – e depois reiterada por Engels em conhecido prefácio a ela – de que o bonapartismo francês surgira de um equilíbrio político que exprimiria uma situação de impasse histórico, um momento limítrofe e divisor de águas da trajetória da sociedade burguesa no qual “a burguesia havia perdido já a faculdade de governar a nação e a classe operária não a havia adquirido ainda”.⁴⁶⁸ Conquanto a burguesia já se postasse como uma classe contra-revolucionária, o sistema capitalista ainda encerraria, àquela altura, possibilidades de expansão por meio do desenvolvimento das forças produtivas; nas palavras já antes transcritas de Marx, sob o Segundo Império, a sociedade burguesa “alcançou um desenvolvimento que nem ela mesma esperava. Sua indústria e seu comércio adquiriram proporções gigantescas; a especulação financeira celebrou orgias cosmopolitas”.⁴⁶⁹ É possivelmente nesse sentido que podemos apreender corretamente a caracterização

⁴⁶⁷ TROTSKY, L. *A História da revolução russa*. *Op. cit.*, p. 545.

⁴⁶⁸ MARX, K. *La guerra civil em Francia*. *Op. cit.*, p. 62. Tradução nossa.

⁴⁶⁹ *Idem*.

gramsciana do cesarismo de Napoleão III como “objetivamente progressista”.⁴⁷⁰ Como também já pudemos ver, a mesma avaliação de Marx, Engels e Gramsci quanto à situação na qual emergiu o regime de Luís Bonaparte encontra-se também em Trotsky, para quem o sucesso do “bonapartismo de epígono” teria se devido centralmente à incapacidade do proletariado em “tomar o poder” e ao “poderoso progresso industrial” que abrisse à burguesia “fontes jamais iguais de enriquecimento”.⁴⁷¹

Segundo João Quartim de Moraes, conhecedor da obra gramsciana,

o cesarismo progressivo *resolve* “pelo alto” a crise de hegemonia criando novas instituições que tornam compatíveis os interesses sociais em choque. Assim, os primeiros césores puseram fim ao secular enfrentamento dos patrícios e dos plebeus; assim, Napoleão I consolidou jurídica e politicamente as conquistas camponesas da Revolução Francesa, compatibilizando-as não apenas com a ordem burguesa, mas também, em certa medida, com os dois estamentos privilegiados contra os quais se fizera a Revolução: a nobreza e a hierarquia católica. Ao passo que o cesarismo regressivo se limita a mudar a *forma* de governo para preservar pela força os interesses constituídos que a crise de hegemonia colocara em questão. Portanto, *não resolve* as contradições que haviam provocado a crise: impede-as temporariamente (o tempo que dura a eficácia de seu carisma) de se manifestar.⁴⁷²

Aproveitando as contribuições de Quartim de Moraes, destacamos a fundamental diferenciação feita por Gramsci entre os cesarismos de Napoleão I e III no que toca particularmente às instâncias *Estado* e *regime* da esfera política. Na perspectiva de Gramsci, o cesarismo do *Primeiro Império*, de “caráter quantitativo-qualitativo”, teve lugar em meio a profundas transformações que ocorriam nas estruturas básicas da formação social francesa, o que explicaria que tenha expressado não apenas um novo regime político dentro de um mesmo Estado já vigente, mas um novo regime político que atuou como construtor de um novo Estado (o Estado capitalista francês). Para o autor dos *Cadernos*, portanto, sob Napoleão Bonaparte, teria se operado a “passagem de um tipo de Estado para outro, uma passagem em que as inovações foram tantas e de tal ordem que representaram uma transformação completa”. Diferentemente, o Segundo Império, “só e limitadamente qualitativo”, significou, na ótica do marxista sardo, uma “‘evolução’ dentro do mesmo tipo [de Estado], segundo uma linha ininterrupta”. Em resumo: para Gramsci, enquanto no cesarismo do “tio” ocorreu uma mudança de regime (com a implantação do *Consulado* e do *Império*, que substituíram a república então sob domínio da Gironda –*Diretório*) e de Estado (do feudal para o burguês), no cesarismo do “sobrinho” processou-se apenas uma mudança de regime político (da república parlamentar para o bonapartismo). Nunca é demais lembrarmos que essa

⁴⁷⁰ Quanto a esse aspecto, é importante levarmos em conta ainda que 1848 marcou talvez o último grande acerto de contas político da burguesia francesa com as velhas forças feudais, àquela altura já socialmente residuais dado o término de seu “molecular” processo de aburguesamento verificado após a Revolução.

⁴⁷¹ TROTSKY, L. *A história da revolução russa*. Op. cit., v. II, p. 544.

⁴⁷² MORAES, João Quartim de. “O argumento da força” in OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. [et. al]. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 19. Grifos do autor.

preocupação gramsciana em distinguir, no interior da complexa esfera política, as instâncias *Estado e regime* (e *governo*, como fez em outros momentos) encontra-se ausente na enorme maioria dos historiadores, cientistas políticos e sociólogos da atualidade, inclusive naqueles alocados no chamado *campo marxista*. Como bem demonstraram alguns especialistas em sua obra, Gramsci, associando “sociedade civil” e “sociedade política” em uma mesma totalidade, complexificou e ampliou a própria definição de *Estado* (“Estado ampliado” ou “Estado integral”).⁴⁷³

Prosseguindo na questão das variantes cesaristas de Gramsci (“progressiva” e “regressiva”), assinalamos que, segundo o autor, a impossibilidade de fusão e unificação das forças antagonistas do capitalismo contemporâneo (burguesia e proletariado) – diferentemente do que se verificara entre nobreza e burguesia nos séculos XVIII e XIX – acabava por conferir aos cesarismos do século XX um caráter não só “regressivo” – pois preservaria uma ordem social decadente (burguesa) face à outra nova e superior (socialista) –, mas também cada vez mais *policialesco*:

No mundo moderno, os fenômenos do cesarismo são completamente diferentes tanto daqueles do tipo progressista César-Napoleão I, como também daqueles do tipo Napoleão III, embora se aproximem deste último. No mundo moderno, o equilíbrio com perspectivas catastróficas não se verifica entre forças que, em última instância, poderiam fundir-se e unificar-se depois de um processo penoso e sangrento, mas entre forças cujo contraste é insolúvel historicamente e que, ao contrário, aprofunda-se com o advento das formas cesaristas. Todavia, o cesarismo no mundo moderno ainda encontra uma certa margem, maior ou menor, conforme os países e seu peso relativo na estrutura mundial, já que uma forma social tem “sempre” possibilidades marginais de desenvolvimento e de sistematização organizativa subsequente e, em especial, pode contar com a fraqueza relativa da força progressista, em função da natureza e do modo de vida peculiar dessa força, fraqueza que é preciso manter: foi por isso que se afirmou que o cesarismo moderno, mais do que militar, é policial.⁴⁷⁴

Na primeira metade do fragmento acima, Gramsci deixa a entender que, dada a tendência à exacerbação do antagonismo entre burguesia e proletariado sob o capitalismo monopolista, o cesarismo, assentado no “equilíbrio” das classes fundamentais e propugnador da “paz social” entre ambas, mostrar-se-ia como uma forma de dominação política cada vez menos eficiente. Nesse sentido, o comunista italiano parece discordar das análises de Trotsky, para quem os regimes bonapartistas, mesmo que usualmente efêmeros, pois transitórios (situados entre a democracia e o fascismo), apresentavam-se na Europa dos anos 1930 como a formatação política cada vez mais adequada aos tempos de crise capitalista e consequente falência da democracia burguesa. Já na segunda parte do fragmento, entretanto, Gramsci sugere que o cesarismo poderia ainda fazer-se presente em países nos quais, em certas

⁴⁷³ Ver, entre outros trabalhos, BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Op. cit. e LIGUORI, Guido. “Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade” in COUTINHO, C. N. e TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴⁷⁴ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Op. cit., volume III, p. 79.

situações, o proletariado (“a força progressista antagonista”) se encontrasse relativamente fraco politicamente. Tal perspectiva se aproxima, a nosso ver, das observações de Trotsky sobre o bonapartismo alemão (1930-1933), o qual, segundo o dirigente bolchevique, teria se originado justamente de uma debilidade política momentânea do vigoroso proletariado do país. De todo modo, o que fica claro a partir da leitura das linhas de Gramsci acima é que, para nosso revolucionário encarcerado, o cesarismo nascido na etapa imperialista do capitalismo, marcada por uma exasperação da luta de classes, acabaria por encerrar um caráter irremediavelmente reacionário do ponto de vista político-social.

Todavia, um tanto quanto contraditoriamente, em outro momento de seus *Cadernos*, Gramsci indicou a possibilidade de ocorrência, nesse mesmo contexto histórico (capitalismo monopolista), de movimentos políticos próximos ao cesarismo que, por bloquearem a efetivação de cesarismos ainda mais reacionários, poderiam ser considerados como “relativamente progressistas”. Uma apreensão correta da natureza política desses movimentos, assim como de todas as demais variantes cesaristas, não poderia, segundo Gramsci, prescindir da análise do conjunto das forças e sujeitos sociais envolvidos nas complexas tramas políticas das quais se originam todos os cesarismos:

Seria um erro de método (um aspecto do mecanicismo sociológico) considerar que, nos fenômenos de cesarismo, tanto progressistas como reacionários ou de caráter intermediário episódico, qualquer novo fenômeno histórico derive do equilíbrio entre as forças “fundamentais”; também é necessário examinar as relações que se estabelecem entre os grupos principais (de tipo variado, social-econômico e técnico-econômico) das classes fundamentais e as forças auxiliares guiadas ou submetidas à influência hegemônica. Desse modo, não se compreenderia o golpe de Estado de 2 de dezembro [de 1851] sem se estudar a função dos grupos militares e dos camponeses franceses.

Um episódio histórico muito importante desse ponto de vista é o chamado movimento em torno do caso Dreyfus na França;⁴⁷⁵ também ele deve ser considerado nesta série de observações, não porque tenha levado ao “cesarismo”, mas exatamente pelo contrário: porque impediu a ocorrência de um cesarismo nitidamente reacionário, que estava em gestação. Mas o movimento Dreyfus é característico porque são elementos do próprio bloco social dominante que frustram o cesarismo da parte mais reacionária do mesmo bloco, apoiando-se não nos camponeses, no campo, mas nos elementos subordinados da cidade guiados pelo reformismo socialista (e também na parte mais avançada do campesinato). Encontramos outros movimentos histórico-políticos modernos do tipo Dreyfus que certamente não são revoluções, mas não são inteiramente reações, ao menos no sentido de que quebram cristalizações estatais sufocantes também no campo dominante e inserem na vida do Estado e nas atividades sociais um pessoal diferente e mais numeroso do que o precedente. Também estes movimentos podem ter um conteúdo relativamente “progressista”, ao indicar que, na velha sociedade, estavam latentes forças operosas que os velhos dirigentes não sabiam aproveitar, mesmo que fossem “forças marginais”, mas não absolutamente progressistas, por não poder “marcar época”. Tornam-se historicamente efetivas em razão da debilidade construtiva do antagonista, não de uma força

⁴⁷⁵ Em 1894, em função de uma carta encontrada no cesto de lixo do adido militar alemão na França, o jovem capitão francês Alfred Dreyfus, judeu, foi acusado de espionagem a serviço da Alemanha e condenado à prisão perpétua. Em 1898, começaram a surgir evidências da inocência de Dreyfus, o que provocou outro julgamento no qual, porém, a sentença foi mantida. A decisão gerou protestos de vários segmentos sociais, e personalidades como Emile Zola e Anatole France saíram em defesa do capitão judeu. Em contrapartida, setores conservadores organizaram manifestações abertamente anti-semitas e xenófobas contra o “traidor” Dreyfus. Mais do que um debate jurídico sobre a culpa ou inocência de Dreyfus, o caso exprimiu uma forte polarização da sociedade francesa entre a direita reacionária, que almejava o retorno da monarquia, e a esquerda reformista, que apoiava a república. Em 1906, seria finalmente comprovada a inocência de Dreyfus.

própria interior, e, portanto, estão ligadas a uma situação determinada de equilíbrio das forças em luta, ambas incapazes de expressar no próprio campo uma vontade reconstrutiva autônoma.⁴⁷⁶

Alguns estudiosos do pensamento de Gramsci entendem que, ao falar desses “movimentos” (próximos ao cesarismo) de “conteúdo relativamente ‘progressista’”, o marxista sardo teria feito uma referência em linguagem cifrada ao fenômeno do estalinismo, então em franca ascensão na União Soviética.⁴⁷⁷ Aventurando-nos um pouco em possíveis conexões gramscianas, consideramos que as características desses “movimentos” podem ser encontradas, sem muitas dificuldades, também em processos político-sociais que marcaram a passagem ao capitalismo industrial em sociedades de desenvolvimento retardatário; nestas, muitas vezes, as contradições entre os setores tradicionais e as heterogêneas forças sociais vinculadas à urbanização e industrialização tiveram como resultado um Estado “arbitral” que, isolando os grupos mais reacionários do processo político (como também os mais radicalmente reformistas e, naturalmente, os revolucionários), conduziu de forma cesarista a objetivação do capitalismo industrial moderno.

Nesse sentido, acreditamos ser possível propor aqui um paralelo entre as variantes do cesarismo moderno de Gramsci (“regressista” e “relativamente ‘progressista’”) e as duas modalidades dos “bonapartismos *sui generis*” apresentadas por Trotsky (“semifascista” e “semidemocrática”). Embora todos esses tipos de bonapartismo moderno sejam, em um sentido histórico-político mais geral (“em última instância”), contra-revolucionários – pois buscam impedir o acesso do proletariado ao poder político –, se constituiria em grave equívoco analítico, pensamos, menosprezar as importantes diferenças existentes entre os de caráter explicitamente reacionário, “semifascistas”/“regressistas”, e os de caráter “relativamente ‘progressista’”, de feição “semidemocrática”.

A nosso ver, tais diferenças dizem respeito, sobretudo, às duas principais estratégias de que lança mão a cúpula burocrática bonapartista para tentar conter a ameaça proletária: o reformismo baseado em “direitos sociais” combinado com seleta coerção,⁴⁷⁸ e a repressão aberta e praticamente indiscriminada ao movimento operário. É a “escolha” por uma ou outra dessas estratégias o que, ao fim e ao cabo, define o tipo de regime bonapartista que se

⁴⁷⁶ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere. Op. cit.*, volume III, p. 303-304.

⁴⁷⁷ Carlos Nelson Coutinho e Alvaro Bianchi são alguns desses estudiosos que fazem tal interpretação. Agradecemos aqui a ambos as proveitosas conversas que com eles tivemos sobre o tema.

⁴⁷⁸ Implementando determinados “direitos sociais” (alguns dos quais constavam no programa da social-democracia mantida na ilegalidade), o regime de Bismark na Alemanha, conforme já dissemos, foi provavelmente o pioneiro na adoção dessa estratégia. Em linhas gerais, pode-se dizer que a maior parte desses direitos reconhecidos pelos governos bonapartistas se constituíam em versões limitadas de propostas programáticas da esquerda organizada, muitas vezes carente de uma existência legal. Apresentando tais direitos como dádivas do “César” ao seu “povo”, os regimes cesaristas intentavam (e em grande medida conseguiam) isolar e enfraquecer politicamente as forças de esquerda independentes, como foram os casos, por exemplo, de alguns regimes latino-americanos entre as décadas de 1930 e 1970 (varguismo, peronismo etc.).

configura concretamente e, conseqüentemente, delimita a forma de luta que a classe trabalhadora utilizará contra aquele.

De natureza prioritariamente política, a preocupação em distinguir os bonapartismos “relativamente ‘progressistas’” dos “nitidamente reacionários” parecer ter estado presente igualmente em Trotsky e em Gramsci, conquanto – não custa lembrar – ambos reconhecessem, tanto nos primeiros quanto nos segundos, um conteúdo claramente burguês e, portanto, “em última análise”, contra-revolucionário. Gramsci, conforme o último trecho em destaque, considerou que aqueles modernos movimentos “relativamente ‘progressistas’” de tipo cesarista, precisamente porque quebravam “cristalizações estatais sufocantes” e inseriam “um pessoal diferente e mais numeroso” nas atividades estatais e sociais, não deveriam ser tomados “inteiramente” como “reações”. Trotsky, como vimos anteriormente, também ressaltou que a *frente popular* na América Latina, surgida nos regimes “semibonapartistas democráticos”, não teria “um caráter tão reacionário como na França ou na Espanha”, apresentando, assim, duas facetas: uma “reacionária”, “na medida em que está dirigida contra os operários”, e outra “agressiva” (ou “progressista”, dependendo da tradução), “na medida em que está dirigida contra o imperialismo”.⁴⁷⁹

Encaminhando-nos para o desfecho dessa sintética apresentação do pensamento gramsciano do bonapartismo, indicamos uma relação possível de ser entrevista na obra do marxista sardo entre as formas políticas cesaristas, as quais por vezes o Estado burguês adota, e o seu conhecido conceito de “revolução passiva”.⁴⁸⁰

“Revolução passiva” e cesarismo

Aparecendo como sinônimo da fórmula “revolução-restauração” também utilizada nos *Cadernos* (e retirada da obra do historiador francês Edgar Quinet),⁴⁸¹ a idéia de “revolução passiva” (por sua vez buscada nos escritos do político e economista italiano Vincenzo

⁴⁷⁹ TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 124-124. Tradução nossa.

⁴⁸⁰ Para uma visão aprofundada do conceito gramsciano de “revolução passiva”, ver BIANCHI, Alvaro. “Revolução passiva: pretérito do futuro” in *Crítica Marxista*, n°. 23. São Paulo: Revan, 2006, p.34-57; _____. *O Laboratório de Gramsci*. *Op. cit.*, p. 253-296; DEL ROIO, Marcos. “Um século de revoluções passivas” in AGGIO, A. e LAHUERTA, M. *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2003, p. 91-111; VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997; COUTINHO, Carlos Nelson. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira” in _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 191-219; BRAGA, Ruy. “Gramsci e a dialética da passivização” in _____. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1996, p.195-212; KEBIR, Sabine. “‘Revolução-restauração’ e ‘revolução passiva’: conceitos de história universal” in COUTINHO, C. N. e TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Op. cit.*, p.147-155; e MATTOS, Marcelo Badaró. “Qualificando a intervenção: conceitos de Gramsci, análise histórica da sociedade brasileira e projeto político socialista” in _____. *Reorganizando em meio ao refluxo. Ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2009, p. 77-99.

⁴⁸¹ BIANCHI, Alvaro. BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci*. *Op. cit.*, p. 268.

Cuoco)⁴⁸² foi mobilizada por Gramsci para se referir a processos históricos nos quais a passagem à moderna sociedade burguesa industrial não se fizera acompanhada – e não se dera por meio – de uma revolução de cunho democrático-burguês. Compreendendo a existência de uma historicidade própria a certas formações sociais, nas quais o “novo” não eliminava revolucionariamente o “velho”, mas sim convivía contraditoriamente com ele, Gramsci, com sua idéia de “revolução passiva”, desenvolveu seu método histórico-dialético de interpretação social já contido em seus escritos pré-carcerários, como os que abordou a *questão meridional italiana*.⁴⁸³

Muito próxima das análises de Engels, Lênin e Trotsky sobre os caminhos políticos da modernização burguesa dos países industrialmente retardatários, a categoria gramsciana de “revolução passiva” refere-se a uma forma de transição política ao capitalismo industrial em que a perspectiva disruptiva de viés jacobino-radical, que marcara a luta do “terceiro Estado” contra a reação feudal no clássico processo revolucionário francês de fins do século XVIII, teria sido substituída por uma conciliação, *pelo alto*, entre as velhas classes proprietárias agrárias (nobiliárquicas) e a jovem burguesia industrial em ascensão. Em função de um tardio desenvolvimento fabril, que convivera com a longa permanência das antigas relações de produção no campo e, simultaneamente, proporcionara rapidamente a formação do “perigoso” proletariado urbano, certas formações sociais não apresentaram, como já expusemos anteriormente, um antagonismo estrutural entre as economias “arcaica” e “moderna”. Assim, o avanço político dos setores subalternos, sobretudo da classe operária, teria funcionado, segundo Gramsci, como uma mola propulsora da aliança, via Estado, entre as velhas e novas classes proprietárias contra aqueles, o que teria determinado uma dinâmica sócio-política da passagem da sociedade agrária ao capitalismo industrial que poderia ser bem definida pela fórmula “revolução sem revolução”.

Segundo Alvaro Bianchi, a noção gramsciana de “revolução passiva” procurou dar conta de “um contexto nacional no qual predominavam condições objetivas ainda não plenamente desenvolvidas e condições subjetivas nas quais as antigas classes dominantes ainda não haviam esgotado todas as suas potencialidades”,⁴⁸⁴ o que

criava a possibilidade de uma persistência das antigas formas sociais e políticas no interior de um renovado invólucro. A “velha” formação social dispunha ainda de energias históricas suficientes que lhe permitiriam persistir. Gramsci estabelecia, assim, um forte nexó entre o conceito de revolução passiva e uma “teoria da persistência” [...]

A revolução era passiva, mas a passividade que a caracterizava era aquela das classes subalternas, e não das classes dominantes. Uma nova estrutura social e uma renovada forma política

⁴⁸² *Idem*, p. 255.

⁴⁸³ GRAMSCI, A. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

⁴⁸⁴ BIANCHI, Alvaro. BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci*. *Op. cit.*, p. 270.

surgiam como resultado dos conflitos que contrapunham o novo ao velho e ao novíssimo, a burguesia às antigas classes feudais e ao proletariado.⁴⁸⁵

Para o mesmo Bianchi, o caminho analítico trilhado por Gramsci a partir de sua idéia de “revolução passiva” o teria levado ao encontro de “companhias ilustres”:

Lênin, em sua análise do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, havia apontado uma via não-revolucionária, a via prussiana, como uma possibilidade de resolução da questão agrária-camponesa [...] Por outro lado, Trotsky havia ressaltado o papel desempenhado pelo capital financeiro e pelo Estado czarista no processo de constituição do capitalismo na Rússia contornando a revolução burguesa [...]. A respeito desse ponto, o que diferenciava o marxista sardo de seus contemporâneos era a tentativa de construir um conceito que desse conta da análise dos processos de transição sem revolução para o capitalismo, como eles haviam feito, mas que, ao mesmo tempo, tivesse um alcance metodológico, historiográfico e político mais abrangente.⁴⁸⁶

Referindo-se a esses processos de “revolução passiva”, nos quais a burguesia conseguira chegar ao poder “sem passar pelo calvário da revolução, sem lançar mão do ‘aparelho terrorista francês [jacobino]’”,⁴⁸⁷ Gramsci destacou a inexistência de qualquer fração das classes dominantes capaz de, incorporando ativamente os setores subalternos, dirigir a seu modo a luta pela efetivação da sociedade burguesa-industrial contra as forças declaradamente retrógradas. Em meio a essa situação de *incapacidade hegemônica* por parte das classes dominantes, teria cabido ao Estado, por seus meios próprios, o exercício da *direção* política daqueles processos, o que Gramsci, inspirando-se no caso exemplar da unificação italiana, denominou de “função de Piemonte”:

A função do Piemonte no *Risorgimento* italiano é a de uma “classe dirigente”. Na realidade, não se trata do fato de que, em todo o território da península, existissem núcleos de classe dirigente homogênea, cuja irresistível tendência à unificação tenha determinado a formação do novo Estado nacional. Estes núcleos existiam, indubitavelmente, mas sua tendência à união era muito problemática e, o que mais conta, nenhum deles, cada qual em seu âmbito, era “dirigente”. O dirigente pressupõe o “dirigido”, e quem era dirigido por estes núcleos? Estes núcleos não queriam “dirigir” ninguém, isto é, não queriam harmonizar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos. Queriam “dominar”, não “dirigir”, e mais ainda: queriam que fossem dominantes seus interesses, não suas pessoas, isto é, queriam que uma força nova, independente de qualquer compromisso e condição, se tornasse o árbitro da Nação: esta força foi o Piemonte e, daí, a função da monarquia. O Piemonte, portanto, teve uma função que, sob certos aspectos, pode ser comparada á do partido, isto é, do pessoal dirigente de um grupo social (e, com efeito, sempre se falou de “partido piemontês”); com a particularidade de que se tratava de um Estado, com um Exército, uma diplomacia etc.

Este fato é de máxima importância para o conceito de “revolução passiva”; isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o “dirigente” do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática.⁴⁸⁸

É possível percebermos na obra de Gramsci, portanto, um nexos causal entre “crise de hegemonia” e a “função de Piemonte” desempenhada pelo Estado nas modernizações

⁴⁸⁵ *Idem*, p. 270-271.

⁴⁸⁶ *Idem*, p. 271-272.

⁴⁸⁷ *Idem*, p. 267.

⁴⁸⁸ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere. Op. cit.*, volume V, p. 328-329. Grifos do autor.

capitalistas retardatárias que se processaram sob a forma de “revolução passiva”. *Dirigida* pelo Estado, por assim dizer, a fração ou classe politicamente preponderante nas “revoluções passivas” exerceria, segundo Gramsci, a “hegemonia” apenas entre as demais frações e grupos dominantes, como foi o caso dos Moderados (do liberal *Cavour*) no *Risorgimento*, mas não entre os amplos setores subalternos, como havia sido o caso do jacobinismo francês.

O importante é aprofundar o significado que tem uma função de tipo “Piemonte” nas revoluções passivas, isto é, o fato de que um Estado substitua aos grupos sociais locais na direção de uma luta de renovação. É um dos casos nos quais se tem uma função de “domínio” e não de “direção” nestes grupos: *ditadura sem hegemonia*. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre o grupo inteiro, não deste sobre outras forças para fortalecer o movimento, radicalizá-lo, etc., segundo o modelo jacobino.⁴⁸⁹

Tendo em mente essa fundamental distinção entre uma “hegemonia” existente somente entre os grupos dominantes e outra “hegemonia” exercida sobre o conjunto da sociedade (e, portanto, sobre os setores sociais antagonistas), Gramsci estabeleceu conceitualmente uma diferença entre “função hegemônica” e “hegemonia”; enquanto a primeira, típica das “revoluções passivas” em países tardios, seria uma espécie de “hegemonia limitada”⁴⁹⁰ que implicaria em uma “ditadura sem hegemonia” com forte protagonismo político do Estado, a segunda tratar-se-ia de uma “hegemonia” propriamente dita, a qual, como já discutimos anteriormente, tenderia a dar origem, em sociedades *de massas* – e aqui exclui-se, evidentemente, a França jacobina do século XVIII –, a um regime de tipo democrático-burguês – o qual, dialeticamente, possibilita o próprio exercício da “hegemonia” (dominação *hegemônica*).

Destarte, nas modernizações capitalistas realizadas via “revolução passiva” encontraríamos, segundo a perspectiva gramsciana, um Estado que assumiria para si a função de *direção* política da nação, o que se expressaria pela existência de um aparelho estatal que extrapolaria suas atribuições “normais”. Centralizado e fortalecido, esse Estado adquiriria, segundo compreendemos, uma autonomia relativa face a todas as frações e grupos dominantes, sendo ele próprio quem vai, com sua lógica e métodos burocrático-militares, comandar a aliança entre essas frações e grupos que buscariam, em tempos de mudanças infra-estruturais

⁴⁸⁹ *Idem*, p. 330. Grifos do autor. Neste e em outro momento de seus escritos carcerários (GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Volume III. *Op. cit.*, p. 92-95), Gramsci considerou o jacobinismo como uma forma de “hegemonia” burguesa, isto é, como uma expressão da *direção* política exercida pela burguesia sobre as massas plebéias nos quadros da revolução francesa. Conforme já anunciamos na introdução do presente capítulo, faz-se necessário ressaltar, entretanto, que, nos baseando nestes mesmos escritos de Gramsci, optamos por, neste trabalho, utilizar “hegemonia” como um conceito que se refere a uma forma de dominação política que se faz presente (ou que, ao menos, sua necessidade se coloca) em sociedades burguesas *de massas*, nas quais o proletariado já se constitui como um sujeito social de peso e politicamente organizado (com seus partidos, sindicatos, associações, jornais etc.), o que, decerto, não era o caso da França de 1792-1795.

⁴⁹⁰ GRAMSCI, Antonio. *La situazione italiana e i compiti del PCI (1926) apud* BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci*. *Op. cit.*, p. 266 (nota 106).

inevitáveis, se proteger dos novos sujeitos sociais que potencialmente ameaçam a ordem vigente. Se o Estado (*stricto sensu*, isto é, a “sociedade política”) é sempre, tanto nas sociedades hegemônicas quanto não-hegemônicas, o *locus* onde se processa a aliança entre as diferentes frações proprietárias, nos casos de “revolução passiva” seria o Estado quem delimitaria os termos e o modo de funcionamento da aliança, assim como muitas vezes até mesmo os segmentos nela envolvidos. É nesse sentido que se pode dizer que, nesses casos, o pacto entre as velhas e novas classes dominantes é realizado *pelo alto*. Do mesmo modo, seria *pelo alto* – isto é, por meio de uma burocracia estatal autonomizada e *dirigente* que necessita agir contra os interesses imediatos de cada uma das frações proprietárias – que o conjunto da classe dominante se relacionaria com os setores subalternos “perigosos”, os quais, em meio a um processo de industrialização e urbanização, precisam ser incorporados à vida pública como massas politicamente heterônomas. As incontornáveis mudanças, necessárias para “que tudo fique como está”, segundo a célebre frase de Lampedusa,⁴⁹¹ seriam orquestradas e implementadas por um aparelho estatal que tomaria quase que inteiramente para si o prosclênio social e político da nação.

Portanto, é possível, como já antecipamos, depreender dos textos de Gramsci a existência de uma associação entre os processos de “revolução passiva” nos países de modernização capitalista retardatária e a emergência de formas cesaristas de Estado. O cesarismo seria, assim, o tipo de regime político adotado pelo Estado nessas formações sociais em que a passagem de uma sociedade agrária ao moderno capitalismo industrial não se teria processado por uma via revolucionária. Jogando com as palavras do próprio Gramsci, podemos dizer que os países nos quais se verificaram transições ao capitalismo por um caminho não-disruptivo se mostraram como “países, por assim dizer, potencialmente bonapartistas”.⁴⁹² A compreensão dessa relação entre “revolução passiva” e cesarismo nos será de grande utilidade quando expusermos, na segunda parte deste trabalho, as interpretações de alguns cientistas sociais brasileiros de inspiração gramsciana sobre a natureza e dinâmica do processo político aberto no Brasil com a “Revolução de 1930”.

Encerrando este pequeno sub-capítulo dedicado a Gramsci, assinalamos ainda que o filósofo italiano destacou a possibilidade de ocorrência de soluções cesaristas “mesmo sem um César, sem uma grande personalidade ‘heróica’ e representativa”.⁴⁹³ Essa idéia de um “cesarismo sem César” também nos permitirá melhor entender a utilização, por parte daqueles cientistas sociais brasileiros, de vários elementos da teoria do bonapartismo para dar conta do período político brasileiro de 1945-1964, no qual já não havia a presença de um

⁴⁹¹ LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi. *O leopardo*. São Paulo: Abril cultural, 1974.

⁴⁹² GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. *Op. cit.*, volume III, p. 66.

⁴⁹³ *Idem*, p. 77.

Bonaparte/César propriamente dito. Lembramos, ademais, que o Gramsci alertou que “também o sistema parlamentar criou um mecanismo para tais soluções de compromisso”, de tipo cesarista:

Os governos “trabalhistas” de Mac Donald [na Inglaterra] eram, num certo grau, soluções dessa natureza; o grau de cesarismo elevou-se quando foi formado o governo com Mac Donald primeiro-ministro e a maioria conservadora. Da mesma forma, na Itália, em outubro de 1922, até o afastamento dos “populares” e depois, gradualmente, até 3 de janeiro de 1925, e ainda até 8 de novembro de 1926, verificou-se um movimento político-histórico em que diversas gradações de cesarismo se sucederam até atingir uma forma mais pura e permanente, embora também esta não móvel e estática. Todo governo de coalizão é um grau inicial de cesarismo, que pode ou não se desenvolver até graus mais significativos (naturalmente, a opinião vulgar é a de que, ao contrário, governos de coalizão constituem o mais “sólido baluarte” contra o cesarismo).⁴⁹⁴

A sugestiva consideração gramsciana, contida no trecho acima, de que os governos de coalizão encerram todos, em menor ou maior grau, um conteúdo cesarista nos possibilita melhor entender as relações entre regimes bonapartistas e os governos chamados de “colaboração de classes”. Mais especificamente, a assertiva de Gramsci em questão pode lançar luz, acreditamos, sobre a já vista combinação latino-americana de regimes “bonapartistas *sui generis*” e governos de tipo *frente popular* (Trotsky), combinação essa que muitas vezes expressou, em nosso entendimento, a formatação política pela qual se efetivaram momentos e etapas importantes da “revolução passiva” na industrialmente retardatária América Latina. Já a alusão, presente no mesmo trecho, ao “movimento político-histórico” italiano da década de 1920 em que “diversas gradações de cesarismo se sucederam até atingir uma forma mais pura e permanente” (fascismo) pode se constituir em um precioso aporte analítico para o processo político brasileiro entre 1930-1937, como buscaremos mostrar em nossas considerações finais.

Por fim, nessas e em outras possíveis utilizações do conceito gramsciano de cesarismo para interpretar certos períodos e aspectos da história brasileira contemporânea, é sempre conveniente termos em mente que tal conceito, conforme advertiu o próprio Gramsci, deve ser tomado como “uma fórmula polêmico-ideológica e não [como] um cânone de interpretação histórica”.⁴⁹⁵

⁴⁹⁴ *Idem.*

⁴⁹⁵ *Idem.*

Parte II

Bonapartismo e populismo no Brasil

Introdução à segunda parte:
Trotskyismo, Movimento Operário e Universidade

A influência trotskista nas ciências sociais brasileiras

É verdade que eles nunca foram mais numerosos que uma dezena de milhares [ao redor do mundo]. Pareciam, no entanto, muito mais ameaçadores e influentes [...] Os trotskistas divulgaram o marxismo em dezenas de idiomas. Estudaram e escreveram muito, mas não se deixaram reduzir a um círculo literário [...] Os trotskistas foram politicamente derrotados, mas intelectualmente vitoriosos.⁴⁹⁶

Conforme anunciamos, o objetivo desta segunda parte é promover uma discussão sobre a relação entre a teoria do bonapartismo e o processo político brasileiro do 1930-1964.

No próximo seguinte, central neste trabalho, buscaremos demonstrar a presença de elementos da teoria do bonapartismo na produção bibliográfica de conhecidos cientistas sociais brasileiros que se dedicaram a estudar as relações entre modernização capitalista, classes sociais e Estado no período populista da história nacional. Como também já havíamos antecipado, ao longo dessa empreitada demonstrativa, buscaremos, de forma complementar, explicitar como as elaborações “bonapartistas” desses nossos intelectuais universitários guardam uma perceptível proximidade com visões antes produzidas por organizações políticas do movimento operário da etapa pré-1964, sobretudo as de linhagem trotskista.

No último capítulo, apoiando-nos nesta discussão historiográfica, proporemos uma interpretação nossa das formas políticas de dominação burguesa verificadas entre a “Revolução” de 1930 e o Golpe de 1964. Mais precisamente, destacaremos a estrutura e dinâmica bonapartistas que, em graus variados, se fizeram presentes praticamente ao longo de todo esse processo de modernização capitalista retardatária.

Antes, porém, de procedermos à demonstração propriamente dita da relação “teoria do bonapartismo - ciências sociais brasileiras”, o que nos permitirá, então, lançar nossas propostas interpretativas no derradeiro capítulo, faz-se necessária uma breve apresentação das origens, natureza e, sobretudo, das influências teóricas de parcela significativa dos cientistas sociais com os quais trabalharemos daqui para frente.

À guisa de introdução dessa discussão “historiográfica”, veremos rapidamente como muitos autores (mas não todos) que reconheceram uma “autonomia relativa” ao Estado brasileiro no período populista (especialmente entre 1930-1945) pertenciam a uma *corrente* intelectual que nutria uma perspectiva sobre a historicidade da periferia capitalista (latino-americana, e brasileira em particular) muito similar à assumida – ou melhor, formulada – por León Trotsky em sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Por conta disso,

⁴⁹⁶ ARCARY, Valério. *O encontro da revolução com a história...Op. cit.*, p. 15-17.

apresentaremos a convergência que acreditamos existir entre algumas das principais elaborações dessa *corrente* intelectual (referentes à dinâmica do desenvolvimento histórico brasileiro) e as teses e formulações produzidas por algumas das organizações de esquerda do período 1930-1964.

A nosso juízo, a percepção de que cientistas sociais como Florestan Fernandes, Francisco Weffort, Octavio Ianni, Ruy Mauro Marini, Moniz Bandeira e Fernando Henrique Cardoso comungaram com Trotsky e pequenas organizações trotskistas brasileiras a mesma perspectiva quanto à historicidade da periferia capitalista possibilitará aos leitores, em seguida, melhor compreender a forte presença (implícita ou explícita) do conceito de bonapartismo em seus trabalhos, mais particularmente naqueles que formularam o que chamamos de “teoria do populismo brasileiro” (Weffort e Ianni, principalmente).⁴⁹⁷ A presença do conceito de bonapartismo nessa teoria, por sua vez, nos ajudará a entender também a existência de traços “bonapartistas” em análises acadêmicas que procuraram desenvolver a perspectiva proposta pioneiramente por Ianni e Weffort, como foi o caso das realizadas por autores como Décio Saes, Armando Boito jr., Régis de Castro Andrade e René Dreifuss.

É imprescindível lembrarmos, contudo, que tanto os criadores da teoria do populismo (Weffort e Ianni), quanto, principalmente, os que a desenvolveram (Andrade, Saes, Boito jr. e Dreifuss), foram também influenciados em suas pesquisas pelas reflexões de teóricos marxistas europeus que começavam a ser lidos no Brasil nos anos 60 e 70 do século passado, como Gramsci e Poulantzas. Aliás, no que tange especificamente a esse segundo grupo de cientistas sociais brasileiros, pode-se dizer que a teoria do bonapartismo subjacente em suas análises sobre o processo histórico nacional de 1930-1964 deveu-se muito mais ao encontro com temáticas e categorias como “cesarismo”, “revolução passiva”, “crise de hegemonia” e “autonomia relativa do Estado” do que propriamente à assimilação indireta (por meio dos

⁴⁹⁷ De modo similar ao que fizemos em relação à teoria do bonapartismo, esclarecemos que aqui designamos de “teoria do populismo” (ou “teoria populista”) o conjunto das elaborações marxistas que propuseram a categoria de populismo como chave interpretativa da natureza de certos sistemas políticos latino-americanos surgidos no pós-crise de 1929 e extintos pela sequência de golpes civil-militares perpetrados nas décadas de 1960 e 1970. Particularmente no que diz respeito ao Brasil, a “teoria do populismo (brasileiro)” se constitui em um modelo explicativo, elaborado principalmente por Francisco Weffort e Octavio Ianni, das relações políticas existentes entre classes sociais e Estado durante o período 1930-1964. Nesse sentido, não estamos tratando de uma teoria propriamente dita (como uma teoria do Estado ou uma teoria das classes sociais, por exemplo), mas de um conjunto analítico dotado de um forte teor teórico, como veremos. Por fim, ao falarmos de “teóricos do populismo”, nos referimos, evidentemente, aos autores responsáveis pelas elaborações sobre o populismo, principalmente (mais uma vez) os próprios Weffort e Ianni. Dito isso, não utilizaremos mais aspas ao nos referirmos tanto à “teoria do populismo” (“teoria populista”), quanto aos seus criadores (“teóricos do populismo”). Assim como no caso da teoria do bonapartismo/teóricos do bonapartismo, alertamos que ao falar de uma teoria do populismo e de seus autores (teóricos do populismo) não nos referimos a uma teoria produzida pelo regime populista e aos seus criadores, preferindo usar, nestes casos, respectivamente, as denominações de ideologia do populismo (ou ideologia populista) e ideólogos do populismo (ou ideólogos populistas).

trabalhos de Ianni e Weffort e do contato com as organizações de esquerda) da trotskista *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.

Uma discussão aprofundada, para além da questão do bonapartismo, acerca das influências de Gramsci e Poulantzas em nossos cientistas sociais escaparia, evidentemente, às nossas possibilidades no momento.⁴⁹⁸ Portanto, vejamos, por ora, aquilo que consideramos ser, talvez, o mais importante dos fundamentos explicativos para os traços da teoria do bonapartismo contidos na teoria do populismo: a presença da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* num segmento acadêmico do pensamento social brasileiro.

Uma nova *corrente* no pensamento social brasileiro: a intelectualidade “antidualista” e “antietapista”.

Como é sabido, na década de 1950 e até meados da de 1960, o pensamento de esquerda no Brasil, voltado para o entendimento da realidade nacional, foi hegemonizado por uma perspectiva analítica que ficou conhecida como “dualista”. A estrutura econômica, política e social brasileira era concebida pelos adeptos desse tipo de enfoque como constituída por dois pólos opostos (por “duas” realidades): um setor “arcaico” e um setor “moderno”. Nesse raciocínio, uma parcela da economia brasileira composta por estruturas “arcaicas”, localizadas especialmente no campo, onde imperava a agro-exportação, impediria a expansão da dimensão “moderna” de outra parte da economia, concentrada em algumas regiões industriais direcionadas à produção de bens de produção e consumos duráveis. Esse suposto antagonismo, segundo os “dualistas, constrangeria o chamado “desenvolvimento nacional”.⁴⁹⁹ Dessa forma, caso não fossem superados seus entraves “arcaicos”, o desenvolvimento do país continuaria em um estágio qualificado como “subdesenvolvido”. Nessa ótica, o desenvolvimento das nações “subdesenvolvidas” era compreendido como se estivesse localizado em uma fase, em uma “etapa” histórica anterior ao moderno capitalismo europeu e norte-americano, o que conferia a essa perspectiva um aspecto *teleológico-evolucionista*.⁵⁰⁰

⁴⁹⁸ Elementos para uma discussão sobre a recepção das teses de Gramsci no Brasil podem ser encontrados, entre outras obras, em FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil” in _____. *Reflexões im-pertinentes. História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005, p. 201-232, e MATTOS, Marcelo Badaró. “Qualificando a intervenção: conceitos de Gramsci, análise histórica da sociedade brasileira e projeto político socialista” *Op. cit.*

⁴⁹⁹ Um dos pioneiros do entendimento “dualista” acerca da realidade brasileira foi o francês Jacques Lambert, que chegou a trabalhar com a imagem de “dois Brasis”. Ver LAMBERT, J. *Os dois Brasis*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 1959 (tradução do original _____. *Le Brésil. Structure sociale et politique*. Paris: Librairie Armand Colin, 1953.)

⁵⁰⁰ O próprio termo “subdesenvolvido”, da forma como era utilizado pelos “dualistas”, já expressa a compreensão de que as nações consideradas “subdesenvolvidas” *ainda não haviam se desenvolvido*. Nessa perspectiva, o padrão europeu (e, às vezes, o norte-americano) de desenvolvimento era tomado como um rumo a ser seguido invariavelmente por todos os países em seu transcorrer histórico, desde que esses se livrassem dos tais “entraves” ao desenvolvimento.

Partilhavam dessa concepção – respeitadas as particularidades das elaborações de cada grupo – especialmente os formuladores e teóricos do Partido Comunista Brasileiro (PCB),⁵⁰¹ os intelectuais vinculados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)⁵⁰² e os membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).⁵⁰³ Para esta vasta gama de pensadores, o estágio “subdesenvolvido” (ou “feudal”/“semifeudal”, segundo os *pecebistas*) dos países latino-americanos se explicaria essencialmente por uma relação externa dicotômica (“Imperialismo x Nação”), na qual a subordinação destes ao imperialismo significava um “entrave” às suas modernizações industriais capitalistas. Assim, estabelecia-se uma oposição antitética entre nações “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas”, e não uma relação dialética entre as várias e distintas classes sociais que compunham a totalidade social do imperialismo, na qual se articulavam o interno e o externo. Unidos numa plataforma política nacionalista, *cepalinos*, *isebianos* e *pecebistas* apostavam todas as suas fichas em uma “burguesia nacional” (“progressista”), que, caso se convencesse de seu devido papel no processo histórico, se articularia com os setores médios, os trabalhadores e as imensas massas populares com vistas à “emancipação” e à “modernização” da “nação”. De certa forma, todos esses pensadores – muitos deles eruditos e inegavelmente competentes – atuaram como ideólogos do populismo.

No que diz respeito particularmente à perspectiva teórica que orientava as análises dos intelectuais ligados ao PCB, é bem sabido que suas origens estão nas elaborações da Internacional Comunista (IC) desde o fim dos anos 20, já conduzida por uma linha estalinista. Por conta disso, o olhar da realidade brasileira por esses intelectuais associava-se àquele (já visto por nós) imperativo político formulado pela IC para os países “coloniais” e “semicoloniais”, que propugnava justamente uma aliança do proletariado e dos camponeses com setores das burguesias nativas (“burguesia nacional”) rumo à revolução “democrático-burguesa”. Essa aplicação de um modelo esquemático de revolução, que, por sua vez, era

⁵⁰¹ Os nomes de Nelson Werneck Sodré – *História da burguesia brasileira* (Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964), entre muitas outras publicações conhecidas – e de Alberto Passos Guimarães – *Quatro séculos de latifúndio* (6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989), entre outras obras – talvez sejam os mais expressivos, em termos teóricos, do tipo de concepção “dualista” sustentada pelo PCB. Acerca das estratégias políticas adotadas pelos comunistas brasileiros em função desta perspectiva de interpretação da realidade brasileira, ver, entre outros trabalhos, PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)* São Paulo: Companhia das letras, 1991.

⁵⁰² A CEPAL foi criada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Destacam-se entre os *cepalinos* brasileiros o notável economista Celso Furtado, além de Maria Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello, entre tantos outros discípulos do uruguaio Raúl Prebisch. Acerca da lógica “dualista” presente nas interpretações da CEPAL sobre a realidade latino-americana (e brasileira, em particular), ver, entre outras referências, MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 4ª edição. Petrópolis: Polis/ Vozes, 1987, p. 23-133.

⁵⁰³ O ISEB foi criado em julho de 1955, ainda no governo Café Filho (1954-1955). Contudo, deu início às suas atividades no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Nomes como o de Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Roland Corbisier, Guerreiro Ramos e o próprio Sodré podem ser considerados como alguns dos mais expressivos entre os *isebianos*. Quanto ao ISEB, ver TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

consequência de uma adaptação mecânica, para os países *atrasados*, de experiências históricas dos países *avançados*, foi criticada tanto por militantes do próprio PCB (Caio Prado Jr.) e organizações políticas à sua esquerda, quanto por setores da intelectualidade já presentes na academia em fins da década de 1950 e início da de 1960. Contudo, até 1964, essas críticas ocuparam uma posição absolutamente minoritária nesses dois âmbitos.

O Golpe de 1964 fez cair por terra a ilusão nacionalista e *pecebista* acerca de um possível papel “progressista” que parcela da burguesia brasileira poderia vir a cumprir. Visceralmente ligadas ao imperialismo, todas as frações da classe dominante local mostraram-se unidas em torno do combate comum ao movimento operário que ameaçava os alicerces da limitada democracia burguesa instituída em 1946. Para desgosto dos estrategistas “etapistas” do PCB e de seus aliados “desenvolvimentistas” (*cepalinos*, *isebianos* etc.), o antagonismo de classe, como era de se esperar, se sobrepôs a qualquer pretensão utópica de construção de um “capitalismo em bases nacionais” no país. Do mesmo modo, não houve aspiração “democrática” que fizesse nossa burguesia sequer sonhar com uma experiência jacobina.

Do latifundiário ao banqueiro, passando pelo médio industrial “nacionalista”, todos os grupos dominantes enxergaram, na conjuntura de crise dos anos 60, a classe trabalhadora organizada como o seu pior e principal inimigo. Nem a bandeira do “desenvolvimento nacional” nem a da “democracia” demonstraram ser suficientemente atraentes para qualquer setor burguês a ponto de uni-lo, ainda que apenas episodicamente, aos dominados na luta contra a ofensiva contra-revolucionária de março de 1964. Se não se pode dizer que todas as alas da burguesia brasileira eram adeptas de longa data da idéia de um golpe militar, não há dúvidas, entretanto, de que a ascensão das lutas populares sob o governo Jango fez com que o conjunto da burguesia brasileira percebesse que a implantação de uma ditadura terrorista consistia não em uma mera opção política, mas em uma necessidade para sua própria sobrevivência social.

A prova histórica irrefutável da natureza equivocada das teses “dualistas-etapistas” gerou, no campo político-partidário marxista, desdobramentos negativos para o PCB. Denunciando a postura “passiva” do partido quando do *putsch* burguês-imperialista – vista por seus críticos como decorrência da estratégia *pecebista* do “caminho pacífico” da revolução brasileira –,⁵⁰⁴ surgiram várias organizações políticas, em sua maioria dissidências do próprio PCB, que tomaram o rumo da “luta armada” contra o regime militar.⁵⁰⁵

⁵⁰⁴ A tese 22 contida na resolução política do V Congresso do PCB realizado em 1960 é expressiva de tal estratégia: “Nas condições atuais do Brasil e do mundo existe a possibilidade real de que a revolução antiimperialista e antifeudal atinja seus objetivos por um caminho pacífico”. (PCB. “Resolução política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro – 1960” in _____. *PCB: vinte anos de política. Documentos 1958-1979*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais, 1980, p. 62.

⁵⁰⁵ Vale registrar, entretanto, que grande parte desses agrupamentos políticos não foi a fundo na crítica à estratégia “etapista” do PCB, chegando muitas vezes a reproduzir, ainda que sob a forma da “luta armada”, a

Também no âmbito intelectual-acadêmico de esquerda, o Golpe de 1964 provocaria significativas reviravoltas. Diversos cientistas sociais de várias áreas do conhecimento seriam responsáveis por uma vasta produção científica dotada de uma perspectiva crítica à forma como “nacionalistas” e *pecebistas* concebiam a realidade sócio-histórica brasileira. Ligados à Universidade de São Paulo (USP) e herdeiros do Centro de Sociologia da Indústria e do Trabalho (CESIT), intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Sílvia Carvalho Franco, Luiz Pereira, Paul Singer, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, José de Souza Martins, Gabriel Cohen e Francisco Corrêa Weffort, muitos deles orientados (formal ou informalmente) por Florestan Fernandes, realizaram consagrados trabalhos acerca de temáticas como industrialização, urbanização, empresariado, movimento operário, sindicalismo, conflito social, Estado e desenvolvimento econômico.⁵⁰⁶ No embate com o pensamento de cariz “desenvolvimentista”, a “escola paulista” (adjetivação imprecisa pela qual ficaria conhecida essa gama de cientistas sociais provenientes da USP) receberia, entre outras, a companhia de teóricos abertamente marxistas, oriundos de distintos centros de pesquisa, como o cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, os três últimos estudiosos do chamado “subdesenvolvimento” latino-americano.

Em termos genéricos, parte significativa da bibliografia gestada nas décadas de 1960, 1970 e 1980 por essa parcela expressiva da intelectualidade brasileira pode ser descrita como uma produção acadêmica reconhecedora de uma historicidade própria do capitalismo nas regiões periféricas. Tal reconhecimento, segundo cremos, constituiu-se em pressuposto teórico para a crítica ao *mecanicismo* analítico presente em muitas obras “nacionalistas” e *pecebistas* sobre o Brasil. Negando a possibilidade de reedição, nos países periféricos, das “etapas” do desenvolvimento capitalista ocorridas na história das nações centrais, a vertente intelectual em questão rejeitou qualquer antagonismo estrutural entre imperialismo (muitas vezes chamado eufemisticamente de “capital estrangeiro”) e “burguesia nacional”, assim como entre esta última e o latifúndio. Admitindo a existência de um modo próprio de desenvolvimento do capitalismo industrial nas regiões periféricas, foi afastada das investigações sociológicas, históricas e políticas desses intelectuais a lógica que tomava como

crença na existência de uma primeira “etapa”, de cunho “nacional” e “antiimperialista”, da revolução brasileira. Para uma visão acerca das organizações da esquerda armada e suas diferenças com o PCB, ver ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *Brasil, nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985; GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas; a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987; RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1991 e REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira (orgs.) *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, entre outros trabalhos.

⁵⁰⁶ Um bom e sintético trabalho acerca dessa *corrente* intelectual *uspiana* é SILVA, Luiz Fernando da. *Pensamento social brasileiro. Marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & Mentes, 2003.

antitéticos o “arcaico” e o “moderno” na sociedade brasileira. Tanto no plano econômico (da acumulação capitalista) quanto no mais propriamente político (da luta de classes), o “arcaico” e o “moderno” (o “reacionário” e o “progressista”, politicamente falando) significariam dois lados da mesma moeda. A natureza social brasileira era compreendida como altamente contraditória e até mesmo híbrida, porém, de modo algum, como “dual”. Opondo-se, portanto, à dicotomia “Imperialismo x Nação” (assim como ao suposto antagonismo entre latifúndio e industrialização), as análises “antidualistas” e “antietapistas” se erigiam a partir da compreensão de que a contradição principal da realidade nacional residia no conflito entre as classes sociais fundamentais: a burguesia e o proletariado.

Como expressões da produção científica desta *corrente* intelectual brasileira que aqui designamos como “antidualista” e “antietapista”, podemos mencionar os argutos estudos de Florestan Fernandes sobre os caminhos peculiares da “revolução burguesa no Brasil”,⁵⁰⁷ assim como as sugestivas teses de Cardoso, Marini e outros “teóricos da dependência” (*dependentistas*).⁵⁰⁸ Do mesmo modo, podemos aludir à clássica obra de Boris Fausto sobre a “Revolução” de 1930⁵⁰⁹ e à *Crítica à razão dualista* do também *uspiano* Francisco de Oliveira.⁵¹⁰ Por fim (porém mais importante para o presente trabalho), é preciso lembrar os diversos livros, artigos e ensaios de Octavio Ianni e Francisco Weffort sobre o populismo, nos quais esse fenômeno latino-americano é explicado a partir das condições históricas, sociais e (principalmente) políticas próprias de um continente periférico e dependente dentro do sistema capitalista internacional (como poderemos observar no próximo capítulo).

Em muitos trabalhos destes autores referidos acima, podemos encontrar, como já dissemos, um eixo teórico estruturante que assemelha-se, e muito, ao que orientou as reflexões de Trotsky acerca do caráter do desenvolvimento capitalista nos países de industrialização retardatária.

Antes, porém, de expormos essa semelhança, faz-se necessária uma ligeira apresentação das organizações trotskistas do período 1930-1964, as quais, como dissemos há pouco, funcionaram – em função das relações e contatos (mais ou menos estreitos) que mantiveram com a intelectualidade “antidualista” e “antietapista” – como elos de transmissão das teses de Trotsky para o pensamento universitário brasileiro. Ao descrever um pouco da

⁵⁰⁷ Ver, dentre uma vasta gama de estudos de Florestan sobre o tema, FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

⁵⁰⁸ Entre tantos outros trabalhos dos *dependentistas*, ver CARDOSO, Fernando Henrique. e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, e MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência” in _____. *Ruy Mauro Marini. Vida e obra. Op. cit.*, p. 137-180.

⁵⁰⁹ FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930. História e historiografia*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1976.

⁵¹⁰ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 44-45. Fazemos referência à obra publicada inicialmente com o nome de *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, em *Estudos Cebrap*, nº. 2, 1972.

trajetória desses grupos trotskistas, procuraremos realçar justamente suas relações e contatos com alguns dos conhecidos intelectuais acadêmicos do país.

As organizações trotskistas (ou próximas ao trotskismo) no Brasil (1930-1964)

Desde o final dos anos 20, em função das fortes divergências e expressivas cisões ocorridas no interior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e da IC, começaram a se formar em muitas partes do mundo agrupamentos políticos orientados por uma perspectiva crítica ao estalinismo.⁵¹¹ No Brasil, como em quase todos os demais lugares, o trotskismo acabou se mostrando como o caminho político-programático adotado pela maioria dessas novas organizações.

A primeira geração trotskista (LCI e POL): distantes da intelectualidade acadêmica marxista dos anos 60.

A primeira geração dos trotskistas brasileiros⁵¹² organizou-se primeiramente no interior do PCB por intermédio do Grupo Comunista Lênin (GCL), fundado em 1930. Em janeiro de 1931, o GCL passaria a se chamar Liga Comunista do Brasil (LCB), organização que mantinha relações diretas com a Oposição de Esquerda Internacional (OEI), liderada por Trotsky. Abandonando a estratégia de funcionar como uma fração do PCB cujos rumos buscava reorientar, a LC deu lugar, em outubro de 1933, à Liga Comunista Internacionalista (LCI).⁵¹³ Tal postura adequava-se à nova orientação política da OEI às suas “seções” nacionais após a vitória do nazismo na Alemanha: desistir da disputa pelo controle dos já

⁵¹¹ Muitas informações e análises acerca das divergências e rupturas ocorridas no PCUS e na IC a partir de fins dos anos 20 podem ser encontradas na monumental obra de Pierre Broué sobre o tema, recém-editada em língua portuguesa: BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. Tradução de Fernando Ferrone. São Paulo: Sundermann, 2007, 2 volumes.

⁵¹² Quanto à utilização do termo “trotskista” neste período, lembramos que na disputa contra a fração estalinista do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e da IC após a morte de Lênin, Trotsky e seus companheiros se autodenominavam “bolcheviques-leninistas”. O termo “trotskista” foi sempre utilizado por Trotsky entre aspas, já que a origem da adjetivação remontava às críticas proferidas contra ele desde antes de 1917, mais tarde revividas em outros termos pela burocracia de Stálin. Após a morte de Trotsky, o termo foi encampado por seus seguidores como forma positiva de se definirem, tal como ocorreu com uma série de outros “istas” que, em suas origens, pertenciam ao arcabouço retórico de seus opositores (“marxistas”, “leninistas”, “zinovievistas” etc.).

⁵¹³ As informações expostas neste trabalho acerca dessas primeiras organizações trotskistas (GCL, LCB e LCI) foram retiradas de ABRAMO, F. e KAREPOVS, D. *Na contracorrente da história. Documentos da Liga Comunista Internacionalista*. São Paulo: Brasiliense, 1987; MARQUES NETO, J. C. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993; KAREPOVS, D. e MARQUES NETO, J. C. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966) in REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs) *História do marxismo no Brasil*, volume V (partidos e organizações dos anos 20 aos 60). Campinas, SP: Unicamp, 2002, p. 103-155 ; CASTRO, Ricardo Figueiredo de. “Os intelectuais trotskistas nos anos 30” in REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e poder (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, p. 137-152. e COGGIOLA, Osvaldo. “O trotskismo no Brasil” in MAZZEO, Antonio Carlos e LAGO, Maria Izabel (orgs.) *Corações vermelhos (os comunistas brasileiros no século XX)*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 239-269.

“degenerados” Partidos Comunistas e fomentar a criação de novas organizações revolucionárias, rumo à construção de uma nova Internacional (a IV Internacional).

Constituídos em sua maioria por militantes dissidentes do PCB, esses primeiros núcleos trotskistas brasileiros, que tiveram como divulgador de suas idéias o jornal *A luta de classe*, agrupavam tanto militantes de perfil intelectual, como Mario Pedrosa (advogado, jornalista e crítico de arte), Lívio Xavier (advogado e jornalista), Aristides Lobo (professor), Rodolpho Coutinho (advogado e professor) e Salvador Pintaúde (editor),⁵¹⁴ quanto quadros oriundos dos meios operários, como João Jorge da Costa Pimenta (gráfico), Mário Colleoni (metalúrgico), João Dalla Déa (linotipista) e Josefina Mendez (operária têxtil). Trabalhadores do comércio (Arnaldo Tommasini, Lelia Abramo e Fúlvio Abramo), assim como estudantes (Mirno Tibor e Azis Simão) e artistas de vanguarda (a escritora Rachel de Queiroz e o poeta surrealista francês Benjamin Péret, por exemplo) também tiveram espaço nas fileiras desses pequenos agrupamentos.

Intervindo em sindicatos como os de comerciários, motoristas, ferroviários, alfaiates, sapateiros, construção civil, professores e gráficos, os primeiros trotskistas brasileiros só obtiveram uma significativa inserção nesta última categoria, dirigindo greves combativas da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (UTG). Em termos da política mais geral, a LCI destacou-se por ter impulsionado a construção, em junho de 1933, da Frente Única Antifascista (FUA), uma entidade que visava à aliança de diversos setores e correntes do movimento operário com o fito de combater o crescimento do fascismo tupiniquim, expresso pela Ação Integralista Brasileira (AIB), criada em 1932. Em 7 de outubro de 1934, a LCI liderou, em São Paulo, uma contramanifestação a uma parada integralista na Praça da Sé, episódio que resultou em uma morte e em feridos de ambos os lados.

Por intermédio de seus refinados intelectuais (sobretudo Mario Pedrosa e Lívio Xavier), esses primeiros grupos trotskistas produziram interessantes análises da realidade brasileira nas quais, diferentemente do PCB, se descartava qualquer possibilidade de realização das tarefas “democrático-burguesas” por alguma parcela das classes dominantes nativas, dadas a dependência do capitalismo brasileiro ao imperialismo e a própria formação da burguesia local:

A burguesia nacional vê a força do Estado escapar de suas mãos e está condenada a ceder o controle político à ação internacional imperialista, devido à sua incapacidade histórica de agir coletivamente como classe. Suas diferentes frações não tiveram tradições políticas comuns, não se formaram com a consciência de seus interesses comuns de classe e não foram obrigadas a expropriar uma classe de pequenos proprietários de terra. Suas tradições históricas são, antes de tudo, patrioteiras, elas combateram os *invasores* estrangeiros, mas essa foi uma luta episódica que nunca se estendeu por todo o país, mas, ao contrário, conservou caráter regional e, desse modo, foi logo esquecida durante o

⁵¹⁴ Pintaúde esteve à frente da Gráfica e Editora Unitas que, nos anos 30, foi responsável pela publicação pioneira de diversos textos de Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo etc.

longo desenvolvimento histórico ulterior. A burguesia só começa a adquirir sua consciência de classe graças a seu pavor da revolução social.⁵¹⁵

Em oposição à idéia que afirmava, baseando-se nas desigualdades econômico-regionais do Brasil dos anos 30, a existência de um confronto no país entre as forças capitalistas e as estruturas “feudais” (ou “semifeudais”), a LC, em seu documento “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” (fevereiro-março de 1931), afirmou: “o processo econômico estendeu-se pouco a pouco a todo o território brasileiro, e o capitalismo penetrou todo o Brasil, transformando as bases econômicas mais retardatárias”.⁵¹⁶ Já em outro documento, intitulado “Projeto de teses sobre a situação nacional”, a LC compreendeu o Estado surgido da “Revolução” de 1930 como uma “forma de *compromisso* entre a burguesia dos estados do Sul e a burguesia dos estados do Norte”,⁵¹⁷ posição bastante próxima da que seria adotada posteriormente por Francisco Weffort e Boris Fausto (como veremos no próximo capítulo).

Em função da altíssima repressão estatal desencadeada contra o conjunto do movimento operário após o levante frustrado da Aliança Nacional Libertadora em novembro de 1935, a LCI foi praticamente desbaratada. Seus militantes do Rio de Janeiro (que passaram a se denominar, em fins de 1936, Grupo Bolchevique Leninista) estabeleceram uma aproximação política com membros da “oposição classista” do PCB, que haviam deixado as fileiras estalinistas criticando a linha partidária adotada às vésperas do *putsch* aliancista.⁵¹⁸ Dessa aproximação nasceu, em janeiro de 1937, o Partido Operário Leninista (POL). Atuando junto a garçons, gráficos, vidraceiros, tecelões, ferroviários etc., o novo agrupamento trotskista propagandeou suas posições também por intermédio de *A luta de classe*. Em abril de 1938, o aparato repressivo da ditadura *estadonovista* provocou um forte revés na organização. Ainda em 1938, Mario Pedrosa, representando o POL, participaria (sob o

⁵¹⁵ CAMBOA, M. e LYON, L (pseudônimos de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, respectivamente). “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” in ABRAMO, F. e KAREPOVS, D (orgs.) *Na contracorrente da história*. Op. cit., p. 78-79. Grifos dos autores.

⁵¹⁶ CAMBOA, M. e LYON, L (pseudônimos de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, respectivamente). “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” in ABRAMO, F. e KAREPOVS, D (orgs.). Op. cit., p. 72.

⁵¹⁷ LIGA COMUNISTA DO BRASIL “Projeto de teses sobre a situação nacional” in ABRAMO, F. e KAREPOVS, D (orgs.). Op. cit., p. 161.

⁵¹⁸ A aproximação entre esses dissidentes do PCB (como o bancário Augusto Besouchet, o médico Febus Gikovate e o jornalista Barreto Leite Filho) e os remanescentes da LCI deveu-se, em grande parte, ao fato de os trotskistas terem tido, desde o início, uma postura crítica em relação à ANL, assim como ao levante impulsionado por esta (pelo PCB, na verdade) em novembro de 1935. Quanto às críticas da LCI às estratégias e táticas do PCB nos momentos que antecederam e sucederam o *putsch* comunista, ver ALMEIDA, Miguel Tavares de. “Os trotskistas frente à Aliança Nacional Libertadora e aos levantes militares de 1935” in *Cadernos AEL: trotskismo* (v. 12, nº. 22/23). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2005, p. 83-117.

pseudônimo de “Lebrun”) da conferência de fundação da IV Internacional, realizada na França.⁵¹⁹

Essa *primeira geração* dos trotskistas brasileiros, por questões temporais antes de qualquer outro fator, não possuiu vínculos com a intelectualidade acadêmica “antidualista” e “antietapista” das décadas de 1960 e 1970, salvo a presença (já mencionada) do então jovem estudante Azis Simão entre os membros da Liga Comunista do Brasil.⁵²⁰

Entretanto, talvez valha a pena relatar o fato de que Lívio Xavier, militante destacado das primeiras organizações trotskistas brasileiras, chegou a corresponder-se, ainda nos anos 30, com Caio Prado Jr. Em uma carta de tom altamente polêmico, datada de 20 de setembro de 1933, o historiador *pecebista* pretendeu rebater as críticas que o seu livro recém-lançado, *Evolução política do Brasil*, sofrera numa resenha de Lívio Xavier publicada pelo *Diário da Noite*. Na missiva, em grande parte dedicada ao debate em torno da noção de “feudalismo brasileiro”, Caio Prado Jr., dizendo-se conhecedor das posições dos trotskistas brasileiros sobre tal temática, afirmou ser “um critério absolutamente errado este de procurar enquadrar artificialmente os fatos brasileiros nos esquemas que Marx traçou para a Europa”.⁵²¹ Palavras como estas vindas de Caio Prado Jr. não são, evidentemente, nenhuma surpresa, dado que o combate ao *esquematismo* analítico, como exporemos logo à frente, foi sempre uma constante em sua obra, desgarrada, no essencial, da ortodoxia estalinista. O que acreditamos que mereça atenção aqui é o fato de ter havido diálogo historiográfico e, ainda que ofuscada por polêmicos desacordos quanto a questões específicas, uma certa compatibilidade teórico-analítica, de caráter mais geral, entre Caio Prado Jr. e Lívio Xavier – que, dissemos, foi co-autor do supracitado “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil” (1931), documento de análise histórica e sociológica do Brasil marcado por uma perspectiva “antidualista” e “antietapista”. Nesse sentido, ainda que distantes no campo mais propriamente “político”, Caio Prado Jr. e os trotskistas da *primeira geração*, conforme será visto ainda algumas páginas à frente nesta introdução, compartilharam pressupostos interpretativos no que concerne ao processo histórico e político brasileiro.

O PSR: Florestan Fernandes e o trotskismo

⁵¹⁹ As informações expostas por nós sobre o POL foram extraídas de KAREPOVS, D. e MARQUES NETO, J. C. *Op. cit.*

⁵²⁰ Entre outros trabalhos, o sociólogo Azis Simão é autor do *clássico Sindicato e Estado* (São Paulo: Dominus, 1966), livro pioneiro nos estudos sobre o proletariado e sindicalismo brasileiros.

⁵²¹ Carta de Caio Prado Jr. endereçada a Lívio Xavier em 20 de setembro de 1933. A carta se encontra no arquivo pessoal de Lívio Xavier, depositado no Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP), parte do acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM), da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Os trechos da carta entre aspas foram citados por Lincoln Secco em matéria da *Folha de São Paulo* (“Caio Prado Jr. – Marxismo próprio. Historiador distingue o pensamento do autor entre os marxistas brasileiros”) de 4 de fevereiro de 2007.

Também bastante desarticulado devido à repressão varguista pós-novembro de 1935, o PCB assistiu, em meados de 1937, a uma significativa crise no seu interior. Discordando da concepção estratégica que apontava a burguesia como “força motriz da revolução brasileira” e das táticas que se gestavam na direção partidária para a intervenção nas eleições presidenciais de 1938,⁵²² a maioria do Comitê Regional de São Paulo, em aliança com setores de outras regionais, deu origem ao Comitê Central Provisório (CCP) – também autodenominado de “Comitê Regional do PCB” –, liderado por Heitor Ferreira Lima e Hermínio Sacchetta. Derrotado pela facção partidária comandada por Lauro Reginaldo da Rocha (“Bangu”) – que contou com o apoio, por intermédio de transmissões radiofônicas, da IC –, o CCP sofreu uma cisão, autodenominada Dissidência pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária.⁵²³ No ano de 1938, esse agrupamento, no qual se destacavam figuras como o advogado Alberto Moniz da Rocha Barros e o jornalista José Stacchini, além do próprio Sacchetta, aproximou-se do POL.⁵²⁴

Em agosto de 1939, a fusão entre o POL e o agrupamento de Sacchetta, reunindo o que se pode chamar da *segunda geração* do trotskismo brasileiro, deu origem ao Partido Socialista Revolucionário (PSR), logo reconhecido como seção brasileira da IV Internacional.⁵²⁵ Contudo, os vínculos entre esta e o novo partido foram, até 1943, bastante esporádicos. O clima bélico mundial instaurado definitivamente no mesmo ano de 1939 e a morte de Trotsky em 1940, no México, fizeram com que a própria IV Internacional carecesse de organicidade, deixando um tanto quanto “soltas” suas seções nacionais.⁵²⁶ Somou-se a isso o fato de que Mário Pedrosa, ainda em 1939, juntamente com um setor minoritário do norte-americano Socialist Workers Party (SWP), rompeu com a internacional trotskista em função de divergências sobre a caracterização da União Soviética.⁵²⁷ Segundo a direção da IV Internacional, por motivos “fracionais”, Pedrosa teria dificultado o contato da organização com os militantes que permaneceram no PSR.⁵²⁸

⁵²² O PCB cogitava fortemente o apoio ao candidato José Américo de Almeida. Contudo, como se sabe, o golpe *estadonovista* de novembro de 1937 levaria à frustração do pleito presidencial.

⁵²³ Quanto à história da cisão do PCB envolvendo a Dissidência pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária, ver KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea. O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Unesp/Hucitec, 2003.

⁵²⁴ No debate acerca das futuras eleições de 1938, o POL defendeu o lançamento do nome de Luiz Carlos Prestes, que se encontrava preso, para candidato à Presidência da República.

⁵²⁵ As informações expostas sobre o PSR foram extraídas de KAREPOVS, D. e MARQUES NETO, J. C. *Op. cit.* e de COGGIOLA, O. *Op. cit.*

⁵²⁶ Quanto à história da IV Internacional, ver SAGRA, Alicia. *Op. cit.* e PETIT, Mercedes. *Op. cit.*

⁵²⁷ As posições de Trotsky (e da maioria do SWP) nessa polêmica travada no seio da internacional trotskista podem ser vistas em TROTSKY, L. *Em defesa do marxismo. Op. cit.* Já as posições de Mário Pedrosa (compartilhadas pelos dissidentes do SWP) podem ser encontradas em PEDROSA, M. “A defesa da URSS na guerra atual” in *Cadernos AEL: trotskismo* (v. 12, n.º. 22/23). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2005, p. 289-318.

⁵²⁸ Mário Pedrosa, rompido com o trotskismo, dirigiu, ao lado da poetisa Patrícia Galvão (Pagu), que havia sido do PSR, o jornal *Vanguarda Socialista*. Em 1945, já no Partido Socialista Brasileiro (PSB), defendeu a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República. Muitos anos depois, após a volta do

Exercendo suas atividades em meio à repressão *estadonovista*, o PSR inicialmente divulgou suas posições também por meio d'A *luta de classe* – jornal que havia sido criado pela Liga Comunista do Brasil e preservado pelas organizações trotskistas seguintes (LCI e POL) – e, depois, passou a editar o periódico *Luta Proletária*. A partir de 1943 (ano em que estreitou seus laços com a IV Internacional), o PSR passou a defender a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para por fim ao Estado Novo – vale lembrar que foi justamente em 1943 que Vargas iniciou uma guinada “democrática” no regime. Em 1945, com o fim da guerra e com a ditadura em crise, os trotskistas propuseram a formação de uma “frente única” entre os socialistas e as forças democráticas (que incluía a oposição liberal a Vargas) contra eventuais manobras ditatoriais da cúpula governamental que visassem impedir as eleições esperadas. Ainda em 1945, os trotskistas convidaram o conjunto da esquerda para participar de uma frente eleitoral, a Coligação Democrática Radical, proposta que malogrou, principalmente, devido ao lançamento da candidatura, por parte do PCB, do médico Yedo Fiúza.⁵²⁹ Nas eleições estaduais de 1947, o PSR chamou o “voto em branco” para governador e o “voto crítico” nos comunistas para deputados.

Entre outubro de 1946 e janeiro de 1948, o PSR editou o jornal *Orientação Socialista*, no qual foram publicados vários artigos de Sacchetta de conteúdo extremamente crítico às teses “etapistas” do PCB;⁵³⁰ Nos anos finais do partido, na década de 1950, seu periódico voltaria a se chamar *Luta Proletária*. O partido trotskista obteve também uma significativa influência na editora paulista *Flama*, que publicou traduções de Marx, Engels, Rosa Luxemburgo e Kautsky. Com uma inserção bastante marginal entre os trabalhadores e praticamente restrito a São Paulo, o PSR atuou junto a categorias como a dos gráficos, dos jornalistas e dos vidreiros. Entre 1951 e 1952, devido a motivos ainda não muito esclarecidos, o PSR deixou de existir.⁵³¹ Em 1956, Hermínio Sacchetta organizaria a Liga Socialista Independente (LSI), agrupamento de inspiração luxemburguista que contou com a presença de nomes como Paul Singer, Michael Löwy, Maurício Tragtenberg, Moniz Bandeira e os irmãos Emir e Éder Sader.

exílio vivido durante a ditadura militar brasileira, seria homenageado ao ser escolhido para preencher a primeira ficha de filiação do Partido dos Trabalhadores (PT) no ato de sua fundação, realizado em fevereiro de 1980. Em novembro do ano seguinte, aos 81 anos de idade, o “fundador” do trotskismo brasileiro e consagrado crítico de arte morreria em sua casa no bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro.

⁵²⁹ Os militantes do periódico *Vanguarda Socialista*, alocados em sua maioria no PSB, defenderam, como dissemos, o voto em Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN). Isolados, os trotskistas do PSR anularam seus votos, sufragando nas cédulas o nome de Luiz Carlos Prestes.

⁵³⁰ Quanto ao *Orientação Socialista*, ver FERREIRA, P. R. *Imprensa política e ideologia: Orientação Socialista (1946-1948)*. São Paulo: Moraes, 1989.

⁵³¹ Segundo Murilo Leal, a nova crise da IV Internacional, aberta após a vitória de Pablo e Mandel no III Congresso da organização (veremos um pouco sobre isso mais à frente), e a convergência de militantes do partido com as posições do grupo *Vanguarda Socialista* referentes à natureza social da União Soviética podem ter sido alguns dos motivos que levaram ao fim o PSR (LEAL, M. *À esquerda da esquerda. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 27-34).

O que mais interessa a este trabalho, entretanto, é o fato de que, entre 1942 e 1952 (aproximadamente), o futuro renomado acadêmico Florestan Fernandes foi membro do PSR.⁵³² A adesão do então estudante de sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, “núcleo-matriz” da Universidade de São Paulo (USP), ao partido trotskista deu-se por intermédio de Sacchetta, que Florestan conhecera na redação do jornal paulista *Folha da Manhã*. Convidado pelo jornalista trotskista a militar no pequeno grupo, Florestan encontrou um lugar no qual o “colaboracionismo” de classes propagado pelo PCB não obtinha ressonância. Em uma entrevista de 1995, o sociólogo assim falou de sua participação política entre os trotskistas do PSR:

Eu venerava muito o partido e algumas das figuras do PC, mas ao mesmo tempo não gostava da conciliação de interesses que levava o partido a ter uma face para o movimento operário e outra face para a burguesia. A organização em que militei era filiada à IV Internacional, tinha uma pequena base operária e uma colaboração de intelectuais...O grupo era relativamente pequeno, caberia na categoria de grupúsculos, segundo os franceses, sem diminuir a importância. Mas tinha operários, não muitos, tinha pessoas empenhadas nos problemas da mulher, nos problemas da pobreza e no combate comum ao Estado Novo...Os meus colegas trotskistas não compartilhavam do sacrifício que exigia o meu trabalho na universidade, por causa até da atividade partidária. Eu sempre dava uma contribuição menor do que a que eles esperavam. Fiquei na organização até mais ou menos 1952. Tinha entrado em 1942.⁵³³

Não obstante o fato de não ter se dedicado exclusivamente à militância partidária, Florestan participou intensamente das atividades da organização. Segundo Laurez Cerqueira, Florestan cedeu sua residência para reuniões do PSR e, num dos cômodos dela, instalou um mimeógrafo no qual eram rodados textos do partido. O jovem intelectual foi também um dos redatores do “Anteprojeto Técnico Eleitoral”, documento político-programático apresentado em 1945 pela Coligação Democrática Radical, entidade (como foi visto pouco acima) impulsionada pelos trotskistas com vistas a aglutinar o conjunto da esquerda nas eleições presidenciais e parlamentares à Constituinte que se avizinhava.⁵³⁴ Em 1946, foi publicada pela *Flama* a *Contribuição à crítica da economia política*, de Marx,⁵³⁵ traduzida por Florestan a pedido de Sacchetta, então à frente da casa editorial. A edição que trouxe uma introdução de sua autoria bastante elogiada pelos intelectuais da época.⁵³⁶

A partir de 1945, Florestan Fernandes passou a lecionar na Faculdade de Filosofia. Após um período em que, com muito sacrifício, conciliou as atividades de militante e

⁵³² As informações acerca da relação de Florestan Fernandes com o PSR foram retiradas de COGGIOLA, O. “Florestan Fernandes e o socialismo” in FERNANDES, F. *Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 9-28. e de CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes. Vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2004.

⁵³³ LEITE, Paulo Moreira. “Vida e transformação, as convivas do Florestan”. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 19 de agosto de 1995, apud COGGIOLA, O. “Florestan Fernandes e o socialismo”. *Op. cit.*, p. 14.

⁵³⁴ Cerqueira, Laurez. *Op. cit.*, p. 43.

⁵³⁵ MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Flama, 1946.

⁵³⁶ Cerqueira, Laurez. *Op. cit.*, p. 45.

acadêmico, Florestan, por volta de 1952, quando concluía sua tese de doutoramento,⁵³⁷ finalmente optou pela carreira universitária. Nessa difícil escolha, o já destacado intelectual obteve o apoio de seu próprio dirigente partidário, Hermínio Sacchetta:

Com a filiação ao PSR, a seção brasileira da IV Internacional, minha militância se tornou sistemática [...] eu me mantive [no partido] até o início dos anos 50. Aí os próprios companheiros acharam que não seria conveniente que eu desperdiçasse o tempo em um movimento de pequeno alcance, quando podia me dedicar a trabalhos de maior envergadura na universidade. O Sacchetta, que era um homem esclarecido, me aconselhou: “É melhor você se afastar da organização e se dedicar à universidade, que vai ser mais importante para nós.”⁵³⁸

O abandono da militância partidária, motivado pela necessidade de concentrar-se integralmente no mundo acadêmico, provocou em Florestan, segundo o próprio, uma “crise de consciência”.⁵³⁹

Passado o período da militância, defrontei-me com uma acomodação improdutiva: ou ser militante, com o sacrifício de minhas possibilidades intelectuais, ou ser universitário, com atividades políticas de fachada, mistificadoras. Uma tormentosa crise foi resolvida com a generosidade dos companheiros políticos, que viam claro a realidade: a esquerda ainda não possuía partidos que pudessem aproveitar o intelectual rebelde de forma produtiva para o pensamento político revolucionário. Por sua vez, Antonio Cândido ajudou-me a conviver com feridas e frustrações, que surgiam como um pesadelo e me levaram a sublimar a castração política parcial com uma prática exigente e (acredito) autopunitiva do significado da responsabilidade intelectual.⁵⁴⁰

Ainda que não partidariamente, Florestan Fernandes nunca deixou de fazer política, mesmo que, durante um longo tempo, a fizesse apenas por intermédio de seus escritos universitários. Seria somente cerca de trinta anos depois que Florestan novamente combinaria as duas funções (a de militante e a de acadêmico), quando aderiu ao Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual foi eleito deputado federal em 1987, cargo que exerceria por dois mandatos. Nas polêmicas travadas dentre a militância petista, Florestan sempre propugnaria a necessidade do partido se portar como um defensor do fim da propriedade privada dos meios de produção, opondo-se à expulsão das correntes trotskistas do seu interior.⁵⁴¹ Segundo Coggiola, “toda a bagagem política adquirida [por Florestan] no PSR voltava à tona” quando o velho intelectual imergia nos debates programáticos de seu novo partido.⁵⁴² Talvez seja interessante mencionar ainda que, em 1990, quando do aniversário de cinquenta anos da morte de Trotsky, Florestan, afastado organicamente dos trotskistas havia

⁵³⁷ FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 3ª edição. São Paulo: Globo, 2006.

⁵³⁸ VENCESLAU, Paulo de Tarso. “Florestan Fernandes” (entrevista) in *Teoria e debate* n.º 13. São Paulo, fevereiro de 1991, apud COGGIOLA, O. “Florestan Fernandes e o socialismo”. *Op. cit.*, p. 11.

⁵³⁹ COGGIOLA, O. “Florestan Fernandes e o socialismo”. *Op. cit.*, p. 10.

⁵⁴⁰ FERNANDES, Florestan. *Que tipo de república?* São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 252, apud COGGIOLA, O. “Florestan Fernandes e o socialismo”. *Op. cit.*, p. 10.

⁵⁴¹ COGGIOLA, O. “Florestan Fernandes e o socialismo”. *Op. cit.*, p. 24-25.

⁵⁴² *Idem*, p. 25.

quase quatro décadas, não se furtou a reafirmar, em palestras e trabalhos apresentados em eventos “comemorativos” à data, a inquestionável validade histórica da “teoria da revolução permanente”, assim como o papel político fundamental para o movimento operário desempenhado pelo revolucionário russo desde 1905 até seu assassinato.⁵⁴³

Mais à frente nesta introdução, apontaremos como a militância trotskista em sua juventude acabou por deixar marcas indeléveis em Florestan, exercendo significativo papel na formação intelectual daquele que seria o principal expoente e “orientador” da *corrente* acadêmica “antidualista” e “antietapista” brasileira.

O POR: uma experiência política e teórica para futuros acadêmicos

O III congresso da IV Internacional, realizado em 1951, teve como principal consequência uma forte e irreparável cisão no movimento trotskista mundial.

De um lado, ficaram as seções que corroboravam as propostas, vitoriosas no encontro em questão, defendidas pelo grego (que militava na França) Michel Raptis, mais conhecido por seu codinome Pablo. Alegando a inevitabilidade de um enfrentamento cada vez mais radicalizado, com possibilidades bélicas, entre o imperialismo e os “Estados operários” liderados pela União Soviética, Pablo argumentava que tal conjuntura levaria as traidoras burocracias estalinistas a uma radicalização de suas políticas. Provavelmente impressionado com a influência de massas de que gozavam muitos partidos comunistas europeus no pós-guerra, Pablo defendeu que os trotskistas deveriam reingressar nas organizações estalinistas com fito de influenciar suas decisões e conduzi-las ao caminho revolucionário. No caso da inexistência de partidos comunistas com inserção significativa na classe trabalhadora, como em muitos países da América Latina, a direção pablista, após um curto período em que indicou a construção de partidos revolucionários independentes, orientou os trotskistas a ingressarem nas fileiras dos partidos e movimentos “nacionalistas” burgueses ou pequeno-burgueses que tivessem audiência massiva entre o proletariado. Tal “tática” política formulada por Pablo receberia a denominação de “entrismo *sui generis*”.⁵⁴⁴

Contando com a adesão pós-congresso do economista belga e prestigiado dirigente político Ernest Mandel, a ala da IV Internacional que reunia as seções nacionais (ou partes destas) adeptas da nova “tática” passou a ser conhecida como Secretariado Internacional (SI). Do outro lado, organizou-se o Comitê Internacional (CI), composto pelos partidos e grupos trotskistas que se recusavam a implementar a política “entrista”, considerando-a um

⁵⁴³ Ver FERNANDES, Florestan. “Trotsky e a revolução” in _____. *Em busca do socialismo. Op. cit.*

⁵⁴⁴ A adição da expressão latina “*sui generis*” ao termo “entrismo” deveu-se ao fato de que, na década de 1930, como já expusemos, Trotsky havia defendido a tática “entrista” para os revolucionários em países como França, Espanha e Estados Unidos.

retrocesso em relação à própria fundação da IV Internacional. Majoritário entre a militância que reivindicava o trotskismo, o CI tinha como principais expoentes o norte-americano SWP, o Partido Obrero Revolucionario (POR) da Argentina (liderado por Nahuel Moreno, codinome de Hugo Bressano) e a maioria da antiga seção francesa (que, por se negar a cumprir as ordens *pablistas* de iniciar, em 1952, o “entrismo” no Partido Comunista Francês, acabou expulsa pelo SI), que tinha à frente Pierre Lambert.⁵⁴⁵

Alinhado com as diretrizes do SI, teve origem em 1952 o Bureau Latino-Americano da IV Internacional (BLA), dirigido pelo dirigente argentino J. Posadas (codinome de Homero Cristali).⁵⁴⁶ Foi como delegado do BLA que o também argentino Guillermo Almeyra chegou a São Paulo com o objetivo de estabelecer contatos com os trotskistas brasileiros, liderar um grupo e editar um jornal. Hospedado na casa dos pais do então jovem estudante Leôncio Martins Rodrigues, Almeyra arregimentou ex-militantes do PSR (como Milton Camargo, Antônio Pinto de Freitas e o próprio Leôncio Martins Rodrigues) e alguns jovens membros do PSB (como Sebastião Simões de Lima), constituindo assim um pequeno núcleo trotskista, alinhado ao BLA. Desse modo, dando seqüência à saga do movimento trotskista no Brasil, foi criado, ainda em 1952, o Partido Operário Revolucionário, que passou a expor suas posições por intermédio do periódico *Frente Operária*.⁵⁴⁷

Durante dois anos, o POR atuou com a perspectiva de, a partir da animação de uma “frente única operária”, dotada de um programa antiimperialista e anticapitalista, construir um partido marxista e revolucionário no país. Entretanto, em fins de 1954, após a volta de Leôncio e Almeyra do IV Congresso da IV Internacional realizado na França, o POR, seguindo as novas diretrizes deste último para o Brasil, enveredou pelo caminho do “entrismo” no PCB. Para essa difícil e clandestina tarefa,⁵⁴⁸ foram destacados, entre outros militantes, o próprio Leôncio e o então estudante de Direito e Filosofia Ruy Fausto.⁵⁴⁹ Ruy, assim como seu irmão, o futuro historiador Boris Fausto, haviam adentrado as fileiras do POR pouco tempo após o surgimento do partido. Leal destaca que, à época, o partido agitava nos meios universitários o *Círculo Karl Marx*, um centro de estudos e discussões sobre o

⁵⁴⁵ Naturalmente, oferecemos acima uma descrição bastante resumida do grande “racha” sofrido pela IV Internacional após seu III Congresso. Para um conhecimento mais detalhado das inúmeras cisões e crises vividas pelo trotskismo mundial, ver, entre outras obras, PETIT, Mercedes. *Op. cit.*

⁵⁴⁶ Ligado ao CI, Nahuel Moreno, por sua vez, animou o Secretariado Latino-Americano do Trotskismo Ortodoxo (SLATO), que disputou com o BLA de Posadas a representação do legado político de Trotsky em nosso continente.

⁵⁴⁷ As informações acerca da trajetória do POR foram extraídas de LEAL, M. *À esquerda da esquerda... Op. cit.* e _____. “Idéias políticas e organização partidária do POR (1952-1964)” in *Cadernos AEL: trotskismo* (v. 12, nº. 22/23). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2005, p. 127-159.

⁵⁴⁸ Vale destacar que o artigo 13 dos estatutos do PCB proibia seus militantes de “manter relações pessoais, familiares ou políticas com os trotskistas”.

⁵⁴⁹ Ruy Fausto foi militar na Juventude Comunista (JC) e tornou-se membro do Comitê de Zona Universitária (CZU) do PCB. Leôncio Martins Rodrigues, por sua vez, dedicou-se ao trabalho entre os jovens comunistas que atuavam na União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES).

marxismo por meio do qual os trotskistas estabeleciam contatos com estudantes e intelectuais de esquerda. Do *Círculo* participavam, além de Ruy Fausto e demais ativistas de perfil intelectual do POR, nomes como Paul Singer e Emir Sader.

A tática “entrista” no PCB, que se mostraria, em termos gerais, um enorme fracasso, rendeu ao POR, contudo, a captação de alguns quadros *pecebistas*, entre eles o importante dirigente operário e ex-deputado federal constituinte José Maria Crispim que, expulso em fevereiro de 1952 do partido de Prestes, aderiu, em carta aberta de setembro de 1955, à IV Internacional. Em 1957, sem muito sucesso, o POR buscou atrair Agildo Barata e seu grupo, que haviam rompido com o PCB – mas que acabou aderindo, entretanto, a posições de cunho nacionalista.⁵⁵⁰ Em 1962, o POR deslocou dois de seus militantes, Doroty Massola e Fábio Munhoz, para realizar o “entrismo” no recém-fundado Partido Comunista do Brasil (PC do B), de linha maoísta. Com os dois trotskistas rapidamente descobertos e expulsos, a nova investida fracassou fragorosamente. Em 1963, o POR abandonaria por completo a militância entre os *pecebistas*, e a prática “entrista” passaria a ter lugar, especialmente após o Golpe de 1964, nas fileiras nacionalistas sob comando de Leonel Brizola, um dos principais inimigos da ditadura militar. Segundo o excêntrico Posadas, tratava-se, então, de um “entrismo” modificado, que ele, de um modo altamente pleonástico, denominou como um “entrismo interior”.⁵⁵¹ Naquele momento, o POR já não se encontrava mais vinculado ao SI, pois em 1962 o BLA havia acompanhado sua liderança maior no intento de formar uma “IV Internacional Posadista”.⁵⁵²

Em 1953, o POR envolveu-se na campanha de Jânio Quadros à Prefeitura de São Paulo. Segundo depoimentos de ex-militantes do partido,⁵⁵³ Jânio, no final do ano anterior, havia participado de uma reunião com cinco militantes do POR (entre eles, Leôncio Martins Rodrigues e os irmãos Fausto), quando assinara um documento em que se comprometia, caso vencesse o pleito, a efetivar determinadas propostas políticas que lhe foram apresentadas pelos trotskistas. Após seu sucesso nas urnas, Jânio (como era de se esperar) não só nada implementaria das tais propostas, como ainda diria aos trotskistas que não se lembrara de ter assinado documento algum.⁵⁵⁴

Nas eleições para a Presidência da República de 1955, em um manifesto intitulado “Os trotskistas rejeitam as quatro candidaturas”, o POR afirmou que poucas diferenças existiam

⁵⁵⁰ Nesse mesmo período, Leôncio Martins Rodrigues, fundador do POR, afastou-se da organização e passou a dedicar-se à carreira acadêmica.

⁵⁵¹ LEAL, M. *À esquerda da esquerda...Op. cit.*, p. 141-148.

⁵⁵² Cada vez mais delirante, Posadas, depois de ter pregado a inevitabilidade de uma guerra nuclear mundial que abriria caminho ao socialismo, passou, a partir de fins dos anos 60, a flertar com teorias esotéricas, como a ufologia (o socialismo deveria ser interplanetário!), a comunicação com golfinhos, o parto aquático de seres humanos, “Nova Era” etc.

⁵⁵³ Recolhidos por Murilo Leal, e contidos em LEAL, M. *À esquerda da esquerda...Op. cit.*

⁵⁵⁴ LEAL, M. *À esquerda da esquerda...Op. cit.*, p. 56-60.

entre os candidatos Juscelino Kubitschek, Juarez Távora, Adhemar de Barros e Plínio Salgado, defendendo assim o “voto em branco” como uma forma de protesto contra a legislação eleitoral que não permitia candidaturas independentes. Ferozmente, os trotskistas condenaram o apoio do PCB a JK, considerando tal postura uma “capitulação vergonhosa diante do inimigo de classe”.⁵⁵⁵ Igualmente, no pleito de 1960, o partido atacou os três concorrentes à cadeira presidencial (Henrique Teixeira Lott, Adhemar de Barros e Jânio Quadros) e defendeu o lançamento de uma candidatura “operária” que nascesse do movimento e das lutas dos trabalhadores; esta candidatura, segundo o POR, deveria basear-se em um programa político no qual constasse, entre outras consignas, a escala móvel de salários, a jornada móvel de horas de trabalho, a estabilidade no emprego, a estatização das fábricas paradas, nacionalização dos bancos, o monopólio estatal do comércio exterior, o controle operário sobre a Previdência Social, a reforma agrária, a ampliação das relações diplomáticas do país, o direito de greve e a organização independente dos trabalhadores em face do Estado.

Quando da renúncia de Jânio, a 25 de agosto de 1961, o POR acreditou que se abria no país uma “situação pré-revolucionária” e passou a defender, entre outras bandeiras, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. No contexto da “crise da legalidade”, o jovem militante do partido Tullo Vigevani, estudante de engenharia na Escola Politécnica da USP, foi preso pichando nos muros palavras de ordem contra o golpe (iniciado pelos três ministros militares do governo renunciante, o general Odílio Denys, o brigadeiro Grün Moss e o almirante Sílvio Heck) que buscava impedir a posse do vice-presidente João Goulart. Já no final de 1963, o POR começou a identificar a situação nacional como “revolucionária”.⁵⁵⁶ – Entretanto, tal concepção não impediria os trotskistas de subestimar a contra-revolução (que, segundo Trotsky, sempre se faz presente em qualquer situação na qual a questão do poder está colocada para a classe operária) e avaliar que o golpe perpetrado em 1964 pela burguesia e o imperialismo não havia provocado senão um revés circunstancial no processo revolucionário.⁵⁵⁷

Impressionados com a audiência do movimento nacionalista entre as massas, no qual depositavam uma esperança de “radicalização”, os trotskistas propuseram que os brizolistas se diferenciasssem, no interior da Frente de Mobilização Popular (FMP) – uma entidade de frente única que aglomerava os setores mais expressivos da esquerda –, das linhas políticas consideradas (não sem razão) moderadas, representadas por lideranças como Arraes, Almino Alfonso e Prestes (PCB). Após a derrubada de Jango, o partido participou da Frente Popular

⁵⁵⁵ POR. “Os trotskistas rejeitam as quatro candidaturas” in *Frente Operária*, nº. 17. São Paulo, setembro de 1955, apud LEAL, M. “Idéias políticas...”. *Op. cit.*, p. 134.

⁵⁵⁶ LEAL, M. *À esquerda da esquerda...* *Op. cit.*, p. 159-188.

⁵⁵⁷ *Idem*, p. 189-195.

de Libertação, criada no Uruguai, e assumiu, no Brasil, a divulgação do jornal nacionalista *O panfleto*.⁵⁵⁸

Na década de 1950, o POR, muito pequeno e concentrado no Estado de São Paulo, desenvolveu atividades no Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos, no Sindicato dos empregados em Hotéis e Similares de São Paulo, no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e Mobiliário de Campinas. Os trotskistas atuaram, também, nesse período, na metalúrgica Sofunge e entre os trabalhadores dos frigoríficos Armour e Wilson.⁵⁵⁹

Nos anos 60, o partido logrou construir um núcleo no Rio Grande do Sul, a partir da militância no meio estudantil exercida por Paulo Pilla Vares que, como “entrista” na JC, atraiu para o POR seus companheiros Vito Letizia e Paulo Pereira. No Rio de Janeiro, onde a organização consolidava-se nesse período, o dirigente Sidney Fix Marques dos Santos coordenou as atividades dos trotskistas entre os estudantes de Niterói e São Gonçalo, os trabalhadores dos estaleiros e os da região canavieira de Campos, assim como entre os funcionários da Companhia Brasileira de Energia Elétrica. Por intermédio da FMP e do 2º sargento do Regimento da Escola de Infantaria da Vila Militar da Guanabara, Wilson Mendonça Maia, o POR atuou também entre as praças das Forças Armadas, em uma conjuntura na qual a organização política dos sargentos e marinheiros ameaçava significativamente a solidez do Estado burguês.⁵⁶⁰

Aos militares da “base” das Forças Armadas, aliás, o POR dedicou uma atenção especial. Em Recife, os trotskistas realizaram um trabalho envolvendo aproximadamente 25 sargentos da Base Aérea, por intermédio do 3º sargento da Força Aérea Brasileira (FAB) Jair Borin, militante do POR e componente da chapa que, em fevereiro de 1963, venceu as eleições para o Clube de Oficiais e Sargentos da Aeronáutica.⁵⁶¹ Em São Paulo, os contatos também foram estabelecidos com militares da Aeronáutica por meio dos sargentos José Barreto de Souza, José Francisco de Almeida e João Ferreira da Silva. No começo de 1963, o POR ganhou a adesão do 3º sargento do Exército Ovídio Ferreira Dias, da Divisão Regional de Moto Mecanizados da 2ª Região Militar (DRMM/2), sediada em Osasco. Como presidente da Caixa Beneficente dos Oficiais e Sargentos da DRMM/2, Ovídio estruturou uma célula partidária com cerca de 30 militares.⁵⁶²

⁵⁵⁸ *Idem*, p. 194.

⁵⁵⁹ *Idem*, p. 59

⁵⁶⁰ *Idem*, p. 214-228.

⁵⁶¹ Em 22 de novembro de 1964, quando já havia sido expulso das Forças Armadas, Borin, que dava seqüência à sua militância em uma célula universitária (pois também era estudante de sociologia), acabaria finalmente preso. (*Idem*, p. 256).

⁵⁶² *Idem*, p. 255-264.

Vale destacar, também, o trabalho realizado pelo POR, a partir de 1962, junto ao movimento camponês que se radicalizava no Nordeste. Para o município de També, fronteira de Pernambuco com a Paraíba, foi enviado o jovem gráfico Paulo Roberto Pinto, que lá ficaria conhecido por “Jeremias”. Recebendo pouco tempo depois a companhia de outros dois militantes do POR, Fábio Munhoz e o Pedro Makovsky Clemachuk, “Jeremias” obteve, conjuntamente com o sindicalista Joel Câmara, o controle *de fato* do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de També (oficialmente dirigido por um “pelego” que atendia por “Capitão”) e desenvolveu intensas lutas a partir das propostas de ocupações de terras, da organização de milícias dos trabalhadores rurais, da formação de “conselhos” de camponeses por engenhos, usinas e municípios, além da defesa da estratégica “aliança operário-camponesa”. “Jeremias”, contudo, acabaria morto quando liderava um grupo de 500 trabalhadores em greve pelo pagamento do 13º salário atrasado no Engenho Oriente.⁵⁶³ O POR conseguiria ainda a incorporação às suas fileiras de alguns militantes que haviam passado pelo Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), vinculado às Ligas Camponesas de Francisco Julião.⁵⁶⁴

No que tange ao âmbito mais propriamente teórico da história desta *terceira geração* do trotskismo no Brasil, faz-se necessário assinalarmos que, desde sua fundação até meados da década de 1960, o POR realizou sugestivas análises sobre o fenômeno do “nacionalismo-burguês” latino-americano, apontando várias características de sua manifestação brasileira que, como observaremos, reapareceriam posteriormente nos trabalhos de autores como Ianni, Weffort, Décio Saes e Armando Boito Jr. sobre o período populista da história nacional.

O Golpe de 1964 abalaria profundamente o POR, assim como as demais organizações de esquerda que vinham atuando sob o governo de Goulart. Enquanto elementos que levariam à desagregação do partido trotskista, somaram-se à mudança de regime no país as fortes diferenças políticas presentes no seu interior. Em 1966, na V Conferência Nacional do partido, um grupo de militantes apresentou um documento no qual criticava o excesso de centralismo implantado por Posadas na organização brasileira.⁵⁶⁵ O plenário da Conferência, entretanto, não só repudiou o documento como determinou a imediata dissolução da “fração” que o havia elaborado, composta por Antonio Carlos Leal de Campos, José Leão de Carvalho, Gilvan Rocha, Fábio Munhoz e Maria Hermínia Tavares de Almeida (que havia ingressado no POR

⁵⁶³ *Idem*, p. 228-254. Segundo o texto apócrifo contido na quarta capa do livro de Leal, o personagem “Levindo”, do romance *Quarup*, de Antonio Callado (2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967), teria sido inspirado na vida (e morte) de “Jeremias”.

⁵⁶⁴ *Idem*, p. 235-254.

⁵⁶⁵ Desde 1962, quando rompeu com o SI e criou sua própria organização internacional, Posadas passou a defender o “monolitismo” como forma de funcionamento interno das seções de sua internacional (a “IV Internacional Posadista”). Segundo Posadas, sob o “monolitismo”, o “centralismo democrático” deveria operar numa proporção de 90% de centralismo e de 10% de democracia.

em 1963), além do afastamento desses militantes dos cargos de direção que ocupavam na estrutura partidária. Pouco tempo depois, os autores do polêmico documento abandonariam o POR. Em 1968, alguns militantes do Rio Grande do Sul foram excluídos do partido e deram origem à Fração Bolchevique da Seção Brasileira da IV Internacional. Rapidamente, o novo agrupamento recebeu adeptos do POR provenientes do Ceará, Pernambuco e do próprio Rio Grande do Sul. Embora bastante enfraquecido, o POR continuaria suas atividades sob a ditadura militar (1964-1985), assim como nos anos democráticos posteriores. Atualmente, os trostkistas de linha *posadista*, com uma insignificante inserção entre a classe trabalhadora brasileira, encontram-se (ainda!) dentro do PT e editam o periódico *Revolução Socialista*.

Da interessante trajetória do Partido Operário Revolucionário, o mais pertinente a ser destacado neste trabalho é o contato proporcionado pela pequena organização entre futuros acadêmicos “ilustres” e as idéias do revolucionário León Trotsky.

Nas páginas precedentes, pudemos notar, de passagem, como dois destacados estudiosos do movimento sindical brasileiro, Leôncio Martins Rodrigues e Maria Hermínia Tavares de Almeida, compuseram, durante determinado período, as fileiras do POR. Mencionamos também, neste brevíssimo histórico da organização trostkista, o fato de que os irmãos Boris e Ruy Fausto nela militaram praticamente desde sua fundação. Em um depoimento dos anos 90, Boris, que se afastou do POR em fins de 1962, lembraria sua experiência como membro da IV Internacional:

Eu comecei a militar no trotskismo por volta de 52 [...] Havia qualquer coisa de errado, para mim, no PC. Havia uma certa dureza – o trotskismo também tinha – mas que eu identificava muito com os comunistas e havia também o culto à personalidade do Prestes, que era uma coisa que eu não vivi *a posteriori*, porque hoje é um mérito indiscutido, não é? Mas na época era uma coisa que incomodava profundamente. Então eu entrei para o trotskismo muito pela via intelectual. Eu comecei a ler coisas, a me interessar pelas coisas de esquerda em geral e dei, quase que “autodidaticamente”, com os livros de Trotsky em sebos e coisas assim, e comecei a me encantar com as coisas dele e a dizer: “Não, isso aqui eu entendo, isso aqui é uma crítica da União Soviética”. Eu me preocupava muito com a coisa da União Soviética, ao mesmo tempo em que aderiu à União Soviética dizia: “Mas aí há coisas erradas, há coisas que não funcionam.” Então, a crítica trostkista, especificamente do Trotsky, da União Soviética me impressionou demais [...]⁵⁶⁶

Por mais que eu discorde do que a gente pensava naquela época, eu acho que isso foi uma coisa importante, para nós, como grupo, como pessoas. Eu acho que, não sei o que cada um pensa disso, eu acho que ganhei com a elaboração política, no sentido de que a gente discutia muito. A vida das reuniões era muito intensa [...] eram longuíssimas discussões. Sobre textos, sobre ideologia, sobre rumos a tomar e isso eu acho que nos deu um treino, um exercício, de falar etc., e como nós éramos um grupo, a não ser quando estavam aqui os argentinos [os delegados do BLA], como nós éramos um grupo cujos caciques eram fracos, isso tinha uma liberdade, vamos dizer assim, que eu nunca vi no PC. Quando a gente conversava com o pessoal do PC eu tinha a sensação de que nós percebíamos as coisas e não só isso, que nós tínhamos liberdade de pensar e que eles eram teleguiados [...] eu acho que isso [a experiência no POR] foi um ganho. Não um ganho político geral: um ganho para nós como formação pessoal.⁵⁶⁷

⁵⁶⁶ Depoimento de Boris Fausto a Murilo Leal, 3 de janeiro de 1996, p.1. Acervo CEMAP, CEDEM/UNESP, São Paulo.

⁵⁶⁷ *Idem*, p. 13-14.

Pensamos que não consiste em empresa muito difícil estabelecer uma relação entre a militância trotskista de Boris Fausto e certos aspectos de parte de sua ulterior produção científica, em especial no que diz respeito a sua ótica da “Revolução” de 1930, como ilustraremos no capítulo a seguir. Assim, antecipamos que o contato do futuro historiador, por intermédio do POR, com a “teoria da revolução permanente” e a *lei do desenvolvimento desigual e combinado* constituiu-se em um importante “ingrediente” para o “preparo” de sua interpretação acerca da “Revolução” de 1930 – o que, conseqüentemente, nos permite afirmar que sua oposição historiográfica à lógica “dualista” e “etapista” não pode ser vista como um fenômeno eminentemente acadêmico, oriundo de divergências epistemológicas de gabinete.

Profundo estudioso do POR, Murilo Leal chamou a atenção para a relação entre a pequena organização trotskista e nomes expressivos da intelectualidade acadêmica brasileira:

Algumas das perguntas, das categorias e das problemáticas propostas pelo POR em suas tentativas de interpretação da sociedade brasileira foram reelaboradas, mas estão presentes como matrizes em obras tão relevantes como *A revolução de 1930*, de Boris Fausto, ou no trabalho *Sindicalismo e classe operária (1930-1964)*, em que Leôncio Martins Rodrigues emprega o conceito de bonapartismo. Certamente o trotskismo entrou como componente dos fundamentos do interesse de Ruy Fausto pelo marxismo. Contribuiu, também, para formar o interesse de Leôncio Martins Rodrigues, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Tullo Vigevani e Cláudio Cavalcanti pelo papel dos sindicatos na sociedade brasileira e suas interrogações sobre os significados da “Era Vargas”. O POR representou nos anos 50, portanto, uma das matrizes de um pensamento de contra-hegemonia face ao nacional-desenvolvimentismo e ao estalinismo.⁵⁶⁸

Corroborando a perspectiva de Leal acerca do vínculo existente entre a organização trotskista e determinada produção acadêmica brasileira dos anos 60 e 70, consideramos ainda que a lista de consagrados intelectuais universitários que, no pré-1964, tiveram no POR um interlocutor político pode ser um pouco ampliada.

O próprio Leal aponta, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort, que nos anos 50 integraram a Juventude Comunista (JC), como nomes que estabeleceram contatos com o partido trotskista.⁵⁶⁹ Em depoimento a Leal, Ruy Fausto – que, como vimos, foi militante “orgânico” do POR e praticou o “entrismo” na JC –, afirmou que, durante sua experiência, entre 1954 e 1956, junto à juventude *pecebista*, Weffort fora um dos ativistas que desenvolveram afinidade com a linha trotskista: “Weffort nunca foi da IV Internacional, ele estava próximo”, disse Fausto.⁵⁷⁰ O depoente lembrou que, nesse período, Weffort era muito ligado ao filho do histórico militante comunista Leôncio Basbaum, Hersch Basbaum, então integrante da JC e que alguns anos mais tarde aderiria ao trotskismo: “[Weffort] morava perto da minha casa, numa pensão. Eu ia lá buscar ele, conversar com ele. Deixava recados:

⁵⁶⁸ LEAL, Murilo. “Idéias políticas...”. *Op. cit.*, p. 158.

⁵⁶⁹ LEAL, M. *À esquerda da esquerda...* *Op. cit.*, p. 40, 90 e 93-95.

⁵⁷⁰ Depoimento de Ruy Fausto a Murilo Leal. Paris, 2 de junho de 1996, p.5. Acervo CEMAP, CEDEM/UNESP, São Paulo.

‘Weffort, telefone para o Hersch’. O Hersch tinha telefone, ele não tinha. Imaginar esse sujeito ministro da Cultura é engraçado.⁵⁷¹ [Weffort] era secundarista nesse tempo, eu era universitário.”⁵⁷²

Ruy Fausto se recordou, ainda, de que, entre 1963 e 1964 (quando já se encontrava, na prática, afastado de uma militância mais “orgânica” entre os trotskistas), chegara a assistir, acompanhado de Weffort, a algumas reuniões do POR. Em uma dessas reuniões, realizadas às vésperas do Golpe de 1964, Fausto apresentou um manifesto acerca da situação nacional, *redigido conjuntamente com Weffort*, no qual atacava tanto os golpistas como o governo Goulart, o que fez com que os presentes considerassem que o manifesto supunha que o golpe viesse a ser desferido por Jango.⁵⁷³ Em entrevista concedida a nós em 2007, o filósofo *uspiano* afirmou que alguns militantes do POR tinham relações pessoais, mas não partidárias, com figuras como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni nos anos 50 e início dos 60. Quando perguntado, entretanto, se estes últimos, assim como Weffort, haviam tido contatos com as idéias de Trotsky por intermédio da organização *posadista*, Fausto foi peremptório: “Sim, tiveram contato via-POR”.⁵⁷⁴

Ottaviano De Fiori, que passou pelas fileiras do POR também em meados da década de 1950, relatou que Weffort era, naquele período, uma das eternas esperanças de captação por parte da organização. Talvez tenha sido imbuído dessa esperança que De Fiori, segundo o próprio, lhe emprestou a obra *Revolução e contra-revolução na Alemanha*, de Trotsky, cobrando-lhe insistentemente a leitura. Weffort, não obstante ter atendido ao pedido do militante do POR, jamais aderiria ao agrupamento trotskista.⁵⁷⁵

Recordando-se da militância de Weffort ao seu lado na JC, o já mencionado Hersch Basbaum, em depoimento a Murilo Leal, posicionou-se acerca da possibilidade de ter havido alguma influência do trotskismo do POR na formação intelectual do futuro “teórico do populismo”:

Weffort foi membro da Juventude Comunista [...]. Weffort sempre teve um perfil acadêmico. Temos a mesma idade, e eu digo isso, Murilo, não para abonar as minhas falhas, mas eu trabalhava para ganhar a vida nessa época, porra. E eles [Weffort e outros ativistas de perfil intelectual, provavelmente] não, ele estudavam, só. Eles tinham essa vantagem. Ficavam lendo o dia inteiro. E o Weffort sempre foi inteligente, um bom sujeito, inclusive, eu gosto muito dele. E ele era comunista sim. *E era muito*

⁵⁷¹ Quando da vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso sobre Luís Inácio Lula da Silva no pleito presidencial de 1994, Weffort, que havia sido um dos organizadores do candidato petista, aceitou, surpreendentemente, o convite do vitorioso para estar à frente do Ministério da Cultura, ocupando assim o cargo de ministro durante os dois mandatos de FHC (1995-2002).

⁵⁷² Depoimento de Ruy Fausto a Murilo Leal, p. 11.

⁵⁷³ *Idem*, p. 21-22.

⁵⁷⁴ Entrevista de Ruy Fausto a Felipe Demier. Paris/Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2007. Entrevista realizada por via eletrônica (email).

⁵⁷⁵ Depoimento de Ottaviano De Fiori a Murilo Leal. São Paulo, 17 de julho de 1996, p. 17. Acervo CEMAP, CEDEM/UNESP, São Paulo. Talvez não seja escusado lembrar aqui que a obra de Trotsky mencionada acima é justamente uma das que contém análises do revolucionário sobre a questão do bonapartismo.

preparado para absorver as idéias da esquerda trotskista naquele momento. Até porque o perfil acadêmico que ele manifestava naquele momento facilitava ainda mais a curiosidade intelectual de chegar a ler os textos proibidos. E ele fez isso numa boa. E ele provavelmente foi influenciado. Ele ficou muito amigo do Leôncio [Martins Rodrigues] por um certo tempo também. Não sei em que momento eles tiveram a aproximação e a ruptura. Mas foi por aí, na década de 1950. *Então eu diria que, provavelmente, Weffort foi influenciado pelo trotskismo.* A adesão dele ao PT mais tarde pode ser que seja uma decorrência. Não que o PT fosse uma coisa de extrema esquerda, mas [...] ele surgiu como uma crítica ao Partido Comunista [PCB] na prática. Podia ser, mas não posso te dizer com segurança. Mas provavelmente teve apoio trotskista sim,⁵⁷⁶ porque ele tinha essa posição crítica muito forte. Ele saiu do Partido [PCB] muito antes que eu. Muito antes. Eu, em 1958, ainda estava batalhando, e ele já tinha saído e já era professor, eu acho [...]. *Então o Weffort, eu diria, mantinha relações, sim, com os trotskistas,* mas convém ir falar com ele lá em Brasília para ver se ele confirma isso (risos).⁵⁷⁷

O revelador depoimento de H. Basbaum faz menção também a Fernando Henrique Cardoso. Agrupando-o a Weffort, comentou Basbaum:

Eram pessoas muito cultas, nós admirávamos os dois [...] babávamos de deslumbramento porque já eram figuras que apareciam no meio intelectual, ainda que muito jovens, então fatalmente tiveram contatos [com os trotskistas] [...] Então, o Fernando Henrique teve, com certeza, influência trotskista, com muito mais evidência até porque ele ficou amigo do Leôncio [Martins Rodrigues] muito tempo. E foi quem deu o primeiro empurrão para o Leôncio fazer carreira acadêmica. Eu lembro. Trabalhávamos ambos, Leôncio e eu, numa empresa chamada Marplan [de] pesquisa de mercado e eu lembro do Fernando Henrique cantando o Leo para fazer carreira universitária.⁵⁷⁸

Aliás, o próprio Leôncio Martins Rodrigues, fundador e ex-dirigente do POR, nos forneceu recentemente um interessante relato acerca das relações entre o trotskismo dos anos 50 e renomados acadêmicos das décadas de 1960 e 1970. Se, nas lembranças de Leôncio sobre o período, a figura de Weffort não aparece de forma muito nítida, o nome de nosso ex-presidente, por sua vez, lá se encontra vivamente:

Por razões de amizade, ainda quando membro do POR, tinha relações com F. H. e Ruth. Essas relações eram vistas com maus olhos pelos membros do Partidão [PCB], cujo artigo 13 dos seus estatutos proibia a relação com trotskistas. Ocorre que Fernando e Ruth tinham sido – antes de se casarem e ainda cursando a antiga FFCL [Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, um dos alicerces da construção da USP] – professores no curso colegial do Colégio Fernão Dias Paes, onde eu estudava. Alguns anos depois, quando eu era funcionário da Secretaria do Trabalho de SP, voltei a encontrar a Ruth que fora contratada como técnica de um Serviço Estadual de Mão de Obra que fazia parte dessa Secretaria.

Com Ianni, quando militante do POR não tive contactos. Com Florestan, sim, porque ele fora *simpa* do trotskismo. Eu o procurava para vender o jornal Frente Operária. *Idem* com relação a Lívio Xavier. Com Weffort, que fazia parte da JC, creio que me encontrei uma ou duas vezes, mas não estou certo.

Relato um fato curioso: *um encontro de F. H. com Posadas*, promovido por mim. O encontro ocorreu na casa do Fernando Henrique, com a presença do [ex-militante comunista] Fernando Pedreira, que era muito amigo do F. H. Foi em 1956. F. H. C. e Pedreira tinham rompido com o Partidão quando do relatório Krushev e da invasão da Hungria e da Polônia pela URSS. Na ocasião, houve a cisão no PCB de um grupo liderado pelo Agildo Barata, do qual F. H. C. e Pedreira fizeram parte. Posadas tinha

⁵⁷⁶ Acreditamos que se trata da ruptura de Weffort com o PCB.

⁵⁷⁷ Depoimento de Hersch Basbaum a Murilo Leal. São Paulo, 17 de julho de 1996, p. 13-14. Acervo CEMAP, CEDEM/UNESP, São Paulo. Grifos nossos. No interessante depoimento, Basbaum lembrou, por exemplo, de seu contato na época com Paul Singer (“que não era trotskista”) e sua então mulher Eveline Singer (que “era trotskista”). O depoente recordou-se ainda de Maurício Tragtenberg, a quem definiu como “um trotskista muito bacana”. (*Idem*, p. 14.)

⁵⁷⁸ *Idem*, p. 14-15.

a esperança de trazer algumas pessoas desse grupo para o trotskismo. Ficara impressionado por um trabalho sobre o estalinismo escrito por Pedreira que chegara a circular em Montevideu. Não é preciso dizer que houve apenas uma reunião entre eles.⁵⁷⁹

Leôncio Martins Rodrigues nos contou, também, que, quando já se encontrava afastado do POR,⁵⁸⁰ realizou uma exposição sobre a “teoria da revolução permanente” nos seminários do chamado “Grupo d’*O Capital*”. Segundo o expositor, tal atividade teve apenas a finalidade de “satisfazer a curiosidade intelectual dos participantes”.⁵⁸¹ Não custa registrar aqui o já sabido fato de que Ruy Fausto, Weffort, F. H. Cardoso e Octavio Ianni, como também José Arthur Gianotti, Emir Sader e Michael Löwy, foram alguns dos participantes do mencionado “Grupo”, que possuiu duas “gerações”.⁵⁸² Nesse sentido, é possível que a “despretensiosa” exposição de Leôncio Martins Rodrigues para seus colegas acerca de um dos pilares do pensamento trotskista tenha tido maiores conseqüências do que as imaginadas pelo seu autor.

Nas informações contidas nas últimas laudas, acreditamos ser permitido entrever a existência de vínculos – para além dos que já são, relativamente, bastante conhecidos do público interessado – entre a *terceira geração* do movimento trotskista brasileiro e membros de nossa intelectualidade acadêmica “antidualista”. Todavia, ressaltamos que tais contatos com o trotskismo por parte de autores como Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort, por exemplo, foram investigados por nós apenas de modo introdutório, o que torna necessária a realização de pesquisas de maior profundidade para que conclusões mais precisas sejam alcançadas. Por ora, nos limitamos a dizer que, em função das relações mantidas entre o POR e estes dois futuros notórios acadêmicos, as concepções teórico-políticas de matriz trotskista não se constituíram em elementos totalmente estranhos às suas formações intelectuais.

Encerramos, assim, este item sobre o POR afirmando de forma breve que, em que pese seu pouco peso político conseguido junto ao movimento operário brasileiro, esse pequeno partido trotskista pode vir a assumir uma importância significativa enquanto fonte de pesquisa

⁵⁷⁹ Entrevista de Leôncio Martins Rodrigues a Felipe Demier. São Paulo/Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2007. Entrevista realizada por via eletrônica (email). Grifos nossos. A curiosa reunião que teve entre seus participantes Posadas e F. H. C. foi mencionada também por Murilo Leal (LEAL, M. *À esquerda da esquerda*. *Op. cit.*, p. 94-95). Dainis Karepovs aponta como, nos anos 90, a grande imprensa produziu matérias de tom anedótico acerca das falhas de espionagem cometidas pelos serviços de informação do Estado brasileiro (KAREPOVS, D. *Luta subterrânea. O PCB em 1937-1938*. *Op. cit.*, p. 58, nota 7.). Uma destas matérias citadas por Karepovs é a intitulada “Para Deops paulista, [Fernando Henrique] Cardoso era trotskista”, publicada no *Jornal do Brasil* em 7 de dezembro de 1994. Entretanto, ainda que F. H. C. nunca tenha sido de fato um trotskista, os seus contatos com o POR e com Posadas, maior liderança trotskista latino-americana dos anos 50, não são aspectos totalmente insignificantes a ponto de serem ignorados quando de uma investigação feita por um órgão de espionagem sobre um possível “subversivo”. Nesse sentido, mesmo que a conclusão do Deops paulista sobre o ex-presidente seja, na essência, equivocada, talvez o deboche da imprensa nesse caso não se justifique; possivelmente, os “arapongas” do Estado tenham sido nessa ocasião menos incompetentes do que supõem nossos jornalistas da grande imprensa.

⁵⁸⁰ Como já dissemos, Leôncio abandonou a organização por volta de 1957.

⁵⁸¹ Entrevista de Leôncio Martins Rodrigues a Felipe Demier.

⁵⁸² LEAL, M. *À esquerda da esquerda...* *Op. cit.*, p. 110 e SILVA, Luiz Fernando da. *Op. cit.*, p. 30.

para os eventuais interessados em se debruçar sobre as raízes de uma importante geração de intelectuais do país.

A POLOP: militantes, intelectuais e “teoria da dependência”

Em fevereiro de 1961, num congresso realizado em Jundiaí (SP) que conglomerou militantes de grupos como a Juventude Socialista, da Guanabara, a Juventude Trabalhista de Minas Gerais (ligada ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e a Liga Socialista Independente (LSI),⁵⁸³ foi fundada a Organização Revolucionária Marxista (ORM), que se tornou conhecida pelo nome de seu periódico (primeiramente, jornal e, depois, revista) *Política Operária* (POLOP).⁵⁸⁴ Contendo em suas fileiras militantes como Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Luiz Alberto Moniz Bandeira e os irmãos Emir e Eder Sader, a POLOP não era uma organização propriamente trotskista, mas tinha no revolucionário russo (assim como em Bukharin, Rosa Luxemburgo e nos dirigentes do Partido Comunista da Alemanha nos anos 20, Brandler e Talheimer, pouco conhecidos no Brasil) uma de suas principais referências teóricas. Era, de todo modo, uma organização de tipo *centrista*, próxima ao trotskismo (ou, se quisermos, uma organização de perfil *trotskizante*).⁵⁸⁵

Nos buliçosos primeiros anos da década de 1960, POLOP se diferenciava da maioria das organizações de esquerda pela sua defesa intransigente do caráter “socialista” da revolução brasileira. Rejeitando, por consequência, a “colaboração de classes” proposta pelo PCB (e demais adeptos da estratégia da revolução “democrático-burguesa” ou de suas variantes), a POLOP apresentou ao agitado movimento de massas do período a fórmula de uma “Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo”.

Reivindicando, sob o governo Goulart, eixos programáticos como a reforma do ensino, o controle estatal dos lucros do grande capital, a organização dos camponeses e a aliança com a esquerda revolucionária da América Latina, a pequena organização de quadros, composta basicamente de intelectuais, estudantes e subalternos das Forças Armadas, gozou de pouquíssima interlocução com o operariado. O trabalho político da POLOP junto a esse setor, considerado por ela como o principal sujeito revolucionário, restringiu-se, até 1964, a algumas bases em Minas Gerais e São Paulo (em especial na região do ABC), além dos contatos com as cúpulas dirigentes. No movimento sindical, estimulou a construção de

⁵⁸³ Como já dissemos, uma organização de inspiração luxemburguista fundada por H. Sacchetta após sua ruptura política com o trotskismo, e que tinha entre seus militantes Michael Löwy e os irmãos Emir e Eder Sader.

⁵⁸⁴ As informações sobre a POLOP foram extraídas de MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)” in REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.) *Op.cit.*, p. 185-212.

⁵⁸⁵ Ver, no Capítulo II, nota de rodapé sobre o *centrismo* político.

comitês de empresa e a militância nas organizações de base, paralelas à estrutura sindical corporativista, sem, contudo, abandonar a participação nos sindicatos oficiais. No movimento estudantil, chegou a ser majoritária em alguns diretórios acadêmicos e a possuir um assento na diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade que, especialmente após o golpe militar, era hegemonizada pela Ação Popular (AP).

Já entre os subalternos das Forças Armadas, em especial os do Exército, a POLOP obteve um relativo êxito, recrutando entre estes muitos de seus militantes – cerca de 20% dos componentes da organização tinham origem castrense. Nas resoluções de seu II Congresso, realizado em 1963, constava a bandeira do apoio à luta dos sargentos pela elegibilidade, assim como a defesa do direito de voto para as praças de pré (como também para os analfabetos). Tal êxito talvez se explique em parte pela aproximação feita pelos *polopistas* com Leonel Brizola, principal referência de esquerda entre as baixas patentes das Forças Armadas. A POLOP, enxergando o golpe como iminente,⁵⁸⁶ participou da construção dos chamados “grupos dos onze”, animados por Brizola, que tinham por finalidade combater militarmente a ofensiva contra-revolucionária. Também ao lado de Brizola, assim como do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e de outras organizações, militantes da POLOP envolveram-se, no exílio uruguaio do pós-Golpe, na elaboração de um plano de implementação de focos guerrilheiros no Brasil, iniciado com a “Guerrilha do Caparaó”.⁵⁸⁷

Desde seu início, a POLOP se propôs a ser um pólo aglutinador da vanguarda brasileira, visando à construção de um partido revolucionário no país. Entretanto, uma análise nos materiais da organização (documentos, cartilhas, resoluções congressuais etc.), como a realizada por Mattos, demonstra que, com o passar do tempo, em especial no período pós-1964, a idéia de um partido revolucionário a ser construído no Brasil passou a se confundir com a concepção de que a própria POLOP já seria, ela mesma, esse partido.⁵⁸⁸

Ainda que desde sua formação tenha divulgado os feitos da Revolução Cubana (1959), a POLOP não aderiria logo de início à perspectiva *guerrilheirista*, mantendo-se adepta da insurreição dos grandes centros fabris como caminho para a conquista do poder pelos trabalhadores. Contudo, provavelmente em função das dificuldades cada vez maiores impostas ao trabalho junto ao movimento de massas a partir do golpe, a organização passou a tratar o foco guerrilheiro como um elemento “tático” que poderia preparar o terreno para o

⁵⁸⁶ Segundo Marcelo Badaró Mattos, “a POLOP foi uma das organizações que mais claramente avaliaram a iminência de um golpe de Estado, na conjuntura dos meses finais do governo Goulart” (MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista...” *Op.cit.*, p. 205.).

⁵⁸⁷ O foco guerrilheiro criado em 1966 na região do Caparaó, divisa dos estados de Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES), foi organizado pelo MNR (que obteve apoio financeiro de Cuba para tal empreitada) e teve entre seus integrantes militares expulsos das Forças Armadas depois do Golpe de 1964. Em 1967, a “Guerrilha do Caparaó” seria facilmente desbaratada pela repressão estatal.

⁵⁸⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista...”. *Op. cit.*, p. 198-201.

futuro levante do proletariado, compreensão política que a diferenciava tanto dos críticos da luta armada (PCB) quanto dos agrupamentos que tomavam a “guerra de guerrilhas” como substitutiva da mobilização operária e popular (Ação Libertadora Nacional, Movimento Revolucionário 8 de Outubro etc.).⁵⁸⁹

As diferenças políticas acerca da “tática” guerrilheira no interior da POLOP provocaram um expressivo racha em seu IV Congresso, realizado em 1967, fazendo com que mais da metade dos componentes da organização debandasse. Os que restaram se juntaram à Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul (oriunda do PCB) – que tinha entre seus quadros Flávio Koutzii e Marco Aurélio Garcia –, formando assim o Partido Operário Comunista (POC). Em 1970, um racha do POC daria origem à Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML – PO) que, apesar da proximidade semântica com a antiga sigla POLOP, “não poderia guardar senão alguns paralelos com a POLOP original”.⁵⁹⁰ Já alguns membros que haviam participado do racha de 1967 (como Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito e Carlos Alberto de Freitas, que atuavam em Minas Gerais), após ganharem a adesão de ativistas da Guanabara e do Rio Grande do Sul, aproximaram-se de militantes de origem militar e constituíram uma organização que em 1968 assumiria o nome de Comando de Libertação Nacional (COLINA). Em São Paulo, alguns dos militantes que haviam permanecido na organização após a crise interna, estabeleceram relações com ativistas ligados ao ex-sargento Onofre Pinto e fundaram a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em julho de 1969, a COLINA e a VPR se fundiram dando origem à Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR – Palmares). Portanto, pode-se dizer que, a partir da fragmentação de 1967, a POLOP deixou de existir.

Apesar de seus principais esforços terem estado voltados para a conquista da direção do movimento dos trabalhadores brasileiros, a POLOP acabaria por se tornar conhecida, tanto na época de sua existência, quanto posteriormente, pelas interessantes e argutas interpretações acerca do capitalismo brasileiro, nas quais se afirmava peremptoriamente a sua natureza dependente, assim como o caráter irremediavelmente contra-revolucionário do conjunto das classes dominantes nativas. Como poderá ser visto a seguir, relevantes aspectos destas interpretações mostrar-se-iam presentes em reflexões posteriores da esquerda, em especial nas produzidas pela intelectualidade “antietapista” e “antidualista”, em grande parte já alocada, a partir de meados da década de 1960, no espaço universitário.

Marcelo Badaró Mattos destacou, por exemplo, como no “Programa socialista para o Brasil”, documento político da organização elaborado em 1967, encontram-se diversos

⁵⁸⁹ Quanto a isso, ver, entre outros trabalhos, GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas; a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Op. cit.; RIDENTI, Marcelo. Op. cit.

⁵⁹⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista...”. Op. cit., p. 186.

elementos “que se repetirão em textos produzidos por mais de uma década de análises preocupadas com as explicações do porquê da ditadura militar”.⁵⁹¹

Entre esses elementos, destaca-se a idéia da inexistência de contradições fundamentais entre a burguesia brasileira, de um lado, e o latifúndio e o imperialismo, de outro, como defendiam as análises colocadas nas propostas do PCB. Assim, naquele documento, caracteriza-se que “o capitalismo industrial no Brasil surgiu vinculado à acumulação feita no latifúndio exportador e nunca se desprende disso completamente” [...].

Daí que termos que ali apareciam [no documento] de forma difusa ganhassem contornos conceituais em análises posteriores, como era o caso da idéia de um desenvolvimento “tardio” do sistema capitalista brasileiro, ou da avaliação de que as altas taxas de exploração da força de trabalho no campo serviram de fonte de acumulação para o capitalismo industrial, que, por outro lado, passava a se ver limitado pelas dimensões diminutas do mercado interno e as baixas taxas de produtividade agrícola.⁵⁹²

Pensamos não ser difícil observar as semelhanças existentes entre as concepções *polopistas* e as das organizações trotskistas descritas anteriormente, sobretudo no que concerne à interpretação do capitalismo brasileiro. Decerto, isto se explica pela nítida influência teórica que Trotsky exerceu não só nas “suas” seções brasileiras, mas também nas organizações de cunho mais propriamente *centrista*, como acreditamos ser o caso da *trotskizante* POLOP.⁵⁹³ Acerca dessa proximidade entre as elaborações provenientes das organizações de esquerda (em especial as da POLOP) e aquelas que seriam produzidas nos ambientes universitários, afirmou Mattos:

Nas suas múltiplas interpretações, a idéia de um desenvolvimento capitalista dependente – em que latifúndio e indústria surgiam imbricados e a burguesia havia optado pela associação com os monopólios imperialistas – embalou as críticas ao reformismo pecebista e às teses dualistas sobre o subdesenvolvimento brasileiro, nos textos programáticos de muitos dos agrupamentos de esquerda surgidos entre fins dos anos 60 e início da década de 1970, bem como nas diversas análises acadêmicas sobre o tema do “populismo” no Brasil, o golpe de 1964 e as políticas econômicas anteriores e posteriores à instalação da ditadura.

Assim, se a POLOP não resistiu, como organização, aos debates radicalizados da agitada conjuntura posterior ao golpe de 1964, muitos dos elementos centrais de suas análises e propostas persistiram, influenciando os debates posteriores.⁵⁹⁴

Os vínculos entre a produção *polopista* e a bibliografia acadêmica “antidualista” e “etapista” podem ser explicados, tal como no caso das organizações trabalhadas anteriormente, por meio das relações que certos membros da intelectualidade brasileira estabeleceram com a POLOP. Contudo, diferentemente dos contatos travados entre futuros acadêmicos e

⁵⁹¹ *Idem*, p. 206.

⁵⁹² *Idem*, p. 206-207.

⁵⁹³ Nas referências teóricas da POLOP, como vimos, o nome de Trotsky figurava ao lado de outros não identificados com a crítica de esquerda ao estalinismo, como Bukharin, representante da “direita” comunista nos anos 30. Indubitavelmente, contudo, foi a influência trotskista a que mais contribuiu para que a organização tenha interpretado o capitalismo brasileiro como um elemento indissociável e dependente do sistema capitalista internacional. Do mesmo modo, Trotsky está também na raiz das inclementes críticas da POLOP à linha política “etapista” do PCB para a revolução no Brasil, que levava os estalinistas, quase que supra-conjunturalmente, a buscar alianças com os setores supostamente “progressistas” da burguesia do país.

⁵⁹⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista...”. *Op. cit.*, p. 208.

organizações trotskistas como o PSR e o POR, as participações “orgânicas” de alguns destacados pensadores universitários dos anos 60/70 na POLOP são, até certo ponto, bem conhecidas do público interessado na temática do pensamento de esquerda no Brasil. Não se constitui em grande novidade, por exemplo, o fato de que os “teóricos da dependência” Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, assim como o brilhante cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira, os irmãos Emir e Éder Sader, e o filósofo Michael Löwy, compuseram as fileiras da organização e intervieram intensamente nos debates do movimento operário da década de 1960.⁵⁹⁵ Muitas vezes, foram esses próprios intelectuais – que nas décadas seguintes ganhariam um significativo prestígio universitário à escala latino-americana – os formuladores das já mencionadas análises da POLOP sobre o caráter altamente contraditório e dependente do capitalismo brasileiro.

Findado esse breve histórico das principais organizações políticas localizadas à *esquerda* do PCB na etapa 1930-1964, podemos passar, finalmente, à relação (muitas vezes mediada, como vimos, por estas próprias organizações) entre a perspectiva teórico-histórica trotskista e a já apresentada *corrente* acadêmica “antidualista” e “antietapista”.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado e a intelectualidade brasileira

Conforme já dito, uma parcela significativa da intelectualidade de esquerda – à época já instalada, em grande parte, na Universidade –, imediatamente após a derrubada de João Goulart, responsabilizou “os equívocos de interpretação”⁵⁹⁶ dos “nacionalistas” e, principalmente, dos comunistas do PCB, pela derrota de 1964. O partido de Prestes e sua política de “colaboração de classes”, alicerçada em uma fé no papel “progressista” da “burguesia nacional”, tornaram-se, conjuntamente com os “nacionalistas” *isebianos* e *cepalinos*, os maiores alvos dessa intelectualidade, assim como de várias organizações políticas de esquerda, algumas existentes antes mesmo do advento do golpe de Estado.

O empresariado brasileiro demonstrara, de modo irrefutável, sua dependência intrínseca ao imperialismo. A revolução “democrático-burguesa” e o “desenvolvimento em bases nacionais” haviam se mostrado uma impossibilidade histórica no Brasil, assim como nos demais países do Cone Sul em que triunfaram *contra-revoluções terroristas* “antipopulistas”, articuladas por amplos setores das “burguesias nacionais” e pelo imperialismo. A matriz teórica que lhes dava suporte, o “dualismo-etapista”, passou a ser

⁵⁹⁵ Os quatro últimos teóricos citados, como informamos, haviam militado anteriormente na LSI.

⁵⁹⁶ WEFORT, F. C. “Os sindicatos na política” (Brasil: 1954-1964) in *Ensaio de Opinião*, 1978 (p. 18-27), p. 20.

fortemente questionada. Proliferaram trabalhos críticos, em vários campos das ciências humanas, ao *esquematismo* que teria trilhado o caminho do fracasso da esquerda brasileira.

Assim, como antecipamos, importantes intelectuais, trabalhando com temáticas diversas, produziram interessantes pesquisas que foram de encontro tanto à perspectiva “dualista” de entendimento da realidade nacional quanto à plataforma “etapista” de transformação desta última, até então predominantes na esquerda brasileira. Nessa empresa, muitos desses intelectuais acabaram por se aproximar, ou mesmo fazer uso, da matriz formulada por Trotsky para a compreensão das condições sócio-históricas dos países *atrasados*. Nesse sentido, aproximaram-se também de muitas elaborações sobre a realidade sócio-histórica do país realizadas pelas organizações políticas trotskistas cujas trajetórias apresentamos resumidamente acima.

O historiador marxista Caio Prado Jr., desde os anos 40, já guardava diferenças profundas com a perspectiva estalinista que apontava a existência de elementos “feudais” na estrutura econômica do Brasil. No mesmo período, outros intelectuais de esquerda latino-americanos, também com o fito de se contrapor à idéia do “feudalismo” – que não passava de consequência analítica direta da “teoria da repetição dos ciclos históricos” adotada pelo estalinismo –, defendiam a tese de que haveria um capitalismo de tipo diferenciado nas ex-colônias espanholas e portuguesa. Ao apontarem a presença de elementos pré-capitalistas, como a escravidão e o trabalho compulsório, no interior de um sistema colonial já “capitalista” (pois subordinado à lógica da circulação de mercadorias), Caio Prado e esses demais teóricos acabaram por atribuir uma *particularidade* ao processo histórico latino-americano e, nesse sentido, aproximaram-se, em certa medida, da perspectiva trotskista do *desenvolvimento desigual e combinado*. Michael Löwy, ao trabalhar com as produções teóricas de Caio Prado Jr. e desses intelectuais latino-americanos, alocou-as ao lado das de notórios adeptos da IV Internacional:

A hegemonia do stalinismo no pensamento de esquerda latino-americano, da década de 1930 até a Revolução Cubana, não significa que não existiram contribuições científicas importantes ao pensamento marxista nesse período. Em vários países, dentro e fora dos partidos comunistas, pesquisadores comunistas questionaram as interpretações esquemáticas prevalentes sobre a natureza das formações socioeconômicas do continente, particularmente a tendência a impor o modelo feudal europeu na análise das estruturas agrárias da América Latina.

O trabalho pioneiro de Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil* (1945) rejeita este tipo de enfoque [...] De maneira similar [a Caio Prado e Sérgio Bagú], o historiador chileno Marcelo Segall criticava os partidários do feudalismo latino-americano e insistia na importância da mineração, uma indústria tipicamente capitalista, no sistema colonial. Podemos também mencionar a importante obra de certos autores trotskistas argentinos durante esses período, especialmente Nahuel Moreno e Milcíades Peña (embora o trabalho de Peña fosse publicado apenas posteriormente) sobre o aspecto capitalista da colonização espanhola e portuguesa e a sua combinação com relações sociais pré-capitalistas.⁵⁹⁷

⁵⁹⁷ LÖWY, Michael. “Introdução” (pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina) in _____.(org). *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 1999, p. 40-41.

Muitos autores assinalaram que a afirmação de Caio Prado Jr. acerca da existência, desde praticamente o início do processo de colonização, de um “capitalismo colonial” no Brasil deveu-se, em grande parte, à perspectiva *totalizante* adotada pelo historiador, isto é, ao fato de Caio Prado Jr. ter concebido a história da América portuguesa, desde sua gênese, como parte de (e, portanto, determinada por uma) *totalidade*; a colonização portuguesa do Brasil foi, portanto, apreendida pelo historiador a partir de sua inserção na história mundial, localizada, então, em sua fase de “acumulação primitiva de capital”.⁵⁹⁸ Nesse sentido, vale a pena lembrar aqui que os trotskistas brasileiros dos anos 30, em suas polêmicas com o “etapismo” que já contaminava as análises históricas do PCB, também se afastaram da idéia de que a história do país poderia ser tomada enquanto uma simples reedição da história européia. Tal compreensão por parte dos militantes da Liga Comunista do Brasil – do mesmo modo que a de Prado Jr. – também derivava de um entendimento da história brasileira como algo intimamente ligado, dialeticamente, à própria história européia em sua fase de expansão comercial:

[...] Numa palavra, foram transportadas para as terras americanas as relações de produção capitalistas [...].

Desde a sua primeira colonização, o Brasil não foi mais que uma vasta exploração rural tropical. A coroa de Portugal repartira as terras por seus serviçais e fidalgos, e assim, sob a forma de um “feudalismo particular”, criou-se o monopólio dos grandes senhores de terra. Não houve aqui terra livre, não se conheceu aqui o colono livre, senhor dos meios de produção. O pequeno proprietário não pôde desenvolver-se na formação econômica do Brasil. O Estado brasileiro organizou-se com um rígido esquematismo de classe e repousou na exploração do braço escravo pela minoria de senhores de terra. Trabalho escravo, propriedade latifundiária, aristocracia rural, constituída aos azares do favoritismo da metrópole, na caça ao índio e do tráfico negreiro, imprimiram cunho particular à formação histórica do Brasil na América Latina [...] Numa sociedade assim constituída não há lugar para um desenvolvimento ponderável da classe dos pequenos proprietários (camponeses independentes) e podem-se considerar desprezíveis a burguesia urbana e a camada de trabalhadores livres [...] A burguesia brasileira nasceu no campo e não na cidade. A produção ligou-se umbilicalmente ao mercado externo. As vicissitudes coloniais no Brasil nos primeiros três séculos de sua história não são mais do que a repercussão das lutas das nações européias para o predomínio do mercado mundial [...] A produção colonial dirigida pelos senhores de terra foi, desde o início, dominada pela necessidade do mercado externo [...].

O desenvolvimento capitalista do Brasil tornou necessária a transformação do trabalho escravo em trabalho assalariado. A “mudança de forma” de que fala Marx processou-se aqui de modo direto. A escravidão tornara-se um empecilho à libertação das forças produtivas [...]. A imigração foi aqui uma empresa industrial para fornecer braços à grande cultura cafeeira. O desenvolvimento da cultura do café nas províncias do centro-sul é um desenvolvimento tipicamente capitalista.⁵⁹⁹

Retornando a Caio Prado Jr., faz-se necessário dizer que seria somente após o golpe de Estado de 1964 que a crítica à lógica “etapista” que estruturava a “teoria da revolução brasileira” do PCB tornar-se-ia mais clara na obra do historiador brasileiro. Afirmando,

⁵⁹⁸ Ver, entre vários outros autores, MANTEGA, Guido. *Op. cit.*, p. 236-261. Pelo fato de ter buscado compreender a realidade econômica e social da colônia brasileira tomando como elemento central sua inserção, pela via da *circulação de mercadorias*, no processo internacional de “acumulação primitiva de capital”, Caio Prado Jr. e seus “discípulos” foram qualificados por alguns estudiosos de “circulacionistas”. Ver, entre outros trabalhos, GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978 e CARDOSO, Ciro F. S. e BRIGNOLI, Hector. *Historia económica de America Latina*. Barcelona: Crítica, 1979, 2v.

⁵⁹⁹ LIGA COMUNISTA DO BRASIL “Projeto de teses ...”. *Op. cit.*, p. 152-155.

peremptoriamente, que “a idéia de que a evolução histórica da humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas é inteiramente estranha a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo”, concluía:

É certo que tais fatos [“a germinação, no seio da economia feudal, das formas capitalistas de produção, o desenvolvimento e a maturação do capitalismo e de suas instituições econômicas, sociais e políticas, com a conseqüente e paralela decadência e destruição do antigo regime”] poderiam ter ocorrido em outros lugares [que não na Europa], mas não *necessariamente* e como fatalidade histórica, como se pretendeu, e que por isso se aceitou como um dado preliminar e uma lei histórica e absoluta, sem nenhuma indagação prévia acerca da realidade e verdade da consciência presumida. Uma coisa seria assinalar semelhanças entre o ocorrido nos países da Europa e em outros lugares. E na base dessa observação proceder à interpretação da evolução histórica de outros países e povos, inspirando-se em conceitos já elaborados à luz do exemplo europeu. Nunca esquecendo, contudo, que se tratava de simples semelhanças, e que qualquer conclusão deveria cingir-se aos limites dessa semelhança.

Coisa bem diferente, logo se vê, é partir, como se fez no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida *a priori*, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também. Essa maneira de abordar os fatos, escusado dizê-lo, é inteiramente descabida.⁶⁰⁰

Para Caio Prado Jr., a crença em uma inevitabilidade da repetição das etapas históricas européias em quaisquer lugares teria ocasionado interpretações errôneas sobre a realidade nacional, tal com os vislumbres de um “feudalismo” vigente no campo e de uma parcela da burguesia nativa de viés “antiimperialista”. Segundo o historiador, a convicção de que no Brasil existiria um setor burguês de cunho “progressista” foi “certamente um dos fatores que contribuíram para levar as esquerdas por caminhos errados e cheios de ilusões que deram no desastre de abril de 1964”.⁶⁰¹ Não é difícil notarmos uma certa semelhança entre as críticas de Trotsky e Prado Jr. aos modelos analíticos que pressupõem a repetição das etapas históricas em toda e qualquer formação econômico-social. Igualmente, a descrença em um papel “revolucionário” das chamadas “burguesias nacionais” é partilhada por ambos. Podemos dizer que, de certa maneira, o historiador brasileiro, ainda que sem fazer uso explícito da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, confirmou empiricamente em suas pesquisas sobre o Brasil a validade de uma teoria que o revolucionário russo propusera em suas reflexões sobre a historicidade de outros países *atrasados*.⁶⁰²

Caberia, então, a outro brilhante intelectual acadêmico inaugurar as pesquisas científicas referentes à realidade brasileira *nitidamente* estruturadas pela *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Florestan Fernandes foi o fundador de uma sociologia

⁶⁰⁰ PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966, p. 39-41. Grifos do autor.

⁶⁰¹ *Idem*, p. 112.

⁶⁰² Contudo, é necessário chamar a atenção para o fato de que, apesar de ter sido um feroz crítico da perspectiva “etapista” de interpretação da realidade brasileira levada a cabo pelo PCB (seu partido), Caio Prado Jr. não afirmava em seus escritos o caráter “socialista” da revolução brasileira. De modo bastante impreciso, o historiador propunha transformações estruturais na sociedade que viessem a atender às “necessidades internas” do país, o que, segundo Mantega, deixava a “impressão de que [para Caio Prado Jr.] bastaria orientar a produção para o mercado interno para colocar o país na rota do desenvolvimento [capitalista]”. (MANTEGA, Guido. *Op. cit.*, p. 248-249.)

científica no Brasil e principal combatente do dogmatismo estalinista nas ciências sociais do país. Grande parte de seus significativos estudos foram dedicados à compreensão do desenvolvimento capitalista nos países periféricos e das formas políticas neles assumidas pela dominação burguesa. Crítico contumaz do “etapismo”, Florestan utilizou-se do conceito de “capitalismo dependente” para afirmar a existência de uma natureza histórica peculiar à formação e ao desenvolvimento do capitalismo nos países localizados na “periferia” do sistema, contrapondo-se, assim, ao *esquematismo* “dualista” que se moldava pelo exemplo histórico europeu e norte-americano. Por um caminho epistemológico que descartava oposições formais e idealistas (bastante características das interpretações *cepalinas* e *pecebistas*), o sociólogo concebia a realidade brasileira como uma totalidade dialeticamente contraditória. Em um marcante texto escrito em 1967, Florestan afirmou:

A inegável *desigualdade* das formas de produção coexistentes e seus efeitos sobre o estilo de vida das populações do campo ou sobre o desenvolvimento econômico regional tem levado alguns cientistas sociais a interpretações dualistas rígidas. [...] Pelo que afirmamos, a articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – em bases anticapitalistas, semicapitalistas ou capitalistas. Por isso, estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento não só podem ser *combinadas* organicamente e articuladas no sistema econômico global. [...] Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua *combinação* com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do “cálculo capitalista”.⁶⁰³

Podemos entrever nesse trecho como a noção de *desenvolvimento combinado* orientou a interpretação de Florestan Fernandes acerca da estrutura sócio-econômica brasileira: o “arcaico” não aparece como resquício de outra temporalidade que supostamente entravaria o desenvolvimento das regiões onde está presente, tal como na visão “dualista”. Para Florestan, seria justamente a presença de elementos “anticapitalistas” e “semicapitalistas” que produziria funcionalidade ao capitalismo nas áreas dependentes; o “arcaico” não seria antípoda do “moderno”, e sim seu complemento histórico e socialmente necessário. Para a vitalidade do sistema capitalista imperialista fazia-se necessária a utilização de formas não-capitalistas em várias regiões do globo. Sob a égide do capital monopolista, a história não poderia repetir suas etapas de desenvolvimento nos países *atrasados*:

A natureza e os ritmos da transformação capitalista sob as grandes corporações “multinacionais” criaram a realidade histórica de nossa época. Os países retardatários são comensais desprezíveis ou simples repasto para os demais. Não há como fazer coincidir os tempos da história: as estruturas sócio-econômicas, culturais e políticas dos países capitalistas hegemônicos absorvem as estruturas dos países subcapitalistas, semicapitalistas ou de capitalismo dependente, submetendo-as a

⁶⁰³ FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 64-65. Grifos nossos. O texto que contém o fragmento acima foi originalmente apresentado por Florestan na Alemanha ocidental em 1967.

seus próprios ritmos e subordinando-as aos interesses que lhe são próprios. [...] O capitalismo selvagem [a forma assumida pelo capitalismo nos países dependentes] não reproduz o passado; e se nele há lugar para a “revolução burguesa”, esta se apresenta de outra forma e com outros objetivos fundamentais. Sem dúvida, o desenvolvimento capitalista pressupõe muitos mecanismos econômicos, sócio-culturais e políticos que se repetem. Mas eles se repetem em tais condições e sob tais fundamentos, que apontam para uma realidade econômica, sócio-cultural e política específica, típica de uma situação histórica e de uma condição inexorável de dependência tecnoeconômica.⁶⁰⁴

Na compreensão de Florestan, o desenvolvimento do capitalismo nas regiões periféricas não estaria acoplado a uma “revolução burguesa” no seu sentido clássico, dotada de transformações niveladoras, de um ímpeto “nacionalista” e cunho “democrático”; para o sociólogo, a aceleração do crescimento capitalista na periferia seria diametralmente oposta ao surgimento, nessas áreas, de formas políticas típicas de uma “revolução burguesa”, tal como esta se dera nos países originários do capitalismo, como Inglaterra, França e Estados Unidos. As burguesias periféricas, dada a sua dependência, seriam incapazes de realizar transformações “democráticas” e “nacionalistas”; no entanto, seriam suficientemente competentes para engendrar estruturas de dominação sobre as massas populares no curso do desenvolvimento capitalista, se utilizando para isso de formas políticas “autocráticas” e extremamente reacionárias. Paradoxalmente, seriam revitalizados e intensificados privilégios que “muitos supunham banidos da cena histórica pela revolução burguesa”.⁶⁰⁵

A Revolução Burguesa [“nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas”] combina – e nem poderia deixar de fazê-lo – transformação capitalista e dominação burguesa. Todavia, essa combinação se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem qualquer possibilidade de “repetição da história” ou de “desencadeamento automático” dos pré-requisitos do referido modelo democrático-burguês. Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia.⁶⁰⁶

A presença das idéias de Trotsky nas análises de Florestan Fernandes é facilmente perceptível, especialmente no que diz respeito à tese do sociólogo sobre a natureza *combinada* do desenvolvimento capitalista nas áreas *retardatárias* e na ênfase atribuída por ele à incapacidade das burguesias periféricas de protagonizar um papel “revolucionário” e “democrático”. Nas palavras de Florestan, a “burguesia nacional” não passava de uma “digna descendente da ‘burguesia clássica’”, no sentido de que ela era seria “tão útil para a

⁶⁰⁴ FERNANDES, Florestan. “Capitalismo dependente e imperialismo” in ____ *Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 139-142. Este artigo foi originalmente publicado por *Économie et Humanisme* (nº. 216, março-abril de 1974, p. 10-14) sob o título de “Les bourgeoisies périphériques au service du capitalisme international”.

⁶⁰⁵ *Idem*, p. 140.

⁶⁰⁶ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. *Op. cit.*, p. 292. Grifos do autor. Vale destacarmos aqui que Trotsky também apontou como o desenvolvimento do capitalismo na Rússia não só não necessitou previamente de uma destruição do regime autocrático (czarismo), como acabou mesmo por fortalecê-lo.

continuidade e aperfeiçoamento do capitalismo” quanto haviam sido as burguesias dos países originários em tempos pretéritos.⁶⁰⁷

Assim como fizera Trotsky quando de suas observações sobre os regimes políticos das regiões “coloniais” e “semicoloniais”, Florestan tomou a relação de dependência dos países periféricos face ao imperialismo como um dos elementos explicativos centrais da natureza “autocrática” e altamente “ditatorial” das formas de dominação política presentes na periferia do sistema capitalismo:

A apropriação dual do excedente econômico – a partir de dentro, pela burguesia nacional; e, a partir de fora, pelas burguesias das nações capitalistas hegemônicas e por sua superpotência – exerce tremenda pressão sobre o padrão imperializado (dependente e subdesenvolvido) de desenvolvimento capitalista, provocando uma hipertrofia acentuada dos fatores sociais e políticos da dominação burguesa. A extrema concentração de riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a conseqüente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sócio-cultural e política produzem, isoladamente e em conjunto, conseqüências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (quer em sentido autodefensivo, quer numa situação puramente repressiva).⁶⁰⁸

Enxergando a periferia como parte de uma totalidade (o capitalismo mundial em sua fase monopolista), Florestan, distanciando-se dos *pecebistas*, *cepalinos* e *isebianos*, compreendia os nexos existentes, em dada época histórica, entre as burguesias dos países imperialistas e as burguesias das áreas dependentes, opondo-se (tal como fizera Trotsky em suas críticas à IC) àqueles que, antidialeticamente, entendiam o “interno” (a “Nação”) e o “externo” (o “imperialismo”) enquanto elementos dicotômicos, enquanto “duas” (e opostas) realidades:

Se se considerar a Revolução Burguesa na periferia como uma “revolução frustrada”, como fazem muitos autores (provavelmente seguindo implicações da interpretação de Gramsci sobre a revolução burguesa na Itália), é preciso proceder com muito cuidado (pelo menos com a objetividade e a circunspeção gramscianas). Não estamos na era das “burguesias conquistadoras”. Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão noutra direção. Elas querem: *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore*. Semelhante reciprocidade de interesses e de orientações faz com que o caráter político do capitalismo dependente tenha duas faces, na verdade interdependentes. E, ainda, com que a Revolução Burguesa “atrasada”, da periferia, seja fortalecida por dinamismos essenciais do capitalismo mundial e leve, de modo quase sistemático e universal, a ações políticas de classe profundamente reacionária, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe.⁶⁰⁹

É apropriado aqui lembrarmos que a natureza histórica contra-revolucionária das burguesias pertencentes às nações “coloniais” e “semicoloniais” já havia sido assinalada,

⁶⁰⁷ FERNANDES, Florestan. “Capitalismo dependente e imperialismo”. *Op. cit.*, p. 143.

⁶⁰⁸ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa...* *Op. cit.*, p. 292-293.

⁶⁰⁹ *Idem*, p. 294-295. Grifos do autor.

desde os anos 30, por várias organizações políticas de cunho trotskista. Mario Pedrosa e Lívio Xavier, no já citado documento da LC intitulado “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil”, datado de 1931, se referiram às burguesias periféricas de um modo que parecia não só constatar o papel que estas já cumpriam naquele momento, como também prenunciar as décadas de repressão sobre a classe trabalhadora, aberta ou velada, que ainda proporcionariam:

O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo o seu desenvolvimento capitalista normal, não permitindo que esse desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado. Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. Ela deve lutar em meio ao turbilhão imperialista, subordinando sua própria defesa à defesa do capitalismo. Daí, sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e – em todos os planos – a sua covardia. Nos países novos, diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos.⁶¹⁰

Também compreendendo o vínculo indissociável entre imperialismo e burguesias periféricas, o PSR, dissertando sobre os claros limites do processo de “redemocratização” de 1945-46, observou a nítida contradição entre “burguesia nacional” e “democracia” no país:

Do mesmo modo que na cena mundial, no Brasil as contradições de interesses entre os vários agrupamentos burgueses estão sendo sobrepujadas pelas irredutíveis contradições entre proletariado e burguesia. Parcela que é do capitalismo internacional, a burguesia brasileira, em seu todo, malgrado a posição subalterna que ocupa na economia mundial, sofre com maior violência ainda as convulsões agônicas que abalam irremediavelmente toda a estrutura do sistema capitalista.⁶¹¹

Nos tempos presentes, a democracia, mesmo a formal, mesmo a burguesa, se tornou um regime inimigo da própria burguesia. E os nossos “liberais” de frases, mas reacionários no atos, têm plena consciência disso. Tudo, menos agitar as massas.⁶¹²

Nos anos 50, guiado pela mesma “teoria da revolução permanente”, o POR apontaria igualmente a impossibilidade de a burguesia brasileira vir a realizar sequer as tarefas “democrático-burguesas”, o que transpunha para o proletariado nacional a incumbência de efetivá-las, colocando assim, para o mesmo, a necessidade de sua independência de classe:

O proletariado representa a Nação porque é a única classe que representa o progresso (...). O proletariado realiza [no Brasil] todas as tarefas que historicamente correspondem à burguesia (...) sua luta antiimperialista se completa com a liquidação final do imperialismo e da burguesia nacional. Por

⁶¹⁰ CAMBOA, M. e LYON, L. (pseudônimos de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, respectivamente). “Esboço de uma análise...”. *Op. cit.*, p. 74.

⁶¹¹ PSR. “Os farsantes tiram a máscara” in *Orientação Socialista*, nº. 19, ano II, novembro de 1947, *apud* FERREIRA, P. R. *Imprensa política e ideologia: Orientação Socialista (1946-1948)*. São Paulo: Moraes, 1989, p. 73.

⁶¹² PSR. *Orientação Socialista*, nº. 1, São Paulo, 20 de outubro de 1946, *apud* FERREIRA, P. R. *Op. cit.*, p. 51.

isso, sua luta deve ser conduzida por sua própria organização, com suas próprias perspectivas, com sua própria bandeira.⁶¹³

Com a mesma concepção teórico-política do POR, posicionou-se a POLOP no debate sobre estratégia revolucionária existente no interior da esquerda brasileira nos primeiros anos da década de 1960. Combatendo a estratégia “etapista” do PCB, alicerçada em uma interpretação da realidade nacional que opunha antiteticamente o imperialismo à “burguesia nacional”, a POLOP, tomando esta última como totalmente dependente do primeiro, afirmava a necessidade da luta do proletariado brasileiro contra ambos:

Nossa burguesia surgiu tarde no cenário internacional, quando as burguesias mais avançadas já tinham promovido suas acumulações primitivas de capital, já tinham se lançado à dominação dos mercados mundiais. Para acompanhar o crescimento dos países mais capitalizados, para auferir lucros no mesmo nível, nossa burguesia não encontrou outro remédio senão associar-se aos capitais imperialistas.⁶¹⁴

Limitar, portanto, a revolução brasileira aos termos da luta antifeudal e antiimperialista, dando ilusão às massas de que, dentro do atual sistema, podem conseguir a sua emancipação econômica, é trair o proletariado, é trair o socialismo.

A luta antifeudal e antiimperialista, no Brasil, está ligada, indissolivelmente, à abolição de todo o sistema de exploração capitalista, pelo governo dos trabalhadores, com o apoio do campesinato. Antepor o capitalismo nacional ao imperialismo, como entidades isoladas e antagônicas, é cair numa utopia reacionária, que leva, simplesmente, à consolidação do poder burguês no Brasil. As contradições entre o capitalismo nacional e o imperialismo extremam-se porque ambos fazem parte, como um todo, do processo da economia mundial. Só o governo de operários e camponeses, desse modo, concluirá as tarefas da burguesia brasileira, que, despontando historicamente tarde e diante da presente conjuntura mundial, não tem mais condições para levar às últimas consequências a sua revolução.⁶¹⁵

É importante chamarmos a atenção para o fato de que também Florestan Fernandes associava a luta contra o imperialismo à luta contra as burguesias periféricas. Entendendo que “sob a situação de dependência – tanto sob a dominação neocolonial quanto sob a dominação imperialista –, os estratos sociais dominantes e suas elites não possuem autonomia para conduzir e completar a revolução nacional”,⁶¹⁶ considerava uma exigência que o “Estado e a nação dos países subdesenvolvidos” deixassem de “gravitar seja na órbita do capitalismo internacional, seja na órbita dos interesses estreitos de burguesias ‘nacionais’ tacanhas” para que se pudesse exprimir, “ao nível mais profundo possível, os anseios revolucionários das grandes maiorias silenciosas, destituídas e oprimidas”.⁶¹⁷

⁶¹³ POR. “No caminho do socialismo o proletariado luta por um Governo Operário e Camponês” in *Frente Operária*, nº. 7, 8, e 9. Agosto/setembro de 1953, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p. 54.

⁶¹⁴ POLOP. “Programa socialista para o Brasil” in REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira (orgs.). *Op. cit.*, p. 100. O documento em questão data de 1967.

⁶¹⁵ POLOP. “O caminho da revolução brasileira” in BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 90-91. O texto em questão é de autoria do próprio Moniz Bandeira, à época militante da POLOP, e data de 1962.

⁶¹⁶ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa...* *Op. cit.*, p. 298.

⁶¹⁷ FERNANDES, Florestan. “Capitalismo dependente e imperialismo”. *Op. cit.*, p. 141.

Nos anos finais de sua vida, em texto apresentado no seminário *Trotsky hoje*, realizado em 1991 na faculdade de História da USP, Florestan explicitou sua posição intelectual quanto à produção teórica do revolucionário russo:

Trotsky ficou famoso pela revisão, feita de modo independente também por Lênin, do curso da revolução. Em sua formulação sobre o *desenvolvimento desigual e combinado* estabeleceu que, em sociedades atrasadas, as classes trabalhadoras e destituídas podiam acelerar o processo histórico, desempenhando tarefas negligenciadas ou repelidas pelas classes proprietárias. Em consequência, cabia-lhes desencavar processos históricos latentes à ordem social existente, infundir-lhes maior velocidade e encetar a criação de uma sociedade nova. Repunha o conceito de “revolução permanente”, de Marx e Engels, em uma perspectiva simultaneamente teórica e prática, indo ao fundo dos dinamismos coletivos das classes despossuídas na impulsão e na fusão dialética de reforma e revolução sociais.”⁶¹⁸

A perspectiva teórica de Florestan Fernandes quanto à natureza histórico-política do capitalismo periférico mostrar-se-ia presente na obra de intelectuais acadêmicos que, formal ou informalmente, estiveram sob sua orientação, tais como Marialice Foracchi, Paul Singer, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues Netto, Gabriel Cohn, Fernando Novaes, Emília Viotti da Costa, Francisco Weffort, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Merece destaque aqui o desenvolvimento do conceito de “capitalismo dependente” promovido por Cardoso em sua clássica obra escrita em parceria com o sociólogo chileno Enzo Faletto.⁶¹⁹ Contrapondo-se à idéia do “subdesenvolvimento” tal como figurava nas interpretações “etapistas” e “dualistas”, Cardoso e Faletto alertaram:

Entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Isso supõe, por outro lado, uma estrutura definida de relações de dominação [...]

O reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento requer mais que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas. Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países originários.⁶²⁰

Mais uma vez, podemos perceber como a afirmação da existência de uma historicidade própria às nações retardatárias, derivada de suas próprias inserções numa totalidade (o sistema capitalista internacional), se faz presente em autores que se destacaram pelo combate entusiasta às perspectivas *cepalina* e *pecebista* sobre o “desenvolvimento nacional”. Em um estudo posterior, Cardoso, tal como Trotsky e Florestan, demonstraria todo o seu descrédito na possibilidade de uma revolução “democrática” encabeçada pelas

⁶¹⁸ FERNANDES, Florestan. “Trotsky e a revolução” in _____. *Em busca do socialismo*. Op. cit., p. 119-121.

⁶¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Op. cit.

⁶²⁰ *Idem*, p. 38-39.

burguesias dos países *atrasados*. Ao analisar o golpe “antipopulista” de 1964 no Brasil, afirmou:

Por certo, os que acreditam que a burguesia nacional dos países dependentes pode realizar uma revolução burguesa nos mesmos moldes da revolução francesa ou da revolução americana mostrarão os “entraves estruturais” que permanecem e que limitam o alcance das transformações econômicas havidas no Brasil. Eu não penso, entretanto, que a burguesia local, fruto de um capitalismo dependente, possa realizar uma revolução econômica no sentido forte do conceito. A sua “revolução” consiste em integrar-se no capitalismo internacional como associada e dependente.⁶²¹

Podemos observar nas palavras do autor a mesma avaliação em relação às burguesias periféricas formulada por Trotsky. De certa maneira, Cardoso, à sua maneira, parece endereçar aos “nacionalistas” brasileiros a crítica feita por Trotsky aos mencheviques em 1907, no V Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR), quando o teórico da “revolução permanente” acusou os “etapistas” de então de quererem obrigar os estratos burgueses russos a “desempenhar um papel constitutivo que não querem e não podem desempenhar, nem desempenham, nem desempenharão nunca”.⁶²² Entretanto, assim como fizemos em relação a Caio Prado Jr., é necessário ressaltar que, mesmo chegando a conclusões muito parecidas com as do revolucionário russo no que tange ao reconhecimento da existência de desenvolvimento particular do capitalismo periférico e ao caráter heterônomo das “burguesias nacionais”, Fernando Henrique Cardoso também não fez um uso explícito da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.⁶²³

Nas décadas de 1960 e 1970, também combatendo a visão “dualismo-etapista” sobre a América Latina, outros “teóricos da dependência” politicamente mais *à esquerda* que Cardoso e Falleto, como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Andre Gunder Frank, esgrimiram em seus trabalhos o argumento de que o “subdesenvolvimento” não se constituiria em “um estado atrasado e anterior ao capitalismo”, e sim em “uma consequência”, “uma forma particular” do desenvolvimento capitalista nas áreas periféricas.⁶²⁴ Foi nesse sentido que

⁶²¹ CARDOSO, Fernando Henrique. “O modelo político brasileiro” in _____. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 2ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro (DIFEL), 1973, p. 71.

⁶²² TROTSKY, L. *A revolução permanente*. *Op. cit.*, p. 86. Não deixa de ser irônico o fato de FHC ter, ao longo de seu governo, proporcionado à burguesia brasileira a realização de importantes tarefas de sua “revolução”, isto é, da única “revolução” que esta podia (pode) fazer: se desenvolver a partir da associação (em condição subalterna) com o imperialismo.

⁶²³ Todavia, não é arriscado afirmarmos que essa *lei* não só era bem conhecida de Cardoso, como era considerada pelo próprio como um instrumento analítico importante para as ciências sociais. No segundo volume da coletânea organizada por ele em conjunto com Carlos Estevam Martins, constituída por textos considerados pelos organizadores como referências para o estudo de vários temas da ciência política (CARDOSO, Fernando Henrique e MARTINS, Carlos Estevam. *Política e sociedade*, vol. 2. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, s. d.), um dos materiais selecionados para compor o item “Os processos de mudança das estruturas políticas” é justamente o primeiro capítulo da *História da revolução russa* de Trotsky (“As peculiaridades do desenvolvimento da Rússia”), no qual se encontra, conforme pudemos ver no capítulo 2, a exposição mais sistematizada da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.

⁶²⁴ SANTOS, T. dos. “Las crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en America Latina” in JAGUARIBE, Hélio (*et alii*). *La dependencia político-económica de America Latina*. México: Siglo XXI, 1970, p. 147-148, *apud* TOLEDO. Caio Navarro de. *Op. cit.*, p. 167.

Marini assinalou que não seria acidental a recorrência, nos estudos sobre nosso continente, da expressão “pré-capitalismo”:

O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção [de “pré-capitalismo”] se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional.⁶²⁵

A perspectiva *totalizante* contida no fragmento acima foi, sem dúvida, um dos eixos que conduziram os “teóricos da dependência”, em geral, a escaparem da dicotomia “*Nação x antinação*” proposta por *cepalinos*, *isebianos* e *pecebistas*. Compreendendo os nexos existentes entre o “externo” e o “interno”, mais precisamente, entre as classes sociais localizadas “dentro” e “fora” da nação, os pensadores *dependentistas*, em geral, apontaram o caráter contra-revolucionário das burguesias periféricas, em função da ligação genética e inquebrantável destas com o capital estrangeiro.⁶²⁶ É pertinente aqui remontarmos à crítica produzida em 1930 por Lívio Xavier, então militante do Grupo Comunista Lênin, ao modo antitético como o PCB tomava as relações entre imperialismo e “burguesia nacional”:

A ideologia “antiimperialista” concebe o jugo do imperialismo como uma ação mecânica exterior, única, sobre todas as classes da colônia. A Oposição comunista nas discussões sobre a Revolução Chinesa denunciou este erro grosseiro e, viu-se, logo, fatal. A luta revolucionária contra o imperialismo não cria uma coesão das classes na colônia, mas é, ao contrário, fator de diferenciação política. A força do imperialismo reside na ligação econômica e política do capital estrangeiro com a burguesia indígena.⁶²⁷

Tanto no que diz respeito ao reconhecimento de uma natureza própria ao capitalismo da periferia quanto no que concerne à compreensão dos vínculos existentes entre burguesias nativas e imperialismo, não é muito difícil percebermos uma clara proximidade entre o pensamento trotskista e o *dependentista*. Destarte, não foi por acaso que Gorender afirmou

⁶²⁵ MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência”. *Op. cit.*, p. 138.

⁶²⁶ É bom lembrarmos, entretanto, que, não obstante uma descrença comum quanto ao caráter “progressista” das burguesias nativas por parte dos *dependentistas*, havia, entre estes, significativas diferenças tanto no que diz respeito às possibilidades de desenvolvimento do capitalismo periférico sob o jugo do imperialismo, como em relação às formas de dominação política que se fariam presentes no continente latino-americano. Enquanto autores como Marini, Santos e Gunder Frank apontaram uma tendência à estagnação da periferia capitalista em função de sua submissão econômica ao centro do sistema, Cardoso e Faletto, entre outros *dependentistas* mais moderados, vislumbravam a possibilidade de que, mesmo que vinculadas ao capital metropolitano, as economias periféricas poderiam atingir um desenvolvimento econômico significativo. Consequentemente, os primeiros (tal como Trotsky) trabalharam com a impossibilidade de implantação de regimes democráticos estáveis nos países periféricos, associando a proliferação das sangrentas ditaduras militares na América Latina ao tipo de inserção econômica da região no sistema capitalista mundial. Os segundos, por sua vez, afirmaram ser possível a edificação de regimes democrático-liberais mesmo sob as condições de dependência.

⁶²⁷ XAVIER, Lívio. “A última agitação política e as novas posições do imperialismo” in *A luta de classe*, nº. 3, apud MARQUES NETO, J. C. *Op. cit.*, p. 151.

serem as idéias de Trotsky uma das matrizes do pensamento *dependentista*,⁶²⁸ e que Guido Mantega apontou as teses do revolucionário russo e da IV Internacional como raízes teóricas e políticas importantes de um determinado grupo de intérpretes da histórica econômica brasileira formado (justamente) por Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini.⁶²⁹

Marini e Theotônio dos Santos, como observamos há pouco, foram, durante a década de 1960, militantes da POLOP, organização política que encampava abertamente em suas análises sobre a realidade brasileira a perspectiva trotskista referente ao desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos:

A lei do desenvolvimento desigual, como base de uma outra, a do desenvolvimento combinado, é o que condiciona o sentido da revolução brasileira [...] A revolução nos países atrasados ou pré-desenvolvidos, como o Brasil, uma vez desencadeada, tende a prosseguir ininterruptamente, passando das tarefas democrático-burguesas às medidas de caráter socialista, e só termina com a liquidação completa da sociedade dividida em classes e com o advento da nova ordem, tanto no plano nacional quanto no plano internacional. Esse caráter da revolução no Brasil deriva não só do atual estágio de sua evolução histórica, como, também, do fato da economia mundial como um todo, uma realidade superior, viva, potente, e não um amálgama de partículas nacionais, o que possibilita aos países atrasados queimar as etapas e atingir, em curto prazo, os graus mais altos da civilização.⁶³⁰

O sociólogo Francisco (Chico) de Oliveira é outro importante intelectual brasileiro que se utilizou abertamente da noção de *desenvolvimento desigual e combinado* para criticar de forma contundente o que chamou de “lógica dualista” e apreensão da formação sócio-econômica brasileira. Compartilhando a idéia de “dependência”, Chico de Oliveira se dedicou a demonstrar, mais detalhadamente do que fizera Florestan Fernandes, a funcionalidade possibilitada pelo “arcaico” ao desenvolvimento do “moderno” no capitalismo brasileiro. As estruturas “arcaicas” do campo, longe de significarem um empecilho ao desenvolvimento das alas “dinâmicas” da economia, como acreditavam os “dualistas”, representariam – em função tanto do enorme êxodo rural que criava um “exército de reserva” proletário nas grandes cidades, quanto do baixo custo da força de trabalho rural que diminuía o preço dos gêneros alimentícios – um estímulo à produção industrial e à acumulação do capital.⁶³¹ Em outro interessante exemplo da combinação funcional do “arcaico” com o “moderno”, o sociólogo *uspiano* fez referência à perspectiva teórica que subjaz à sua mais importante obra:

⁶²⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas; a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Op. cit., p. 82-83.

⁶²⁹ MANTEGA, Guido. Op. cit. p. 152-157 e 281-283. Essa relação entre o pensamento trotskista e a “teoria da dependência” foi também apontada por LÖWY, Michael. “Introdução...”. Op. cit., p. 80.

⁶³⁰ POLOP. “O caminho da revolução brasileira”. Op. cit., p. 161-162.

⁶³¹ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. Op. cit., p. 44-45. É importante destacar que na atualização recente da discussão (____. *O ornitorrinco*. Op. cit.), Chico de Oliveira apresenta, para além das diferenças já conhecidas, os elementos de continuidade entre sua perspectiva crítica e o pensamento de Celso Furtado.

Uma não-insignificativa porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho.

O processo descrito, em seus vários níveis e formas, constitui o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil no pós-anos 1930. A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada, *é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-1930, que da existência de setores “atrasado” e “moderno”*.⁶³²

Na concepção de Francisco de Oliveira, o “arcaico” e o “moderno” não produziram, em absoluto, “duas realidades”; diferentemente, proporcionam uma natureza única, dialética e peculiar e dialética à estrutura societal dos países que chegaram com *atraso* na corrida industrial capitalista. Tal como na Rússia analisada por Trotsky – que, às vésperas da Revolução de Outubro, possuía uma tecnologia fabril equiparada (e às vezes superior) aos países *avançados*, combinada com uma estrutura agrária similar, em grande parte, à sua configuração no século XVII – o crescimento capitalista industrial brasileiro, como expôs Oliveira, operou-se sob (e a partir de) uma base econômica portadora de vários elementos bastante rudimentares. A tese de Trotsky de que a possibilidade do veloz progresso ocorrido na indústria russa foi “precisamente determinada pelo estado atrasado do país”⁶³³ está, sem dúvida, presente na *crítica à razão dualista* de Oliveira.

Mostrando mais uma vez o vínculo entre as organizações trotskistas e o pensamento social brasileiro, vale registrar que Coggiola, em um trabalho dedicado à trajetória do destas organizações, afirmou que o PSR “esforçou-se para compreender a produção no latifúndio a partir da produção capitalista propriamente dita”, escapando da “dualidade de ‘novo’ e ‘atrasado’”,⁶³⁴ o que fez com que o partido, diferentemente dos estalinistas e “nacionalistas” em geral, considerasse que os eventuais conflitos entre a industrialização no país e o imperialismo “não condicionavam linearmente antagonismos radicais entre burguesia industrial e capital internacional”.⁶³⁵

Como já antecipamos, também Francisco Weffort e Octavio Ianni, em sua teoria do populismo latino-americano e brasileiro, mostrar-se-iam fortemente pautados pela lógica do *desenvolvimento desigual e combinado*, o que poderá ser visto nas páginas do capítulo seguinte.

⁶³² *Idem*, p. 59-60. Grifos do autor.

⁶³³ TROTSKY, L. *A História da Revolução Russa*. *Op. cit.*, p. 28.

⁶³⁴ COGGIOLA, Osvaldo. “O trotskismo no Brasil”. *Op. cit.*, p. 258.

⁶³⁵ *Idem*, p. 259.

Organizações trotskistas e pensamento social brasileiro: dois breves comentários

Findando esta introdução, gostaríamos de chamar a atenção para dois aspectos que consideramos de grande valia para o debate acerca da relação entre as organizações trotskistas do período 1930-1964 e a *corrente* da intelectualidade nacional com a qual trabalhamos.

Primeiramente, pensamos que vale a pena reforçar a idéia de que aquelas organizações, muitos dos quais desconhecidas nos meios universitários e não raras vezes ignoradas na historiografia sobre o movimento operário do país, tiveram uma significativa importância no que diz respeito ao entendimento da realidade nacional e, por conseguinte, para a história do pensamento crítico brasileiro. Politicamente marginalizadas na esquerda, numericamente inexpressivas e com uma reduzidíssima penetração programática entre a classe trabalhadora organizada, essas organizações trotskistas, ainda que tenham estado longe de seu objetivo primordial, a saber, a conquista da direção do movimento operário e popular do país, não deixaram, entretanto, de prestar sua contribuição à difícil tarefa de compreender a complexa natureza do capitalismo brasileiro.

Em segundo lugar, pensamos que o conhecimento dos contatos travados entre essas pequenas organizações políticas e renomados acadêmicos nos permite, na busca das razões explicativas para sua *comunhão teórico-analítica*, ir além da indagação se estes intelectuais efetivamente leram a obra de León Trotsky. Se alguns como Florestan, Ianni, Marini e Chico de Oliveira chegaram, em seus trabalhos, a referir-se a Trotsky e a algumas de suas categorias interpretativas das nações *atrasadas*, outros, tais como Cardoso e Weffort, sequer fizeram menção ao seu nome. Embora sejamos levados a crer, em função da época e do meio social nos quais a intelectualidade “antidualista” e “antietaquista” esteve inserida, que pelo menos alguns dos escritos do teórico bolchevique não foram, para ela, objetos absolutamente intocados, tal fato, afora uma informação ou outra que obtivemos nesse sentido (e que foram aqui apresentadas), consiste em algo muito difícil, quase impossível, de ser precisado. Contudo, a partir do que mostramos nestas páginas, e do que ainda mostraremos no próximo capítulo, nos sentimos autorizados a afirmar que, independentemente de terem ou não lido Trotsky, importantes nomes de nossa intelectualidade tiveram acesso às suas idéias. Seja pelas relações (“orgânicas” ou “periféricas”) mantidas com as organizações trotskistas, seja por freqüentarem ambientes sociais (o movimento estudantil, a universidade, os grupos de estudo etc.) no quais estas divulgavam suas concepções, muitos daqueles jovens intelectuais tomaram contato, ainda que por vezes indiretamente, com o pensamento de León Trotsky. Em seus trabalhos científicos posteriores, que lhe dariam notoriedade acadêmica, estes

intelectuais, a despeito de suas intenções, acabariam por demonstrar que as teses e propostas dos trotskistas brasileiros não estiveram totalmente desprovidas de audiência como se costuma imaginar.

Capítulo III

Bonapartismo e populismo: Historiografia, movimento operário e as interpretações sobre o período 1930-1964.

Populismo e bonapartismo nas ciências sociais brasileiras

A peculiaridade do populismo vem de que ele surge como forma de dominação nas condições de “vazio político”, em que nenhuma classe tem a hegemonia e exatamente porque nenhuma classe se afigura capaz de assumi-la. Convém lembrar que o populismo aparece quando se dá a crise da hegemonia oligárquica e das instituições liberais que obrigam a um amplo e instável compromisso entre os grupos dominantes, presidido pelo fortalecimento político do Executivo e do poder econômico e administrativo do Estado.

Nestas condições de crise de hegemonia, reserva-se ao líder ou ao partido populista a função de intermediário entre os grupos dominantes e as massas. Deste modo, o reconhecimento da legitimidade da dominação populista por parte das classes populares significa, de certo modo, uma mediação – uma forma substitutiva da hegemonia inexistente – para o reconhecimento do *status quo* dominante. Em uma palavra, na adesão das massas ao populismo tende necessariamente a obscurecer-se a divisão real da sociedade em classes sociais conflitivas e estabelecer-se a idéia do *povo* (ou da Nação) entendido como uma comunidade de interesses solidários.⁶³⁶

Nessa perspectiva, o pacto populista parece um *intermezzo*, de cunho bonapartista, na transcrição da hegemonia oligárquica à hegemonia propriamente burguesa, entendida esta como burguesia de base urbana ou industrial.⁶³⁷

O capítulo que agora se inicia é de natureza eminentemente historiográfica. Seu objetivo, como já dito, é demonstrar que muitos dos elementos presentes na teoria marxista do bonapartismo se constituem em importantes alicerces (encobertos, muitas vezes) da teoria do populismo brasileiro, tal qual formulada e/ou desenvolvida por Francisco Weffort, Octavio Ianni, Décio Saes, Armando Boito Jr., entre outros autores acadêmicos. Buscaremos aqui expor, também, a relação de proximidade existente entre essa teoria populista e as análises acerca da luta de classes no Brasil feitas pelas já apresentadas organizações trotskistas do 1930-1964 (LCI, PSR, POR, POLOP etc.).

Iniciando essa trabalhosa empresa (e um tanto quanto extensa), achamos conveniente oferecer antes uma apresentação da teoria do populismo propriamente dita; embora *fora de moda* e atacada sem piedade por uma historiografia profundamente conservadora, com a qual debateremos ao final deste capítulo, essa teoria foi durante muito tempo o caminho analítico mais utilizado pelos cientistas sociais para interpretar o processo sócio-político brasileiro situado temporalmente entre a “Revolução” de 1930 e o Golpe de 1964.

⁶³⁶ WEFFORT, F. *Classes populares e política (contribuição ao estudo do “populismo”)*. Edição mimeografada. São Paulo, 1968, p. 133-134 *apud* IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista... Op. cit.*, p. 43-44.

⁶³⁷ WEFFORT, Francisco C. *Classes Populares e Política (Contribuição ao estudo do “populismo”)*. *Op. cit.*, p. 45

A teoria do populismo brasileiro

O fim do governo Goulart praticamente forçou a intelectualidade de esquerda a buscar os elementos explicativos do colapso das estruturas políticas formatadas a partir da “Revolução” de 1930. Nesse intuito, realizaram-se trabalhos que retrocediam à crise das sociedades oligárquicas visando compreender as condições históricas da emergência de uma nova forma de dominação político-social (populismo), e avançavam temporalmente até os anos iniciais da década de 1960 almejando decifrar as reais razões de seu fim.

Em 1965, foi publicada a coletânea *Política e revolução social no Brasil*⁶³⁸ que, entre outros textos, trazia o artigo de Weffort intitulado “Política de massas”,⁶³⁹ escrito em setembro de 1963, quando o populismo, segundo as palavras do próprio autor, “era o poder vigente ou, pelo menos, aparentava sê-lo”.⁶⁴⁰ Em 1964, “quando o populismo já era o passado”,⁶⁴¹ foi editado pela *Revista latinoamericana de sociologia* o artigo “Estado e Massas no Brasil”,⁶⁴² também de Weffort. Três anos depois foi a vez do artigo “O populismo na política brasileira”, do mesmo autor, que compôs um número coletivo dedicado ao Brasil pela revista *Le temps modernes*, nº. 257, organizado por Celso Furtado.⁶⁴³ No ano de 1968, Octavio Ianni lançou *O colapso do populismo no Brasil*⁶⁴⁴ e, em 1975, *A formação do Estado populista na América Latina*.⁶⁴⁵ Também em 1975, foi publicado um interessante estudo de Ianni sobre o regime populista de Lázaro Cárdenas,⁶⁴⁶ que depois ganharia várias edições em língua espanhola. No período de 1978-1979, foi editado, em três partes, o artigo de Weffort intitulado “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964”,⁶⁴⁷ o qual ratificava e desenvolvia as visões críticas ao PCB contidas em “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-Guerra)”, publicado em 1973.⁶⁴⁸ Ainda em 1978, Weffort publicou a coletânea *O populismo na política brasileira*,⁶⁴⁹

⁶³⁸ IANNI, Octavio (org.) *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

⁶³⁹ Esse artigo encontra-se também em: WEFFORT, Francisco. “Política de massas” in _____. *O populismo na política brasileira*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003, p. 13-47.

⁶⁴⁰ WEFFORT, Francisco. “Nota do autor” in _____. *O populismo na política brasileira*. Op. cit., p. 9.

⁶⁴¹ Idem.

⁶⁴² Trabalhamos nesse capítulo com a seguinte versão: WEFFORT, Francisco. “Estado e massas no Brasil” in _____. *O populismo na política brasileira*. Op. cit., p. 49-67.

⁶⁴³ Publicado em português como *Brasil: Tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. Esse artigo encontra-se também na coletânea que levaria o seu nome. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Op. cit., p. 69-89. É esta a versão com que aqui trabalhamos.

⁶⁴⁴ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

⁶⁴⁵ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

⁶⁴⁶ IANNI, Octavio. *El Estado capitalista en la época de Cárdenas*. México: Ediciones Era, 1991.

⁶⁴⁷ WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964” in *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, nº. 1, julho de 1978, p. 7-14 (primeira parte); in *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, nº. 2, janeiro de 1979, p. 3-12 (segunda parte); in *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, ano 1, nº. 1, agosto de 1979, p. 11-18 (terceira parte).

⁶⁴⁸ WEFFORT, Francisco. “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do Após-Guerra)” in *Estudos Cebrap*, nº. 4. São Paulo, abril-maio-junho de 1973.

⁶⁴⁹ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Op. cit.

homônima de seu artigo de 1967 e que, além deste e dos dois primeiros mencionados neste parágrafo, continha ainda textos inéditos em português. Alguns dos trabalhos mencionados acima atingiram o status de verdadeiros “clássicos” sobre o que se período histórico brasileiro que ficaria, a partir daí, conhecido como populismo.

Uma nova perspectiva sobre a historicidade da periferia capitalista (América Latina/Brasil)

As obras de Ianni e Weffort são marcadas por interessantes diálogos com os três precursores analistas do fenômeno na América Latina, os sociólogos argentinos Gino Germani, Torcuato Di Tella e Jorge Graciarena. Preocupados em compreender a dinâmica social da modernização capitalista do continente a partir dos anos 1930, em grande parte conduzida por governos oriundos de “revoluções nacional-populares”, Germani, Di Tella e Graciarena interpretariam o surgimento do populismo nos países latino-americanos como uma decorrência política de seus *processos de “transição” de sociedades “tradicionais” (agrárias, pré-capitalistas) para sociedades “modernas” (urbanas, industriais, capitalistas)*.⁶⁵⁰

Para Germani, as passagens de uma “democracia com participação limitada” para uma “democracia com participação ampliada” teriam se dado de forma distinta das dos países europeus, nas quais não ocorreram, segundo ele, grandes rupturas do ponto de vista político, já que os novos setores sociais teriam sido integrados ao sistema democrático moderno a partir dos canais políticos legalizados. No caso latino-americano, a “transição” de uma forma democrática para outra seria marcada por uma forte “assincronia”,⁶⁵¹ pois a mobilização prematura das massas, geradora de fortes pressões sobre o aparelho estatal, não teria encontrado os canais de participação política suficientemente amadurecidos para sua absorção. Recém chegadas do mundo rural, as massas populares trariam ao seu novo habitat urbano-industrial – na qual, em tese, “deveriam” ter lugar relações de mercado (de cunho “racional-legal”) – uma subjetividade ainda baseada em valores tipicamente agrários, de corte paternalista, tais como a “lealdade” e a “confiança” em um “senhor”. Conseqüentemente, teria se aberto a possibilidade da manipulação destas massas por parte das elites defensoras do

⁶⁵⁰ GERMANI, Gino. *Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas*. São Paulo: Mestre Jou, 1973 e DI TELLA, Torcuato. *Para uma política latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969; GRACIARENA, Jorge. *Pode y clases sociales en el desarrollo de America Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

⁶⁵¹ ANDRADE, César Ricardo de. “O conceito de populismo nas ciências sociais latino-americanas” in *Estudos de História* n°. 2 (Revista do Curso de Pós-Graduação em História da Unesp). Franca: Unesp, 2000, p. 74.

status quo,⁶⁵² o que explicaria, entre outros elementos, o êxito dos líderes “caudilhos” populistas.

Comungando dos mesmos pressupostos que Germani, Torcuato Di Tella concebeu o populismo como um movimento político defensor de uma ideologia *anti-status quo* (no sentido anti-elites, anti-oligárquica), apoiado nas massas populares urbanas e rurais, camadas médias e setores da burguesia insatisfeitos “com a reversão de suas expectativas com relação ao papel que deveria[m] desempenhar na sociedade”.⁶⁵³ Em perspectiva similar a ambos os autores, Jorge Graciarena chamou a atenção no populismo para sua incorporação das massas populares à vida pública por intermédio de um discurso não-classista.⁶⁵⁴

Germani, Di Tella e Graciarena, cada um a seu modo, insistiram na diferença existente entre os processos europeu e latino-americano, o que, a princípio, poderia ser entendido pelos leitores como um aspecto que os aproximaria da perspectiva interpretativa formulada pelos pensadores *dependentistas* para o entendimento da América Latina. Na verdade, o que ocorre é exatamente o oposto. Apesar de reconhecerem a existência de condições histórico-sociais próprias aos países da América Latina – o que a CEPAL, o ISEB e o PCB também faziam –, Germani, Di Tella e Graciarena as concebiam como um *desvio* do modelo europeu (e norte-americano) de modernização capitalista. Para esses autores, a democracia liberal européia era tomada como um padrão, como a forma política de organização das sociedades modernas. Nesse raciocínio, à medida que se afastava do paradigma moderno europeu, a história latino-americana passava a ser vista como que em descompasso, como uma espécie de *fuga de rota* em relação a um caminho que se imaginava ideal. Em função disso, a perspectiva interpretativa desses sociólogos liberal-funcionalistas (também conhecidos como “teóricos da modernização”) sobre o populismo latino-americano seria vista por seus críticos como dotada de um conteúdo teleológico e eurocêntrico.

Nesse sentido, Germani, Di Tella e Graciarena, admitindo a evolução histórica da Europa e dos Estados Unidos como expressão de um *sentido histórico* que, salvo condições desviantes, deveria se manifestar em toda a parte, se encontraram muito próximos da vertente analítica que afirmava ser o “subdesenvolvimento” da América Latina consequência de entraves ao seu desejado desenvolvimento. Afirmando o caráter “dualista” das sociedades latino-americanas,⁶⁵⁵ Germani, Di Tella e Graciarena acabaram por compreender o populismo no continente como resultado de realidades sociais que teriam escapado, em função de suas “assincronias”, ao desenvolvimento democrático-liberal. Não por acaso, essa concepção do populismo voltou-se “muito mais para o que seria o [seu] caráter autoritário e ditatorial”,

⁶⁵² PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 10-11.

⁶⁵³ *Idem*.

⁶⁵⁴ GRACIARENA, Jorge. *Op. cit.*

⁶⁵⁵ ANDRADE, César Ricardo de. *Op. cit.*, p. 74.

deixando “em segundo plano [seus] elementos nacionalista, desenvolvimentista e antiimperialista”.⁶⁵⁶

Partilhando da idéia de que a realidade latino-americana não era passível de ser explicada por intermédio de modelos utilizados anteriormente para compreensão do processo histórico europeu, Weffort e Ianni contrapuseram-se, no essencial, às tipologias utilizadas por Germani, Di Tella e Graciarena para dar conta do fenômeno populista – utilizando-se, porém, de certas constatações e categorias destes teóricos. Orientados por Florestan Fernandes, Ianni e Weffort interpretaram o populismo a partir de uma matriz teórica que reconhecia uma historicidade própria às nações periféricas do sistema capitalista. Tal como na perspectiva trotskista, a história da América Latina não poderia ser encarada enquanto desvio de um modelo histórico que se pretendia universal: a história das nações centrais do capitalismo. Também nesses autores, a influência da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* não é difícil de ser notada.

Logo nas primeiras páginas de sua clássica obra *A formação do Estado populista na América Latina*, Ianni deixou clara sua compreensão de que o desenvolvimento do capitalismo no continente se realizava de um modo distinto do que preteritamente ocorrera nas nações centrais:

Há um andamento histórico estrutural que parece ser comum ao conjunto da América Latina, ao lado das peculiaridades políticas, econômicas, sociais e culturais de cada país. Em outros termos, por sob o desenvolvimento desigual e combinado, que diferencia os países entre si e internamente, há relações, processos e estruturas que aparecem e reaparecem em diferentes países, devido ao modo pelo qual o conjunto da América Latina e cada país *per si* vincula-se ao capitalismo mundial. Aliás, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo não é uma teoria do acaso, mas um modo particular de funcionamento das leis do capitalismo nas sociedades atrasadas ou dependentes. O país atrasado assimila ou combina, de maneira *sui generis*, conquista materiais, instituições ou mesmo fases diversas do processo histórico das nações mais adiantadas. Mas é necessário observar, em primeiro lugar, que essa assimilação e combinação não se dão ao acaso, mas segundo as condições sócio-estruturais, políticas e econômicas do país atrasado. Em segundo lugar, esses processos dependem das influências, pressões e interesses dos países adiantados ou dominantes. Isto é, no desenvolvimento desigual e combinado, em sentido lato, a determinação externa [...] em certos momentos é fundamental. Nesse nível, as épocas históricas dos países da América Latina estão parcial ou amplamente determinadas, conforme o caso, pelas flutuações e desenvolvimentos do capitalismo mundial.⁶⁵⁷

Para Ianni, assim como para Weffort, a derrocada dos regimes oligárquicos de cunho agro-exportador e a abertura no continente, com a crise de 1920, de uma vaga industrialista teriam ensejado um modo específico de relacionamento político entre os diversos segmentos sociais e o Estado. A inserção periférica dos países latino-americanos na economia mundial, que determinava a formação de suas classes sociais, impossibilitava a repetição das formas políticas que, nos países originários do capitalismo, teriam correspondido ao desenvolvimento

⁶⁵⁶ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista...* Op. cit., p. 29.

⁶⁵⁷ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista...* Op. cit., p. 15-16.

industrial e à emergência da sociedade burguesa. Historicamente, o processo de industrialização e seus desdobramentos sócio-políticos na América Latina não poderiam se processar nos moldes verificados nas nações centrais do sistema capitalista durante os séculos XVIII e XIX. Numa perspectiva totalizante, a relação dialética entre o centro e a periferia do sistema condicionaria, em última análise, a natureza do processo histórico vivenciado pelos países periféricos; de todo modo, o conteúdo e forma constituintes do desenvolvimento capitalista na periferia latino-americana seriam tão históricos quanto haviam sido, outrora, no centro do capitalismo.

Para os teóricos marxistas do populismo, as estruturas sociais e políticas da América Latina se manifestariam ao nível de suas possibilidades históricas, não podendo o populismo ser considerado como uma espécie de patologia histórico-social, tal como o fizeram alguns analistas guiados pelos “esquemas interpretativos vindos da tradição européia do século XIX”,⁶⁵⁸ como os próprios Germani, Di Tella e Graciarena. Observando, certa feita, os limites estruturais da democracia brasileira a partir do caso da redemocratização pós-Estado Novo, concluiu Weffort: “é a revolução democrática se realizando. Pobre revolução, comparada ao modelo europeu, *mas não temos e não teremos outra*”.⁶⁵⁹

Crise de 1929, periferia e populismo

Em termos mais estruturais, Ianni e Weffort apreenderam o populismo como uma forma política de relação entre classes sociais correspondente a uma determinada etapa do desenvolvimento capitalista latino-americano na qual, em função da crise vivida pelo capitalismo mundial pós-1929 e da conseqüente falência dos modelos agro-exportadores, ganhara fôlego o processo industrial conhecido como “substituição de importações”. Essa reorientação “hacia adentro” das economias periféricas teria provocado uma reconfiguração tanto nas relações de dependência entre estas e o mercado externo, quanto nas relações sócio-políticas presentes no interior dessas próprias formações sociais periféricas: “nessa perspectiva analítica, o populismo aparece também como um modo de organização política das relações de produção, numa época em que se expandem as forças produtivas e o mercado interno”.⁶⁶⁰

Como é sabido, imersas em uma aguda crise, as potências imperialistas, que em sua maioria já vinham debilitadas desde o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ficaram,

⁶⁵⁸ WEFFORT, Francisco. “O populismo na política brasileira” in ____ *O populismo na política brasileira*. Op. cit., p. 80.

⁶⁵⁹ WEFFORT, Francisco. “Política de massas”. Op. cit., p. 22. Curioso aqui notarmos que, embora preocupado em compreender as particularidades do desenvolvimento histórico latino-americano quando comparado ao europeu, Weffort, contudo, parece ter idealizado este último, generalização para o conjunto do velho continente o modelo “democrático-burguês” que, como já vimos, foi, mesmo lá, mais a exceção do que a regra.

⁶⁶⁰ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista...* Op. cit., p. 135.

após 1929, incapazes de exercer seu domínio tal como nos moldes anteriores. Dessa forma, foi possível a alguns países que possuíam certas pré-condições internas (como a existência de um setor fabril já instalado, especialmente de bens não-duráveis, e, conseqüentemente, de um pequeno, porém significativo, contingente operário) levar a cabo um processo de desenvolvimento de suas forças produtivas, tornando-se, assim, menos sujeitos às flutuações externas do mercado internacional.⁶⁶¹

A “Grande Depressão” da economia mundial nos anos 30 teria, segundo Weffort, minado as bases da “velha sociedade latino-americana” e aberto um período no qual “pareciam existir as possibilidades de um desenvolvimento capitalista nacional”.⁶⁶² De maneira similar, Ianni considerou ter o populismo “algum compromisso com a idéia de um capitalismo nacional”, na medida em que envolvia “uma reorientação do subsistema econômico nacional e certa ruptura com o imperialismo”.⁶⁶³ Debilitado por conta de seus conflitos endógenos (além de atemorizado pelo “fantasma do comunismo internacional”, achamos necessário observar), o imperialismo, naquele contexto específico, teria possibilitado que certos setores das burguesias dependentes latino-americanas – até então subordinados às estruturas econômicas e políticas oligárquicas –, em aliança com frações da própria oligarquia e elementos das classes médias, procurassem desenvolver projetos de desenvolvimento econômico calcados na expansão do mercado interno. Em seu estudo sobre a variante populista *cardenista*, Ianni expôs nitidamente a relação de causalidade entre a conjuntura econômica mundial e os processos de industrialização, de cariz nacional-estatistas, verificados então na América Latina:

O governo Cárdenas se insere em uma época em que o país e o mundo capitalista – do qual o México faz parte – estão empenhados em colocar em prática, ou seguir aplicando, as medidas políticas e econômicas de cunho anticíclico. O mundo capitalista se encontrava ainda sob o impacto da depressão econômica iniciada em outubro de 1929. Daí as medidas protecionistas, os programas de obras públicas, as políticas de incentivo ao setor privado etc. [...]

A confluência dos processos político-econômicos confere ao governo Cárdenas a conotação de um governo altamente dinâmico e acentuadamente estatizante, além de nacionalista. O contexto histórico em que se localiza esse governo impõe soluções práticas, imediatas e mediadas de tipo keynesiano. Ademais, toda a década de 1930, no mundo capitalista, é keynesiana.⁶⁶⁴

Pela mesma lógica global, o sociólogo procurou apreender o processo de industrialização brasileira que, como se sabe, se desenvolvera exponencialmente naquela etapa histórica:

⁶⁶¹ No Brasil, por exemplo, tal desenvolvimento culminaria, nos anos 40, com a implantação da indústria de bens de produção sob responsabilidade estatal.

⁶⁶² WEFFORT, Francisco. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 69.

⁶⁶³ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista...* *Op. cit.*, p. 156.

⁶⁶⁴ IANNI, Octavio. *El Estado capitalista...* *Op. cit.*, p. 123-124. Tradução nossa.

É inegável que a industrialização no Brasil ocorreu ao acaso das flutuações das relações externas. As condições econômicas, sociais e políticas internas, que foram as bases efetivas dos surtos de desenvolvimento industrial, somente puderam ser dinamizadas devido às oscilações e rupturas havidas nos vínculos do Brasil com a Inglaterra, a Alemanha, a França, os Estados Unidos e outras nações.

Por essa razão, a história da industrialização no Brasil é ao mesmo tempo a história das relações com os países que desempenham papéis hegemônicos. Em verdade, os progressos da produção fabril colocam em confronto e em encadeamento a história nacional e universal. A história brasileira, mais uma vez, funde-se e ilumina-se na história do capitalismo. Em boa parte, aquela é função desta.⁶⁶⁵

A falência do modelo agro-exportador teria aberto a algumas economias periféricas da América Latina o horizonte da diversificação de suas estruturas produtivas internas. Já abalados pelas forças emergentes de uma urbanização crescente, os regimes oligárquicos teriam, nessa nova conjuntura internacional, finalmente encontrado seu ocaso. Politicamente, o enfraquecimento das oligarquias agrárias da região, antes “hegemônicas” e solitárias no poder, teria colocado a possibilidade de efetiva participação na esfera estatal de outros grupos sociais até então nela marginalizados ou simplesmente dela excluídos. Nesse contexto de significativas transformações nas bases econômico-sociais do continente (urbanização e industrialização, principalmente), é que se formaram, segundo Ianni, movimentos, partidos e governos populistas assentados em policlassistas *coalizões anti-oligárquicas*, cujo objetivo primeiro seria justamente o da aceleração das “rupturas estruturais (políticas e econômicas, internas e externas) que haviam debilitado a oligarquia e confundido o imperialismo.”.⁶⁶⁶

O declínio da oligarquia e o surgimento do populismo são fenômenos relacionados tanto à crise das relações de dependência como às transformações sociais, mais ou menos intensas e amplas, havidas no interior de várias sociedades latino-americanas. Ao surgirem as novas forças sociais e políticas geradas com a urbanização, a industrialização e o crescimento do setor terciário, destroem-se algumas das bases mais importantes do poder oligárquico e criam-se as condições para as novas formas de organização do poder.

Nessa ocasião, a cidade adquire hegemonia sobre o campo. Isto é, as classes sociais urbanas, descontentes com o monopólio do poder político-econômico pela oligarquia, propõem novas estruturas do poder. A partir da economia e da cultura da cidade, a burguesia industrial, a classe média e o proletariado, além de militares, intelectuais e estudantes universitários, movimentam-se e organizam-se contra o poder oligárquico.⁶⁶⁷

“Crise de hegemonia”, “Revolução” de 1930, compromisso e populismo

Ainda segundo Ianni, a falência dos sistemas oligárquicos teria exposto, mesmo nos países mais urbanizados, uma incapacidade da parte de qualquer um desses segmentos sociais emergentes (burguesia industrial, classes médias e proletariado) em substituir as antigas oligarquias “hegemônicas” no exercício da condução política da nação. A vigência dessa “crise de hegemonia” em tempos de substantivas mudanças nas sociedades latino-americanas

⁶⁶⁵ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo... Op. cit.*, p. 23.

⁶⁶⁶ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista... Op. cit.*, p. 109.

⁶⁶⁷ *Idem*, p. 83.

se constituiria, assim, na base explicativa para o surgimento dos novos regimes políticos no continente, calcados em “compromissos” e “alianças”:

O fato é que as situações históricas em que surgem governos populistas na América latina têm se caracterizado pela ausência de uma classe social suficientemente forte, politicamente organizada e com visão hegemônica de si para assumir e exercer o poder sozinha. Por isso a aliança se torna necessária. Unem-se as forças políticas de várias classes, ou seus grupos, para propor e impor um programa alternativo àquele sustentado pelas oligarquias e o imperialismo. Nesse tipo de aliança, o conjunto das classes assalariadas, em especial, o proletariado, aparece no Estado populista como classes subalternas.⁶⁶⁸

Por um viés semelhante, Francisco Weffort buscou compreender os desdobramentos sócio-políticos da ruptura institucional havida em 1930 no Brasil – país sobre o qual centraremos a atenção a partir de agora.

Convém lembrarmos que a interpretação proposta pelo cientista político sobre a “Revolução” de 1930 – considerada o marco inicial do populismo brasileiro – contrapôs-se, quando lançada, às visões então dominantes entre os intelectuais de esquerda do país, ligados ao pensamento comunista (PCB) e nacionalista. Como pesquisas acadêmicas depois assinalariam, a inovadora interpretação de Weffort (corroborada por Boris Fausto, Ianni, entre outros) resgatava, por outro lado, aspectos presentes nas análises sobre o evento produzidas, no calor dos acontecimentos, pelos primeiros grupos trotskistas do Brasil. Vejamos isso rapidamente.

Pode-se dizer que o PCB, desde pelo menos o seu II Congresso, realizado em 1925,⁶⁶⁹ já possuía uma concepção “dualista” de interpretação da situação sócio-histórica do país. Inspiradas em grande parte no ensaio “Agrarismo e industrialismo”, redigido em 1924 pelo intelectual comunista e ex-militante anarquista Octávio Brandão,⁶⁷⁰ as teses desse II Congresso concebiam a formação social brasileira a partir da existência de dois setores, *duas realidades* antiteticamente posicionadas: de um lado, estaria o arcaísmo agrário, um “capitalismo semifeudal” capitaneado por latifundiários e cafeicultores, os quais, com o apoio do capital financeiro ligado ao imperialismo inglês, exploravam com métodos pré-capitalistas a população rural pauperizada e detinham o poder político da nação; do outro lado, moderno, teria lugar um incipiente “capitalismo industrial” que, liderado por uma fraca e timorata

⁶⁶⁸ *Idem*, p. 160.

⁶⁶⁹ O primeiro congresso do PCB data de março de 1922, quando foi fundado o partido a partir da reunião de vários grupos comunistas regionais, muitos deles constituídos por cisões do ativo e à época influente movimento anarquista no país.

⁶⁷⁰ BRANDÃO, Octavio. *Agrarismo e industrialismo. Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006. À época de sua primeira publicação, em 1926, o ensaio – que contava com mais duas partes elaboradas respectivamente em 1925 e 1926 – apareceu com a assinatura de Fritz Mayer (pseudônimo de Brandão) e tendo como local da edição a capital argentina Buenos Aires, ambas artimanhas utilizadas para despistar a polícia política local.

burguesia (fabril e comercial) vinculada ao imperialismo norte-americano, articulava massas proletárias e pequeno-burguesas nos centros urbanos em crescimento.

Apoiando-se nessa leitura antidualética da estrutura social brasileira, o PCB, como já adiantamos, propugnava a realização de uma revolução “democrática” que eliminasse os entraves “semifeudais” ao desenvolvimento de um moderno capitalismo no Brasil, o que implicaria necessariamente em uma ruptura com o imperialismo que, para os marxistas brasileiros, obstaria a expansão das forças produtivas e do mercado interno em território nacional. Na ausência de uma burguesia revolucionária nativa, a direção desse processo disruptivo, segundo os comunistas, deveria ficar a cargo da pequena-burguesia urbana, a qual teria como melhor expressão política o movimento “tenentista” que abalara o regime oligárquico com investidas *putschistas* em 1922 (Rio de Janeiro) e 1924 (São Paulo). A fórmula de uma revolução “democrático-pequeno-burguesa”, cunhada por Brandão e encampada pelo partido em seu II Congresso, surgia, então, como um eixo estratégico que orientaria a política “etapista” dos comunistas brasileiros. A tarefa central da militância *pecebista* seria, portanto, a de estreitar laços com os setores médios radicalizados na esperança de que, quando estes desencadeassem sua “terceira revolta”, o partido tivesse condições de imprimir-lhe um caráter “popular” e “anti-imperialista”.⁶⁷¹

Embora uma parcela da historiografia tenha ressaltado que, até meados de 1929, as relações entre a Internacional Comunista e o PCB estiveram “longe de ser regulares e assíduas”,⁶⁷² não é difícil, a partir do exposto acima, notarmos que, já em 1925, existia uma proximidade entre as diretrizes políticas da IC para os países “coloniais”/“semicoloniais” (apresentada em nosso segundo capítulo) e a concepção de “revolução brasileira” adotada pelos comunistas brasileiros. Contudo, é certo que, a partir do giro “ultra-esquerdista” da IC em seu VI Congresso (1928),⁶⁷³ a influência da IC sobre o partido brasileiro se tornaria mais nítida.

Se os efeitos da nova orientação política da IC (“terceiro período”)⁶⁷⁴ já puderam ser sentidas na realização do III congresso do PCB, realizado entre 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929, foi somente a partir da I Conferência dos PC’s latino-americanos, ocorrida

⁶⁷¹ É nesse sentido que se pode compreender, por exemplo, a conformação, em 1927, do Bloco Operário (BO) – depois Bloco Operário e Camponês (BOC) –, legenda eleitoral animada pelo PCB que buscava a aproximação da classe trabalhadora com os demais setores subalternos da cidade e do campo. A busca por uma aproximação com os “tenentes” é, por sua vez, o que explica as tentativas de contato do partido com o líder “tenentista” Luiz Carlos Prestes que, exilado na Bolívia, recebeu, em 1927, a visita do intelectual e chefe comunista Astrojildo Pereira. Análises sintéticas desse momento político-programático do PCB podem ser encontradas em SILVA, Angelo José. *Comunistas e trotskistas: a crítica operária à Revolução de 1930*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002, p. 47-90 e ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985, p. 53-98.

⁶⁷² ZAIDAN FILHO, Michel. *Op. cit.*, p. 54.

⁶⁷³ Ver capítulo 2.

⁶⁷⁴ *Idem*.

em junho de 1929 em Buenos Aires, que a fina sintonia entre o partido brasileiro e a IC seria finalmente alcançada. Numa abrupta e sectária inflexão política, o PCB produziu uma severa autocrítica à sua posição de aliança com a pequena-burguesia, expurgou seu núcleo central (também ele considerado “pequeno-burguês”) e afrouxou seus laços com a *ala esquerda* do movimento “tenentista”, liderada por Prestes – visto agora pelos *pecebistas* como uma figura “pequeno-burguesa”, uma espécie de “Chiang Kai-Shek brasileiro”. Permaneceram na perspectiva partidária, entretanto, vários outros elementos que orientavam teórica e politicamente os comunistas brasileiros desde o II Congresso, tais como a lógica “dualista” de interpretação da realidade nacional, a tese da existência de uma disputa inter-imperialista (anglo-americana) no país, assim como a defesa de uma etapa ainda capitalista para a “revolução brasileira”, chamada de “antiimperialista” “nacional”, “democrática” etc., mas não mais de “democrático-pequeno-burguesa”.⁶⁷⁵

Foi guiado por essa concepção político-programática que o PCB deparou-se com o golpe de Estado assestado em outubro de 1930, o qual apeou Washington Luís da Presidência da República e a ela conduziu, no dia 3 de novembro, o líder gaúcho Getúlio Vargas, da Aliança Liberal. Sem muito esforço interpretativo, os dirigentes *pecebistas* consideraram o evento como resultado de um choque entre os imperialismos inglês e norte-americano. Embora mais vinculada ao segundo, a Aliança Liberal não se resumiria, para os comunistas, a um mero instrumento dos capitalistas de Wall Street, dada a superioridade das inversões inglesas sobre as norte-americanas no país.⁶⁷⁶ Na retórica do partido, os dirigentes do movimento *aliancista*, sobretudo os de origem “tenentista”, como Miguel Costa, foram usualmente denominados de “fascistas”. Seguindo a mesma linha de raciocínio, o movimento sedicioso de 1932 protagonizado pelas oligarquias paulistas seria percebido como mais uma “expressão da luta contínua travada entre os diferentes grupos feudal-burgueses por se apossar

⁶⁷⁵ Essa guinada “ultra-esquerdista” do PCB conduziu, também, à adoção de uma postura *obrerista* por parte da sua direção. Ideologia altamente fetichista baseada num estúpido culto à classe operária e seu alienado modo de vida sob o capitalismo, o *obrerismo* e sua derivada diretriz organizativa, a chamada “bolchevização”, funcionaram tanto no PCUS quanto na IC como ardilosas armas políticas na cruenta luta contra o trotskismo levada a cabo pela burocracia estalinista. No PCB, além de servir a essa mesma finalidade (combate à oposição interna trotskista, da qual trataremos mais adiante), a política da “proletarização” interna foi mobilizada também para excluir da direção, e depois das próprias fileiras partidárias, intelectuais como Astrogildo Pereira e Otávio Brandão, responsabilizados diretamente pelos “desvios de direita” contidos na linha política anterior. Quanto aos impactos das políticas da IC no PCB a partir de 1929, ver, entre outras obras, PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)* São Paulo: Companhia das letras, 1991.

⁶⁷⁶ “É possível que o imperialismo americano tenha apoiado a Aliança Liberal com o fim de combater a política de valorização do café, mas o imperialismo americano não poderá fazer da Aliança Liberal um instrumento cego a serviço de seus interesses. É preciso considerar a diversidade de cada Estado e o fato de que as posições econômicas decisivas estão nas mãos dos imperialismos inglês e americano. E o imperialismo inglês controla a parte mais importante...” (PCB. “Os últimos acontecimentos no Brasil e as perspectivas de novas lutas [janeiro de 1931]” in CARONE, Edgard. *O PCB [1922 a 1943]*. Volume I. São Paulo: Difel, 1982, p. 112-113.).

[sic] do governo e defender seus interesses econômicos e políticos e levar a cabo seu programa de solução da crise em favor do café, do gado e da indústria.”⁶⁷⁷

Superada a fase “ultra-esquerdista”, o PCB, guiado a partir de 1935 pelo signo das “frentes-populares”,⁶⁷⁸ tornou seu entendimento da realidade e do processo histórico brasileiro cada vez mais submetido ao imperativo político de uma aliança com a chamada “burguesia nacional”, com vistas a tal revolução “democrático-burguesa”.

Com o passar dos anos, a perspectiva interpretativa dos *pecebistas* foi se tornando mais claramente “dualista”, e sua política incorrigivelmente “oportunistas”. Por uma ótica retrospectivamente “etapista”, a “Revolução” de 1930 passou a ser interpretada historicamente como um momento que teria marcado a ascensão política de setores “progressistas”, e até mesmo “antiimperialistas”, da burguesia brasileira – setores estes que comporiam a chamada “burguesia nacional” – em detrimento dos setores burgueses “reacionários” e dos grupos oligárquicos e “feudais”, ligados diretamente ao imperialismo.

A partir do final da década de 1950, coadunadas com o pensamento nacionalista, as teses do PCB ganharam certa notoriedade nos meios acadêmicos. Nelson Werneck Sodré, em sua *História da burguesia brasileira*, citando Wanderley Guilherme, definiu o episódio de 1930 como o “golpe da burguesia”.⁶⁷⁹ Tal posicionamento constituía-se em uma decorrência analítica de uma interpretação histórica que vislumbrava nos anos 1920 um antagonismo entre o imperialismo, alicerçado nas classes latifundiárias, e a expansão industrial voltada para o mercado interno, que teria tido como protagonista a burguesia industrial (“nacional”). Sendo assim, o caráter industrialista assumido pelo Estado brasileiro após a Revolução de 1930, em especial a partir de 1937, seria uma evidência de que a burguesia industrial teria se apossado da máquina estatal com o fim da Primeira República (1889-1930). Lembramos ainda que ao lado dessa esquemática leitura existiram outras que enfocavam o papel dirigente das “classes médias” na Revolução de 1930: inaugurada pelo pioneiro trabalho de Virginio Santa Rosa,⁶⁸⁰ essa perspectiva foi desenvolvida por intelectuais “nacionalistas” como Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, ambos *isebianos*.⁶⁸¹

Francisco Weffort – adepto, como vimos, de outra concepção sobre a historicidade dos países periféricos, e do Brasil em particular – observaria de forma substancialmente distinta o golpe de Estado de outubro de 1930. Segundo o cientista político, a crise internacional

⁶⁷⁷ PCB. “Brasil; campo das grandes lutas armadas [dezembro de 1932]” in CARONE, Edgard. *O PCB [1922 a 1943]*. Op. cit., p. 137-138.

⁶⁷⁸ Ver capítulo 2.

⁶⁷⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964, p. 290.

⁶⁸⁰ SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1932 (?);

⁶⁸¹ RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961; e JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1962, respectivamente.

iniciada em 1929 acirrou os conflitos já existentes entre as frações oligárquicas no interior do sistema agro-exportador. A esse acirramento dos conflitos intra-oligárquicos teriam se somado, na qualidade de elementos desestabilizadores da velha ordem, as aspirações “liberal-democráticas” das classes médias e o clamor por maior participação política da parte dos setores burgueses ligados à industrialização. Entretanto, apesar destes últimos terem sido “talvez os maiores beneficiários das mudanças políticas que se verificam depois de 1930”,

seria ilusório supor que teriam tido um papel importante nos acontecimentos que levam à crise da oligarquia. O movimento da Aliança Liberal contra o antigo regime foi antes de tudo o resultado de uma transação entre alguns grupos urbanos de classe média e alguns setores agrários que mantinham uma posição divergente no interior do sistema oligárquico. A burguesia industrial, como força política individualizada, esteve praticamente ausente do processo revolucionário. As classes médias, por sua vez, não demonstraram possuir aquela “vocação para o poder” que lhes teria permitido transformar o movimento de 1930 no ponto de partida de um novo regime coerente com suas aspirações liberal-democráticas.⁶⁸²

Segundo Weffort, a falência do sistema político da Primeira República teria aberto uma situação na qual nenhum dos segmentos sociais possuía condições de, politicamente, fazer valer seus interesses particulares sobre o restante da nação. Na ótica do autor, a solução encontrada para essa “crise de hegemonia” expressou-se pela fórmula de um “compromisso”:

Depois de 1930 [...] estabelece-se uma solução de compromisso de novo tipo, em que nenhum dos grupos participantes do poder (direta ou indiretamente) pode oferecer as bases da legitimidade do Estado: as classes médias porque não possuem autonomia política frente aos interesses tradicionais em geral, os interesses cafeeiros porque foram deslocados do poder político sob o peso da crise econômica, os setores menos vinculados à exportação porque não se encontram vinculados aos centros básicos da economia. Em nenhum desses casos, os interesses sociais e econômicos particulares podem servir de base para a expressão política dos interesses gerais.⁶⁸³

Na perspectiva de Weffort, o “Estado de compromisso”, resultante da Revolução de 1930, seria uma forma de organização do poder estatal decorrente da impossibilidade por parte de qualquer um dos setores dominantes de se fazer hegemônico tal como certas frações da oligarquia no período anterior – aí residiria, segundo o autor, a explicação para o caráter de “massas” assumido pelo Estado desde então (“Estado de Massas”), aspecto que veremos mais à frente. O populismo brasileiro, iniciado em 1930, teria sido, assim, “uma das manifestações das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentaram substituir-se à oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente agrário”.⁶⁸⁴

⁶⁸² WEFFORT, Francisco. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 63-64.

⁶⁸³ WEFFORT, Francisco. “Estado e Massas no Brasil” in *O populismo na política brasileira*. *Op. cit.*, p. 50.

⁶⁸⁴ WEFFORT, Francisco. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 61. Contudo, a própria categoria de “Estado de compromisso” é passível de ser questionada por um viés marxista, dado o caráter um tanto quanto tautológico que encerra. Como indagou a historiadora Virgínia Fontes, quando do exame de qualificação de nossa dissertação (DEMIER, Felipe. *Do movimento operário pra universidade: León Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro*. *Op. cit.*), “não seria todo Estado capitalista um Estado de compromisso por excelência?”. Uma boa discussão sobre o tema pode ser vista em FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um

Essa abordagem de Weffort – distinta, portanto, daquelas que atribuíam o fim do sistema oligárquico a um “golpe da burguesia” (industrial) ou das classes médias – seria desenvolvida pelo historiador Boris Fausto em seu trabalho que se tornaria o “divisor de águas” do debate acerca da Revolução de 1930.⁶⁸⁵ As semelhanças entre as visões do cientista político e as do historiador são notórias:

Vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vazio de poder, por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classes para assumi-lo, em caráter exclusivo. O Estado de compromisso é a resposta para esta situação. Embora os limites da ação do Estado sejam ampliados para além da consciência e das intenções de seus agentes, sob impacto da crise econômica, o novo governo representa mais uma transação no interior das classes dominantes, tão bem expressa na intocabilidade sagrada das relações sociais no campo.⁶⁸⁶

Para Fausto, o “Estado de compromisso”, justamente em função das condições de crise em que nasceu, proporcionou uma ampliação das funções econômicas estatais (intervencionismo econômico) e uma maior centralização da esfera política:

O Estado de compromisso, expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes, corresponde, por outro lado, a uma nova *forma de Estado*, que se caracteriza pela maior centralização, o intervencionismo ampliado e não restrito apenas à área do café, o estabelecimento de uma certa racionalização no uso de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional (Código de Minas, Código de Águas)

A maior centralização é facilitada pelas alterações institucionais que põem fim ao sistema oligárquico, o que não se confunde com o fim das oligarquias [...]. A nova forma de Estado – mais centralizado, intervencionista – é uma condição básica para a expansão das atividades industriais, mesmo quando deformada e submetida ao capital externo.⁶⁸⁷

Segundo o historiador, fundamental para a efetivação dessa “nova forma de Estado” (regime), centralizada e intervencionista, teria sido o papel desempenhado na cena política pelas Forças Armadas:

A instituição que garante a existência do Estado de Compromisso é o Exército. Ele sustenta o regime não no caráter de “estrato protetor das classes médias”, mas como liame unificador das várias frações da classe dominante. Aos olhos do general Góes Monteiro, as Forças Armadas aparecem como a concentração da nacionalidade, diante da incapacidade da opinião pública do país para se organizar em forças nacionais. Nessas condições, o Exército e a Marinha terão que ser, naturalmente, núcleos construtores, “apoando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional porque só com força é que se pode construir, visto que com a fraqueza só se constroem lágrimas”.⁶⁸⁸

conceito no Brasil” in _____. *Reflexões im-pertinentes. História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005, p. 201-232.

⁶⁸⁵ FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930. História e historiografia*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1976.

⁶⁸⁶ *Idem*, p. 113. Não podemos deixar de observar que a noção de “vazio de poder” utilizada por Fausto guarda muito mais proximidade com a perspectiva liberal-funcionalista do que propriamente com a marxista, que estrutura teoricamente seu trabalho em questão.

⁶⁸⁷ FAUSTO, Boris. *Op. cit.*, p. 109-111.

⁶⁸⁸ *Idem*, p. 106.

Em 1993, no seu estudo sobre o “nascimento” do movimento trotskista brasileiro, José Castilhos Marques Neto mencionou muito rapidamente o fato de Boris Fausto ter trabalhado com os mesmos “argumentos” utilizados pelos trotskistas da Liga Comunista do Brasil para explicar a “Revolução” de 1930.⁶⁸⁹ Entretanto, seria Angelo José da Silva que, em sua supracitada pesquisa publicada em 2002, demonstraria esse nexos de um modo sistemático.⁶⁹⁰

Silva destacou que os revolucionários da LCB, em um artigo intitulado “Aos trabalhadores do Brasil” publicado em janeiro de 1931 no *Boletim da Oposição* (um dos órgãos da corrente), já vislumbravam o acirramento do caráter repressivo do Estado, assim como seu viés cada vez mais centralizador:

O governo federal tornou-se tão absorvente, tão grande é a soma de poder enfeixada nele, que a burguesia de um estado que se apodera dele pode exercer um controle quase completo de todas as forças do Estado [...].

Manter a unidade burguesa do Brasil, manter a centralização do poder político, sob a forma de ditadura militar manifesta ou declarada, de baioneta calada sobre as massas exploradas e oprimidas, manter essa unidade num país em que o desenvolvimento das forças produtivas, nos diferentes estados, se faz desigualmente, acelerado o processo de desagregação pela invasão do capital financeiro internacional, pretender livrar a “pátria brasileira” do desmembramento, eis a missão histórica dos “generais da revolução”, dos Juarez Távora e Miguel Costa, dos João Alberto e Góes Monteiro a serviço da burguesia.

A unidade nacional burguesa foi mantida graças à vitória da “Aliança Liberal”. Suprimidos do cenário político alguns figurões mais comprometidos, o acordo geral da burguesia está sendo restabelecido à custa de uma opressão maior das classes pobres, reduzidas às mais duras condições de vida.

Esse acordo geral será no Brasil burguês a última forma conciliatória entre a centralização do Estado, processo econômico de desenvolvimento capitalista e a forma federativa, garantia de unidade política.⁶⁹¹

Além do aumento da repressão estatal sobre as massas trabalhadoras e da centralização do poder político, podemos notar também nos trechos acima como os trotskistas já observavam, a partir da expressão de “acordo geral da burguesia”, o “compromisso”, ao nível do Estado, que se configurava entre os diversos setores da classe dominante. Entretanto, seria em outro documento da organização, datado de maio de 1933, que essa idéia ficaria mais nítida:

⁶⁸⁹ MARQUES NETO, J. C. *Op. cit.*, p. 182-183.

⁶⁹⁰ SILVA, Angelo José. *Op. cit.* Curiosamente, nem Marques Neto, nem Silva chamaram a atenção para o fato de que o trabalho de Fausto sobre “1930” é um desenvolvimento historiográfico da tese levantada anteriormente por Weffort acerca do chamado “Estado de compromisso”, o que, conseqüentemente, também vincularia, de certo modo, a produção de Weffort sobre o rearranjo político de 1930 às teses trotskistas. Em recente entrevista concedida a Paulo Fontes, do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), Boris Fausto afirmou que a “influência do pensamento trotskista foi muito forte” em sua famosa obra sobre a “Revolução” de 1930, a qual teria tido, segundo o próprio autor, uma clara “inspiração política”: “a negação do papel progressista da burguesia nacional, a idéia de revolução permanente, tudo isso estava subjacente àquele meu discurso da época”, disse Fausto. Na mesma entrevista, o historiador confirmou que muitos dos conceitos com os quais trabalhou, como “Estado de compromisso”, eram de autoria de Weffort, com quem mantinha, então, um diálogo constante. (<http://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/borisfausto>. Bloco 4. Acessado em 26/07/2011).

⁶⁹¹ LIGA COMUNISTA DO BRASIL. “Aos trabalhadores do Brasil” in ABRAMO, F. e KAREPOVS, D (orgs.) *Op. cit.*, p. 59-60.

Com a derrocada do PRP [Partido Republicano Paulista], precipitado do seu fastígio pela crise da grande lavoura de café, começou uma série de ensaios tendentes à substituição do antigo aparelho partidário controlador do governo federal, por uma nova composição de forças estaduais, representando as zonas de produção, na qual o exército, em vista da ausência de partido nacional, fazia papel de fermento aglutinante. Essa substituição deu-se evidentemente pela ausência de partidos intermediários. O exército impôs à burguesia um regime político misto de formas ditatoriais (tenentismo) e formas semiconstitucionais (governo central civil, presidência civil de Minas etc.) que não são senão a forma de *compromisso* entre a burguesia dos estados do Sul e a burguesia dos estados do Norte, *compromisso* válido somente na medida em que São Paulo não possa recuperar a antiga hegemonia.⁶⁹²

Também como ponto de contato entre as análises trotskistas e as de Weffort e Fausto, podemos destacar a concepção, comum a todas elas, de que as classes médias do período sofreriam de uma congênita debilidade política, o que as impossibilitavam de assumir um papel de proa no processo político em curso. Se, para Weffort e Fausto, como pôde ser percebido em alguns trechos que transcrevemos, as classes médias não possuíam uma “vocação para o poder”, dada a sua carência de “autonomia política frente aos interesses tradicionais em geral”, para os trotskistas da LC, a “pequena-burguesia urbana no Brasil e, sobretudo, em São Paulo” seria

destituída de toda importância política, incapaz de desempenhar um papel autônomo, incapaz de, na época imperialista, continuar as suas tradições jacobinas de revolucionarismo democrático [...] no Brasil atrasado, com um proletariado incipiente, ela se encontra comprometida em parte pelos arrefecimentos e roupagens demagógicas de um fascismo crioulo, a serviço do capital financeiro internacional.⁶⁹³

Populismo e trabalhadores: a “cidadania” das massas

Voltemos à teoria do populismo.

Visando alcançar uma nova estabilidade político-social e, em última análise, assegurar a manutenção da ordem social capitalista – agora não mais em termos propriamente oligárquicos – o Estado populista, encerrando uma *relativa autonomia* face aos interesses específicos das distintas frações da classe dominante, teria estabelecido entre elas um *compromisso* (tácito), ao mesmo tempo em que passava a incorporar às suas estruturas institucionais as potencialmente “perigosas” massas populares. Dialeticamente, seriam justamente estas últimas que, introduzidas subalternamente na vida política oficial, teriam conferido legitimidade ao novo e encorpado aparelho estatal:

Nessas condições, aparece na história brasileira um novo personagem: as massas urbanas. É a única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro. O mecanismo pelo qual as massas conseguem assumir tal papel histórico revela-se com toda a clareza depois da redemocratização do país [1945-1946]. Não obstante, as condições políticas que tornaram esse mecanismo já estão pronunciadas na crise institucional que se abre em 1930 [...]

⁶⁹² LIGA COMUNISTA DO BRASIL “Projeto de teses sobre a situação nacional” in ABRAMO, F. e KAREPOVS, D. *Op. cit.*, p. 161. Grifos nossos.

⁶⁹³ LIGA COMUNISTA DO BRASIL. “Carta aos camaradas do Partido Comunista” in ABRAMO, F. e KAREPOVS, D. *Op. cit.*, p. 119.

O Estado encontrará, assim, condições de se abrir a todos os tipos de pressões sem se subordinar, exclusivamente, aos objetivos imediatos de qualquer delas. Em outros termos: já não é uma oligarquia. Não é também o Estado tal como se forma na tradição ocidental. É um certo tipo de Estado de massas, expressão da prolongada crise agrária, da dependência dos setores médios urbanos e da pressão popular.⁶⁹⁴

Para Ianni e Weffort, essa nova configuração assumida pelo Estado brasileiro a partir da “Revolução” de 1930 teria promovido uma dinâmica política na qual a “manipulação” das massas urbanas por parte de algumas lideranças regionais ou nacionais desempenharia um papel precípuo. Tal aspecto manipulatório, porém, não se reduziria, segundo os autores, a uma simples prática demagógica operada por solertes políticos carismáticos. Sustentáculos sociais do instável poder político expresso pelo “Estado de compromisso”, as massas populares teriam adquirido “cidadania” por intermédio da implementação da legislação trabalhista que reconhecia à classe trabalhadora os chamados “direitos sociais”. Em uma situação de “crise de hegemonia”, os novos grupos dirigentes da nação teriam sido forçados a levar sempre em conta nas suas deliberações a existência das demandas populares e a “pôr em prática ou estabelecer as condições mínimas ao exercício da cidadania, por parte [das] massas”⁶⁹⁵ (salário mínimo, regulamentação da jornada de trabalho, proteção ao trabalhador, aposentadoria, férias remuneradas, escola primária gratuita, assistência médica etc.). Portanto, a “manobra” de massas, elemento fundamental na teoria do populismo, decorreria, segundo seus próprios elaboradores, mais das condições sócio-políticas verificadas em certa etapa da modernização capitalista brasileira do que propriamente da habilidade ludibriadora de algumas destacadas personalidades (Vargas, Jango, Jânio, Ademar de Barros etc.). Nas palavras de Weffort, o populismo “foi sobretudo a expressão mais completa da emergência das massas populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nesses decênios, e da necessidade, sentida por alguns dos novos grupos dominantes, de incorporação das massas ao jogo político”.⁶⁹⁶

Arquitetada pelo Estado por meio da “manobra de massas”, teria se originado sob o populismo um tipo particular de “aliança de classes”, na qual o discurso anti-oligárquico (“anti-elites”) e a retórica nacionalista (por vezes, “antiimperialista”) se constituíam em ingredientes ideológicos importantes. Portando-se subjetivamente como “massa” e não como “classe”, o proletariado brasileiro teria politicamente se enredado no projeto de modernização capitalista conduzido por um Estado “arbitral” que, não obstante ter sido miticamente tomado

⁶⁹⁴ WEFFORT, Francisco. “Estado e massas no Brasil”. *Op. cit.*, p. 54-56. Baseando-se nas proposições de Weffort, o cientista político Robert Rowland fez questão de destacar que o “compromisso básico” naquele contexto deu-se entre os vários setores da classe dominante. Procurando garantir esse “compromisso”, é que o Estado que o expressava (“Estado de compromisso”) teria estabelecido relações com a “classe operária”. (ROWLAND, Robert. “Classe operária e Estado de compromisso.” in *Estudos Cebrap* n°8. Edições Cebrap/Editora brasileira de ciências, abril-maio-junho de 1974, p. 36-37).

⁶⁹⁵ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista...* *Op. cit.*, p. 126.

⁶⁹⁶ WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 61.

como “soberano” e “neutro” por vários segmentos sociais, atenderia, na realidade, aos interesses comuns da classe dominante em uma conjuntura de expansão das forças produtivas e desenvolvimento do mercado interno. A política de massas populista, assentada essencialmente na “cidadania” conferida às massas pela legislação trabalhista, teria possibilitado, assim, uma mobilização controlada de amplos setores populares dirigida pelo Estado *industrialista* e voltada para o combate aos interesses das frações burguesas politicamente mais reacionárias, adeptas de um retorno à antiga “hegemonia” *agraria* baseada em uma maior dependência da economia nacional face ao mercado mundial. Afastados de seus reais interesses de classe, os trabalhadores brasileiros teriam funcionado como uma base social e política no processo de industrialização nacional, coordenado pelo “Estado de compromisso”. Numa interpretação parecida, o POR reconheceu em Vargas a representação política, no interior de seu segundo governo, de uma frente única constituída por pecuaristas interessados no mercado interno e pela burguesia industrial nacional, ambos setores que, objetivando resistir à “política asfixiante e monopolista do imperialismo”, teriam procurado apoio nas massas populares.⁶⁹⁷

Essa busca de apoio nas massas populares por parte dos Estados periféricos em um momento de reordenação de suas estruturas econômicas e de suas relações com o imperialismo foi também destacada por Florestan Fernandes. Descartando, como já vimos, a possibilidade de a “burguesia nacional” realizar uma autêntica revolução “democrática” e “nacional”, o sociólogo compreendia, entretanto, o fato de as classes dominantes dos países submetidos ao imperialismo serem, *em determinados momentos e de modo bastante restrito*, obrigadas a abrir o Estado à presença dos setores explorados:

A burguesia [dos países periféricos] tende a maximizar seus alvos puramente econômicos nas fases de transição ao capitalismo e a minimizar suas identificações ideais ou utópicas com a “democracia” e com a “revolução nacional”. Todavia, é em condições concretas de tal natureza que ela se vê compelida a criar um espaço político seguro, seja para enfrentar e debelar a pressão de baixo para cima (de massas mais ou menos excluídas e oprimidas), seja *para ter base política de barganha e de auto-proteção nas relações com as nações capitalistas hegemônicas e com a burguesia internacional*, seja, enfim, para vincular o rápido crescimento de um Estado forte intervencionista aos seus próprios interesses de classe e ao padrão de dominação de classe.⁶⁹⁸

A idéia de um “Estado de compromisso” que vai buscar sua legitimidade nas massas populares consta também no estudo de Ianni sobre o fenômeno *cardenista*. Segundo o sociólogo, sob o governo do general mexicano

⁶⁹⁷ SOUZA, M. “La caída de Vargas – el desarrollo de los acontecimientos”. *Revista Marxista Latino-Americana*, nº. 2-3, janeiro de 1955, p. 25-43, *apud* LEAL, M. *Op.cit.*, p. 51-52.

⁶⁹⁸ FERNANDES, Florestan. “Imperialismo e revolução autocrático-burguesa” in _____. *Em busca do socialismo...* *Op. cit.*, p. 134. Grifos nossos.

se realiza uma espécie de união nacional, na qual camponeses, operários, empregados, funcionários e militares se organizam politicamente sob o mando de Cárdenas. Este é, em uma primeira aproximação, o *Estado de compromisso* que surge sob o governo Cárdenas. No jogo das relações entre grupos e classes sociais, caudilhos civis e militares, estruturas estatais e intermediárias, interesses político-econômicos internos e externos, o Estado mexicano acaba por se tornar extraordinariamente poderoso.⁶⁹⁹ [...]

Com o *apoio das massas rurais e urbanas*, e atendendo algumas de suas reivindicações, o partido da revolução [PRM] e o governo ampliam e consolidam as bases sociais e econômicas de uma estratégia nacionalista e estatizante de desenvolvimento capitalista.⁷⁰⁰

Na década de 1930, Trotsky, invocando justamente o peso das massas populares na constituição dos regimes “semibonapartistas democráticos”, já havia chamado a atenção para o fato de suas estruturas estatais estarem, de alguma forma, direcionadas às massas populares em crescimento [Trotsky menciona a existência de Estados “con *tendencias hacia las masas*”].⁷⁰¹ Já o POR, em seus textos dos anos 50, considerou que o acelerado processo de industrialização brasileira teria acarretado o surgimento de “novas forças sociais” na esfera política nacional, isto é, o “proletariado industrial e agrícola”. Assim, a entrada em cena das massas populares teria obrigado “todos os setores das classes governantes a terem em conta, nos seus planos, as ações e reações da classe trabalhadora”.⁷⁰² Alguns anos depois, a POLOP, em um texto de análise histórica, consideraria que a partir da “contra-revolução” de 1932, “as massas populares”, “um novo elemento” surgido no cenário nacional, passou a encontrar “expressão na estrutura do poder burguês”.⁷⁰³ É importante ressaltarmos que inclusive a visão da POLOP sobre o papel das massas no Estado pós-oligárquico, contida em um periódico publicado em janeiro-fevereiro de 1963, é anterior ao primeiro trabalho de Francisco Weffort dedicado a temática do populismo, o artigo “Política de Massas”,⁷⁰⁴ escrito, segundo o próprio autor (como já vimos), em setembro de 1963.⁷⁰⁵

Nacionalismo, estatismo e mobilização de massas

A busca de alguns políticos populistas brasileiros (Vargas, Jango, Brizola etc.) e latino-americanos em geral (Cárdenas, Perón, Paz Estensoro etc.) por apoio nas massas

⁶⁹⁹ IANNI, Octavio. *El Estado capitalista...* Op. cit., p. 39-40. Tradução nossa. Grifos nossos.

⁷⁰⁰ *Idem*, p. 91. Grifos nossos.

⁷⁰¹ TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. Op. cit., p.124. Tradução nossa.

⁷⁰² MARTINS, L. “Nenhum crédito ao Governo JK” in *Frente Operária*, nº. 19, 1956, apud LEAL, M. Op.cit., p. 106.

⁷⁰³ PINTO, A. “Apontamentos sobre a revolução brasileira” in POLOP. *Política Operária* nº. 5 (revista). (janeiro-fevereiro de 1963), p. 32. Coleção Daniel Aarão Reis Filho, Dossiê nº. 20, doc. 130. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

⁷⁰⁴ WEFFORT, Francisco. “Política de massas”. Op. cit., p. 15-44. Quanto à data de produção deste artigo, ver WEFFORT, Francisco. “Nota do autor”. Op. cit., p. 9-10.

⁷⁰⁵ Talvez valha a pena alertar para o fato de que podem ser entrevistados nos textos trabalhados neste item pelo menos dois sentidos para o termo “massas”. Um deles é o que compreende “massa” como somatório dos setores subalternos (classe trabalhadora, setores médios urbanos assalariados, camponeses etc.), e o outro é o que se refere a um estado da subjetividade da classe operária: não possuindo “consciência de classe”, ela se portaria ideológica e politicamente como “*massa*”. Voltaremos a esse ponto mais à frente.

populares corresponderia, assim, também, a propostas de reorientação industrialistas das economias nacionais periféricas, cujo verniz ideológico seria o “nacionalismo anti-imperialista”. Por mais que não tenha sido “radical” e “consequente”,⁷⁰⁶ a ideologia nacionalista, fundamental na condução política das “coalizões populistas”, teria grassado em um momento no qual ganhavam força as idéias antiliberais de um capitalismo regulado. O aparelho estatal teria, então, desempenhado um papel protagonista na dinâmica industrialista das nações periféricas. Para Octavio Ianni, durante os regimes populistas na América Latina

nacionalizaram-se empresas estrangeiras e reformularam-se as condições de entrada e saída de capital estrangeiro. Reservaram-se alguns setores infra-estruturais da economia a empresas estatais ou mistas. O poder público criou empresas ou incentivou a sua criação em novos setores ou subsetores econômicos. Ao mesmo tempo, punham-se em prática outros regulamentos, relativamente aos movimentos do capital nacional e estrangeiro no país, e estabeleciam-se critérios gerais e especiais, quanto às condições de oferta e demanda de força de trabalho no mercado urbano.⁷⁰⁷

Acerca do governo Cárdenas, observou o sociólogo:

Sob o governo Cárdenas, o Estado se transforma em uma força produtiva básica e complexa. O modo mediante o qual se organizam e põem em prática as políticas, as decisões e as empresas estatais cria condições bastante favoráveis à progressiva e ampla transformação do excedente econômico potencial em excedente econômico efetivo. As atuações do aparato estatal dinamizam as forças produtivas, reorganizam produtivamente as relações de produção e intensificam a acumulação de capital, nos setores públicos e privados da economia. Ao mesmo tempo transformam o setor público da economia e as mesmas estruturas estatais em componentes ativos da acumulação privada. Por diversas formas, o poder público subsidia e avaliza, política e economicamente, a expansão e diferenciação do setor privado. Simultaneamente, o Estado e a sociedade, isto é, o poder estatal e as classes sociais, encontram uma integração dinâmica na qual se realizam e se expressam reciprocamente, no quadro de uma formação social capitalista.⁷⁰⁸

O próprio Octavio Ianni lembrou, entretanto, o caráter sempre limitado do nacionalismo nos quadros da dominação populista. Mesmo sob o esquerdizante governo de Cárdenas,

houve um momento em que as facções burguesas da aliança cardenista abandonam a aliança multiclassista e submetem as massas trabalhadoras a seu mando, exclusivamente segundo seus interesses de classe. Isto ocorre precisamente após a nacionalização da indústria petrolífera, no ano de 1938. Quando as organizações operárias e camponesas demonstram capacidade para avançar além dos quadros políticos convenientes às cúpulas burguesas do cardenismo, o próprio Cárdenas é levado a mudar o curso de suas relações com as massas.⁷⁰⁹

Por seu turno, os trotskistas do POR já haviam também destacado esse limite *de classe* do nacionalismo-burguês latino-americano:

⁷⁰⁶ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista...* Op. cit., p. 49.

⁷⁰⁷ *Idem.*

⁷⁰⁸ IANNI, Octavio. *El Estado capitalista...* Op. cit., p. 137. Tradução nossa.

⁷⁰⁹ IANNI, Octavio. *A formação do estado populista na América Latina.* Op. cit., p. 141.

O nacionalismo-burguês não passa, objetivamente, por um lado, de uma forma de pressão sobre o imperialismo. Por melhores condições nos investimentos e empréstimos (...) e por outro lado, de um falso objetivo apresentado às massas para controlá-las, impedir que sigam uma política independente da burguesia, influindo, sobretudo, [sobre] as camadas pequeno-burguesas.⁷¹⁰

Na teoria marxista do populismo, para além destes aspectos ideológicos (nacionalismo, “desenvolvimentismo”, defesa da “colaboração de classes” etc.) e económico-sociais (“cidadania” das massas, redistributivismo económico, ampliação do setor público na economia etc.), a adscrição das classes trabalhadoras aos Estados latino-americanos pós-oligárquicos teria obtido sucesso, em muitos casos, em função de um outro fator, de ordem eminentemente política: a subordinação das organizações sindicais dos trabalhadores às estruturas do novo aparelho estatal.

Populismo e trabalhadores: sindicalismo e corporativismo

No Brasil, conforme muito já foi dito, o novo regime político nascido da “Revolução” de 1930 esmerou-se, desde seus primeiros momentos, em adestrar o sindicalismo operário, atraindo-o para a órbita do Estado. Entre outros expedientes mais propriamente repressivos que variaram de acordo com a conjuntura da luta de classes, o controle estatal do sindicalismo foi efetivado fundamentalmente por meio da edificação de uma estrutura sindical de corte corporativista, a qual atrelava as entidades de classe (incluindo, portanto, também os órgãos representativos dos setores dominantes, chamados “patronais”) ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), criado poucos dias após Getúlio Vargas ter assumido a chefia do “Governo Provisório”.

Animada por uma ideologia “colaboracionista” entre capital e trabalho, a legislação sindical brasileira teve suas bases hábil e gradativamente erigidas pela burocracia de Estado ao longo dos 15 anos do primeiro governo Vargas. O processo de institucionalização do sindicalismo iniciou-se com o Decreto 19.770 que regulamentava o funcionamento das entidades sindicais e as reconhecia oficialmente (a partir da “carta sindical”), além de estabelecer o regime da “unicidade sindical” (apenas um sindicato por categoria em determinada região poderia ser reconhecido – o “sindicato único”). Como somente os trabalhadores representados pelos sindicatos oficiais poderiam gozar dos benefícios advindos da legislação trabalhista, esmoreceram as lutas de algumas combativas lideranças operárias pela independência de suas organizações face ao MTIC.⁷¹¹

⁷¹⁰ BLA [Bureau Latino-Americano da IV Internacional]. “Tesis programáticas de la Sección Brasileña de la IV Internacional para la discusión con grupos revolucionarios” in _____. *Boletim Informativo do Secretariado do BLA da IV Internacional*, nº. 2, maio de 1959, apud LEAL, M. *Op. cit.*, p. 124.

⁷¹¹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Expressão popular, 2009, p. 64.

Proclamado pela Constituição de 1934 graças às pressões anti-corporativistas exercidas pelas representações operárias, empresariais e eclesiásticas, o “pluralismo sindical” favoreceu uma relativa “liberdade sindical” face ao Estado e, por conseguinte, uma retomada das greves, lutas e mobilizações dos trabalhadores. Entretanto, os dispositivos legais que haviam permitido tal autonomia ao movimento sindical seriam progressivamente suspensos a partir de abril de 1935, com a regulamentação daquele preceito constitucional e, em seguida, com a aplicação da Lei de Segurança Nacional. Após o frustrado levante da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em novembro do mesmo ano, uma atroz repressão se abateu sobre o movimento operário como um todo, fazendo com que muitos quadros da vanguarda sindical fossem afastados das entidades e substituídos por dirigentes submissos às orientações do MTIC. Com o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, e o fechamento completo do regime varguista, foi outorgada uma nova Constituição que negava aos trabalhadores o direito à greve e restituía o regime do “sindicato único”. Em 1939, entrou em vigor a Lei Orgânica da Sindicalização Profissional (Decreto 1.402), a qual, mais uma vez, agora sob a égide de um governo abertamente autoritário, regulamentava o funcionamento das entidades sindicais. A tutela estatal sobre o movimento sindical atingia então seu fastígio, podendo o MTIC fechar sindicatos, fiscalizar suas contas, dirigir suas eleições, destituir suas diretorias e exigir um “atestado ideológico” dos que quisessem se candidatar aos cargos diretivos. Ficou também expressamente proibida a articulação horizontal entre os sindicatos.⁷¹² Em mais um exemplo da combinação das políticas social e sindical do varguismo, foram instituídos no mesmo ano de 1940 o Salário Mínimo e o Imposto Sindical (Decreto-Lei 2.377), que atrelava (atrela) financeiramente os sindicatos ao Estado.

Em 1943, o conjunto desses diplomas legais seria incorporado na então elaborada Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que objetivava ser “um dos instrumentos privilegiados de socialização dos novos conceitos de trabalhador-cidadão” com vistas a garantir “a incorporação controlada do trabalhador à vida política da nação”.⁷¹³ Como muitos já assinalaram, essa estrutura sindical corporativista foi preservada praticamente intacta pela Constituição “liberal” de 1946,⁷¹⁴ constituindo-se em um dos condicionantes centrais da complexa dinâmica política entre classes sociais e Estado durante o regime de 1946-1964.

⁷¹² ALEM, Silvio Frank. “História do sindicalismo no Brasil: uma periodização” in *Universidade e Sociedade*. Sindicato Andes Nacional, CD-ROM.

⁷¹³ MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro*. Niterói: Vício de Leitura, 1998, p. 37.

⁷¹⁴ Vale chamar a atenção aqui para um elemento referente à legislação sindical pós-Estado Novo. Redigida em uma conjuntura de ascensão das lutas sindicais e populares, a Constituição de setembro de 1946 consagrou o direito de greve, que, como dissemos, estava vedado pela Carta de 1937. Todavia, em março de 1946, havia sido instituído pelo governo Dutra (1946-1950) o Decreto-Lei 9.070 que, apesar de já legalizar aquele direito – antecipando-se à Constituição –, colocava uma quantidade infundável de restrições e empecilhos ao seu exercício, tornando-o praticamente impraticável. A Constituição de 1946 manteria tal decreto, permitindo que a Justiça do

No modelo populista de dominação político-social descrito por Weffort e Ianni, a construção dessa estrutura sindical corporativista aparece como a contrapartida da “cidadania” que foi conferida aos trabalhadores pelo Estado, como o *outro lado da moeda* da incorporação das massas populares à vida pública nacional. Erguida *pari passu* às leis que instituíram os “direitos sociais”, a estrutura sindical varguista teria, assim, castrado no berço a autonomia político-organizativa daqueles que, dialeticamente, ameaçavam (potencialmente) e legitimavam (praticamente) a ordem capitalista que então se reconfigurava no país. “Firmado” entre Estado e classe trabalhadora, o “pacto populista” – mencionado à porfia pela literatura especializada – assentar-se-ia, concomitante e indissociavelmente, nas políticas social e coercitiva efetivadas pelo “poder populista”. Alçados a categoria de “cidadãos” pelo reformismo social manifesto na legislação trabalhista, os trabalhadores, devido à legislação sindical de teor semifascista, teriam adentrado o prosclínio político da sociedade privados de sua independência de classe.

No raciocínio de Weffort e Ianni, porém, a estrutura sindical brasileira engendrada no pós-1930 não teria se limitado às funções de controle e coerção, tendo atuado também, em situações nas quais o populismo via-se ameaçado pelos setores politicamente mais reacionários da classe dominante, como elemento de “mobilização” de massas em prol do regime. Na “divisão de trabalho” da engrenagem sindical populista, os sindicatos oficiais, vinculados ao MTIC (a estrutura sindical propriamente dita), teriam ficado responsáveis pela tarefa de coibir politicamente a classe trabalhadora, enquanto que às entidades extra-oficiais (os organismos intersindicais criados à margem do MTIC), coubera a função mobilizadora de cunho “nacional-reformista”. Nessa lógica interpretativa, Ianni assinalou que, subordinados ao Estado, os sindicatos e seus dirigentes foram reduzidos a “instrumentos de manobras políticas às vezes totalmente alheias aos interesses dos assalariados”, e as lideranças operárias e comerciárias se viram, muitas vezes, “obrigadas a formular uma linha de atuação política congruente, de alguma forma, com os interesses governamentais”.⁷¹⁵ Segundo Weffort, conquanto não estivessem juridicamente ligadas ao aparelho estatal, as chamadas “organizações paralelas” teriam se mostrado também burocratizadas e atreladas, politicamente, ao “Estado populista” e às lideranças varguistas. Guiadas por uma política reformista de “colaboração de classes” e por uma ideologia “nacionalista”, entidades como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Pacto de Unidade e Ação (PUA), Fórum Sindical de Debates (FSD) encerrariam, segundo Weffort, uma natureza organizacional “cupulista”, encontrando-

Trabalho acabasse por considerar ilegal a imensa maioria das greves levadas a cabo pelos trabalhadores até o fim do período democrático que se iniciava. Segundo Silvio Frank Alem, costumava-se comentar na época que, “a partir do Decreto 9.070, era permitido...fazer greve, aos domingos, nas fábricas de brinquedo, se o patrão consentisse – por escrito”. (ALEM, Silvio Frank. *Op. cit.*).

⁷¹⁵ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo... Op.cit.*, p. 56-57.

se afastadas de suas bases sindicais e sem inserção significativa nas categorias de trabalhadores pertencentes aos ramos mais modernos da economia.⁷¹⁶ Em um trecho que se tornaria muito citado por adeptos e críticos das teses *weffortianas* sobre o movimento sindical brasileiro, o cientista político buscou sintetizar a essência do que considerava ser o “sindicalismo populista”:

No plano da orientação, se subordina à ideologia nacionalista e apóia uma política de reformas e colaboração e classes. No plano da organização, se caracteriza por uma estrutura dualista na qual as “organizações paralelas” passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial de corte corporativista e apendicular do Estado. E, finalmente, no nível político, se subordina às vicissitudes da aliança formada à esquerda por Goulart e outros populistas fiéis à tradição de Vargas.⁷¹⁷

Em avaliações realizadas no início da década de 1960, o POR já apontava a presença, no movimento sindical brasileiro, de alguns desses elementos destacados por Ianni e Weffort:

Na realidade o movimento sindical brasileiro não atesta o pensamento da classe operária, pois esta não se encontra representada nos sindicatos, pois estes não passam de órgãos de cúpula que servem de mediação entre o governo e a burguesia, de um lado, e a classe operária, de outro (...). Apesar da aparente organização da classe operária no Brasil, esta se encontra totalmente desorganizada. Nem sindicatos, nem Federações, nem Confederações refletem o que se passa por baixo, na classe.⁷¹⁸

O que existe, os sindicatos e as organizações camponesas, não são realmente organizações de massas (...). A estrutura dos sindicatos, apoiada no financiamento estatal através do imposto sindical, faz com que as direções, longe de interessarem pela organização da classe, atuem como agentes do governo (...). A organização da classe operária não pode vir destes aparelhos burocráticos dependentes do governo, tem que começar de baixo, a partir das fábricas [...].⁷¹⁹

Populismo e trabalhadores: a questão das direções políticas da classe

Na proposta interpretativa de Ianni e Weffort quanto às relações entre Estado e trabalhadores na etapa 1930-1964, o êxito alcançado pelo primeiro, via “sindicalismo populista”, na transformação dos segundos em “massa de manobra” se explicaria, centralmente, pelas opções estratégicas adotadas pelas direções sindicais e políticas do movimento operário brasileiro. Assim, opondo-se às análises sociológicas que apontavam a origem rural e falta de experiência do jovem proletariado como aspectos determinantes para a efetivação de um sindicalismo heterônomo no país pós-1930,⁷²⁰ Ianni e Weffort foram buscar no âmbito mais propriamente político as explicações para a subordinação dos trabalhadores

⁷¹⁶ *Idem.*

⁷¹⁷ WEFFORT, F. C. “Os sindicatos na política” (Brasil: 1954-1964) in *Ensaio de Opinião*, 1978, p. 18.

⁷¹⁸ POR. “A divisão das direções sindicais impõe a unificação da classe sob uma política e organização independentes”. In *Frente Operária*, nº. 91, 1ª quinzena de junho de 1963, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p.186.

⁷¹⁹ POR. “Diante da crise da burguesia; organizar as massas e construir o partido revolucionário” in *Frente Operária*, nº. 85, 1ª quinzena de dezembro de 1962, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p.186.

⁷²⁰ Essa perspectiva foi apresentada por autores como o ex-trotskista Leôncio Martins Rodrigues, um dos pioneiros nos estudos sobre o movimento operário e sindical brasileiro (ver, por exemplo, RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970).

brasileiros a Vargas e seus discípulos ao longo do populismo, em especial nos anos em que este assumiu uma forma democrática (1946-1964). Na ótica de Weffort, a “trajetória do movimento operário brasileiro” no período 1945-1964” estaria “menos no ‘atraso’ da classe operária do que no elitismo manobrista daqueles que pretendiam representá-la, mas que terminaram subordinando-as às ‘injunções da política nacional’”.⁷²¹

Seguindo esse rumo analítico – que nos parece inspirado na já mencionada noção trotskista de “crise de direção” – Weffort procurou demonstrar como, em vários momentos decisivos das lutas de classe travadas pelos trabalhadores brasileiros, o PCB, em função de sua estratégica política de “colaboração de classes”, contribuíra, na prática, para o fortalecimento da estrutura sindical corporativista, reforçando, conseqüentemente, a dominação populista. Assim, na conjuntura do imediato pós-Segunda Guerra, ao propagar a bandeira “ordem e tranquilidade” e conclamar os operários a “apertar os cintos”, o PCB, atuando como um “partido da ordem”, teria sido um dos principais responsáveis pelo sucesso da política varguista face ao ascendente movimento sindical:

Criada pela ditadura Vargas no espírito do corporativismo fascista italiano e mantida durante o período ditatorial mais como uma dispositivo legal que como instituição real, a estrutura sindical oficial teve que esperar até os anos iniciais da democracia para consolidar-se no aparato institucional do Estado. Mais ainda: a estrutura sindical oficial criada no espírito do corporativismo fascista italiano para o controle do Estado sobre a classe operária teve que esperar pelo empenho da esquerda, em especial do Partido Comunista Brasileiro, para conquistar alguma eficácia real como instrumento de mobilização e de controle da classe operária.⁷²²

Já no período compreendido entre o suicídio de Vargas e o Golpe de 1964, os comunistas brasileiros – obcecados por uma aliança com a “burguesia nacional” como vistas à realização (pacífica) de uma revolução “democrático-burguesa” – teriam, segundo Weffort, colocado os trabalhadores brasileiros e suas organizações sindicais a serviço dos políticos populistas vinculados à plataforma “nacional-desenvolvimentista”:

Embora sempre se possam encontrar precedentes em 1945, ou mesmo antes, é só a partir de 1954 que a esquerda veio a aceitar o corporativismo sindical e a “reformá-lo” através das “organizações paralelas”, chegando a considerá-lo como um dado institucional normal no interior do sistema democrático; em que pesem os precedentes, é só a partir de 1954 que o movimento operário começou efetivamente a caminhada que deveria levá-lo a uma identificação política, praticamente sem restrições, como os grupos populistas que então se achavam no controle de partes do aparelho de Estado; do mesmo modo, apesar dos precedentes, foi só a partir de 1954 que a esquerda chegou a estabelecer alianças estratégicas, não só políticas mas também ideológicas, com os populistas. No âmbito desta aliança, a esquerda – que acaba subordinando suas razões às do populismo –, será conduzida a uma reavaliação da significação histórica de 1930 como o ponto de partida de uma revolução democrático-burguesa que agora, nos anos 50, retomaria o caminho de sua realização.⁷²³

⁷²¹ WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964” (terceira parte). *Op. cit.*, p. 17.

⁷²² WEFFORT, Francisco. “Origens do sindicalismo populista no Brasil”. *Op. cit.*, p. 71.

⁷²³ WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964” (segunda parte). *Op. cit.*, p. 5.

Endossando tal leitura, Ianni consideraria o papel político jogado pelas esquerdas, em especial pelos PC's, como um fator importante para o êxito alcançado pela “política de massas” dos Estados populistas, a qual, por intermédio de concessões sociais, repressão e cooptação ideológica, teria obstado a formação de uma consciência autenticamente classista entre os trabalhadores:

Na vigência da política de massas, a classe operária geralmente foi levada a lutar muito mais contra os inimigos do seu inimigo. Nessas épocas, a luta contra a oligarquia fundiária e o imperialismo foi colocada em primeiro plano. O que era a luta principal, para a burguesia interessada no mercado interno, o proletariado foi levado a tomar como a luta principal também para si. É inegável que as organizações e lideranças políticas de esquerda atuaram de modo decisivo nesse processo de inversão de meio e fins, ou de táticas e estratégias. Em consequência, quando a burguesia se volta contra ele, o proletariado não está preparado para reagir de modo congruente com a sua situação de classe. Surpreende-se com a aliança entre o seu aliado de ontem e os inimigos do seu inimigo. É que o proletariado não se dera conta da paulatina transformação de uma aliança tática em um compromisso estratégico. Reificava-se a aliança tática preconizada pelas esquerdas reformistas.⁷²⁴

Analisando particularmente o caso brasileiro, Ianni considerou que

a luta no seio da democracia populista era encarada pela esquerda como um momento tático para a consecução dos alvos socialistas. Acreditava-se que as massas trabalhistas e populistas precisavam ser conquistadas por dentro, a partir dos objetivos e técnicas da própria política de massas. Por isso, a “frente única” e os outros compromissos, com militares, setores da classe média etc. eram alianças táticas indispensáveis. Eram uma decorrência do realismo político. Assim, sacrificava-se momentaneamente a teoria marxista-leninista da revolução, como o objetivo de juntar teoria e prática, condições e possibilidades, alvos e táticas. É claro que nesse jogo confunde-se e invertem-se meios e fins. Na prática, em decorrência do vigor, da preponderância e do realismo da política de massas, a esquerda não consegue executar uma política de classes nova e eficaz. Os valores e as técnicas políticas do populismo eram mais vigorosos que o talento teórico e a pertinácia das esquerdas.⁷²⁵

Essa imersão do PCB na “política de massas”, segundo o sociólogo, adviria de uma leitura “reificada” que os comunistas latino-americanos, vinculados às diretrizes estalinistas, fariam de conceitos como “latifúndio”, “imperialismo” e “burguesia nacional”: “Em geral atribuíram a essa burguesia tarefas hegemônicas, quanto à luta contra o imperialismo e o latifundismo, minimizando sua condição subalterna. Em boa parte, é na época do populismo que muitas interpretações, programas e técnicas dessas correntes políticas reelaboram-se segundo condições e perspectivas oferecidas pelas próprias realidades nacionais, sob comando direto ou não da burguesia urbano-industrial nascente.”⁷²⁶

A nosso ver, os fundamentos das críticas de Ianni ao PC's latino-americanos (e ao PCB, em particular) expressos na última citação acima assemelham-se bastante aos dos

⁷²⁴ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista...* Op. cit., p. 119.

⁷²⁵ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo...* Op. cit., p. 113.

⁷²⁶ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista...* Op. cit., p. 101-102.

trotskistas latino-americanos em seus enfrentamentos com os adeptos da IC estalinizada. O POR, por exemplo, em sua luta pela direção do movimento sindical brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, também acusou o PCB de se guiar por uma linha de colaboração com a “burguesia nacional” e de aceitação da estrutura sindical corporativista, o que feito dos estalinistas brasileiros “uma ala do nacionalismo-burguês, e não a mais radical”.⁷²⁷

O PC[B] deixou uma tradição que faz desconfiar as massas com relação à necessidade do partido de classe. Ele se arreventou por completo. Hoje milita abertamente no campo da contra-revolução e não tem mais nenhuma autoridade diante das massas (...) A herança mais lamentável que deixou atrás de si o desbarranco do PC[B] é a desorganização e falta de tradição de vida política organizada dentro do proletariado. Ele criou uma tradição de um aparelho sindical desligado da classe, fundido como o governo e a burguesia. Esse aparelho luta denodadamente contra a organização e a intervenção da classe.⁷²⁸

Aliás, ressaltamos que a crítica às posturas adotadas pelo PCB ao longo do período populista foi uma marca da produção acadêmica “antidualista” dos anos 1960 e 1970. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, foi um dos que responsabilizou em grande parte o partido pelo fato de a imensa mobilização popular no início dos anos 60 não ter se traduzido em uma conquista efetiva do poder político pelos trabalhadores:

De fato, havia, especialmente entre 1963 e março de 1964, uma conjuntura que poderia ser qualificada como pré-revolucionária: o Estado se decompunha parcialmente e a mobilização social e política talvez superasse os mecanismos de integração de que a ordem política dispunha. Dificilmente, entretanto, essa conjuntura poderia ter resultado numa revolução pela falta dos instrumentos adequados para isso: metas claras, uma política não oportunista por parte dos grupos de esquerda que predominavam na situação, em suma, organizações capazes de aproveitar para seus objetivos a decomposição do Estado. E, principalmente, a “aliança populista”, para vincular as massas, os grupos de classe média e a burguesia, baseava-se em setores do próprio Estado que se ligavam, pela teia de relações políticas que mantinham e pelos interesses que sustentavam, a uma base econômica não só intrinsecamente não-revolucionária, posto que proprietária, como atrasada.⁷²⁹

A crise do populismo

Politicamente pautada por uma lógica equivocada de compreensão do processo histórico-social brasileiro, a esquerda comunista, segundo os teóricos do populismo, teria se mostrado totalmente incapacitada de orientar corretamente a classe trabalhadora quando da crise da dominação populista, surgida no alvorecer da década de 1960.

Nos momentos que se seguiram à renúncia de Jânio Quadros, teriam começado a surgir, segundo Weffort, formas de ação popular que iam “muito além dos esquemas

⁷²⁷ BLA. “Tesis programáticas...”. *Op. cit.*, apud LEAL, M. *Op. cit.*, p. 125.

⁷²⁸ POR. “O caminho de um grande estouro revolucionário – O que fazer” in *Frente Operária*, nº. 106, 2ª quinzena de outubro de 1963, apud LEAL, M. *Op. cit.*, p. 187.

⁷²⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. “O modelo político brasileiro...”. *Op. cit.*, p. 69.

tradicionais”.⁷³⁰ As frequentes greves de trabalhadores, o crescimento das forças nacionalistas, a mobilização da opinião pública a favor das “reformas de base” (especialmente a reforma agrária), a extensão dos direitos sociais aos trabalhadores do campo e seu avanço organizativo (tanto por meio da criação de sindicatos rurais quanto da formação das Ligas Camponesas, animadas por Francisco Julião) seriam alguns dos aspectos que, para o cientista político, “anunciavam a emergência de um movimento popular de novo tipo”.⁷³¹ Embora nascido dentro dos quadros institucionais vigentes e um tanto quanto dependente da “política populista de Goulart”, tal movimento teria colocado “problemas cujas soluções implicavam em alterações de base na composição de forças sociais em que se apoiava o regime”.⁷³²

O início das mobilizações rurais, ameaçando a grande propriedade agrária, e a chegada da “cidadania” social ao campo teriam, segundo Ianni e Weffort, levado à ruptura dos latifundiários com o “compromisso” elitário estabelecido em 1930. Por outro lado, nenhum outro setor da classe dominante teria se mostrado “capaz de oferecer os suportes indispensáveis para uma política de reformas, ainda quando se podia admitir que alguns deles retirariam proveito dela”.⁷³³ Em meio a essa crise do “compromisso” firmado, desde 1930, entre os grupos dominantes, a mobilização popular teria se tornado ainda mais perigosa, parecendo, finalmente, ocorrer de forma independente dos setores proprietários. Na interpretação de Weffort, as massas populares, que, desde a formação do populismo, haviam servido como “fonte de legitimidade para o Estado”, durante o governo Goulart, pareciam se movimentar de modo a ultrapassar as fronteiras de uma “aliança policlassista, que as privava de autonomia”.⁷³⁴

Dessa forma, ao pretender entrar pelo caminho das reformas de estrutura, Goulart provocou a crise do “regime populista”. Apesar de condicionar, como chefe de Estado, por ação ou omissão, o conjunto do movimento popular que começava a formar-se, longe estava ele de ter o controle do processo político. Crescia em importância uma mobilização popular que, embora muitas vezes dependesse da iniciativa do Estado, tendia a superar os limites institucionais vigentes.

O grande compromisso social em que se apoiava o regime se viu, assim, condenado por todas as forças que o compunham. Condenado pela direita e pelas classes médias que se aterrorizavam ante a pressão popular crescente; pelos grandes proprietários assustados com o debate sobre a reforma agrária e com a mobilização de massas rurais; pela burguesia industrial, temerosa também da pressão popular e já vinculada por alguns de seus setores mais importantes aos interesses estrangeiros. E, apesar das intenções de alguns de seus líderes, encontrava-se condenado também pela fragilidade do populismo, que se mostrava incapaz não só de manter o equilíbrio de todas as forças, como também de exercer um controle efetivo sobre o processo de ascensão das massas.⁷³⁵

⁷³⁰ WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 86.

⁷³¹ *Idem.*

⁷³² *Idem*, p. 87.

⁷³³ *Idem.*

⁷³⁴ *Idem.*

⁷³⁵ *Idem*, p. 87-88.

Em seus escritos de fins da década de 1970, Weffort daria mais ênfase à internacionalização da burguesia industrial brasileira, ocorrida a partir da segunda metade da década de 1950, como um elemento explicativo do colapso do regime em 1964. Assim, segundo o autor, a ideologia nacionalista, paradoxalmente, teria alcançado seu ápice (o “nacional-desenvolvimentismo”) precisamente quando a burguesia brasileira, supostamente “portadora de um projeto de desenvolvimento nacional”, “já começava a associar-se ao grande capital internacional em processo de expansão hegemônica no plano da economia”.⁷³⁶ Nessa linha de raciocínio, Weffort, analisando a aliança do PCB com os “herdeiros de Vargas” entre 1954 e 1964 – período esse que o autor interpretou como uma “sobrevida” do regime populista, gerada pelos impactos políticos do suicídio de seu “principal inspirador e chefe” –, chamou a atenção para o descompasso existente entre aquela linha partidária e a configuração do capitalismo brasileiro naquele período: os comunistas brasileiros, segundo Weffort, se engajaram na aliança com os varguistas, tomados como representantes de um setor “progressista” e “antiimperialista” da burguesia nativa, apenas quando essa mesma burguesia, dado seu estreitamento cada vez maior como o capital estrangeiro a partir do pós-guerra, já tinha abdicado de qualquer aspiração, mínima que fosse, a um capitalismo nacional, isto é, “quando a luta fundamental já estava perdida”.⁷³⁷

Octavio Ianni, investigando a “crise do populismo” em âmbito latino-americano, constatou que

em todas as situações realmente críticas a burguesia nacional rompe os compromissos táticos com o proletariado e [com] alguns outros setores do populismo, em benefício de suas razões estratégicas, dadas pela ordem capitalista. Num paradoxo aparente, para sobreviver, essa burguesia abandona a política de hegemonia implícita no populismo e adota a sua condição subalterna, refazendo e fortalecendo os seus laços com os seus inimigos de ontem.⁷³⁸

No tocante ao caso brasileiro, Ianni relacionou a opção política da burguesia de abandono do populismo a um processo de “internacionalização” vivido pela economia nacional a partir de meados dos anos 1950, impulsionado, paradoxalmente, pelo governo mais apologista do “nacional-desenvolvimentismo” (o de Juscelino Kubitschek, 1956-1960).⁷³⁹ Assim, uma maior associação da burguesia brasileira (em especial de seus setores mais dinâmicos) com o imperialismo teria lhe fornecido um caráter abertamente antipopulista, dado os obstáculos presentes no populismo aos novos padrões de acumulação de capital que então se gestavam. Essa explicação da “crise do populismo brasileiro” (e, naturalmente, do golpe de

⁷³⁶ WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964” (segunda parte). *Op. cit.*, p. 8.

⁷³⁷ *Idem*, p. 7.

⁷³⁸ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista...* *Op. cit.*, p. 143.

⁷³⁹ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo...* *Op. cit.*, p. 10 e 176.

Estado de 1964) seria depois desenvolvida por vários cientistas sociais, como o próprio Fernando Henrique Cardoso⁷⁴⁰ e René Dreifuss.⁷⁴¹

Talvez seja pertinente lembrarmos ainda que, se Trotsky já havia alertado para a possibilidade de a burguesia nacional “abandonar a luta contra os capitalistas estrangeiros e a trabalhar sob sua tutela direta”, derrotando, com a ajuda do imperialismo, “a instável democracia” e substituindo-a “por uma ditadura fascista sem disfarces”, o POR, antes mesmo de Ianni, Cardoso e Dreifuss, identificou, em documentos de finais dos anos 50, o “estreitamento dos laços” da burguesia brasileira com o imperialismo.⁷⁴² Em um texto datado de 1960, os trotskistas brasileiros procuraram descrever a nova relação que se configurava entre o imperialismo e as regiões a ele submetidas:

O desenvolvimento econômico é uma necessidade objetiva da qual não pode fugir nem mesmo a política do imperialismo para a América Latina. Os homens de Wall Street nisto são menos conservadores que a mentalidade da pequena burguesia nacionalista. Enquanto esta última continua repetindo estupidamente que o imperialismo está pelo atraso da América Latina e do Brasil, em todas suas formas, o imperialismo procura adaptar-se ao crescimento inevitável desses países, tornando-o, naquilo que for possível, vantajoso para si, tratando de dominá-lo e controlá-lo.⁷⁴³

Nessa concepção – claramente oposta à do PCB, da CEPAL e do ISEB –, o imperialismo, diferentemente de bloquear o desenvolvimento capitalista da América Latina, buscaria estimulá-lo dentro de um padrão associativo por ele controlado, auferindo inúmeras vantagens. Segundo Murilo Leal, é provável que essa leitura do POR acerca das novas formas assumidas pela chamada “divisão internacional do trabalho” tenha “se incorporado ao patrimônio de idéias da esquerda alternativa”, tendo “contribuído, por exemplo, para o amadurecimento das teorias da dependência”.⁷⁴⁴ Aliás, quanto à importância das organizações políticas à esquerda do PCB na construção do pensamento *dependenstista*, vale lembrar mais uma vez o papel desempenhado pela POLOP. Segundo Marcelo Badaró Mattos, a organização (que, como já dissemos, teve em suas fileiras nomes como Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini) foi responsável pelo surgimento de “novos parâmetros para a análise da realidade brasileira” no meio acadêmico nacional que se mostrariam presentes, por exemplo, nas “teorias da dependência” e em trabalhos sobre o populismo.⁷⁴⁵

Essa “internacionalização” da burguesia brasileira, segundo as análises *dependentistas*, seria decorrência, assim, da nova etapa do capitalismo mundial iniciada alguns anos depois do

⁷⁴⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. “O modelo político brasileiro...”. *Op. cit.*

⁷⁴¹ DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado* (ação política, poder e golpe de classe). Petrópolis: Vozes, 1981.

⁷⁴² LEAL, M. *Op. cit.*, p. 109.

⁷⁴³ POR. “O proletariado e o tratado da Zona de Livre Câmbio” in *Frente Operária*, n.º. 35, março de 1960, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p. 109.

⁷⁴⁴ LEAL, M. *Op. cit.*, p. 109.

⁷⁴⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista...” *Op. cit.*, p. 195-196 e 206-208.

fim do segundo conflito mundial (1945), marcada pela implantação das multinacionais nas periféricas do globo, buscando a ampliação das taxas de lucro. Esse processo, entre outras conseqüências, teria levado, na última metade da década de 1950, a um rápido crescimento da economia brasileira cujo esgotamento teria se feito presente já no início da década de 1960, acirrando, assim, as contradições sociais relativamente administradas pelo sistema populista de “colaboração de classes”. “Com efeito, a manipulação de massas entrou em crise, isto é, abriu a porta a uma verdadeira mobilização popular, exatamente quando a economia urbano-industrial começava a esgotar sua capacidade de absorção de novos imigrantes e quando se restringiam as margens do redistributivismo econômico”.⁷⁴⁶ Incompatível com os novos contornos assumidos pela acumulação do capital no país, e cada vez mais politicamente perigoso devido às forças sociais que colocava em movimento, o populismo teria sucumbido historicamente por intermédio do golpe de Estado aplicado pela burguesia brasileira em 1964.

Populismo: o desenvolvimento da teoria

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, não foram poucos os autores que trabalharam com a teoria do populismo brasileiro elaborada por Weffort e Ianni. Alguns deles, enfocando outros aspectos e adicionando novos elementos teóricos e empíricos, contribuíram para o seu desenvolvimento. Destacamos, aqui, as contribuições oferecidas por quatro conhecidos cientistas políticos marxistas: Décio Saes e Armando Boito Jr., Régis de Castro Andrade e René Dreifuss.

Esposando as teses mais gerais de Weffort e Ianni, e discordando de algumas de suas proposições, Saes e Boito Jr., dotados de uma perspectiva teórica *poulantziana*, enfatizariam a “autonomia relativa” face às classes sociais alcançada pelo aparelho estatal capitalista a partir de 1930, apontando a existência de um protagonismo da burocracia e demais “‘categorias sociais’ de Estado” ao longo do processo político populista.

Intitulado *Classe média e sistema político no Brasil*, o instigante estudo de Décio Saes sobre a política dos setores médios urbanos no período republicano (da Primeira República até o ano de 1968) dedica uma parte significativa à discussão do regime populista.⁷⁴⁷

Encampando as idéias de uma “crise de hegemonia” vigente em 1930 e da formação de um “Estado de compromisso” com ascensão de Vargas ao poder, Saes enxergou as “‘categorias sociais’ de Estado” (tenentes, a burocracia e as Forças Armadas) como as principais responsáveis pela condução dos dois eixos centrais da política estatal populista: a industrialização do país e a incorporação controlada (via o esquema coerção-concessão-

⁷⁴⁶ WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 85.

⁷⁴⁷ SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queirós, 1984.

manipulação) à esfera pública dos emergentes setores urbanos, com destaque para a classe operária. Tais eixos teriam se mostrado, segundo Saes, “inseparáveis”: “Assim como a repressão da classe operária havia sido um aspecto da política oligárquica de expansão do capitalismo agro-mercantil, assim também a integração da classe operária foi a face social de uma política industrializante concretamente implementada por novas forças políticas”.⁷⁴⁸

Duplamente determinadas em sua natureza social, as “categorias sociais” de Estado” teriam sido as principais forças atuantes em prol dessa política industrializante. Se, por um lado – argumentou Saes –, essas “categorias sociais” eram recrutadas entre os emergentes setores médios urbanos que aspiravam ao desenvolvimento da industrialização (e à sua própria incorporação à via pública), por outro, elas ocupavam também as funções dirigentes de um Estado relativamente autonomizado da sociedade, com novas e concretas questões pela frente a serem solucionadas:

Se o Estado se mostra um “Estado de compromisso”, o impulso político das “categorias sociais” impede, entretanto, que o poder político se defina como uma pura justaposição de grupos de interesse oligárquicos e industriais, cuja pressão contínua se exerce sobre as agências governamentais e os aparelhos de Estado. E se o Estado assume a forma de “Estado de massas”, isso representa a absorção da classe operária nascente nas suas estruturas pela via da legislação do trabalho e do “sindicalismo de Estado” [...]

Lembremos inicialmente que, nas condições de equilíbrio político geradas pela revolução de trinta, as “categorias sociais” integradas aos aparelhos de Estado se revelaram dotadas de uma relativa autonomia de ação; e que as condições históricas em que se concretizou sua ação, bem como suas particularidades ideológicas, as induziram mais frequentemente a implementar medidas em última instância favoráveis à industrialização. De um lado, a crise permanente e profunda do capitalismo agro-mercantil, resumida na expressão “deterioração dos termos de troca”, tornava-o incapaz de satisfazer as necessidades criadas pela própria expansão. Nesse contexto, mesmo uma política puramente “pragmática” de satisfação das necessidades previamente existentes resultava necessariamente no estímulo à industrialização. A expressão “industrialização substitutiva” admite implicitamente a existência desse pragmatismo industrializador; essa atitude orientou, em vários momentos e num grau variável, as “categorias sociais” de Estado envolvidas no processo de tomada de decisões econômicas. Mas, de outro lado, para além das motivações puramente “técnicas”, é preciso considerar a dupla filiação das “categorias sociais” integradas ao bloco dominante: filiação às camadas médias urbanas, de um lado, e inserção nos aparelhos de Estado, de outro. Ora, as disposições ideológicas próprias a cada uma dessas situações induziram igualmente as “categorias sociais” a tomar decisões objetivamente favoráveis à industrialização. A esse respeito, podemos discriminar, numa perspectiva analítica, três exemplos: os tenetes, as Forças Armadas (alta oficialidade) e a alta burocracia.⁷⁴⁹

⁷⁴⁸ *Idem*, p. 94.

⁷⁴⁹ *Idem*, p. 88-97. Saes considera, ainda, que estariam no tenentismo as raízes sociais da ideologia populista: “Sua integração à sociedade urbana lhes fazia sentir as necessidades de consumo ‘precocemente’ criadas pelo contato econômico e cultural com as sociedades capitalistas centrais; porém, sua ‘situação de trabalho’ favorecia o desenvolvimento da aspiração a um melhor nível de consumo. As aspirações das baixas camadas médias colocavam, portanto, objetivamente, através de seus ressentimentos ou reivindicações, o problema da necessidade da industrialização. Entretanto, o caráter ‘urgente’ dessa mudança impunha condições institucionais precisas à decolagem do processo de industrialização: a construção de um Estado intervencionista e industrializador, capaz de ‘substituir’ a burguesia industrial na condução do processo de desenvolvimento capitalista. O problema é que tal objetivo não poderia cristalizar-se espontaneamente na massa das baixas camadas médias; ou seja, suas aspirações não se transformariam em vontade política sem a mediação de uma ‘vanguarda’. Foi o tenentismo nacionalista que, ao sustentar a necessidade de um Estado nacional, antioligárquico e centralizado, deu uma resposta a essas aspirações, ainda que em termos indiretos e tipicamente militares. Queremos dizer com isso que as raízes do populismo se encontram no discurso ideológico do tenentismo nacionalista; é antes na ação de Juarez Távora, no Ceará, ou de Luiz Carlos Prestes, no Rio Grande

Assim, nos anos 30, ao defenderem – contra o federalismo oligárquico – a centralização político-administrativa do país e a concentração pela União dos instrumentos da política econômica, os tenentes, segundo Saes, criaram “as condições institucionais indispensáveis à colocação em marcha de uma política intervencionista e industrializadora”.⁷⁵⁰ Para o autor, a conjuntura internacional na qual se realizou esse processo de industrialização esteve ligada ao desenvolvimento, entre os oficiais superiores das Forças Armadas, da chamada “ideologia da segurança nacional”. Sobretudo depois da Segunda Guerra (1939-1945), essa ideologia – “no fundo, esse ‘nacionalismo de guerra’” – teria levado os representantes militares a “reivindicarem um programa público de investimentos nos setores industriais de base”.⁷⁵¹ Por fim – apontou Saes –, os técnicos e burocratas estatais teriam sido os responsáveis pelo “esboço de ‘projeto de industrialização’”, por meio do qual as “categorias sociais” tendiam a dar “uma forma concreta às aspirações das camadas médias já desembaraçadas da ascendência oligárquica”.⁷⁵²

Foram essas “‘categorias sociais’ de Estado” também, segundo Saes, as formuladoras e construtoras do “sindicalismo de Estado” que, combinadamente com as políticas sociais do varguismo, possibilitou a integração controlada das massas populares à cena político-institucional. Na ótica do cientista político, esse modelo de sindicalismo forjado sob o populismo, baseado na concepção de um Estado *neutro e arbitral*, seria estruturado por uma ideologia de tipo pequeno-burguesa. Assim, se no que diz respeito à classe operária, o “sindicalismo de Estado” teria expressado “apenas um momento temporário de seu processo de organização corporativa e política”⁷⁵³ (momento esse que a classe, em vários momentos, procurou superar a partir da criação de outras formas associativas e de novas formas de luta), no que concerne aos setores médios – considerou Saes –, aquele tipo de organização sindical corporativista (“seja em sua forma pura, seja sob o impulso das ‘organizações paralelas’”),⁷⁵⁴ mostrou-se ajustado à sua própria natureza de classe pequeno-burguesa.⁷⁵⁵

Essa distinção não parte do propósito de negar a força real do movimento reivindicatório das baixas camadas médias, mas da preocupação em estabelecer seus limites. A rigor, os limites de sua ação sindical são condicionados pela sua impossibilidade de “viver” a fundo o processo de exploração da força de trabalho e de apreender a natureza profunda do Estado capitalista: a expressão mais abstrata e universal da dominação dos proprietários do capital. Na sua luta corporativa contra o “meu patrão”, esses grupos apelam para o Estado; mas eles o concebem essencialmente como o árbitro ou a instância

do Sul, que no estilo político de Vargas, que se devem procurar as primeiras manifestações do populismo brasileiro.” (*Idem*, p. 90.).

⁷⁵⁰ *Idem*, p. 97.

⁷⁵¹ *Idem*.

⁷⁵² *Idem*.

⁷⁵³ *Idem*, p. 113.

⁷⁵⁴ *Idem*.

⁷⁵⁵ *Idem*.

suprema capaz de resolver o conflito na empresa mediante a imposição de uma decisão justa. Nesse caso, a pressão sindical e o esforço contínuo no sentido de intensificá-la representam para esses grupos médios a possibilidade de se aproximarem do poder, de se fazerem ouvir pelo Estado, de influenciar as suas decisões soberanas. Nessa perspectiva, a pressão sindical das baixas camadas médias é menos um instrumento da luta social contra a empresa capitalista e da luta política contra o Estado capitalista, e mais um meio capaz de tornar mais eficazes seus pedidos e de reverter em seu benefício a mediação do Estado-árbitro. O sindicalismo populista, na medida em que implica o reconhecimento pelo Estado do direito das baixas camadas médias à reivindicação, constitui talvez uma expressão adequada do sindicalismo “médio”.⁷⁵⁶

A dimensão das ideologias ocupa, sublinhamos, um lugar de destaque na análise de Décio Saes. Elaboradas e formatadas “sob impulso das “categorias sociais” filiadas às camadas médias”,⁷⁵⁷ as ideologias teriam sido, segundo o autor, propostas pelo Estado às classes sociais, as quais delas se apropriaram (ou não) de acordo com a conjuntura política do regime. Concebendo, portanto, uma “autonomia relativa das ideologias”,⁷⁵⁸ assim como – vale frisar – um forte protagonismo do Estado no processo político-social, Saes procurou explicar algumas das ambigüidades e paradoxos do nacionalismo ao longo do populismo (alguns dos quais já apontados por Weffort, como vimos):

Enquanto representação do mundo social fundada nas noções de “povo” e nação”, o nacionalismo constitui uma manifestação ideológica típica das camadas médias; entretanto, no contexto do desenvolvimento capitalista brasileiro são as “categorias sociais” de Estado, filiadas às camadas médias urbanas, que se encarregam de lhes dar uma forma concreta. Certos analistas sublinharam o “atraso” da ideologia nacionalista com relação aos problemas concretamente colocados pelo desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira. Na realidade, a eficácia social do nacionalismo dependeria de seu caráter antecipador; em outras palavras, a vontade política de afirmação da Nação e de consolidação da burguesia nacional deveria encontrar suas bases sociais antes da penetração da sociedade pelo imperialismo. Todavia, a análise histórica confirma que o nacionalismo brasileiro foi mais retardatário que antecipador. Lembremos, a propósito, o período 1930-1954: as relações de dominação/subordinação econômica se enfraqueciam, a expansão industrial se fazia primordialmente com base em capitais internos, porém o “projeto” nacionalista não passava de um esboço. Paradoxalmente, a ideologia nacionalista atingirá seu apogeu após a data simbólica de 1955, quando a burguesia industrial, ao submeter-se sem luta à Instrução 113 da SUMOC [que estimulava a industrialização feita com capitais estrangeiros], aceita objetivamente sua “associação” com o capitalismo internacional. A rigor, a razão desse atraso encontra-se na origem social do nacionalismo. É verdade que o nacionalismo nasce da vontade de defender a Nação contra a penetração imperialista; porém, trata-se aqui da vontade das “categorias sociais” de Estado, cuja definição da penetração imperialista se concentra menos sobre desnacionalização da economia e da sociedade, e mais sobre a limitação da soberania do Estado em função das relações entre a economia nacional e o capitalismo internacional. Nessa medida, o problema da “dependência” é aqui vivido não tanto no nível da sociedade brasileira, pelas classes sociais, mas sobretudo ao nível do Estado brasileiro, pelas “categorias sociais” integradas ao seu aparelho. O nacionalismo aparece como uma resposta ideológica à redução da capacidade do Estado de se autodeterminar [...]⁷⁵⁹

Seguindo essa concepção de uma “autonomia das ideologias”, as quais gozariam de uma circularidade no tecido social, Décio Saes alinhavou uma proposta interpretativa para o constante desencontro entre o ideário nacionalista e a chamada “burguesia nacional”:

⁷⁵⁶ *Idem*, p. 114.

⁷⁵⁷ *Idem*, p. 121.

⁷⁵⁸ *Idem*.

⁷⁵⁹ *Idem*, p. 118-119.

Estamos, portanto, longe de poder dizer que a burguesia industrial se fez agente de uma política nacionalista. Assim, a primeira fonte de rejeição burguesa do nacionalismo encontra-se no fato de ele implicar uma definição idealista e exterior (de responsabilidade das “categorias sociais” do Estado) dos interesses de classe da burguesia industrial. Se esta se afasta do nacionalismo, isso não constitui um indício do seu “atraso” ou de sua “incompreensão”, mas sim o fato de ela não reconhecer-se no projeto que as “categorias sociais” de Estado tentam propor-lhe [...]

O nacionalismo, ao propor-se defender os interesses de classe da burguesia industrial, é rejeitado por esta; todavia, enquanto “ideologia de Estado”, ele é suscetível de impor-se aos partidos de esquerda e às “organizações paralelas” em aliança como o populismo. Desse modo, a corrente nacionalista se reforça nas conjunturas em que as organizações populares dominantes sentem a necessidade de conferir uma forma política concreta à pressão operária espontaneamente ascendente. Daí o paradoxo aparente do nacionalismo: embora propondo-se como representação universal dos interesses da burguesia nacional, ele se converte na expressão política concreta da ascensão operária. E aí encontramos a segunda razão da rejeição burguesa do nacionalismo: dado que o movimento nacionalista é a forma política assumida pela pressão operária ascendente, a burguesia industrial, ao decidir o bloqueio da ameaça popular, passa a uma etapa de combate ao nacionalismo.⁷⁶⁰

Essa ascensão operária, presente já na segunda metade da década de 1950 e intensificada sob o governo Goulart, estaria, segundo o cientista político, entre as principais causas explicativas da crise do populismo. Funcionando como a principal “base social de apoio” do “Estado de compromisso” formado em 1930, as massas populares teriam sido, na ótica do autor, as fontes geradoras da “autonomia relativa” da qual dispunham o aparelho estatal e suas “categorias sociais” face às classes sociais ao longo do populismo (inclusive face à burguesia industrial, principal beneficiária da política estatal populista). Assim, ao reconhecer a legitimidade da mobilização de massas, com o intuito de preservar sua condição relativamente autônoma, o Estado populista teria se mostrado inadequado para garantir os interesses fundamentais da classe dominante:

A pressão operária, ainda que expressa politicamente pelo sindicalismo de Estado sob o impulso das “organizações paralelas”, obriga o Estado populista a ultrapassar as linhas gerais da política da ordem, cuja necessidade é preconizada pelo conjunto da classe dominante. Evidentemente, a nova orientação do Estado populista não abre a possibilidade imediata de transformação global da sociedade; todavia, ela é vivida pelo conjunto da classe dominante como uma primeira manifestação da luta de classes, doravante estimulada, em não mais amortecida, pelo populismo. Portanto, não é a ruptura do “compromisso” entre as oligarquias rurais e a burguesia industrial que explica a crise final do populismo; é antes o Estado populista, ao reconhecer a legitimidade da ascensão popular a fim de conservar sua base social de apoio e, portanto, de assegurar sua soberania, que ultrapassa os limites impostos pela necessidade de manutenção da ordem social e, assim, afasta-se do conjunto da classe dominante. A incapacidade do populismo em conter a ascensão política das classes populares o condena, portanto, à morte; nessa perspectiva, a crise final do populismo constitui um momento de rejeição do populismo, enquanto estratégia política de desenvolvimento, pelo conjunto da classe dominante.⁷⁶¹

⁷⁶⁰ *Idem*, p. 120-121. E prossegue Saes: “Esse movimento de circulação das ideologias pode surpreender o observador habitualmente voltado para a política das sociedades capitalistas centrais; à primeira vista, a ideologia parece zombar das classes sociais e fazer tábua rasa dos imperativos da infra-estrutura. Todavia, a autonomia relativa das ideologias constitui uma manifestação da realidade do populismo [...] Portanto, o caráter não linear do percurso das ideologias, mais que uma anomalia, constitui uma manifestação típica da realidade essencial do populismo.” (*Idem*, p. 121).

⁷⁶¹ *Idem*, p. 105.

Também fazendo uso – conforme já anunciamos – do mesmo instrumental teórico *poulantziano*, o cientista político Armando Boito Jr. propôs interpretações sobre o fenômeno populista muito similares às apresentadas por Décio Saes.

Em seu livro dedicado ao segundo governo Vargas (1951-1954), intitulado *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*⁷⁶² – resultado de sua dissertação de mestrado, orientada por Saes –, Boito Jr procurou compreender a dinâmica política de todo o período populista, e especialmente a situada entre 1951-1954, tomando por base, centralmente, as conflituosas disputas existentes entre as distintas frações da burguesia no interior do “bloco no poder”:

No período aberto pela Revolução de 1930 e, particularmente, na fase representada pelo último mandato presidencial de Getúlio Vargas, é possível distinguir, no interior do bloco no poder, dois campos principais. De um lado, a fração industrial da burguesia, que luta pela industrialização capitalista do país. Esse campo conta com a participação da burocracia de Estado e se fortalece à medida que a industrialização avança. De outro lado, a grande burguesia comercial exportadora e importadora que, aliada ao imperialismo norte-americano, se opõe à política econômica industrialista que começa a tomar corpo a partir de 1930.⁷⁶³

Sofrendo, portanto, a oposição da “burguesia comercial” (também designada como “burguesia compradora”), aliada ao capital estrangeiro e representada politicamente pela União Democrática Brasileira (UDN) – que contava com significativo apoio da “alta classe média liberal” –, o segundo governo Vargas teria levado a cabo uma política industrialista, claramente favorável aos interesses da burguesia industrial.⁷⁶⁴ Entretanto, esse mesmo governo, segundo Boito Jr., não poderia ser definido como “o representante, *em sentido estrito*, da burguesia industrial nacional”.⁷⁶⁵ Inscrito no sistema populista, o segundo governo Vargas, assim como todos os demais existentes entre 1930-1964, teria tido seu eixo político central conduzido não por qualquer uma das frações burguesas em disputa, mas por uma burocracia estatal *relativamente autonomizada* face às classes sociais.

Tal como Saes, Boito Jr. considerou que, na situação de “crise de hegemonia” exposta pela Revolução de 1930, a “burocracia de Estado, apoiada em amplos setores das classes populares, pôde manobrar entre os interesses conflitantes das diversas frações burguesas, adquirindo, desse modo, a condição de definir, em última instância, a política de desenvolvimento do Estado”.⁷⁶⁶

Entre 1930 e 1964, a *política populista* é, no essencial, a política de industrialização capitalista dirigida pela *burocracia de Estado* (cúpulas da burocracia civil e das Forças Armadas), apoiada em

⁷⁶² BOITO JR., Armando. *O golpe de 1954: A burguesia contra o populismo*. São Paulo: brasiliense, 1982.

⁷⁶³ *Idem*, p.28.

⁷⁶⁴ *Idem*, p. 39-75.

⁷⁶⁵ *Idem*, p. 18. Grifos do autor.

⁷⁶⁶ *Idem*, p. 28.

amplios setores das *classes populares* (as classes trabalhadoras – proletariado, classe média assalariada e pequena burguesia proprietária – que, *enquanto classes exploradas*, encontram-se excluídas do poder de Estado) e que se encontra fora do controle das frações burguesas que integram o *bloco no poder* (conjunto heterogêneo de classes e frações exploradas que, *enquanto tais*, exercem o poder de Estado).

A posição peculiar da burocracia de Estado é o elemento decisivo para se caracterizar a política populista no decorrer do período 1930-1964 e para se compreender as crises, como a de 1953-54, que essa política atravessou. A partir da Revolução de 1930, as cúpulas da burocracia civil e das Forças Armadas, ou, mais precisamente, os setores mais significativos dessas cúpulas agem como *força social distinta* (classe, fração de classe ou categoria social capaz de se organizar em torno de objetivos políticos específicos) que dirige a política de desenvolvimento industrial do Estado. A burocracia de Estado converte-se em *força social industrialista* em função da classe-apoio que ela organiza junto às classes populares devido às motivações específicas da cúpula da burocracia civil e militar, enquanto núcleo do corpo burocrático de um Estado burguês. Essa força social industrialista, assim constituída, assume a direção da política de industrialização capitalista em função da crise de hegemonia produzida pela Revolução de 1930 e superada, apenas, com o golpe militar de 1964.⁷⁶⁷

Assim, durante todo o período 1930-1964, a burocracia de Estado, motivada por questões específicas relacionadas à sua condição social, teria desempenhado o papel de principal condutora da política populista de cunho industrialista.⁷⁶⁸ Em relação à burocracia, a burguesia industrial, por sua vez, teria adotado uma postura de “unidade e luta”: se, por um lado, apoiava sua linha industrialista, por outro, condenava sua estratégia de se apoiar na classe trabalhadora (“classe-apoio”) por meio de concessões sociais.⁷⁶⁹

Foi tendo por base essa fundamental distinção entre burguesia e burocracia populista, ou seja, a *relativa autonomia* desta em relação àquela, que Boito Jr. procurou explicar a natureza da crise vivida pelo regime em 1953-1954, que culminaria com o suicídio de Vargas. Essa *autonomização relativa* da cúpula burocrática dirigente teria ficado patente em março de 1953 quando da “greve dos 300 mil” (São Paulo), cuja ocorrência expressou uma importante ofensiva dos trabalhadores contra o governo. Segundo Boito Jr., enquanto o conjunto dos segmentos burgueses, a começar pelo próprio setor industrial, propôs o enfrentamento direto com a classe trabalhadora, a burocracia governamental, com vistas à manutenção da ordem e, ao mesmo tempo, de sua base de massas (sua “classe-apoio”) – a qual proporcionava, justamente, sua *relativa autonomia* face à burguesia –, foi impingida a tentar derrotar a classe trabalhadora por outros meios que não o da simples repressão aberta. A “difícil tática” então

⁷⁶⁷ *Idem*, p. 22-23. Grifos do autor.

⁷⁶⁸ “Quanto ao papel desempenhado pelas motivações específicas da burocracia de Estado na sua conversão em força social *industrialista*, devemos considerar dois aspectos, ambos relacionados com a função da burocracia civil e militar de representante dos interesses políticos mais gerais do capitalismo e da burguesia. De um lado, a burocracia de Estado, confrontada com as grandes crises político-militares do entre-guerras, passa a ver na industrialização capitalista do país a pré-condição da sobrevivência político-militar do Estado Nacional. Nos termos da linguagem militar inaugurada no pós-30, a industrialização (capitalista) é definida como um requisito da ‘segurança nacional’. De outro lado, o industrialismo adquire a hegemonia no seio da burocracia de Estado em função, também, do fato de essa burocracia, a partir de crise de 1929, estar preocupada em encontrar uma solução capitalista para a crise do capitalismo brasileiro. Ora, o chamado “estrangulamento externo” da economia brasileira, que aparecia no déficit estrutural do balanço de pagamento, convertia a política de industrialização na alternativa burguesa mais eficaz para a superação daquela crise.” (*Idem*, p. 26. Grifos do autor).

⁷⁶⁹ *Idem*, p. 34-35.

levada a cabo pela burocracia teria provocado uma “radicalização o populismo”, o que, consequentemente, conduziu à ruptura da burguesia com o governo de Vargas:

A burocracia tinha de sustentar numa linha de equilíbrio precário. Ela levava o governo a radicalizar a política populista tendo em vista dois objetivos. Em primeiro lugar, ela visava sufocar o movimento de massa que entrara numa fase de ascenso com a greve dos 300 mil, impedindo que as massas populares tomassem o caminho da revolução. Em segundo lugar, a burocracia de Estado visava barrar a ofensiva restauradora da burguesia comercial, ofensiva que se iniciara logo após aquela mesma greve. Ora, encontrar um ponto de equilíbrio que permitisse conciliar esses dois objetivos era uma tática bastante difícil. De um lado, a pressão crescente do movimento de massa obrigava a burocracia de Estado a avançar na política de concessões e de radicalização verbal: permanecer imóvel seria correr o risco de perder o controle político das classes populares; adotar uma política de repressão que não levasse em conta a necessidade de reproduzir o mito do Estado protetor equivaleria a destruir a sua própria base de sustentação popular [...]

Mas onde o governo concentrou a sua estratégia de radicalização do populismo foi na área da política social. Isso porque ela deveria responder, primordialmente, à luta que, efetivamente, assumia um caráter de massa naquela conjuntura, que era a luta reivindicatória – salários, congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade etc. E foi exatamente a nova política social do governo que acabou por incompatibilizá-lo com a burguesia industrial.⁷⁷⁰

Talvez seja pertinente mencionarmos aqui que também em algumas publicações das organizações trotskistas que enfrentaram o segundo governo Vargas pode-se encontrar a idéia de que, embora voltada para o atendimento das necessidades burguesas, a política governamental do varguismo guardava uma relativa independência diante da classe dominante.

À guisa de exemplo, destacamos que, em jornais datados dos primeiros meses de 1951, o PSR – em vias de sua extinção (1952) –, ao mesmo tempo em que dizia ser Getúlio “o mais legítimo representante dos patrões e capitalistas nacionais e dos imperialistas”,⁷⁷¹ lhe atribuía uma método “bonapartista” de ação política, por meio do qual o demagógico presidente jogaria tanto com os trabalhadores, quanto com a própria burguesia, a fim de preservar a ordem capitalista:

[...] Vargas quer salvar a burguesia. Essa é a sua missão. Além de tudo isso, o discurso demagógico do “pai dos pobres” contém, em sua essência, todo um itinerário de atividades bonapartistas que podem [...] ⁷⁷² abrir [um] novo golpe de Estado, como em 1937. Getúlio promete aos trabalhadores e finge ameaçar a burguesia. O que pretende, de fato, é especular com a situação mundial para enfeixar em suas mãos poderes que lhe proporcionem meios de, em caso de guerra, submeter ao controle totalitário a classe operária.⁷⁷³

Poucas linhas a seguir, após descreverem como “boa” e “equilibrada” a situação econômica nacional, porém como “péssima” a situação financeira do Estado, os trotskistas afirmaram que a tarefa de “fortalecer” o “aparelho de Estado” se mostrava como

⁷⁷⁰ BOITO Jr., Armando. 1954: *a burguesia contra o populismo*. Op. cit., p. 78-84.

⁷⁷¹ PSR. “Dois meses de governo Getúlio” in *Luta proletária*, nº. 9, março de 1951, p. 1. (CEDEM).

⁷⁷² Ilegível no documento.

⁷⁷³ PSR. “As duas caras de Getúlio” in *Luta Proletária*, nº. 10, abril de 1951, p. 3. (CEDEM).

incontornável para a sobrevivência do domínio burguês: “Por isso Getúlio faz ameaças à classe burguesa, para salvar a própria burguesia”.⁷⁷⁴

Retornando às contribuições de Armando Boito Jr. ao desenvolvimento da teoria do populismo, mencionamos ainda seu posterior trabalho sobre *O sindicalismo de Estado no Brasil*.⁷⁷⁵

Discutindo o caráter da estrutura sindical brasileira erigida a partir de 1930, Boito Jr. considerou que esta possuía como componente central uma ideologia de tipo “estatista” (a “ideologia do sindicalismo de Estado” ou a “ideologia da legalidade sindical”) que, por sua vez, teria sido “uma manifestação da ideologia populista” no âmbito do sindicalismo.⁷⁷⁶ Trabalhando com o conceito de populismo (“nas suas determinações essenciais”) tal como “foi elaborado, inicialmente, por Francisco Weffort”,⁷⁷⁷ Boito Jr procurou desvelar a real natureza dessa “ideologia populista”. Nessa investida, a “autonomia relativa do Estado” foi abordada, sobretudo, a partir de seus efeitos sobre a subjetividade operária:

A ideologia populista é uma ideologia pequeno-burguesa. Essa ideologia possui um conteúdo central que pode ser resumido na expressão “culto ao Estado protetor”, isto é, a expectativa de que o Estado *tome a iniciativa* de proteger, independentemente da correlação política de forças política vigente num momento dado, os trabalhadores da ação dos capitalistas. Nos termos do discurso da ideologia populista, trata-se de proteger os *pobres e humildes* da ação *gananciosa* dos *ricos e tubarões*.

O populismo é, então, um tipo de estatismo. Mesmo quando se manifesta, superficial e aparentemente, como uma relação entre o líder e a massa, o populismo representa [...] uma identificação de setores populares, não com a pessoa do líder, mas sim com o aparelho de Estado burguês: com a burocracia civil e militar do Estado. Essa identificação, para retomar a expressão com a qual Lênin caracterizava o estatismo pequeno-burguês, assume a forma de um fetiche do Estado: os setores populares penetrados pela ideologia populista ignoram que a política de Estado é determinada pela correlação política de forças. Concebem essa política como resultado da vontade livre e soberana do próprio Estado e, justamente, esperam que o Estado independentemente da luta popular organizada, venha em socorro do povo [...] o fetiche populista do Estado, sem condenar, necessariamente, as classes populares à inércia completa, bloqueia a constituição dessas classes em força social autônoma, isto é, dotada de partido e programa político diferenciados, na cena política. Mas, como indicamos, o populismo é, também, tanto em suas *variantes* de esquerda como de direita – brizolismo, janismo – um estatismo de conteúdo reformista, ainda que de um reformista superficial.⁷⁷⁸

Já os cientistas políticos Régis de Castro Andrade e René Armand Dreifuss, também se apoiando nas formulações centrais de Weffort e Ianni, intensificaram sobremaneira o uso dos aportes teóricos gramscianos em suas interpretações do período 1930-1964. Quanto a esta *variante gramsciana* da teoria do populismo brasileiro, o que nos interessa aqui destacar é a

⁷⁷⁴ *Idem*.

⁷⁷⁵ BOITO Jr. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.

⁷⁷⁶ *Idem*, p. 86.

⁷⁷⁷ *Idem*, p. 69.

⁷⁷⁸ *Idem*, p. 70-71. Grifos do autor.

maneira particular pela qual a questão da “hegemonia” no Brasil pós-1930 foi abordada por seus autores.

Em longo artigo publicado em janeiro de 1979, Régis de Castro Andrade esgrimiou o argumento de que o populismo teria sido, na realidade, “uma forma de hegemonia, [e] não um conjunto de alianças de classe, muito embora as alianças de classe estejam presentes em todas as ordens hegemônicas”.⁷⁷⁹ Na ótica do autor, o populismo, tal “como a democracia parlamentar, ou o fascismo em outros países”, teria sido “uma forma de supremacia burguesa – ou um regime – abrangendo uma ampla margem de consenso”.⁷⁸⁰ Ao mesmo tempo, ele aparece denominado também como um “bloco político-ideológico”, no qual teria tido lugar uma “integração de diferentes classes sociais ou setores sob a liderança da classe dominante (ou uma fração dela) através da aceitação ideológica geral de um conjunto de valores e instituições que oculta as estruturas objetivas de dominação”.⁷⁸¹

Tomando o regime surgido do golpe da Aliança Liberal como uma “democracia oligárquica sob um Executivo forte”,⁷⁸² Andrade considerou que, no transcorrer do processo político que desembocaria no Estado Novo, teria se efetuado gradativamente a passagem para a tal “supremacia burguesa”⁷⁸³ – expressão que, cabe alertar, aparece ao longo no texto como uma espécie de sinônimo de “hegemonia burguesa”. Tal supremacia, segundo Andrade, teria sido alcançada tanto por meio da ocupação de postos estratégicos do Poder Executivo (ministérios e “órgãos técnicos”) por representantes dos interesses da fração industrial da burguesia, quanto pelo controle estatal imposto sobre as organizações sindicais dos trabalhadores. Com o golpe de novembro de 1937, a implementação plena do corporativismo, consagrado pela nova Carta Constitucional, teria completado a transição da democracia oligárquica para a “supremacia burguesa”:

Em 1937, a fórmula corporativista imitou o modelo europeu: “a economia produtiva será organizada em corporações e estas (...) serão assistidas pelo Estado e colocadas sob sua proteção” (art. 140 da constituição). Como na Europa, esta cláusula nunca foi aplicada ao pé-da-letra, pela ponderável razão de que o corporativismo nunca passou, em todos os lugares, de uma cortina de fumaça para o controle das associações de trabalhadores e para a *direção* da participação das frações mais fortes das classes dominantes na condução da economia. Esses dois objetivos, em verdade, já tinham sido alcançados pela incorporação orgânica dos sindicatos ao Ministério do Trabalho e pela presença de grandes industriais e financistas nos “órgãos técnicos” do Executivo. Muitos desses órgãos – cujo número e poder nunca deixou de aumentar no Brasil moderno – existiam antes de 1937; após o fechamento do Congresso sob o Estado Novo, tornaram-se as instituições *par excellence* por meio das quais a nova classe dominante influenciava o processo de tomada de decisão no nível mais alto. Um primeiro tipo de “órgãos” compreendia os Conselhos Técnicos, encarregados da administração geral da

⁷⁷⁹ ANDRADE, Régis de Castro. “Perspectivas no estudo do populismo brasileiro” in *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº7. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, janeiro de 1979, p. 66.

⁷⁸⁰ *Idem*, p. 42.

⁷⁸¹ *Idem*.

⁷⁸² *Idem*, p. 47.

⁷⁸³ *Idem*, p. 58.

economia; outros foram criados com a atribuição de tratar de problemas e setores específicos, como a Comissão Executiva do Plano do Aço, o Conselho Nacional do Petróleo etc. [...]

Falando de um modo geral, o corporativismo significou a absorção pelo Estado das organizações de classe pertencentes à sociedade civil (sindicatos e partidos); mas o aspecto significativo dessa absorção no que toca às classes dominantes foi a *estreiteza* e a *exclusividade* da representação de classe inerente ao sistema descrito acima de participação direta que, por definição, protegeu apenas os interesses industriais e financeiros mais poderosos do país. Neste sentido, ele definia, em primeiro lugar, o quadro institucional da dominação burguesa. Em segundo lugar, o corporativismo constituiu uma forma experimental de governo *hegemônico*, por oposição à forma parlamentar. Colocando na esfera do Executivo todos os problemas que aguardavam solução, todas as reivindicações que esperavam atendimento, esses modo de organização removeu todos os conflitos sociais do nível econômico-corporativo e trouxe-os para o Estado, sendo obscurecidas assim, nesse processo, todas as clivagens de classe. Na medida em que as outras frações das classes dominantes, como os setores agroexportadores protegidos por políticas governamentais, ou as “igualmente” protegidas massas populares, aceitavam seu papel passivo *vis-a-vis* o Estado, havia algum objetivo hegemônico para essa forma de Estado.⁷⁸⁴

Assim, segundo Andrade, a partir do Estado Novo, o populismo teria passado a expressar uma forma de “encobrimento do governo direto da burguesia, exercido através do comando burguês sobre os poderosos órgãos econômicos do Executivo, e sobre os ministérios”.⁷⁸⁵ Desse modo, mesmo não tendo sido, durante o populismo, os governantes nacionais “membros orgânicos da burguesia”, a incorporação ao Estado, via-“órgãos técnicos”, dos “industriais mais destacados”⁷⁸⁶ teria proporcionado à fração burguesa industrial uma “hegemonia” sobre os demais setores da classe dominante.

Já no que diz respeito à classe trabalhadora e aos setores populares em geral, a obtenção dessa “hegemonia” burguesa-industrial teria se efetivado por intermédio de uma política estatal que combinava direitos trabalhistas, corporativismo sindical e uma ideologia de veneração ao Estado:

Quanto à classe trabalhadora, a atividade hegemônica da burguesia foi corporificada na legislação trabalhista, no reconhecimento legal dos sindicatos e no estabelecimento do salário mínimo. Este conjunto de iniciativas foi elaborado previamente, a partir do ponto de vista do seu efeito sobre o processo de acumulação, e como instrumento de dominação. De fato, o duplo significado da ideologia “trabalhista” da década de 1930 sublinha a natureza hegemônica dessa ideologia, planejada precisamente para coordenar os interesses das classes dominantes aos dos grupos subordinados. A necessidade de “fortalecer” o “povo trabalhador” foi um tema constante do discurso oficial dos anos 1930; o fato de que a emergência da legislação e da ideologia trabalhista no início da década de 1930 ter correspondido ao reaparecimento das greves e a um período de grande mobilização política somente reforça esse argumento. Em relação à massa da população trabalhadora, a função hegemônica foi manifesta na ideologia do Estado como “protetor” ou “benfeitor”, bem como na organização do carisma de Vargas no topo da pirâmide política.⁷⁸⁷

Segundo o cientista político, os elementos fundamentais dessa “hegemonia” burguesa arquitetada sob o Estado Novo teriam sido preservados pelo regime posterior, delimitado institucionalmente pela Constituição de 1946. Embora permitindo “algum espaço para a

⁷⁸⁴ *Idem*, p. 53-54. Grifos do autor.

⁷⁸⁵ *Idem*, p. 43.

⁷⁸⁶ *Idem*, p. 59.

⁷⁸⁷ *Idem*, p. 56-57.

participação popular no processo político”, o novo regime, vigente até 1964, teria expressado, ele também, “uma forma de supremacia burguesa”, “cuja peculiaridade foi a inserção de um sistema eleitoral dentro das estruturas autoritárias do Estado Novo”.⁷⁸⁸ Embora desempenhando um não desprezível “papel hegemônico”, os partidos políticos que atuariam nesse novo regime teriam se mostrado, em última análise, subsumidos ao poderoso aparelho estatal, cujo protagonismo foi mantido na cena política nacional.⁷⁸⁹

Manuseando à sua maneira o arsenal teórico gramsciano, Andrade encontrou no populismo de 1946-1964 a existência de um “consenso geral”, produzido, principalmente, pela já referida ideologia do “culto ao Estado”, elaborada sob o Estado Novo. Assim, ao longo da chamada “democracia populista”, a burguesia industrial, ainda que por meio do Estado e de suas ideologias auto-proclamatórias – e não centralmente por intermédio de suas representações político-partidárias –, teria logrado efetivar sua “hegemonia” sobre o conjunto da sociedade:

No populismo, compreendido agora como uma forma de relação vital entre sociedades civis e políticas, o Estado absorveu uma extensão muito grande da função ético-política das classes dominantes, intensificando desse modo a idéia, convertida em uma sólida crença popular, de que a nação era dirigida por um poder neutro e benevolente, inteiramente desligado dos interesses e paixões da sociedade. Frente a isso – ou melhor, sob sua direção hegemônica – as classes subordinadas tendiam a ser fundidas em uma massa socialmente indiferenciada. A origem da supremacia burguesa no país – da qual o populismo é um momento no período de pós-guerra – remonta aos anos 1930, quando a burguesia, como resultado das peculiaridades da sua ascensão política, localizou-se no Executivo e fez uso do Estado autoritário. A trajetória política da burguesia no Brasil nunca se baseou na organização partidária nem mesmo em um sistema partidário [...] Na verdade, a burguesia no Brasil nunca se preocupou em formular seu projeto de dominação (no sentido de um corpo de proposições políticas e doutrinárias articulado para a nação); isto, porém não significou que a burguesia não tenha dominado o Estado e, através de ideologias populistas, não tenha exercido um poder hegemônico sobre as classes aliadas e as classes subordinadas.⁷⁹⁰

À primeira vista, observamos que, no que toca estritamente à questão da “hegemonia” no regime populista, haveria uma oposição analítica entre, de um lado, as pioneiras visões de Weffort e Ianni, e do outro, a interpretação proposta por Andrade – mais à frente relativizaremos essa oposição. Enquanto para os primeiros, o populismo brasileiro, em função de uma série de condicionantes históricos, teria permanentemente expressado um conteúdo político *não-hegemônico* (“crise de hegemonia”), para Régis de Castro Andrade, seria possível observar, desde pelo menos meados dos anos 30, e certamente a partir do Estado Novo, a existência de uma “hegemonia” de classe (da burguesia industrial) no interior do sistema político.

⁷⁸⁸ *Idem*, p. 60.

⁷⁸⁹ *Idem*, p. 61.

⁷⁹⁰ *Idem*, p. 64-65.

No início dos 80, a concepção do populismo como uma forma de “supremacia burguesa” apareceria também na monumental – e até hoje inigualável – pesquisa empírica empreendida por René Dreifuss acerca do Golpe de 1964. Corroborando a periodização alinhavada por Andrade, o perspicaz cientista político uruguaio considerou o Estado Novo como o momento político no qual essa “supremacia” da fração industrial teria sido obtida, configurando, assim, os pilares para o tipo de dominação político-social que se verificaria a partir de 1945:

O “Estado de compromisso”, forjado no processo sócio-político da década de trinta, foi então remodelado a partir das experiências de um novo Estado traduzido pelas formas corporativas de associação e apoiado por formas autoritárias de domínio. O Estado Novo surgiu porque a burguesia industrial se mostrou incapaz de liderar os componentes oligárquicos do “Estado de compromisso” ou para impor-se à nação através de meios consensuais, de maneira a criar uma infra-estrutura sócio-econômica para o desenvolvimento industrial. O Estado Novo garantiu a supremacia econômica da burguesia industrial e moldou as bases de um bloco histórico burguês, concentrando as energias nacionais e mobilizando recursos legitimados por noções militares de ordem nacional e de progresso, cujos interesses pela industrialização mutuamente reforçavam os interesses dos industriais. Sob a égide do Estado Novo, industriais e proprietários de terra tornaram-se aliados.⁷⁹¹

Embora muito influenciada pela interpretação histórica de Andrade, a pesquisa de Dreifuss apresentaria de um modo mais ponderado – ou talvez mais ambíguo – a idéia do regime populista de 1946-1964 como uma forma de dominação *hegemônica*. Designando o populismo como um “bloco histórico” – conceito gramsciano cuja “tradução política” seria, para o cientista político, a de “hegemonia”⁷⁹² – Dreifuss faria, entretanto, algumas ressalvas quanto à sua capacidade *consensual* sobre os setores subalternos:

O exercício normal do domínio político na fase “clássica” do regime populista, de 1945 a 1960, caracterizou-se por uma combinação de pluralismo e limitação, força e autoridade, coerção e consentimento. Esses elementos se equilibraram de várias formas durante as sucessivas presidências, sem que a força substituísse o consenso, com viria a acontecer no regime autoritário militar pós-1964. Porém, até o início da década de sessenta não houve nem um consentimento hegemônico nem um pluralismo democrático, já que as classes dominantes proscreveram o Partido Comunista, intervieram e expurgaram os sindicatos, deixando ainda mais de 50% do eleitorado privado do direito de sufrágio em decorrência do seu analfabetismo.⁷⁹³

Mesmo assim, era possível construir uma certa medida de consentimento e de consenso a partir da noção de igualdade democrática de todos os cidadãos, exceto aqueles estigmatizados como “comunistas” – os analfabetos, que foram totalmente excluídos do processo eleitoral, e os trabalhadores rurais, cujo recrutamento para partidos de oposição era dificultado por estarem sob tutela dos coronéis e de práticas clientelistas [...]

Apesar da consolidação das relações capitalistas de trabalho e da proeminência econômica que os empresários haviam conseguido durante a década de quarenta, a supremacia industrial-financeira não se traduzia em hegemonia nacional política e ideológica⁷⁹⁴

⁷⁹¹ DREIFUSS, René Armand. *Op.cit.*, p. 22-23.

⁷⁹² *Idem*, p. 40 (nota 21).

⁷⁹³ *Idem*, p. 136.

⁷⁹⁴ *Idem*, p. 30-32.

Para além dessa interpretação oscilante acerca de uma possível natureza *hegemônica* do populismo,⁷⁹⁵ o certo é que, para o autor, o sistema teria sido acometido por uma aguda “crise de hegemonia” a partir do início da década de 1960. Alterações morfológicas no interior da classe dominante e avanços político-organizativos dos trabalhadores estariam entre suas razões explicativas. Segundo Dreifuss, o regime viu-se, naqueles conturbados anos, diante de um ataque “bifrontal”: de um lado, teria sido estrategicamente combatido por um novo “bloco histórico” burguês, constituído a partir do governo JK e liderado pelos setores mais modernos e internacionalizados da economia brasileira (bloco “multinacional e associado”), para quem o *reformismo* populista significava um óbice para a adequação das estruturas políticas do país aos novos padrões da acumulação capitalista periférica; do outro lado, a classe trabalhadora, intensificando suas lutas reivindicatórias por meio de organizações intersindicais que extrapolavam o controle estatal de tipo corporativista, teria dado sinais de que o populismo deixava de ser “uma forma de manipulação (articulação de consentimento)”, passando a expressar “uma forma de participação (expressão de demandas)”:⁷⁹⁶

A mobilização de massas era basicamente “inorgânica”. No entanto, a passagem do anonimato para a identidade, do estagio econômico corporativo para um estado de consciência política de classe, embora mediado por pelegos e somente em forma incipiente através dos intelectuais orgânicos das classes trabalhadoras já apresentava os “problemas do papel do sindicato perante o Estado e o Partido, os problemas da relação entre o sindicalismo e a sociedade política.” Ademais, os novos níveis de mobilização popular coincidiram com a falta de consenso no seio das classes dominantes, onde o bloco multinacional-associado agia politicamente contra as classes governamentais tradicionais para destituí-las de seu poder de Estado. Esse ataque bifrontal contra a estrutura política e sócio-econômica populista favoreceu a insularidade em expansão do Executivo petebista-reformista, uma autonomia que as classes dominantes brasileiras nunca haviam permitido antes e não permitiriam novamente nesse específico momento histórico.⁷⁹⁷

Dirigido por uma “elite orgânica”, animadora de entidades de propaganda e agitação golpista como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o “bloco multinacional e associado”, conjurando o fantasma do comunismo, obteria êxito em angariar o apoio do conjunto da classe dominante e da cúpula das Forças Armadas para seu projeto de derrubada violenta do populismo, que soçobriaria em março/abril de 1964.⁷⁹⁸ Assim, a “crise de autoridade orgânica e de hegemonia política seria

⁷⁹⁵ Oscilação esta que, possivelmente, seja decorrência das variadas – e muitas vezes conflitantes – apreensões do próprio conceito de “hegemonia”, conforme já assinalamos na introdução à primeira parte deste trabalho.

⁷⁹⁶ DREIFUSS, René Armand. *Op.cit.*, p. 141.

⁷⁹⁷ *Idem*, p. 140-141.

⁷⁹⁸ “A vanguarda da poderosa coalizão antipopulista e antipopular, localizada nos vários escritórios de consultoria, anéis burocrático-empresariais, associações de classe dominante e militares ideologicamente congruentes, beneficiando-se do apoio logístico das forças transnacionais, transformou-se num centro estratégico de ação política, o complexo IPES/IBAD. Juntamente com fundadores e diplomados da ESG [Escola Superior de Guerra], ele estabeleceu a ‘crítica das armas’, representando [o] momento político-militar da ação burguesa de classe. As classes capitalistas se ‘unificaram’ sob uma única liderança – o complexo IPES/IBAD – no Estado Maior da burguesia, como também agiram sob a bandeira de um único partido da ordem, as Forças Armadas.” (*Idem*, p. 143).

resolvida por um golpe preventivo empresarial-militar”,⁷⁹⁹ cujo resultado histórico teria sido, para Dreifuss, a “conquista do Estado” pelo “bloco multinacional e associado”, doravante *hegemônico*.

Teoria do bonapartismo e teoria do populismo: convergências

Nas páginas já transcorridas deste capítulo, possivelmente o leitor já tenha entrevisto a existência de diversos pontos de contato entre as teorias do bonapartismo e a do populismo – e, mais precisamente, tenha notado como as primeiras provavelmente se constituíram em um dos alicerces fundamentais da segunda.

A partir de agora, seguindo na demonstração de nossa hipótese central, procuraremos discutir essa questão mais detidamente.

O bonapartismo nas origens do conceito de populismo: Weffort e Ianni

Acerca da presença da teoria do bonapartismo nos pioneiros trabalhos marxistas sobre o populismo brasileiro, o primeiro ponto a ser destacado é a associação sugerida por Weffort e Ianni entre uma situação de “crise de hegemonia”/“crise orgânica” e a emergência de um Estado relativamente autonomizado diante dos vários grupos sociais.

Conforme já foi exposto, para tais autores, teria sido justamente a incapacidade de qualquer um dos segmentos sociais existentes em fazer-se *hegemônico* numa sociedade em transição (urbanização, massificação) o que determinou, a partir de 1930, o surgimento de um aparelho estatal dotado de relativa independência política. Tal qual na teoria do bonapartismo, a divisão das classes dominantes, por um lado, e a aparição de um novo setor social ameaçador (as massas populares, o proletariado), por outro, estariam entre as raízes explicativas do papel *arbitral* que o poder estatal teria desempenhado sob o populismo. Fazendo farto uso das categorias gramscianas, Weffort considerou que:

No Brasil, a crise política dos anos 20 confluiu na revolução de 30 e se combina com os efeitos políticos da crise econômica de 29 e da depressão que se segue, produzindo na sociedade brasileira algo de muito parecido a isto que Gramsci designaria como “crise orgânica”. Se bem não resultasse, como prefere a hipótese gramsciana, da contestação das massas, a crise brasileira deveria ter efeitos até certo ponto similares provocando com a desarticulação do antigo bloco hegemônico a desarticulação das relações entre sociedade política e sociedade civil. Mais do que uma crise de hegemonia é uma crise de hegemonia sem solução normal, seja de substituição, seja de restauração, que deveria inevitavelmente obrigar no correr do tempo, a alterações nas relações entre Estado e sociedade. Abaladas as bases de poder das velhas classes agrárias e na ausência de alternativas de outras “classes fundamentais” (entre as quais a burguesia industrial e a classe operária) a crise deveria receber precisamente esta solução que Gramsci designa como “transformismo”: tem início um período de preeminência da sociedade política sobre a sociedade civil, firmando-se os detentores do aparelho de Estado em árbitros do instável compromisso entre os grupos dominantes que desde então passaria a caracterizar o regime brasileiro.⁸⁰⁰

⁷⁹⁹ *Idem.*

⁸⁰⁰ WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964” (segunda parte). *Op. cit.*, p. 5-6.

Para além de uma utilização um tanto quanto peculiar da noção de *transformismo*,⁸⁰¹ a análise *weffortiana* das estruturas políticas brasileiras pós-oligárquicas traz em destaque a idéia de uma relativa *autonomização* estatal face às forças da sociedade civil, o que é, nada mais nada menos, que o componente central da teoria do bonapartismo (e da idéia gramsciana de cesarismo como uma das possíveis conseqüências da “revolução passiva”). Apoiando-se nas massas populares, as quais politicamente manipulava, e firmando, a seu modo, o “compromisso” entre as frações sociais dominantes, o Executivo populista já não seria, para Weffort, a representação política *direta* de nenhuma destas frações em particular:

Árbitro do compromisso elitário e mantendo o controle do aparelho de Estado, Vargas deveria começar também a buscar apoio nas mesmas massas que as elites viam como uma ameaça permanente [...] Vargas começava assim, por meio de uma abertura de tipo corporativista às elites e por meio da manipulação difusa das massas, a preencher o “vazio” social e político deixado pelas classes agrárias derrubadas do poder em 1930, esboçando, portanto, uma espécie de substitutivo para uma hegemonia de classe inexistente.⁸⁰²

O chefe do Estado passará a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso que, inicialmente formada pelos interesses dominantes, deverá contar agora com um novo parceiro – as massas populares urbanas –, e *a representação das massas nesse jogo estará controlada pelo próprio chefe do Estado*. Nas funções de árbitro ele passa a decidir em nome dos interesses de todo o povo.⁸⁰³

Essa idéia de uma relação altamente contraditória entre “economia” e “política” no Brasil pós-1930 – cuja *soberania* do Estado face à sociedade civil seria a melhor e mais visível expressão – foi exposta de uma maneira ainda mais explícita pelo mesmo autor:

⁸⁰¹ Gramsci, em suas análises sobre a unificação italiana (interpretada, como vimos, pela chave teórica da “revolução passiva”), propôs o conceito de “transformismo” visando explicar o processo histórico-político pelo qual personalidades (num primeiro momento) e grupos/partidos políticos (num segundo momento) identificados com a linha extremista se incorporaram à “‘classe política’ conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido ‘domínio’ ditatorial por uma ‘hegemonia’)” (GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. *Op. cit.*, volume V, p. 286). Em outro momento de seus escritos carcerários, Gramsci aplicou o conceito a determinados grupos de intelectuais italianos que, de passado rebelde, haviam migrado/retornado para as fileiras dominantes: “Eficácia do movimento operário socialista na criação de importantes setores da classe dominante. A diferença entre o fenômeno italiano e o de outros países consiste, objetivamente, no seguinte: que, enquanto nos outros países o movimento operário e socialista elaborou personalidades políticas singulares que passaram para a outra classe, na Itália, ao contrário, elaborou grupos intelectuais inteiros, que realizaram esta passagem como grupos. A causa do fenômeno italiano, ao que me parece, deve ser buscada na escassa aderência das classes altas ao povo: na luta das gerações, os jovens se aproximam do povo; nas crises de mudança, tais jovens retornam à sua classe (foi o que ocorreu com os sindicalistas-nacionalistas e com os fascistas). No fundo, trata-se do mesmo fenômeno geral do transformismo, em condições diversas [...] A burguesia não consegue educar os seus jovens (luta de geração): os jovens deixam-se atrair culturalmente pelos operários, e chegam mesmo a se tornar – ou buscam fazê-lo – seus líderes (desejo ‘inconsciente’ de realizarem a hegemonia de sua própria classe sobre o povo), mas, nas crises históricas, retornam às origens”. (GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. Volume II, p. 94-95).

Embora muito sugestivo e de bastante valia para a compreensão de certos momentos e aspectos da história brasileira contemporânea, o conceito de “transformismo”, em nossa opinião, parece ter sido utilizado de modo um tanto inapropriado por Weffort no caso acima.

⁸⁰² WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964” (terceira parte). *Op. cit.*, p. 15.

⁸⁰³ WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 78-79. Grifos do autor.

Encontramo-nos, pois, diante da seguinte situação: os senhores do poder político não representam diretamente os grupos que dominam as esferas básicas da economia. Isto significa que a nova configuração do poder possui uma diferença fundamental em relação à antiga: já não é a expressão imediata da hierarquia do poder econômico. Introduce-se, assim, uma decalagem entre o Estado e a economia [...]

Esta circunstância de compromisso abre a possibilidade de um Estado entendido como um órgão (político) que tende a se afastar dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano.⁸⁰⁴

Se, ao longo das análises de Weffort sobre o populismo, a concepção de uma “autonomia relativa do Estado” não aparece claramente designada pelo nome de bonapartismo, convém sublinhar, entretanto, que em determinada passagem o cientista político se referiu à Vargas como “uma espécie de Bonaparte civil”.⁸⁰⁵ Contando, “como convém ao bonapartismo”, “com um substancial apoio das forças armadas, e dotado de “extraordinário tirocínio político”, Vargas teria sido o principal responsável pelo estabelecimento e condução do “novo compromisso elitário”.⁸⁰⁶

Também em Ianni é presente a concepção de que o populismo não seria a expressão política dos interesses particulares de uma determinada classe (ou fração de classe). Segundo o sociólogo, mesmo quando o populismo assumia uma forma ditatorial (“ditadura populista”), ele não implicaria na

ditadura da burguesia ou dos assalariados, e muito menos na da classe operária. Ela mantém o caráter policlassista, ainda que não em todos os níveis do poder. O Estado é representado pelas forças que se acham no poder como se representasse, ao mesmo tempo, todas as classes e grupos sociais, mas vistos como “povo”, como uma coletividade para a qual as tarefas do nacionalismo desenvolvimentista pacificam e harmonizam os interesses e os ideais. O Estado é proposto e imposto à sociedade como se fora o seu melhor e único intérprete, sem a mediação dos partidos.⁸⁰⁷

Em seu ensaio sobre o populismo mexicano de Cárdenas, a concepção de uma subsunção da sociedade civil ao todo-poderoso Estado também teria lugar:

De fato, sob o governo Cárdenas, o povo é organizado – em suas atividades políticas, econômicas e culturais – pelo poder público, e organizações vinculadas a este. A maior parte das mensagens ideológicas e culturais recebidas pela população é proveniente do aparelho estatal. Ao mesmo tempo, o Estado aparece na prática e no pensamento das pessoas, grupos e classes sociais como núcleo principal de todas as relações [...]. Visto em seu movimento histórico, contudo, o governo Cárdenas mostra um Estado que organiza, articula e dinamiza as relações de produção, as forças produtivas e a acumulação privada e pública de capital. Sob esse governo a formação social capitalista do país amadurece suas relações e estruturas básicas.⁸⁰⁸

⁸⁰⁴ WEFFORT, Francisco. “Estado e massas no Brasil”. *Op. cit.*, p. 53.

⁸⁰⁵ WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964” (segunda parte). *Op. cit.*, p. 6.

⁸⁰⁶ *Idem.*

⁸⁰⁷ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. *Op. cit.*, p. 128.

⁸⁰⁸ IANNI, Octavio. *El Estado capitalista...* *Op. cit.*, p. 25-26. Tradução nossa.

Outro elemento das análises de Ianni e Weffort claramente advindo da teoria do bonapartismo diz respeito à relação – mencionada por nós alguns parágrafos atrás – entre o Estado e as massas populares na configuração do sistema populista.

Como pôde ser observado, o populismo chegou a ser definido por seus primeiros intérpretes marxistas como um “Estado de massas”, já que teria se constituído em uma forma política de *incorporação controlada* dos novos segmentos urbanos à vida pública nacional. Reconhecendo a existência, ao nível institucional, das massas trabalhadoras, o Estado populista brasileiro teria inaugurado uma nova etapa na história política do país, na qual o “fantasma popular” foi um ator sempre presente.⁸⁰⁹

Assim como o bonapartismo de Luís Bonaparte, o populismo – e isso consta claramente nas interpretações de Ianni e Weffort – teria correspondido a um momento histórico “divisor de águas”, marcado pela entrada em cena do proletariado (como um sujeito social antagonista) num quadro de profunda divisão das classes dominantes (“crise de hegemonia”). Tal qual o *bismarckismo*, o populismo teria significado a integração política dos trabalhadores em meio a uma situação transicional particular, caracterizada por uma objetivação do capitalismo industrial que, dialeticamente, preservava as velhas estruturas agrárias. Fazendo as vezes do *chanceler de ferro* prussiano, Vargas teria, *pelo alto*, estabelecido o pacto entre as antigas e novas classes proprietárias. Como nos bonapartismos periféricos de Trotsky (os “bonapartismo *sui generis*” latino-americanos), essa integração manipuladora da classe operária teria sido efetivada pelo Estado populista num contexto no qual se redesenhavam as relações entre o mercado internacional e as economias dependentes, que então passavam a dispor de maior flexibilidade dentro da órbita imperialista.

Lançando mão da combinação – a nosso ver, *tipicamente bonapartista* – entre coerção política e concessões sociais, o aparelho estatal populista, de acordo com Weffort, teria obtido nas massas um fundamental apoio social ao novo regime político, num momento em que nenhum dos setores das classes dominantes podia fornecer-lhe “legitimidade”. Decapitando politicamente o movimento operário (por meio da repressão policial, mais ou menos intensa, conforme o período), castrando sua autonomia sindical (graças à legislação corporativista), e aplicando uma reformista “política de massas”, alguns regimes populistas latino-americanos, dentre eles o brasileiro, puderam, segundo Ianni, encontrar nas atomizadas massas populares um importante aliado para sua política de desenvolvimento capitalista. Obscurecendo os antagonismos sociais por meio de difusos ataques ao “imperialismo” e às “oligarquias”, a “aliança de classes” propugnada pelos Estados populistas teria por finalidade – tal como em alguns dos bonapartismos discutidos por nós – enredar as classes subalternas no discurso da

⁸⁰⁹ WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 79.

“paz social”, necessária (naquelas condições históricas) para a efetivação da modernização industrial capitalista:

No populismo estão presentes setores da burguesia industrial e do proletariado urbano, militares, grupos de classe média, intelectuais, estudantes universitários e, em alguns países, também camponeses e proletariado rural. Em nome da luta contra o atraso econômico-social, a dependência excessiva da monocultura, os enclaves, a oligarquia e o imperialismo, a política populista preconiza a harmonia das classes sociais. O intento de devolver o país ao povo traz consigo a necessidade de fortalecer os laços de cooperação entre o capital e o trabalho, diluindo-se as linhas de classe. A paz social, apregoada por Cárdenas, Perón e Vargas, entre outros líderes populistas, é a paz nas relações entre as classes sociais, encarada como pré-requisito das tarefas de emancipação econômica do país e generalização do bem-estar social ao povo [...] A luta pelo desenvolvimento econômico, particularmente o industrial, depende da paz social, da harmonia entre a burguesia e o proletariado, da cooperação entre o capital e o trabalho.⁸¹⁰

Segundo Weffort e Ianni, além do binômio “coerção-concessão”, o êxito dessa política populista de “colaboração de classes” teria se dividido também a um aspecto de ordem mais propriamente ideológica. Gozando, de fato, da já discutida “autonomia relativa” face às frações sociais dominantes, o Estado populista teria procurado se apresentar às massas – e assim teria sido efetivamente encarado por estas – como uma entidade posicionada *acima dos conflitos sociais* e, por conseguinte, capaz de arbitrá-los de forma imparcial. O populismo encerraria, assim, segundo seus primeiros teóricos marxistas, um conteúdo ideológico tipicamente pequeno-burguês, cujo sentido último seria a negação dos antagonismos de classe a partir da afirmação da existência de um Estado *neutro e protetor*.

Nessas condições de compromisso e de instabilidade, têm sua gênese algumas das características mais notórias da política brasileira, entre as quais convém destacar alguns componentes que virão a ser fundamentais no populismo: *a personalização do poder, a imagem (meio real e meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas*.⁸¹¹

Incorporada pela classe trabalhadora, essa ideologia *estatista*⁸¹² teria contribuído para que as relações entre as classes sociais no populismo aparecessem, então, como relações entre indivíduos ou, mais propriamente, entre um cidadão (parte do “povo”, da *massa*) que demanda benesses, e o líder político estatal que as fornece. Orquestrando o pacto entre as elites, o *chefe de Estado* seria também o principal responsável pela manipulação das massas, estabelecendo com elas uma relação *direta*, sem a mediação dos partidos e de quaisquer outras formas organizativas da sociedade civil. Verificar-se-ia, então, um ideológico “culto ao Estado” e, mais especificamente, ao próprio *chefe de Estado* que, soberano, proveria o seu

⁸¹⁰ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. *Op. cit.*, p. 136-138.

⁸¹¹ WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 78. Grifos do autor.

⁸¹² Ou uma “ideologia de Estado”, segundo as palavras de Bolívar Lamounier, encampadas por Weffort (WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964” (segunda parte). *Op. cit.*, p. 8).

“povo” do que fosse necessário (ou do que fosse possível). Embora de feição *paternalista*, essa “personalização da política” (simbolizada pela adoração popular ao governante) se assentaria – ressaltou Weffort – na efetiva “cidadania” que o Estado populista reconhecia aos trabalhadores urbanos:

E nós podemos então perceber que, na relação política, a “doação”, e a dependência que ela implica, é apenas um dos lados do problema. De fato, o que essa relação paternalista entre líder e massa contém, do ponto de vista político, é o reconhecimento da cidadania das massas, de sua igualdade fundamental dentro do sistema institucional apesar de típica assimetria de todo o paternalismo. E a melhor prova dessa igualdade é a relação de identidade que as massas estabelecem com o líder, cidadão de outra classe social que se encontra nas funções do Estado [...]

No populismo, [...] as relações entre indivíduos de classes sociais distintas têm maior relevância que as relações entre essas mesmas classes concebidas como conjuntos sociais e politicamente homogêneos. Isto significa dizer que no populismo as relações entre as classes sociais se manifestam de preferência como relações entre indivíduos. Daí que o político populista tenha tido sempre pouco interesse em oferecer às classes populares que lidera a oportunidade de organizar-se, a menos que esta organização implicasse um controle estrito do comportamento popular [...]⁸¹³

Assim, ainda que no Brasil, o “pacto populista” tenha se efetuado, a rigor, apenas nas grandes regiões urbanas – dada, entre outros fatores, a exclusão dos trabalhadores rurais da legislação trabalhista –, uma subjetividade política de tipo agrário-tradicionalista estaria entre as razões explicativas de sua eficácia ao longo de boa parte do regime. A “política de massas” praticada pelo Estado e os sucessivos equívocos estratégicos das direções políticas da classe trabalhadora (sobretudo o PCB, como vimos) teriam favorecido com que se desenvolvesse entre os enormes contingentes que afluíam aos centros urbanos uma ideologia muito similar àquela atribuída por Marx aos pequenos camponeses franceses que sustentaram o golpe de Estado de Napoleão III. Se estes últimos, segundo o pensador alemão, demonstraram ter a necessidade de um representante que lhes aparecesse “como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado” que os protegesse das demais classes e que, “do alto” lhes mandasse “o sol ou a chuva”,⁸¹⁴ os novos setores urbanos proletarizados, nas palavras de Weffort, tenderam, sob o populismo, a confiar sua liderança política a alguém que já se encontrava “no controle de alguma função pública – um presidente, governador, deputado etc. -, isto é, [a] alguém que, por sua posição sistema institucional de poder,” tivesse a “possibilidade de ‘doar’, seja uma lei favorável às massas, seja um aumento de salário ou, mesmo, uma esperança de dias melhores”.⁸¹⁵

Em alguns de seus trabalhos sobre o tema, Weffort chegaria a propor explicitamente a analogia com a França bonapartista, tendo por finalidade imputar à jovem classe trabalhadora do populismo brasileiro um típico comportamento político de *massa*, isto é, desprovido de

⁸¹³ WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 83.

⁸¹⁴ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 116.

⁸¹⁵ WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 82.

uma autêntica consciência de classe – o que, no caso dos pequenos camponeses franceses de meados do XIX, como vimos, teria sido, na visão de Marx, invariavelmente determinado pelas suas próprias condições objetivas de existência (“seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo...”),⁸¹⁶ e não por conta das opções estratégicas de suas lideranças. Em “Raízes sociais do populismo em São Paulo” (1965), por exemplo, após transcrever, na íntegra, a conhecida passagem d’*O 18 brumário* sobre o campesinato, Weffort afirmou nela estarem indicadas “as condições que engendram, em geral, a política populista”.⁸¹⁷ Depois de, apoiando-se em *História e consciência de classe* (Lukács),⁸¹⁸ afirmar poder ser a pequena-burguesia considerada “a classe paradigmática para explicação do comportamento de massa”, o cientista político expôs sua proposta analítica de substituição daquela classe pelo operariado com vistas à compreensão do populismo paulista:

Isto significa que se deve esperar que as mesmas condições gerais que caracterizam a situação pequeno-burguesa – marginalidade em face da dinâmica do sistema capitalista, ausência de uma perspectiva própria perante este sistema, e, portanto, impossibilidade de uma política autônoma – devem achar-se presentes, em alguma medida historicamente determinável, quando outras classes assumem o comportamento de massa. Pensamos, especialmente, no operariado e nos setores assalariados em geral, que, no Estado de São Paulo, são um dos pontos de apoio básicos do populismo.⁸¹⁹

Convém frisar que, para Weffort, a idéia de *massa*, nesse caso, expressaria um posicionamento ideológico e político assumido pela classe trabalhadora sob o populismo, e não uma negação da própria existência desta classe: “A ‘situação de massas’ tende a dissolver os vínculos com os padrões tradicionais [de origem rural] e a obscurecer a consciência de classe. Não obstante, essa ‘situação de massas’ e suas formas políticas não são, de modo algum, independentes de posições determinadas de classe; apesar de as manifestações políticas de massas negarem essas posições de classes, observa-se [...] que, de fato, constituem expressões políticas possíveis [...] de posições determinadas de classe”.⁸²⁰

A dicotomia entre *massa* e *classe* ao nível da subjetividade política dos trabalhadores também seria invocada por Octavio Ianni. Em *O colapso do populismo no Brasil*, a

⁸¹⁶ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 115.

⁸¹⁷ WEFFORT, F. “Raízes sociais do populismo em São Paulo” in *Revista da Civilização brasileira*, nº. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, maio de 1965, p. 48.

⁸¹⁸ LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

⁸¹⁹ WEFFORT, F. “Raízes sociais do populismo em São Paulo”. *Op. cit.*, p. 48. Escrito em 1963, o artigo “Política de massas” já trazia a analogia entre os camponeses franceses do *Segundo Império* e o proletariado paulista do populismo. (WEFFORT, F. “Política de massas”. *Op. cit.*, p. 29-30).

⁸²⁰ WEFFORT, F. “Estado e massas no Brasil”. *Op. cit.*, p. 60-61. Ou ainda: “As relações políticas que as classes populares urbanas mantiveram com o Estado e as demais classes nos últimos decênios da história brasileira foram predominantemente individuais e nelas o conteúdo de classe não se manifesta de maneira direta. Foram relações individuais de classe, mas elas especificamente mascararam seu conteúdo de classe, de tal modo que a possível significação classista aí presente não pode ser entendida sem que se passe primeiro por suas expressões individuais”. (WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 81).

“composição rural-urbana do proletariado industrial” constaria como um “elemento importante” para o entendimento da “estrutura da política de massas”:

Aí está um dos fatores da inexperiência política dessa parte do povo brasileiro. Com as migrações internas, no sentido das cidades e dos centros industriais – particularmente intensas a partir de 1945 – aumenta bastante e rapidamente o contingente relativo dos trabalhadores sem qualquer tradição política. O seu horizonte cultural está profundamente marcado pelos valores e padrões do mundo rural. Neste, predominam formas patrimoniais ou comunitárias de organização do poder, de liderança e submissão etc. em particular, o universo social e cultural do trabalhador agrícola (sitiente, parceiro, colono, camarada, agregado, peão, volante etc.) está delimitado pelo misticismo, a violência e o conformismo, com soluções tradicionais. Esse horizonte cultural modifica-se na cidade, na indústria, mas de modo lento, parcial e contraditório [...]

A composição heterogênea e formação recente, associadas às exigências da política de massas conduzidas por outros grupos sociais favorecem a criação e a persistência de uma *consciência de mobilidade*. Isto é, favorecem a formação de um comportamento individual ou grupal voltado principalmente para a conquista e consolidação de posições na escala social. Durante esse período e nessas condições, a atividade política do proletariado – como coletividade – está muito mais organizada em termos de *consciência de massa*. Os interesses de classe, em particular os antagonismos com as outras classes e grupos sociais, não se estruturam a não ser parcialmente. E não chegam a fundamentar posições e diretrizes políticas autenticamente proletárias, isto é, de classe.⁸²¹

Criticando a postura adotada pela esquerda (em especial, o PCB) face à “política de massas” do varguismo, Ianni emendou:

Simbolizando e sintetizando essas confusões, a esquerda não se deu conta de que *massa* e *classe* não são expressões cambiáveis. Não compreendeu que se trata de categorias e histórica e estruturalmente diversas. Incorreu na ilusão semântica, proposta pelo getulismo e suas variantes. Não se dedicou à análise da realidade, para perceber que a essência das massas trabalhistas e populistas é antes a *consciência de massa* que a *consciência de classe*, antes o princípio da mobilidade social que o princípio da contradição.⁸²²

Buscando reforçar nosso argumento de que essa relação entre Estado (“soberano”) e trabalhadores (“massas”) na teoria do populismo apresenta-se como uma relação de natureza bonapartista, é interessante observarmos como o sociólogo Emir Sader, em sua definição

⁸²¹ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Op. cit., p. 57-61. Grifos do autor.

⁸²² *Idem*, p. 120. Grifos do autor. Essa dicotomia entre *massa* e *classe*, inspirada nas análises marxianas do campesinato bonapartista, ainda continuar a embalar reflexões sociológicas e historiográficas no Brasil. É o caso, por exemplo, do badalado artigo “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”, escrito pelo sofisticado cientista político e ex-porta voz do governo Lula (2003-2010), André Singer. Numa controvertida *ginástica interpretativa* do fenômeno lulista, Singer estabeleceu uma analogia entre os governos de Luís Bonaparte e Luís Inácio Lula da Silva no tocante às suas relações de “representação política” com amplos contingentes populacionais; desta vez, os camponeses franceses foram analiticamente substituídos por um “sub-proletariado” de mentalidade conservadora, que, desejoso de um Estado forte que lhe proporcionasse pequenas melhorias materiais ao mesmo tempo em que garantisse a ordem social estabelecida, seria representado politicamente pelo presidente Lula, dado sua impossibilidade de fazê-lo por conta própria – curiosamente, o bonapartismo adquire no artigo (pró-governo) uma conotação positiva (SINGER, André. “Raízes sociais e ideológicas do lulismo” in *Novos Estudos Cebap*, nº 85, 2009). Mais recentemente, o historiador Marcelo Badaró Mattos, em uma obra dedicada à trajetória política e intelectual de E. P. Thompson, encontrou na dialética interpretação de Marx sobre os pequenos camponeses franceses (que ao mesmo tempo seriam e não seriam uma classe social) uma espécie de raiz analítica da forma (polêmica) como o historiador britânico trabalhou com as noções *classe* e *consciência de classe* (MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. No prelo).

científica do que seria um governo desta natureza, arrolou algumas das mesmas características que Weffort e Ianni atribuíram ao populismo:

Como forma de governo, ele [o bonapartismo] é fruto, em geral: 1) da incapacidade das classes no poder de assumir as funções políticas como representantes do conjunto da classe dominante e em nome da sociedade; 2) da divisão e equilíbrio relativo entre os grupos dominantes. Cria-se, assim, as condições tanto da personalização do poder quanto da aparição da soberania do Estado. Nesta situação, as “massas”, no seu sentido genérico, são a única força social possível de sustentação para um poder pessoal autônomo, e a única fonte possível de legitimidade para o próprio Estado.⁸²³ Eis por que a compreensão do caráter do governo bonapartista nos desloca obrigatoriamente para as relações de força entre as classes, conforme elas se dão nas relações gerais na sociedade.

O bonapartismo deve necessariamente ser uma forma dúbia de governo, pois sua pretensão é, ao mesmo tempo: 1) “salvar a classe operária terminando com o parlamentarismo e, por ele, com a submissão não-dissimulada do governo às classes dominantes” [Marx], bem como 2) “salvar as classes possuidoras mantendo sua supremacia sobre a classe operária” [Idem]. Trata-se de um “governo de salvação nacional”, em que o termo salvação opera em dois sentidos diversos: salva-se a classe operária no plano político, subtraindo o Estado à submissão econômica direta da burguesia; salva-se a burguesia economicamente, à custa de uma integração política das outras classes na vida do Estado. As relações políticas são reafirmadas como as que fundamentam toda a relação social, com o *político* tomado sob a forma de abstração das modificações nas relações de homem a homem. Uma vez operada a “emancipação política” de todos os indivíduos, dissolve-se sua divisão de classes, e todos se reencontram na qualidade de cidadãos, libertos e em condições de igualdade para se enfrentarem em situação idêntica no mercado.⁸²⁴

Mais um aspecto que indica ter a noção de bonapartismo estado subjacente à elaboração da teoria do populismo brasileiro se refere às caracterizações feitas por seus criadores acerca do chamado “intervalo democrático” de 1946-1964. Embora reconheçam as significativas mudanças processadas nas estruturas políticas com o fim da ditadura varguista (sobretudo a existência das eleições diretas por sufrágio universal), as análises de Weffort e Ianni nos parecem ter descrito o novo regime mais como uma *variante democrática de bonapartismo*, legítima herdeira do Estado Novo, do que propriamente como uma democracia burguesa de tipo ocidental.

Na interpretação dos teóricos do populismo, a “crise de hegemonia” aberta em 1930 teria vigorado também no período posterior à queda da ditadura *estadonovista*.⁸²⁵ Considerando, portanto, que a *precedência do Estado sobre a sociedade civil*, assim como todas as suas derivações sócio-políticas (corporativismo, “culto ao Estado”, “personalização da política”, manobra de massas etc.), teriam sido, por conseguinte, também preservadas (e, em alguns casos, acentuadas) no pós-1945, Weffort afirmou que aquela “nova democracia

⁸²³ Aqui as palavras de Sader são praticamente idênticas as de Weffort: “Nessas condições, aparece na história brasileira um novo personagem: as massas urbanas. É a única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro” (WEFFORT, F. . “Estado e massas no Brasil”. *Op. cit.*, p. 54.).

⁸²⁴ SADER, Emir. *O Estado e a política em Marx*. *Op. cit.*, p. 100-101. Grifo do autor.

⁸²⁵ Como exemplo, citamos: “Os acontecimentos de 1945 e 1946 significaram certamente um sério momento de crise no interior do compromisso elitário tão penosamente construído. Mas, por outro lado, deveriam deixar claro que a crise de hegemonia aberta em 1930 não fora ainda superada (a primeira e única tentativa neste sentido ocorreu nos anos 1948-1950 [tentativa de aliança do Partido Social Democrático – PSD – com a UDN para dar sustentação ao governo de Dutra]). (WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964” (terceira parte). *Op. cit.*, p. 15).

brasileira” se diferiria “radicalmente do modelo registrado na tradição ocidental. E a diferença mais notável está em que nesta democracia de massas, o Estado apresenta-se de maneira direta a todos os cidadãos. Todas as organizações importantes que se apresentam como mediação entre o Estado e os indivíduos são, em verdade, antes anexos do próprio Estado que órgãos efetivamente autônomos.”⁸²⁶ Em um trabalho posterior, Weffort enxergaria naquele regime pós-1945 a existência de um “típico populismo”, de um “autoritarismo plebiscitário” e de uma “esdrúxula mistura de corporativismo e sistema representativo”.⁸²⁷ Ianni, por sua vez, assinalou que, conquanto importantes mudanças nos rumos da economia brasileira tenham se verificado no pós-Segunda Guerra, “os elementos fundamentais” do “modelo getuliano” (em especial, o protagonismo estatal na condução da vida político-econômica do país e sua “política de massas” fundamentada em uma “aliança de classes”) teriam sido “consubstanciados na democracia populista desenvolvida depois de 1945”.⁸²⁸

Francisco Weffort, conforme adiantamos, não trabalhou abertamente com a categoria de bonapartismo ao longo de seus trabalhos sobre o populismo brasileiro. Um indício, entretanto, de que o próprio cientista político tinha ciência da relação de proximidade entre os conceitos pode ser encontrado em uma nota de rodapé de seu mais conhecido artigo, “O populismo na política brasileira”. Nela, após fazer menção à proposta de Ruy Mauro Marini de designar como bonapartismo o regime político surgido em 1930,⁸²⁹ Weffort reconheceu que, “dentro da experiência européia”, o ‘bonapartismo’ seria talvez a situação política mais próxima dessa que procuramos descrever para o Brasil”.⁸³⁰ Contudo, procurando evitar comparações entre “países de diferente formação capitalista”, optou por não utilizar o conceito.⁸³¹

Menos reticente que seu colega *uspiano*, Octavio Ianni realizou uma interessante discussão acerca do “caráter bonapartista assumido com freqüência pelo populismo latino-americano”.⁸³²

O exame da conotação bonapartista do populismo pode abrir alguma perspectiva histórica nova à discussão do problema da composição de classes no populismo.

É inegável que nos governos, regimes ou Estados populistas têm surgido elementos típicos do bonapartismo. Em primeiro lugar, o “equilíbrio” das classes sociais que participam da coalizão populista é um componente básico do bonapartismo. Em segundo lugar, no populismo tem sempre ocorrido a hipertrofia do Executivo, ou o que é equivalente, a submissão do Legislativo ao Executivo.

⁸²⁶ WEFFORT, F. “Estado e massas no Brasil”. *Op. cit.*, p. 57.

⁸²⁷ WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964” (primeira parte). *Op. cit.*, p. 1.

⁸²⁸ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. *Op. cit.*, p. 54.

⁸²⁹ Segundo Weffort, as referências do artigo de Marini são: “‘Contradicciones y conflictos em el Brasil contemporáneo’. *Revista Arauco*, out. 1966, Chile.” (WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 89 – nota 11).

⁸³⁰ WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 89 – nota 11

⁸³¹ *Idem*.

⁸³² IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista...* *Op. cit.*, p. 45.

Todo governo populista tende a ser forte, semiditatorial ou simplesmente ditatorial, como no bonapartismo. Em terceiro lugar, por fim, o governo populista, da mesma forma que o bonapartista, trata de organizar o poder além do aparelho estatal; ou, à reversa, trata de incorporar ao aparelho estatal sindicatos e partidos. A combinação Estado-partido-sindicato é o produto e, ao mesmo tempo, o sustentáculo do governo populista mais típico. Nesse contexto, o chefe do governo – seja Cárdenas, Perón ou Vargas – aparece como o benfeitor de todas as classes identificadas com a Nação; ele se apresenta como quem tem a missão de instaurar a paz social, para salvaguardar a ordem burguesa.⁸³³

Após esse trecho reproduzido acima, Ianni transcreveu, em forma de citação destacada, uma parte do artigo de Trotsky “Os sindicatos na época da decadência imperialista”,⁸³⁴ na qual são discutidas as duas modalidades de bonapartismo assumidas pelos Estados latino-americanos (“Os governos dos países atrasados, isto é, coloniais e semicoloniais, assumem em toda parte um caráter bonapartista ou semibonapartista. Eles diferem um do outro no seguinte: alguns buscam orientar-se no sentido democrático, procurando o apoio de trabalhadores e camponeses; ao mesmo tempo em que outros instauram uma forma de governo próxima da ditadura policial-militar”...).⁸³⁵ É a única vez em que Trotsky ganha um destaque significativo no debate do sociólogo sobre o populismo.⁸³⁶

Contudo, após demonstrar essa proximidade entre bonapartismo e populismo, Ianni objetou que “talvez haja um aspecto no bonapartismo que o torne particularmente – se não essencialmente – distinto do populismo”.⁸³⁷ Segundo Ianni, o bonapartismo surgiria da incapacidade de se resolver, em determinado momento, por meio do conflito, a contradição entre os elementos antagônicos fundamentais na sociedade, isto é, a luta das classes sociais pelo poder: o bonapartismo se imporia, assim, “quando nenhuma das classes sociais em confronto dispõe de condições para impor seu mando às outras”.⁸³⁸ Recorrendo aos escritos de Gramsci sobre o cesarismo, Ianni definiu o bonapartismo como uma “coalizão de antagônicos”, uma “paz” surgida a partir da principal contradição social. Entretanto, para o sociólogo, não seria esse o caso do populismo:

⁸³³ *Idem*, p. 45-46.

⁸³⁴ TROTSKY, León. “Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista”. *Op. cit.*

⁸³⁵ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista... Op. cit.*, p. 46. O fragmento de Trotsky transcrito por Ianni (cuja últimas frases foram citadas em nosso segundo capítulo) encontra-se, como dissemos, em “Os sindicatos na época da...”. Ianni, entretanto, segundo sua própria nota de rodapé, retirou tal fragmento da obra de Jorge Abelardo Ramos intitulada *Historia de la Nación Latinoamericana*. (Buenos Aires: A. Pena editor, 1968, p. 450.). Este último autor, por sua vez, ainda segundo a mesma nota de rodapé, obteve a citação de Trotsky na obra TROTSKY, L. *Por los Estados Unidos Socialistas de América Latina* (Buenos Aires: ed. Coyoacán, 1961, p. 15), provavelmente uma coletânea de artigos do revolucionário sobre nosso continente que deve incluir o artigo “Os sindicatos na época da...”. (IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista... Op. cit.*, p. 47, nota 4).

⁸³⁶ Como vimos em nossa apresentação da teoria do populismo, Ianni, ao falar sobre o *desenvolvimento desigual e combinado* da América Latina, mencionou esta *lei* de Trotsky e remeteu à sua *História da revolução russa*. Em outra passagem, na qual fez referência à forma particular de bonapartismo que teria significado o regime kerenskista na Rússia, Ianni se remeteu novamente à mesma obra do revolucionário russo (mais particularmente, ao capítulo “Os elementos do bonapartismo na Revolução Russa”). (IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista... Op. cit.*, p. 47, nota 6).

⁸³⁷ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista... Op. cit.*, p. 47.

⁸³⁸ *Idem*.

No bonapartismo, pois, o que parece ser essencial é uma situação de antagonismo de classes na qual a própria contradição e a impotência relativa das classes obrigam-nas a acomodarem-se entre si. Nesse caso, o controle do poder surge como um produto político paradoxal das contradições de classes; paradoxal porque exprime uma paz de antagonicos, estabelecida pela impossibilidade de continuação da luta.

Não seria essa a situação no peronismo, nem no varguismo. Nos dois casos, as contradições principais eram as contradições entre a própria coalizão e as estruturas oligárquicas e imperialistas que se encontravam fora do poder. Isso não significa que os antagonismos internos, em ambos, não eram um elemento dinâmico importante. Mas eram secundários na definição do regime. Nota-se, porém, que no peronismo, por exemplo, nos últimos anos de sua vigência, as contradições internas do regime parecem ter ganho maior significação, influenciando bastante as condições de seu colapso. Aliás, em outros governos populistas latino-americanos ocorreu fato semelhante: em certas ocasiões críticas, as contradições internas, entre as classes sociais que compunham o pacto, adquiriam maior importância ou podiam mesmo tornar-se decisivas.⁸³⁹

Fica claro, portanto, que a noção de bonapartismo, tanto pela positiva quanto pela negativa, ora aparecendo abertamente, ora não, foi trazida por Ianni para seu debate sobre a etapa populista da América Latina populista. Preocupado em afirmar a existência de condições históricas próprias à periferia do sistema capitalista que condicionam seus regimes políticos, Ianni procurou estabelecer as diferenças entre o bonapartismo *clássico* (europeu) e o latino-americano, apresentando de que maneira bonapartismo e populismo se aproximavam e se diferenciavam.⁸⁴⁰

Populismo, burocracia e bonapartismo: Décio Saes e Armando Boito Jr.

Também nas análises sobre o populismo realizadas pelos autores de linhagem *poulantziana*, é possível notarmos a presença de elementos provenientes da teoria do bonapartismo.

Conforme foi exposto, os cientistas políticos Décio Saes e Armando Boito Jr. esposaram as teses de Weffort e Ianni acerca da existência de um aparelho estatal relativamente autonomizado diante das classes sociais ao longo do regime populista. Aqui reside um ponto que merece ser destacado: embora orientados teoricamente pelo referencial *poulantziano*, que pressupõe uma “autonomia relativa do Estado capitalista” sob quaisquer condições (isto é, uma *permanente* “autonomia relativa” do Estado),⁸⁴¹ Saes e Boito Jr., seguindo as interpretações de Weffort e Ianni, associaram o processo de *autonomização* estatal a uma situação histórica conjuntural, a saber, a “crise de hegemonia” verificada na derrocada da Primeira República.

Procurando desenvolver essa questão da *soberania* estatal no populismo, os autores *poulantzianos* insistiram na argumentação de que teria sido o aparelho de Estado, dirigido pelas “categorias sociais” a ele integradas (especialmente a burocracia), o principal agente do

⁸³⁹ IANNI, Octavio. *A formação do estado populista... Op. cit.*, p. 47-48.

⁸⁴⁰ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista... Op.cit.*, p. 47-48.

⁸⁴¹ Ver, na Introdução à primeira parte, o item “Poulantzas e a *permanente* ‘autonomia relativa do Estado’”.

processo de industrialização capitalista do país. Em Saes, aparece claramente a idéia de um *substitucionismo histórico-político*, no qual – assim como nas experiências bonapartistas, lembramos – o aparelho de Estado teria feito às vezes de classe dominante, tomando para si a resolução das tarefas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo nacional. Gozando da tal “autonomia relativa” face às frações dominantes, e antecipando-se à própria evolução das relações entre as classes na sociedade, o Estado populista teria procurado obstar a luta de classes à medida que conduzia a retardatária passagem de uma sociedade agro-exportadora para uma de tipo urbano-industrial:

Mais precisamente, a “urgência” da industrialização periférica levou o Estado pós-oligárquico, sob o impulso político das “categorias sociais” de Estado, a uma política de intervenção e de industrialização nitidamente avançada em relação ao grau de desenvolvimento das relações de classe no seio do capitalismo industrial nascente. Tal política de consolidação “precoce” da burguesia industrial deveria, portanto, encontrar seu complemento necessário numa política de prevenção da eclosão “precoce” das lutas de classe. Daí a dupla face da política de Estado pós-oligárquico diante da classe operária: uma política simultânea de integração e de manipulação [...] No contexto da transição periférica - isto é, uma transição urgente -, o Estado passa à frente das relações de classe e, ao mesmo tempo em que deixa de ser o comitê executivo das oligarquias, assume plenamente sua vocação à soberania [...]

O Estado soberano pode, portanto, tornar-se o agente político da industrialização; ao fazê-lo responde à pressão popular pelo consumo e pelo bem-estar social, ao mesmo tempo em que “substitui” politicamente a burguesia industrial nascente.⁸⁴²

Investigando a complexa dinâmica sócio-política que resultaria na queda do segundo governo de Vargas, Boito Jr. seguiu a mesma linha interpretativa exposta acima. Reafirmando o protagonismo da burocracia estatal na condução da política populista, o cientista político assinalou que, ainda que tenha tido seus interesses econômicos atendidos ao longo de todo o sistema político inaugurado em 1930, e particularmente durante a segunda passagem de Getúlio pela Presidência, a burguesia industrial não poderia ser considerada como o sujeito social dirigente (ou seja, *hegemônico*) do populismo:

Sem dúvida alguma, a burguesia industrial nacional foi a principal beneficiária da política de desenvolvimento nacional-reformista implementada pelo [segundo] governo Vargas. Porém, isso não é suficiente para caracterizá-lo como “o governo da burguesia nacional”. Isto porque a definição dessa política de desenvolvimento não foi obra da burguesia nacional. Quem define, em última instância, a política de desenvolvimento, isto é, a política econômica e a política social no decorrer do período 1930-1964, é a burocracia de Estado – as cúpulas da burocracia civil e das Forças Armadas. Essa tese encontra-se no centro da análise que fazemos do golpe de 1954. A relação da burocracia de Estado com a burguesia industrial nacional não é uma relação de representação no sentido pleno do termo, pois se a burocracia defende e implementa uma política industrialista, ela o faz à sua maneira, recorrendo a expedientes e propondo objetivos que não são aceitos pela burguesia industrial.⁸⁴³

Segundo Boito Jr., ter-se-ia operado, assim, no populismo, uma “relação contraditória da burocracia de Estado com a burguesia industrial: uma forma de representação política

⁸⁴² SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. Op. cit., p. 86-88.

⁸⁴³ BOITO Jr., Armando. *1954: a burguesia contra o populismo*. Op. cit., p. 18.

burguesa na qual inexistia a identificação subjetiva do representado com o representante”.⁸⁴⁴ Dito de outro modo, Boito Jr. sugere que, sob o populismo, não teria havido uma conexão direta entre o poder econômico-social da classe dominante e o corpo dirigente que, de fato, detinha o poder político (no caso, a burocracia). Notamos, aqui, sem muita dificuldade, a idéia de uma dominação política *indireta* da burguesia sobre a sociedade, tal como é proposta pela teoria do bonapartismo. Das palavras de Boito jr., pode-se inferir que, entre 1930-1964, a burguesia industrial brasileira, “a fim de preservar intacto o seu poder social”, teria abdicado da faculdade de governar a nação, submetendo-se a um “Poder Executivo que lhe era hostil”.⁸⁴⁵

No quadro desta independência política da qual disporia a cúpula burocrática populista, nada haveria de “estranho”, segundo Saes, “na gestação de um *culto do Estado* fundado na superestimação de seu poder e no não reconhecimento das relações de classe, bem como de suas conexões com a política”.⁸⁴⁶ Por sua natureza de classe e discursiva, esse “fetichismo populista do Estado” suscitou, da parte de Boito Jr., comparações com “outro tipo de ideologia estatista pequeno-burguesa, que é o bonapartismo”.⁸⁴⁷ Se, como vimos, para o autor, o “estatismo populista” encerraria um conteúdo minimamente “reformista”, o “estatismo bonapartista”, do contrário, possuiria um caráter “conservador” (“No caso do bonapartismo francês do século XIX, Marx mostra que o culto camponês do Estado tinha como conteúdo a expectativa reacionária de que fosse restabelecida a ordem, ameaçada pela luta dos trabalhadores de Paris”).⁸⁴⁸ De todo modo, ainda que por contraste, a noção de bonapartismo aparece aqui mais uma vez como um referencial analítico para o populismo. Já Décio Saes, em um ensaístico artigo de fins dos anos 90, consideraria que a viragem política de 1930 abriu “um espaço de intervenção política autônoma para a burocracia civil e militar; ou melhor”, criou “as condições favoráveis à emergência de uma política de Estado bonapartista”.⁸⁴⁹ Em outro artigo, datado de 1996 e voltado para um balanço da democracia no Brasil, o cientista político já havia feito menção a uma “limitação imposta à democracia de 1945-1964 pela intervenção ‘bonapartista’ da burocracia estatal”.⁸⁵⁰

“Hegemonia” ou “revolução passiva”/cesarismo? A variante gramsciana da teoria do populismo (Régis Andrade e René Dreifuss)

⁸⁴⁴ *Idem*, p. 20.

⁸⁴⁵ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 63 e 59, respectivamente.

⁸⁴⁶ SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. *Op. cit.*, p. 88. Grifos nossos.

⁸⁴⁷ BOITO Jr. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. *Op. cit.*, p. 71.

⁸⁴⁸ *Idem*.

⁸⁴⁹ SAES, Décio. “A evolução do Estado no Brasil (uma interpretação marxista)” *Op. cit.*, p. 103.

⁸⁵⁰ SAES, Décio. “Democracia e capitalismo no Brasil. Balanços e perspectivas” in _____. *República do Capital. Capitalismo e processo político no Brasil*. *Op. cit.*, p. 119.

Quando, há pouco, apresentamos as contribuições dos gramscianos Régis Andrade e René Dreifuss à discussão sobre o populismo brasileiro, ressaltamos o fato de que, em suas concepções, o sistema político formatado a partir do Estado Novo foi caracterizado como um sistema de tipo *hegemônico*; mais precisamente, um sistema no qual a burguesia industrial teria exercido uma “hegemonia” sobre o conjunto da sociedade.

Como dissemos, em um primeiro olhar, haveria, no que diz respeito à questão da “hegemonia”, uma oposição entre as perspectivas desses autores e as que, nitidamente influenciadas pela noção de bonapartismo, se basearam na idéia de uma “autonomia relativa do Estado” populista decorrente de uma duradoura “crise de hegemonia” (1930-1964). Uma análise mais atenta, entretanto, pode desfazer essa impressão.

Dizemos isso, pois, na interpretação de Andrade (corroborada, no essencial, por Dreifuss), a “hegemonia” da burguesia industrial teria sido exercida, fundamentalmente, a partir das estruturas do próprio aparelho de Estado (os ministérios e “órgãos técnicos” do Executivo), e não pelas instituições provenientes da sociedade civil. Mais precisamente, essa “hegemonia” burguesa-industrial teria sido efetivada por meio do corporativismo estatal (consagrado pela Constituição de novembro de 1937), cujo funcionamento, segundo o próprio autor, teria significado – como já citamos –, “a absorção pelo Estado das organizações de classe pertencentes à sociedade civil (sindicatos e partidos)”, removendo, desse modo, “todos os conflitos sociais do nível econômico-corporativo” e trazendo-os “para o Estado” (o que acabava por obscurecer “todas as clivagens de classe”).⁸⁵¹

Guiado por essa concepção muito particular sobre o que seria uma dominação de natureza *hegemônica*, Régis de Castro Andrade assinalou, também, que a burguesia industrial, no exercício dessa sua “hegemonia”, “nunca” teria contado “com o seu próprio partido”, preferindo “operar diretamente os mecanismos políticos do Executivo ou, secundariamente, fazer uso dos diversos partidos nacionais ou regionais”.⁸⁵² Se, no que diz respeito às demais frações da classe dominante, tal “hegemonia” dos industriais – apontou Andrade – teria sido obtida a partir de seu controle dos postos de comando do Estado corporativista, em relação às classes dominadas – como já dissemos –, ela teria contado (segundo o próprio autor) com a outorga estatal dos direitos trabalhistas (política de massas), com a instituição do sindicalismo oficial e com a ideologia que apresentava o Estado como um organismo “neutro”, “protetor”, “benevolente” e “benfeitor”⁸⁵³ – expedientes que, conforme demonstramos, encontram-se todos arrolados na teoria do bonapartismo.

⁸⁵¹ ANDRADE, Régis de Castro. *Op. cit.*, p. 53-54.

⁸⁵² *Idem*, p. 61.

⁸⁵³ *Idem*, p. 43 e 57.

Esgrimindo sua tese do populismo “como uma forma de hegemonia”, Andrade – tal como os autores adeptos da tese contrária (a do populismo como expressão política de uma “crise de hegemonia”) – destacou a primazia (e quase onipotência) do Estado nas relações sócio-políticas do sistema:

No populismo brasileiro, o Estado não é visto nem como representação da diversidade social, nem como o sítio de um movimento nacional unificado. Trata-se antes de uma organização tutelar e, conseqüentemente, de um poder *causa sui*; a manifestação imediata disso é a poderosa atração exercida pelo Estado sobre todas as organizações políticas do país. Não obstante a sociedade civil é pressuposta no relacionamento de tutela. As eleições eram efetuadas para escolher não um programa – pois as políticas deviam ser formuladas apenas pelo governo – mas aqueles mais qualificados para operar a máquina estatal em benefício de todos.⁸⁵⁴

O forte protagonismo do Estado na configuração do regime populista também seria sublinhado por René Dreifuss. “Com suas características clientelistas, cartoriais e paternalistas”, o populismo, segundo cientista político uruguaio, teria reproduzido “ideologicamente” e recriado “politicamente” a idéia de “um Estado neutro e benevolente”.⁸⁵⁵ “Aparentemente colocado acima das classes e diferenças regionais”,⁸⁵⁶ e perseguindo a “paz social”,⁸⁵⁷ esse Estado teria atuado como o “partido de todo o bloco dominante”⁸⁵⁸ em um sistema político marcado pela “interferência contínua das Forças Armadas” (“A intervenção do aparelho burocrático-militar na vida política assegurava a coesão do sistema, ao mesmo tempo em que se tornava um fator de perturbação nas tentativas de uma institucionalização política a longo prazo.”).⁸⁵⁹

Como pudemos observar anteriormente, Dreifuss, embora tenha esposado, em linhas gerais, a tese de Andrade acerca de um populismo *hegemônico*, apresentou, ele mesmo, a existência de muitos limites ao exercício dessa “hegemonia” no período 1946-1964 (estrutura sindical corporativista, proibição do PCB, restrição do voto aos analfabetos etc.). No trecho abaixo, sua descrição do populismo parece distar da idéia de uma dominação de tipo *hegemônica*:

Medidas restritivas e coercitivas achavam-se na base do que era de fato um regime político autoritário, apesar de ser liderado por civis, e que usava a força cautelosamente. Essas formas cartoriais e patrimoniais de domínio expressavam as tentativas do bloco de poder dominante de desarticular as forças sociais antagônicas por intermédio da absorção de seus líderes e da desagregação de suas bases populares, deixando os líderes alienados da sociedade e as bases populares sem orientação.⁸⁶⁰

⁸⁵⁴ *Idem*, p. 63.

⁸⁵⁵ DREIFUSS, René. *Op. cit.*, p. 36.

⁸⁵⁶ *Idem*, p. 40 (nota 22).

⁸⁵⁷ *Idem*, p. 24.

⁸⁵⁸ *Idem*, p. 40 (nota 22).

⁸⁵⁹ *Idem*, p. 23.

⁸⁶⁰ *Idem*, p. 136.

A partir do que foi exposto, pode-se inferir, portanto, que as análises sobre o populismo brasileiro feitas por Régis Andrade e René Dreifuss, embora tenham buscado atribuir àquele um conteúdo *hegemônico*, acabaram por nele evidenciar a presença de elementos típicos de processos de “revolução passiva” – nos quais, segundo nossa já exposta apreensão dos escritos de Gramsci, não existiria uma “hegemonia” propriamente dita.

Em outras palavras, consideramos que, nas interpretações de Andrade e Dreifuss, a dinâmica sócio-política brasileira do 1930-1964 acaba por se aproximar de situações nas quais é o Estado quem, na ausência de uma classe/fração *hegemônica*, assume a direção política do processo de modernização industrial capitalista. Substituindo politicamente a burguesia na realização de suas tarefas históricas, o aparelho estatal – conforme discutido em nosso segundo capítulo – tenderia, nessas circunstâncias, a assumir feições bonapartistas, *dirigindo aqueles que deveriam dirigir* (para usarmos as palavras do próprio Gramsci).

Nesses casos de “revolução passiva”/cesarismo, a “hegemonia” de uma classe/fração se daria apenas em relação aos demais grupos proprietários, não obtendo essa classe/fração dominante um “consenso ativo” – e apenas um “consenso passivo” – da parte das classes dominadas – não existindo, portando, uma verdadeira “hegemonia”. Por meio de procedimentos *transformistas* como a desarticulação das “forças sociais antagônicas por intermédio da absorção de seus líderes e da desagregação de suas bases populares” – mencionado na citação de Dreifuss acima –, o Estado, e não as instituições da sociedade civil (os partidos políticos, em especial) agiria como o principal articulador de uma forma de dominação política de natureza *não-hegemônica* (ou seja, bonapartista). Instaurando uma configuração política corporativista (mais ou menos autoritária) e praticando uma política de massas, o núcleo burocrático dirigente do Estado e, mais particularmente, seu chefe, lograria êxito em se apresentar ao “seu povo” como um ente *arbitral, neutro e bondoso*.

A nosso ver, é esse o registro teórico (“revolução passiva”/cesarismo) que parece estar presente (ainda que não nomeadamente) nas interpretações do fenômeno populista realizadas por Andrade e Dreifuss. Não teriam sido, assim, totalmente incoerentes com seu raciocínio as palavras escolhidas por este último autor para se referir à substituição do populismo pela ditadura do chamado “bloco multinacional e associado”: “o ‘Bonapartismo constitucional’ dava lugar a um ‘poder dirigente’ à paisana”.⁸⁶¹

O bonapartismo no Brasil (1930-1964): outros autores

⁸⁶¹ *Idem*, p. 143.

Adeptos ou não da teoria do populismo, outros cientistas sociais brasileiros também utilizaram a noção de bonapartismo para caracterizar determinados momentos ou fases do processo político brasileiro situado entre a “Revolução” de 1930 e o Golpe de 1964.

Vindos das fileiras trotskistas/*trotskizantes* do movimento operário, Leôncio Martins Rodrigues, Ruy Mauro Marini e Moniz Bandeira produziram sofisticadas interpretações da dinâmica sócio-política do retardatário capitalismo industrial brasileiro, enfatizando a correlação de forças entre as classes em luta e as formas políticas assumidas pelo Estado a partir da chegada de Vargas ao poder.

Marini (ex-militante da POLOP, lembramos), observando retrospectivamente as configurações políticas que se proliferaram na América Latina com o fim da Segunda Guerra, destacou suas feições e tendências bonapartistas, cujas origens remontariam, em alguns países (como o Brasil), à década de 1930. Sua leitura desses novos regimes muito se assemelhou às análises de Trotsky sobre alguns dos “bonapartismos *sui generis*” do continente (mais especificamente, aqueles de corte “semidemocrático”), assim como às elaborações de Ianni sobre o populismo latino-americano:

A aceleração que, no curso da Segunda Guerra Mundial, se produz no processo de industrialização latino-americana, e que lança novos países, como a Venezuela, ao caminho que haviam recorrido desde os anos 1930 Argentina, Brasil e México, reforça consideravelmente o pólo interno [“pólo econômico vinculado ao mercado interno”], e cria as condições para uma luta mais aberta pelo predomínio dentro da coalizão dominante. Nesta luta, a burguesia industrial lançará mão da pressão das massas cidadinas, que aumentaram consideravelmente no período precedente, no marco de um jogo político conhecido correntemente como “populismo”. Seu fruto será o estabelecimento de regimes de tipo bonapartista, cujo exemplo mais claro é o governo de Perón [...]

O bonapartismo se apresenta, nessa perspectiva, como o recurso político de que se serve a burguesia para enfrentar seus adversários. Baseando-se nas massas populares urbanas, as quais seduz com sua fraseologia populista e nacionalista, mas também concretamente pelos seus intentos de redistribuição de renda, ela tenta por de pé um novo esquema de poder, no qual, mediante o apoio das classes médias e do proletariado, e sem romper o esquema de colaboração vigente, lhe seja possível se sobrepor às antigas classes latifundiária e mercantil. Pelas implicações que têm nas relações econômicas com o centro imperialista hegemônico, ele [o “novo esquema de poder”, de “tipo bonapartista”] tende a se combinar com a busca de fórmulas capazes de promover o desenvolvimento capitalista autônomo do país.⁸⁶²

Em um ensaio datado do mesmo ano (1969), dedicado especificamente ao Brasil pós-1930, Marini recorreria também algumas vezes à idéia de bonapartismo. Uma delas seria para definir o regime *estadonovista* de Vargas:

O “Estado Novo” de 1937, sendo um regime bonapartista, está longe de representar uma opressão aberta de classe. Ao contrário, através de uma legislação social avançada, que se complementa com uma organização sindical de tipo corporativo e um forte aparato policial e de propaganda, trata de enquadrar as massas operárias. Paralelamente, instituindo o concurso obrigatório para os cargos

⁸⁶² MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución* (1969) Extraído de http://www.marini-escritos.unam.mx/074_subdesarrollo_revolucion_1_es.htm (acessado em 13/09/2011). Tradução nossa.

públicos de baixo e médio nível, concede à pequena burguesia (única classe verdadeiramente letrada) o monopólio dos mesmos e lhe dá, portanto, uma perspectiva de estabilidade econômica.⁸⁶³

Valendo-se do mesmo referencial teórico, Luiz Alberto Moniz Bandeira (ex-companheiro de Marini na POLOP), considerou que, a partir de 1930, teria se constituído um “bloco histórico” com base em “um novo sistema de alianças” tecido por Vargas. Unindo o “proletariado urbano a um setor da burguesia rural, notadamente os pecuaristas do Rio Grande do Sul”, mais voltados para o mercado nacional que para os negócios de exportação”, esse pacto – que, “com apenas o interregno do governo do marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), funcionara durante toda a era de Vargas” – teria bloqueado “o acesso *direto* ao poder do empresariado de São Paulo, ligado umbilicalmente aos cafeicultores e às finanças internacionais”.⁸⁶⁴

O regime *estadonovista*, refletindo essa “estratégia de compromisso”, teria, “mediante a legislação social”, atrelado aquele proletariado das cidades a tal “fração da burguesia vinculada ao mercado interno”. A ditadura de Vargas, segundo Bandeira, teria atribuído “ao Estado papel decisivo no desenvolvimento do país, explorando as contradições entre as grandes potências industriais para concretizar importantes empreendimentos, como a implantação da primeira usina siderúrgica nacional, em Volta Redonda.”⁸⁶⁵ É nítida aqui, mais uma vez, a proximidade com as considerações de Trotsky sobre os “bonapartismo *sui generis*” latino-americanos, os quais, como vimos, “*se esforçando para aumentar a medida de sua independência [face ao imperialismo]*”, tratavam “de se utilizar das rivalidades e conflitos dos imperialistas estrangeiros” (“O exemplo recente de Vargas, que trata de se utilizar da rivalidade entre os Estados Unidos e Alemanha, mas ao mesmo tempo mantém a mais selvagem ditadura sobre as massas populares, vem ao caso”).⁸⁶⁶

De um modo ainda mais direto que Marini, Moniz Bandeira também destacaria a composição híbrida da ditadura varguista (política de massas combinada com repressão e corporativismo sindical): jogando “com o proletariado para impedir que a burguesia industrial e a oligarquia se assenhoreassem completamente do poder”, Vargas teria estado à frente de um “bonapartismo” de “caráter extremamente complexo, mesclando traços social-democráticos e fascistas, ao longo de 15 anos de duração”.⁸⁶⁷ O PTB, assinalou o cientista

⁸⁶³ MARINI, Ruy Mauro. “A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil” (1969) in SADER, Emir (org.). *Dialética da dependência. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes/ Laboratório de Políticas Públicas (LPP), 2000, p. 76.

⁸⁶⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7ª edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUNB, 2001, p. 44-45. Grifo nosso.

⁸⁶⁵ *Idem*, p. 41.

⁸⁶⁶ TROTSKY, León. “La política de Roosevelt en América Latina”. *Op. cit.*, p. 93. Tradução nossa. Grifos do autor.

⁸⁶⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979, p. 31.

político, teria nascido de “uma das vertentes” desse “bonapartismo de Vargas, cuja primeira iniciativa, quando o Estado Novo agonizava, foi no sentido de fundar um partido, cujo designativo – social-democrático – delatava a inspiração”.⁸⁶⁸ Na mesma linha interpretativa, Leôncio Martins Rodrigues (ex-militante do POR) utilizou a categoria de “bonapartismo getulista” para dar conta da relação entre o Poder Executivo e as classes sociais no período 1930-1945:

A instauração do Estado Novo completou um processo geral de capitulação da “sociedade civil” face ao Estado. Trata-se de uma evolução que teve seu ponto de arranque em 1930. A instauração do Estado Novo foi sua culminação. O novo regime não resultou de um pacto ou acordo – ainda que implícitos – entre as classes proprietárias entre si, entre elas, ou facções delas, e as classes populares. Embora falte ao getulismo o apoio de uma massa camponesa, o Estado getulista apresenta muitos outros componentes que caracterizaram o tipo bonapartista de Estado: 1) o elevado grau de autonomia do aparato estatal ante as classes sociais; 2) o autoritarismo popular; 3) a centralização do Poder; 4) o apoio na burocracia e nas Forças Armadas; 5) a presença do chefe político todo poderoso com traços carismáticos; 6) a demagogia com relação às classes baixas, as quais pretende representar ou defender; 7) a inexistência de partido político e de uma ideologia mais elaborada; 8) o relacionamento direto e pessoal, altamente emotivo, entre o chefe e o “baixo povo”, que atua como *massa* e não como *classe*.⁸⁶⁹

Luiz Alberto Moniz Bandeira foi também, provavelmente, o primeiro autor a interpretar a renúncia de Jânio Quadros, a 25 de agosto de 1961, como uma gorada tentativa de *golpe bonapartista*.

Em uma pequena brochura jornalística escrita em setembro daquele ano, Bandeira – então comentarista político do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro e, ao que tudo indica, já integrante da recém-fundada POLOP – sugeriu que Jânio Quadros, “ao abandonar a Presidência da República, jogara uma cartada com um objetivo de provocar um impasse entre o povo, as Forças Armadas e o Congresso, o que lhe possibilitaria exigir poderes extraordinários como condição para o retorno ao Governo. Em outras palavras, ele tentou produzir um trauma institucional e submeter o país à sua ditadura. E fracassou.”⁸⁷⁰

No calor dos acontecimentos, o então jovem intelectual marxista compreendeu a frustrada investida golpista de Quadros como expressão de uma aguda crise vivida pelo capitalismo brasileiro e sua classe dominante:

A burguesia enfrentava a sua grande crise política, desde que passou para o primeiro plano, como sócio maior na coligação das classes dominantes. A crise aprofundava-se e a renúncia de Quadros

⁸⁶⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Op. cit., p. 53. Tomando como referência a definição de populismo elaborada por Weffort, Moniz Bandeira afirmou que tanto Goulart, quanto o PTB, não poderiam ser denominados de populista. Enquanto o primeiro tratar-se-ia, na verdade, de um “reformista”, o partido criado por Vargas, “bem ou mal um partido de composição operária”, teria desempenhado uma “*práxis*” que mais se assemelhava “à da social-democracia européia depois da guerra de 1914-1918, nas condições históricas do Brasil, do que à *práxis* do populismo”. (*Idem*, p. 52-53.).

⁸⁶⁹ RODRIGUES, L. M. “Sindicalismo e classe operária” [1930-1964] In FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1981, v. X, p. 532. Grifos do autor.

⁸⁷⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “O 24 de agosto de Jânio Quadros” in _____. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 9.

representou o seu mais agudo sintoma. As estruturas da sociedade já não comportavam o crescimento das forças produtivas. Quadros seria assim De Gaulle ou Bonaparte. Mas não chegou sequer a ser Jânio Quadros [...]

Tentou combinar o 10 de novembro de 1937 com o 24 de agosto de 1954. Tinha também o seu Plano Cohen. Esperava constituir a solução para “salvar o Brasil do comunismo”. Fora, quando se elegeu presidente da República, a última esperança da burguesia. E falhou.⁸⁷¹

Anos mais tarde, em outro trabalho, o cientista político desenvolveria o argumento, associando mais claramente o golpismo de Jânio a uma situação histórica em que, com a internacionalização da economia brasileira, se redesenhava o cenário pela disputa da “hegemonia” política no país. A “duplicidade” da política de Quadros (tanto no plano interno, quanto, sobretudo, no externo) teria expressado, assim, o “impasse com que as classes dirigentes no Brasil se defrontavam, uma vez que o empresariado, fortalecido pela industrialização e articulado pelo setor estrangeiro, reclamava a concentração do poder político, a fim de, resolvendo-se o problema da hegemonia, conter a emergência do movimento operário e enfrentar a crise econômica e social, com outros padrões de acumulação”.⁸⁷² Favorecendo os negócios do grande capital e adulando a esquerda com sua “política externa independente” – batalhando pela aplicação de um programa econômico exigido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), ao mesmo tempo em que condecorava Che Guevara com a *Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul* –, Jânio teve, segundo Bandeira, a preocupação de “criar condições para que pudesse ter as ‘mãos livres’ na política interna, isto é, para que as pudesse desembaraçar das peias constitucionais”.⁸⁷³

Alertando para o fato de que a Constituição brasileira de 1946 já “continha todos os elementos da crise política” (“a contradição entre a legislação democrática e a execução autocrática, inerente ao presidencialismo”),⁸⁷⁴ Moniz Bandeira interpretou o ato de Quadros como uma tentativa de “romper” esse “impasse constitucional, mediante um golpe de Estado”. “Não um golpe de Estado convencional, arrimado nas Forças Armadas” – salientou Bandeira –, “e sim um golpe de Estado aceito pelo consenso nacional, que lhe permitisse

⁸⁷¹ *Idem*, p. 55-62. É interessante notarmos, ainda, como Bandeira, tal como fizera Marx em seu *18 brumário*, inseriu em sua análise histórico-política dos acontecimentos uma pitoresca descrição do personagem principal da trama. Não é difícil percebermos as semelhanças entre o “aventureiro” e *lumpem-boêmio* Luís Bonaparte e o renunciante presidente brasileiro: “Homem solitário, Quadros não dispensava, diariamente, a sua cerveja, com a qual assistia, até altas horas da madrugada, filmes de *cowboy* no Palácio da Alvorada. Várias vezes insinuou (velho hábito) que renunciaria se encontrasse dificuldades pela frente. Calculado e frio, mais do que poderia parecer, Quadros estava convencido do seu papel de Bonaparte de Vila Maria e armava, com Pedroso Horta, o esquema para obter poderes extraordinários. A falta de grandeza nos seus gestos, a mesquinhez dos seus planos, tudo traduzia o seu espírito de pequeno-burguês provinciano, que, a serviço de grandes grupos, com os quais se comprometera para chegar ao poder, tinha a sua própria jogada pessoal.” (*Idem*, p. 40-41. Grifo do autor.).

⁸⁷² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Op. cit., p. 47.

⁸⁷³ *Idem*, p. 45-47.

⁸⁷⁴ Lembremos que consideração semelhante foi feita por Marx em relação à Constituição francesa de 1848 que, como vimos, outorgava “poderes efetivos” ao Presidente da República, enquanto tratava de garantir à Assembléia Nacional “o poder moral” (MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Op. cit., p. 33). Ver capítulo I deste trabalho.

dirigir o país acima das classes sociais e dos partidos políticos".⁸⁷⁵ "Seu plano" teria se constituído, assim, "em renunciar ao governo, comovendo as massas, e levar as Forças Armadas, sob o comando de ministros extremamente conservadores [Odílio Denys, Sílvio Heck e Grum Moss], a admitir sua volta como ditador, para não entregar o poder a João Goulart [vice-presidente]".⁸⁷⁶

Proposta por Moniz Bandeira, essa apreciação da renúncia de Quadros como um malogrado golpe bonapartista seria feita também por outros estudiosos do processo político brasileiro.

Ainda no próprio ano de 1961, antes mesmo do episódio crítico, o intelectual nacionalista (*isebiano*) Alberto Guerreiro Ramos já havia publicado um trabalho no qual dizia que Jânio se colocava "*acima da sociedade política*".⁸⁷⁷ Segundo Ramos, as "veleidades bonapartistas" de seu governo não seriam "fortuitas", explicando-se pela "perda de representatividade dos partidos, dos aparelhos partidários".⁸⁷⁸ Já René Dreifuss, em seu supracitado trabalho de 1984, afirmou que, após uma campanha presidencial com traços de "cesarismo eleitoral", Jânio Quadros, "baseando-se mais em seu suposto carisma e menos numa efetiva autoridade, renunciou, na esperança de conseguir um mandato Bonapartista-civil por intermédio de um retorno ao governo ouvindo os apelos das classes médias".⁸⁷⁹

Nesse meio tempo, em 1969, Ruy Mauro Marini apreenderia o ato janista como a primeira de "três tentativas", verificadas entre janeiro de 1961 e abril de 1964, de se implantar no país "um governo forte" – "tentativas que se basearam em diferentes coalizões de classe e que refletiram, em última instância, na correlação real de forças na sociedade brasileira".⁸⁸⁰ Naquele quadriênio, segundo Marini, àquela "cisão vertical" que opusera, em 1954, a "burguesia industrial ao setor agroexportador e aos grupos estrangeiros", teria se somado,

⁸⁷⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Op. cit., p. 45. Grifos nossos.

⁸⁷⁶ *Idem*, p. 47.

⁸⁷⁷ RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil. Problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 37. Grifo do autor.

⁸⁷⁸ *Idem*, p. 41. Procurando interpretar a situação política no governo Quadros, Guerreiro Ramos arriscou uma definição do conceito de bonapartismo: "Tecnicamente, quando um governo se põe *acima da sociedade política*, considerando-se livre das vinculações partidárias, verifica-se o quadro do bonapartismo. O bonapartismo suspende a força política das classes sociais e as transforma, por assim dizer, em suplicantes diante do Estado. Então o povo, partidariamente desorganizado, passa a ser aparente sustentáculo do poder. O chefe bonapartista, por cima das classes, por cima dos partidos, busca o apoio direto do povo" (*Idem*, p. 37.) – Edison Bariani Junior, em um trabalho dedicado ao pensamento de Guerreiro Ramos, considerou que essa definição conceitual proposta pelo intelectual nacionalista foi mais influenciada pela conhecida obra de Robert Michels, *Sociologia dos partidos políticos* (Brasília: UNB, 1982), do que propriamente pelo *18 brumário de Luis Bonaparte*, de Marx (BARIANI Jr. Edison. *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil* (tese de doutorado). Araraquara: PPGS/UNESP, 2008, p. 206). Vale acrescentar ainda que, para Guerreiro Ramos, o bonapartismo, que se apresentava (ao menos como possibilidade) na conjuntura do governo Quadros, não seria um fenômeno inédito na histórica política brasileira, já que a ditadura varguista teria preparado "meticulosamente a implantação do que temos chamado de bonapartismo *estadonovista*" (RAMOS, Guerreiro. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963, p. 34.).

⁸⁷⁹ DREIFUSS, René. Op. cit., p. 129.

⁸⁸⁰ MARINI, Ruy Mauro. "A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil". Op. cit., p. 29.

“horizontalmente, a oposição entre as classes dominantes como um todo e as massas trabalhadoras da cidade e do campo”.⁸⁸¹ Esse cenário da luta de classes explicaria, assim, a tal “tendência para um governo de força que caracterizava a política brasileira”.⁸⁸²

O governo de Quadros teria, assim, representado “um ensaio de bonapartismo carismático, ungido de legalidade e com uma marca de progressismo em grau suficiente para obter a adesão das massas, ao mesmo tempo que suficientemente liberado de compromissos partidários para que, em nome do interesse nacional, pudesse arbitrar os conflitos de classe”.⁸⁸³ Cercado de um “ministério conservador e inexpressivo”, Jânio teria deixado claro, desde o princípio, “que governaria sozinho”.⁸⁸⁴ Nos poucos meses em que esteve na Presidência – afirmou Marini – seu comportamento “foi o de um déspota, desprezando qualquer tipo de pressão e mostrando um soberano desprezo pelos sindicatos, pelas direções estudantis, pelas associações patronais, pelos partidos políticos, enfim, por qualquer forma de organização”.⁸⁸⁵ Quadros, combinando uma política econômica ortodoxa (“política de austeridade”) com a busca por uma maior “autonomia no plano internacional” (“ao estilo nasserista”, comparou Marini),⁸⁸⁶ teria conseguido despertar o “descontentamento dos mais diferentes setores, desde os comunistas até os de extrema direita”.⁸⁸⁷ Ao renunciar, “esperava voltar ao poder nos braços do povo, dispondo de uma força tal que já ninguém – nem o Congresso, nem os partidos, nem os militares – poderia enfrentar-lhe”.⁸⁸⁸

Entretanto,

os acontecimentos que se seguiram confirmaram e desmentiram, ao mesmo tempo, as esperanças de Jânio Quadros. Tinha razão ao crer que sua renúncia levaria o país ao borde da guerra civil, mas enganava-se ao pensar que o movimento popular lhe restituiria o poder. Ao contrário do que dizia sua concepção carismática e pequeno-burguesa da política, o povo como tal não existe, senão como forças populares, que se movem sempre sob a direção de grupos organizados. A desconfiança que inspirava a essas forças fez com que elas tratassem de aproveitar à sua maneira o caos que sua renúncia havia criado. O povo, como esperava Jânio Quadros, saiu às ruas para enfrentar a direita, mas não tomou seu nome como bandeira, e sim o de João Goulart, muito mais ligado às diretivas das massas.⁸⁸⁹

Uma vez frustrada a saída bonapartista de Quadros, e tendo Jango chegado à Presidência da República com o apoio dos setores populares organizados (após a Campanha da Legalidade e a adoção do parlamentarismo), a burguesia, segundo Marini, teria depositado no novo chefe de Estado suas esperanças de contenção do movimento sindical e de constituição do tão desejado “governo forte”, o qual seria “capaz de atacar aos dois fatores

⁸⁸¹ *Idem.*

⁸⁸² *Idem*, p. 35.

⁸⁸³ *Idem*, p. 29.

⁸⁸⁴ *Idem*, p. 30.

⁸⁸⁵ *Idem.*

⁸⁸⁶ *Idem*, p. 33.

⁸⁸⁷ *Idem*, p. 34.

⁸⁸⁸ *Idem*, p. 35.

⁸⁸⁹ *Idem.*

determinantes da crise econômica (o setor externo e a questão agrária), abrindo à economia novas perspectivas de expansão”.⁸⁹⁰ Com o ressurgimento no panorama político nacional de “uma forma de Frente Popular” (“que Getúlio Vargas havia tentado sem atrever-se a concretizá-la”) e o retorno do presidencialismo após o plebiscito de janeiro de 1963, “parecia, finalmente, que a tendência bonapartista que se esboçava no cenário político da nação ia concretizar-se e que venceria a tese, preconizada pelo PCB, de um governo da burguesia industrial apoiado pela classe operária”.⁸⁹¹

Contudo, a continuidade da crise econômica, o fracasso do Plano Trienal, a radicalização política (que já chegava às Forças Armadas) e, sobretudo, a incapacidade do governo de “conter o movimento reivindicativo das massas” teriam acabado por distanciar a burguesia de João Goulart.⁸⁹² Na ótica de Marini, a mobilização popular que antecedeu à – e que, em parte, explicou a – rejeição pelo Congresso do pedido de *estado de sítio* feito por Jango teria sido decisiva para convencer “a burguesia de que era vã a esperança de que este pudesse oferecer-lhe uma garantia de ‘paz social’, graças ao controle que exerceu sempre sobre os organismos de massa”. “É nesse momento” – interpretou o autor – “que a burguesia abandona a João Goulart e as aspirações que teve de conseguir com ele um governo bonapartista atuam em benefício da direita”.⁸⁹³

Desde o momento em que João Goulart se mostrou incapaz de realizar o milagre dessa aliança [da burguesia com as classes populares] (e com sua virada para a esquerda, em março de 1964, apenas confirmava essa incapacidade), a burguesia, necessitando sempre de um governo forte, tinha que contar com a direita. Por outro lado, a mudança que se efetua no interior da classe burguesa, desde 1955, com o aumento do setor vinculado ao capital estrangeiro, fazia cada vez mais possível esse acordo entre os grupos dominantes.⁸⁹⁴

Segundo o que depreendemos do raciocínio de Marini, a possibilidade desse acordo entre as frações da classe dominante (em um momento no qual a “burguesia brasileira, finalmente, aceitou o papel de sócio menor em sua aliança com os capitais estrangeiros”)⁸⁹⁵ teria sido o elemento que acabou por dispensar a constituição de um regime/governo de tipo bonapartista – já que, como parece sugerir Marini, os grupos dominantes teriam podido, por sua própria conta (isto é, sem necessitar recorrer à figura de um Estado arbitral e soberano), chegar a um acordo que estabelecesse as bases para a nova forma de dominação política pós-populista (a ditadura militar).⁸⁹⁶

⁸⁹⁰ *Idem*, p. 36.

⁸⁹¹ *Idem*, p. 37.

⁸⁹² *Idem*, p. 42.

⁸⁹³ *Idem*, p. 46. Grifos nossos.

⁸⁹⁴ *Idem*.

⁸⁹⁵ *Idem*, p. 47.

⁸⁹⁶ *Idem*, p. 46-47. “Na realidade, o que estava sendo posto em xeque era todo o sistema capitalista brasileiro. A burguesia – grande, média, pequena – compreendeu isso e, esquecendo suas pretensões autárquicas, assim como

De filiação gramsciana, cientistas sociais como Luiz Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho e João Quartim de Moraes também parecem ter buscado inspiração na *teoria do bonapartismo* para interpretar os caminhos políticos da modernização capitalista no Brasil pós-1930.

Mobilizando os conceitos de “via prussiana” (Lênin) e de “revolução pelo alto” (B. Moore Jr.), Werneck Vianna foi mais um dos autores que observou o forte protagonismo do aparelho de Estado (em detrimento da própria classe burguesa) no processo de implantação de uma sociedade industrial no país. Na ótica do cientista político, a revolução burguesa no Brasil, entendida como a objetivação do moderno capitalismo industrial, teria sido, em termos políticos, uma “revolução sem revolução”, tal qual discutida por Gramsci em seus escritos carcerários.⁸⁹⁷ Impossibilitada de se realizar por meio hegemônicos – isto é, a partir de uma classe ou fração de classe que, enraizada na sociedade civil, fosse capaz de *dirigir* politicamente os diversos segmentos nacionais –, a transição ao capitalismo industrial no Brasil teria, com a “Revolução” de 1930, ficado a cargo de um Estado que, *relativamente autonomizado* face às classes sociais, procurava pactuar os diversificados grupos dominantes. Essa “composição heterogênea dos novos detentores do poder”, destacou Vianna, “não propiciava a qualquer deles a imposição de sua vontade política, nem lhes dava base segura de legitimação. A estabilidade do regime dependeria de uma *autonomização política do Estado*, diante da diversidade dos interesses coligados”.⁸⁹⁸

Removendo o “Estado Liberal”⁸⁹⁹ e alocando no poder seus “*junkers* caboclos”⁹⁰⁰ (Vargas, Francisco Campos, Gustavo Capanema, Juarez Távora, Góis Monteiro etc.) – pertencentes a uma “elite burguesa agrária” –,⁹⁰¹ a Aliança Liberal teria criado

as bases para promover “de cima” o desenvolvimento das atividades do conjunto das classes dominantes, em moldes especificamente burgueses. O caráter excludente do sistema político é dissimulado na fórmula do corporativismo, abrindo-se canais de participação controlados e manipulados pelo Estado. Elimina-se ou rebaixa-se a cota de livre movimentação dos grupos sociais na sociedade civil. Em relação às camadas médias urbanas, a política se completa com a cooptação operada a partir do recrutamento para as funções públicas que o Estado alarga bem além das suas necessidades. A legislação sindical, ao invés de procurar cortar o passo da crescente organização dos assalariados, buscará orientá-la para dentro do aparato estatal.

A “generalização” da revolução burguesa, porém, não se consumava sob a liderança das fábricas, isto é, realizava-se independente de uma hegemonia burguesa. Face a essa peculiaridade, a política do Estado era obrigada a um esforço contorcionista, tomando a forma de um projeto comunitarista nacional, a fim de disfarçar a estreiteza dos interesses privados que amparava. A

a pretensão de melhorar sua participação frente ao sócio maior norte-americano, preocupou-se unicamente em salvar o próprio sistema. E foi assim que chegou ao regime militar, implantado em 1º de abril de 1964.” (*Idem*, p. 94).

⁸⁹⁷ Ver o capítulo II deste trabalho (item “‘Revolução passiva’ e *cesarismo*”).

⁸⁹⁸ VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978, p. 116. Grifo nosso.

⁸⁹⁹ *Idem*, p. 135.

⁹⁰⁰ *Idem*, p. 134. Grifo do autor.

⁹⁰¹ *Idem*.

apetitividade do indivíduo liberal passa a exercer-se numa ordem que aparentemente a negava, com a presença de um Estado *benefactor* situado por cima das classes, neutro em relação a elas e alçado à posição de intérprete da “vontade nacional”.⁹⁰²

Advertindo de que essa “ideologia de Estado” (longe de ter sido um “mero disfarce de ocasião”) esteve inscrita na própria “natureza do regime” instituído em 1930, Werneck Vianna sublinhou em sua análise o fato de a burguesia industrial não ter se mostrado “capaz de se apropriar diretamente do aparato de Estado”: “Pretendemos acentuar que a modernização como ‘revolução pelo alto’ não se associa à idéia de que tal processo tenha levado a burguesia industrial ao poder político, e sim que os interesses específicos da indústria tenham encontrado apoio e estímulo eficaz na nova configuração estatal”.⁹⁰³

No prosseguimento de sua argumentação, Luiz Werneck Vianna recorreu também ao conceito gramsciano de “revolução passiva”, no intuito de explicar um processo de industrialização que não teve na fração industrial da classe dominante, e sim no Estado, seu principal sujeito político:

Pondo-se à frente da gestão das variáveis essenciais à expansão das forças produtivas, nacionalizando o subsolo e determinando a nacionalização das empresas concessionárias de energia elétrica, o Estado chama a si a tarefa de edificar os suportes necessários para uma industrialização massiva.

Mas, se a revolução “pelo alto” consiste numa forma de induzir a modernização econômica através da intervenção política, implica, de outro lado, numa “conservação” do sistema político, embora promova rearranjos nos lugares ocupados por seus diferentes protagonistas. Num certo sentido, toda revolução “pelo alto” assume a configuração particular de uma revolução “passiva”, como Gramsci a descreveu no *Risorgimento*, isto é, uma revolução sem revolução [...]⁹⁰⁴

O filósofo marxista Carlos Nelson Coutinho – na verdade, o primeiro autor de que temos ciência a trabalhar no Brasil com os conceitos de “via prussiana” e “revolução passiva”⁹⁰⁵ – também propôs uma analogia histórica entre a unificação italiana de fins do século XIX e o processo político brasileiro pós-1930:

Decerto existe uma diferença fundamental entre o Risorgimento italiano e o caso brasileiro: enquanto na Itália um Estado particular, o Piemonte, desempenha o papel decisivo na construção de um novo Estado nacional unitário, o Estado que desempenha no Brasil a função de protagonista das revoluções passivas é já um Estado unificado. Mas essa diferença, ainda que não negligenciável, parece-me passar para segundo plano diante do fato de que o Estado brasileiro teve historicamente o mesmo papel que Gramsci atribui ao Piemonte, ou seja, o de substituir as classes sociais em sua função de

⁹⁰² *Idem*, p. 135. Grifo do autor.

⁹⁰³ *Idem*.

⁹⁰⁴ *Idem*, p. 140-141. Para uma interpretação do processo histórico-político brasileiro a partir da idéia de “revolução passiva”, ver também (do mesmo autor): VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Op. cit.

⁹⁰⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. “O significado de Lima Barreto em nossa literatura” (1972) in _____. *Cultura e sociedade no Brasil. Ensaios sobre idéias e formas*. 4ª edição ampliada. São Paulo: Expressão popular, 2011, p. 89-139.

protagonista dos processos de transformação e o de assumir a tarefa de ‘dirigir’ politicamente as próprias classes economicamente dominantes.⁹⁰⁶

Tal qual o caso italiano, assinalou Coutinho, a modernização burguesa no Brasil teria carecido de uma “hegemonia” burguesa – que, segundo o autor, deve estar fundamentada, sobretudo, no elemento *consensual* – sobre as amplas massas populares, tendo se verificado, apenas, uma “hegemonia” restrita ao interior dos grupos dominantes (isto é, uma “função hegemônica”, conforme já discutimos).⁹⁰⁷ Assim, na visão de Coutinho, a burguesia brasileira, embora tenha exercido seu *domínio* político na sociedade, não logrou se portar como uma verdadeira classe *dirigente* (*hegemônica*):

Também no Brasil as transformações foram sempre o resultado do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. Mas estas, em seu conjunto, jamais desempenharam, até recentemente [o texto é de 1999], uma efetiva função hegemônica em face das massas populares. Preferiram delegar a função de dominação política ao Estado – ou seja, às camadas militares e tecnoburocráticas –, ao qual coube a tarefa de “controlar” e, quando necessário, de reprimir as classes subalternas. Mas essa modalidade antijacobina de transição ao capitalismo não significa absolutamente que a burguesia não tenha levado a cabo sua “revolução”: fez isso, precisamente, através do modelo de revolução passiva, que tomou entre nós a forma – para usar a terminologia de Florestan Fernandes – de uma “contra-revolução prolongada”, que é outro modo de dizer “ditadura sem hegemonia”.⁹⁰⁸

Por sua vez, o também filósofo João Quartim de Moraes (ex-POLOP e com atuais simpatias pelo estalinismo), no intuito de apreender a dinâmica política brasileira sob o primeiro governo Vargas (1930-1945), fez uso explicitamente das duas modalidades de cesarismo conceitualmente propostas por Gramsci:

O regime oriundo da Revolução de 1930, embora se apoiando num Exército comprometido com seus objetivos essenciais (primado do ponto de vista nacional sobre o regionalismo das oligarquias da República Velha, centralização orgânica do aparelho estatal, promoção pelo Estado do desenvolvimento industrial etc.) assumiu, na medida em que se consolidou o poder e o prestígio pessoais de Getúlio Vargas, o caráter de um “cesarismo progressivo” no estrito sentido de Gramsci (criação de um novo tipo de Estado, compatibilizando forças sociais em conflito não-antagônico e abrindo caminho para as tendências progressistas do movimento histórico). A partir de 1935, no entanto, o impulso progressista aberto pelo combate dos “tenentes” e vitorioso em 1930 deslocou-se para a Aliança Nacional Libertadora, portadora de um projeto de reformas sociais avançadas. Para contê-la, Vargas recorreu a medidas repressivas e provocadoras, às quais os dirigentes da ANL responderam com uma aventura insurrecional fracassada. Vitorioso e mais poderoso do que nunca, o César acentuou a virada de seu regime no rumo de um “cesarismo policial”, institucionalizado, dois anos mais tarde, com o Estado Novo. [...] Mas a singularidade do destino histórico do cesarismo varguista está em sua nova virada, desta vez de sentido progressivo, que o conduziu a fazer do sindicalismo corporativista de Estado sua principal base de apoio político. Evolução que não foi aceita pelas cúpulas militares que o haviam ajudado a instaurar o “Estado Novo”.⁹⁰⁹

⁹⁰⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira” in _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 203-204.

⁹⁰⁷ Ver o capítulo II (item “‘Revolução passiva’ e *cesarismo*”).

⁹⁰⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. *Op. cit.*, p. 204-205.

⁹⁰⁹ MORAES, João Quartim de. “O argumento da força” in OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. [et. al]. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 32-33.

Vale destacar a perspectiva do economista Luciano Martins, para quem – e isso o aproxima de muitos autores já discutidos – a forma bonapartista assumida pelo Estado brasileiro pós-1930 deveria ser compreendida em sua relação com o modo *desigual e combinado* pelo qual o capitalismo se desenvolveu no país. Por esse caminho analítico, Martins chamou a atenção, por exemplo, para a subsunção política da sociedade civil ao Estado ao longo do regime de 1946-1964, quando as Forças Armadas (e não o Congresso e seus partidos políticos) teria desempenhado um papel arbitral:

A conjugação de alguns dos fatores históricos [...] parece ter produzido no Brasil um padrão de desenvolvimento particularmente complexo e não só rico em contradições como também em expedientes para a harmonização delas.

A manutenção desse sistema dissincrônico, integrado pelas engrenagens de estruturas arcaicas e estruturas emergentes girando em ritmos e até sentidos diferentes, tornou-se possível porque sobre essas engrenagens se superpôs uma outra, de dentes ajustáveis a cada uma delas, na figura do Estado. O que já se chamou de natureza cartorial do Estado brasileiro tem precisamente aí a sua origem e a sua função: a de manter a “coexistência do que não é coetâneo”, para usar a expressão de Mannheim, e a de promover o “desenvolvimento combinado” de forças sociais diferentes. O Estado brasileiro tem, alternativa ou simultaneamente, financiado o café e guardado o latifúndio, criado condições para a industrialização e franqueado o Banco do Brasil aos industriais, aberto as portas da burocracia à classe média e absorvido as suas tensões com vantagens de todo o tipo, promovido as massas urbanas ao nível do salário-mínimo e as enredado nas dobras do sistema através de conhecidos mecanismos populistas.

Esse Estado-protetor – expressão no plano operacional da arbitragem bonapartista – como que transformou todas as forças sociais em clientela sua e, por assim dizer, *despolitizou-as*. É que o Estado via de regra tendia a absorver as reivindicações antes que elas o condenassem e pudessem, assim, expressar-se de uma forma politicamente organizada. O grupo de pressão substituiu o partido político ou este se colocou ao nível daquele e o *pistolão* passou a valer mais que todo um arsenal ideológico.

Os partidos políticos, reduzidos a máquinas de ganhar eleição ou, quando muito, a estuários da eloquência bacharelesca, deixaram de ser o centro de elaboração e aglutinação do pensamento político. Qualquer que fosse a legenda, havia sempre representantes dispostos a compor-se com qualquer governo. Bastaria lembrar que administrações de orientação e vinculação partidária diferentes como a de Dutra, Vargas, Kubitschek, Quadros e Goulart se compuseram e governaram com praticamente a mesma correlação de forças parlamentares. É que a verdadeira *maioria* – aquela capaz de decidir nas horas de impasse ou compelir a administração a esta ou aquela política – nunca esteve no Congresso, mas nas Forças Armadas.⁹¹⁰

Por fim, nessa nossa demonstração da presença da *teoria do bonapartismo* nos estudos acadêmicos dedicados ao período brasileiro do 1930-1964, podemos lembrar ainda da cientista política Eli Diniz que, em conhecido artigo, detectou a existência de uma “autonomia relativa do Estado” (e de um enorme desenvolvimento de suas estruturas burocráticas) nessa etapa histórica caracterizada por um aceleração dos processos de urbanização e industrialização. Entretanto, vale ressaltar que a perspectiva analítica de Diniz parece se fundamentar também – e talvez até mais do que propriamente na teoria do bonapartismo – no funcionalismo norte-americano e em sua lógica do “state building”.⁹¹¹

⁹¹⁰ MARTINS, Luciano. “Aspectos políticos da revolução brasileira” in *Revista da Civilização brasileira*, nº. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, maio de 1965, p. 31-32.

⁹¹¹ DINIZ, Eli. “O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classes” in FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1981, v. X, p. 79-120.

Embora a intelectualidade marxista acadêmica dos anos 60, 70 e 80 – como pudemos constatar nas páginas que se seguiram – tenha fartamente se utilizado da *teoria do bonapartismo* para tecer suas análises do processo político brasileiro do período 1930-1964, ela certamente não foi pioneira nesse tipo de procedimento interpretativo. Como adiantamos, as organizações trotskistas que politicamente se sucederam ao longo desse mesmo recorte temporal (muitas delas dirigidas por sofisticados intelectuais militantes) já haviam recorrido à idéia de bonapartismo para caracterizar os regimes e/ou governos responsáveis pela dominação de classe no Brasil de Vargas e sucessores políticos.

É isso o que veremos agora.

Visões trotskistas da dominação política no Brasil 1930-1964: bonapartismo

Surgida contemporaneamente à “Revolução” de 1930, a primeira geração dos trotskistas brasileiros encontraria na teoria do bonapartismo uma adequada chave analítica para dar conta das transformações, verificadas já nos primeiros anos da “Era Vargas”, nas relações entre o Estado, as frações da classe dominante e o jovem proletariado urbano.

O surgimento do bonapartismo no Brasil

Contudo, é interessante relatar que, em uma análise retrospectiva datada de 1931, Mário Pedrosa e Lívio Xavier, então membros da efêmera Liga Comunista do Brasil (LCB), vislumbraram já no crítico decênio final da Primeira República o desenvolvimento de traços (políticos, culturais e ideológicos) tipicamente bonapartistas naquela sociedade burguesa em expansão:

A contradição que faz com que o imperialismo – ao revolucionar de modo permanente a economia dos países que lhe são submetidos – atue como fator reacionário em política encontra a sua expressão nos governos fortes e na subordinação da sociedade ao poder executivo. [...] O reforço gradativo do poder executivo é, aliás, um processo regular e sistemático do desenvolvimento industrial nos países politicamente secundários, como o demonstra Trotsky com relação à Rússia czarista. Esse processo acentuou-se aqui (Brasil) desde a Grande Guerra, coincidindo com o domínio preponderante do imperialismo norte-americano no cenário mundial, especialmente na América Latina. Ou seja, desde o governo de Epitácio Pessoa. Então a reação tornou-se sistemática e assumiu caráter de classe muito claro. A apologia dos governos fortes, a divinização da ordem, o ataque contra a democracia e o liberalismo foram os pontos principais da ideologia reacionária, que surgiu entre a fumaça das chaminés das fábricas e dos *dreadnoughts* americanos. O governo Epitácio Pessoa (1920-1922) assinala o ponto culminante da vaga de constitucionalismo e do fetichismo da autoridade constituída. Durante os quatriênios seguintes o governo foi presa da obsessão histórica da ordem do regime social. Washington Luís [...] representa a hipertrofia do poder executivo, já separado dos interesses imediatos da fração da burguesia que o levou ao poder.”⁹¹²

⁹¹² CAMBOA, M. e LYON, L (pseudônimos de Mário Pedrosa e Lívio Xavier, respectivamente). “Esboço de uma análise da situação econômica do Brasil”. *Op. cit.*, p. 74-75. Grifos dos autores. O governo de Epitácio Pessoa foi, como se sabe, de 1918 a 1922. Ao colocarem nos parênteses ao lado do nome do presidente a data de 1920 como marco inicial, os autores do documento provavelmente se referiram a uma inflexão reacionária por parte do governo de Pessoa ocorrida nesse ano.

Como já expusemos neste capítulo, a mesma LCB interpretou que, com a ascensão ao poder da Aliança Liberal em 1930, teria sido preservada a ameaçada “unidade nacional burguesa”. “Sob a forma de ditadura militar manifesta ou declarada, de baioneta calada sobre as massas exploradas e oprimidas”, começou a ser restabelecido, segundo os trotskistas, o “acordo geral da burguesia”.⁹¹³ O Exército teria, assim, imposto “à burguesia um regime político misto de formas ditatoriais (tenentismo) e formas semiconstitucionais (governo central civil, presidência civil de Minas etc.)” que não seriam “senão a forma de *compromisso* entre a burguesia dos estados do Sul e a burguesia dos estados do Norte, *compromisso* válido somente na medida em que São Paulo” não pudesse “recuperar a antiga hegemonia”.⁹¹⁴

Retardatária, vinculada ao imperialismo desde sua gênese, e tendo o proletariado as acossando permanentemente, a burguesia brasileira não teria condições de, tal como suas irmãs das nações centrais, fazer uso da democracia burguesa enquanto instrumento de dominação de classe. Subordinada estruturalmente ao capital estrangeiro e com interesses não-antagônicos – no que diz respeito à questão da propriedade – aos dos setores latifundiários, nossa burguesia não poderia, ou melhor, não necessitaria conduzir amplas camadas populares em direção a transformações democráticas da sociedade. Abria-se, assim, segundo o raciocínio trotskista, a possibilidade histórica do bonapartismo no Brasil.

Após a derrota da chamada “Revolução Constitucionalista” de 1932, a LCB passou a considerar essa possibilidade cada vez mais iminente:

A perspectiva de um desenvolvimento bonapartista se impõe, dada as condições atuais das relações entre as classes. A grande burguesia nacional foi derrotada militar e politicamente com a derrota da rebelião paulista. A pequena burguesia, menos do que em qualquer outra parte, não tem condições de criar um movimento político independente, capaz de assegurar-lhe um predomínio político mais demorado no país. O proletariado, no estado rudimentar de organização em que se encontra, sem a menor escola política, desorientado em vez de ser orientado pela sua vanguarda, hipnotizada por uma casta de aventureiros e oportunistas burocratizados, não atua como devia sobre os acontecimentos políticos, vivendo como que à margem da história política dos nossos dias. São condições estas que tornam possível a instauração do bonapartismo, com todo o seu cortejo de miséria e corrupção.⁹¹⁵

Além das duras críticas endereçadas ao PCB, pode-se também reparar no trecho acima como os trotskistas brasileiros parecem ter resgatado, em parte, a análise marxiana da conjuntura francesa que antecedeu o golpe bonapartista de 1851, quando os operários,

⁹¹³ LIGA COMUNISTA DO BRASIL. “Aos trabalhadores do Brasil”. *Op. cit.*, p. 59-60.

⁹¹⁴ LIGA COMUNISTA DO BRASIL. “Projeto de teses sobre a situação nacional”. *Op. cit.*, p. 161. Grifos nossos.

⁹¹⁵ LIGA COMUNISTA DO BRASIL. “Da demagogia à realidade tenentista” in *A luta de classe*, nº. 9. São Paulo, junho de 1932, p. 2.

conduzidos para “o fundo da cena revolucionária”,⁹¹⁶ teriam sido obrigados a ver o processo histórico “passar *por cima* de suas cabeças”.⁹¹⁷

A idéia de bonapartismo, entretanto, começaria aparecer com mais regularidade nas publicações trotskistas a partir do golpe do Estado Novo, aplicado por Vargas a 10 de novembro de 1937.

Estado Novo e bonapartismo

Publicado em 10 de dezembro daquele ano, o número 34 de *A luta de classe*, agora órgão do Partido Operário Leninista (POL), foi quase inteiramente dedicado à instauração do Estado Novo, que então completava seu primeiro mês de existência. Intitulada “O golpe de Estado bonapartista”, a matéria central do periódico trotskista buscava explicar aos trabalhadores “em que forças se apoiou o golpe bonapartista? Qual foi a causa ou as causas do mesmo? Qual foi a atitude da burguesia? Qual a posição das massas trabalhadoras? Quais as perspectivas a serem traçadas em face dos últimos acontecimentos?”.⁹¹⁸

Logo nas primeiras linhas, os trotskistas do POL lembraram que, por não ter “encontrando pela sua frente um proletariado organizado e com consciência de classe, capaz de arrastar as massas trabalhadoras do campo e da cidade, Getúlio não teve dificuldades na realização do golpe de estado bonapartista e na instauração de um regime fascista.”⁹¹⁹ Em seguida, afirmaram que a outorga da constituição no dia 10 de novembro (1937) teria sido “a etapa final do golpe de Estado bonapartista, iniciado em 2 de outubro com a decretação do *estado de guerra*”.⁹²⁰ Nessa primeira avaliação trotskista da recente conjuntura política, como podemos notar, o golpe assestado por Vargas, embora de natureza “bonapartista”, teria dado origem a um regime de tipo “fascista”. Vejamos mais detalhadamente essa caracterização.

Segundo o POL, em princípios de 1937, a “pressão externa, aliada à da burguesia que se preparava para a sucessão presidencial”, teria obrigado a “reação a recuar”. Entretanto, tal afrouxamento da repressão, expresso pelo fim do *estado de guerra* e pela libertação de alguns presos políticos, não teria sido acompanhado por uma “tenaz e vigorosa” luta das massas contra a “reação” e por “nenhuma tentativa séria de organizar o proletariado completamente estraçalhado pela brutal repressão do último estado de guerra”. Tal situação desfavorável ao movimento de massas se deveria, em parte, à linha política do PCB, que teria eliminado “todo

⁹¹⁶ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 25.

⁹¹⁷ *Idem*, p. 67. Grifos do autor.

⁹¹⁸ PARTIDO OPERÁRIO LENINISTA. “O golpe de Estado bonapartista” in *A luta de classe*, n°. 34. Belo Horizonte, 10 de dezembro de 1937, p. 1. (CEDEM)

⁹¹⁹ *Idem*.

⁹²⁰ *Idem*. Grifos nossos.

o conteúdo de classe de seu programa” e se esforçado “em arrastar as massas a reboque de um dos candidatos burgueses”.⁹²¹

Para as eleições presidenciais, antes previstas para janeiro de 1938 (e que não se realizariam em função do golpe de Estado), haviam sido apresentadas as candidaturas de Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), de Armando Salles, representando “a burguesia industrial” e a “cultura intensiva”,⁹²² e a de José Américo de Almeida que, apoiado inicialmente por Vargas (de forma “oficiosa”) e expressando os interesses dos “latifundiários de São Paulo e do Nordeste” (os “elementos mais fracos e mais atrasados da burguesia”),⁹²³ receberia também, ao que tudo indicava, a adesão dos comunistas. “Lançando mão da demagogia”, assinalaram os trotskistas, José Américo “procurou apoiar-se em um amplo movimento de massas”, acirrando, assim, as contradições no interior do campo político burguês que o sustentava.⁹²⁴ Pressionado por este, acabaria se adequando às “diretrizes dos políticos” e se transformando em um “joguete nas mãos de Getúlio”.⁹²⁵

Nesse contexto, teria se verificado, segundo os trotskistas, um avanço político do proletariado: “A participação da massa trabalhadora na campanha eleitoral, embora a reboque da burguesia, a forma violenta de luta contra o integralismo, o aparecimento de um grande número de organizações, ainda que com objetivos confusos, mostravam claramente que se estava processando um amadurecimento político no seio da massa.”⁹²⁶ Não podendo mobilizar a seu favor essa massa que rapidamente se politizava, a “reação decidiu-se pelo golpe bonapartista”.⁹²⁷

Para desfechar o golpe Getúlio contava com o apoio de grande número de oficiais do Exército e da Marinha, com o integralismo, com as forças políticas zé-americanas, apavoradas com a feição que ia tomando a candidatura José Américo, e com os elementos do Rio Grande do Sul que queriam de qualquer modo derrubar Flores [da Cunha].

Forjado o “documento” atribuído ao Comintern [“Plano Cohen”] e entregue à Câmara junto com o pedido de *estado de guerra* (três dias antes o ministro da Justiça havia declarado que não existia de modo algum perigo comunista) pelos ministros da Guerra e da Marinha – Getúlio era muito suspeito – estabeleceu-se um pânico nunca visto. Ninguém ignorava que o “perigo comunista” era um simples pretexto e que se tratava na realidade de um golpe de estado a consumir-se à sombra do *estado de guerra*.⁹²⁸

Segundo a análise de *A luta de classe*, o posicionamento de vários setores sociais teria contribuído para a criação de condições favoráveis aos planos reacionários de Vargas.

⁹²¹ *Idem.*

⁹²² *Idem.*

⁹²³ *Idem*, p. 1-2.

⁹²⁴ *Idem*, p. 2.

⁹²⁵ *Idem.* Atacando a diretriz de “colaboração de classes” levada a cabo pelo PCB, que já ensaiava o apoio a José Américo, o POL propôs para o pleito presidencial em questão o nome de Luiz Carlos Prestes, que se encontrava preso desde março de 1936.

⁹²⁶ *Idem.*

⁹²⁷ *Idem.*

⁹²⁸ *Idem.*

José Américo, prestando-se “docilmente às manobras de Getúlio”, declarou-se solidário à proposta do *estado de guerra*, o que levou a maior parte dos deputados que o apoiava a votar favoravelmente à medida. Já a “burguesia nacional mais adiantada, agrupada na UDB [União Democrática Brasileira]”, teria hesitado entre uma luta aberta pela democracia (“garantias constitucionais, eleições etc.”), o que exigiria uma “mobilização efetiva da massa, com todos os seus perigos (!)”, e a “política de concessão e manobra”. Votando contra o *estado de guerra*, “sem, contudo, desmascarar audaciosamente o golpe de Estado”, teria apelado para as Forças Armadas “visivelmente mancomunadas com Getúlio e conscientes do papel que iam desempenhar”. Assim, essa ala burguesa não teria feito “mais do que o jogo de Getúlio”.⁹²⁹

Antes orientando os operários a não provocarem a burguesia por meio de greves, os “líderes ‘democráticos’ pequeno-burgueses”, por sua vez, teriam fugido e abandonado a luta às vésperas do golpe.⁹³⁰ Já o stalinismo, “desmoralizado e estropiado da aventura de novembro” [levante da ANL, em 1935], teria se convertido em “cabo eleitoral” de José Américo entre os setores populares. “Amarrando as massas ao carro da burguesia”, o PCB teria perdido “completamente a visão dos problemas” e ficado “impotente em face do avanço brusco e para ele inesperado da reação”. Segundo o periódico trotskista, o PCB “não tentou mobilizar as massas para uma ação concreta contra o golpe de Estado e o *estado de guerra*, e continuou confiando na burguesia nacional, no imperialismo ‘democrático’ e no exército ‘popular’ que não permitiriam a instauração de um regime fascista no Brasil”.⁹³¹

Com o caminho aberto à sua frente, Vargas teria colocado em marcha a ofensiva golpista:

Uma vez obtido o *estado de guerra* e semeado o terror, a reação iniciou a aplicação do plano de antemão preparado. As etapas se sucederam com incrível rapidez. Junta executora do *estado de guerra* com Newton Cavalcanti e Dario Paes Leme; nomeação dos comandantes das regiões de S. Paulo e Rio Grande do Sul para executores do *estado de guerra*; prisão de Pedro Ernesto; requisição das brigadas militares de S. Paulo e Rio Grande; fuga de Flores [da Cunha] e intervenção no Rio Grande; fechamento da maçonaria e espiritismo; passeata integralista do 1º de novembro; promulgação da nova “constituição”. Tais foram os episódios principais do golpe de Estado bonapartista.

Para levar a efeito o golpe de Estado bonapartista, Getúlio contava com o apoio da fração mais reacionária do Exército, com o integralismo e as forças políticas que apoiavam a candidatura de José Américo, com exceção de Juracy Magalhães e Lima Cavalcanti. O integralismo era a única força que possuía alguma base de massa e daí o papel que lhe coube de exprimir o apoio da “massa popular” aos planos de Getúlio. Em troca disso a sua influência sobre os acontecimentos era sensível. As medidas de fechamento das lojas maçônicas e dos centros espíritas eram claramente inspiradas pelos verdes. A participação dos integralistas em todos os atos oficiais, a passeata do dia 1º de novembro e a proibição expressa da censura de qualquer ataque aos mesmos eram indícios insofismáveis da participação do sigma na preparação do golpe. Por ocasião do desastre do trem verde, as visitas aos feridos evidenciaram, de um lado, o prestígio do sigma, e do outro, os primeiros sinais da onda adesionista.

⁹²⁹ *Idem*.

⁹³⁰ *Idem*.

⁹³¹ *Idem*, p. 3. Grifos nossos.

Apoiado nessas três forças heterogêneas – militares, políticos e integralistas – Getúlio derrubava um a um seus adversários políticos e neutralizava alguns setores da UDB (corrente do P. Constitucionalista chefiada por Cardoso de Mello Netto e Alcantara Machado). Preparado o terreno, desfechou o golpe final a 10 de novembro.⁹³²

A ausência dos integralistas do novo arranjo de poder, uma vez desfechado o golpe, se explicaria, segundo a avaliação trotskista, principalmente em função de quatro fatores: “Em primeiro lugar”, a inexistência de uma resistência das massas ao golpe teria tornado “dispensável a mobilização da tropa de choque do sigma e a partilha do poder entre Getúlio e Plínio [Salgado], com vantagens para o segundo que, contando com um partido organizado, poderia com relativa facilidade absorver todo o poder e eliminar Getúlio”.⁹³³ “Em segundo lugar”, Vargas, com a exclusão dos integralistas do novo regime, teria buscado conquistar a pequena-burguesia urbana, sobretudo os setores próximos ideologicamente da extinta ANL, e “disfarçar, até certo ponto, o caráter fascista do ‘Estado Novo’ instituído pela nova ‘constituição’”.⁹³⁴ “Em terceiro lugar”, a “dependência da economia brasileira do imperialismo (principalmente do americano e inglês)” se constituía, segundo o POL, em um óbice para a participação dos integralistas no poder, já que estes, por serem “agentes de Hitler e Mussolini”, poderiam trazer complicações para as relações do Brasil com os Estados Unidos e a Inglaterra.⁹³⁵ Por fim, “em quarto lugar”, Getúlio estaria “interessado em que a transição se desse do modo mais suave possível, afim de que as massas não se apercebessem da nova e pesadíssima canga que lhes era imposta. Com o integralismo seria impossível evitar o aspecto violento que indisporia desde o início o “novo regime” com as massas.”⁹³⁶

Entretanto, ressaltavam os trotskistas, a não presença dos integralistas nesse “novo regime” não alteraria em nada seu caráter “fascista”. Numa crítica que parece ter sido dirigida às análises de conjuntura do PCB – nas quais uma suposta distinção entre um “fascismo” de Vargas e outro “fascismo” dos integralistas (“fascismo integral”) começaria gradativamente a aparecer, sobretudo depois da repressão do primeiro ao segundo, iniciada em maio de 1938⁹³⁷ –, o jornal do POL afirmou:

Mas a não participação dos integralistas no poder não diminui de modo algum o caráter reacionário e fascista da nova ordem de coisas. Getúlio, em cujas mãos estão concentrados todos os poderes, saberá desempenhar o papel de carrasco das massas trabalhadoras e verdugo do movimento revolucionário com a mesma perícia e ferocidade de um Plínio Salgado. Procurar distinguir Getúlio de Plínio, considerar o atual estado de coisas um mal menor, colocar em primeiro plano a luta contra o integralismo, é fazer o jogo de Getúlio, é sabotar a luta contra o golpe bonapartista, é desviar

⁹³² *Idem.* Grifos nossos.

⁹³³ *Idem.*

⁹³⁴ *Idem.*, p. 3-4.

⁹³⁵ *Idem.*, p. 4.

⁹³⁶ *Idem.*

⁹³⁷ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB). “O *putsch* fascista-integralista e a situação atual no Brasil” in CARONE, Edgard. *O PCB*. (1922-1943). *Op. cit.*, p. 212-215.

criminosamente a atenção das massas do principal inimigo que personifica no momento atual as forças mais reacionárias do país.⁹³⁸

Quanto aos outros dois segmentos partícipes do golpe, o Exército e os “políticos burgueses” (“chefiados por Benedito Valladares”), o POL considerou que ambos disputariam “ainda durante muito tempo a hegemonia na situação criada”. Vargas, na ótica dos trotskistas, funcionaria como um “traço de união” entre esses dois segmentos, evitando que a hegemonia “ficasse inteiramente nas mãos dos militares”: “com Getúlio à frente, os políticos continuariam a ter participação efetiva do poder e o caráter militar-bonapartista do golpe ficaria mais disfarçado. O jaquetão paisano de Getúlio dava assim ao golpe de Estado uma indumentária mais prosaica, é verdade, mas também mais ‘democrática’”.⁹³⁹

Em seguida, reafirmando uma vez mais o “caráter tipicamente bonapartista” do 10 de novembro de 1937, o POL observou que o golpe getulista

não tinha um apoio sério por parte da burguesia e não se baseava sobre um amplo movimento de massa. A primeira tarefa de Getúlio era convencer a burguesia a entregar os seus destinos nas suas mãos e conquistar, por meio de medidas de caráter demagógico, não só a pequena-burguesia como também parte do proletariado. Além disso, tornava-se necessário situar-se na luta inter-imperialista de tal modo que fosse possível evitar a qualquer preço sérias complicações de caráter internacional.⁹⁴⁰

No trecho acima, notamos que os trotskistas tomaram a renúncia da burguesia ao seu poder político, a estratégia varguista de cooptação dos trabalhadores/pequena-burguesia (o objetivo fundamental da “política de massas” populista, segundo Weffort e Ianni) e a tática diplomática de se aproveitar das disputas inter-imperialistas como importantes aspectos definidores de uma dinâmica política bonapartista verificada no contexto do golpe. Entretanto, um tanto quanto contraditoriamente, os próprios trotskistas, como vimos, classificavam o regime político nascido daquele “golpe bonapartista” como um regime de tipo “fascista”, o que, segundo eles, colocaria para os trabalhadores brasileiros a disjuntiva “socialismo ou fascismo” – disjuntiva essa que, como se sabe, seria retomada sob os anos mais cruentos da ditadura militar brasileira por intelectuais marxistas como Octavio Ianni⁹⁴¹ e Theotônio dos Santos.⁹⁴²

É preciso mostrar às massas um programa claro, indicar o caminho certo e levá-las à única saída – à luta revolucionária pela transformação do regime capitalista em regime socialista, através da ditadura do proletariado. Na época da crise geral do capitalismo e da revolução proletária a burguesia é

⁹³⁸ POL. “O golpe de Estado bonapartista”. *Op. cit.*, p. 4.

⁹³⁹ *Idem.*

⁹⁴⁰ *Idem.*

⁹⁴¹ IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. *Op. cit.*, p. 217-225.

⁹⁴² SANTOS, Theotônio. *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. México: Edicol, 1978.

incapaz de defender a democracia, mesmo [a] burguesa. Só há uma alternativa – ou fascismo ou comunismo.⁹⁴³

Rapidamente, porém, o POL alteraria sua caracterização da ditadura estadonovista. Já na edição seguinte de *A luta de classe*, de número 35, datada natalinamente de 25 de dezembro de 1937, os trotskistas brasileiros pareciam estar mais atentos às diferenciações feitas por Trotsky entre os regimes bonapartista e fascista – as quais pudemos observar em nosso segundo capítulo.⁹⁴⁴

De “incontestável” caráter “preventivo” e “contra-revolucionário”, o “golpe bonapartista” de novembro daquele ano tivera, segundo o POL, como “objetivo fundamental restabelecer a ‘paz social’ seriamente ameaçada pela campanha de sucessão [presidencial]”.⁹⁴⁵ Diferentemente de sua avaliação anterior que classificara como “fascista” o Estado Novo, os trotskistas consideravam agora que o novo regime político brasileiro teria uma natureza “bonapartista”, expressa pela característica abdicação da classe dominante de seu poder político em nome da manutenção da ordem social burguesa, assim como pela inexistência de uma base de massas pequeno-burguesa do tipo da qual costuma gozar o fascismo:

Não resta a menor dúvida de que Getúlio interpretou até certo ponto desejos inconscientes da burguesia, ao encarar a luta que prometia ser aguda e acirrada. De outro modo não se explicaria a passividade de todos e o apoio de alguns. Getúlio era, é verdade, movido pelo interesse pessoal de continuar no poder. Mas só o conseguiu porque a burguesia temia as consequências da luta e preferiu abrir mão do seu direito incontestável de administrar diretamente os seus negócios. E não lhe faltaram compensações. A nova “constituição” se presta muito mais e assegura ao governo meios mais eficazes para a defesa da propriedade burguesa, eternamente ameaçada pela revolta dos explorados. A burguesia perdeu alguma coisa, mas ganhou muito mais.

O novo regime, *devido ao seu caráter bonapartista*, não dispõe de uma base de massa sobre a qual possa se apoiar. E a estabilidade do atual governo depende, em última análise, da possibilidade de criar um apoio de massa. É este o problema que Getúlio procura resolver. Já encontrou em parte o caminho aplainado pelo descrédito em que as instituições democráticas foram lançadas pela atitudenojenta e covarde da Câmara [dos Deputados] e de todos os chefetes pequeno-burgueses.⁹⁴⁶

Chama a atenção no trecho acima a observação feita pelos trotskistas quanto ao papel desempenhado pelo Poder Legislativo na trama política que desembocaria no regime bonapartista de Vargas, quando os parlamentares brasileiros, curvando-se à ofensiva de um *Executivo* que clamava por poderes discricionários, parecem ter reeditado, *mutatis mutandis*, a atuação do *partido da ordem* francês perante Luís Bonaparte nos anos 1848-1851 – tocaremos novamente nesse ponto em nosso próximo capítulo.

⁹⁴³ POL. “O golpe de Estado bonapartista”. *Op. cit.*, p. 5-6.

⁹⁴⁴ Em setembro do mesmo ano, o POL já publicara em sua revista *Sob nova bandeira* uma tradução do artigo de Trotsky “Bonapartismo e fascismo”, já bastante trabalhado por nós. (TROTSKY, L. “Bonapartismo e fascismo” in POL. *Sob nova bandeira*, setembro de 1937, p. 19-23.)

⁹⁴⁵ POL. “O bonapartismo procura uma base de massa” in *Luta de classe*, nº. 35. Belo Horizonte, 25 de dezembro de 1937, p. 1. (CEDEM).

⁹⁴⁶ *Idem*. Grifos nossos.

Nas edições seguintes de *A luta de classe*, vigoraria a caracterização da ditadura estadonovista como um regime de tipo bonapartista e, conseqüentemente, também o governo de Vargas receberia a mesma classificação (“O governo bonapartista de Getúlio”).⁹⁴⁷ Por vezes, regime e governo varguistas apareceriam também sob outras denominações complementares. No número 41 do periódico trotskista, por exemplo, teve lugar a consigna “abaixo o governo *semifascista* de Getúlio!”;⁹⁴⁸ já no número 44, um documento assinado conjuntamente pelo POL e pelo “Comitê regional do PCB (Dissidência pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária)” – que se encontravam em processo de fusão⁹⁴⁹ – bradava que o Estado Novo, “implantado pelo golpe bonapartista de 10 de novembro de 1937”, teria liquidado “uma a uma todas as liberdades democráticas, conquistadas durante anos de luta pelas massas trabalhadoras”, instituído “a mais feroz *ditadura policial-militar*” e aumentado “poderosamente a capacidade de repressão do Estado contra o movimento operário.”⁹⁵⁰ Similarmente aos futuros teóricos do populismo, assim como a outros cientistas sociais há pouco trabalhados, essas organizações trotskistas afirmaram (no mesmo documento) a existência de uma combinação de expedientes repressivos e demagógicos por parte dessa “ditadura policial-militar” em sua tarefa de subordinação da classe trabalhadora; diferentemente de todos aqueles autores, entretanto, os trotskistas omitiram em suas análises os elementos reformistas presentes na política estatal getulista (direitos trabalhistas, “cidadania social e política” etc.):

Durante o último ano e meio as condições de vida das massas trabalhadoras agravaram-se e tornaram-se intoleráveis. O Ministério do Trabalho e a polícia reduziram os sindicatos à impotência e, combinando a violência com a demagogia, impedem que a revolta surda se transforme em um poderoso movimento grevista – pelo aumento indispensável dos salários.⁹⁵¹

Não é escusado lembrar que a fórmula da “ditadura policial-militar” vista acima era justamente a que, na mesma década de 1930, Trotsky, em alguns de seus escritos, lançava mão para se referir à modalidade “semifascista” dos “bonapartismos *sui generis*” latino-americanos – na qual se encaixaria, segundo o próprio revolucionário russo, o regime estadonovista brasileiro (como pudemos ver no segundo capítulo).

⁹⁴⁷ POL. “Demagogia – arma do ‘Estado Novo’” in *A luta de classe*, nº. 36. Belo Horizonte, 10 de janeiro de 1938, p.1. (CEDEM).

⁹⁴⁸ POL. “A fala do trono” in *A luta de classe*, nº. 41. Belo Horizonte, 22 de novembro de 1938, p.2. Grifos nossos. (CEDEM).

⁹⁴⁹ Ver a Introdução à segunda parte deste trabalho (“PSR: Florestan e o trotskismo”).

⁹⁵⁰ POL/COMITÊ REGIONAL DO PCB. “Resoluções da pré-conferência realizada em abril de 1935 pelo Partido Operário Leninista (seção brasileira da IV Internacional) e pelo Comitê Regional do PCB (Dissidência pró-reagrupamento da vanguarda revolucionária)” in *A luta de classe*, nº. 44. Belo Horizonte, julho de 1939, p. 8. Grifos nossos. (CEDEM).

⁹⁵¹ *Idem*.

Surgido da fusão entre o POL e o “Comitê regional do PCB”, o Partido Socialista Revolucionário adotaria a mesma caracterização sobre o regime varguista. Na edição de agosto de 1939 d’*A luta de classe* (agora periódico do novo partido), o PSR repetiria a mesma avaliação feita dois anos antes pelo POL acerca da trama golpista orquestrada por Vargas em novembro de 1937, lembrando que

o golpe de 10 de novembro de 1937 instituiu no Brasil uma ditadura policial-militar. Este golpe veio alcançar em cheio as massas exploradas da cidade e dos campos. Após dois anos de estado de guerra quase ininterrupto, à sobra da qual a polícia destruiu o movimento sindical independente, prendeu, deportou e aterrorizou centenas de militantes operários e antifascistas, o proletariado não estava em condições de resistir ao golpe bonapartista de Getúlio.⁹⁵²

Em 1945, as edições d’*A luta de classe* abordariam com especial atenção as greves operárias que eclodiram nos estertores da “ditadura bonapartista” do Estado Novo.⁹⁵³ Denunciando o “bonapartista Getúlio”⁹⁵⁴ e sua “camarilha” que, “em cumplicidade com o imperialismo que se diz democrático”, arrastava “a juventude brasileira à matança na Europa”, os trotskistas do PSR clamariam insistentemente pela derrubada da “ditadura bonapartista e pró-fascista de Vargas”.⁹⁵⁵

Os bonapartismos pós-1945

Como vimos há algumas páginas atrás, o PSR, analisando a conjuntura política nos meses iniciais do segundo governo Vargas (1951-1954), aventou a possibilidade de que Getúlio viesse a reeditar o golpe bonapartista de 1937. Jogando com as classes sociais e fazendo “ameaças à classe burguesa”, o “pai dos pobres” – como já citamos – teria por missão “salvar a própria burguesia”.⁹⁵⁶

Sucedendo o findado PSR na saga do trotskismo brasileiro, o Partido Operário Revolucionário iniciou suas atividades em 1952, encarregando-se de, por meio de suas análises de conjuntura expressas no periódico *Frente Operária*, buscar apreender a natureza do regime político brasileiro daquele período.

Observando as relações entre o Estado, o imperialismo, as classes dominantes nacionais e as massas trabalhadoras, o POR, segundo Murilo Leal, compreendeu o *trabalismo* de Getúlio como “uma expressão particular de um fenômeno mais abrangente, o nacionalismo latino-americano, que abarcaria manifestações como a vitória de Carlos Ibañez

⁹⁵² PSR. “Manifesto aos trabalhadores e às massas oprimidas da cidade e do campo” in *A luta de classe*, n°. 45. Belo Horizonte, agosto de 1939, p. 7. (CEDEM).

⁹⁵³ PSR. “Greves proletárias rompem a tirania do ‘Estado Novo’” in *Luta Proletária*, janeiro 1945, p. 1. (CEDEM).

⁹⁵⁴ *Idem*, p. 5.

⁹⁵⁵ PSR. “A cobertura de ‘esquerda’ da reação” in *Luta Proletária*, junho de 1945, p. 2. (CEDEM).

⁹⁵⁶ PSR. “Dois meses de governo Getúlio” in *Luta proletária*, n°. 9, março de 1951, p. 1. (CEDEM).

Del Campo, no Chile, o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) na Bolívia, a APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana) do Peru, os governos de Bettencourt na Venezuela, Jacob Arbenz na Guatemala, Grau San Martín em Cuba e Vargas no Brasil”.⁹⁵⁷

O “nacionalismo-burguês” na América Latina, segundo o POR, teria tido seu surgimento em uma conjuntura específica das relações entre o centro e a periferia do sistema capitalista internacional. Para os trotskistas do POR, num momento no qual as “massas trabalhadoras dos países semicoloniais da América Latina” ofereciam “fortíssima resistência aos intentos do imperialismo americano e dos dirigentes colaboracionistas de conduzi-las à ‘defesa’ econômica e política do hemisfério ocidental”, a chamada “burguesia nativa” desses países, aproveitando-se da “debilidade geral do imperialismo”, tentava “reivindicar mais para si” essa tarefa. Assim, em países que já haviam conseguido um “relativo desenvolvimento industrial, como Brasil, Argentina [e] México”, existiram, por parte das burguesias locais, “desejos de independência perante a estreita dominação do imperialismo”, e estas esboçariam mesmo “uma certa resistência contra ele”. Desse modo, segundo o POR, as “burguesias nativas” pressionavam o imperialismo, que impedia “deliberadamente” o “progresso industrial” das nações submetidas a ele.⁹⁵⁸ Numa percepção bastante semelhante, Theotônio dos Santos consideraria mais tarde que

entre as décadas de 1920-1950 se tentou firmar uma burguesia nacional de base industrial na região. Ela esteve na raiz do cardenismo, deu origem ao pensamento da CEPAL e a modelos ideológicos bastante sofisticados, como o ISEB no Brasil. Ela influenciou visões mais pequeno-burguesas, como a Alianza Popular Revolucionaria Americana (a APRA peruana), que se apresentou sob várias modalidades no resto da região. Serviu de inspiração e apoio aos movimentos de tipo populista, de afirmação nacional democrática, desde suas formas mais radicais, como a Revolução Mexicana, em seus vários desdobramentos – sobretudo por intermédio do cardenismo –, até figuras menos radicais, mais conservadoras, como Perón ou Vargas.⁹⁵⁹

Analisando algumas particularidades do nacionalismo de Vargas, o POR acabou por aproximar sua interpretação das abordagens de Trotsky sobre os “bonapartismos *sui generis*” da América Latina, diagnosticando a existência de traços bonapartistas no “nacionalismo-burguês” brasileiro que gozaria de muita força até o Golpe de 1964. Nas páginas de seu jornal

⁹⁵⁷ LEAL, Murilo. *Op. cit.*, p. 50.

⁹⁵⁸ POR. “O nacionalismo na América Latina: comunistas ou fascistas?” in *Frente Operária*, nº. 1, novembro de 1952, p. 3. (AEL). Para o POR, em países que não possuíam ainda esse “relativo desenvolvimento industrial”, como “Bolívia, Peru, Equador, Guatemala [e] Venezuela”, “a resistência ao imperialismo” se fazia “através de movimentos particularmente das massas camponesas e pequeno-burguesas urbanas organizadas em seus partidos”. Vale destacar ainda que, como veremos mais à frente, o POR, em momento posterior, realizará uma interpretação da relação centro-periferia no capitalismo na qual percebe que pode haver desenvolvimento industrial nos países latino-americanos submetidos ao imperialismo, e que esse desenvolvimento é até mesmo estimulado por este último.

⁹⁵⁹ SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência. Balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 91.

Frente Operária, os trotskista chegaram a usar eventualmente o conceito de bonapartismo para classificar o segundo governo Vargas.⁹⁶⁰

Para a organização trotskista, embora Getúlio gozasse de “um fantástico apoio de massas” que lhe fornecia um poder de barganha frente aos Estados Unidos, ele não desfrutaria de tempo “para fazer o que Perón fez na Argentina. Por isso, procura[va] manter a ordem interna através da repressão”.⁹⁶¹ Na visão do POR, o nacionalismo varguista seria mais moderado que o de Perón em função de uma debilidade maior da industrialização brasileira face à argentina, da não existência de uma verdadeira unidade nacional e de um ainda considerável atraso no campo. Além disso, Vargas, deposto em 1945, não teria podido, tal como Perón, se aproveitar da prosperidade econômica que se iniciou alguns anos depois do fim da Segunda Guerra. Em decorrência dessas condições, Vargas não teria conseguido capitanear a ascensão das massas populares deste período, a qual acabou sendo aproveitada pelo PCB. Diferentemente de Perón, que conseguira controlar os sindicatos por intermédio da Confederación General de los Trabajadores (CGT), Getúlio, segundo o POR, não se sentia à vontade para realizar grandes manobras, pois temia que o controle das mobilizações escapasse de suas mãos e caísse nas dos comunistas.⁹⁶²

Dadas essas condições, o POR, segundo Murilo Leal, compreendia que

a política de Vargas oscilava, combinando medidas nacionalistas e de cunho social e outras pró-imperialistas. Entre as primeiras figuravam a criação da Petrobrás, o projeto da Eletrobrás, o reajuste do salário mínimo, a lei limitando a remessa de lucros, o projeto de reforma agrária e de congelamento de preços. Entre as segundas são apontadas: o acordo militar com os Estados Unidos, os apelos à união com a UDN [União Democrática Nacional], a inclusão de udenistas no ministério e a demissão de João Goulart e Estillac Leal. Portanto, o nacionalismo de Vargas era considerado tímido e marcado por constantes concessões ao imperialismo.

O resultado era “um constante jogo da balança”. Os ministérios expressariam uma luta perpétua entre “os homens da burguesia nacional e os da burguesia importadora e do imperialismo”, pois Vargas tinha consciência de sua debilidade e temia as massas, mais do que o imperialismo [...].

Não tendo forças para exercer uma oposição consistente às pressões imperialistas e de latifundiários, a fração de classe representada por Vargas buscava apoio nas massas para não ser ultrapassada. Quando era demasiadamente pressionado por baixo ou pela esquerda, Vargas pendia para a direita e aproximava-se do imperialismo.⁹⁶³

A análise das contradições do “nacionalismo-burguês” brasileiro do pós-guerra continuaria por parte do POR em suas elaborações sobre os governos seguintes ao de Getúlio Vargas. A partir dos anos 60, esse nacionalismo seria cada vez mais associado à idéia de bonapartismo.

⁹⁶⁰ LEAL, M. *Op. cit.*, p. 169.

⁹⁶¹ POR. “O nacionalismo na América Latina: comunistas ou fascistas?” in *Frente Operária*, nº. 1, novembro de 1952, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p. 50.

⁹⁶² LEAL, M. *Op. cit.*, p. 50-51.

⁹⁶³ *Idem*, p. 51-52.

Em agosto de 1961, no mês final da curta passagem de Jânio Quadros pela Presidência da República, o POR analisou que seu governo estaria “marchando para o bonapartismo”, e que este “poder bonapartista” seria “dirigido fundamentalmente contra as massas, para cujas reivindicações não tem solução, e não contra as forças reacionárias que entravam a política de reformas”.⁹⁶⁴

Sob o governo de João Goulart (1961-1964), teriam um forte peso nas publicações do POR as interpretações referentes às várias correntes dos nacionalismos “burguês” e “pequeno-burguês” encabeçadas por figuras como Francisco Julião, Leonel Brizola e o próprio Jango. Se, como vimos, o governo de Vargas já havia sido algumas vezes denominado de bonapartista pelo POR, ao longo do governo Goulart o agrupamento trotskista vislumbrou no movimento nacionalista brasileiro a emergência de alas bonapartistas dispostas a se apoiarem nas massas em um processo de enfrentamento com o imperialismo.⁹⁶⁵ Seguindo as orientações de Posadas, o POR associou a possível emergência de um bonapartismo de cunho nacionalista (“nasserista”) no Brasil à natureza “terceiro-mundista” do país.⁹⁶⁶

Em meio às análises das crises políticas que proliferavam, a idéia de bonapartismo apareceria com mais frequência. Segundo Murilo Leal, o POR, a partir da greve geral que derrubou Auro de Moura Andrade,⁹⁶⁷ começou a vislumbrar o surgimento de uma ala bonapartista de tipo “nasserista” no país,⁹⁶⁸ identificada por políticos como Jânio Quadros, San Tiago Dantas e o próprio presidente João Goulart.⁹⁶⁹ Quando da crise gerada pela rebelião dos sargentos em setembro de 1963 (ocasionada pelo não reconhecimento por parte do Supremo Tribunal Federal da “elegibilidade” dos sargentos),⁹⁷⁰ o POR realizou uma

⁹⁶⁴ POR. “A Marcha para o autoritarismo e a forma de fechar-lhe o caminho” in *Frente Operária*, nº. 52, 1961, apud LEAL, M. *Op. cit.*, p.113.

⁹⁶⁵ LEAL, M. *Op. cit.*, p. 169-195.

⁹⁶⁶ LEAL, M. *Op. cit.*, p. 173-174.

⁹⁶⁷ Quanto à mobilização dos trabalhadores que derrubou o primeiro-ministro Auro de Moura Andrade, ver MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. *Op. cit.*, p. 59, e MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica nos anos 60*. (dissertação de mestrado). Niterói: PPGH/UFF, 2009 (ver, especialmente, cap. II).

⁹⁶⁸ Liderando o Grupo de Oficiais Livres, Abdel Gamal Nasser chegou ao poder no Egito em 23 de junho de 1953, por meio de um golpe de Estado. Marcado por políticas de cunho antiimperialista, o governo de Nasser tornou-se uma referência para vários segmentos da esquerda latino-americana (e do “terceiro mundo” em geral) que almejavam a constituição de regimes calcados em uma política-econômica de perfil nacionalista.

⁹⁶⁹ LEAL, M. *Op. cit.*, p. 170.

⁹⁷⁰ A Constituição de 1946 não concedia aos praças de pré o direito de se candidatarem a cargos eletivos. No entanto, nas eleições de 1962, vários sargentos elegeram-se, recorrendo imediatamente ao Supremo Tribunal Federal (STF) com o objetivo de assumirem seus postos no Poder Legislativo. No dia 11 de setembro, o STF decidiu pela inelegibilidade dos sargentos por sete votos a um. Como resposta, cerca de seiscentos sargentos, cabos e soldados rebelaram-se em Brasília contra a decisão judicial e ocuparam os ministérios da Marinha e da Justiça, a Base Aérea e a Área Alfa da Marinha. O presidente em exercício da Câmara dos Deputados, Clóvis Mota, e o ministro do STF, Victor Nunes Leal, ficaram sob o poder dos insurgentes. O levante foi dominado poucas horas depois de iniciado. João Goulart afirmou que, em horas como aquelas, o governo seria sempre inflexível na manutenção da ordem e na preservação das instituições, mas acabaria anistiando os revoltosos. Quanto a este episódio, ver, entre outras obras, VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil* (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 451.

análise em que enxergava uma acentuação dos traços bonapartistas do regime político vigente, e expôs seu entendimento acerca do conceito:

Quando o poder da classe dominante não pode mais apoiar-se no domínio social e político, surge o fenômeno do bonapartismo, do nasserismo (...) o bonapartismo tende a substituir a autoridade direta da classe dominante – que não existe mais – por uma equipe que governa com aparente independência, em meio [às] forças sociais em conflito. O bonapartismo serve ainda aos interesses da classe dominante, porém, não pode basear-se nela para governar (...). O bonapartismo substitui a burguesia no exercício direto do poder, em princípio para preservar seus interesses históricos de classe, que ela não mais está em condições de gerir.

Por isso o bonapartismo puxa forças do movimento de massas e pode fazê-lo na medida em que este não tem direção revolucionária nem centro organizativo independente (...).

Nesta última crise se reforçaram as tendências bonapartistas e nasseristas que estão à esquerda de Goulart: Assis Brasil, [Pedro Paulo de Araujo] Suzano, [Almirante] Aragão, [Osvino] Ferreira Alves e também, de certo modo, Brizola, Neiva Moreira etc.⁹⁷¹

No ambiente de crise gerada pela tentativa de implantação do *estado de sítio* por Goulart em outubro de 1963, o POR detectou, novamente, a possibilidade crescente de ocorrência de um golpe de Estado de tipo bonapartista no país, desferido agora por parte de setores reformistas e “nacionalistas” da burguesia, e afirmou, de forma surpreendente, que não se colocaria contra esse possível golpe de caráter “nasserista”.⁹⁷²

Até o momento, nas páginas deste capítulo, pudemos observar como as organizações políticas trotskistas do período 1930-1964, mobilizando *a teoria do bonapartismo*, anteciparam em suas publicações e documentos muitas das análises e interpretações sobre o caráter da dominação burguesa no Brasil as quais seriam elaboradas nos anos 60, 70 e 80 por conhecidos intelectuais acadêmicos. A julgar pelos já expostos contatos entre alguns destes intelectuais e algumas daquelas organizações, podemos inferir que, muito provavelmente, o seu compartilhamento de caracterizações “bonapartistas” sobre o Brasil populista não se tratou de mera coincidência teórico-analítica.

Um *intermezzo* para a polêmica historiográfica: o movimento de revisão do populismo (da valorização das lutas operárias ao fetichismo do varguismo)

Consagrada até o fim do século XX nos meios acadêmicos e mesmo nos espaços políticos *stricto sensu*, a *teoria marxista do populismo* brasileiro, formulada a partir da década de 1960, possui – e é isso que esperamos ter demonstrado até aqui – raízes na *teoria do bonapartismo*, a qual, muitas vezes – como foi visto acima –, serviu de importante ferramenta analítica para os pequenos grupos trotskistas brasileiros do período 1930-1964.

⁹⁷¹ POR. “O sentido da crise atual” in *Frente Operária*, nº. 104, 1ª quinzena de outubro de 1963, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p. 170-171.

⁹⁷² POR. “As tendências atuais da situação” in *Frente Operária*, nº. 112, 12 de dezembro de 1963, *apud* LEAL, M. *Op. cit.*, p. 173.

Com o andar da carruagem científica, porém, desde a década de 1990, a teoria proposta por Weffort e Ianni para dar conta do processo sócio-político pelo qual o Brasil se transformou em uma sociedade urbano-industrial passou a ser alvo de críticas por parte de certos setores do pensamento historiográfico. A partir dos anos 2000, com a adesão de outros autores, o teor das críticas se elevou. De lá pra cá, elas só fizeram se intensificar, ganhando cada vez mais adeptos entre as jovens gerações de pesquisadores no campo das ciências sociais.

Olhando retrospectivamente, portanto, é possível percebemos o surgimento e o desenvolvimento de um expressivo movimento de revisão historiográfica do chamado período populista da história nacional. Buscando sintonizar nossa pesquisa com o *estado d'arte* de nosso objeto (ou pelo menos com parte considerável dele), procederemos neste item a um sucinto debate com esse movimento de revisão ou, mais precisamente, com suas duas *correntes* constituintes. Passemos então a ele.

Nos últimos anos, os vocábulos populismo e populistas, em suas acepções mais liberais e vulgares, voltaram a ser utilizados em larga escala nos *mass media* brasileiros. Um tanto quanto indiscriminadamente, costumam ser empregados para se referir pejorativamente a quaisquer governos e governantes que, mais em termos retóricos do que práticos, procuram se distanciar do *dogma* neoliberal e ousam questionar a *infabilidade papal* de Washington. Assim, Hugo Chávez, Evo Morales, Rafael Corrêa, Daniel Ortega, e até mesmo o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, são tachados sumariamente de populistas. De uma verborragia antiimperialista a um simples aumento do salário mínimo, passando pela ampliação de programas assistencialistas focalizados, tudo é visto como populismo pelos editores da grande imprensa. Com suas irascíveis críticas às lideranças “demagógicas” que buscam sustentação político-social nas sempre “perigosas” massas populares, o vil jornalismo político da atualidade parece fantasticamente nos conduzir de volta às décadas de 1950 e 1960.

Também pela historiografia brasileira atual, a polarização daquelas agitadas décadas foi trazida à tona novamente, como objeto de estudo. No pólo oposto dos escribas midiáticos de ontem e de hoje (embora dispondo de um significativo espaço nos jornais e programas televisivos), alguns conhecidos historiadores levaram a cabo nas últimas décadas – e o continuam fazendo – um movimento de *reabilitação historiográfica* do populismo brasileiro e de suas lideranças políticas. Esses pesquisadores opuseram-se, desse modo, tanto às concepções teóricas formalistas e abertamente antipopulares, que condenaram o populismo por seu distanciamento da democracia liberal institucionalizada, quanto, principalmente, a uma historiografia marxista que vira naquele uma forma específica de dominação política de classe num período de aceleradas urbanização e industrialização do país.

Buscando se diferenciar desses dois extremos interpretativos, os historiadores *revisionistas*⁹⁷³ rejeitaram a própria idéia de populismo: se, antes – disseram eles –, o termo teria servido de acusação à Vargas e outras lideranças políticas “populares” por parte das elites adeptas da exclusão política das massas, depois, o mesmo teria ganhado um estatuto conceitual por meio das linhas de intelectuais marxistas que, desejosos de uma revolução socialista nos moldes “leninistas”, voltaram suas baterias contra o varguismo (numa espécie de “aliança tácita”, ao nível da teoria, com aquelas “elites”). Assim, no lugar do populismo, os *revisionistas* propuseram, já há algum tempo, o conceito de “trabalhismo”, o qual vem paulatinamente ganhando mais espaço nas novas pesquisas históricas sobre o Brasil contemporâneo. Tendo o conflito político do período populista reduzido a uma simples disputa entre “trabalhistas” e “elites antipopulares”, os historiadores *revisionistas* colocaram-se claramente ao lado dos primeiros. Prioritariamente, dirigiram suas críticas aos cientistas sociais marxistas que, nos anos 60 e 70 do século passado, teriam, menosprezado as diferenças entre ambas, construído uma visão negativa do “trabalhismo” e batizando-o de populismo (Weffort, Ianni, Saes, Marini, Régis Andrade, Dreifuss etc.).

O movimento de revisão historiográfica do populismo, entretanto, é mais amplo e sofisticado do que sua *corrente revisionista*, congregando também, por exemplo, autores que, mais à esquerda no plano teórico-político, expuseram a existência de inúmeras e combativas lutas operárias entre 1930 e 1964, questionando, desse modo, a tese de um “sindicalismo populista” tal como fora proposta pelos formuladores marxistas do populismo, isto é, a de um movimento sindical integralmente subsumido à lógica estatal-populista. Embora significativamente distintos dos *revisionistas*, também esses historiadores, a nosso ver, deixaram se levar, de certa forma, pelo discurso dos atores políticos da época; agora não mais pelo dos chefes de Estado e lideranças políticas populistas/trabalhistas, mas sim pelo dos dirigentes sindicais reformistas, ligados, em grande parte, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ao mesmo tempo em que iluminaram as antes obscurecidas mobilizações operárias ocorridas sob o populismo, esses historiadores procuraram reabilitar também muitos daqueles que as dirigiram, e que o fizeram, em última análise (e, às vezes, em primeira) por um viés de “colaboração de classe”, pautado pela lógica da “cidadania”. De certo modo, pode-se dizer que esses historiadores (revisores, mas não *revisionistas*) acabaram por reificar algumas

⁹⁷³ A alcunha de “*revisionistas*” (de longa tradição pejorativa nos debates marxistas) foi empregada pelo filósofo marxista Caio Navarro de Toledo para se referir aos historiadores que, a partir de 2004, começaram a defender mais abertamente uma revisão conservadora das interpretações sobre o Golpe de 1964 (TOLEDO. Caio Navarro de. “As falácias do revisionismo” in *Crítica Marxista*, n°. 19. Campinas, 2004, p. 27-48). Tomamos aqui o termo emprestado de Toledo, até porque, para além do caráter do debate que aqui propomos (de perspectiva similar ao realizado pelo filósofo marxista), muitos dos historiadores *revisionistas* do populismo por nós abordados são os justamente os mesmos responsáveis pela tal revisão conservadora do Golpe de 1964.

formas *rebaixadas* de subjetividade apresentadas pelo proletariado brasileiro de então. Terminologicamente – vale antecipar –, não chegaram a recusar o uso do conceito de populismo.

O conceito de populismo *nas cordas do ringue* historiográfico: os dois *campos* da revisão em curso.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, a proposta analítica formulada por Weffort e Ianni acabaria por orientar inúmeros trabalhos acadêmicos sobre a classe trabalhadora brasileira e suas organizações sindicais e políticas do período 1930-1964.⁹⁷⁴ Iniciada em fins dos anos 70, a ascensão sindical e política da classe trabalhadora brasileira contribuiria para reforçar a teoria do populismo nos ambientes de pesquisa social. Objeto de estudo de diversos cientistas sociais, o chamado “novo sindicalismo”, pelas próprias questões práticas que colocava (luta contra a legislação sindical corporativista, defesa da organização sindical pela base etc.) funcionou como uma espécie de acicate para estudos historiográficos sobre a classe trabalhadora no período pré-1930, visto como um momento no qual os trabalhadores ainda gozariam de uma autonomia organizativa, em contraste com a posterior tutela estatal sobre o movimento sindical (elemento central, como vimos, nas elaborações sobre o populismo).⁹⁷⁵

Se a precedência dos estudos sobre o “mundo do trabalho” – como pôde ser visto até aqui – coubera, em grande parte, aos sociólogos e cientistas políticos, a partir da década de

⁹⁷⁴ A historiadora Virgínia Fontes afirma que a matriz explicativa oferecida por Weffort para a “Revolução de 1930” – marco inicial do populismo –, calcada na idéia de “crise de hegemonia”, tornou-se preponderante nas ciências sociais do país, “figurando inclusive em livros didáticos”. FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil” in _____. *Reflexões im-pertinentes. História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005., p. 202. Vale ressaltar, contudo, que, nesse mesmo período (décadas de 1970 e 1980), as temáticas vinculadas ao movimento operário da etapa 1930-1964 receberam também abordagens distintas das referendadas no conceito de populismo; possivelmente o caso mais exemplar seja o clássico trabalho supracitado do cientista político Luiz Werneck Vianna sobre a estrutura sindical brasileira (VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Op. cit.)

⁹⁷⁵ Um dos primeiros trabalhos produzidos sob a “inspiração” do “novo sindicalismo” acerca dos primeiros passos da classe trabalhadora foi HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do Trabalho no Brasil. Das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982. Contudo, ainda nos anos 70, havia sido publicado o primeiro trabalho historiográfico acerca da participação dos trabalhadores ao longo da Primeira República: FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976. Nos anos 80 e 90, muitos autores (adeptos ou não das teses weffortianas sobre o “sindicalismo populista”) se dedicaram à investigação o “novo sindicalismo”. Entre outros trabalhos sobre o tema, citamos: MOISÉS, José Álvaro. “As estratégias do novo sindicalismo” in *Revista de cultura política*, nº. 5 e 6. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança” in *Sociedade e política no Brasil pós-1964*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984; SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988; RODRIGUES, Leôncio Martins. “As tendências políticas na formação das centrais sindicais” in BOITO Jr. Armando (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 e _____. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; BOITO Jr., Armando. “Reforma e persistência na estrutura sindical brasileira” in _____. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Op. cit.; ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do Trabalho. O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978-1980*. 2ª edição. Campinas: EdUNICAMP, 1992, e _____. *O novo sindicalismo no Brasil* (2ª edição). Campinas: Pontes, 1995; MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Niterói: Vício de leitura, 1998.

1980, muitos historiadores finalmente lançaram-se nas investigações sobre a história da classe trabalhadora brasileira e suas lutas sindicais e políticas. Em um primeiro momento, as pesquisas concentraram-se temporalmente nos anos da Primeira República, tomados, conforme dito no parágrafo anterior, como uma fase “autônoma” do movimento operário. Com o avançar da década, o período republicano pós-1930, com destaque para o balizamento 1946-1964, passou a receber também atenção especial dos estudiosos. Iniciava-se, assim, aquilo que denominamos como um movimento de revisão historiográfica do período populista da história republicana brasileira. Como já antecipamos, tal movimento não é dotado de homogeneidade analítica, teórica e política, e nele podem ser entrevistados pelo menos dois grandes *campos*, dois diferentes *caminhos interpretativos* – que por vezes se cruzam, é verdade – acerca das relações entre Estado e classe trabalhadora durante o travejamento temporal 1930-1964.

A trajetória de um destes *campos* remonta a 1988, quando a historiadora Angela de Castro Gomes publicou sua tese de doutoramento sob o título de *A invenção do trabalhismo*,⁹⁷⁶ provocando substantivas alterações no curso dos debates referente ao período em questão. Teve lugar, então, uma seqüência, *ainda em andamento*, de críticas à forma como a relação entre poder estatal e trabalhadores no pós-1930 vinha sendo compreendida nos meios acadêmicos dedicados ao tema, ainda fortemente influenciados pelas abordagens de Weffort e Ianni. Criticando o papel “passivo”, de “objeto”, supostamente conferido aos trabalhadores do período 1930-1964 pelas análises então vigentes, Gomes propôs a categoria de “trabalhismo”, inicialmente como uma rejeição implícita ao conceito de populismo. Segundo a autora, o termo populismo seria dotado de tom pejorativo e associado a uma relação de manipulação entre um Estado/sujeito e trabalhadores/objetos. Buscava-se, como a própria autora depois salientaria, entender os mecanismos de interlocução entre Estado e trabalhadores, procurando atribuir a estes últimos “um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades”.⁹⁷⁷

De certa forma, Angela Gomes fez escola, e seguiram-se várias pesquisas imbuídas da missão de propor explicitamente uma substituição direta do conceito de populismo pelo de “trabalhismo”. Formava-se, assim, um dos *campos* – e talvez o mais *cool* entre as novas gerações de historiadores e jornalistas políticos – do referido movimento de revisão historiográfica, *campo* esse que aqui denominamos de *revisionista*. Em trabalhos polêmicos

⁹⁷⁶ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

⁹⁷⁷ GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito” in FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 46.

datados de 2001, os historiadores Jorge Ferreira⁹⁷⁸ e Daniel Aarão Reis Filho⁹⁷⁹ realizaram análises críticas concernentes à categoria de populismo, colimando demonstrar sua total ineficácia como instrumental explicativo das relações entre Estado e trabalhadores no período situado entre as ditaduras do Estado Novo e militar.

O outro *campo* da revisão historiográfica do populismo (já mencionado pouco acima) foi constituído por sugestivas pesquisas produzidas na década de 1990 voltadas para o estudo das lutas operárias no pós-1930, em especial no pós-1945. Construídas a partir de sólida análise de fontes primárias pouco exploradas e conferindo um novo valor a entrevistas com militantes sindicais da época, tais pesquisas lançaram luz sobre diversas experiências concretas dos trabalhadores no período, expondo sua capacidade mobilizatória e organizativa, assim como sua utilização própria da legislação trabalhista nos embates com o capital. Questionando historiograficamente a idéia de uma adscrição total dos setores explorados ao Estado e aos políticos “demagógicos”, esses estudos opuseram-se às teses de Weffort e Ianni acerca de uma classe trabalhadora que, adormecida pela “política de massas” e repressão estatais, teria, ao longo do populismo, se portado ideologicamente como *massa*, e não como *classe*.⁹⁸⁰ Como parte integrante e expressiva deste *campo*, localizamos a existência de uma importante *corrente* constituída por destacados intelectuais que, individual e coletivamente, realizaram pesquisas acadêmicas vinculadas a determinados programas de pós-graduação da Universidade de Campinas (Unicamp – SP).

⁹⁷⁸ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira” in ____ (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Op. cit., p. 59-124.

⁹⁷⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita” in FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Op. cit., p. 319-377.

⁹⁸⁰ À guisa de exemplo, citamos alguns trabalhos imbuídos, em maior ou menor grau, dessa perspectiva: COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995; SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade. 1937-1968*. São Paulo, Hucitec/Pref. Municipal de Santos, 1995; _____. “Direitos, política e trabalho no Porto de Santos” in FORTES, Alexandre (e outros). *Na luta por direitos*. Campinas, EdUnicamp, 1999; _____. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul: Edusc/ Rio de Janeiro: Garamond, 2004; NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004; FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008; SILVA, Maria Carolina G. *A greve dos tecelões cariocas: partidos e sindicatos no Segundo Governo Vargas* (dissertação de mestrado). Niterói, UFF, 1995; OLIVEIRA, Ana Lúcia V. de Santa Cruz. *Sindicato e sindicalismo bancário*. Rio de Janeiro, EDUR/SEEB-RJ, 1998. MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro*. Op. cit.; ABREU, Paulo Tenório de. *As greves no Rio de Janeiro (1955-1964)* (dissertação de mestrado). Niterói, UFF, 2001; ALMEIDA, Antonio de. *Lutas, organização coletiva e cotidiano. Cultura e política no ABC paulista. 1930-1980* (tese de doutorado). São Paulo, USP, 1996; VARUSSA, Rinaldo José. *Trabalho e legislação: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho*. São Paulo, PUC-SP, 2002; FRENCH, John D. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo, Hucitec/Pref. Mun. De São Caetano do Sul, 1995 e _____. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. Vale destacar que parte significativa dessa leva de trabalhos é caracterizada também pelo recurso a interdisciplinaridade – elemento, aliás, marcante dos estudos sobre o “mundo do trabalho” no Brasil desde seus primórdios – e o olhar enfático sobre várias dimensões da vida social da classe trabalhadora, tais como cultura, moradia, cotidiano etc., até então relegadas a segundo plano pela prática historiográfica.

No breve exercício de debate historiográfico que aqui propomos, faremos, primeiramente, um debate científico e *fraternal* com essa *corrente* composta pelos historiadores *campineiros*. Depois, finalmente, chegaremos ao debate, duro porquanto politicamente mais necessário que o anterior, com a *corrente revisionista*.

Populismo e “luta por direitos”: a *corrente* historiográfica da Unicamp

Composta em grande parte por historiadores afeitos às contribuições da chamada *história social inglesa* e ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), tal *corrente* rejeitou a afirmação da existência de uma “heteronomia” da classe trabalhadora durante os anos 1930-1964 e, adotando uma concepção mais elástica do conceito de consciência de classe, de inspiração *thompsoniana*, tomou muitas das atitudes dos trabalhadores ocorridas nesse período como legítimas atitudes *classistas*.⁹⁸¹

Debruçando-se sobre vasta documentação escrita e oral concernente à vida sindical de diversas categorias profissionais a partir de meados da década de 1940, esses pesquisadores se depararam com uma série de manifestações dos trabalhadores que extrapolou os limites impostos às atividades da classe pela legislação corporativista que regia o funcionamento dos sindicatos. O cuidadoso trabalho feito com publicações operárias, atas sindicais e depoimentos orais de ex-ativistas, entre outras fontes, acabou por dar luz à presença, sob a vigência do populismo, de atuantes “comissões de fábricas” e outras formas organizativas por local de trabalho, assim como a vários movimentos paredistas que utilizaram, a seu modo e dentro das possibilidades reais, as controladas entidades sindicais. Graças a tais pesquisas, tomou-se conhecimento das astuciosas formas inventadas pelas bases sindicais para “driblar” os interventores estatais, como também dos muitos casos em que estas foram, na prática, além das intenções dos seus dirigentes e líderes de perfil “colaboracionista”. A coerente conclusão de tal *corrente* historiográfica é de que se, por um lado, é verdade que a tutela do Estado populista sobre as organizações associativas de classe impôs significativos limites às mobilizações autônomas dos trabalhadores, por outro, pode-se assegurar que aquela não se erigiu em um insuperável óbice para estas.

Uma síntese dessa leitura alternativa sobre papel desempenhado pela classe trabalhadora sob o populismo encontra-se exposta, ente outros lugares, na conclusão de uma das interessantes pesquisas de Hélio da Costa, expoente da *corrente* em questão:

⁹⁸¹ Como componentes dessa *corrente*, destacamos os jovens historiadores Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa e Paulo Fontes, todos estes orientados em seus doutorados realizados na Unicamp, formal ou informalmente, pelos historiadores Marco Aurélio Garcia e Michael Hall. Duas outras importantes influências para o jovem grupo de historiadores *campineiros* são a socióloga Maria Célia Paoli (USP) e o historiador, também *brasilianista* norte-americano, John French (Duke University).

Tivemos acesso a várias fábricas e oficinas, onde eles [os trabalhadores] faziam circular abaixo-assinados, elegiam comissões de representantes, organizavam greves, enfrentavam a repressão.

Entramos no recinto dos sindicatos e nos deparamos com suas dependências lotadas em concorridas assembléias às vésperas de muitas greves. Em outros momentos fomos tomados por um clima tenso nos sindicatos, marcado pela repressão, com interventores e policiais voltando à cena. Os frequentes conflitos entre comunistas e ministerialistas pelas direções dos sindicatos também fizeram parte do seu cotidiano nessa década [1943-1953] [...].

Ao se apoderarem dos sindicatos, os ativistas utilizavam suas brechas legais contra as arbitrariedades patronais [...] Mesmo nos momentos mais difíceis enfrentados pelo movimento sindical, como foi o caso do período 1947/1950, os seus ativistas conseguiram, mesmo sendo vitimados pela repressão, encontrar subterfúgios para manterem sua militância [...].

Em suma, mesmo nos piores momentos, os trabalhadores tinham noção das regras do jogo e buscavam alterá-las, embora conhecendo seus limites. É importante atentarmos para este aspecto para entendermos a rejeição de boa parte dos ativistas sindicais a abandonarem os sindicatos oficiais como espaço de militância [...]

As lutas travadas nesse período foram lutas profundamente enraizadas nos locais de trabalho e adquiriram, sempre que a conjuntura política permitiu, um caráter de massa expressivo. Nesse sentido, a fábrica, as ruas e os sindicatos não foram espaços excludentes da luta operária.⁹⁸²

Como se pode notar, tal perspectiva interpretativa sobre a dinâmica sindical do período vai de encontro ao modelo de “sindicalismo populista”, no qual o movimento sindical aparece, como vimos, dotado de uma natureza eminentemente “burocrática”, “cupulista” e “colaboracionista”, pois distante das demandas econômicas de suas bases, composto por estruturas verticalizadas (como as chamadas “organizações paralelas”) e adepto de seu próprio atrelamento ao Estado.

No mesmo exercício crítico de verificação histórica, outro elemento constitutivo da teoria populista relativizado por autores como Hélio da Costa é a assertiva de que a bem-sucedida “manobra” das massas populares pelo Estado – isto é, o “desvio” daquelas de seus reais interesses por parte deste – teve no papel desempenhado pelas direções políticas da classe operária, com destaque para o PCB, um de seus principais pontos-de-apoio. Como foi visto, na ótica de autores como Ianni e Weffort, a política comunista, pouco crítica à estrutura sindical corporativista, enredada no projeto nacionalista de aliança de classes e marcada por práticas burocráticas, teria funcionado como uma importante engrenagem na prestidigitadora máquina populista. Por outro ângulo analítico, a historiografia *operária* da Unicamp buscou ressaltar a forte penetração do PCB entre as mais diversas categorias de trabalhadores e valorizar o papel exercido por sua militância no período 1930-1964. Em investigações empíricas, foram visualizados não desprezíveis desencontros entre as deliberações políticas oficiais da direção do PCB, mais moderadas, e a atuação concreta, por vezes mais combativa e radicalizada, dos comunistas junto ao cotidiano da classe trabalhadora.

No encontro com os trabalhadores nos seus locais de trabalho deparamo-nos com a presença marcante do Partido Comunista Brasileiro no cotidiano fabril e nas mobilizações de massa desse período. O PCB era a grande novidade política. Era o partido da “ordem e tranquilidade”, da

⁹⁸² COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995, p. 199-203.

“Constituinte com Getúlio”, mas era simultaneamente o partido das ruas, das praças, das festas populares, dos bairros operários, das fábricas e, enquanto organização partidária, foi praticamente o único a exercer forte sedução sobre a classe trabalhadora e a juventude.⁹⁸³

Seguidas vezes encontramos com o Partido Comunista Brasileiro nas nossas andanças pelas décadas de 1940 e 1950, marcando sua presença nos locais de trabalho, nos sindicatos e nas ruas. O PCB foi, sem sombra de dúvida, a corrente política de maior influência no movimento operário. Sua conduta, porém, foi marcada pela ambiguidade. Tentou sem sucesso ser o partido da ordem e, ao mesmo tempo, como partido que se propunha a representar os trabalhadores, não podia isolar-se das suas lutas. O resultado foi o constante desencontro entre a direção e a base do partido.⁹⁸⁴

Em função dessa “ambiguidade”, Hélio da Costa chegou até mesmo a propor a existência de “dois PCs” no período em questão:

Afinal, o que foi o Partido Comunista Brasileiro nesse período? Uma confrontação da prática desse partido com o movimento operário mostrará que ele dela se separa e se funde ao mesmo tempo. Em outras palavras, o PCB não era um bloco monolítico em que sua prática e o seu discurso se articulavam de forma coerente e harmoniosa todo o tempo. Havia dois PCs na realidade. Um PC mais ligado à cúpula do discurso oficial que apelava para as massas “apertarem os cintos”, buscando congelar suas demandas imediatas; e outro que convivia com um ativismo intenso nas bases do partido nos bairros, nas fábricas, colocando-se à frente de muitas dessas reivindicações consideradas temerárias pela direção do partido.⁹⁸⁵

Fernando Teixeira da Silva, outro representante da *corrente* historiográfica em tela, corroborando a visão acima, foi ainda mais longe em sua objeção às teses de Weffort e Ianni que realçaram os equívocos cometidos pelos comunistas sob o populismo. Em um sintético artigo,⁹⁸⁶ resultante de sua pesquisa de fôlego sobre as lutas dos portuários de Santos (SP) entre 1937-1968,⁹⁸⁷ Teixeira da Silva almejou reabilitar política e sindicalmente não só as lideranças comunistas da cidade, como também as *petebistas* (trabalhistas do PTB) as quais estiveram à frente das entidades sindicais (como o Sindicato dos Operários dos Serviços Portuários de Santos – Sosps) e intersindicais (como o Fórum sindical de Debates – FSD – e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos – Usoms) que buscaram representar a categoria em suas demandas ao Estado e à patronal:

As lideranças não formavam uma casta à parte e os trabalhadores não constituíam uma massa manipulada pelos compromissos políticos de seus dirigentes. Desde o pós-guerra, os êxitos de comunistas e trabalhistas dependiam de seu enraizamento na experiência de classe; sua formação política podia estar tão vinculada à cultura portuária quanto à partidária, e a atuação de muitos militantes intermediários entre bases e cúpulas foi fundamental para dar sustentação ao prestígio desfrutado pelo sindicalismo de inspiração nacionalista. Muitos dirigentes sindicais eram antes de mais nada operários e não foram poucas as vezes que ignoraram ou deram as costas às orientações de cúpulas

⁹⁸³ COSTA, Hélio da. *Em busca da memória...* Op. cit., p. 6.

⁹⁸⁴ *Idem*, p. 199-200.

⁹⁸⁵ *Idem*, p. 8. A tese que propõe a existência de “dois PCs” durante certos momentos do período populista encontra-se também, com suas devidas particularidades, em trabalhos como MATTOS, M. Badaró, *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro*. Op. cit. e SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

⁹⁸⁶ SILVA, Fernando Teixeira da. “Direitos, política e trabalho no Porto de Santos”. Op. cit.

⁹⁸⁷ SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa...* Op. cit.

partidárias para não se verem abandonados pelos trabalhadores, *ou porque estavam de fato comprometidos com eles*.⁹⁸⁸

Assim, em termos gerais, pode-se dizer que essa linhagem analítica da participação dos trabalhadores no processo sócio-político de 1930-1964 colocou em xeque não só a tese de um sindicalismo totalmente cooptado pelo Estado, como também questionou (ou pelo menos amainou) as duras críticas direcionadas ao PCB por parte da intelectualidade universitária de esquerda no pós-1964.

Opondo-se, assim, à noção de uma classe trabalhadora “heterônoma” sob a vigência do populismo, essa *corrente* historiográfica promoveu um resgate das lutas operárias sob o populismo a partir de um registro teórico-interpretativo que as tomou como “lutas por direitos”, como lutas dos trabalhadores pela “cidadania”.

Pensamos que talvez resida nesse último aspecto uma conexão entre uma revisão historiográfica mais específica, dedicada, como expusemos nas páginas anteriores, ao objeto do “sindicalismo populista”, e outra revisão historiográfica de caráter mais geral, voltada para um questionamento do modo como a dominação populista se encontra exposta nos trabalhos de Ianni e Weffort. Vejamos isso rapidamente.

Segundo os historiadores em questão, a dominação do Estado populista sobre os setores sociais subalternos teria se dado, entre outros expedientes, por meio da criação e legitimação de uma ampla esfera pública, de natureza eminentemente jurídica e ideológica, que conferiu “cidadania” à classe trabalhadora – o que, aliás, já havia sido destacado pelos próprios Weffort e Ianni, como vimos. Entretanto – e aqui se encontra a “inovação” proposta por esta historiografia da Unicamp –, ainda que montada com a finalidade de subordinar os trabalhadores à ordem capitalista brasileira em remodelação, tal esfera acabaria por ter se tornado também um espaço no qual aqueles, portando-se como “cidadãos”, lutaram combativamente pelos seus “direitos” por ela estipulados.⁹⁸⁹ Fazendo uso próprio da legislação do Trabalho e dos direitos sociais “concedidos” pela política *trabalhista*, a classe trabalhadora, por inúmeras vezes, os teria invocado no sentido de exigir, via Estado, o cumprimento e aplicação de seus dispositivos legais por parte dos “relapsos” industriais, comerciantes e demais segmentos da classe dominante. Nessas inúmeras lutas travadas pelos *trabalhadores-cidadãos* – enfatizam tais historiadores –, o movimento sindical do período (o “sindicalismo populista” de Weffort) teria desempenhado um papel fundamental, alçando pontes entre as reivindicações operárias, muitas delas pautadas na própria legislação

⁹⁸⁸ SILVA. Fernando Teixeira da. “Direitos, política...”. *Op. cit.*, p. 72. Grifos nossos.

⁹⁸⁹ Pode ser interessante assinalarmos aqui, entretanto, que o próprio Octavio Ianni já havia dito que “o populismo da burguesia não é exatamente o populismo das massas assalariadas” (IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. *Op. cit.*, p. 138.)

trabalhista vigente, e o poder estatal, supostamente responsável por garantir que esta fosse obedecida à risca pelo Capital.

Observando as relações, na década de 1950, entre os portuários santistas, seu sindicato (Sosp), a Companhia Docas de Santos – a concessionária do governo federal para explorar e administrar o Porto da cidade – e o Estado populista, Teixeira da Silva expressou com clareza a perspectiva acima apresentada:

Com efeito, nos anos 50, a sindicalização atingiu 100% da categoria e a atuação petebista no Sosp foi fundamental para as primeiras conquistas mais sólidas dos doqueiros, garantidas em convenções coletivas de trabalho que visavam “civilizar a Companhia”.⁹⁹⁰ Diversas vezes, entrou em ação contra a empresa a política de relacionamento direto da direção do sindicato com o presidente da República e o Ministério do Trabalho. Na perspectiva de encontrar condições favoráveis à negociação e com o objetivo de criar um contrapeso ao desproporcional peso da Companhia, as relações entre operários e Estado assumem novo significado. A aspiração por direitos, a existência de instituições como a Justiça do Trabalho e a intervenção pessoal de autoridades governamentais, e do próprio presidente da República, tornaram-se instrumentos eficazes para subordinar o poder privado ao “domínio da lei”.

Na ótica dos trabalhadores, pelo fato de exercer, em última instância, o controle da indústria portuária, o governo dispunha de mecanismos jurídicos e coercitivos potencialmente capazes de estabelecer a “justiça”, obrigando a empresa a cumprir seus deveres, concedendo aos seus empregados o que lhes era “de direito”. Essa era a *função* do “poder central” no que tange às *expectativas e exigências* de justiça por parte dos operários. O sindicalismo de viés trabalhista foi, sem dúvida, um instrumento eficaz para exprimir e materializar essa representação jurídico-política do poder, tornando-se um meio pelo qual dirigentes e comissões de trabalhadores podiam entrar em contato direto com as autoridades.⁹⁹¹

Em trechos citados anteriormente, pudemos perceber como seus autores procuraram explicitar a existência de um movimento e lideranças sindicais (comunistas e trabalhistas) que, longe de terem sido completamente adormecidos pelos instrumentos coercitivos, materiais e ideológicos do Estado populista, empreenderam, por diversos meios e táticas (comissões de fábrica, sindicatos paralelos, sindicatos oficiais etc.), importantes batalhas contra a dominação exercida por este. Como já apontamos, a idéia de “sindicalismo populista” foi relativizada pelos historiadores *campineiros* a partir da refutação empírica de muitas das características negativas que a constituíam tal como fora formulada pelos teóricos do populismo. Na lógica expressa no trecho acima, porém, são alguns dos próprios instrumentos da dominação estatal, como o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho, que passam a ter sua natureza política relativizada, a partir da constatação de que, enquanto campos de negociações, conflitos e disputas, teriam sido utilizados pelos trabalhadores em suas lutas *cidadãs*, nas quais eram *ressignificadas* noções como “justiça” e “direitos”.

Da crítica à forma “reducionista” pela qual a intelectualidade acadêmica marxista dos anos 60/70 abordou o sindicalismo brasileiro da etapa populista, nossos historiadores

⁹⁹⁰ Estranhamente, o índice de 100% de sindicalização é aqui utilizado como uma evidência do êxito do sindicalismo *petebista*, quando, na verdade, com o chamado *closed shopp*, praticamente só trabalhava quem era sindicalizado, pouco importando qual era a direção do sindicato ou mesmo seu presidente.

⁹⁹¹ SILVA. Fernando Teixeira da. “Direitos, política...”. *Op. cit.*, p. 62. Grifos do autor.

thompsonianos chegaram, portanto, a uma revisão histórica referente às formas pelas quais se operavam as relações de dominação entre Estado e trabalhadores no pós-1930. Buscou-se, assim, valorizar um papel ativo dos trabalhadores no âmbito destas relações, assinalando que muitos deles “extraíram do ‘modelo populista’ os recursos necessários às suas reivindicações, lutas e ao fortalecimento de suas noções de dignidade e justiça social”.⁹⁹² A partir de suas próprias “experiências e expectativas”, os trabalhadores teriam se apropriado seletivamente de mensagens e discursos oficiais, “operado deslocamentos em seus significados e propósitos originais”.⁹⁹³ Assim, muitos elementos e práticas da vida sindical populista que haviam sido tomadas, pela interpretação sociológica *clássica*, como expressões da “cooptação” e “manipulação” dos trabalhadores pelo Estado varguista sofreram re-interpretações que, de certo modo, os positivaram. Por conseguinte, uma estirpe de lideranças políticas e sindicais, dantes “cupulista”, “colaboracionista” e responsável pelos descaminhos políticos de suas bases operárias, foi *reconciliada* com estas últimas pelas linhas dos historiadores em questão, livrando-se, assim, de um longo anátema bibliográfico que a acompanhava. Mais uma vez, o trabalho de Fernando Teixeira da Silva sobre os portuários santistas é exemplar dessa matriz interpretativa do populismo:

A experiência cotidianamente vivida nos locais de trabalho era o filtro pelo qual [os trabalhadores portuários] testavam a legitimidade de determinados princípios do ideário trabalhista. Ordenação jurídica da sociedade e legislação do Trabalho não foram meras amarras diluidoras de sua ação, mas um elemento formador de sua cultura e experiências que ameaçavam romper e ultrapassar a lógica de interdependência entre governo e trabalhadores [...]

A explicação do período, baseada na tese do abandono das bases pelas lideranças sindicais, não está convincentemente demonstrada [...] A crítica ao cupulismo, longe de ter voltado sua atenção para as bases, nas quais depositava suas apostas, lançou suas luzes demasiadamente para o alto. Mas visto num plano mais baixo, onde tudo parecia mera subordinação, existiam experiências democráticas entre trabalhadores e lideranças. Havia também independência em relação ao governo e exercício de uma *cidadania* que estava longe de ser a simples emanção de um Estado cujo poder se fundamentaria em sua suposta capacidade de cooptar o movimento sindical. Este, por sua vez, não dependia simplesmente de uma bem arquitetada manobra no apertado espaço das lutas palacianas, onde pretendiam disputar um lugar ao sol com outras forças políticas. Comunistas e trabalhistas não eram um elemento exterior aos portuários. Eles podiam ser lideranças tanto quanto os trabalhadores o permitissem, traçando os limites de sua atuação.⁹⁹⁴

Expandindo essa nova perspectiva analítica para além do âmbito sindical e militante, alguns desses historiadores tomaram como objeto as relações eleitorais entre determinados

⁹⁹² *Idem*, p. 80.

⁹⁹³ *Idem*. A tese que aponta a utilização particular da legislação trabalhista por parte dos trabalhadores se encontra originalmente, e de modo ainda incipiente, em FRENCH, John D. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. Op. cit.* Em um trabalho posterior, o historiador *brasilianista* a desenvolveria, explicitando-a mais e alargando o escopo espacial de sua aplicação: “condenados a atuar no universo fraudulento criado pela CLT – que era manipulada contra os trabalhadores –, os militantes da classe trabalhadora e os sindicalistas, depois de 1943, subverteriam na prática a “lei” existente por meio de uma luta para fazer da lei (como um ideal imaginário) uma realidade” (_____. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. Op. cit.*, p.72).

⁹⁹⁴ SILVA. Fernando Teixeira da. “Direitos, política...”. *Op. cit.*, p. 81. Grifo nosso.

contingentes populares e certos políticos populistas. Adriano Duarte e Paulo Fontes, por exemplo, investigando o enorme apoio prestado pelos habitantes dos bairros periféricos paulistanos Mooca e São Miguel Paulista aos políticos Adhemar de Barros e Jânio Quadros, tentaram compreendê-lo por um caminho explicativo alternativo ao da “manipulação” e “cooptação” populistas. Mais uma vez, é a tese da “luta por direitos” que embala tal análise:

As relações entre as classes populares, por meio das organizações de bairro, com os políticos populistas, aqui especificados nas figuras de Jânio e Adhemar, estão muito longe de exprimir alguma idéia de subordinação, inadequação, falsa consciência ou atitudes pré-políticas. Ao contrário, a constante referência, por parte das classes populares, ao poder público como alvo e endereço de suas reivindicações está diretamente ligada à centralidade do seu papel na vida cotidiana do cidadão comum em questões como o saneamento básico, eletrificação, calçamento, transporte e, conseqüentemente, na definição do que concebiam como direito à qualidade de vida [...]

Os políticos iam ao bairro buscar votos, apoio e reconhecimento; os moradores queriam a ajuda e a intervenção de um político protetor que se colocasse como defensor do bairro e intermediasse junto aos órgãos públicos as suas demandas. E o instrumento dessa barganha foi o voto. Mas essa percepção popular da política era uma via de mão dupla. Ela resultava da percepção que tinham as classes populares de como eram vistos [sic] pelo poder público.⁹⁹⁵

Na contramão da interpretação *clássica* quanto à relação *líder populista-massas populares*, Duarte e Fontes concluem que a maneira destas últimas de se relacionarem com o voto não seria “nem equivocada, nem alienada”. Ao contrário, o ato da classe trabalhadora de sufragar nas cédulas eleitorais nomes conservadores como Jânio e Adhemar suporia “uma clara noção de direitos”. Por conta disso, seria preciso, segundo nossos historiadores, “relativizar a idéia de que nessa relação de troca não haja implícita uma noção de cidadania e representação”.⁹⁹⁶

Sem muito esforço, é possível observar nessa *corrente* historiográfica uma significativa influência da *ideologia da “cidadania”* que, de origem liberal e há muito presente no marxismo de linhagem social-democrata, foi abraçada entusiasticamente por grande parte da *intelligentsia petista* em meados dos anos 80 e, sobretudo, a partir da década de 1990. A adoção de tal ideologia não implicou, entretanto, um abandono da totalidade dos instrumentais marxistas de análise por parte dos historiadores em questão. Assim, ao se deter sobre as atividades sindicais e partidárias dos trabalhadores brasileiros durante o período populista, essa *corrente* historiográfica ecleticamente amalgamou noções como “luta de classes” e “cidadania”, “hegemonia” e “luta por direitos”. Provavelmente, esse hibridismo teórico esteja na raiz explicativa do fato de que esses historiadores ao mesmo tempo em que encetaram um indispensável resgate das lutas operárias sob a dominação populista, o fizeram tomando-as, em tom laudatório, como lutas por “*cidadania*”.

⁹⁹⁵ DUARTE, Adriano e FONTES, Paulo. “O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)” in *Cadernos AEL: Populismo e trabalhismo* (v. 11, nº. 20/21). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2004, p. 118-119.

⁹⁹⁶ *Idem*, p. 119.

Rejeitando, ainda que implicitamente, a velha disjuntiva marxista “*reforma x revolução*”, assim como sua correlata leninista “*consciência sindicalista x consciência revolucionária*”,⁹⁹⁷ nossos historiadores *thompsonianos* parecem ter apreendido estas “lutas por direitos” um tanto quanto acriticamente. Embora as tenham enxergado, corretamente, como inegáveis expressões da consciência de classe do proletariado brasileiro da época, nossos historiadores, talvez presos a um certo empirismo, nos dão a impressão de que, para eles, nenhum tipo de qualificação de cunho teórico-político pode ser feita sobre aquela consciência historicamente verificada (como por exemplo, considerá-la como uma subjetividade aquém das possibilidades reais e dos interesses históricos de seus portadores).⁹⁹⁸ O fato de que muitas dessas lutas estiveram, segundo os próprios historiadores, calcadas na legislação varguista e imersas no ideário trabalhista, não os leva a, ao menos, excogitar se a consciência alcançada pelos trabalhadores quando destas não estaria ainda cingida ao universo político e ideológico das classes dominantes brasileiras do período – expressando, assim, uma forma de subjetividade heterônoma (“de massa”, segundo Weffort e Ianni) ou, pelo menos, uma consciência de classe *atrasada, rebaixada*.

Consequentemente, não há espaço na produção dessa *corrente* para o antigo questionamento, também de procedência marxista, quanto aos limites políticos e históricos das lutas travadas pelos trabalhadores por *dentro da ordem* social capitalista, assuma essa ordem uma feição política democrático-burguesa, bonapartista, ditatorial, reformista, populista etc. Por um viés historiográfico social-democrata, as lutas impulsionadas pelos trabalhadores brasileiros por *dentro da ordem* capitalista de então, a ordem populista, são, por essa *corrente*, demasiadamente valorizadas, tal como as lideranças sindicais e políticas que estiveram à frente delas, e em nenhum momento têm lugar em seus trabalhos indagações históricas como: por que a classe trabalhadora brasileira não foi capaz de travar um sólido embate contra a dominação populista? Por que sua plataforma política se encontrou em grande parte limitada ao horizonte nacional-reformista? Quais foram os resultados, a médio prazo, do fato de suas lutas terem se referendado nos instrumentos jurídicos e ideológicos trabalhistas (ainda que conferindo a estes um significado próprio)? O que significava, em última análise, o voto operário em nomes como Jânio Quadros e Adhemar de Barros? Quais foram as consequências políticas da *eterna* “tática”, propugnada por muitos dos “comprometidos” dirigentes (*pecebistas* e *petebistas*), de colaboração com o Estado e os políticos *progressistas*? Qual a responsabilidade dessas direções pela facilidade com que as classes dominantes saíram vitoriosas em 1964? Ou ainda, em nível mais abstrato: o que

⁹⁹⁷ LÊNIN, V. Que Fazer? in _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-ômega, 1982, v. I.

⁹⁹⁸ Essa positivação implícita da consciência sindicalista/reformista dos trabalhadores brasileiros de então poderia levar, em outros tempos, nossos historiadores *thompsonianos* a serem chamados também de *bersteinianos*. Em outros tempos...

significa, historicamente, para a classe trabalhadora (seja ela brasileira, haitiana ou francesa), abdicar de uma luta *contra a ordem* capitalista, qualquer que seja esta?

Por fim, não é escusado explicitarmos aqui que, *embora acabe por suavizar alguns dos expedientes da dominação populista sobre os trabalhadores* (CLT, estrutura e burocracia sindicais, manipulação e manobra de massas, paternalismo, *trabalhismo*, assistencialismo social, eleitoralismo, ideologia da “cidadania” e da “colaboração de classes”, lideranças operárias *colaboracionistas* etc.), essa *corrente* historiográfica *não chega a negar a existência desta dominação*. Aliás, a importante e eficaz luz lançada por seus membros sobre as várias e diversificadas lutas populares ao longo do populismo já é, por si só, uma evidência de que a dominação de classe se fazia presente tanto no período quanto em suas obras.

Essa perspectiva de interpretação do período 1930-1964, fundamentada em uma leitura de *Thompson* a partir da valorização da “cidadania”, tem como consequência terminológica a recusa à substituição do conceito de populismo pelo de “trabalhismo”, tal como propõe o outro *campo* da revisão historiográfica, o qual discutiremos a seguir. Segundo os historiadores *campineiros*, nessa troca conceitual se correria o risco de “substituir o estigma pela apologia”,⁹⁹⁹ além de que a “ênfase isolada no aspecto trabalhista das relações políticas e sociais” poderia obscurecer “outras dimensões centrais da experiência dos trabalhadores” existentes naquele período, como, por exemplo, a “dimensão urbana”.¹⁰⁰⁰ Para esses historiadores, na medida em que dialoga com um “contínuo fazer-se e refazer-se” das classes populares, o conceito de populismo ainda daria conta de “alguns aspectos da [sua] constituição histórica”.¹⁰⁰¹ Assim, “ao invés de tomá-lo [o populismo] como um fenômeno imposto de fora para dentro da classe, ou como uma ideologia, que implicaria a manipulação externa”, seria adequado “compreendê-lo como um sistema político”, isto é, como uma “conjugação complexa e sofisticada de interesses e disputas entre atores desiguais, mas que não prescindia da reciprocidade e da negociação, na qual as classes populares estiveram presentes de forma decisiva”.¹⁰⁰²

Como era gostoso o nosso populismo: a corrente revisionista fluminense

Embora comungue algumas preferências bibliográficas com a *corrente campineira*, o outro *campo* da revisão historiográfica do populismo encerra um conteúdo teórico-político fundamentalmente distinto daquela. Com ampla audiência entre as jovens gerações de pesquisadores alérgicos ao marxismo, e gozando de certo prestígio entre os finórios

⁹⁹⁹ FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Op. cit., p. 438.

¹⁰⁰⁰ DUARTE, Adriano e FONTES, Paulo. Op. cit., p. 116

¹⁰⁰¹ *Idem*, p. 117.

¹⁰⁰² *Idem*.

“comentaristas políticos” dos *mass media*, o *campo* aqui alcunhado de *revisionista* tem como membros muitos cientistas políticos, sociólogos e historiadores que, não obstante suas diferenças epistemológicas e partidárias, difundem uma visão positivada do varguismo e das instituições políticas da etapa histórica 1930-1964, com ênfase na “democracia” instituída pela Constituição de 1946.

Fazendo as vezes de “vanguarda acadêmica” desse *campo* indisfarçavelmente conservador, encontra-se uma *corrente* composta por conhecidos historiadores da Universidade Federal Fluminense (UFF), a saber, os já referidos Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes. O trabalho mais expressivo das posições historiográficas dessa *corrente revisionista fluminense* – a qual pode ser considerada como a verdadeira antípoda da teoria do populismo – é a supracitada coletânea *O populismo e sua história: debate e crítica*, organizada por Ferreira e publicada em 2001.¹⁰⁰³ Trazendo outras contribuições à temática populista escritas por Maria Helena Capelatto, Regina Morel, Elina Pessanha, Lucília Neves Delgado, e mesmo pelos *campineiros* Hélio da Costa e Fernando Teixeira da Silva (cujos posicionamentos destoam visivelmente dos demais autores), a coletânea reserva um espaço destacado para os artigos dos três maiores expoentes da *corrente*.

Em trabalhos de cortes espaciais distintos, mas com temporalidades e matriz teórica similares, Angela de Castro Gomes¹⁰⁰⁴ e Jorge Ferreira¹⁰⁰⁵ realizaram balanços críticos do conceito de populismo, respectivamente, nas ciências sociais latino-americana e brasileira (em particular). Após mencionarem as primeiras produções bibliográficas sobre o tema, como as provenientes do “Grupo de Itatiaia” de 1952, do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) de 1953, e dos sociólogos argentinos Gino Germani e Torcuato Di Tella, ambos os trabalhos desembocam nos textos de Ianni e Weffort, tomados (com razão) como os mais expressivos nos meios acadêmicos nacionais e continentais. Daniel Aarão Reis Filho, em seu artigo *O colapso do colapso do populismo ou A propósito de uma herança maldita*,¹⁰⁰⁶ após se deter superficialmente na radicalização política às vésperas da derrubada de Jango, concentrou-se, assim como Ferreira e Gomes, na análise e crítica áspera às concepções de Ianni e Weffort.

Detenhamo-nos, muito ligeiramente, sobre algumas das teses *revisionistas* contidas nestes trabalhos.

¹⁰⁰³ FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica. Op. cit.*

¹⁰⁰⁴ GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais...”. *Op. cit.* Esse artigo, publicado anteriormente em 1996 (*Tempo*. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, v. I, nº. 2. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996), recebeu a adição de um “pós-escrito” em sua versão contida na coletânea de 2001.

¹⁰⁰⁵ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa...”. *Op. cit.*

¹⁰⁰⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. *Op. cit.*

Procurando desenvolver as idéias que alinhavara em sua pioneira *Invenção do trabalhismo* (1988),¹⁰⁰⁷ Angela de Castro Gomes, no artigo da coletânea em questão, argumentou que a noção de “manipulação de massas” utilizada por Weffort, embora fosse dotada de uma “intrínseca ambiguidade” (por expressar “tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas quanto uma forma de atendimento de suas reais demandas”),¹⁰⁰⁸ teria (equivocadamente) apresentado

uma relação em que um dos termos é concebido como forte e ativo, enquanto o outro é fraco e passivo, não possuindo capacidade de impulsão própria por não estar organizado como classe. As massas ou os setores populares, não sendo concebidos como atores/sujeitos nesta relação política, mas sim como destinatários/objetos a que se remetem as formulações e políticas populistas, só poderiam mesmo ser manipulados ou cooptados (caso das lideranças), o que significa precipuamente, senão literalmente, enganados ou ao menos desviados de uma opção consciente.¹⁰⁰⁹

Consequentemente, para o trato historiográfico das relações entre Estado e trabalhadores no pós-1930, Angela Gomes propôs, desta vez explicitamente, a categoria de “trabalhismo” como substitutiva da de populismo. Na ótica da historiadora, enquanto a idéia de populismo traria a errônea compreensão de que os trabalhadores teriam sido “manipulados” e “manobrados” pelo Estado, o conceito de “trabalhismo” atribuiria aos primeiros “um papel ativo, vale dizer, uma presença constante na interlocução com o Estado”, reconhecendo “um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados mas igualmente capazes não só de se apropriar das propostas político-ideológicas um do outro, como de relações”.¹⁰¹⁰

Seguindo o caminho interpretativo proposto por Gomes, o *revisionista* Jorge Ferreira elevou o volume da crítica aos teóricos do populismo. Dispensando os cuidados e ressalvas da refinada historiadora – que, como vimos, reconheceu, por exemplo, que noção *weffortiana* de “manipulação de massas” continha uma “intrínseca ambiguidade” –, Ferreira procurou negar por completo a teoria populista. Em “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”,¹⁰¹¹ o historiador a acusou de retratar de forma “maniqueísta”¹⁰¹² o relacionamento entre a máquina estatal getulista e a classe trabalhadora que adentrava o cenário político-institucional no pós-1930; para Ferreira, por terem se inspirado no conceito gramsciano de “hegemonia”,¹⁰¹³ os estudos calcados na idéia de populismo acabaram por tomar o Estado como uma entidade todo-poderosa, ao passo que os trabalhadores (ou, *simplesmente*, a

¹⁰⁰⁷ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. *Op. cit.*

¹⁰⁰⁸ GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais...”. *Op. cit.*, p. 34.

¹⁰⁰⁹ *Idem*, p.34-35.

¹⁰¹⁰ *Idem*, p. 46.

¹⁰¹¹ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa...”. *Op. cit.*

¹⁰¹² *Idem*, p. 95.

¹⁰¹³ *Idem*, p. 85.

“sociedade”, como por vezes escreve o historiador) teriam sido neles retratados apenas como pobres vítimas inermes:

Culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade, eis alguns dos fundamentos da noção de populismo [...]

Como uma via de mão única, de cima para baixo, à luz do enfoque opressor e oprimido, o Estado, todo-poderoso, pela violência física e ideológica, domina e subjuga a sociedade, os trabalhadores em particular, surgindo, desse modo, uma relação destituída de interação e interlocução entre as partes. O Estado, com um poder desmedido, “total” em algumas versões, transforma a sociedade em elemento passivo, inerte e vitimizado. Assim, no Brasil, em 1930, 1935 ou certamente 1937, os governantes, armados com variados dispositivos “simbólicos” de dominação ideológica, em alguns casos psicológica, teriam tido a capacidade de manipular, por meio de imagens e representações, as emoções e a sensibilidade das pessoas, dominando, inclusive, as suas mentes.¹⁰¹⁴

A débil colocação de Ferreira nos impele a alguns breves comentários críticos.

Primeiramente, por um simples critério de honestidade intelectual, devemos ratificar que tanto Weffort como Ianni não fizeram uso da noção de “manipulação de massas” do modo como lhes seria depois atribuído por Ferreira. Ambos deixaram claro, em várias passagens de seus trabalhos – e Angela Gomes bem o percebeu –, que a “manipulação” do Estado sobre os setores subalternos assentava-se, essencialmente, no atendimento por parte do primeiro a determinadas demandas sociais dos últimos. De modo algum, tal “manipulação” foi por eles interpretada como um fenômeno de ordem meramente ideológica, calcado simplesmente na eficácia demagógica das lideranças populistas. Em seu mais conhecido texto, Weffort foi explícito ao dizer que

a noção de manipulação, tanto quanto a de passividade popular, precisa ser relativizada, concretizada historicamente, para que possamos entender a significação real do populismo. A imagem, se não o conceito, mais adequada para entendermos as relações entre massas urbanas e alguns grupos representados no Estado é a de uma aliança (tática) entre setores de diferentes classes sociais na qual evidentemente a hegemonia encontra-se sempre ao lado dos interesses vinculados às classes dominantes, *mas torna-se impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares*, entre as quais a reivindicação do emprego, de maiores possibilidades de consumo e de direito de participação nos assuntos do Estado. Aspirações mínimas, por certo, mas decisivas na política de massas num país como o Brasil.¹⁰¹⁵

Em *A formação do Estado populista na América Latina*, de 1975, Ianni também demonstrou nutrir a mesma preocupação de Weffort a respeito de possíveis depreensões simplistas da noção de “manipulação de massas”. Dialogando com a incipiente bibliografia até então existente sobre a temática populista, o sociólogo criticou justamente certas análises que apresentavam as massas urbanas como um “elemento passivo, manipulado de cima”; para Ianni, tal entendimento expressaria uma “contradição em termos”, já que, “na medida [em]

¹⁰¹⁴ *Idem*, p. 63-94

¹⁰¹⁵ WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira” in _____. *O populismo na política brasileira*. Op. cit., p. 75-76. Grifos nossos.

que o populismo se funda na aliança de classes – e este é um conteúdo essencial do seu policlassismo – deve haver algum tipo de barganha entre as classes da coalizão”.¹⁰¹⁶

Em segundo lugar, convém colocar que, ainda que tenha sido objeto de distintas apreensões, o conceito gramsciano de “hegemonia” – cuja utilização, segundo Ferreira, estaria na base de uma visão “maquiavélica” de Ianni e Weffort sobre as relações entre “Estado e sociedade” no 1930-1964 – diz respeito, segundo quase todos os intérpretes do marxista sardo, a uma forma particular de dominação político-social, na qual a classe ou fração de classe *dirigente* combinaria elementos de *consenso* e de *coerção* no seu exercício de *direção* da nação.¹⁰¹⁷ Desse modo, não é necessário envidar muitos esforços para se perceber que a noção de “hegemonia”, ao menos no seu sentido gramsciano, nada tem a ver com a dicotomia Estado forte (“culpado”) x sociedade fraca (“vítima”), falsamente atribuída aos teóricos do populismo. Ademais, nas elaborações destes últimos, em especial nas de Weffort e Ianni, a emergência do populismo derivaria justamente de uma *ausência de hegemonia* (“crise de hegemonia”), de sorte que o “Estado de compromisso”, forjado com a “Revolução de 1930”, seria justamente uma solução encontrada para a inexistência de um grupo social hegemônico face à *débâcle* da antiga “hegemonia” da oligarquia cafeicultora. Por conseguinte, a proposta interpretativa do Estado populista como um “Estado de compromisso” aproxima-se – e é isso o que demonstramos há pouco – muito mais da idéia marxista de *regime bonapartista* do que de um raciocínio de tipo weberiano que vislumbra uma submissão da “sociedade” a um Estado de natureza “patrimonialista”.

Porém, o mais curioso da crítica de Ferreira é que, após adjudicar erroneamente à teoria do populismo uma concepção “maniqueísta” e antitética da relação entre Estado e sociedade, foi o próprio historiador quem, guiado, ele sim, pela lógica formal, acabou por adotar uma visão pueril sobre tal relação, conferindo-lhe, ao final, um sentido positivo. Tomando abstratamente conceitos como Estado e sociedade – ignorando, assim, o caráter de classe do primeiro decorrente do antagonismo estruturante da segunda – Ferreira propôs uma interpretação histórica do Brasil pós-1930 na qual a relação entre ambos se encontraria *equalizada*, tendendo a uma *harmonização*, e não mais à oposição. À maneira *idealista*, Ferreira procurou, desse modo, *conciliar* aquilo que a teoria do populismo teria, supostamente, separado. Na verdade, o historiador *revisionista* não faz mais do que, por intermédio de um *balanceamento* dos termos da relação (“Estado – sociedade”), reafirmar a mesma matriz teórica liberal que informa a tese de um Estado que subjuga a sociedade; a diferença é que, no texto de Ferreira, a suposta subjugação deu lugar a uma espécie de cumplicidade harmônica.

¹⁰¹⁶ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. *Op. cit.*, p. 42-43.

¹⁰¹⁷ Não custa lembrar que a *dosagem* de cada um desses componentes na fórmula da “hegemonia” é objeto de polêmicas dentro do campo gramsciano (como pudemos ver na Introdução à primeira parte deste trabalho).

De uma forma ou de outra, opostos ou não, *aliados ou adversários*, Estado e sociedade não parecem estar, na análise do autor, atravessados pela luta de classes:

Na época do “primeiro governo” Vargas, muitas foram as denúncias deste tipo [“muitos teriam escrito cartas a Vargas, ao Dops ou à polícia denunciando os opositores do regime porque se encontravam atemorizados, ou aterrorizados, com as supostas ameaças dos inimigos, reais ou fictícios, ao governo e, portanto, à ordem social”], e, hoje, facilmente as encontramos no Arquivo Nacional ou nos arquivos do Dops. São delações de que o vizinho era integralista ou comunista; as famílias alemãs não falavam português; o comerciante da esquina estocava alimentos; o fulano era um conhecido agiota. Todas as denúncias eram seguidas de nomes e endereços. Supor que as pessoas delatavam as outras por pressões “simbólicas” do Estado é ter como premissa que a sociedade, em seu estado “normal”, seria “boa”, mas, ao ser corrompida moralmente pelos governantes do Estado Novo, ter-se-ia transformado em um bando de delatores. Mais difícil, repito, é compreender que a sociedade, em si mesma, não era tão “boa” e isenta de culpas, e que nela circulavam preconceitos contra judeus; manifestavam-se rancores contra alemães e japoneses, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial; existiam pessoas com horror dos comunistas ou dos integralistas; encontravam-se alguns que queriam punir o comerciante da esquina desmedido em seus lucros; havia outras que desejavam livrar-se das dívidas com o agiota – e, em alguns casos, do próprio marido. Se havia uma ditadura que se mostrava disposta a ajudá-las, o caminho ficava mais fácil. Em outras palavras, as relações entre Estado e sociedade não eram de mão única, de cima pra baixo, mas, sim, de interlocução, de cumplicidade.¹⁰¹⁸

Assim, tratados pelo historiador como categorias estanques, Estado e sociedade teriam, sob a ditadura *estadonovista*, compartilhado a “maldade” humana, antes supostamente vista como um apanágio exclusivo do Estado. Com efeito, distante das linhas de Ferreira está a idéia de que o Estado, *grosso modo*, posta-se como o representante de uma ou mais partes da sociedade *contra outras partes dessa mesma sociedade* e que, portanto, não há, senão para a velha filosofia *idealista* burguesa, uma relação entre a sociedade *in totum* e o Estado. O mesmo tipo de raciocínio liberal pode ser encontrado nas análises de Daniel Aarão Reis Filho sobre os buliçosos momentos finais do governo Goulart, quando “a sociedade”, segundo o historiador, foi “chamada a decidir se queria, ou não, e de que forma, as tão propaladas reformas [de base]”.¹⁰¹⁹

Deixando transparecer suas preferências políticas no tempo passado (e talvez também no tempo presente), os historiadores *revisionistas* finalmente apontaram aquele que teria sido o elemento mediador/conciliador entre Estado e sociedade: *a tradição trabalhista*.

Talvez seja o caso de falar um pouco desta tradição, uma vez que impregna, embora largamente rejeitada, a história do país a partir dos anos 40. Constituiu-se no quadro do processo de urbanização e de industrialização, e se caracterizava por um programa nacionalista, estatista e popular. Autonomia no quadro das relações internacionais, com a definição do que então se chamava uma política externa independente. Estado intervencionista no campo econômico, regulador, desenvolvimentista. Redes de proteção para os trabalhadores: institutos de aposentadorias e pensões, sindicatos assistencialistas, justiça do trabalho, em cuja administração as lideranças sindicais participavam ativamente: uma cornucópia. Sem contar as empresas diretamente controladas pelo Estado, as estatais, com seus generosos planos de carreira, financiamentos específicos e proteção contra o desemprego [...]

¹⁰¹⁸ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa...”. *Op. cit.*, p. 94-95.

¹⁰¹⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. *Op. cit.*, p. 340.

Às vésperas da instauração da ditadura, em março de 1964, [a “tradição trabalhista”] adquirira já uma identidade relativamente consolidada, carregando, nos centros urbanos, boa parte dos votos dos trabalhadores assalariados. E aparecia na liderança das lutas nacionalistas (contra o capital estrangeiro, por uma lei rigorosa sobre remessa de lucros para o exterior, pela afirmação do poder e da cultura nacionais), pela distribuição de renda (aumentos salariais, reforma tributária) e de poder (voto para os analfabetos e para os graduados das forças armadas, controle sobre o poder econômico nas eleições etc.)¹⁰²⁰

Se, para Daniel Aarão Reis Filho, o “trabalhismo” foi visto como esse cabedal de direitos dos assalariados, como essa fonte abundante de benefícios sociais (“uma cornucópia”!!!) que – tal como a burocracia prussiana para o velho Hegel – teria permitido uma harmonização entre Estado e sociedade, Jorge Ferreira, por sua vez, não ficou atrás em sua nostalgia do varguismo, ao considerar que “embora diversificado e apropriado por organizações da sociedade civil, o trabalhismo orientou-se por um eixo, por uma estrutura dorsal nacionalista, distributivista e desenvolvimentista, permitindo a construção de um projeto para o país, marcado por forte solidariedade.”¹⁰²¹ Afastando-se de qualquer tradição teórica embasada na crítica social, e obliterando a dimensão do conflito de classes na arena histórica, Ferreira chegou a promover, via “trabalhismo”, uma identificação quase completa entre Estado e trabalhadores (os quais, por vezes – repetimos –, aparecem como sinônimo de sociedade e vice-versa):

Houve, decerto, a intervenção estatal, insisto. Sobretudo a partir de 1942, a formulação do projeto trabalhista pelo Estado contribuiu, de maneira decisiva, para configurar uma identidade coletiva da classe trabalhadora. Mas, em qualquer experiência histórica, os assalariados sofrem influências dos contextos sociais, políticos e ideológicos em que vivem. No caso brasileiro, como em outros, tratou-se de uma *relação*, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses em comum. No trabalhismo, estavam presentes idéias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas e sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica.¹⁰²²

O trecho acima talvez possa ser considerado a *finis* flor do pensamento *revisionista*, uma espécie de síntese dessa indisfarçada apologia da Era Vargas.

Em um verdadeiro devaneio keynesiano, é proposta a idéia de que, sob o “trabalhismo”, Estado e trabalhadores “identificaram interesses em comum”. A nosso ver, a asserção de que, em um significativo espaço de tempo como o período populista (1930-1964) – e não em um ou outro momento episódico, como uma guerra, uma catástrofe natural etc. –

¹⁰²⁰ *Idem*, p. 345-346.

¹⁰²¹ FERREIRA, Jorge. “Introdução” in _____. (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica. Op. cit.*, p. 14-15.

¹⁰²² FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa”. *Op. cit.*, p. 103. Grifo do autor. Segundo o perspicaz historiador Wesley Carvalho, a lógica que embala o raciocínio de Ferreira exposto acima poderia nos conduzir à seguinte [e perigosa] conclusão: “Se histórico também foi o nazismo”, e o foi “como ‘um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais’, ele expressaria, portanto, [também] uma consciência de classe ‘legítima’”. (CARVALHO, Wesley. *Saúde e política no Rio de Janeiro de Pedro Ernesto (1931-1936)* (dissertação de mestrado). Niterói, PPGH, 2012, p. 52 [nota 121]).

pode ter havido uma comunhão de interesses entre o proletariado e a máquina estatal capitalista é um tanto quanto absurda, não requerendo sequer uma crítica mais elaborada aqui.

Igualmente inconsistente teórica e historicamente, a *ousada* interpretação do *trabalhismo* como uma “legítima” expressão da “consciência de classe” dos trabalhadores brasileiros expõe um distanciamento/oposição do autor em relação a toda uma tradição marxista dedicada à temática da subjetividade política dos estratos subalternos. Reparemos que já não se trata, como no caso dos historiadores *campineiros*, de uma valorização acrítica das formas rebaixadas de subjetividade dos trabalhadores (consciência sindicalista, reformista etc.) verificadas no período populista: agora, é o *trabalhismo* getulista, uma ideologia político-social gestada pela cúpula dirigente do Estado brasileiro – e isso os próprios *revisionistas* reconhecem – que é apontada como uma verdadeira, legítima e inquestionável consciência de classe do proletariado nacional (!!!)

O que se encontra subjacente nessa identificação entre “trabalhismo” e consciência de classe proposta por Jorge Ferreira (e, mais discretamente, pelos demais *revisionistas*) é uma perspectiva teórica conhecida como *marxismo analítico* (também chamada de *marxismo da escolha racional*), desenvolvida por autores como Adam Przeworski e Jon Elster. Ecleticamente fundindo uma sociologia marxista das “classes sociais” com a categoria weberiana de “ação racional”, esse amálgama teórico contém ainda, sub-repticiamente, alguns preceitos vulgares da economia política neoclássica *utilitarista* (como o do *homo economicus* – que já se fazia presente, aliás, na economia burguesa clássica –, cujas ações buscariam maximizar lucros e minimizar prejuízos); dessa forma, o *marxismo analítico* simplesmente descarta a noção marxiana de “ideologia”, a nosso ver, indispensável para o entendimento das relações entre as classes dominantes e dominadas, particularmente no que diz respeito à sustentação social que as últimas (salvo nas situações excepcionais, revolucionárias) oferecem aos regimes políticos das primeiras.¹⁰²³

Com o fito de combater a idéia da “manipulação das massas” propugnada por Weffort e Ianni, os *revisionistas* esgrimiram, assim, o argumento de que se as massas populares apoiaram, por várias vezes, as lideranças políticas do regime varguista, foi única e exclusivamente porque *elas assim o quiseram* ou, continuando o silogismo antidialético, foi

¹⁰²³ Uma crítica ao *marxismo analítico* pode ser encontrada em BENSAD, Daniel. *Marx, o intempestivo*. *Op. cit.*, p. 62-103. Quanto à sua adoção por parte dos autores *revisionistas*, vale mencionar a influência recebida da obra de Argelina Figueiredo, *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964* (São Paulo: Paz e Terra, 1993), que introduziu no Brasil a vertente teórica em questão. Assim como nos trabalhos dos *revisionistas* do populismo, há na obra de Argelina Figueiredo um forte teor antimarxista, que a leva a responsabilizar a esquerda brasileira pelo fim do regime “democrático” (1946-1964). Uma interessante crítica à perspectiva interpretativa de Figueiredo acerca do Golpe de 1964 (assim como a outros autores que a seguiram, como os próprios Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira) pode ser encontrada em MELO, Demian. “A miséria da historiografia” in *Outubro*, n.º. 14. São Paulo: Alameda, 2006, p. 111-130, e em TOLEDO. Caio Navarro de. “As falácias do revisionismo”. *Op. cit.*

porque os chefes trabalhistas e afins eram, de fato, representantes das vontades populares mais intensamente sentidas. Apresentado como uma simples *opção racional* dos trabalhadores brasileiros, o engenhoso *trabalhismo* construído por Vargas, Marcondes Filho e cia., fundamental na estrutura populista de dominação política sobre os trabalhadores, foi simplesmente positivado pela historiografia *revisionista*. Como bem afirmou Marcelo Badaró Mattos, a crítica ao conceito de populismo proposta por essa historiografia acabou por “enredar-se na mesma polarização política da época, embora no pólo oposto, ao defender abertamente os argumentos usados pelos ‘acusados’ de populistas, ou seja, de que na verdade eram legítimas lideranças populares e progressistas, acusados por uma elite conservadora que não se conformava com a entrada na cena política dos trabalhadores.”¹⁰²⁴

Sob um registro teórico que diz conceber os trabalhadores brasileiros como sujeitos de sua própria história, escamoteia-se nestes trabalhos *revisionistas* uma perspectiva analítica profundamente conservadora, a qual tem como precípua objetivo historiográfico-político (ou talvez político-historiográfico) promover uma positivação das formas populistas de dominação de classe. *Trata-se, na verdade, de uma defesa populista do populismo* – ou, se quisermos, *de uma defesa bonapartista do bonapartismo*. Jogando com as palavras do próprio Ferreira, poderíamos dizer ainda que os *revisionistas* reivindicam a “coisa” (populismo), embora rejeitem seu “nome” (populismo).

Historiadores, política, passado e presente: uma indagação à guisa de conclusão

Tem sido muito comum entre os membros e adeptos desta última *corrente* analisada, a *revisionista*, relacionar a concepção *clássica* (marxista) do conceito de populismo às trajetórias políticas de seus principais formuladores. Segundo essa proposta associativa entre política e teoria, intelectuais como Ianni e Weffort, por terem se situado em um plano teórico-político *à esquerda* do PCB nos anos 60/70, teriam atribuído ao partido uma exagerada responsabilidade pelo desfecho trágico de 1964, ao mesmo tempo em que acabaram por *estigmatizar* a forma como a classe trabalhadora portou-se face ao Estado e às classes dominantes no período 1930-1964.

Assim, o próprio conceito de populismo, segundo os *revisionistas*, não passaria, como já dissemos, de uma *invenção* de cunho pejorativo, fruto de uma ampla aliança ideológica contra o “trabalhismo”, a qual incluiria desde os teóricos do populismo, que denunciavam a “manipulação” dos trabalhadores pelo varguismo e seus colaboradores (com ênfase no PCB), até a direita tradicional brasileira e seus ideólogos, sempre hostis à participação dos setores

¹⁰²⁴ MATTOS, Marcelo Badaró (coord.) [et. al.] *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003, p. 28-29.

populares na cena política nacional. Para os *revisionistas*, esboçada nas décadas de 1940 e 1950 (a partir da junção de jornalistas liberais, adversários da política social varguista e até mesmo de intelectuais *isebianos*, responsáveis pelas primeiras elaborações sobre o populismo),

foi nos anos 60, sobretudo a partir de 1963, que a aliança se ampliou enormemente. Além da imprensa e de novos sociólogos, agora nas universidades, agregaram-se os militares golpistas, a direita civil, a Igreja, os capitalistas, as classes médias conservadoras e os crentes da ortodoxia marxista-leninista. Todos, no dizer de Daniel Aarão Reis Filho, tinham as contas a ajustar com o grande inimigo: o trabalhismo. E tão liquidado o queriam, que o defunto sequer teve o direito de levar seu próprio nome ao túmulo: “batizado pela sociologia paulista, foi como *populismo* que desceu aos sete palmos da terra. E, assim, seria ensinado às novas gerações, nas escolas, nos quartéis e nas organizações políticas”. E, como diz o autor, “temos as contas acertadas”.¹⁰²⁵

Também segundo esse raciocínio, em fins dos anos 70, a adesão “ideológica” dos principais teóricos do populismo ao “novo sindicalismo” e ao (ainda em construção) Partido dos Trabalhadores, então adversários do PCB no interior do processo de reorganização da esquerda brasileira, os teria levado a intensificar suas críticas à atuação dos comunistas no pré-1964. Assim, os balanços negativos feitos por Ianni e (principalmente) Weffort sobre o “velho sindicalismo” (“sindicalismo populista”) e o papel nele desempenhado pelo PCB não passariam, segundo a lógica *revisionista*, de visões e discursos sobre o passado motivados pelas opções político-ideológicas de seus autores no tempo presente:

Não estudar os fundamentos históricos e sociais deste processo [1945-64], e a pretexto de que sofreu uma derrota política tentar definir e demonizar bodes expiatórios, distorcer referências, invertendo sinais e mudando nomes, é pavimentar o caminho para novas – e graves – derrotas.

As esquerdas autodenominadas revolucionárias, nos anos 60, enveredaram por este caminho. Olhando para o futuro, eliminaram o passado. Figurando-se como marco zero, desprezaram experiências e tradições e deram um salto – uma fuga – para frente. Também por este motivo foram destruídas.

O Partido dos Trabalhadores, o PT, e muitos de seus intelectuais – entre os quais figurou, em certo momento, F. Weffort, e entre os quais está ainda a maioria dos autores que trabalham com a *teoria populista* – fizeram opção semelhante. Antes, pela revolução. Agora, pela democracia. Sempre, um novo marco zero.¹⁰²⁶

Com efeito, conforme nós mesmos afirmamos logo nos primeiros parágrafos sobre a teoria do populismo, existiu uma relação entre seu surgimento/desenvolvimento e os contextos históricos nos quais seus elaboradores estiveram envolvidos. Portanto, em nosso entendimento, as opções políticas de intelectuais como Ianni e Weffort nos anos 60 e 70 certamente guardam uma relação com seus escritos sobre a história do movimento operário e sindical brasileiro do pós-1930. Não há “neutralidade científica”. Não somos positivistas.

¹⁰²⁵ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa”. *Op. cit.*, p. 121. Grifo do autor.

¹⁰²⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 374-375. Grifo do autor.

Porém, consideramos profundamente equivocado reduzir as profícuas análises desses cientistas sociais sobre o complexo populismo brasileiro a uma espécie de “construção ideológica” determinada – ou, como querem os *revisionistas*, “comprometida” – única e exclusivamente por suas preferências programáticas no então *tempo presente*. Para além de seus alinhamentos político-partidários antes e depois do Golpe de 1964 (e, em particular, durante os anos da transição da ditadura ao regime democrático-liberal), e a despeito de seus ulteriores (e opostos) posicionamentos políticos,¹⁰²⁷ os teóricos marxistas do populismo trouxeram à tona em seus trabalhos, como pudemos ver, aspectos fundamentais para a compreensão do processo sócio-político brasileiro ocorrido entre 1930-1964. Dialogando com as linhas interpretativas então em voga, articulando distintas temporalidades (“durações”), diferentes níveis de análise, e coadunando elementos estruturais e conjunturais (assim como internacionais e nacionais), Ianni e Weffort propuseram interpretações que, a nosso ver, mostraram-se exitosas em captar os principais eixos daquele movimento histórico pelo qual o Brasil se tornou uma sociedade urbano-industrial e politicamente *de massas*. Indubitavelmente, essas interpretações – até mesmo pelo seu escopo e porte – continham falhas e lacunas: enquanto alguns historiadores tentaram (tentam) corrigi-las e supri-las (respectivamente), outros, sectariamente, optaram (optam) por simplesmente rejeitar todo o conjunto da obra, lançando-lhe a pecha de “ideológica”.

Entretanto, se esse último procedimento, como dissemos, se mostra equivocado e *reducionista*, o exercício de buscar, no presente, as raízes sociais para as elaborações científicas sobre o passado nos parece, em si, bastante sugestivo. Assim, poderíamos, por exemplo, sugerir um vínculo entre a reabilitação historiográfica das práticas sindicais comunistas sob o populismo, promovida pelos historiadores *campineiros*, e a orgânica participação de alguns destes nas fileiras do PT ao longo das décadas de 1990 e 2000 (quando justamente a “colaboração de classes” e a “concertação social” afirmavam-se como linhas-mestras do sindicalismo petista). Tal sugestão – frisamos – não poderia, entretanto, reduzir as competentes pesquisas históricas *campineiras* às opções políticas de seus autores.

Desse modo, talvez valha a pena, então, aplicar esse mesmo exercício também àqueles que propuseram o enterro, sem exéquias, da teoria do populismo. Chegamos, assim, a uma indagação que finaliza este item: Haveria alguma relação entre a defesa do “trabalhismo” e de seus chefes, efetuada pelo movimento historiográfico *revisionista*, e os atuais

¹⁰²⁷ Enquanto Octavio Ianni manteve-se numa postura crítica ao capitalismo até o final de sua vida (2004), Francisco Weffort promoveu uma brusca inflexão em sua trajetória política. Ainda que cada vez mais *moderado*, o cientista político manteve-se, até a metade da década de 1990, ligado à esquerda, ocupando uma posição de destaque no interior do PT. Entretanto, quando da vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso sobre Luís Inácio Lula da Silva no pleito presidencial de 1994, Weffort, que havia sido um dos organizadores da campanha do candidato petista, aceitou, surpreendentemente, o convite do vitorioso para estar à frente do Ministério da Cultura, ocupando assim o cargo de ministro durante todos os dois mandatos de FHC (1995-2002).

posicionamentos públicos de alguns dos seus principais expoentes diante de questões da vida política, sindical e universitária brasileira?

O bonapartismo pós-populista: o Golpe de 1964 e a ditadura militar

À guisa de encerramento deste longo terceiro capítulo, gostaríamos rapidamente de registrar que, da parte da intelectualidade acadêmica brasileira, a utilização (implícita ou explícita) da *teoria do bonapartismo* como instrumental analítico do processo político nacional não se limitou às abordagens concernentes ao período 1930-1964.

O golpe de Estado assestado pela burguesia brasileira em 1964, assim como a ditadura militar antipopulista dele originada (1964-1985), também foram objetos histórico-políticos interpretados por alguns intelectuais universitários a partir da noção de uma “autonomia relativa do Estado” diante das frações da classe dominante. É o caso, por exemplo, do cientista político Carlos Estevam Martins – também membro da *corrente* intelectual “antidualista” – em seu *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil* (publicado em 1977),¹⁰²⁸ cuja definição apresentada sobre o regime militar brasileiro iria se fazer presente em trabalhos posteriores, tais como os escritos por Ricardo Antunes e José Welmovicki.¹⁰²⁹

Remontando às elaborações gramscianas sobre “hegemonia”, Carlos Estevam Martins sugeriu que, na crítica conjuntura econômica, política e social que culminou com a derrubada de João Goulart, a burguesia brasileira havia se mostrado “incapaz de *dirigir* e, ao mesmo tempo, precisava continuar *dominando*”. Diante de tal impasse, não teria restado à classe dominante outro recurso “senão o de utilizar o elemento fardado como pessoal governamental”.¹⁰³⁰ Referindo-se a Gramsci, o cientista político lembrou que tal opção se constitui em “um dos métodos pelos quais as burguesias destituídas de um sentido de missão histórica institucionalizam a situação particularista em que preservam a função de dominação, sem deter a função de domínio: o preço das ditaduras sem hegemonia é o de que os interesses da burguesia continuam a prevalecer, mas não mais a sua ‘pessoa’”.¹⁰³¹

Na interpretação de Carlos Estevam Martins, fortemente influenciada pela perspectiva *poulantziana*, as várias frações da classe dominante teriam delegado as funções de *direção política* do país a uma “elite governamental” que, altamente burocratizada, acabaria por ter

¹⁰²⁸ MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

¹⁰²⁹ ANTUNES, Ricardo. *A rebelião do Trabalho. O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978-1980*. 2ª edição. Campinas: Unicamp, 1992, p. 112-126; WELMOWICKI, José. *Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2004, p. 40-41. A proposta de discussão do caráter das ditaduras militares latino-americanas (pós-populistas) a partir da noção de bonapartismo (por um caminho teórico não propriamente marxista) está contida também em ROUQUIÉ, Alain. “L’ hypothèse bonapartiste et l’emergence des systèmes politiques compétitifs” in *Revue française de Science Politique*, nº 25, 1975, p. 1077-1111.

¹⁰³⁰ MARTINS, Carlos Estevam. *Op. cit.*, p. 218.

¹⁰³¹ *Idem.*

adquirido em relação àquelas um “elevado grau de autonomia”. Fazendo uso das teses de Florestan Fernandes sobre os caminhos da “revolução burguesa” no Brasil, Martins afirmou que essa *autonomização* da “elite governamental” seria uma decorrência direta “da opção pelo padrão compósito de dominação burguesa” no país. Na ótica de Estevam Martins, a efetivação dessa *elevação* da cúpula politicamente dirigente por sobre as próprias classes dominantes requeria, à época,

a reforma autoritária do regime político [populista] mediante a qual o poder estatal, “libertando-se” da sociedade, passava a ser exercido autocraticamente sobre o sistema de classes em seu conjunto. A composição social e a descolagem da elite governamental contra-revolucionária surgiu, assim, como a condição *sine qua non* de uma dominação que preferiu conciliar, em vez de dirimir, as múltiplas contradições que opõem entre si os interesses burgueses que foram sendo constituídos e sobrepostos ao longo do processo nacional de transformação capitalista.¹⁰³²

Operando com o mesmo raciocínio que adotamos no tópico “Crise de hegemonia e bonapartismo” (introdução à primeira parte), Martins alertou que essa delegação de poderes a uma “elite governamental” por meio da “arbitragem de uma cúpula político-administrativa distinta das partes”¹⁰³³ costuma ocorrer em situações excepcionais, nas quais a burguesia se mostra desprovida da capacidade diretiva (*hegemônica*) sobre as demais forças sociais em presença. Já nas “situações normais”, segundo Martins, isso não ocorreria, “por motivos óbvios”; nestas situações, em que “certos interesses desfrutam de uma posição segura e vantajada sobre os demais”, não haveria nada que os obrigasse “a se autolimitarem, delegando a terceiros poderes sobre si mesmos.” “Em tais contextos” – prossegue o cientista político –, “a coalizão politicamente predominante exerce o poder mediatamente, é certo, mas através de seus próprios representantes políticos. Numa palavra, não delega nada a quem quer que seja.”¹⁰³⁴

Pelo mesmo registro teórico que Weffort lançara mão para compreender a subjetividade da classe trabalhadora durante o populismo, Carlos Estevam Martins buscou observar o posicionamento político-ideológico da burguesia brasileira sob a ditadura militar instaurada em 1964. Face a esse regime, seria a burguesia quem, enquanto uma classe desprovida de capacidade político-organizativa própria, teria se portado subjetivamente como “*massa*”, submetendo-se a um “poder soberano-independente”.¹⁰³⁵ Fazendo as vezes dos pequenos camponeses da França de Luís Bonaparte, a contra-revolucionária burguesia brasileira seria a responsável pelo já visto processo de mistificação ideológica do Estado capitalista – e, mais particularmente, de seu Poder Executivo:

¹⁰³² *Idem*, p. 217-218.

¹⁰³³ *Idem*, p. 218.

¹⁰³⁴ *Idem*.

¹⁰³⁵ *Idem*. Grifo nosso.

Mutatis mutandis, as nossas classes e frações dominantes encontravam-se na mesma situação que o campesinato francês descrito por Marx no *18 Brumário*: sua excessiva fragmentação, sua heterogeneidade, sua falta de coesão impediam-nas de “fazer valer seus interesses de classe em seu próprio nome através do Parlamento”. Não podiam utilizar livremente os seus próprios instrumentos de poder (seus partidos políticos, suas associações de classe, seus órgãos de imprensa, seus aparelhos ideológicos) sem se ferirem mutuamente e sem lesarem os *principia media* de seus interesses de classe. Por isso necessitavam transferir o controle direto do poder ao elemento militar-tecnoburocrático. Não podiam governar os outros sem passarem a ser, ao mesmo tempo, elas próprias governadas por um *tertius*: só conseguiram fazer-se representar apelando para um representante que funcionasse “como seu senhor, como uma autoridade que se exerce sobre elas próprias. Como um poder governamental ilimitado que as protege contra as outras classes (protegendo-as contra si mesmas) e distribui, do alto, o sol e a chuva. Sua influência política encontrava assim sua expressão última no Poder Executivo que subordina a sociedade a si mesmo”.¹⁰³⁶

Entretanto, essa “autonomização” da “elite governamental” em relação às várias frações burguesas – gerada pela entrega dos poderes políticos destas últimas a tal “elite” – teria sido, na visão de Martins, contrabalanceada pela retomada destes mesmos poderes por parte da fração monopólica do grande capital. Representado por uma “plêiade de homens públicos (civis e militares) da livre iniciativa internacional” que havia sido “marginalizada e penalizada pela coalizão nacional-populista”, esse setor monopolista – ou, nas palavras de Martins, essa “coalizão internacional-modernizadora” – pôde, graças ao fato de “ter os ‘seus homens’ (no caso, as aspas são essenciais) na chefia do Estado”, adquirir e exercer, “conjunturalmente, mas não estruturalmente, o status de coalizão politicamente dominante”.¹⁰³⁷ Esse processo dialético pelo qual os poderes políticos da nação, entregues pelo conjunto da burguesia brasileira a uma tecnocracia civil-militar, foram retomados pelo setor monopolista daquela se constituiria, segundo Martins, na “principal ambiguidade do pacto político celebrado em 1964”:

Por um lado – devido à ameaça representada pela ascensão do movimento de massas – houve uma vastíssima delegação de poderes para a elite governamental; por outro lado, contudo – devido ao predomínio econômico da coalizão internacional-modernizadora e, especialmente, aos laços materiais, políticos e ideológicos que a ligavam umbilicalmente às personalidades civis e militares que assumiram os papéis protagonistas na cúpula político-administrativa do Estado –, houve uma não menos vasta recuperação, por parte da coalizão internacional-modernizadora, dos poderes delegados à elite governamental por *todos* os setores das classes dominantes. A sumamente importante operação de transferência dos meios de poder das classes dominantes para a elite governamental – que ocorreu e se completou no plano estrutural – não chegou a produzir efeitos pertinentes (e por isso não foi devidamente notada e ressaltada pelos observadores da cena política) porque, simultaneamente, foi anulada no plano político, graças ao funcionamento dos delicados mecanismos que transformaram em subpoderosa na prática, uma elite governamental ultrapoderosa em princípio.¹⁰³⁸

No entendimento do cientista político, esse “mecanismo” que teria possibilitado à fração monopólica do capital a retomada dos poderes políticos do país explicaria “por que o

¹⁰³⁶ *Idem*, p.217.

¹⁰³⁷ *Idem*, p. 219-220. Grifos do autor.

¹⁰³⁸ *Idem*. Grifos do autor. Assinalamos aqui que o uso da expressão “efeitos pertinentes” denota a clara influência *poulantziana* na análise de Estevam Martins.

bonapartismo, potencialmente inscrito no pacto de poder celebrado em 1964, não chegou a se transformar em realidade. Ou talvez, quem sabe, mais acertado seria dizer que é essa – e não outra – a realidade de todo e qualquer bonapartismo.”¹⁰³⁹

Embora de aparente feição ambivalente, essa conclusão de Carlos Estevam Martins parece, ao final de contas, encontrar-se com a idéia de regime bonapartista que expusemos e discutimos na primeira parte deste trabalho: a *autonomização relativa* do aparelho de Estado face à classe dominante não exclui, naturalmente, a existência de uma ou mais frações burguesas privilegiadas pelas políticas estatais de curto, médio e longo prazo; tais privilégios, via de regra, costumam decorrer justamente da influência exercida pelos representantes dessas frações junto à cúpula burocrático-militar dirigente, a qual, contudo, mantém-se relativamente autônoma diante daquelas. É a partir daí que talvez possamos compreender o fato de que, conquanto não governasse por meio dos seus representantes políticos *diretos* (isto é, pelos seus partidos políticos), o setor monopolista do capital passou a ter, a partir de 1964, seus principais interesses econômicos atendidos pelas medidas governamentais. A nosso ver, é esta a lógica contida nas análises de Martins sobre o caráter regime militar brasileiro.

Nesse sentido, a conclusão de Martins é, em última análise, distinta da que explanaria alguns anos mais tarde René Dreifuss, para quem – como vimos – o Golpe de 1964 e o subsequente regime ditatorial teriam expressado precisamente a “conquista” do poder político estatal pelo setor “multinacional e associado” da burguesia brasileira – representado politicamente por uma “elite orgânica” composta, entre outros segmentos, por “tecnopresários”, militares e órgãos de classe como o IPES e o IBAD:

Quando a intervenção militar se efetivou, em resposta à incapacidade civil de resolver a crise que destruíra o regime político tal como havia sido definido pela constituição de 1946, o que aparentemente se deu foi um momento histórico de bonapartismo clássico. Mas seria somente um momento, e como tal enganador, no desdobrar de um processo determinado pela disposição das forças políticas em seu conjunto. As forças que impeliram o que inicialmente parecia ser uma ação Bonapartista eram muito mais complexas e consolidadas do que era aparente de imediato e sua razão de ser ia bem mais além dos chamados modelos novos de organização militar e mobilização ideológica, ou do folclore de manobras políticas de elementos civis de importância competindo pela presidência. O fato de muitos civis e militares considerarem o golpe apenas como uma efêmera intervenção das Forças Armadas nas atividades do governo e não como a tomada política da máquina do Estado assinalava a extraordinária capacidade do bloco multinacional e associado de articular frações e facções variadas acima de suas diferenças específicas, bem como acima e além de sua própria compreensão do processo [...]

O estudo das classes dominantes “para si”, em ação, exercendo seu poder de classe, mostrando sua vontade política e sua consciência de classe foi seriamente negligenciada, com exceções dignas de nota. Por outro lado, as Forças Armadas e, em particular, a ESG, como suposto centro ideológico, foram focalizados como agentes de mudança, enquanto a burocracia, através de um núcleo de técnicos, foi apontada como o agente da construção nacional. Ademais, a projeção do Estado e a minimização do papel dos industriais e banqueiros poderiam ser consideradas um dos resultados da ênfase à natureza autônoma ou subsistêmica das Forças Armadas e da tecnocracia. Além do mais, como modelo básico para a interpretação dos golpes na América Latina e, particularmente, o do Brasil, foi tomado o da intervenção bonapartista dos militares. O Estado de exceção pós-1964 foi visto como um aparelho

¹⁰³⁹ *Idem*, p. 220.

militar-burocrático que tomou o poder diante da inquietação popular e que foi apoiado pelo temor das classes médias, ao invés de agir “representando” os camponeses, como ocorreu no Estado bonapartista original. O que se supôs haver de comum entre o caso do Brasil e o Estado bonapartista original foi o fato de o aparelho militar burocrático tomar o poder, a despeito das classes dominantes, a fim de comandar o Estado, para que os interesses dessas classes pudessem prevalecer. A visão do Estado pós-1964 como bonapartista foi reforçada pela crença na autonomia “relativa” do Estado de exceção que, de acordo com Nicos Poulantzas, requer autonomia relativa para “reorganizar a hegemonia e o bloco de poder”. Na realidade, foi o bloco de poder liderado pelo IPES que reorganizou o Estado e, sob o controle da elite orgânica, tentou consolidar sua posição.¹⁰⁴⁰

Voltando às teses de Martins, consideramos importante lembrar ainda que, embora seu trabalho tenha sido o mais mencionado pelos autores que mais tarde corroborariam uma visão “bonapartista” sobre a ditadura militar, muito provavelmente o pioneirismo deste tipo de enfoque foi obra – mais uma vez – do intelectual, crítico de arte e militante político Mário Pedrosa. Escrevendo em 1966, sob o governo do marechal Castelo Branco (1964-1967), o ex-integrante da velha Liga Comunista Internacionalista recorreu (sem citar) às análises de Trotsky sobre os vários tipos históricos de bonapartismo em busca de uma definição da nova forma política assumida pelo Estado a partir da derrubada de João Goulart. Como era de se esperar, a dimensão internacionalista de análise não poderia estar ausente das elaborações do fundador do trotskismo brasileiro, como pode ser percebido na longa citação a seguir:

Getúlio Vargas, a primeira investidura de bonapartismo no país, teve de exercer o poder não para impor uma classe sobre as outras, mas, ao contrário, para conciliá-las. Quem concilia também manobra e, por vezes, no jogo do poder, lança umas contra as outras. Ele presidiu a aliança da classe rural cafeeira vencida com os interesses industriais nascentes, porque ao assim agir atendia à pressão de classe dos industriais do Rio Grande do Sul e dos setores ali bem importantes da agricultura de subsistência, destina ao mercado interno, que o trouxeram nos ombros ao poder, no Rio, como bombachas e lenço vermelho no pescoço, símbolos já então de graves desajustes nacionais. Esse bonapartismo teve longa vida e uma prolongada função.

Que função tem o novo, saído da sublevação de abril [de 1964]? Uma função policial-burocrática. Na realidade, em nossa época em que um sistema internacional de forças no plano internacional é tão acusado, surgiu em vários pequenos países, de formação política recente, onde as burguesias nacionais jamais representaram papel autônomo, um novo tipo de bonapartismo: o que medeia ou negaceia, não entre as classes do país, mas, em nome delas, entre potências imperialistas. Exemplo clássico é o de Nasser, no Egito, em função da posição estratégica do país nas fímbrias da vasta área do petróleo e do Ocidente-Oriente. No Brasil, ente 1937-39, tivemos exemplo desse tipo de negaceio bonapartista interimperialista quando, às vésperas da guerra, Vargas o exerceu, ainda que um pouco forçadamente.¹⁰⁴¹ O do marechal Castelo, em lugar do negaceio – seu campo de ação não o permitia – quis firmar-se pela virtude contrária, isto é, pela adesão incondicional a uma potência. Ao fazê-lo, passa-se do regime de liberdade condicionada do negaceio do bonapartismo ao de satélite com órbita traçada. Assim, a primeira característica do novo governo ditatorial bonapartista foi a de ser, como o bonapartismo clássico foi, não a resultante do equilíbrio entre as classes em oposição dentro do Brasil, mas, o agente imperialista no sistema econômico-político a compor-se no Brasil, após a derrocada. A burguesia capitalista nacional passaria a ser no sistema um fator não autônomo, mas um fator subordinado. Até hoje não se havia visto bonapartismo apoiado em forças externas, não nacionais.

¹⁰⁴⁰ DREIFUSS, René. *Op. cit.*, p. 143-487.

¹⁰⁴¹ Aqui – tal como nas já vistas análises de Moniz Bandeira sobre o Estado Novo – é clara a inspiração de Pedrosa nas considerações de Trotsky sobre a política levada a cabo por alguns regimes latino-americanos dos anos 30 diante das rivalidades e disputas interimperialistas: aproveitando-se delas, aqueles bonapartismos *sui generis* buscavam obter uma maior margem de manobra para suas economias periféricas face ao capital estrangeiro – vale lembrar que Trotsky usou justamente como exemplo dessa política a postura ambígua de Vargas diante da rivalidade entre os Estados Unidos e Alemanha às vésperas da Segunda Guerra Mundial (TROTSKY, León. “La política de Roosevelt en America Latina”. *Op. cit.*, p. 93).

Em geral, ele tem sido a expressão política mais sensível do equilíbrio de forças das classes sociais em choque, internamente.¹⁰⁴²

Mencionamos também que em sua já vista análise gramsciana do processo histórico contemporâneo brasileiro, Carlos Nelson Coutinho considerou que a “camada tecnocrático-militar” que “se apoderou do aparelho estatal” em 1964 teria adotado uma “posição ‘cesarista’ intracapitalista precisamente para manter e reforçar o princípio do lucro privado e para conservar o poder das classes dominantes tradicionais, quer da burguesia industrial e financeira (nacional e internacional), quer do setor latifundiário que ia se tornando cada vez mais capitalista”.¹⁰⁴³

Vale acrescentar ainda que também organizações políticas de cariz trotskista surgidas ao longo da ditadura militar a caracterizaram como um regime de natureza bonapartista, no qual se sucediam governos também de tipo bonapartista. Foi o caso, por exemplo, da Liga Operária (LO), pequeno núcleo de filiação *morenista* fundado em 1974 que, alguns anos mais tarde, daria origem à Convergência Socialista (CS) – corrente política que, depois de expulsa do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1993, animaria a construção do atual Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Em um documento de 1974, a Liga Operária afirmava que o golpe de Estado aplicado dez anos antes teria sido a “expressão da frente única burguesa voltada a esmagar a ascensão da classe operária e dos trabalhadores brasileiros. Assumiram o poder os militares por intermédio do general Castelo Branco, o qual iniciou um governo bonapartista clássico”.¹⁰⁴⁴

Escassamente, ainda hoje cientistas políticos, sociólogos e historiadores mobilizam o conceito marxista de bonapartismo objetivando compreender as relações entre as classes sociais, suas representações políticas e o Estado sob o regime militar brasileiro.¹⁰⁴⁵ Dado o recorte de nosso trabalho, não aprofundaremos aqui essa exposição acerca das interpretações “bonapartistas” sobre o Golpe de 1964 e a longa ditadura que a ele se seguiu.

Contudo, imaginamos que a amostragem que nestas poucas páginas oferecemos pode contribuir para tenhamos uma melhor idéia da amplitude da marca “bonapartista” nos estudos

¹⁰⁴² PEDROSA, Mário. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1966, p. 188-189.

¹⁰⁴³ COUTINHO, Carlos Nelson. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. *Op. cit.*, p. 201-202.

¹⁰⁴⁴ LIGA OPERÁRIA. “Brasil 10 años después. ¿Hacia um bonapartismo clásico?”. *Revista de América*, nº. 13. Buenos Aires, 1974, p. 43. Tradução de Alvaro Bianchi.

¹⁰⁴⁵ À guisa de exemplo, citamos LEMOS, Renato. “Contra-revolução e ditadura no Brasil. Elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964” (Comunicação apresentada no VI Congresso do Conselho Europeu de Pesquisas Sociais sobre América Latina – CEISAL –, realizado em Toulouse entre os dias 30 de junho e 3 de julho de 2010). Entre os principais traços constitutivos do regime pós-1964, o historiador arrolou: “sua vinculação prioritária ao grande capital multinacional e associado; a grande autonomia do Estado militarizado em relação aos interesses particulares das frações das classes dominantes, em face dos quais, quando em conflito, exerce o papel de árbitro; a preeminência, no interior do Executivo hipertrofiado, do aparato repressivo policial-militar; a pretensão à legitimidade com base em um projeto democrático-modernizante-conservador (*Idem*, p. 12).

sobre o nosso processo político republicano. Enquanto alguns (muitos) intelectuais trabalharam com a noção de uma “autonomia relativa do Estado” face às classes sociais para dar conta de certos períodos e governos vigentes ao longo do chamado período populista do capitalismo brasileiro, outros (às vezes, os mesmos) a ela recorreram para desvendar a natureza de um golpe de Estado e de uma ditadura que foram, essencialmente, antipopulistas. Para além dessa aparente contradição, ou mesmo de possíveis imprecisões e incoerências na aplicação da teoria do bonapartismo por um ou outro cientista social, é possível verificarmos que, a julgar por essa produção especializada sobre a história sócio-política brasileira, o bonapartismo, um regime tipicamente de “exceção” nos países centrais do sistema capitalista, assumiu em nossa atrasada e periférica formação nacional um caráter praticamente estrutural. Transpondo (limitando) ao nosso país o que afirmou Alain Rouquié sobre a América Latina, talvez possamos dizer que, aos olhos dos analistas políticos, o Brasil apareceu como a nação bonapartista por excelência.¹⁰⁴⁶

Como veremos rapidamente nas páginas a seguir, essa impressão não esteve, a nosso ver, desprovida de um forte lastro na realidade histórico-política do país.

¹⁰⁴⁶ “L’Amérique Latine apparaît comme le continent ‘bonapartiste’ par excellence”. (ROUQUIÉ, Alain. *Op. cit.*, p. 1088).

**O longo bonapartismo brasileiro:
um ensaio de interpretação histórica do Brasil contemporâneo
(1930-1964)**

A via bonapartista da modernização capitalista do Brasil

Essa preocupação em neutralizar o comunismo, também por métodos que não os de força, sempre acompanhou Vargas. Em 1935, quando a Aliança Nacional Libertadora, sob a direção do PCB, mobilizava as massas contra o governo, ele reuniu um grupo de industriais e lhes solicitou que colaborassem com aplicação das leis do trabalho, a fim de evitar que o descontentamento no meio operário nutrisse os preparativos da insurreição. Não encontrou nenhuma receptividade. Pelo contrário. Todos reagiram contra “os despropósitos das leis trabalhistas, reclamaram contra os fiscais do Ministério, que invadiam as fábricas, provocavam a indisciplina dos operários e sabotavam a autoridade dos empresários”. Vargas escutou aqueles protestos com “náuseas” e, quando saiu do encontro, disse ao seu ajudante-de-ordens, capitão-tenente da Marinha Ernani Amaral Peixoto:

“Estou tentando salvar esses burgueses burros e eles não entenderam”¹⁰⁴⁷

No capítulo anterior, pudemos observar como a *teoria do bonapartismo* esteve presente como um importante alicerce (às vezes obliterado, “subterrâneo”) nos estudos acadêmicos dedicados ao período populista brasileiro. Na sequência, vimos que, também à luz da noção de bonapartismo, caracterizações da dominação burguesa vigente naquele período já haviam sido realizadas por pequenas organizações trotskistas do pré-1964, as quais – reforçamos – mantiveram (em graus variados) relações com alguns dos cientistas sociais responsáveis pelos tais estudos acadêmicos sobre o Brasil do pós-1930.

Neste quarto e derradeiro capítulo, será a nossa vez de, mobilizando abertamente a *teoria do bonapartismo*, alinhar algumas idéias e hipóteses que talvez permitam melhor compreender certos aspectos do processo político brasileiro compreendido entre 1930 e 1964, com ênfase no recorte temporal 1930-1945. Em função do caráter meramente ensaístico das páginas seguintes, muitas das questões fundamentais daquele longo período histórico situado entre a “Revolução” de 1930 e o Golpe de 1964 não serão, evidentemente, abordadas aqui do modo como poderiam sê-las em um trabalho de outra natureza. Apoiando-nos na bibliografia discutida anteriormente – a qual, aliás, já deu conta suficientemente de muitas dessas questões sobre o período –, e com ela dialogando criticamente, procuraremos apenas tecer alguns comentários interpretativos sobre o que consideramos ter sido a *via bonapartista da modernização capitalista do Brasil*.

Determinada, fundamentalmente, pela impossibilidade histórica de uma revolução democrático-burguesa no país, a *via bonapartista* pela qual politicamente se processou nossa passagem a uma moderna sociedade urbano-industrial encerrou, ao longo de todo o seu sinuoso e errático percurso, um sentido intrinsecamente contra-revolucionário. Decorrência da

¹⁰⁴⁷ BANDEIRA. Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Op. cit., p. 54.

mescla, ao longo de décadas, de elementos estruturais e conjunturais nos âmbitos econômico, político e cultural, essa *via bonapartista* de desenvolvimento capitalista, em perspectiva histórica, pode ser compreendida como a sucessão de regimes políticos – todos eles caracterizados por uma “autonomia relativa” do aparelho estatal face às classes e frações sociais em conflito (aberto ou velado) – cujo resultado foi a transformação do Brasil em uma sociedade capitalista *de massas*, profundamente *desigual e combinada*. Mais ou menos repressivos, mais ou menos reformistas, “progressistas” ou escancaradamente reacionários, todos aqueles regimes procuraram desempenhar, em última análise, a função *preventivamente contra-revolucionária* de bloquear a auto-organização política do proletariado. Em grande parte exitosos, todos eles acabaram por, cada um a sua maneira, fornecer as condições políticas necessárias à modernização burguesa em um país de capitalismo *atrasado, hipertardio* e periférico, no qual a burguesia industrial, em função da própria dinâmica *desigual e combinada* do desenvolvimento capitalista, deparou-se com seu antagonista social na cena política antes mesmo que ela estivesse organicamente desenvolvida como classe.

Domínio cafeeiro e “crise de hegemonia”

Como muitos autores já afirmaram, o desenvolvimento, nas décadas de 1910/1920, dos processos de urbanização e industrialização encontra-se entre as raízes explicativas do fim da Primeira República (1889-1930). A emergência gradativa, na cena social e política, de novos setores urbanos, como o operariado fabril, as classes médias e a burguesia industrial, acabaria por demonstrar a incompatibilidade do velho regime com o patamar atingido pela modernização capitalista no país. Formatado nos anos finais do século XIX pela burguesia agrária e comercial, o sistema político oligárquico carecia de elasticidade para adaptar-se à nova morfologia que assumia a sociedade brasileira. Pressionando suas excludentes estruturas institucionais, os novos setores urbanos, inquietos, anunciavam uma crise de dominação política no país.

As greves gerais de trabalhadores (Rio de Janeiro, São Paulo e outros locais), ocorridas em 1917 e 1918, os levantes tenentistas de 1922, 1924, e 1925-1927 (Coluna Prestes), e a aparição, mais substantiva, das chamadas “dissidências oligárquicas” durante os até então insossos processos eleitorais (Reação Republicana, em 1921-1922, e Aliança Liberal, em 1929-1930) indicavam que “os de cima já não podiam governar como antes”, para usarmos aqui uma expressão de Lênin. Os anos 20, carregados de novidades políticas e culturais (exemplificadas, por exemplo, na fundação do PCB e na realização da Semana de Arte Moderna, ambas em 1922), assistiram ao início do processo histórico de *massificação* da sociedade brasileira (na qual 80% da população ainda residiam no campo, em condições

médias próximas da miséria). O *crash* da bolsa de Nova York, em 1929, atingiu em cheio uma economia essencialmente agro-exportadora, precipitando o que corretamente se chamou de uma “crise de hegemonia” (como pudemos ver no capítulo anterior). Foi a partir dessa crise, dessa *falta de hegemonia*, por assim dizer, que a classe dominante no Brasil se deparou historicamente com o difícil problema da *direção* política. Foi, portanto, “pela negativa” que, pela primeira vez na história do país, teve lugar a incontornável questão da “hegemonia”.

Trabalhando com a já vista associação gramsciana entre formas de dominação *hegemônicas* e sociedades *de massas* (sociedades “ocidentais”, isto é, dotadas de uma sociedade civil minimamente consistente),¹⁰⁴⁸ consideramos inapropriada a aplicação da categoria “hegemonia” não só ao Brasil imperial – e aqui a simples existência da escravidão argumenta a nosso favor –, como também ao período histórico da Primeira República. Nesse sentido, discordamos conceitualmente de expressões como “hegemonia oligárquica”¹⁰⁴⁹ ou “hegemonia política da burguesia mercantil agroexportadora”,¹⁰⁵⁰ empregadas por uma vasta bibliografia para dar conta do tipo de dominação vigente entre 1894-1930 no Brasil.

Não houve uma “hegemonia” propriamente dita durante a Primeira República. Com o fim do Império, ou mais precisamente, com o término do governo de Floriano Peixoto (1891-1894), a fração burguesa cafeeira (capitaneada por sua ala paulista)¹⁰⁵¹ assumiu finalmente a condição de classe/fração dominante, mas não foi – *e nem precisou ser* – uma classe/fração politicamente *dirigente*, no sentido gramsciano do termo. Pelo caráter eminentemente agrário da formação social brasileira, e pela inexistência de um já politicamente constituído sujeito social antagonista, a questão mesma da “hegemonia” não estava ainda posta na cena histórica do país. Com efeito, até o iniciar da crítica década de 1920, o Brasil dos “coronéis” e dos “barões do café” não se constituía, absolutamente, em uma sociedade de tipo “ocidental”, com caráter *de massas*. Embora já existissem associações e organizações representativas de alguns dos grupos dominantes, em especial dos setores agrários,¹⁰⁵² a sociedade civil não ultrapassava a órbita dos segmentos proprietários. Se talvez seja exagerado chamá-la de “primitiva e gelatinosa”, certamente ela estava longe de um desenvolvimento mínimo que permitisse alocar o Brasil no “Ocidente” gramsciano.¹⁰⁵³

¹⁰⁴⁸ Ver a Introdução à primeira parte deste trabalho.

¹⁰⁴⁹ WEFFORT, Francisco C. *Classes Populares e Política (Contribuição ao estudo do “populismo”)*. *Op. cit.*, p. 45.

¹⁰⁵⁰ SAES, Décio. “A evolução do Estado no Brasil (uma interpretação marxista)”. *Op. cit.*, p. 103.

¹⁰⁵¹ No caso de São Paulo (estado que era a vanguarda econômica e política do país), entendemos por burguesia cafeeira não só os grandes latifundiários produtores de café, mas também os segmentos que realizavam a sua comercialização e demais setores econômicos ligados às atividades de importação e exportação.

¹⁰⁵² MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹⁰⁵³ Evidentemente, estamos propondo aqui uma discussão um tanto quanto rigorosa do ponto de vista conceitual. Assim, desde que o termo “hegemonia” não tenha o intuito de designar um tipo característico de dominação política, na qual se equilibram elementos de coerção e *consenso*, não vemos nenhum problema em utilizá-lo mais livremente. Caso, por exemplo, seu emprego busque expor a idéia de uma preponderância ou domínio político de

Tal como a “aristocracia financeira” sob a *Monarquia de Julho* na França (1830-1848), a fração da burguesia cafeeira de São Paulo, ao longo da Primeira República pós-1894, esteve à frente de um regime político de natureza *pré-hegemônica*. Como já expusemos, diferentemente dos regimes *não-hegemônicos* (como o bonapartismo) – resultantes de situações histórico-políticas em que nenhum dos grupos sociais conseguiu resolver, por meios *hegemônicos*/diretos, a já candente questão da “hegemonia” –, os regimes que aqui denominamos de *pré-hegemônicos* corresponderam a momentos históricos de certas formações sociais em que estas não apresentavam ainda, em sua pouco complexa tessitura social, as chamadas massas populares.¹⁰⁵⁴ Em resumo, não havia “hegemonia” política de uma classe porque não havia o porquê de uma classe ser politicamente *hegemônica*. Desse modo, se parece fazer sentido a caracterização (feita por considerável parcela da historiografia) da burguesia industrial do pós-1930 como uma classe politicamente “débil” (dada sua incapacidade de governar diretamente o país e sua conseqüente rendição política a um aparelho estatal bonapartista), o mesmo não pode ser dito, a nosso ver, da burguesia cafeeira da Primeira República. O regime político por ela instituído mostrou-se, durante um bom tempo, como sua forma *ótima* de dominação política, pois completamente funcional para a garantia de seus interesses econômicos.

Operando, também, com a associação que propusemos entre formas de dominação *hegemônicas* e regimes democrático-burgueses, consideramos que as estruturas políticas da Primeira República estiveram longe de terem conformado uma democracia burguesa – tomando esta, não custa lembrar, como uma forma política assumida pelo Estado capitalista na qual o poder da classe dominante se assenta, além da coerção, também (e fortemente) em expedientes consensuais voltados para os setores explorados. Formatado em uma sociedade basicamente agrária e periférica, o regime político da Primeira República não foi um regime democrático-burguês, e nem tinha porque sê-lo.¹⁰⁵⁵

determinado grupo durante certo período histórico (como o dos grandes fazendeiros escravocratas brasileiros sob o *Segundo Império* [1840-1889] ou mesmo o da burguesia cafeeira durante a chamada *República Velha*), o consideramos perfeitamente plausível.

¹⁰⁵⁴ Convém alertar que utilizamos aqui o termo “massas” (“massas populares”) no sentido de um amplo contingente social conformado pela classe trabalhadora, setores médios urbanos assalariados (uma parcela, portanto, do que é chamada a pequena-burguesia urbana), elementos rurais que migraram para as cidades, desempregados temporários etc. Trabalhadora desse modo, a noção de massas tem, assim, o mesmo significado de “classes populares”, as quais, segundo Weffort, podem ser entendidas como “um grande conjunto de pessoas que ocupam os escalões sociais inferiores nas diversas áreas do sistema capitalista vigente no Brasil”. (WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 81). Mais à frente, contudo, o termo “*massa*” aparecerá também no sentido utilizado por Marx para se referir ao *grosso* da burguesia, em oposição à sua representação político-parlamentar (a “*massa da burguesia*”/ ou “*massa extraparlamentar da burguesia*”) (MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 99). Na sequência, assumindo, assim, um terceiro sentido, o termo terá lugar também no contexto de uma breve discussão sobre a suposta “consciência de *massa*” (e não de *classe*) que os trabalhadores teriam apresentado sob o populismo.

¹⁰⁵⁵ Pelos mesmos argumentos gerais expostos acima (e já vistos na Introdução à primeira parte), também consideramos inapropriada uma caracterização dos dois governos militares que iniciaram a Primeira República

A historiografia de linhagem liberal/weberiana muito já disse sobre as inúmeras limitações da “democracia” fundada na Constituição de 1891, as quais teriam adicionado àquele regime um componente oligárquico (idéia sintetizada na fórmula propositalmente paradoxal da “democracia oligárquica”). Malgrado pareça estar surgindo, também entre os estudiosos desse período, um movimento *revisionista* que busca reabilitar historiograficamente tal sistema político (tomando-o teleologicamente como uma autêntica democracia em processo de maturação), não é difícil percebermos que, mesmo se aferida pelos minimalistas critérios estabelecidos pela ciência política institucionalista, a “democracia” de 1891-1930 não resiste à *prova democrática*. Isto bem o demonstrou o marxista *poulantziano* Décio Saes. Em um já referido balanço da experiência democrática brasileira,¹⁰⁵⁶ o cientista político evidenciou que o regime em questão, além de não apresentar uma “efetiva alternância partidária” e, conseqüentemente, um pluripartidarismo de fato, não tinha nem mesmo no partido que monopolizava o poder (Partido Republicano) seu principal instrumento de representação/articulação política. Ardorosas defensoras do federalismo, elemento fulcral do regime, as diferentes facções da burguesia cafeeira dispensaram a construção de um verdadeiro partido nacional e, ademais, organizaram-se politicamente mais por vias *extra-partidárias*, *intra-estatais* (e a “política dos governadores” foi a melhor expressão disso) do que propriamente pelas alas regionais/estaduais que constituíam o federalizado PR.¹⁰⁵⁷

Entre os muitos outros elementos que distanciavam aquele regime de um tipo democrático-burguês (tais como o voto aberto e o “voto de cabresto”, por exemplo), a exclusão dos analfabetos dos ordinários processos eletivos foi, sem dúvida, o mais significativo. No quadro de uma população majoritariamente agrária, num verdadeiro *país de analfabetos*, tal veto resultava, na verdade, na exclusão da enorme maioria dos habitantes até mesmo dos inofensivos e fraudulentos processos eleitorais, nos quais concorriam apenas representantes da classe dominante. Vale lembrar que nas últimas eleições do regime, em março de 1930 (na qual Júlio Prestes derrotou Getúlio Vargas na disputa presidencial), apenas

(1889-1894), assim como do governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), como governos de tipo bonapartista. Embora os dois primeiros tenham existido em meio a uma situação de divisão no interior da classe dominante (verificada na crise do Império) e desempenhado (ou tentado) uma rápida e transitória função arbitral, tais “governos da espada” não foram, entretanto, produtos de uma “crise de hegemonia” – um fenômeno, como dissemos, próprio das sociedades *de massas*, ou em processo de *massificação*. O mesmo pode ser dito em relação ao governo de Hermes da Fonseca, quando a situação de disputas políticas entre grupos políticos oligárquicos regionais esteve longe de representar uma “crise de hegemonia”.

¹⁰⁵⁶ SAES, Décio. “Democracia e capitalismo no Brasil...”. *Op. cit.*

¹⁰⁵⁷ *Idem*, p. 108-109.

cerca de dois milhões de adultos (do sexo masculino) exercitaram o direito de voto, quando a população brasileira já era estimada em 40 milhões.¹⁰⁵⁸

Como sugeriu Ianni, dispondo de pouquíssima ou nenhuma margem de autonomia diante do mercado internacional, a burguesia cafeeira se constituía numa espécie de mediação política entre este mercado e a sociedade nacional.¹⁰⁵⁹ Portadora de uma visão de mundo liberal e agrarista (que perifericamente combinava os preceitos do livre mercado com a defesa da “vocação agrária” nacional), aquela fração da classe dominante conformava-se (e tinha razões para isso) com o papel que a economia nacional ocupava na divisão internacional do trabalho. Visando adaptar a infra-estrutura do país às necessidades de uma economia primária “voltada para fora” (“hacia a fuera”), ela conduziu a modernização de algumas cidades estratégicas (centros administrativos e comerciais a serviço da agro-exportação), baseando-se, evidentemente, em padrões elitistas de organização urbana e métodos profundamente violentos e antipopulares.¹⁰⁶⁰ Organicamente vinculada ao capital estrangeiro, deixou a cargo deste grande parte da construção das linhas férreas que interligavam portos e latifúndios produtores, assim como a maior parte na exploração dos serviços públicos urbanos (transportes, eletricidade etc.).

Recorrendo novamente   analogia histórica com a França *oitocentista* – e o faremos por algumas vezes ainda ao longo deste capítulo –, pode-se dizer que, no que diz respeito à forma de dominação política, a burguesia cafeeira paulista,   maneira da “aristocracia financeira” sob o reinado de Luís Felipe, exerceu um “domínio exclusivo”¹⁰⁶¹ ao longo da Primeira República. Como classe dominante, mas não como classe *dirigente* (*hegemônica*), não buscou incorporar as demais frações do capital nas instâncias políticas do poder. Monopolizando, praticamente, a ocupação dos postos executivos, legislativos e judiciários (nas instâncias federal, estadual e municipal), a burguesia cafeeira tinha no Estado seu instrumento político particular. A “República Velha” foi a *sua* república, e *só sua*. Enquanto os estratos mais altos das classes médias (ainda pouco desenvolvidas) lhes forneciam apoio e quadros políticos, a incipiente burguesia industrial, tranquilamente subalterna, foi incapaz até mesmo de constituir uma organização partidária própria, fazendo-se representar por intermédio do *cafeeiro* PR. Embora não tenha existido uma “hegemonia” propriamente dita

¹⁰⁵⁸ LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas. Os anos críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 18.

¹⁰⁵⁹ “Em outras palavras, pode-se dizer que a oligarquia é um elo no sistema composto da seguinte forma: sociedade nacional-economia dependente-oligarquia-imperialismo.” (IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América latina*. *Op. cit.*, p. 69).

¹⁰⁶⁰ Ver BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990; e MATTOS, Romulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. (Tese de Doutorado). Niterói: PPGH/UFF, 2008.

¹⁰⁶¹ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 24.

naquele regime político *exclusivista*, pode-se dizer que nele a burguesia cafeeira paulista exercia, provavelmente, uma “função hegemônica” (isto, uma “hegemonia” exercida por uma classe ou fração de classe apenas sobre os demais setores dominantes, mas não sobre o conjunto da sociedade). Por meio de seus “aparelhos privados de hegemonia” atuantes na ainda germinal e seletivamente burguesa sociedade civil, a fração cafeeira paulista obtinha o apoio dos demais segmentos proprietários para seus projetos particularistas, embalados pela ideologia do *ruralismo*.¹⁰⁶² Em suma, por meio da República, a burguesia do café reinava absoluta.

Quanto às classes dominadas, a relação com elas estabelecida pelo poder estatal se afastava, em muito, do que pode ser considerada uma dominação de tipo *hegemônica*.

Submetidos, nos grandes latifúndios, a relações de produção muitas vezes pré-capitalistas – porém subsumidas à acumulação/reprodução do capital, é importante frisar –, os trabalhadores rurais enfrentavam tanto a violenta coerção do poder público, quanto aquela exercida privadamente pelos fazendeiros (a deletéria e ainda existente figura do *jagunço* é aqui ilustrativa). Somava-se a isso, como já dissemos, a sua exclusão ou participação controlada nos processos eleitorais.

Numericamente exíguo, o jovem proletariado urbano combinava em seu dialético processo de formação elementos advindos da escravidão africana com outros trazidos pela imigração européia.¹⁰⁶³ Seus setores politicamente mais organizados, fortemente influenciados pelo anarquismo e suas variantes (anarcosindicalismo, “sindicalismo revolucionário” do tipo francês etc.), sofriam nas mãos do aparelho repressivo de uma classe dominante que já nascera alérgica a qualquer tipo de mobilização popular – depois da Revolução Russa de outubro de 1917, o combate às ideologias “exóticas” passaria a dar definitivamente a tônica da atividade policial. O absoluto fracasso das tentativas de organização política ao estilo social-democrata (“socialistas”) por parte dos trabalhadores (liderados, nesses casos, por intelectuais pequeno-burgueses de posições democráticas, como Maurício de Lacerda) resultou, antes de qualquer outro fator, do próprio caráter restritivo do regime, que rechaçava até mesmo uma eventual participação moderada por parte dos elementos não-proprietários. Fundado em março de 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB) poderia contar nos dedos seus meses de legalidade durante a Primeira República. Ao definir a “questão social” como “um caso de polícia”, Washington Luís, último presidente

¹⁰⁶² Sobre o *ruralismo* como um projeto hegemônico e as disputas no interior dos grupos agrários brasileiros durante a Primeira República, ver: MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. Op. cit.

¹⁰⁶³ Negligenciado durante muito tempo, o papel da experiência escrava na formação (em várias dimensões) da classe trabalhadora urbana vem sendo investigado pela historiografia marxista. Ver, especialmente, MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

daquela “República dos Bacharéis” (1926-1930), talvez tenha fornecido a melhor ilustração do modo pelo qual era nela exercida a dominação política de classe. Completando o quadro antidemocrático do regime, não é sem importância lembrarmos que, por diversas vezes, os presidentes cafeeiros suspenderam os direitos constitucionais recorrendo ao *estado de sítio* diante de manifestações mais radicalizadas dos setores médios e populares (as quais, segundo o gramsciano Carlos Nelson Coutinho, não ultrapassaram a forma de um “subversivismo esporádico, elementar [e] desorganizado”).¹⁰⁶⁴

Foi esse regime político *exclusivista* que, em fins da década de 1920, entrou em estado crítico. Carente de repertório político, a fração burguesa cafeeira, sob o impacto da crise de 1929, decidiu-se pela saída de sempre: preservar sua margem de lucratividade por meio de mais uma política estatal de “salvação” do café, deixando ao restante da sociedade o ônus da crise. Todavia, a já mencionada emergência dos novos sujeitos sociais urbanos, os quais (voluntária ou involuntariamente) pressionavam as herméticas estruturas do regime, impediu que, mais uma vez, tudo fosse solucionado como antes – de certa forma, as crescentes contendas entre Washington Luís e a burguesia cafeeira refletiram essa situação (o início, talvez, de uma “crise orgânica” da classe dominante, no sentido de uma ruptura política entre representantes e representados).

No quadro dessa crise do *domínio político cafeeiro*, colocava-se para a classe dominante, em seu conjunto, a necessidade de erigir outra forma de dominação político-social capaz de dar conta, agora, das novas forças sociais que, gestadas gradativamente nas *coxias*, entravam desordenadamente em *cena*, assustando os protagonistas no *proscênio* e tumultuando o tranqüilo *espetáculo* oligárquico. Surgia, então, finalmente, a questão da “hegemonia”, a qual, como os teóricos do populismo (entre outros) corretamente apontaram, nenhum dos grupos sociais existentes podia (pôde) resolver. Decretando a falência daquela forma de dominação *pré-hegemônica*, teve lugar, assim, uma “crise de hegemonia” que impressionaria por sua longevidade histórica no país. É nesse sentido que propomos aqui a hipótese de que, tal como na *clássica* França, a “crise de hegemonia”, no *ornitorrântico* Brasil,¹⁰⁶⁵ também antecedeu historicamente à própria existência de uma dominação de tipo *hegemônica*.

A “Revolução” de 1930 e a emergência do bonapartismo

Diferentemente do que propuseram certas parcelas da historiografia de esquerda, Boris Fausto exitosamente demonstrou que a derrubada de Washington Luís, em outubro de 1930,

¹⁰⁶⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. *Op. cit.*, p.199-200.

¹⁰⁶⁵ Tomo a comparação do Brasil ao animal ornitorrinco emprestada de OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

não foi uma “revolução das classes médias” nem tampouco uma “revolução burguesa” propriamente dita (no seu sentido *clássico*).¹⁰⁶⁶ Como vimos, os trotskistas brasileiros da Liga Comunista do Brasil, contemporâneos ao evento em questão, já haviam apontado tanto a impossibilidade da pequena-burguesia levar a cabo um projeto político próprio, quanto o caráter irremediavelmente contra-revolucionário da burguesia brasileira, o que afastava todas as suas frações, incluindo a industrial, do caminho de uma revolução “democrático-burguesa”. Não custa lembrarmos que, adepta da ordem vigente, a fração burguesa industrial, embora já organizada de forma independente na sociedade civil,¹⁰⁶⁷ apoiou no pleito presidencial de 1930 o candidato “oficial” (Júlio Prestes), confirmando, assim, meses antes do golpe de Estado que apearia a burguesia cafeeira paulista do poder, seu posicionamento politicamente caudatário em face desta. Contudo, não obstante essa ausência de protagonismo por parte dos industriais, a virada política de outubro de 1930, como é sabido, se inscreveria com um fundamental capítulo na história da retardatária modernização industrial brasileira.

Composta por forças políticas heterogêneas, a Aliança Liberal não ultrapassava, em essência, a condição de uma “dissidência oligárquica”, termo pelo qual a historiografia aqui trabalhada costumou designá-la. Fundada por Antonio Carlos de Andrada, representante da fração cafeeira mineira (então descontente com a primazia paulista em seu quase monopólico controle político da federação), a frente eleitoral que lançou o nome de Getúlio Vargas à Presidência da República tinha na burguesia pecuarista gaúcha, recém pactuada internamente, a sua principal base social. Com parcela significativa da sua produção direcionada para o mercado interno, e já aliada regionalmente com incipientes setores industriais e camadas médias urbanas, essa fração burguesa demandava mais firmemente políticas de Estado que rompessem o exclusivismo econômico cafeeiro (ao qual, aliás, resignadamente se submetera ao longo de todo o regime). Integrando o amalgamado bloco político oposicionista, estavam presentes ainda as burguesias agrárias fluminense e paraibana, além de uma cisão política da burguesia cafeeira paulista, expressa pelo Partido Democrático (PD), fundado em 1926, com relativa inserção nos setores médios do Estado (de São Paulo).

Elemento indispensável, contudo, para a compreensão da contraditória e efêmera trajetória política da Aliança Liberal – a começar por sua opção “insurrecional” adotada alguns meses depois da derrota eleitoral – foi a presença no seu interior de segmentos advindos do antigo movimento tenentista, então pactuados com seus algozes oligárquicos de véspera. Do ponto de vista político-programático, a Aliança Liberal se apresentou nas eleições com uma plataforma timidamente reformista, que tocava levemente em alguns pontos da

¹⁰⁶⁶ FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930. História e historiografia*. Op. cit.

¹⁰⁶⁷ Em 1928, foi criado o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). Até então, a burguesia industrial tentava se fazer representar por meio da Associação Comercial de São Paulo, dominada pelo setor cafeeiro.

chamada “questão social”. Nada propunha de grandes mudanças no cenário político-econômico nacional. Não gozou do apoio, como dissemos acima, da burguesia industrial. Substantivamente, não se distanciava do que poderíamos chamar de uma corrente politicamente oligárquica.

Sua chegada ao poder, entretanto, não significaria a passagem do controle político nacional das mãos da burguesia cafeeira paulista para as das “oligarquias dissidentes”. Colocada a questão da “hegemonia” pela emergência dos novos setores sociais urbanos, não havia possibilidade histórica de mais uma etapa de *domínio exclusivo*, agora sob a liderança de outras facções políticas da burguesia agrária brasileira. Assim, embora fosse a Aliança Liberal uma expressão política das “dissidências oligárquicas”, seus homens, uma vez alocados nos postos políticos de comando do país, lá não se portariam na qualidade de representantes oligárquicos.

Naquelas condições já mencionadas de “crise de hegemonia”, em que nenhuma dos setores da classe dominante possuía capacidade de *dirigir* politicamente uma nação burguesa agora potencialmente ameaçada pela aparição das massas populares, o novo grupo governante, encabeçado por Vargas, se colocaria acima dos diversos interesses particularistas das frações dominantes, com o objetivo primeiro de assegurar a preservação da ordem capitalista. Para além das supostas “independência”, “coragem” e “sabedoria” da equipe governamental varguista, essa *descolagem* dos novos chefes políticos nacionais de suas bases sociais originárias exprimia, na verdade, o início de um processo de *autonomização relativa do aparelho estatal* em face das classes e frações de classe em presença. Com o início do Governo Provisório de Vargas (1930-1934), manifestava-se, assim, pela primeira vez na história brasileira, o fenômeno político do bonapartismo. Tinha início, portanto, uma forma de dominação política *indireta* da burguesia sobre o restante da nação. Expressando, ao nível do Estado (regime e governo), uma “revolução passiva” em curso, verificou-se, entre a “Revolução” de 1930 e a implantação do Estado Novo em 1937, um processo que pode ser compreendido, *mutatis mutandis*, à luz da descrição feita por Gramsci sobre a evolução política italiana da década de 1920: um “movimento político-histórico em que diversas gradações de cesarismo [bonapartismo] se sucederam até atingir uma forma mais pura e permanente, embora também esta não imóvel e estática”.¹⁰⁶⁸

Destarte, com a ascensão de Vargas ao poder e a constituição de um novo regime, o Estado, deixando de funcionar como uma mera representação política da burguesia cafeeira, não assumiu, contudo, a condição de instrumento político de alguma outra classe ou fração de classe em particular. Aliás, foi precisamente em função de sua “autonomia relativa” diante de

¹⁰⁶⁸ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Op. cit., volume III, p. 77.

cada um dos grupos sociais que o Estado do pós-1930 pôde, naquela situação de “crise de hegemonia”, garantir os interesses fundamentais do conjunto da classe dominante. Renovado, encorpando e adquirindo novas atribuições, o *núcleo duro* do aparelho estatal, composto pelo Poder Executivo com sua burocracia e Forças Armadas, *elevou-se* por sobre todas as frações do capital justamente para preservar aquilo que, essencialmente, interessava a todas elas: a manutenção da sociedade burguesa no Brasil.

A noção de “compromisso”, utilizada pelos teóricos do populismo para caracterizar o tipo de configuração estatal surgida da “Revolução” de 1930, nos parece ser sociologicamente adequada, já que chama a atenção justamente para a existência desse *pacto compulsório intra-burguês* em prol da manutenção da ordem (“Estado de compromisso”) do qual se originou o bonapartismo brasileiro. Faz-se necessário, contudo, assinalar que *foi o Estado quem, por meio de sua cúpula burocrático-militar dirigente, fixou as condições e os meios pelos quais foi firmado o “compromisso”*. Não se tratou, portanto, de um acordo feito mediante as representações políticas (partidos e/ou organizações associativas) das várias frações da classe dominante, tal como habitualmente ocorre nas formas de dominação *hegemônicas*, e sim de *um pacto imposto pelo Estado às frações do capital*. Foi ele quem, “*de fora*”, respondendo às necessidades urgentes da reprodução do capital em um contexto de reconfiguração das relações externas, conduziu e determinou a realização desse “compromisso” intra-burguês. Talvez, assim, ao invés da idéia de um “compromisso” estabelecido entre os vários setores da classe dominante, o mais correto seria falar em uma classe dominante que *foi (forçosamente) comprometida*, no sentido de que o Estado foi, ao mesmo tempo, o arquiteto e o executor relativamente autônomo desse “compromisso”.

Incapazes, cada um daqueles setores dominantes, de *dirigir*, por si mesmos, o conjunto de um tecido social em processo de complexificação, e, ao mesmo tempo, ameaçados – ou, pelo menos, assim se sentindo – pela emergência das massas populares urbanas, todos eles submeteram-se politicamente à nova e moderna máquina estatal, a quem foi relegado o papel de organização e direção da vida nacional, em todas as suas esferas – o que não significa, porém, que as frações da classe dominante tenham aceitado de bom grado essa submissão política ao novo aparelho de Estado (vide a “Revolução Constitucionalista” de 1932). Em um claro processo de “revolução passiva”, o pacto contra-revolucionário entre as novas e velhas frações proprietárias foi efetuado *pelo alto*; exercendo uma espécie de “função de Piemonte” adaptada às condições periféricas de uma nação *atrasada* (mas já politicamente unificada), o aparelho de Estado *dirigiu aqueles que deveriam dirigir*, e garantiu, para eles, os seus

interesses comuns.¹⁰⁶⁹ Assim, se antes de 1930, a classe dominante brasileira não precisou ser dirigente, depois de 1930, ela não conseguiu ser dirigente. Talvez não seja incorreto dizer que o *quantum* de “autonomia relativa” da qual gozará pelo aparelho estatal a partir de 1930 se mostrará, ao longo do populismo, inversamente proporcional à capacidade *dirigida* da classe dominante nacional.

No Brasil, esse processo de *autonomização relativa do Estado* esteve diretamente ligado ao próprio desenvolvimento orgânico do aparelho de Estado (como, aliás, parece ter acontecido também no caso *clássico* francês, segundo a já vista análise de Marx). Por um lado, tendo que ajustar suas estruturas constitutivas ao alargamento de sua base social no pós-1930, o Estado brasileiro se modernizou celeremente, criando novos ministérios, secretarias, autarquias, empresas e órgãos públicos em geral. Por outro, impelido a reposicionar a economia nacional em um mercado internacional em crise, esse mesmo Estado passou a fazer uso de instrumentos mais fortes de intervenção econômica, podendo, assim, funcionar não só como um agente regulador do mercado, mas também como sujeito econômico direto. Concentrando cada vez mais recursos, e decidindo com relativa liberdade sobre sua distribuição, o novo aparelho estatal brasileiro – em sintonia com a nova “economia política” mundial, defensora do intervencionismo estatal, do planejamento e das teorias anti-cíclicas – intensificou o uso dos seus expedientes de política econômica, como as carteiras de investimento, as taxas de câmbio, a política fiscal etc. Muitas vezes, como no caso da criação de companhias estatais e das obras de infra-estrutura urbana, foi o próprio Estado o responsável direto pelo desenvolvimento das forças produtivas. Caberá a ele, portanto, conduzir o processo de inflexão da agrária e mercantil economia brasileira para um modelo industrial em tempos de capitalismo monopolista – e a própria burguesia industrial defendia ser o Estado o responsável pela execução dessa tarefa. Assim, nesse processo de modernização econômica e social do país, o Estado brasileiro teve sua musculatura tonificada e seu raio corporal dilatado, passando a contar com uma burocracia pública, civil e militar, de características modernas. Foi a formação desse “exército de funcionários”, desse “corpo de parasitos” (Marx),¹⁰⁷⁰ que permitiu ao Estado preservar e desenvolver sua “autonomia relativa” face à classe dominante naquelas condições de “crise de hegemonia”. Dialeticamente, portanto, esse fenômeno social de burocratização foi, simultaneamente, causa e efeito da própria *autonomização relativa* do aparelho estatal.

É esse aparelho estatal *relativamente autonomizado* que, colimando a preservação da ordem, vai efetivar o processo de incorporação controlada dos setores populares urbanos, os

¹⁰⁶⁹ Ainda no que diz respeito à fórmula *weffortiana* do “Estado de compromisso”, imaginamos que nossas considerações acima possam dar conta da já mencionada indagação cientificamente provocativa feita, certa feita, pela historiadora Virgínia Fontes: “Mas não seria todo Estado capitalista um Estado de compromisso?”.

¹⁰⁷⁰ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 58.

quais se multiplicavam aceleradamente. Nos termos colocados pela teoria do populismo, tratar-se-ia, como vimos, de um “Estado de compromisso” que, carecendo de uma fonte de “legitimidade” no interior dos grupos dominantes, foi buscá-la e obtê-la nas emergentes massas populares (“Estado de massas”). Conquanto essencialmente correta, essa leitura acerca das origens da relação populista “Estado- massas” no Brasil foi exposta, a nosso ver, de um modo pouco preciso, porquanto eclético.

Pensamos que não se tratou, propriamente – ou, pelo menos, prioritariamente –, de uma questão de “legitimidade”, tal como Weffort *weberianamente* apontou. Decerto, identificar o fundamento da “legitimidade” de determinada forma de dominação se constitui em uma tarefa importante para sua caracterização histórico-política, mas não é, todavia, o procedimento determinante da investigação. A correlação de forças entre as classes em luta é o que, em última análise, explica a origem e a natureza dos regimes políticos. Nas sociedades *de massas*, toda e qualquer forma de dominação deve necessariamente contar com algum nível de “legitimidade” proveniente dos numerosos setores explorados. Em sociedades complexas, nenhum regime pode manter-se de pé por muito tempo sem o mínimo de respaldo popular. Assim, diante de uma sociedade em processo gradativo de *massificação*, o novo Estado brasileiro necessitava, evidentemente, alargar sua base de sustentação em direção à classe trabalhadora e demais setores urbanos emergentes. Nesse sentido, a explicação da teoria do populismo faz sentido. As massas, certamente, proveram o novo regime de “legitimidade”. Contudo, em tintas marxistas, talvez o fundamental fosse dizer que, derivado, em última análise, da própria aparição em cena das massas populares, o aparelho de Estado bonapartista tinha como missão precípua preservar, em outros termos, a exploração do trabalho pelo capital, em um momento no qual a velha forma de dominação oligárquica já se mostrava incapaz de fazê-lo. A dinâmica e o desenvolvimento da luta de classes, ainda que de forma encoberta, estiveram na base da transformação política ocorrida em 1930. Foi assim que o bonapartismo (uma forma de dominação *não-hegemônica*) substituiu o *domínio exclusivo cafeeiro* (uma forma de dominação *pré-hegemônica*). Assim, possivelmente, a explicação para o caráter *de massas* do novo regime (“Estado de massas”) resida mais nessa sua tarefa *preventivamente contra-revolucionária* de incorporar controlada e subordinadamente a classe trabalhadora e os estratos médios urbanos à vida pública nacional – como disseram, embora não com esses mesmos adjetivos, os próprios teóricos do populismo – do que propriamente em uma questão de “legitimidade”. Pode-se assim dizer que, observado em seu sentido histórico mais profundo, a política estabelecida pelo “Estado de

compromisso” para com as emergentes massas populares atendeu às necessidades conjunturais da *permanente contra-revolução burguesa* no Brasil.¹⁰⁷¹

No quadro desse *duplo compromisso* firmado sincronicamente pelo aparelho estatal bonapartista – entre as diversas frações burguesas, e entre o conjunto destas e as “ameaçadoras” massas populares –, o Poder Executivo desempenhou uma função *arbitral*. Seu chefe, Vargas, colocando-se *acima* dos partidos e lideranças políticas, apresentou-se como intérprete de todas as classes e único legítimo representante do “interesse nacional”. Em consonância com as novas práticas governamentais – sobre as quais falaremos um pouco a seguir –, seus discursos apregoavam a intervenção do Estado nos vários âmbitos da vida nacional e a “colaboração de classes” como condição necessária para a “harmonia” e o “progresso” do país – Nesse sentido, pode-se dizer que Getúlio foi *o homem certo no lugar certo*: suas inegáveis habilidades nas práticas da negociação e arbitragem políticas adequavam-se precisamente ao tipo de função presidencial que requeria o novo regime. Almejando o estabelecimento da “paz social”, Vargas foi o principal protagonista na construção de um modelo corporativista das relações entre Estado e as classes sociais, o qual iria permitir uma ação relativamente independente da *cúpula estatal dirigente* ao longo do processo político populista. Será com base nessa nova formatação política corporativista que se efetivará uma reorientação da economia brasileira no contexto da crise mundial. Será por meio desse *sistema político crescentemente bonapartista* que se iniciará, substantivamente, a retardatária modernização capitalista industrial do país.

O bonapartismo em construção: o Governo Provisório (1930-1934)

O regime político que começou a ser configurado com a formação do Governo Provisório de Vargas, a 3 de novembro de 1930, e que teria vigência até a promulgação da Constituição de 1934, foi um regime tendencialmente bonapartista, o qual continha ainda elementos de cariz oligárquico. Uma tentativa de definição mais aproximada talvez pudesse nomeá-lo como uma espécie de *semibonapartismo oligárquico*.

O que deu a tônica política desse primeiro período do varguismo foi a luta entre o centralismo bonapartista-corporativista e o federalismo burguês-oligárquico liberal, luta essa que, na verdade, só se encerraria em 1937, com a vitória definitiva do primeiro. É dentro desse contexto de uma acirrada disputa entre as forças centralistas e federalistas, e de conflitos internos às próprias forças federalistas (disputas inter-oligárquicas nos – e entre – os estados), que devem ser compreendidos os aspectos centrais deste conturbado período, marcado,

¹⁰⁷¹ Para uma análise da contra-revolução brasileira em suas várias “durações” *braudelianas*, vale a pena conferir o recente artigo de Renato Lemos, onde é clara a influência da perspectiva teórica de Florestan Fernandes (LE MOS, Renato. *Op. cit.*).

sobretudo, por uma vertiginosa instabilidade política. Na complexa dinâmica da luta, muitos dos personagens cambiaram de lado um tanto inesperadamente, novos agrupamentos surgiram e surpreendentes alianças foram feitas para, pouco tempo depois, se desfazerem como se nunca tivessem existido. Assim, se 1930 foi, certamente, um marco na nossa *revolução burguesa periférica* – uma “revolução sem revolução”, nunca é demais lembrar –, o período 1930-1934 talvez tenha correspondido a uma “fase das antecipações”, na qual o embate/conciliação entre o velho e o novo, ou melhor, entre o novo-velho e o velho-novo no Brasil atravessou seu momento mais decisivo, delimitando o caráter futuro da nação. A “crise de hegemonia” se apresentou de forma extremamente aguda naquele quadriênio. O regime político nele vigente não conseguiu se mostrar sequer como uma solução temporária para tal “crise de hegemonia”, já que os antagonismos sociais, livres de qualquer contenção mais consistente, continuariam a se desenvolver livremente ao longo de todo o Governo Provisório.

Como maior expoente do que poderíamos designar de o *pólo centralista* do processo político daquele período, apresentava-se o próprio Governo Provisório. Sua primeira medida, que estabeleceu as bases do novo regime, foi o decreto de 11 de novembro de 1930. Por meio dele, foram dissolvidos o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e as câmaras municipais, o que, na prática, conferiu plenos poderes ao Presidente da República. Chefiado soberanamente por Vargas, o Governo Provisório tinha seu núcleo duro constituído pela combinação de dois expressivos grupos, cujas trajetórias remontavam (pelo menos) à década de 1920.

O primeiro deles era composto por uma plêiade de jovens quadros políticos da oligarquia gaúcha, tais como Osvaldo Aranha (ministro da Justiça), Lindolfo Collor (ministro do Trabalho, Indústria e Comércio) e o próprio Vargas. Conhecidos em seu estado de origem como a “geração de 1924”,¹⁰⁷² comungavam um visão de mundo influenciada pelo positivismo e o corporativismo – o que, como fator ideológico, talvez ajude a explicar seu papel ativo na montagem das estruturas jurídico-políticas responsáveis pela incorporação controlada das classes populares à vida institucional do país no pós-1930. Integravam ainda essa nova *cúpula política dirigente* do Estado alguns intelectuais adeptos de posições ultra-autoritárias (*fascistizantes*), como o jurista mineiro Francisco Campos (ministro da Educação e Saúde Pública) – mais tarde responsável por nada menos que as sinistras elaborações da Constituição de 1937 e do primeiro Ato Institucional (depois conhecido como AI-1) da ditadura militar implantada em 1964.

¹⁰⁷² “Geração” esta que, segundo Robert Levine, se compunha de um “novo grupo de próceres do Partido Republicano” (posto em evidência na esteira das polêmicas eleições gaúchas de 1922) e de novos nomes que emergiram na primeira convenção desse partido. Além dos citados acima, pertenceriam também a esta “geração de 1924” personagens como Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, Batista Luzardo e Maurício Cardoso. (LEVINE, Robert. *Op. cit.*, p. 85).

O segundo grupo do núcleo duro governamental era constituído pelo chamado “tenentismo”, ou seja, um setor político composto de oficiais militares e civis que, na década anterior, haviam participado (muitos deles, com a patente de tenente) dos movimentos sublevadores que abalaram o velho *domínio* oligárquico.¹⁰⁷³ Ao integrar, agora, o novo bloco de poder burguês ao lado de chefes das “dissidências oligárquicas”, o movimento “tenentista” dava sinais de ter passado (ou de estar passando) por um processo de “transformismo” político.¹⁰⁷⁴ De suas fileiras vieram alguns dos mais importantes interventores federais, nomeados por Vargas para quase todos os estados do país (com as exceções de Minas Gerais, onde o presidente estadual Olegário Maciel foi mantido no posto, e do Rio Grande do Sul e Pernambuco, onde os líderes locais *aliancistas* Flores da Cunha e Lima Cavalcanti assumiram, respectivamente, os governos estaduais). Assim, por exemplo, Juarez Távora foi nomeado delegado militar da revolução nos estados do Norte (o que lhe valeria a alcunha de “vice-rei do Norte”), Juracy Magalhães se tornaria interventor da Bahia em 1931, e João Alberto assumiria o controle político do Estado de São Paulo, contrariando as expectativas do PD de que algum de seus quadros viesse a ocupar o posto em função de sua adesão ao movimento de 1930.¹⁰⁷⁵ Chocando-se, em muitos casos, com as oligarquias locais, os interventores “tenentes” encarnavam os anseios governamentais pela centralização política do país. A própria existência dos interventores federais, vale ressaltar, denotava tanto um controle do hipertrofiado Poder Executivo sobre os demais poderes, quanto a supremacia política da União sobre os estados e municípios – O Código dos Interventores, promulgado por Vargas em agosto de 1931, entre outros dispositivos, vedava aos interventores a contração de empréstimos sem prévia consulta ao Executivo central, além de proibir aos estados o gasto de mais de 10% de suas despesas ordinárias com as polícias militares e de dotá-las, em seus ramos de artilharia e aviação, de um arsenal proporcionalmente superior ao Exército.¹⁰⁷⁶

Os “tenentes” estiveram presentes com destaque também em algumas das chamadas *legiões*, as quais, imbuídas de uma perspectiva programática ultra-centralista, buscavam se sobrepor aos partidos estaduais e combater as lideranças oligárquicas tradicionais. Entre as tais *legiões*, destacou-se a *Legião Revolucionária de São Paulo*, fundada por Miguel Costa e

¹⁰⁷³ Tal como se tornou habitual na historiografia, utilizamos as aspas ao nos referir ao “tenentismo” no pós-1930, já que, evidentemente, muitos dos antigos tenentes de 1922, 1924 e 1925-1927 já haviam subido na hierarquia militar quando se deu a “Revolução” de 1930. Quanto ao movimento tenentista, ver PRESTES, Anita. *A Coluna Prestes*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

¹⁰⁷⁴ Conforme já indicamos no capítulo anterior, o conceito de “transformismo” foi proposto por Antonio Gramsci em GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. *Op. cit.*, volume V, p. 286 e _____. *Cadernos do cárcere*. *Op. cit.*, volume II, p. 94-95. Também no capítulo anterior, em nota de rodapé, se encontra uma brevíssima síntese do conceito feita por nós.

¹⁰⁷⁵ BRANDI, Paulo. “Getúlio Vargas” (verbetes) in ABREU, Alzira Alves de. [ET. Alli]. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB)*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, volume V, p. 5905.

¹⁰⁷⁶ *Idem*, p. 5907.

João Alberto. Em meados de 1931, os “tenentes” fundariam o *Clube 3 de Outubro*, visando consolidar sua influência no governo. Ao lado de militares ex-adversários do “tenentismo”, como Góis Monteiro – aliado ao movimento no pós-1930 e, curiosamente, o autor da idéia da criação do *Clube de Outubro*, do qual foi o primeiro presidente –, membros da alta cúpula “tenentista” compuseram também o chamado *Gabinete Negro* de Vargas.¹⁰⁷⁷ Juarez Távora, João Alberto e os “tenentes” civis Osvaldo Aranha e Pedro Ernesto (que, em setembro de 1931, seria nomeado interventor do Distrito Federal – DF) foram alguns dos homens que integraram essa espécie de *entourage bonapartista* de Vargas, que aconselhava permanentemente o ditador “provisório”. Programaticamente, o “tenentismo” defendia eixos como “o prolongamento da ditadura, a representação por classes, a nacionalização de alguns setores da economia, como as minas e as quedas d’água, e reformas na área trabalhista”.¹⁰⁷⁸ Pode-se dizer que, em seu curto período de duração no pós-1930, o movimento “tenentista” desempenhou o papel de *vanguarda do bonapartismo*.

A bandeira das oposições burguesas a Vargas era a elaboração de uma nova Constituição liberal para o país e o conseqüente fim do governo ditatorial provisório. Abertamente contrário aos setores constitucionalistas que anelavam essa liberalização oligárquica do regime, o movimento “tenentista” radicalizaria ainda mais seus discursos e ações, de caráter cada vez mais centralista e anti-oligárquico. Embora aliado aos “tenentes” na luta pela construção e estabilização do novo regime, Vargas procurava portar-se como *árbitro* em face dos conflitos travados por aqueles com as frações burguesas. Ao que tudo indica, a estratégia de Vargas era trazer para a órbita do regime a *massa* dessas frações burguesas – entendido esta agora no sentido em que Marx se referiu à “*massa da burguesia*” –, o que implicava em destituí-las de sua força política própria. Assim, em sua *démarche bonapartista*, Vargas buscava a adesão das frações burguesas ao “compromisso” de 1930 – sob o qual repousava, vale lembrar, a própria “autonomia relativa” do aparelho estatal –, ao mesmo tempo em que trabalhava pela destruição (ou cooptação, quando possível) de suas representações políticas tradicionais. Naquele momento, no entanto, os vários setores da classe dominante brasileira mostravam-se ainda, em geral, fiéis aos seus representantes políticos tradicionais, os quais se enfrentavam com o governo central e seus interventores títeres nos estados. Assim, dialeticamente, as frações burguesas, embora aderentes ao “compromisso” fixado pelo Estado, procuravam concomitantemente subvertê-lo, desejosas de um governo *direto* de classe, o que, no caso da burguesia cafeeira paulista, implicaria em um simples retorno ao velho regime federalista do pré-1930.

¹⁰⁷⁷ *Idem.*

¹⁰⁷⁸ *Idem.*

O caso de São Paulo foi o mais expressivo da situação descrita acima. Centro de poder do antigo regime *exclusivista*, o estado esteve durante o primeiro ano que se seguiu ao golpe da Aliança Liberal sob a já mencionada intervenção federal do “tenente” João Alberto, a qual tinha como propósito submeter politicamente a poderosa burguesia cafeeira paulista. Buscando, entretanto, o apoio desta à nova ordem, Vargas, na formação de seu primeiro ministério, nomeou para a pasta da Fazenda o banqueiro do café José Maria Whitaker, ligado ao PD (partido que, relembramos, havia integrado a Aliança Liberal).

Depois de um curto período de colaboração conflituosa na gestão de João Alberto, o PD passou a adotar uma postura cada vez mais crítica face ao Governo Provisório. Combatido de forma incontinente pelos “tenentes” (em especial pela *Legião Revolucionária*), Whitaker pediria demissão do cargo em novembro de 1931. Em fevereiro do ano seguinte, o PD se aliaria ao antigo Partido Republicano Paulista (PRP), conformando a chamada Frente Única Paulista (FUP), que se tornaria a principal ameaça política ao recém-fundado regime varguista. Não obstante ter Vargas (contra a vontade dos “tenentes”) acenado aos opositores com o iniciar de um gradual processo de constitucionalização e nomeado um civil paulista para o governo de São Paulo (o antigo embaixador Pedro de Toledo, que assumiria o posto no lugar do coronel Rabelo, sucessor de Laudo de Camargo que, por sua vez, havia sucedido João Alberto), a burguesia cafeeira paulista, unificada e com o apoio dos industriais e setores médios do estado, acabou optando pelo levante armado contra a nova ordem.

Programaticamente *restauracionista* e politicamente reacionário, o revel movimento da burguesia paulista se disfarçava sob as bandeiras da “autonomia” do estado e da “constitucionalização” do país. Assim, a classe dominante paulista, ainda que incorporada ao *pacto compulsório intra-burguês* de 1930, e tendo muitas de suas reivindicações econômicas atendidas pelo Governo Provisório (em especial as referentes ao café), não se mostrava disposta ainda a dobrar-se politicamente às forças bonapartistas, as quais apareciam aos seus olhos oligárquicos como aventureiros rapaces que haviam usurpado seu poder absoluto. Com o espocar da “Revolução Constitucionalista” em São Paulo e a iminência de apoio a ela pelos grupos dominantes gaúchos (unificados na Frente Única Gaúcha - FUG), a luta entre a centralização e o federalismo atingiu, em julho de 1932, seu ponto de exasperação, colocando o país à beira de uma guerra civil.

Obtendo, nas últimas horas, a fidelidade ao Governo Provisório por parte das burguesias gaúcha e mineira – embora alas políticas destas, lideradas, respectivamente, por Borges de Medeiros e Artur Bernardes, acabassem aderindo à revolta –, Vargas conseguiu isolar São Paulo e derrotar política e militarmente sua classe dominante, a mais forte do país. A vitória do governo varguista sobre burguesia paulista impediu que os ponteiros da história

voltassem para onde estavam posicionados antes de 1930. As forças centralistas bonapartistas venciam, assim, uma importante batalha em sua errática luta contra as forças federalistas burguesas, assegurando, definitivamente, a unidade nacional brasileira (posta em xeque por alguns setores extremistas do federalismo e pela imprevisível dinâmica da luta no caso de seu prolongamento).

O tratamento do governo em relação aos vencidos evidenciaria a estratégia bonapartista do varguismo à qual nos referimos pouco acima: após alguns dias de detenção, as lideranças políticas “constitucionalistas” foram exiladas em Portugal e teriam seus direitos políticos suspensos por três anos (medida essa que foi estendida aos dirigentes do governo deposto em 1930); por outro lado, Vargas concordou em resgatar, por meio do Banco do Brasil, os bônus que os bancos paulistas haviam emitido para financiar a guerra. Ademais, Valdomiro Lima, o novo Interventor Federal no estado, receberia instruções para se aproximar dos diversos setores da população paulista. Em meados de 1933, Vargas nomearia novamente um paulista civil para governar o estado (Armando Salles Oliveira), pondo fim à prática de empurrar goela abaixo da burguesia interventores da corrente “tenentista”.¹⁰⁷⁹ Desse modo, como dissemos, ao mesmo tempo em que trabalhava pela aniquilação das direções políticas burguesas de oposição ao regime, o bonapartismo varguista visava angariar para si o apoio do conjunto da classe dominante nacional, inclusive o da burguesia cafeeira paulista. Vargas penava, assim, para obter uma espécie de “consenso passivo” da burguesia brasileira para sua política de modernização burguesa do país – já que um “consenso ativo” da classe dominante, como indicavam os próprios acontecimentos de São Paulo (e a existência mesma do bonapartismo), parecia estar historicamente fora de cogitação.

Ainda em relação ao contexto político do período 1930-1934, vale mencionar, como antecipamos, a ocorrência de inúmeros conflitos intra-oligárquicos em muitos estados da federação. Imersos no cenário geral da luta “centralização x federalismo”, alguns desses conflitos acabaram motivando a intervenção moderadora do poder central. Assim foi o caso de Minas Gerais, onde, em meio à disputa entre Virgílio de Melo Franco e Gustavo Capanema pela sucessão do falecido Olegário Maciel no Governo do Estado, Vargas resolveu o impasse com a nomeação, em dezembro de 1933, de um *tertius*: o político, até então pouco conhecido, Bendito Valadares Ribeiro (à época, deputado federal constituinte). Desvinculado das facções em disputa, Valadares se tornaria um aliado fiel de Vargas nos futuros conflitos políticos, e participaria ativamente da conspiração de 1937.¹⁰⁸⁰ A chamada “solução Valadares”, como ficaria conhecida a saída varguista para a crise política mineira,

¹⁰⁷⁹ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5909-5910.

¹⁰⁸⁰ *Idem*, p. 5913-5914.

exemplificava claramente o papel *arbitral* exercido pelo chefe do Executivo naquele tumultuado processo político.

No tocante à política econômica, o Governo Provisório bonapartista levou a cabo uma linha de atuação marcada pela intervenção centralizadora do Estado nos rumos da economia. Impelido a salvar a produção cafeeira (base das receitas e divisas do país), Vargas criou em 1931 o Conselho Nacional do Café (CNC) – que, em fevereiro de 1933, seria substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC). Atendendo a muitos dos apelos que os cafeicultores haviam feito em vão ao ex-presidente Washington Luís, o novo governo procedeu à destruição dos estoques de café e à compra do excesso da produção pelo CNC. Em agosto de 1931, chegou a suspender parte dos pagamentos da dívida externa, e iniciou entendimentos para obter empréstimos com vistas a quitá-la.¹⁰⁸¹ Na sequência do processo de centralização das decisões econômicas, foi fundado, em 1932, o Instituto do Cacau e, no ano seguinte, o Instituto do Açúcar e do Alcool. Em 1934, seria criado o Conselho Federal do Comércio Exterior, ilustrando as tendências *estatistas* e *pró-planificadoras* do novo regime.

Em setembro de 1931, o governo introduziu o controle cambial como monopólio através do Banco do Brasil e uma escala de prioridade para a compra de moeda estrangeira. Visando equilibrar o balanço de pagamentos, essas medidas dificultariam as importações menos essenciais e acabariam funcionando como um mecanismo de tipo protecionista para a produção fabril nacional.¹⁰⁸² Em julho de 1932, o Banco do Brasil recebeu autorização para conceder financiamento de longo prazo às indústrias (e também às empresas agrícolas) por meio de sua Carteira de Redescontos. Foi criada, nesse mesmo mês, a Caixa de Mobilização Bancária que, concedendo empréstimos aos bancos, tinha por finalidade impedir uma situação de insolvência.¹⁰⁸³ Como muitos autores assinalaram, é difícil caracterizar a política econômica do Governo Provisório como uma política abertamente industrialista. Todavia, o conjunto das medidas por ele adotadas para preservar a renda do setor cafeeiro, combinada à expansão dos gastos públicos e ao aumento do custo das importações, logrou evitar uma recessão generalizada, propiciando condições favoráveis para um ulterior processo de industrialização.¹⁰⁸⁴ Ainda como um fator econômico pró-industrialização estimulado pelo governo, é importante destacar o chamado “confisco cambial”: praticado desde setembro de 1931, ele transferia gradativamente capitais da agricultura para o setor industrial. Portanto, como pode ser visto, ainda que, por *raisons d’Etat*, a política econômica do primeiro governo bonapartista de Vargas tenha se voltado prioritariamente para o setor agrícola (em especial, para a salvação da produção cafeeira), pode-se dizer que já sob ele (e por ele) foi iniciado um

¹⁰⁸¹ *Idem*, p. 5910-5911.

¹⁰⁸² DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil. 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

¹⁰⁸³ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5911.

¹⁰⁸⁴ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1959.

processo cujo resultado seria, alguns anos à frente, uma acelerada modernização industrial do país. A centralização política do país e o crescente intervencionismo do Estado na área econômica, acompanhados do fortalecimento da própria máquina estatal, mostrar-se-iam como elementos essenciais para um início (ainda que sutil) de uma inflexão do eixo da economia nacional. Tinha lugar, assim, aquilo que os estudiosos costumaram chamar de “industrialização restringida”, isto é, um processo de industrialização ainda extremamente dependente, “em termos de financiamento adequado às suas necessidades”, do setor agro-exportador.¹⁰⁸⁵

Já no que diz respeito à chamada “questão social” – cuja solução se encontrava entre as próprias *razões de ser* do novo regime –, o Governo Provisório não tardou a se manifestar concretamente. A criação de um ministério voltado para o Trabalho (instituído como Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – MTIC) menos de um mês depois da derrubada da Primeira República evidenciou a preocupação da recém-formada cúpula bonapartista em administrar, sob outros termos, a luta de classes no país.

Como bem notaram os teóricos do populismo – entre outros muitos intérpretes do varguismo –, o processo de incorporação subalterna das massas populares à vida institucional do país combinou, a um só tempo, três elementos axiais: a manutenção da repressão ordinária à vanguarda política dos setores explorados, a construção de uma estrutura sindical de tipo corporativista (de inspiração fascista) e a elaboração de uma vasta legislação social e política que atendia a demandas importantes da classe trabalhadora urbana (a “cidadania social e política”, apontada por Weffort e Ianni). Nesse aspecto, como em alguns outros, o bonapartismo brasileiro se assemelhou bastante à chamada “via prussiana” de modernização capitalista retardatária. Assim como Bismarck que, conduzindo *do alto* o processo de transição a uma sociedade industrial, lançou mão do binômio “repressão-reformas” para incorporar politicamente o proletariado à nova ordem – combinando, como vimos, suas leis “anti-socialistas” com a criação da Previdência Social, por exemplo –, Vargas procurou eliminar a autonomia sindical e política dos trabalhadores na medida em que lhes reconhecia (ainda que parcialmente) direitos sociais e políticos há muito reivindicados pelo movimento operário brasileiro.

Assim, em março de 1931, o Governo Provisório – como já mostramos no capítulo anterior – iniciaria a montagem do “sindicalismo oficial” com a fixação do decreto 19.770, que estabelecia a “carta sindical” (só seriam considerados legais os sindicatos reconhecidos pelo MTIC) e o princípio da “unicidade sindical” (somente um sindicato seria reconhecido por categoria em determinada região geográfica). Procurando bloquear o acesso de imigrantes

¹⁰⁸⁵ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil. Opções de desenvolvimento*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 29.

européus (muitos de tendências políticas anarquistas, socialistas e comunistas) ao mercado de trabalho, o governo criou, em agosto de 1931, a Lei de Amparo ao Trabalhador Brasileiro Nato, que obrigava os estabelecimentos industriais e comerciais a terem pelo menos 2/3 de sua mão-de-obra composta por trabalhadores nacionais. Completando o quadro coercitivo, foi montada, no Distrito Federal, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESP) que, como um órgão independente da política administrativa e judiciária, estava subordinada diretamente à Chefia de Polícia.¹⁰⁸⁶

No que se refere aos “direitos sociais”, a partir de 1932 (com a posse do gaúcho Salgado Filho no MTIC, em substituição a Lindolfo Collor, que se mostrara simpático à conspiração paulista então em curso), o governo aceleraria a criação e implementação das leis de cunho trabalhista.¹⁰⁸⁷ Em março daquele ano, foi fixado o limite de oito horas para a jornada de trabalho nos ramos da indústria e do comércio (sendo permitidas, em alguns casos, jornadas de dez horas mediante uma maior remuneração aos trabalhadores). Em decretos de maio e novembro, foram regulamentados o trabalho feminino e o de menores. Ainda em 1932, foram instituídas também as Comissões Mistas de Conciliação, voltadas para a resolução dos dissídios entre os trabalhadores e a patronal. Entre 1932 e 1934, o governo criou também uma série de Institutos e Caixas (mais tarde transformadas em Institutos) de Aposentadorias e Pensões para várias categorias profissionais, tais como os marítimos, comerciários, bancários, mineiros e estivadores. Em janeiro de 1934, um decreto regulamentaria as férias de 15 dias aos operários industriais, benefício a que só teriam direito aqueles que fossem sindicalizados nas entidades oficiais (reconhecidas pelo MTIC)¹⁰⁸⁸ – o que ilustrava, claramente, o inextricável vínculo entre as duas facetas da estratégia bonapartista de incorporação controlada das massas: o corporativismo e o reformismo.

Por meio das ideologias difundidas pela propaganda bonapartista, começava a ser construída a imagem de Vargas como aquele que, dotado de “sapiência” e “generosidade”, teria “*doad*o” aos trabalhadores os direitos sociais, protegendo-os das “elites gananciosas”. Muitas dessas medidas de caráter social fixadas pelo Governo Provisório seriam incorporadas, em breve, pela Constituição de 1934. Importante lembrar, entretanto, que os “direitos sociais” não foram estendidos aos trabalhos rurais, o que, evidentemente, funcionou como um importante elemento de atração dos setores latifundiários para o “compromisso” que sustentava o regime.¹⁰⁸⁹

¹⁰⁸⁶ MATTOS, Marcelo Badaró (coord.) [et. al.] *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. *Op. cit.*, p. 80.

¹⁰⁸⁷ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5912.

¹⁰⁸⁸ *Idem*.

¹⁰⁸⁹ No plano econômico, como bem salientou Francisco de Oliveira, a não-validade dos “direitos sociais” para os trabalhadores rurais foi extremamente funcional para o desenvolvimento industrial do país, na medida em que, mantendo baixíssimo o custo da força de trabalho no campo, acabava por baratear os gêneros alimentícios que

O Governo Provisório também daria início à modernização do ensino médio e superior, expandindo consideravelmente a educação pública no país. O Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), sob as gestões de Francisco Campos, Washington Pires e Gustavo Capanema (este já sob o Governo Constitucional), também realizaria uma ampliação da assistência na área de saúde pública. Concomitantemente, ações do MTIC promoveriam um aumento da assistência hospitalar (saúde curativa) – ainda que não tenha se verificado um crescimento significativo da infra-estrutura hospitalar estatal. Em função da já referida ampliação da máquina burocrática estatal, parcela substantiva dos setores médios encontraria emprego no funcionalismo de Estado, sobretudo em função do uso cada vez mais recorrente dos concursos públicos para a contratação de pessoal (o que se intensificaria a partir do Estado Novo).

No âmbito dos “direitos políticos”, o Governo Provisório promulgou em fevereiro de 1932 um novo Código Eleitoral, instituindo o voto secreto, a Justiça Eleitoral (pontos que constavam no programa da Aliança Liberal), o sufrágio feminino e a representação “classista” para os órgãos do Legislativo (reivindicação de jaez corporativista que, como dissemos, compunha a plataforma do setor “tenentista”).¹⁰⁹⁰ Continuava, entretanto, vedado o direito de voto aos analfabetos, o que excluiria enormes contingentes do processo eleitoral de 1933 (na verdade, o primeiro de apenas dois pleitos por sufrágio direto que ocorreriam até o fim do Estado Novo, em 1945). De todo modo, tal como Napoleão III fora visto pelos camponeses e operários franceses como aquele que lhes restituíra o sufrágio universal (masculino) vergonhosamente subtraído pela Assembléia Nacional burguesa, Vargas aparecia para muitos setores populares urbanos como o governante que, finalmente, rompia com o exclusivismo político que marcara toda a Primeira República. Em meio à efetivação dessas medidas democráticas, vale ressaltar, continuavam a vigorar tanto a censura à imprensa, quanto a ilegalidade do PCB.

Inegavelmente, o bonapartismo varguista encerrou, desde seu primeiro momento (o Governo Provisório), um conteúdo reformista. Foi um reformismo burguês, certamente, e limitado pelas próprias condições *atrasadas* e periféricas do país que politicamente o produziu. Pode ser qualificado, talvez, de anêmico ou esquelético, se comparado a algumas experiências posteriores social-democratas redistributivistas da Europa. Mas foi reformista, e o foi, ao que tudo indica, na medida necessária para a preservação da ordem capitalista em uma sociedade dependente que celeremente se urbanizava e, *saltando etapas*, se industrializava. Assim, se as reformas varguistas, em termos absolutos (ou ainda, em termos

chegavam aos meios urbanos, diminuindo, conseqüentemente, o custo da força de trabalho fabril e, por conseqüente, aumentando a lucratividade do capital industrial. (OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. Op. cit.*, p. 45-46, e 64-65).

¹⁰⁹⁰ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5908.

históricos comparativos), podem ser tomadas como nada além de “migalhas” jogadas pelo Estado aos trabalhadores brasileiros, para muitos destes, entretanto, vivendo em condições de miserabilidade extrema (ou mesmo recém-chegados das indigentes áreas rurais), elas permitiram satisfazer demandas básicas de sobrevivência. Desse modo, tendo sempre em mente o inexpugnável sentido histórico contra-revolucionário do bonapartismo brasileiro, não seria equivocado afirmar que, entre 1930-1934, ele assumiu um caráter relativamente “progressista”, na medida em que suas ações – utilizando as palavras de Gramsci – “quebra[ram] cristalizações estatais sufocantes também no campo dominante e inser[iram] na vida do Estado e nas atividades sociais um pessoal diferente e mais numeroso do que o precedente”.¹⁰⁹¹

O posicionamento político da classe dominante em relação à diáde “corporativismo-reformismo” aplicado pelo varguismo explicitou o caráter bonapartista do novo regime. Agraciada com a não-extensão dos “direitos sociais” ao campo, a burguesia latifundiária não tinha porque fazer muito alarde em relação às leis trabalhistas. Já as burguesias industrial e comercial, atingidas diretamente por aquelas, opuseram-se fervorosamente à política reformista do governo. Ainda que, como ficaria demonstrado pelos analistas, os “direitos sociais” tenham se mostrado fundamentais tanto para a manutenção da ordem política, como para a própria acumulação capitalista, o empresariado urbano faria de tudo para negá-los ao proletariado:¹⁰⁹² suas táticas iriam desde a tentativa de evitar a criação das leis pelo Executivo (ou sua aprovação pelo Legislativo, a partir do processo constituinte de 1933-1934), até a luta pela procrastinação de sua regulamentação; não restando outra alternativa, os empresários se decidiam simplesmente por não aplicá-las em suas fábricas e estabelecimentos comerciais.¹⁰⁹³ Do mesmo modo, o conjunto da burguesia, nos anos do Governo Provisório, resistiu com tenacidade ao seu enquadramento representativo no modelo corporativista em construção. Seriam somente a obstinada luta dos trabalhadores pela independência de seus sindicatos e a ameaça do *fantasma* comunista que fariam a classe dominante gradativamente abandonar sua defesa categórica da autonomia sindical. Assim, quando seu medo do proletariado e do “bolchevismo” atingiu gradações históricas, sobretudo após o frustrado levante da ANL/PCB em novembro de 1935, a classe dominante, rendendo-se ao governo em nome da ordem, se dobraria finalmente à estrutura sindical do bonapartismo – sempre, entretanto, preservando ou construindo, em paralelo aos sindicatos patronais oficiais, suas entidades associativas na sociedade civil (as quais, diferentemente das pertencentes à classe trabalhadora, seriam

¹⁰⁹¹ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Op. cit., volume III, p. 303-304.

¹⁰⁹² Exceção feita para a legislação previdenciária, aceita sem maiores problemas pela burguesia.

¹⁰⁹³ Quanto ao posicionamento da burguesia industrial face aos “direitos sociais”, ver GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho no Brasil. Política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

cinicamente toleradas pelo Estado ao longo de todo o período populista).¹⁰⁹⁴ Em resumo, pode-se dizer que o corporativismo e o reformismo social foram impostos pelo aparelho estatal bonapartista à classe dominante “para o próprio bem” desta.

Por sua vez, a classe trabalhadora, como antecipamos acima, travou uma férrea luta pela autonomia sindical. Sua vanguarda, composta por *pecebistas*, trotskistas e anarquistas, pelejou arduamente pelo não enquadramento dos sindicatos operários na estrutura sindical oficial (recusando-se a registrá-los no MTIC), no que se deparou não só com a repressão estatal, mas também com a resistência de suas próprias bases, ávidas, naturalmente, para gozar dos benefícios trabalhistas (só concedidos, como dissemos, aos trabalhadores filiados aos sindicatos em posse da “carta sindical”). Somada à oposição burguesa ao corporativismo, essa resistência dos setores mais combativos da classe trabalhadora, ainda que conduzida de forma fragmentária – devido, principalmente, à postura sectária e “ultra-esquerdista” adotada pelo PCB, guiado desde 1929 pela linha do “terceiro período”¹⁰⁹⁵ – conseguiu retardar a vitória plena do modelo sindical propugnado pelos dirigentes do Estado. Seria também só depois de 1935, com a intensificação da coerção à classe trabalhadora organizada, que o corporativismo sindical se tornaria, para os setores explorados, uma realidade.¹⁰⁹⁶

A Constituição de 1934 e a formação de um *bonapartismo semiparlamentar*

Embora Vargas tenha derrotado as forças “constitucionalistas” em 1932, estas acabariam por obter uma espécie de “vitória na derrota”, para usarmos aqui uma expressão de Isaac Deutscher.¹⁰⁹⁷ Sob pressão das frações burguesas, Vargas viu-se impelido a liberalizar o regime. Pouco menos de um ano depois do esmagamento da “Revolução Constitucionalista” de São Paulo, ocorreriam eleições para uma Assembléia Constituinte, abrindo caminho para o encerramento da ditadura bonapartista que, “provisoriamente”, já durava quase três anos. Entretanto, como veremos logo à frente, a “vitória na derrota” das forças “constitucionalistas” acabaria por se mostrar, na verdade, uma *vitória de Pirro*.

Resultado da medição de forças entre a *cúpula dirigente* do Governo Provisório e as frações burguesas politicamente organizadas, a Constituição de 1934 amalgamaria elementos centralistas, federalistas, oligárquicos, corporativistas, liberais e democráticos. O regime político nela baseado apresentaria um conteúdo visivelmente *combinado*, no qual um ainda forte e relativamente autonomizado Poder Executivo conviveria com um Parlamento frágil e

¹⁰⁹⁴ Em 1931, por exemplo, o CIESP, para se adaptar às regras do corporativismo, se transformou na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Em 1939, o CIESP seria refeito, passando a conviver ao lado da FIESP.

¹⁰⁹⁵ Ver capítulos II (“O ‘complicado’ bonapartismo alemão - 1930-1933”) e III (“‘Crise de hegemonia’, ‘Revolução’ de 1930, compromisso e populismo”).

¹⁰⁹⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. Op. cit.*, p. 61-76.

¹⁰⁹⁷ DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta banido. Op. cit.*, p. 523.

outros declinantes aspectos de uma democracia burguesa. Por analogia ao regime francês surgido no mesmo ano (com a formação do governo Doumergue, em 1934), o regime político brasileiro que vigorou desde a promulgação, em julho, da Carta constitucional até o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, pode ser definido como um tipo de *bonapartismo semiparlamentar*.¹⁰⁹⁸ Tal como o regime político anterior (1930-1934), essa modalidade de bonapartismo, pelo próprio hibridismo que encerrava, também não faria senão aguçar as contradições do processo, não logrando oferecer-se nem mesmo como uma solução temporária para a “crise de hegemonia” que medrava sem óbices na sociedade brasileira

As razões para o predomínio dos traços bonapartistas sobre os democrático-burgueses no regime de 1934 remontam ao próprio modo como foi realizada a constitucionalização da “Revolução” de 1930. Pressionado, como dissemos, a por termo a sua ditadura “provisória”, Vargas tratou de assegurar seu comando pessoal sobre o processo de transição. No melhor estilo das “revoluções passivas”, essa seria mais uma das muitas mudanças de regime político na história do país realizada *pelo alto*, com vistas a evitar, preventivamente, uma “ameaçadora” participação ativa dos setores subalternos no processo.

Em função de sua vitória sobre a rebelião paulista, Vargas obteve uma “ampla margem de poder e influência” sobre a Assembléia Constituinte, que se instalaria em novembro de 1933.¹⁰⁹⁹ Foi o Governo Provisório quem nomeou a Comissão Constitucional, responsável pela elaboração do anteprojeto de Constituição que seria apresentado à Assembléia, e foi também ele quem, por meio de um decreto presidencial de maio de 1933, definiu o regimento interno da própria Assembléia. Segundo o decreto, esta seria responsável pela elaboração da nova Constituição e pela eleição do Presidente da República, devendo se dissolver em seguida.¹¹⁰⁰ Em meio aos preparativos para a Constituinte, Vargas, opondo-se à posição deliberada pela Comissão Constitucional que ele mesmo formara, invocou o Código Eleitoral para impor a presença da chamada “representação classista” na futura Assembléia. Assim, além dos 214 deputados eleitos pelo sufrágio direto, a Assembléia seria composta também por 40 representantes eleitos pelos sindicatos oficiais, o que garantiria um enorme peso político do governo nos debates constitucionais.¹¹⁰¹

Em fins de 1932, teve início um processo de reorganização político-partidária direcionado para as eleições de maio de 1933. Vargas adotou a estratégia de incentivar a criação de partidos liderados por seus interventores, a fim de que, integrados, esses partidos pudessem apresentar um programa mínimo que se compatibilizasse com o apresentado pela

¹⁰⁹⁸ A expressão, como vimos no Capítulo II, foi utilizada por Trotsky para caracterizar o regime político francês existente entre 1934-1940 (TROTSKY, L. “Aonde vai a França?”. *Op. cit.*).

¹⁰⁹⁹ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5912.

¹¹⁰⁰ *Idem.*

¹¹⁰¹ *Idem.*

Comissão Constitucional. Surgiram, assim, o Partido Republicano Liberal (PRL), formado no Rio Grande do Sul por Flores da Cunha com o apoio de Osvaldo Aranha, e o Partido Progressista (PP) em Minas Gerais, articulado por Olegário Maciel, Antonio Carlos, Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco.¹¹⁰² Já as oposições burguesas ao governo se rearticularam por meio de suas antigas representações partidárias, como o Partido Republicano Mineiro (PRM), o PRP e o PD. Estes dois últimos partidos formariam uma frente única eleitoral, intitulada Chapa Única por São Paulo Unido, que teria o apoio da Associação Comercial do estado e da Federação dos Voluntários, organização que reunia os ex-combatentes de 1932. Liderada por Alceu Amoroso Lima (“Tristão de Athayde”), foi criada também a Liga Eleitoral Católica (LEC), que defendia princípios como a indissolubilidade do casamento e o ensino religioso facultativo nas escolas públicas.¹¹⁰³ Com apoio de interventores federais em estados nordestinos, como Juracy Magalhães e Lima Cavalcanti, os “tenentes”, por sua vez, animaram a criação de alguns partidos estaduais, batizados de social-democráticos. Sua frente eleitoral, denominada de União Cívica Nacional, não obteria uma votação expressiva à escala nacional.¹¹⁰⁴ – O movimento “tenentista”, a essa altura, já caminhava a passos largos para sua rápida desintegração; depois de ter feito às vezes de um independente intérprete das classes médias nos anos 20, e de ter ocupado a linha de frente das forças bonapartistas a partir da “Revolução” de 1930, o “tenentismo” saía de cena antes que a luta contra o federalismo burguês-oligárquico liberal estivesse totalmente decidida.

Buscando angariar apoio para sua candidatura presidencial, Vargas declarou o fim da censura à imprensa e concedeu anistia aos revoltosos de 1932. Depois de sucessivas crises geradas, principalmente, pela ostensiva intervenção do Executivo nos trabalhos da Constituinte – e após o fracasso de uma conspiração golpista antiliberal orquestrada por Góis Monteiro –,¹¹⁰⁵ foram aprovados no plenário, em junho de 1934, os atos do Governo Provisório, que ficaram imunes a qualquer tipo de revisão judiciária.¹¹⁰⁶ Em 16 de julho, foi promulgada a Constituição e, no dia seguinte, Vargas seria eleito Presidente da República pela Assembléia Constituinte (convertida provisoriamente em Câmara dos Deputados e incorporando as funções do Senado), derrotando por uma ampla margem de votos Borges de Medeiros e o próprio Góis Monteiro, além de outros candidatos menos votados.¹¹⁰⁷

Por um lado, o caráter da nova Constituição – e a sua própria existência, de certo modo – representou um sensível baque sofrido pelas forças bonapartistas. A volta de um

¹¹⁰² *Idem.*

¹¹⁰³ *Idem.*

¹¹⁰⁴ *Idem.*

¹¹⁰⁵ *Idem*, p. 5914.

¹¹⁰⁶ *Idem*, p. 5915.

¹¹⁰⁷ *Idem.*

Poder Legislativo ordinário (em suas várias instâncias) constituído a partir de eleições diretas por sufrágio universal implicava em uma diminuição do controle do processo político por parte do Executivo. A eleição dos novos governadores pelas assembleias constituintes estaduais – as quais, após os pleitos indiretos para o Governo do Estado, o Senado e as elaborações das constituições estaduais, se transformaram em assembleias ordinárias – permitiu que as frações burguesas ganhassem força política, restabelecendo, ao menos em âmbito estadual, sua dominação de classe de um modo mais *direto* (via controle dos executivos estaduais). Ainda que muitos dos interventores varguistas acabassem sendo eleitos governadores, alguns deles se postariam, desde então, mais na qualidade de representantes das frações burguesas estaduais do que na de aliados do presidente bonapartista (Flores da Cunha, Armando Salles etc.).¹¹⁰⁸ Ademais, a nova Constituição preservava muitos aspectos da Carta de 1891, e fixava um modelo organizativo do país ainda claramente federalista (mais identificado, portanto, com as propostas das frações burguesas oligárquicas do que com o centralismo bonapartista dos “tenentes”).

Por outro lado – contribuindo para a preponderância dos elementos bonapartistas no novo regime –, a Constituição de 1934 ainda mantinha uma forte concentração de poder no Executivo federal, cuja chefia central continuava nas mãos de Vargas (embora agora já não tão livres, graças às peias constitucionais). Foi mantida também a representação classista, pela qual Vargas e os “tenentes” tanto batalharam. Ainda que nos quadros de um sistema federativo, a União passou a gozar juridicamente de muito mais poder do que tivera no regime da Primeira República. A autonomia financeira dos estados foi significativamente restringida, a começar pelos direitos estaduais de exportação, que foram limitados a 10% *ad valorem*.¹¹⁰⁹ A jurisdição sobre os direitos relativos ao subsolo foi transferida para o governo federal, e a autoridade do Senado também decaiu na nova institucionalização da divisão dos poderes.¹¹¹⁰ Fundamental lembrar ainda que a legislação sindical corporativista produzida pelo Governo Provisório foi, com algumas poucas alterações, incorporada à Carta de 1934 – e lembramos ainda que a mais importante daquelas alterações foi a adoção do “pluralismo sindical” que, embora constasse formalmente no texto devido às pressões operárias, eclesiais e empresariais, não teria vigência prática.¹¹¹¹ Mantendo a lógica *bi-facetada* da estratégia

¹¹⁰⁸ Alguns dos processos eleitorais para os governos de estado, em função das disputas intra-oligárquicas, acabaram se desenrolando de uma forma bastante conturbada, e requerendo algum tipo de posicionamento, mais ou menos intervencionista, da parte do Poder Executivo (e, mais particularmente, do próprio Vargas). Foram os casos, por exemplo, dos estados do Pará e do Rio Grande do Norte (LEVINE, R. *Op. cit.*, p. 78-82).

¹¹⁰⁹ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5915.

¹¹¹⁰ *Idem*.

¹¹¹¹ Sobretudo em função dos limitadores dispositivos que, só no ano seguinte, o regulamentariam. Ademais, a escalada repressiva do governo (apoiada na Lei de Segurança Nacional), a partir de junho de 1935, impediria qualquer chance de uma real liberdade sindical para os trabalhadores (MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. Op. cit.*, p. 67).

bonapartista de dominação política (“corporativismo-reformismo”/“repressão-reformas”), a maior parte da legislação social posta em vigor por Vargas a partir de 1930 foi também adicionada à nova Carta.

Já no que diz respeito aos seus elementos mais propriamente democráticos, vale assinalar que, além dos “direitos sociais” – os quais, como já dissemos, atendiam parcialmente a antigas reivindicações do movimento operário –, a Constituição de 1934 assegurava total liberdade de reunião, de crença, de associação política e de imprensa.¹¹¹² Indubitavelmente, o *combinado* regime político nascido da nova Constituição permitia uma maior liberdade de ação para os sujeitos políticos em geral, propiciando um dinamismo do processo político para o qual a classe dominante brasileira logo mostraria não estar ainda preparada. Aproveitando-se das brechas democráticas do regime, o movimento operário e sindical retomaria o caminho de suas lutas econômicas e políticas, fazendo com que greves e manifestações populares voltassem a compor o cenário político nacional, tornando-o ainda mais turbulento. Também se valendo da relativa margem de liberdade concedida pela nova Carta constitucional, o integralismo fascista, surgido em 1932 com a Ação Integralista Brasileira (AIB), assistiria a um crescimento vertiginoso sob o *bonapartismo semiparlamentar*, disputando a influência dos setores médios com os movimentos “progressistas” e “democráticos” impulsionados pelo PCB (que, aliás, continuava proscrito sob o novo regime).

De todo modo, a híbrida Constituição de 1934 teria apenas pouco mais de três anos de vigência formal. Na prática, desde julho de 1935, quando o governo lançaria mão da Lei de Segurança Nacional para decretar a dissolução da ANL, seus traços liberais e democráticos já começariam a ruir. A partir de novembro daquele ano, quando teriam lugar as sublevações *pecebistas*, as sucessivas utilizações pelo Poder Executivo dos *estados de sítio e de guerra* (todos constitucionalmente aprovados pelo Congresso) tornariam a Constituição uma *letra morta* para o conjunto dos setores populares organizados. Finalmente, com o advento do Estado Novo, a “natimorta” Carta constitucional de 1934¹¹¹³ seria substituída por outra, abertamente bonapartista e despudoradamente reacionária.

Com o início do Governo Constitucional de Vargas (1934-1937), a luta de classes ganharia contornos mais nítidos, relegando para um segundo plano o conflito “centralismo x federalismo” – forma difusa pela qual, desde 1930, vinha se manifestando a luta entre os grupos dominantes. Ofuscado, porém contínuo, aquele conflito continuaria a se processar agora como epifenômeno de um confronto já mais claramente definido (embora ainda não totalmente aberto) entre o capital e o trabalho. A luta da burguesia contra o movimento

¹¹¹² BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5915.

¹¹¹³ BARBOSA, Francisco de Assis. “Prefácio” à LEVINE, R. *Op. cit.*, p. 13.

operário daria a tônica do período 1934-1937, e teria como um de seus resultados a vitória definitiva do projeto centralista bonapartista-corporativista sobre o federalismo burguês-oligárquico liberal, vitória essa alcançada com a implantação da ditadura *estadonovista*. Assim, o êxito final da burguesia em sua luta contra o *espectro* da ameaça proletária, obtido por meio da consolidação do projeto bonapartista em 1937, significaria, contraditoriamente, a derrota do modelo federalista-oligárquico liberal que havia sido ardorosamente por ela defendido ao longo do processo político iniciado com a “Revolução” de 1930.

Dessa forma, se, em 1934, com a proclamação da Constituição, a burguesia havia recuperado ao menos uma parte do *quantum* de poder político *direto* que perdera em 1930 – ou melhor, do *quantum* que sua fração cafeeira perdera, já que só esta detinha efetivamente o poder antes da “Revolução” –, durante o período 1934-1937, o que se verificará é um processo pelo qual a própria burguesia abdicará desse seu já escasso poder político, entregando-o com *doce constrangimento* às forças bonapartistas, que se tornarão, então, as únicas responsáveis pela garantia da ordem burguesa.

A escalada bonapartista (1934-1937)

O poder bonapartista surgido em 1930 sentia-se desconfortável na nova e apertada roupagem institucional. Uma vez promulgada a híbrida Constituição de 1934, Vargas iniciaria a luta por sua extinção, rumo a um regime *bonapartista pleno*. No discurso que preparou para sua posse como presidente constitucional (mas que não chegaria a ser lido), afirmava que a nova Constituição “fragmenta e dilui a autoridade, instaura a indisciplina e confunde a cada passo as atribuições dos poderes da República”¹¹¹⁴ – vale lembrarmos aqui das contradições e ambigüidades que, segundo Marx, estariam presentes na Constituição francesa de 1848 e teriam contribuído para o desfecho bonapartista em dezembro de 1851.¹¹¹⁵ Ainda nos primeiros dias de seu novo governo, Vargas teria declarado ao escritor Moisés Velinho, seu amigo particular: “Creio que serei o primeiro revisionista da Constituição”.¹¹¹⁶

Da formação do novo regime, em julho de 1934, ao golpe de Estado varguista, em novembro de 1937, o processo sócio-político do país ganharia uma dinâmica extremamente complexa e contraditória. Nesse período de aproximadamente três anos e meio, sob vigência da *semiliberal/semibonapartista* Carta constitucional de 1934, se desenrolaria uma conflituosa trama envolvendo as frações burguesas, suas vacilantes representações políticas, o

¹¹¹⁴ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5915.

¹¹¹⁵ Mais uma vez, lembramos que, segundo Marx, aquela constituição outorgava “poderes efetivos” ao Presidente da República, enquanto tratava de garantir à Assembléia Nacional “o poder moral” (MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 33). Ver Capítulo I deste trabalho.

¹¹¹⁶ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5915.

proletariado, o PCB, a ANL, as divididas classes médias, o fascismo integralista, as Forças Armadas, os resquícios políticos do “tenentismo”, a cúpula burocrática governamental e, *last but not least*, o ex- e futuro ditador, Getúlio Vargas. O resultado político dessa trama, como é sabido, seria a instauração do Estado Novo: consolidando o bonapartismo como a forma *ótima* de dominação burguesa no país, a ditadura estadonovista promoveria um salto de qualidade na retardatária modernização capitalista brasileira.

Mais uma vez aqui um paralelo com a França *oitocentista* pode nos ser útil.

Como vimos, no *clássico* processo analisado por Marx, uma sublevação popular espontânea levou, em fevereiro de 1848, à queda do *exclusivista* regime da *Monarquia de Julho* (uma forma de dominação *pré-hegemônica*) e impôs à classe dominante a proclamação de um regime republicano, inicialmente dotado de aditamentos democráticos. Contraditoriamente, a “*massa da burguesia*”, majoritariamente monárquica, viu-se em meio à difícil tarefa de ter seus interesses garantidos por meio de uma formatação política republicana. Depois de extirpar do Governo Provisório os minoritários representantes dos trabalhadores, a burguesia, sob a efêmera direção política de sua ala *republicana*, reprimiu sanguinariamente a insurreição proletária de junho e promulgou uma Constituição (1848) que transformava aquela república em uma república única e exclusivamente burguesa. A principal reivindicação do movimento operário, a criação de um “ministério especial para o Trabalho” (uma reivindicação nada socialista, vale ressaltar), foi sumariamente negada pelo novo regime – “Tratava-se”, como afirmou o então ministro Trelat, “de reduzir o trabalho às suas antigas condições”.¹¹¹⁷

Em fins de 1848, Bonaparte foi eleito Presidente da República, assumindo o controle da máquina burocrática estatal, enquanto as monárquicas representações políticas da burguesia (os *orleanistas* e *legitimistas*, que juntos compunham o *partido da ordem*) assumiram o controle da maioria do Parlamento (Assembléia Nacional). Intensificou-se, então, um processo no qual aquela monárquica burguesia, incapaz de estabelecer uma “hegemonia” em face de seus conflitos políticos internos e da permanente ameaça potencial do proletariado, minava constantemente as bases do regime político pelo qual podia exercer *diretamente* sua dominação política, a república parlamentar. Compelida pelas necessidades da luta de classes, a burguesia francesa, por meio de suas representações político-parlamentares, fortalecia gradativamente o aparelho burocrático-repressivo estatal – como, por exemplo, já havia feito em junho de 1848 e faria novamente em julho de 1849, no combate à pequena-burguesia democrática. *Pari passu*, aquelas mesmas representações políticas da burguesia, por meio de uma série de declarações e medidas (entre as quais a cassação do sufrágio universal em março

¹¹¹⁷ MARX. K. *As lutas de classes na França. Op. cit.*, p. 128.

de 1850 foi, sem dúvida, a mais expressiva), desmoralizava sucessivamente o instrumento de seu poder político *direto*, o Parlamento. Diante da constante presença do *fantasma* da revolução proletária, o próprio regime político da burguesia, isto é, a democracia burguesa, começava a lhe parecer por demais perigoso. A radicalização das lutas intra-parlamentares e do conflito entre Bonaparte (em sua aberta marcha golpista) e a Assembléia Nacional deixava evidente a incapacidade da burguesia de *dirigir*, ela mesma, a nação dilacerada. A “crise de hegemonia” atingia então seu ápice, colocando em risco a própria manutenção da dominação burguesa sobre a numericamente crescente classe trabalhadora – cuja *massiva* aparição como sujeito social antagonista trouxera, lembramos, a própria questão da “hegemonia” para a sociedade francesa.

Tomada pelo sentimento de pânico em face de qualquer potencial ameaça aos seus negócios privados, a “*massa da burguesia*” seduziu-se progressivamente pela idéia de um Poder Executivo forte que pusesse fim às “inócuas” disputas parlamentares e garantisse a estabilidade da ordem capitalista. Uma parcela daquela “*massa*”, como destacou Marx, já fazia, havia tempo, negócios com o Executivo por meio da alocação de seus homens em estratégicos órgãos daquele poder (como o agiota Fould, que assumiu a pasta da Fazenda no ministério d’Hautpoul).¹¹¹⁸ Buscando obter o apoio dessa *massa burguesa* (“que sacrificava a cada momento seus interesses gerais de classe, isto é, seus interesses políticos, aos mais mesquinhos e mais sórdidos interesses particulares”),¹¹¹⁹ Luís Bonaparte aterrorizou-a invocando a ameaça do proletariado, o qual, na verdade, já havia sido retirado politicamente de cena desde a violenta repressão de junho de 1848. Deixando como que “suspensas no ar” suas representações políticas em litígio (*orleanistas e legitimistas*) – que, ameaçadas por Bonaparte, tornaram-se defensoras de última hora da república burguesa (a única forma política na qual poderiam coexistir lado a lado) –,¹¹²⁰ a burguesia abdicaria finalmente de seu poder político (*direto*) sobre o país, para ver preservado seu poder social. Assim, em dezembro de 1851, consumava-se o golpe bonapartista contra a burguesia, o qual, contraditoriamente, tinha por finalidade histórico-política salvá-la dos perigos de seu “*self-government*”.¹¹²¹ O capitalismo industrial francês floresceria, então, sob uma forma de dominação política *não-hegemônica* que, a despeito da burguesia, já não poderia tratar a “questão social” do modo como até então vinham fazendo os regimes burgueses anteriores. O bonapartismo francês seria um regime de massas, e destas derivaria, em última análise, sua própria existência histórica.

¹¹¹⁸ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Op. cit., p. 96-97.

¹¹¹⁹ *Idem*, p. 100.

¹¹²⁰ MARX, K. *As lutas de classes na França*. Op. cit., p. 154.

¹¹²¹ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Op. cit., p. 63.

Qualquer analogia entre o caso descrito acima e o processo político brasileiro do 1930-1937 deve ter em mente, prioritariamente, o já mencionado caminho politicamente contra-revolucionário pelo qual se processou a modernização capitalista brasileira, e que assumiu a forma – como também já dissemos – de uma “revolução passiva”. Ademais, a distância de quase cem anos que separa os dois processos – situados em fases distintas da história do capitalismo mundial – não pode ser obliterada. Toda analogia é, de certa forma, problemática, já que forçosamente os possíveis pontos de contato são priorizados analiticamente em detrimento das inúmeras diferenças que qualquer comparação histórico-temporal faz saltar aos olhos e, que, à primeira vista, desestimulam o próprio exercício analógico. Por encerrarem sempre algum grau de esquematismo, as analogias históricas são cientificamente arriscadas. Arrisquemo-nos.

Com o fim do Império, em 1889 – e a transferência da “função hegemônica” das mãos dos latifundiários escravocratas para as da burguesia cafeeira –, a dominação *pré-hegemônica* assumiu no Brasil um formato republicano. Se, na França, esse tipo de dominação (a *Monarquia de Julho*) teve fim, segundo a avaliação de Marx, graças a uma sublevação operária com a participação “passiva” de setores burgueses,¹¹²² no Brasil, pode-se dizer que aconteceu quase que o inverso: na ausência de um protagonismo popular – uma típica característica das “revoluções passivas” –, a *exclusivista* Primeira República acabou derrubada, como vimos, por uma rebelião das “oligarquias dissidentes”, a qual contou (no máximo) com uma ajuda “passiva” do proletariado e das camadas médias. Assim, em seu lugar foi instituída não uma “república parlamentar democrática”, mas, segundo nossa interpretação, um tipo de *semibonapartismo oligárquico*, um regime político *não-hegemônico* de natureza *combinada* e transicional, no qual a burguesia, em seu conjunto, viu-se privada de grande parte de seu poder político (*direto*) sobre a nação. Contudo, devido à conjuntura histórico-política em que nasceu, bem distinta do pico de radicalismo pelo qual passava a luta de classes na França de 1848, o bonapartismo brasileiro, *preventivamente* – e não reativamente – *contra-revolucionário*, não tinha como tarefa “reduzir o trabalho às suas antigas condições”; pelo contrário, sua missão – como já o dissemos à porfia – era promover a incorporação controlada da crescente classe trabalhadora (assim como dos setores médios) à vida institucional do país. Raivosamente rechaçada pelo Governo Provisório da *Segunda República* francesa, a idéia da criação de um “ministério especial para o trabalho” foi, como vimos, uma das primeiras a ser posta em prática pelo Governo Provisório surgido em 1930 no Brasil. Configurou-se, assim, uma situação curiosamente contraditória no processo político brasileiro: embora o bonapartismo em construção se apresentasse como uma forma de dominação política

¹¹²² MARX. K. *As lutas de classes na França*. Op. cit., p. 128.

apropriada, e mesmo necessária, para a manutenção da ordem burguesa naquele contexto de “crise de hegemonia”, a “*massa da burguesia*” tupiniquim continuava a ser politicamente oligárquica.

Depois de, por meio de suas representações políticas tradicionais, se enfrentar por quase quatro anos com as forças bonapartistas (incluindo um confronto militar em 1932), a burguesia, intransigentemente federalista, conseguiu obter um significativo ganho de poder político com a Constituição de 1934 e a volta do funcionamento do Poder Legislativo em todas as suas instâncias. Entretanto, com a radicalização da luta de classes no novo regime (*bonapartismo semiparlamentar*) e a presença mais assustadora do *espectro* do comunismo, o conjunto das frações burguesas passaria a progressivamente demandar uma saída de força para a garantia da ordem capitalista. Após o frustrado levante da ANL/PCB em novembro de 1935, a burguesia aceleraria seu processo de abdicação política. Atendendo aos sucessivos pedidos de *estados de exceção* por parte do Executivo, concedendo-lhe poderes discricionários, o Parlamento burguês fortaleceria aquele poder que lhe era “hostil” e, por conseguinte, se auto-enfraquecia.¹¹²³ Minando a fonte de seu próprio poder político, a burguesia brasileira demonstrava não poder suportar nenhum laivo de democracia naquela conjuntura. Por mínimo que fosse, qualquer *quantum* de poder político em suas mãos parecia ameaçar seu próprio poder social. Politicamente dividida, levemente incomodada com o crescimento do fascismo e, sobretudo, ainda bastante temerosa da ameaça proletária, a timorata classe dominante brasileira, geneticamente contra-revolucionária, abriria gradativamente mão da faculdade de *dirigir* a nação – faculdade esta, aliás, que ela nunca havia exercido.¹¹²⁴ Com o início das campanhas eleitorais que visavam à sucessão presidencial marcada para janeiro de 1938, Vargas, no melhor estilo de Luís Bonaparte, passaria a conjurar incessantemente o *fantasma* do comunismo, quando, na verdade, o proletariado organizado, desde a cruenta perseguição que sofrera após o levante da ANL/PCB, já estava efetivamente fora do campo de batalha, e via a história “passar *por cima* de suas cabeças”.¹¹²⁵

Enquanto seus representantes políticos lançavam-se com entusiasmo na corrida presidencial, a “*massa da burguesia*” – cujos alguns *intelectuais orgânicos* (sobretudo os de linhagem industrial) já se encontravam dentro das estruturas do Poder Executivo desde 1935 – já se mostrava desejosa de por fim àquele cenário de estéreis disputas políticas que só faziam conturbar ainda mais a ordem burguesa. Em novembro de 1937, reconhecendo sua incapacidade política própria, a burguesia se submeteria finalmente a Vargas e sua cúpula

¹¹²³ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 59.

¹¹²⁴ Dizemos isto, pois, como expusemos, a nosso ver não existiu uma *direção*, e sim um *domínio* da burguesia cafeeira sob a Primeira República pós-1894.

¹¹²⁵ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 67. Grifos do autor.

burocrático-militar. Jogando-se nos braços de um “Bonaparte” periférico, a burguesia brasileira entoaria o mesmo grito que, muitas décadas atrás, havia saído da boca de sua veterana irmã francesa: “*Antes um fim com terror, do que um terror sem fim!*”¹¹²⁶ Transferindo a “função hegemônica” – que entre 1930-1937 não fora exercida por nenhuma classe ou fração de classe – para a burguesia industrial, o bonapartismo brasileiro adquiriria sua forma *plena* sob o Estado Novo. Como um tipo de *bonapartismo semifascista*, a ditadura *estadonovista* de Vargas (uma forma de dominação *não-hegemônica*) seria responsável por vultoso desenvolvimento do retardatário capitalismo industrial brasileiro.

Muito rapidamente, procuraremos destacar a partir de agora alguns elementos concretos desse dialético processo que acabamos de descrever. Procurando reconstruir sinteticamente a trama dos acontecimentos, priorizaremos momentos e aspectos que explicitem ao leitor essa dinâmica histórica na qual a burguesia brasileira, num intervalo de aproximadamente três anos (1934-1937), abdicou totalmente de qualquer poder político (*direto*) sobre o a nação para preservar seu poder social sobre ela, isto é, abriu mão da “coroa” a fim de “salvar sua bolsa”.¹¹²⁷ Vamos, então, aos fatos.

No *front* esquerdo daquele cenário político em crescente processo de radicalização, encontrava-se a Aliança Nacional Libertadora, fundada em janeiro de 1935. Impulsionada pelo PCB, a ANL foi um fugaz, porém significativo, esboço de *frente popular* no Brasil dos anos 30. Reorientando sua política a partir das novas e “oportunistas” diretrizes da IC pós-ascensão do nazismo,¹¹²⁸ o PCB adotou uma estratégia de luta antifascista baseada numa perspectiva de “colaboração de classes”. Afinados com a linha política formulada pelo búlgaro estalinista George Dimitrov, os comunistas brasileiros tomavam como seus principais inimigos os “imperialismos fascistas” (Alemanha e Itália, principalmente) e seus aliados locais, representados no país tanto pelo integralismo da AIB, quanto pelo governo de “traição nacional” de Vargas. Bem-vindos à ANL, segundo os *pecebistas*, seriam todos aqueles dispostos a lutar contra o fascismo brasileiro, fossem eles trabalhadores, estudantes, militares, intelectuais democratas e setores proprietários “progressistas” (a chamada “burguesia nacional”).

Além da necessidade premente da luta contra o fascismo e pelas “amplas liberdades para o povo”, a plataforma *reformista radical* da ANL continha também consignas como a suspensão definitiva da dívida externa brasileira, a nacionalização de todas as empresas imperialistas, a distribuição das terras dos latifundiários “feudais” aos camponeses e a constituição de um governo “popular” e “revolucionário”. Em relação ao proletariado urbano,

¹¹²⁶ *Idem*, p. 103-104. Grifos do autor.

¹¹²⁷ *Idem*, p. 63.

¹¹²⁸ Ver Capítulo II (“o bonapartismo francês ‘semiparlamentar’” - 1934-1940)

a ANL defendia “uma efetiva jornada de trabalho de oito horas, tabelas de salário mínimo, dois meses de indenização em caso de dispensa do trabalho, seguro-desemprego, melhores condições de saúde pública, impostos mais baixos sobre os artigos de primeira necessidade e salário igual por trabalho igual. Tudo isso, ou quase tudo isso, era garantido pela Constituição, mas valia como letra morta”.¹¹²⁹ O caráter de *frente popular* da organização – determinado não só pela questão do antifascismo, mas também pela perspectiva “etapista” que orientava as elaborações do PCB sobre a revolução brasileira¹¹³⁰ – ficaria nítido em seu documento intitulado “Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário”, no qual era esclarecido que, uma vez constituído, tal governo não levaria a cabo “a liquidação da propriedade privada sobre os meios de produção”, nem tomaria “sob seu controle as fábricas e empresas nacionais. O referido governo dando início no Brasil ao desenvolvimento livre das forças de produção não pretende a socialização da produção industrial e agrícola porque nas condições atuais do Brasil, só será possível com a implantação da verdadeira democracia, liquidar o feudalismo e a escravidão dando todas as garantias para o desenvolvimento livre das forças de produção do país”.¹¹³¹ Quanto ao campo brasileiro, o documento afirmava que “o Governo Popular exigirá dos proprietários capitalistas o cumprimento no campo da legislação social que será implementada pela revolução. O Governo Popular, porém, não desapropriará os que não empregam a exploração feudal...”.¹¹³²

Procurando materializar politicamente suas diretrizes políticas, a ANL chegou a entabular negociações com políticos burgueses de oposição a Vargas, como Virgílio de Melo Franco e João Neves da Fontoura, adversário no Rio Grande do Sul do governador Flores da Cunha¹¹³³ – que, a essa altura, já se inclinava para uma postura cada vez mais crítica em face do governo federal. Presidida nacionalmente por Hercolino Cascardo (capitão da Marinha) e secretariada por Roberto Sisson, a ANL adquiriu, pelo menos no Distrito Federal, um caráter de massas. O prestígio de Prestes – feito “presidente de honra” da organização por indicação do então jovem estudante comunista Carlos Lacerda¹¹³⁴ – junto aos setores médios e ao “tenentismo” militar de esquerda possibilitou que o recrutamento dos quadros da organização fosse feito para além dos segmentos operários sob influência *pecebista*. Contando entre suas fileiras também com elementos burgueses e destacados intelectuais (como o historiador Caio

¹¹²⁹ LEVINE, Robert. *Op. cit.*, p. 114.

¹¹³⁰ Ver a Introdução à segunda parte deste trabalho.

¹¹³¹ SILVA, Hélio. 1935. *A revolta vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1969, p. 446-447. *Apud* LÖWY, Michael. “Do movimento operário independente ao sindicalismo de Estado (1930-1945)” in COLETIVO “EDGARD LEUENROTH” (Michael Löwy, Eder Sader, Sandra Castro e Helena Hirata). *Introdução a uma história do movimento operário brasileiro no século XX*. Belo Horizonte: Vega: 1980, p. 36

¹¹³² *Idem*.

¹¹³³ LEVINE, Robert. *Op. cit.*, p. 113.

¹¹³⁴ LEVINE, Robert. *Op. cit.*, p. 108. Futuramente, Carlos Lacerda se tornaria o líder da União Democrática Brasileira (UDN) e maior expoente do antivarguismo de direita entre 1950-1964.

Prado Jr., que ocupou a presidência da organização em São Paulo), a ANL tornou-se, desde sua fundação, o principal inimigo do regime de 1934, apresentando-se a muitos como a corporificação do *fantasma* comunista, o qual seria utilizado pela forças bonapartistas como “justificativa” para sua escalada golpista. À esquerda da *frente popular*, e criticando-a duramente, estavam os pouco numerosos militantes trotskistas (organizados na LCI e, a partir de 1936, no POL). Sintonizados com as diretrizes da Oposição de Esquerda Internacional (OEI), os seguidores brasileiros de Trotsky apregoavam a construção de uma “frente única operária” para obstar a ascensão fascista e afirmavam o caráter “socialista” – e não “democrático-burguês” – da revolução brasileira.¹¹³⁵

No pólo político oposto, encontrava-se o fascismo brasileiro. Fundado, em 1932, pelo escritor modernista Plínio Salgado, o movimento integralista tinha no anticomunismo o centro de sua atividade política. Criada sob inspiração da experiência dos *camisas negras* de Mussolini, a AIB combatia também duramente a democracia liberal, os intelectuais “progressistas”, as feministas, os espíritas, os banqueiros norte-americanos e ingleses, assim como as influências judaicas e maçônicas no território nacional. Seu *Führer* – o próprio Plínio Salgado – criticava abertamente a Constituição de 1934 em função de seus traços liberal-democráticos, deixando claro sua defesa da implantação de um regime totalitário no país. As idéias integralistas encontrariam forte eco entre os setores médios mais conservadores. Tendo o *sigma* (representação matemática que significa “soma” ou “integral”) como símbolo, o movimento se desenvolveria rapidamente sob o Governo Constitucional de Vargas, e contaria com a adesão e/ou simpatia de intelectuais reacionários (como o nazista Gustavo Barroso e o católico fervoroso Alceu Amoroso Lima), de militares de alta hierarquia (Pantaleão Pessoa e Newton Cavalcanti), de juristas e advogados (Miguel Reale Jr. e San Tiago Dantas) e até mesmo de poetas modernistas (Augusto Frederico Schmidt). O padre Dom Hélder Câmara, futuro arcebispo emérito de Olinda e Recife e tenaz crítico da ditadura militar de 1964-1985, também figurou por um tempo entre os simpatizantes dos *camisas verdes* de Plínio Salgado. O integralismo, embora não sendo a opção política preferencial da classe dominante – como, aliás, parece ter sido o caso também dos demais movimentos fascistas ao redor do mundo –, chegou a contar com doações financeiras provenientes de grandes industriais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (especula-se, por exemplo, que o milionário Conde Francisco Matarazzo teria sido um dos grandes doadores da AIB).¹¹³⁶

¹¹³⁵ Ver o Capítulo II e a Introdução à segunda parte deste trabalho.

¹¹³⁶ Quanto ao movimento integralista, ver CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado...Op. cit.*; TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974; LEVINE, R. *Op. cit.* e CALIL, Gilberto. *Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010.

Diferentemente do caso da ANL, o exponencial crescimento atingido pela AIB em 1934-1935 contava com a leniência, e mesmo com a aquiescência, do Governo Constitucional de Vargas. Em uma postura típica dos bonapartismos da década de 1930 – ou seja, nascidos nas condições de crise do capitalismo monopolista e em plena falência das democracias liberais –, o varguismo concedia uma certa liberdade ao desenvolvimento das forças políticas fascistas, as quais poderiam, em último caso – e só em último caso –, mostrarem-se úteis à preservação do capitalismo brasileiro. Como no caso do bonapartismo alemão de Hindenburg (Brüning, von Papen, von Schleicher), a repressão governamental de cunho político era bastante seletiva, centrando-se nas organizações do movimento operário, enquanto fazia vistas grossas às atividades fascistas. Ao mesmo tempo, a contínua tolerância de Vargas em relação ao crescimento das radicais hostes integralistas contribuía também para credenciá-lo junto à classe dominante como uma opção política menos turbulenta e arriscada do que a guerra civil fascista, isto no caso de ter que se recorrer a um regime de força para salvar a ordem burguesa (supostamente ameaçada pelo comunismo). Nesse aspecto, aliás, Vargas teria em 1934-1938 mais sucesso do que seus congêneres alemães obtiveram em 1930-1933 (quando o fascismo/nazismo, por fim, suplantou aquele “complicado” bonapartismo teutônico).

Mesmo antes da formação da ANL, já se verificavam confrontos entre o movimento operário e a extrema-direita organizada. Em outubro de 1934, por exemplo, manifestantes da Frente Única Antifascista (FUA), impulsionada pelos trotskistas da LCI, entraram em confronto na Praça da Sé, em São Paulo, com integralistas que realizavam uma parada cívica.¹¹³⁷ A partir de 1935, os choques entre comunistas e fascistas passaram a permear mais constantemente o cenário político nacional, em um claro sinal de que a situação evoluía em uma linha de radicalização, o que comprometia seriamente as chances de estabilização do regime *semiparlamentar* de 1934. Seria jogando com as classes e forças políticas em meio a esse clima de exacerbação política que o bonapartismo construiria o caminho para sua vitória definitiva, derrotando, sucessivamente (e, às vezes, simultaneamente), o proletariado (1935-1937), as representações políticas *diretas* da burguesia (1937-1938), e o fascismo integralista (1938). Vejamos isso, rapidamente.

Em janeiro de 1935, em meio à onda de greves e manifestações operárias, foi encaminhado ao Congresso pelo ministro da Justiça, Vicente Rao, um projeto de lei que definia crimes contra a ordem política e social, denominado Lei de Segurança Nacional (LSN). Não obstante sua proclamada ideologia liberal, o Partido Constitucionalista, fundado em São Paulo por Armando Salles, não hesitou em assumir a defesa da lei e do fortalecimento dos

¹¹³⁷ ALMEIDA, Miguel Tavares de. “Os trotskistas frente à Aliança Nacional Libertadora e aos levantes militares de 1935”. *Op. cit.*, p. 91 (nota 17).

poderes presidenciais,¹¹³⁸ os quais os próprios constitucionalistas tinham, quando dos então recentes debates constituintes, batalhado para controlar e limitar. Assim, mal havia sido promulgada a Constituição e as próprias representações políticas da burguesia já se encarregavam de defender um projeto de lei que, na prática, a suspendia.

Antecipando-se à aprovação da LSN, os integralistas dissolveram formalmente suas milícias armadas.¹¹³⁹ Embora se precavessem, os fascistas sabiam que, na verdade, o inimigo principal do regime era outro. Nos últimos dias de março, quando o debate sobre a LSN estava em seus momentos decisivos no Parlamento, a ANL realizou, no teatro João Caetano (Rio de Janeiro), sua primeira grande reunião pública. Assistindo ao crescimento da esquerda, Vargas não pestanejou e, a 4 de abril, sancionou a LSN, que havia sido obedientemente aprovada pelos deputados. Suprimindo importantes franquias democráticas da Carta de 1934, a LSN – alcunhada de “Lei Monstro” pela esquerda – poderia ser aplicada, segundo seus dispositivos, a todos aqueles que usassem o recurso da força para chegar ao poder, que estimulassem a indisciplina nas Forças Armadas, que atentassem contra pessoas ou bens motivados por questões ideológicas e que tentassem pôr em prática planos de desorganização ou greves nos serviços públicos. Nesses casos, as penalidades previstas iam de um a dez anos de prisão. A LSN também estabelecia sanções para jornais e emissoras de rádio que veiculassem notícias tidas como subversivas, prevendo também a cassação de patentes de oficiais das Forças Armadas. Além disso, autorizava o chefe de Polícia do Distrito Federal a fechar entidades sindicais consideradas suspeitas.¹¹⁴⁰ O regime começava a mudar sensivelmente.

Paralelamente aos preparativos do governo para arrestar a ascensão da *frente popular*, prosseguia, em segundo plano, o confronto entre o centralismo bonapartista-corporativista e o federalismo burguês-oligárquico liberal. Em outros termos dos quais estivera colocado até 1934 – e, mais particularmente, até 1932 –, tal confronto tinha agora seu epicentro deslocado para o Rio Grande do Sul, onde o interventor Flores da Cunha (eleito governador pela assembléia estadual em abril de 1935) comandava 20 mil soldados da Brigada Militar gaúcha,¹¹⁴¹ o que era visto com maus olhos por setores do Exército, particularmente por Góis Monteiro. Com idas e vindas, e alguns recuos táticos de ambos os lados, o clima de animosidade entre o governo federal e Flores da Cunha se acentuaria progressivamente no decorrer dos próximos três anos. Para as forças bonapartistas, e particularmente para a cúpula das Forças Armadas, a colocação em prática dos preparativos golpistas em fins de 1937 se explicaria também pelo desejo de desalojar definitivamente

¹¹³⁸ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5916.

¹¹³⁹ *Idem.*

¹¹⁴⁰ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5916.

¹¹⁴¹ *Idem.*

Flores da Cunha de seu “feudo” político, eliminado, assim, a última resistência ao projeto centralista do governo federal.

Finalmente, em 13 de julho, poucos dias depois de Prestes (que havia voltado clandestinamente ao Brasil vindo da URSS) ter divulgado um manifesto em que pregava a derrubada do governo e a transferência do poder à ANL (“Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!”), Vargas decretou o fechamento da *frente popular*. Desde então, a organização ficou praticamente limitada aos quadros do PCB e alguns militares de inspiração “tenentista” de esquerda. A maior parte dos segmentos médios democráticos que a compunham desvinculou-se dela depois do decreto governamental. O mesmo aconteceu, evidentemente, com os seus membros recrutados na suposta “burguesia progressista”; na verdade, nenhum setor da burguesia brasileira desejava, de fato, um “governo popular nacional-revolucionário”, sobretudo se sua implantação tivesse que passar pelos trilhos da ilegalidade. Mesmo seus setores mais críticos a Vargas não estavam dispostos a enfrentar-se com ele até as últimas conseqüências. Amavam bem mais os seus negócios do que odiavam o presidente. A burguesia brasileira foi sempre pragmática nas suas lutas de classe.

Vargas agia com *mão de ferro*. No segundo semestre de 1935, jogou duro com a Câmara dos Deputados, exigindo dela a aprovação do Tratado Comercial Brasil-EUA que havia sido assinado em fevereiro. As pressões dos norte-americanos, que ameaçavam prejudicar o comércio do café brasileiro, forçaram Vargas a cobrar pessoalmente de alguns deputados que parassem de obstruir a aprovação do tratado. Obtendo sucesso – o documento foi aprovado em setembro pela Câmara e em novembro pelo Senado¹¹⁴² –, Vargas evitava, assim, qualquer confronto mais significativo com os EUA em um momento em que, imbuído do combate ao comunismo, girava seu governo e o regime político cada vez mais à direita. Também nos meses finais de 1935, Vargas, exercendo seu hábito bonapartista, interferiu abertamente no processo eleitoral do Rio de Janeiro. Após uma eleição anulada pela Justiça Eleitoral a pedido da oposição, Getúlio conseguiu eleger por diferença de um voto na assembléia fluminense seu candidato a governador, o almirante Protógenes Guimarães.¹¹⁴³ O poder do Executivo federal se ampliava progressivamente.

Com a proscrição da ANL, o PCB, vendo fechado o caminho legal para construção da *frente popular*, pôs em marcha seu plano de assalto ao poder. Dirigida por Prestes, a cúpula *pecebista*, já atuando na completa clandestinidade, recebeu a colaboração de assessores enviados pelo Komintern, como Olga Benário (judia de nacionalidade alemã que se tornaria companheira de Prestes), Rodolfo Guioldi (do Secretariado Sul-Americano da IC), Victor Allan Baron (jovem comunista norte-americano) e Artur Ewert (militante alemão que atendia

¹¹⁴² *Idem*, p. 5917.

¹¹⁴³ *Idem*.

pelo pseudônimo de “Harry Berger”). Iniciado no Rio Grande do Norte, no dia 23 de novembro de 1935, o levante comunista teria sequência em Pernambuco e no Rio de Janeiro, nos dias 24 e 27, respectivamente. Foi um fracasso total. Sem nenhum apoio de massas, não ultrapassou o caráter de uma *quartelada de esquerda*. A aventura comunista brasileira de 1935 seria um caso um tanto quanto particular na história do estalinismo internacional, justamente porque combinou, paradoxalmente, um método insurrecional “ultra-esquerdista” com um programa político declaradamente reformista. Segundo Löwy, tal combinação deveu-se ao fato de a ação comunista ter ocorrido em meio a uma fase transicional das estratégias da IC:

Em certa medida, pode-se dizer que a insurreição fracassada de novembro de 1935 ocorreu em um momento de transição entre duas etapas da orientação do Komintern: representou, ao mesmo tempo, um último vestígio do “terceiro período” esquerdista (1929-1933) e o primeiro passo no caminho da tática frente-populista que irá ser dominante a partir dessa época. O método de luta – insurreição armada – pertencia ao período anterior; o programa moderado, democrático-nacional, antifascista, anunciava já a nova linha.¹¹⁴⁴

No dia 25 de novembro, antes mesmo do levante no Rio de Janeiro, Vargas solicitou ao Congresso a aprovação do *estado de sítio* pelo prazo de um mês em todo o território nacional. A solicitação presidencial foi vencedora por uma diferença de mais de o triplo de votos (172 a 52).¹¹⁴⁵ A burguesia e a maioria de seus representantes políticos tradicionais não estavam dispostas a arriscar-se diante do “perigo vermelho”, por menor que este realmente fosse. Não pensaram duas vezes em conceder ao presidente seu primeiro pedido de suspensão de certos direitos da jovem Constituição. O importante, para a classe dominante, era a manutenção da ordem, e não seriam alguns inconvenientes princípios jurídicos liberais que a impediriam.

No Rio, o enterro dos oficiais mortos pelos insurgentes no levante ocorreu sob forte comoção nacional. O insuflado pavor social em face do comunismo permitiria a Vargas angariar o apoio de forças políticas que até então lhe faziam oposição. Quando do levante, Flores da Cunha havia oferecido milhares de seus soldados para ajudar o governo, e Plínio Salgado afirmara que cem mil de seus *camisas verdes* estavam à disposição de Getúlio para manter a ordem.¹¹⁴⁶ Em meio à histeria anticomunista que então se alastrava entre os meios civis e militares, fortalecia-se a imagem pública de Vargas, assim como a idéia de que seria necessário um regime de força para salvaguardar o *status quo*.¹¹⁴⁷

¹¹⁴⁴ LÖWY, Michael. “Do movimento operário independente ao sindicalismo de Estado (1930-1945)”. *Op. cit.*, p. 42.

¹¹⁴⁵ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5916.

¹¹⁴⁶ *Idem.*

¹¹⁴⁷ *Idem.*

Aproveitando-se da situação, Vargas promulgou três emendas constitucionais, todas docilmente aprovadas pela Câmara dos Deputados. A Emenda nº1 estabelecia que a Câmara, com a anuência do Senado, poderia conceder ao Presidente da República autorização para declarar o *estado de guerra* em qualquer parte do território nacional, em caso de “comoção intestina grave” das instituições políticas e sociais¹¹⁴⁸ – isto é, o Parlamento burguês decidia que ele poderia agora, em nome da preservação das tais instituições políticas e sociais do país, mandar às *favas* essas mesmas instituições para que o Executivo as salvasse como bem entendesse. Já as emendas nº 2 e 3, draconianas, eliminavam a estabilidade dos militares e funcionários civis do Estado, sujeitos agora à perda de seus postos caso se envolvessem em atos considerados subversivos.¹¹⁴⁹ Na véspera do Natal de 1935, Getúlio prorrogou por mais 90 dias o *estado de sítio*, e recebeu como presente do Congresso (por 210 votos contra 59) a autorização para, caso fosse preciso, equipará-lo ao *estado de guerra*, conforme previsto pela Emenda nº 1. O constitucionalismo da burguesia seria cômico se não fosse trágico. Sua força política era inversamente proporcional ao amor que os proprietários sempre nutrem pela ordem.

A repressão que se seguiu ao levante comunista foi implacável. Milhares de prisões foram efetuadas. Os sindicatos autônomos sofreram uma verdadeira varredura política, abrindo caminho para a implementação efetiva do corporativismo sindical. As vanguardas políticas da classe trabalhadora e seus aliados “tenentistas” de esquerda foram caçados incessantemente pelos órgãos repressores do Estado. Indiscriminadamente, *pecebistas*, trostkistas, anarquistas e socialistas, assim como militares ligados à ANL (ou acusados de o serem), começaram a ser despejados pelo regime nos presídios de várias cidades. Em 10 de janeiro de 1936, foi anunciada a formação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, responsável por investigar sumariamente atos e crimes contra as instituições do país. Dotada de poderes especiais, a comissão podia, em caso de urgência, requisitar prisões diretamente para a polícia.¹¹⁵⁰ Já despontavam aqui, claramente, os traços *semifascistas* do futuro regime, os quais levedariam ininterruptamente até que este visse a ser formalmente implantado (novembro de 1937).

Praticamente toda a direção do PCB seria presa nos meses seguintes ao levante de novembro de 1935. Em março de 1936, foram finalmente capturados, no subúrbio do Rio de Janeiro, Luiz Carlos Prestes e Olga Benário, que seria enviada a mando do Supremo Tribunal Federal (STF) e do próprio Vargas à Alemanha nazista, onde morreria (após dar à luz a uma filha fruto de seu breve relacionamento com Prestes) em um campo de concentração na cidade

¹¹⁴⁸ *Idem.*

¹¹⁴⁹ *Idem.*

¹¹⁵⁰ *Idem*, p. 5919.

de Bernburg. Trágicos também seriam, por exemplo, os destinos de Artur Ewert, enlouquecido depois de bárbaras torturas (que incluíram a inserção de um arame na uretra, aquecido em seguida, e a obrigação de assistir aos sucessivos estupros de sua mulher), e de Victor Allan Baron, “suicidado” pelos agentes de segurança. Mas não só a militância operária e popular foi vítima da sanha burguesa encarnada na facinorosa figura de Filinto Müller – que, mantendo comunicação direta com o presidente, exercia vigilância sobre todos os membros do governo.¹¹⁵¹ Também a intelectualidade “progressista” e concorrentes políticos de Vargas sentiriam os lancinantes golpes deferidos por um aparelho repressivo que se ingurgitava rapidamente. É nesse sentido que podemos entender, respectivamente, prisões como a do educador Anísio Teixeira e a do prefeito do DF, o médico Pedro Ernesto. Poucos meses antes, ambos haviam se engajado na construção da Universidade do Distrito Federal (UDF), um dos alicerces da futura Universidade do Brasil – que, por sua vez, se transformaria posteriormente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Vista pelos setores reacionários (em especial pelos de origem clerical) como um antro de comunistas, a UDF tinha em seu corpo docente nomes como o do filólogo e renomado anarquista José Otílica (dirigente da frustrada conspiração libertária de 1918). Alvo de uma campanha difamatória comandada por Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira foi obrigado a se demitir da Secretaria de Educação do DF, sendo substituído por Francisco Campos, que prometeu livrar as escolas da influência bolchevista e preservar o “Brasil tradicional, humanista e cristão”.¹¹⁵² Já o prefeito populista Pedro Ernesto (ex-membro do tal *Gabinete Negro* de Vargas), possivelmente era visto pelo presidente como um rival ao cargo de Bonaparte *pleno* que aspirava – ainda que o potencial bonapartismo de Ernesto, diferentemente do de Vargas, fosse mais claramente inclinado ao reformismo, e não ao fascismo.¹¹⁵³

Em 21 de março de 1936, quando então expirava a vigência do *estado de sítio*, foi instaurado, com base na Emenda nº 1, o *estado de guerra* que, segundo as palavras do reacionário político Afonso Arinos, “conferia ao presidente poderes praticamente ditatoriais”.¹¹⁵⁴ Na ótica de Paulo Brandi, a “aquiescência do Congresso em legislar com poderes de emergência reforçou, sem dúvida, as tendências centralizadoras e autoritárias do regime”.¹¹⁵⁵ Ainda em março, a repressão governamental, cada vez mais livre de amarras constitucionais devido à tal aquiescência congressual, se abateu sobre alguns membros do próprio Congresso. Como diz o provérbio popular, o Congresso *dava corda para se enforcar*.

¹¹⁵¹ *Idem.*

¹¹⁵² *Idem.*, p. 5918.

¹¹⁵³ Quanto à política exercida por Pedro Ernesto à frente da Prefeitura do Distrito Federal, ver CARVALHO, Wesley. *Saúde e política no Rio de Janeiro de Pedro Ernesto (1931-1936)*. *Op. cit.*

¹¹⁵⁴ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5919.

¹¹⁵⁵ *Idem.*

Mostrando que, quando a luta de classes exige, a independência dos três poderes republicanos não é senão uma fantasia liberal, a polícia invadiu a sede do Legislativo e prendeu cinco parlamentares (os deputados Abguar Bastos, Domingos Velasco, João Mangabeira e Otávio da Silveira, e o senador Abel Chermont), os quais vinham denunciando os “excessos” cometidos pela repressão ao comunismo (fazendo, inclusive, menção direta aos casos de Arthur Ewert e Victor Allan Baron).¹¹⁵⁶ Os cinco congressistas foram mantidos em solitárias nos dois primeiros dos quatorze meses que ficariam nos cárceres, sem terem sequer direito ao ar fresco como tinham os presos comuns – o senador Chermont, segundo seu relato feito no Senado logo após ser solto, teria sido espancado até perder a consciência no ato de sua prisão.¹¹⁵⁷

Em julho de 1937, o Congresso daria permissão para que os parlamentares presos fossem processados sob acusação de ligação com a ANL.¹¹⁵⁸ Nas palavras do historiador liberal Robert Levine, “a incapacidade do Legislativo de proteger seus próprios membros contra a brutalidade policial minou-lhe o ânimo e lançou uma nuvem de agouro sobre o seu destino.”¹¹⁵⁹ Ao permitir que seus representantes políticos minimamente coerentes com o liberalismo burguês (ou pelo menos com a idéia abstrata deste) fossem entregues, sem resistência, aos juízes de Vargas, a burguesia, por meio da maioria de seus parlamentares, desmoralizava escancaradamente o *seu* próprio Parlamento, isto é, debilitava politicamente aquele que era o seu instrumento de poder político *direto*, ao passo que, apoiando a repressão desenfreada do aparato repressivo, não fazia senão hipertrofiar ainda mais o poder Executivo que sobre ela se erguia.

Vargas, então, já rumava abertamente para sua ditadura pessoal. Em pronunciamento à nação, em maio de 1936, foi explícito ao dizer que “o aparelhamento usual de prevenção e repressão, as leis ordinárias de segurança do Estado, se mostram, a cada momento, falhos e ineficientes para impedir a atividade anti-social dos audazes agitadores adestrados e mantidos pela Internacional Comunista, instalada em Moscou”.¹¹⁶⁰ Em junho de 1936, o Congresso concordou com a prorrogação do *estado de guerra* por mais 90 dias, e assim o faria repetidas vezes até julho de 1937. Tornando-se mais exangue a cada decisão que tomava, o Congresso aprovou também a criação imediata de um tribunal excepcional, denominado de Tribunal de Segurança Nacional (TSN), que começaria a funcionar em dezembro de 1936. Procurando eliminar o “doloroso anacronismo” jurídico que, segundo o ministro Vicente Ráo, desarmava o Estado “na luta contra os seus inimigos”, o TSN funcionaria por meio de normas

¹¹⁵⁶ *Idem.*

¹¹⁵⁷ LEVINE, Robert. *Op. cit.*, p. 200.

¹¹⁵⁸ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5919.

¹¹⁵⁹ LEVINE, Robert. *Op. cit.*, p. 200.

¹¹⁶⁰ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5919.

juridicamente controversas.¹¹⁶¹ Sua competência retroagia ao período anterior à sua criação, permitindo-lhe julgar crimes que ou não estavam previstos em lei, ou o estavam sob outra tipificação. Uma aberração jurídica, característica dos regimes fascistas ou *semifascistas*.¹¹⁶² Ademais, a lei de criação do TSN instituía a figura do “julgamento por livre convicção”, que, segundo Brandi, era “interpretada pela maioria dos juizes [todos escolhidos por Vargas] como a prerrogativa de condenar ou absolver por mera atitude mental”.¹¹⁶³ Não à toa, muitos dos presos políticos recusaram-se a prestar depoimento perante o tribunal, alegando sua inconstitucionalidade. Prestes e Agildo Barata (militar e líder comunista envolvido diretamente no levante de 1935), por exemplo, tiveram que ser conduzidos à força para suas sessões de julgamento, nas quais chegaram totalmente ensangüentados.¹¹⁶⁴ Apenas entre dezembro de 1936 e dezembro de 1937, o TSN – extinto somente em outubro de 1945, quando do fim do Estado Novo – sentenciaria um total de 1.420 réus.¹¹⁶⁵

Anelando a derrota definitiva de qualquer projeto democrático e popular para o país, todas as forças políticas da reação solidarizaram-se com o “Bonaparte”. Plínio Salgado e seus fascistas, além de se regozijarem com a caça às vanguardas operárias, apoiaram também, entusiasticamente, todas as medidas de Vargas contra os já declinantes aspectos liberais e democráticos da Carta de 1934. Já as lideranças políticas do federalismo burguês-oligárquico liberal, bem debilitado, posicionaram-se prontamente ao lado de Vargas no que diz respeito à dura repressão ao movimento operário e seus aliados (ou supostos aliados). Mesmo Flores da Cunha, cujo enfrentamento com a escalada centralizadora do Executivo federal se acentuava a cada dia, mostrou-se inteiramente favorável às medidas de exceção tomadas para viabilizar uma maior liberdade ao aparelho repressivo do Estado. Assim, paulatinamente, o federalismo burguês-oligárquico liberal, fiel aos sentimentos e prioridades políticas de sua base social, fornecia as armas ao seu futuro carrasco.

Ao mesmo tempo, em função de sua firme conduta em defesa da ordem e de seu empenho político para o crescimento industrial e comercial, que então já se verificavam no país, Getúlio conquistava crescentemente o apoio da *massa burguesa*. Entre outros aspectos, essa progressiva adesão política do grosso da burguesia brasileira ao Poder Executivo federal se traduzia na formação de um influente grupo de grandes empresários próximos a Vargas. Alguns desses empresários, ou seus institores, passaram a integrar mais significativamente os chamados “órgãos técnicos” do Executivo, interferindo decididamente nas orientações

¹¹⁶¹ *Idem.*

¹¹⁶² Situação similar ocorreria, por exemplo, na “França de Vichy” comandada pelo Marechal Pétain. Ver a excelente película de Costa Gravas, intitulada por aqui como *Sessão especial de justiça* (1975).

¹¹⁶³ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5919.

¹¹⁶⁴ LEVINE, Robert. *Op. cit.*, p. 200.

¹¹⁶⁵ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5919.

econômicas governamentais¹¹⁶⁶ – o Conselho Federal do Comércio Exterior, por exemplo, um dos mais importantes daqueles órgãos, transformou-se, segundo Brandi, progressivamente em um instrumento de “assessoramento ao governo quanto às mais variadas questões da política econômica”.¹¹⁶⁷ Em 1935, já era possível encontrar dentre o séquito bonapartista de Vargas expoentes das mais variadas frações burguesas, como os irmãos Guinle, João Daudt d’Oliveira, Valentin Bouças, Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen,¹¹⁶⁸ estes dois últimos verdadeiros *intelectuais orgânicos* da jovem burguesia industrial brasileira. Aderindo, cada vez mais, ao projeto corporativista, os industriais reconheciam também a necessidade da intervenção estatal na economia, tentando sempre, é verdade, controlar sua intensidade.¹¹⁶⁹ Acentuava-se, assim, o processo de ruptura da classe dominante com suas representações políticas tradicionais – “crise orgânica” –, ainda que estas, em sua enorme maioria, também já se curvassem, mais ou menos resignadamente, ao crescente poder de Vargas. A força de sedução do aparelho de Estado sempre foi irresistível para a classe dominante nacional.

Desde praticamente seu início, a repressão à suposta ameaça comunista parece ter estado ligada aos planos ditatoriais de Getúlio. Em carta endereçada a Osvaldo Aranha, ainda em dezembro de 1935, o presidente, analisando os primeiros sucessos da campanha anticomunista, escrevera que “as circunstâncias [do] momento vão facilitar o trabalho que tem de ser feito”.¹¹⁷⁰ A partir de 1937, em meio à crescente atmosfera eleitoral, a escalada golpista se aceleraria, tornando-se visível até mesmo para o observador superficial. Vargas, apesar de declarações formais em respeito à Constituição – que impedia sua reeleição – não parecia inclinado a deixar o poder; mais precisamente, parecia disposto a reforçá-lo.

Na corrida para a sucessão presidencial, prevista para janeiro do ano seguinte, foram apresentadas três candidaturas. Em maio foi lançado, a pedido de Vargas, por Benedito Valadares, o nome de José Américo de Almeida (ex-ministro do Governo Provisório), que representava os setores mais tradicionais da burguesia brasileira, em sua maioria agraristas e comerciais. Contando inicialmente com o apoio de vários governadores e com a discreta anuência do próprio presidente, a candidatura de José Américo nasceu como uma espécie de candidatura “oficiosa”, lembrando vagamente os tempos da Primeira República. Em junho de 1937, foi anunciada a candidatura de Armando Salles, ex-interventor de Vargas em São Paulo, governador constitucional do Estado e claramente ligado aos interesses da burguesia

¹¹⁶⁶ O papel do empresariado industrial nos “órgãos técnicos” do Executivo foi destacado, como vimos, por ANDRADE, Régis de Castro. “Perspectivas no estudo do populismo brasileiro”. *Op. cit.* Ver, também, DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil. 1930-1945. Op. cit.*

¹¹⁶⁷ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5919.

¹¹⁶⁸ *Idem.*

¹¹⁶⁹ *Idem.* Ver DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil. 1930-1945. Op. cit.*

¹¹⁷⁰ “Carta de Getúlio Vargas a Osvaldo Aranha (14 de dezembro de 1935)” *apud* LEVINE, Robert. *Op. cit.*, p. 196.

industrial. Salles teve seu nome apresentado pela União Democrática Brasileira (UDB), criada simultaneamente ao lançamento de sua candidatura presidencial. Presidida por Artur Bernardes, a UDB era o resultado de uma aliança entre o Partido Constitucionalista (SP), o PRL de Flores da Cunha, o Partido Progressista Democrático (PPD) de Antonio Carlos (MG) e mais alguns partidos oposicionistas de outros estados. Na prática, não passava de tímida oposição liberal-burguesa ao centralismo bonapartista de Vargas. Além dessas candidaturas dos representantes políticos habituais da burguesia brasileira, figurava também entre os concorrentes ao futuro pleito o nome de Plínio Salgado, apresentado em maio pelos *camisas verdes* da AIB. Em junho, ao aceitar a empreitada, o *Führer* tupiniquim defendeu sua proposta fascista de um “Estado Integral”, concluindo seu discurso com tons teocráticos: “Por Cristo quero um grande Brasil, por Cristo ensino a doutrina da solidariedade humana e da harmonia social, por Cristo vos conduzo, por Cristo batalharei”.¹¹⁷¹

Vargas, por sua vez, continuava jogando politicamente com a suposta ameaça comunista, instilando-a dentre a classe dominante. Em 7 de julho, o ministro da Justiça, Macedo Soares, no episódio conhecido como “macedada”, colocou em liberdade trezentos presos políticos que, capturados na onda repressiva que se sucedera ao levante de 1935, não tinham processos formados. Entrementes, diferentemente do que até então vinha fazendo, o governo deixou expirar o prazo de 90 dias de vigência do *estado de guerra* sem solicitar sua renovação ao Congresso.¹¹⁷² O retorno temporário dos direitos constitucionais permitiu uma efêmera retomada de uma relativa liberdade às organizações políticas, voltando a se tornarem freqüentes confrontos de rua entre fascistas e setores do ainda alquebrado movimento operário. Na esteira desse processo liberalizante, o regime libertou também o prefeito Pedro Ernesto que, depois de grandes manifestações de rua no Rio de Janeiro, acabaria solto por meio de uma decisão judicial.

Possivelmente, como apontaram alguns intérpretes, esse abrandamento da repressão expressou, na verdade, uma astuta manobra política de Getúlio.¹¹⁷³ Colocando em liberdade militantes políticos de esquerda, Vargas insuflava ainda mais a histeria anticomunista que, além da burguesia e das Forças Armadas, crescia também em grande parte da pequena-burguesia (o que podia ser verificado, por exemplo, no contínuo crescimento do integralismo). Paradoxalmente, o temor burguês em face do movimento comunista ampliava-se justamente quando este se encontrava totalmente estropiado no país. Possivelmente, dado o seminal caráter contra-revolucionário de nossa burguesia, o *espectro* do comunismo tenha aparecido a ela como um horripilante amálgama de todos os seus temores ancestrais e hodiernos, onde

¹¹⁷¹ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5922.

¹¹⁷² *Idem.*

¹¹⁷³ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000, p. 46-47.

parecia estar incluído, inclusive, o medo dos ideais e valores políticos que sua própria classe, em outros tempos e países, gestara em sua tenra flor da idade. A verdade é que a *atrasada* e periférica burguesia brasileira identificava como comunismo qualquer coisa que, mesmo de longe, lembrasse uma revolução “democrático-burguesa” que ela nunca fez e nunca precisaria fazer. *Mutatis mutandis*, parecem caber à burguesia brasileira do pós-1935 as palavras que Marx dirigiu à burguesia francesa do período subsequente a junho de 1848: “Até o liberalismo burguês é declarado socialista, o desenvolvimento cultural da burguesia é socialista [...] Era socialismo construir uma ferrovia onde já existisse um canal, e era socialismo defender-se com um porrete quando se era atacado com um florete [...] [A burguesia] compreendia que todas as chamadas liberdades burguesas e órgãos de progresso atacavam seu *domínio de classe*, e tinham, portanto, se convertido em ‘*socialistas*’”.¹¹⁷⁴

O certo é que, tal como no caso *clássico* francês sempre aqui aludido, a simples continuação do regime constitucional o colocava em risco, porquanto colocava em perigo a própria ordem burguesa. Se, na França, a *Segunda República* com seu regime parlamentar mostraram-se insustentáveis quando expirava o mandato presidencial de Bonaparte (impedido de se reeleger pela Constituição de 1848), por aqui, a situação foi, guardadas as inúmeras diferenças, um tanto similar. Os aditamentos democráticos e liberais presentes naquele tipo de *bonapartismo semiparlamentar* instaurado em 1934, já bastante residuais desde a aplicação da LSN e das sucessivas prorrogações do *estado de guerra*, tornaram-se extremamente inconvenientes quando o regime tinha simplesmente que, conforme ordenava sua própria Constituição, escolher outro presidente para o lugar de Vargas (impedido de se reeleger pela Carta de 1934). Assim, as próprias regras do regime – isto é, seu mero funcionamento constitucional – colocavam em xeque sua permanência como forma de dominação política, já que uma ordinária sucessão presidencial implicava, necessariamente, em um período de insuportável agitação política. Naquelas condições de aguda “crise de hegemonia”, a simples *normalidade* do regime – ou seja, o cumprimento de suas próprias leis, as quais, em tese, haviam sido elaboradas pra permitir sua continuidade – traduzia-se em uma *anormalidade* política. Paradoxalmente, a obediência às normas constitucionais parecia conduzir à eliminação dessas mesmas normas. A observância à risca da Constituição parecia levar inexoravelmente ao fim dessa mesma Constituição e, finalmente, um golpe de Estado aparecia como a continuação natural do regime que deveria depor.

Tanto no caso francês, quanto no brasileiro, a iminência de uma sucessão presidencial por via eleitoral trouxe para o cenário da luta novamente sujeitos sociais e personagens políticos que já haviam sido retirados dele. Assim, ao longo de 1937, a classe trabalhadora e o

¹¹⁷⁴ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 61-62. Grifos do autor.

comunismo reapareceriam, ainda que de forma espectral, no já conturbado processo político brasileiro. Provavelmente em função da óbvia necessidade de obter votos no pleito de 1938, ou talvez buscando diferenciar-se de Vargas e dos grupos políticos que o apoiavam (ou ainda por ambos estes motivos), José Américo passou a criticar abertamente o presidente e iniciou uma aproximação com as massas populares, arengado-as com uma demagogia reformista e uma retórica que denunciava a exploração imperialista do país (“Eu sei onde está o dinheiro. Em vez de um arranha-céu serão duzentas casas.”; “Se Vargas quer se perpetuar no poder, a nação cumprirá seu dever, irá às urnas, mesmo que seja enfrentando as balas” etc.).¹¹⁷⁵ Essa postura de José Américo talvez esteja entre os motivos que levaram o PCB, então dirigido pelo estalinista “Bangu” (Lauro Reginaldo da Rocha), a ensaiar uma espúria aproximação com o candidato oligarca, cogitando seriamente apoiar seu nome no pleito do ano seguinte. De todo modo, essa inclinação “popular” de José Américo, capaz de despertar o ânimo eleitoral dos comunistas, contribuiu para tornar ainda mais instável o cenário político, já permeado pela constante agitação dos integralistas. Assim, quando a classe dominante, depois de toda a brutal repressão ao movimento operário entre 1935-1937, estava, talvez, prestes a se convencer da morte do inimigo comunista, o calendário eleitoral o trazia mais uma vez à baila, fazendo tudo ficar incerto novamente. Frustrada como quem desperta de um sonho bom, a burguesia deparava-se, em razão dos próprios incrementos liberais que enxertara na Constituição de 1934, com uma sucessão eleitoral cuja única razão de ser parecia ser a de perturbar novamente a “paz social”, tão duramente alcançada por intermédio dos homens de Filinto Müller.

Portanto, enquanto os candidatos burgueses embrenhavam-se no jogo eleitoral, a *massa burguesa*, deixando de lado as frivolidades constitucionais e democráticas, rendia-se sem culpa a Vargas, cujos intentos golpistas eram, a cada dia, mais explícitos. Hábil como poucos estadistas burgueses, Vargas aproveitava-se do crescente clima de intranquilidade política para construir o caminho que o levaria novamente à condição de ditador do país; mas desta vez, não mais um ditador que teria que guerrear permanentemente com as frações burguesas, mas sim, tendo finalmente as submetido todas, ser gentilmente carregado nos seus ombros. Finalmente, o “Bonaparte” parecia ter conseguido seu antigo objetivo de conquistar a classe dominante brasileira, deixando-a desprovida de quaisquer representações políticas minimamente liberais, oligárquicas e antibonapartistas. Caminhava-se para um *bonapartismo pleno*. Nada açodado, premeditando seus passos e dosando a intensidade deles, Vargas blefava, afirmando de público que no ano seguinte entregaria o cargo a seu sucessor. Suas palavras tinham a credibilidade de uma nota de três dólares. Embora fosse um prestidigitador

¹¹⁷⁵ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5922.

nato, desta vez só enganava a quem queria ou precisava ser enganado. A trama golpista era tecida a olhos vistos, e nem tinha o porquê de ser bem rebuçada. A vitória era praticamente certa. Como bem colocou Brandi, “o curso dos acontecimentos viria confirmar os versos do compositor Antônio Nássara em sua marchinha, *A menina presidência*, gravada no início da campanha eleitoral: ‘É melhor deixar como está/Para ver depois, então/Como é que fica/O homem quem será/Será seu Manduca (Armando Salles)/Ou será seu Vavá (José Américo)/Entre esses dois/Meu coração balança/Porque/Na hora H/Quem vai ficar é seu Gegê (Getúlio)’”.¹¹⁷⁶

O pretexto que faltava para o golpe surgiu – ou melhor, foi forjado – em setembro de 1937. Elaborado toscamente pelo chefe do serviço secreto da AIB (o então capitão Olímpio Mourão Filho, futuro general golpista de 1964), o chamado “Plano Cohen” era um documento que indicava um suposto plano de tomada do poder por parte dos comunistas brasileiros com o apoio do Komintern. Apresentado a Vargas e Eurico Gaspar Dutra (ministro da Guerra) por Góis Monteiro – um dos primeiros a alimentar a idéia de um golpe de Estado –, o documento falso foi considerado pelos três como providencial, já que poderia funcionar perfeitamente como um acicate golpista para as Forças Armadas. De pronto, cópias do “Plano Cohen” foram distribuídas entre as altas esferas do governo e da caserna.¹¹⁷⁷ A 27 de setembro, teve lugar uma reunião no Ministério da Guerra em que compareceram os principais nomes militares envolvidos diretamente no estratagema golpista: Góis Monteiro, Almério de Moura, José Antônio Coelho Neto (diretor da Aviação Militar), Newton Cavalcanti e Filinto Müller. Em seguida, Dutra e Góis Monteiro obtiveram no ministério da Marinha a anuência do almirante Guilhem. A cúpula militar estava, então, “fechada” com a investida golpista, e partilhava da idéia de que o comando político deveria continuar nas mãos de Vargas, funcionando o Exército e a Marinha como forças auxiliares dos civis.¹¹⁷⁸

No dia 30, o “Plano Cohen” foi divulgado no programa de rádio *Hora do Brasil*, e o ministro Macedo Soares enviou ao Congresso uma mensagem por meio da qual solicitava novamente a decretação do *estado de guerra*. Mais subserviente do que nunca, o Parlamento aprovou o pedido governamental por 138 contra 52. Somente os deputados da UDB se opuseram àquela nova suspensão dos direitos constitucionais – mesmo João Neves da Fontoura, que fazia constante oposição ao governo, votou pelo *estado de guerra*¹¹⁷⁹ (“Até Saul está entre os profetas?!”). O chamado *estado de exceção* tornava-se, na verdade, a regra. A Carta de 1934 já não passava de um cadáver insepulto. Na comissão criada por Vargas para dirigir a aplicação do *estado de guerra* em todo o território nacional, constavam os nomes

¹¹⁷⁶ *Idem.*

¹¹⁷⁷ *Idem*, p. 5923.

¹¹⁷⁸ *Idem.*

¹¹⁷⁹ *Idem*

integralistas de Newton Cavalcanti e Dario Paes Leme de Castro. As regras da comissão permitiam a prisão de “todos os praticantes e simpatizantes de doutrinas comunistas”, e muitos dos presos políticos que haviam sido libertados em julho foram novamente encarcerados, como Pedro Ernesto.¹¹⁸⁰ Não eram poucas as semelhanças com o fascismo europeu que o bonapartismo brasileiro ia adquirindo. A comissão estava apta também a criar “colônias agrícolas para a reeducação moral e cívica dos elementos comunistas considerados não-perigosos”, “campos de concentração militares destinados a receber os jovens que porventura se tenham transviado de seus deveres cívicos”, além de um outro “campo de concentração, em moldes escotistas nacionais, destinado a educar e reeducar...os filhos de comunistas presos”.¹¹⁸¹ Felizmente, essas abomináveis propostas não chegariam a sair do papel.

A execução do *estado de guerra* nos estados ficou a cargo de comissões locais, dirigidas pelos governadores, salvo em São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Neste último estado, a oposição local, que tinha entre seus líderes Benjamin Vargas (irmão do presidente), já se encarregava de, com o apoio do governo federal e da cúpula militar, lançar uma insidiosa campanha contra Flores da Cunha, chegando perto de obter seu *impeachment* na Assembléia Estadual. Em 14 de junho, o cerco bonapartista se fechou sobre o governador gaúcho, que recebeu ordens expressas para abdicar do controle da Brigada Militar e passá-lo às mãos do Exército. Sem saída, Flores da Cunha pôs a Brigada à disposição da 3ª Região Militar e renunciou, partindo para o exílio no Uruguai. Como interventor federal, o general Daltro Filho assumiria seu lugar.¹¹⁸² Logo em seguida à renúncia de Flores da Cunha, as forças militares dos demais estados começaram a ser incorporadas às Forças Armadas. Com o caudilho gaúcho fora da luta política, caía o último forte baluarte da luta contra o centralismo bonapartista de Vargas, cujo projeto golpista não tinha agora mais nenhum verdadeiro obstáculo. Assim, nos últimos dias de outubro, talvez mais por prudência do que por qualquer outra razão, Vargas pediu a seu principal assecla entre os políticos civis, Benedito Valadares, que enviasse o deputado Negrão de Lima em um *tour* pelo país com o objetivo de averiguar a posição dos governadores do Norte e Nordeste (afora os de Pernambuco e Bahia) sobre o iminente golpe de Estado. Negrão de Lima, vale assinalar, era nada menos que o secretário-geral do Comitê Pró-José Américo (incrível a fidelidade destes homens...). Todos os governadores consultados deram a sua anuência ao ato sedicioso em vias de realizar-se.¹¹⁸³

Completamente abandonado pelas forças burguesas desde sua guinada “à esquerda”, José Américo, nos primeiros dias de novembro, teve uma entrevista com Dutra e se disse

¹¹⁸⁰ *Idem.*

¹¹⁸¹ *Idem.*

¹¹⁸² *Idem.*

¹¹⁸³ *Idem.*

disposto a retirar sua candidatura e pedir a Armando Salles que fizesse o mesmo.¹¹⁸⁴ Tentou, assim, persuadir o general golpista para que impedisse a consumação do golpe, obtendo a mesma eficácia de alguém que pede a um faminto que não devore o prato de comida que se encontra à sua frente (ou ainda, lembrando Marx: “Quando se tenta persuadir alguém é porque se reconhece ser ele o dono da situação”).¹¹⁸⁵ Antes, em 1º de novembro, Plínio Salgado havia organizado um desfile com milhares de *camisas verdes* para homenagear Vargas, que assistiu à parada integralista da sacada do Palácio do Catete, recebendo as saudações de “Anauê!”. Convicto de que ele e seus seguidores seriam chamados a participar do novo regime político surgido do golpe de Estado, o líder da AIB retirou sua candidatura presidencial e declarou apoio ao “Bonaparte” e às Forças Armadas “na luta contra o comunismo e a democracia anárquica, e para proclamar os princípios de um novo regime”.¹¹⁸⁶ Entretanto, de nada adiantaria sua capitulação a Vargas, e o integralismo não teria mais do que poucos meses de vida sob o novo regime pelo qual clamava seu líder. Porém, a postura mais patética dos candidatos à Presidência seria, sem dúvida, a de Armando Salles. Depois de já ter louvado o “heroísmo abnegado” do Exército em seu combate ao levante “bolchevista” e, em outubro de 1936, ter enaltecido o Parlamento brasileiro por sua “responsabilidade de dar ao Executivo os meios de defender a nação em crises que a Constituição não previu”, o candidato Salles, observando a iminência do golpe, divulgou em 9 de novembro (véspera da decretação do Estado Novo) um manifesto em que apelava aos chefes militares do Exército e da Marinha para que montassem “guarda às urnas” e velassem para que o país obtivesse “nelas um governo de autoridade.” (“A nação está voltada para seus chefes militares; suspensa, espera o gesto que mata ou a palavra que salva”).¹¹⁸⁷ Salles implorava, assim, aos chefes militares golpistas que obstassem o golpe de Estado, isto é, que obstassem o seu próprio golpe de estado! Similarmente a José Américo, esperava combater um golpe de Estado com os golpistas. Indo mais longe que seu adversário eleitoral, porém, Salles implorava aos golpistas que impedissem o seu golpe de Estado por meio de um “regime de autoridade”, ou seja, que os golpistas impedissem o seu próprio golpe estabelecendo um regime político que não era senão o próprio objetivo daquele golpe. Em uma palavra: Salles queria evitar o golpe de Estado exigindo a aplicação imediata desse mesmo golpe de Estado. Fantástica dialética desse lídimo espécime político da burguesia brasileira! Armando Salles, contudo, demonstrou ter uma enorme fidelidade à sua base social, isto é, uma espécie de *altruísmo de classe*. Não sendo um político de todo estulto, provavelmente sabia que o tal “regime de autoridade” o qual conclamava as Forças Armadas golpistas a instaurar não teria

¹¹⁸⁴ *Idem.*

¹¹⁸⁵ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 83.

¹¹⁸⁶ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5923.

¹¹⁸⁷ SKIDMORE, Thomas. *Op. cit.*, p. 49.

espaço para pleitos eleitorais e, portanto, para sua própria candidatura presidencial (e, talvez, como de fato aconteceria, nem mesmo para sua permanência no sistema político nacional). Mas, como sempre, a manutenção da ordem – sempre ela – era o que mais importava. Salles renunciava, assim, à sua carreira política a fim de salvaguardar os interesses da classe burguesa que sempre buscou representar, não podendo ser por esta, de modo algum, acusado de egoísmo.

O híbrido regime de 1934 estava, então, por um fio, e este fio já não estava preso a mais nada. Toda e qualquer resistência ao bonapartismo de Vargas tinha sido abandonada por uma classe que mostrou não ter superado ainda o trauma causado por uma precária manifestação política feita, em novembro de 1935, em nome do proletariado. Os débeis expedientes democráticos e liberais do regime, antes vistos pelas frações burguesas como um contrapeso ao poder de um Executivo de feições e intenções bonapartistas, apareciam agora aos seus apavorados olhos como responsáveis pela instabilidade política do país e pela conseqüente intranquilidade social. Descolando-se de suas representações políticas tradicionais envoltas no jogo eleitoral, a burguesia buscava proteção em Vargas. Por mais que o “Bonaparte” pudesse ser visto ainda por alguns isolados setores burgueses como um adversário, já era encarado pelo conjunto da classe dominante como um *mal necessário*. O golpe bonapartista era, assim, questão de tempo. E o tempo, como por vezes acontece em conjunturas de agitação política e social, passava rápido. A 10 de novembro de 1937, finalmente, “todas as classes, igualmente impotentes e igualmente mudas”, cairiam “de joelhos diante da culatra do fuzil”¹¹⁸⁸ que garantiria o poder absoluto de Vargas.

Tomando por base a célebre introdução de Marx para sua conhecida obra sobre o fenômeno bonapartista francês, é possível inferirmos que o *coup d'état* do 18 brumário de Napoleão Bonaparte, aplicado em 1799, ocorreu como um fato *trágico* na história da humanidade. Ainda que sob vestes medievais e conservadoras, aquela pacificação *pela espada* da política interna francesa (que vinha em ininterrupta agitação desde 1789) se inseriu em – e, dialeticamente, permitiu o surgimento de – um momento histórico de expansão da sociedade burguesa, que lutava contra os óbices feudais do *ancien régime*. Como um capítulo da heróica saga de uma burguesia ainda revolucionária, o golpe do general corso impelia a história *para frente*, como costumavam dizer alguns em outros tempos da historiografia. Fazia parte da impressionante *tragédia* burguesa sob o alvorecer do capitalismo. Já o golpe do “18 brumário” de Luís Bonaparte, do contrário, não passaria, segundo Marx, de uma *farsa* histórica. Teria expressado – como já dissemos outras vezes neste trabalho – um momento em que, se por um lado, a burguesia já perdera seu caráter revolucionário, passando-se

¹¹⁸⁸ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 113. Grifos do autor.

abertamente para o campo da contra-revolução, o proletariado, por sua vez, ainda não estava em condições de realizar a sua própria emancipação social. O 2 de dezembro de 1851 teria sido, assim, resultado de uma espécie de impasse histórico, de um “*equilíbrio estático*”, se usarmos aqui as posteriores palavras de Gramsci.¹¹⁸⁹ Com as grandes forças sociais politicamente imobilizadas e inertes, a história encontrava-se como que *congelada*, estagnada, permitindo que personagens medíocres passassem ao primeiro plano da cena política para executar projetos que não iam além de suas mesquinhas ambições pessoais. O regime do *Segundo Império*, comandado por um oportunista “aventureiro”, aparecia, assim, como um bloqueio à luta de classes e, conseqüentemente, ao avançar da história. Conquanto que similar nas aparências, os dois “*18 brumários*” teriam tido sentido históricos diametralmente opostos. Se no primeiro a história se repetira como *tragédia*, no segundo o fez como *farsa*.

Pois bem. No *atrasado* e periférico Brasil do século XX, o golpe do 10 de novembro de 1937, que consolidaria, naquela etapa, o bonapartismo como a forma política de dominação burguesa no país, não poderia ser senão também uma *farsa* ou, se tomado no plano mais geral da história do capitalismo mundial, uma *farsa da farsa*. Se nunca fora revolucionária, e nem mesmo democrática ou “progressista”, a burguesia brasileira acentuaria em 1937 o tom reacionário de sua *permanente e preventiva* saga contra-revolucionária, talvez justamente porque, por aqui (diferentemente da França de 1848-1851), o proletariado, àquela altura, já tinha como tarefa histórica potencialmente realizável a sua revolução socialista. O bonapartismo atingiu, assim, a sua mais nítida expressão em face de uma sociedade politicamente aplastada: de um lado, um proletariado previamente derrotado pela repressão que, a partir de novembro de 1935, tornara-se impiedosa; de outro, uma classe dominante que, fracionada e em “crise orgânica”, desistiu de vez de qualquer utopia de constitucionalismo liberal e se entregou de corpo e alma ao seu “Senhor”. Completamente inerme, *a burguesia sabia que Vargas sabia o que era melhor pra ela*, e que os castigos que lhe aplicara nos últimos sete anos tinham visado apenas “o seu próprio bem”. Às muitas diferenças entre a farsa original e sua cópia brasileira, pode-se acrescentar ainda que, embora tivesse um incrível senso de oportunidade política, Vargas não era, absolutamente, um oportunista ao estilo de Napoleão III, do mesmo modo que, ainda que gostasse lá também de suas vedetes de cabaré, o “Bonaparte” tupiniquim nada tinha de medíocre ou aventureiro. Um dos homens políticos mais astutos de seu tempo, Vargas, quando de seu “*18 Brumário*” *tropical*, estava completamente à altura das tarefas históricas contra-revolucionárias que o capitalismo brasileiro ainda necessitava realizar.

¹¹⁸⁹ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Volume III, *Op. cit.*, p. 60-61.

O “18 brumário” de Getúlio Vargas e o fastígio bonapartista: rápidas considerações sobre o *bonapartismo semifascista* do Estado Novo (1937-1945)

Como já vimos neste trabalho,¹¹⁹⁰ Marx sarcasticamente destacou a forma tragicômica assumida pelo desenrolar da trama golpista que conduziu ao *Segundo Império* francês. De um lado, um Parlamento covarde que, desde seus primeiros dias de existência, começou a cavar sua própria cova. Expurgando de seu *corpo* quaisquer representações que não fossem estritamente burguesas, entregando alguns de seus próprios membros aos tribunais da contra-revolução, abolindo o sufrágio universal, vituperando a república, exaltando a monarquia, recusando-se a anistiar os revoltosos políticos que poderiam somar fileiras contra Bonaparte e, principalmente, concedendo ao Poder Executivo todas as armas por ele requisitadas em sua luta contra as classes subalternas, a Assembléia Nacional burguesa teria se mostrado, ao fim e ao cabo, como a principal responsável por sua própria queda. Nos momentos finais do conflito com Bonaparte, foi incapaz de fazer uso de suas próprias prerrogativas constitucionais para preservar seu poder e, com isso, obstar o *coup d'état*. Do outro lado, um presidente que conspirava abertamente, deixando transparecer a todos minimamente atentos seus planos sediciosos. Conquistando progressivamente a confiança da “*massa da burguesia*” – que, dialeticamente, rompia com suas representações parlamentares (*orleanistas* e *legitimistas*) –, esperava apenas o momento certo para assentar o golpe. Subornando generais e soldados, reuniu-se “secretamente com seus cúmplices, como um ladrão, na calada da noite”, ordenou o assalto às “residências dos dirigentes parlamentares mais perigosos e que Cavaignac, Lamoricière, Leflô, Changarnier, Charras, Thiers, Baze etc.” fossem “arrancados de seus leitos”; as principais praças parisienses e o prédio do Parlamento deveriam ser “ocupados pelas tropas” e “cartazes escandalosos” afixados “ao romper do dia nos muros de Paris proclamando a dissolução da Assembléia Nacional e do Conselho de Estado, a restauração do sufrágio universal e colocando o Departamento do Sena sob estado de sítio.”¹¹⁹¹ Em resposta – ou melhor, em uma estéril e ridícula resposta –, o Parlamento, “acéfalo”, reuniu-se no edifício da *mairie* do décimo distrito e votou a deposição de Bonaparte entre sucessivos gritos de “Viva a República”; arengando, “em vão”, a “multidão curiosa congregada diante do edifício”, acabou “conduzido, sob a custódia de atiradores de precisão africanos, primeiro para o quartel d’Orsay e em seguida, amontoado em carros celulares”; por fim, foi “transportado para as penitenciárias de Maza, Ham e Vincennes”. Desse modo, “terminaram o partido da ordem, a Assembléia Legislativa e a Revolução de

¹¹⁹⁰ Ver Capítulo I.

¹¹⁹¹ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 108-109.

Fevereiro”.¹¹⁹² Assim, a “sombra do golpe de Estado”, que em função da própria indiscrição do presidente conspirador “tornara-se tão familiar aos parisienses sob a forma de fantasma”, lhes apareceu finalmente “em carne e osso” a 2 de dezembro de 1851.¹¹⁹³ Uma vez em posse de seu novo poder, agora imperial e absoluto, Bonaparte não tardaria a dissolver à força as “uniões operárias” e a iniciar seu plano de obras bancadas pelo Estado como parte de sua política de massas (“É preciso dar trabalho ao povo. Obras públicas são iniciadas”).¹¹⁹⁴

A essa altura, possivelmente o leitor já tenha entrevisto os não poucos pontos de contato existentes entre o caso *clássico* francês e o processo político brasileiro do 1934-1937, há pouco descrito mais detidamente por nós. Entretanto, no que diz respeito à conjuntura golpista brasileira em sua *curtíssima duração*, vale a pena recorrer à descrição feita desta por Robert Levine, o que pode, pensamos, lançar luz diretamente sobre outras similitudes entre os dois processos bonapartistas em questão. Fiel aos acontecimentos, Levine acabou por evidenciar a posição não menos patética adotada pela classe dominante nacional e suas lânguidas representações políticas quando da eminência do golpe varguista:

Na madrugada de 10 de novembro [de 1937], tropas da cavalaria cercaram o Palácio Tiradentes, barrando-lhe a entrada. Exemplares da carta constitucional de Francisco Campos [a Constituição de 1937], impressa secretamente, foram distribuídos depois que o ministério confirmou sua aprovação. Só o Ministro da Agricultura, Odilon Braga, objetou; foi imediatamente substituído por Fernando Costa, de São Paulo, chefe, significativamente, do Instituto Nacional do Café e membro do Partido Republicano Paulista, hostil no estado a Armando Salles. O Ministro da Guerra, Dutra, leu uma breve declaração à imprensa sobre a “alta missão confiada às Forças Armadas nacionais”. Uns poucos militares renunciaram [...] Foram nomeados interventores federais para todos os estados, à exceção de Minas Gerais, onde Valadares, o político mais comprometido com o planejamento do golpe antes de novembro, conservou seu *status* [...] Na maior parte dos casos, os governadores permaneceram no poder como interventores; mas foram nomeados interventores novos para o Rio Grande do Sul, São Paulo, Estado do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco [...] As autoridades militares estavam convencidas de que não haveria resistência. Em 13 de novembro, uma delegação de 80 membros do Congresso em recesso [fechado, na verdade] visitou o Catete para dar apoio ao governo, a despeito do fato de haverem sido presos vários parlamentares dois dias antes. Os restantes 350 guardaram distância, aparentemente amargurados.

O governo tradicional, constitucional, de modelo federativo, estava morto e enterrado. A penúltima sessão da Câmara dos Deputados ocupara-se da natureza do quorum. No seu último debate, os deputados, tendo sido alertados para o golpe em marcha, discutiram se a casa deveria debater a criação de um Instituto Nacional de Nutrição [?!?!].

A mudança veio sem grande fanfarra e sem visíveis protestos, como se fora de há muito esperada. Na noite do dia 10, Vargas falou à nação pelo rádio do seu escritório no Palácio Guanabara. Explicou que o golpe fora executado a fim de salvar a Nação de candidatos presidenciais demagógicos e oportunistas, que visavam apenas a legitimar suas “ambições pessoais caudilhistas”, e pediu autoridade para poder fazer face às necessidades econômicas do país e pôr fim ao divisionismo político. O pagamento da dívida pública externa seria interrompido; as Forças Armadas seriam reequipadas; e o governo inauguraria um vasto programa de obras públicas e construção rodoviária e ferroviária. Fora compelido a agir, disse, em atenção ao apelo de brasileiros patriotas.¹¹⁹⁵

¹¹⁹² *Idem*, p. 108-109.

¹¹⁹³ *Idem*, p. 105.

¹¹⁹⁴ *Idem*, p. 124.

¹¹⁹⁵ LEVINE, Robert. *Op. cit.*, p. 228-229.

Neste mesmo pronunciamento, Vargas afirmou que o Brasil deveria abandonar a “democracia dos partidos”, a qual, “nos período de crise, como o que atravessamos (...) subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da nação”. Nessa situação – continuou Vargas –, “o sufrágio universal passa a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos”.¹¹⁹⁶ Findado seu discurso golpista, o presidente-ditador compareceu a um jantar previamente agendado na embaixada argentina,¹¹⁹⁷ demonstrando a naturalidade com que a mudança de regime se processava.

Nessa nova etapa política da modernização capitalista brasileira (1937-1945), muitos dos elementos bonapartistas já contidos (de forma mais ou menos desenvolvida) no período anterior (1930-1937) alcançariam sua máxima expressão concreta. Importando analiticamente mais uma vez a leitura de Gramsci sobre a evolução do bonapartismo italiano dos anos 20, pode-se dizer que, na “revolução passiva” brasileira, aquele “movimento político-histórico” (bonapartista) que vinha se desenvolvendo desde 1930 por meio de “diversas gradações de cesarismo” atingiu, com o golpe de 1937, sua “forma mais pura e permanente, embora também esta não imóvel e estática”.¹¹⁹⁸ O regime do Estado Novo pode, assim, ser definido como um regime bonapartista na sua mais *clássica* manifestação ou, simplesmente, como um *bonapartismo de tipo pleno*. A partir de seu ápice atingido com a implementação da ditadura *estadonovista*, o bonapartismo passaria a representar, durante muitos e muitos anos, a forma *ótima* de dominação burguesa no Brasil.

O golpe do Estado Novo, como é sabido, levou ao fechamento do Congresso, das assembleias estaduais, das câmaras municipais e à dissolução dos partidos políticos. A Constituição elaborada por Francisco Campos prorrogou por seis anos o mandato de Vargas e deixava margem para uma eventual reeleição.¹¹⁹⁹ Durante toda a sua segunda ditadura, Vargas governou por meio de decretos-leis, já que, a despeito do que previa a própria Constituição do novo regime, não se realizariam nem o plebiscito para referendá-la, nem as eleições para o Parlamento (as quais deveriam ter lugar somente depois do tal plebiscito). Sob o Estado Novo, o poder político estaria totalmente concentrado nas mãos do Executivo e, mais precisamente, nas de Vargas e de seu círculo bonapartista.

Pelo preceito transitório (artigo 177) da nova Constituição, o presidente passou a ter a prerrogativa de aposentar funcionários públicos e militares “no interesse do serviço público ou por conveniência do regime”,¹²⁰⁰ representando o ditador uma constante ameaça para seu

¹¹⁹⁶ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5924.

¹¹⁹⁷ *Idem.*

¹¹⁹⁸ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere. Op. cit.*, volume III, p. 77.

¹¹⁹⁹ LEVINE, Robert. *Op. cit.*, p. 231.

¹²⁰⁰ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5924.

próprio aparato burocrático-militar, o qual deveria se mostrar “dócil e disciplinado”;¹²⁰¹ assim como o ex-Premier bonapartista Doumergue, Vargas não poderia “admitir nenhuma liberdade para os funcionários e, em geral, para os empregados públicos”.¹²⁰² O processo de modernização burocrática da máquina pública se intensificou sob o novo período ditatorial, com a criação, em julho de 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), dotado de amplos poderes para organizar o orçamento e racionalizar a administração estatal (introduzindo modernos critérios de recrutamento baseados em uma perspectiva meritocrática).¹²⁰³ Ungido chefe supremo da Nação, Getúlio passou a, na qualidade de comandante-mor do aparelho de Estado, dispor de um altíssimo grau de “autonomia relativa” em face das classes e frações de classe em presença, o que, evidentemente, não era senão resultado do aumento da “autonomia relativa” alcançada pelo próprio *núcleo duro* do aparelho estatal (burocracia e Forças Armadas) – em discurso proferido em junho de 1938 na inauguração das obras da Escola Militar de Rezende (RJ), Getúlio afirmou: “O Estado Novo foi instituído por vós e para sua sustentação está empenhada vossa responsabilidade”.¹²⁰⁴ O componente militar na ditadura civil de Vargas seria extremamente forte.

Sob o regime *estadonovista*, o papel *arbitral* desempenhado por Vargas em meio às forças sociais e políticas se tornaria ainda mais acentuado. Com a publicação, em dezembro de 1937, do Código de Imprensa, que tachava como ilegal qualquer referência desrespeitosa às autoridades,¹²⁰⁵ e a criação, em dezembro de 1939, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP),¹²⁰⁶ o regime procurou investir na construção de sua auto-imagem, difundindo uma ideologia nacionalista de tipo chauvinista e estabelecendo um verdadeiro culto à personalidade de Vargas – que, como um bom “Bonaparte”, se encarregou em 1938 de montar sua guarda pessoal *pretoriana*, recrutando homens de confiança em seu estado natal (RS), dentre eles, o posteriormente conhecido Gregório Fortunato.¹²⁰⁷

Com o 10 de novembro de 1937, encerrava-se, também, de uma vez por todas, o duradouro conflito entre a perspectiva centralista-bonapartista de organização nacional e o federalismo burguês-oligárquico liberal que havia sobrevivido à queda da Primeira República. Tendo permeado, em outros termos, os longínquos debates constitucionais de 1890-1891, tal conflito foi também uma das tônicas da Constituinte de 1933-1934. Em 1937, finalmente, ele seria decidido sem debate, no melhor estilo bonapartista. Além da nomeação de interventores

¹²⁰¹ TROTSKY, L. “Aonde vai a França?”. *Op. cit.*, p. 29.

¹²⁰² *Idem.*

¹²⁰³ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5927.

¹²⁰⁴ *Idem*, p. 5927.

¹²⁰⁵ *Idem.*

¹²⁰⁶ *Idem*, p. 5929.

¹²⁰⁷ *Idem*, p. 5926. Em 1954, durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954), Fortunato estaria envolvido na tentativa do assassinato de Carlos Lacerda, episódio que resultou na morte do segurança do líder *udenista* (major Vaz) e que acabou por jogar água no moinho da conspiração golpista então em curso contra o presidente.

federais para os estados (mencionada por Levine na longa transcrição acima), é importante sublinhar também que a nova Carta constitucional, outorgada por Vargas no mesmo dia do golpe de Estado, fixava a preeminência da União sobre os estados e municípios, vedando aos primeiros a utilização de bandeiras, hinos e escudos – em 27 de novembro, teria lugar, no Rio de Janeiro, o conhecido e simbólico episódio da queima das bandeiras estaduais no “altar da Pátria”, montado em praça pública. A Constituição de 1937 determinava ainda a nacionalização progressiva das minas, jazidas, quedas d’água e demais fontes de energia, além das indústrias consideradas essenciais para a defesa econômica ou militar do país.¹²⁰⁸ No plano do aparelho coercitivo, uma fundamental modificação (de sentido centralista) a ser destacada foi a absorção pelos comandos regionais do Exército das forças públicas estaduais, que, como vimos, iniciara-se dias antes do golpe, na esteira da ofensiva das Forças Armadas contra Flores da Cunha.

Conforme muitos analistas destacaram ainda no calor dos acontecimentos, a nova Carta constitucional guardava uma enorme proximidade com a constituição *semifascista* do regime polonês de Pilsudsky, o que lhe valeu a alcunha de “Polaca”. O modelo de organização social por ela apresentado possuía um nítido conteúdo corporativista, expondo claramente a intenção da *cúpula política dirigente* de subsumir a sociedade civil a um aparelho de Estado em crescente processo de *autonomização*. As inspirações totalitárias buscadas pela Constituição de 1937 não se limitariam à Polônia corporativista. O Estado Novo brasileiro, que tomou seu nome emprestado da ditadura salazarista portuguesa, se assentaria juridicamente sobre uma Carta Constitucional na qual é possível encontrarmos traços extraídos das constituições de vários regimes capitalistas antiliberais instalados ao redor do mundo nas décadas de 1920 e 1930.

Referenciados na *Carta del Lavoro* de Mussolini, dispositivos incorporaram à Carta de 1937 a estrutura sindical formatada a partir da “Revolução” de 1930. O princípio do “pluralismo sindical” que, como já adiantamos, nunca saíra do papel desde sua estipulação pela Constituição de 1934, foi novamente substituído pelo da “unicidade sindical”. As greves e *lockouts* foram severamente proibidos como sendo “recursos anti-sociais nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional”.¹²⁰⁹ Como já vimos neste trabalho,¹²¹⁰ a partir de 1939, com a instituição da Lei Orgânica da Sindicalização Profissional, o controle do Estado sobre o movimento sindical tornou-se quase total, podendo o MTIC fechar os sindicatos, comandar seus processos eletivos, destituir suas diretorias e fiscalizar suas contas, entre outros expedientes arbitrários. Segundo o próprio

¹²⁰⁸ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5924-5925.

¹²⁰⁹ *Idem*, p. 5924.

¹²¹⁰ Ver Capítulo III.

decreto que instituiu a referida lei (1.402), a “vida das associações profissionais” passaria a “gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão, com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão”.¹²¹¹ Ademais, o chamado “atestado de ideologia” seria utilizado fartamente pela burocracia bonapartista para impedir a atividade sindical de qualquer ativista que se mostrasse minimamente independente das diretrizes governamentais. Completando a descrição desse cenário repressivo com o qual se deparou a classe trabalhadora nos anos *estadonovistas*, vale mencionar que a atividade *policialesca* exercida duramente contra ela desde novembro de 1935 se tornaria ainda mais atroz depois de novembro de 1937. Segundo Levine, com o Ministério da Justiça sob controle de Francisco Campos – que assumiu o posto dias antes do golpe –, foram triplicadas as medidas de segurança interna.¹²¹² Mantida sob comando do biltre Filinto Müller (simpatizante declarado do nazismo alemão), a *gendarmerie* do regime seria responsável pela continuação de uma ostensiva caça às vanguardas políticas da classe trabalhadora e dos setores médios de esquerda, voltando a apinhar as penitenciárias de presos políticos.¹²¹³

Evidenciando a manutenção da estratégia bonapartista baseada no binômio “repressão-reformas”, a ampla legislação social aprovada desde 1930 foi também incorporada ao texto constitucional, e alguns outros importantes “direitos trabalhistas” (como o Salário Mínimo) seriam criados ao longo do Estado Novo: todos estariam presentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), lançada pelo governo em 1943. Contudo, a efetivação desses direitos sob a ditadura seria apenas parcial; além da continuação de sua não aplicabilidade pelos patrões (que, em um contexto ditatorial, sentiam-se ainda mais à vontade para ignorar os reclamos legalistas dos trabalhadores), a entrada do Brasil no conflito mundial em agosto de 1942 levaria à suspensão (tida como “temporária”) de certos benefícios trabalhistas em determinados ramos da produção industrial, o que era justificado pelo chamado “esforço de guerra”.

Assim, sob o Estado Novo, as forças bonapartistas dariam continuidade ao processo, iniciado em 1930, de incorporação controlada das massas populares à vida pública. Contudo, desde 1935, já não se tratava mais de simplesmente trazer para a órbita institucional os potencialmente ameaçadores segmentos subalternos que, quando estourara a “Revolução”, se encontravam ainda politicamente próximos a um estado inercial – ou, segundo a já vista caracterização gramsciana de Carlos Nelson Coutinho, não iam além de um “subversivismo

¹²¹¹ TROYANO, A. A. *Estado e sindicalismo*. São Paulo: Símbolo, 1978 *apud* MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. *Op. cit.*, p. 70.

¹²¹² LEVINE, Robert. *Op. cit.*, p. 232.

¹²¹³ Não é escusado lembrar aqui que a obra *Memórias do cárcere*, do escritor e então preso político Graciliano Ramos, é, sem dúvida, uma das melhores referências para os interessados na temática das condições de vida e do cotidiano dos presos políticos do bonapartismo varguista no período 1935-1945 (RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. São Paulo: Martins, 1969).

esporádico, elementar [e] desorganizado”.¹²¹⁴ A tarefa do bonapartismo varguista, a partir de 1935, e que teria sua complementação por meio da ditadura *estadonovista*, seria a de destroçar as vanguardas políticas de uma classe trabalhadora que, quando ainda mal havia começado a ingressar nas estruturas institucionais do Estado burguês, mostrou-se capaz de se expressar politicamente (e de forma mediatizada) por meio de um poli-classista movimento de massas, de cunho *reformista radical*, animado por uma *frente popular* (ANL). Embora grande parte do “serviço” já tivesse sido feita por meio da cruenta repressão verificada nos dois anos seguintes ao frustrado levante comunista, a “limpeza” política ainda estava por ser finalizada: entre outros motivos, porque os alvos do bonapartismo pós-1935 não se limitavam aos setores de vanguarda estritamente proletários, mas se estendiam aos segmentos “progressistas” e democratas das classes médias, e mesmo aos setores burgueses que se opunham, ainda que moderadamente, à nova configuração que o bonapartismo varguista vinha assumindo. Esse é outro ponto importante da questão. Mesmo já estando politicamente alquebrado quando se iniciou o ano de 1937, o proletariado, em função de suas tímidas aparições espectrais na campanha presidencial (em especial na candidatura José Américo), seria, como vimos, arditamente invocado pelas forças bonapartistas e, mais particularmente, pelo próprio Vargas, para acirrar o temor burguês e levar a cabo seu acerto de contas final com as representações políticas da burguesia. Convém, portanto, apontar que o golpe do Estado Novo representou também uma satisfatória solução temporária – mas não um encerramento, vale frisar – da “crise de hegemonia” que atingia a sociedade brasileira desde a falência da antiga dominação oligárquica (*pré-hegemônica*). Desse modo, se a “Revolução” de 1930 e, mais particularmente, as duas configurações bonapartistas que a ela se seguiram (*semibonapartismo oligárquico* e *bonapartismo semiparlamentar*) se apresentaram como soluções instáveis e frágeis para a “crise de hegemonia” brasileira, o regime bonapartista *estadonovista*, do contrário, pode ser apreendido como uma estável e consistente solução *não-hegemônica* para ela, solução essa que teria na extremada violência estatal seu principal sustentáculo político.

Tendo iniciado, em 1930, sua saga preventivamente contra-revolucionária, o bonapartismo brasileiro, com o golpe de novembro de 1937, entrava em sua fase mais violentamente reacionária. A proeminência dos elementos coercitivos sobre os consensuais, que sempre fora nítida desde 1930, ficava agora gritante. Embora a propaganda oficial e a nascente indústria cultural produzissem para a ditadura uma forte dosagem de consenso, não há dúvidas de que o regime se apoiava fundamentalmente na aberta coerção de classe. Assim, se o regime de 1937 pode ser entendido historicamente em uma linha de continuidade com

¹²¹⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. *Op. cit.*, p.199-200.

relação aos regimes de 1930 e 1934, não se deve ignorar o fato de que o significativo aumento *quantitativo* dos expedientes estatais repressivos sob a ditadura *estadonovista* fez desta um regime *qualitativamente* diferente das modalidades bonapartistas anteriores. Assumindo indiscutivelmente um sentido *regressivo* (“cesarismo regressivo”),¹²¹⁵ o bonapartismo brasileiro, em 1937, tomava indisfarçavelmente a forma de uma “cerrada ditadura policial-militar”,¹²¹⁶ isto é, a de um *bonapartismo semifascista*.¹²¹⁷

Já a alternativa política propriamente fascista presente no cenário nacional, representada pelo integralismo, sairia de cena, como antecipamos, em pouco menos de seis meses depois do golpe de Estado que havia apoiado irresolutamente. Insatisfeitos com o enquadramento da AIB no decreto de dezembro de 1937, que ordenava a dissolução dos partidos políticos, os integralistas promoveram, em maio de 1938, um desastrado ataque ao Palácio do Catete. Depois de terem assassinado quatro soldados da guarda e cortado a eletricidade e o telefone do Palácio, os atacantes, um tanto quanto inexplicavelmente, não invadiram seu interior, onde se encontravam Vargas e alguns de seus auxiliares e familiares próximos, os quais tinham acesso a uma linha telefônica especial, não cortada pelos invasores. Depois de um longo tiroteio entre o bando integralista, liderado pelo tenente Severo Fournier, e os soldados defensores do prédio, chegaram ao local tropas federais trazidas pelo coronel Cordeiro de Farias (ex-“tenente”) e, na sequência, Eurico Gaspar Dutra (que fora mantido como ministro da Guerra) e Góis Monteiro (Chefe do Estado Maior do Exército). Em uma situação militarmente desfavorável, os integralistas acabariam se rendendo.¹²¹⁸ Segundo fontes,¹²¹⁹ teria sido o dissoluto Benjamin Vargas o autor das execuções sumárias, realizadas ainda nos jardins do palácio presidencial, de sete dos castos *camisas verdes* de Plínio Salgado, cujo destino seria o exílio nas salazaristas terras portuguesas. À maneira *lumpem*, portanto, o bonapartismo se livrava das forças *lumpem-fascistas* que haviam lhe prestado sólido apoio na perseguição ao proletariado em 1935-1937 e, como já dissemos, também no golpe que proclamara o Estado Novo. Tirando vantagem da situação, Vargas se aproveitaria do clima gerado pelo malogrado *putsch* integralista para fortalecer ainda mais o aparelho jurídico repressivo à disposição do governo. Em 16 de maio, promulgou duas leis constitucionais que estabeleciam a pena de morte para os atos de subversão e reimplantavam, em caráter definitivo, o artigo 117 da Constituição (que permitia a Vargas aposentar funcionários públicos e militares). O ambiente político deu ainda ao ditador a possibilidade de se livrar não só dos integralistas mais incômodos, como também de alguns opositores liberais burgueses,

¹²¹⁵ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. *Op. cit.*, volume III, p. 76-77.

¹²¹⁶ TROTSKY, León. “Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista”. *Op. cit.*, p. 174.

¹²¹⁷ MORENO, N. *Las revoluciones del siglo XX*. *Op. Cit.*, p. 19.

¹²¹⁸ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5926.

¹²¹⁹ Ver o interessante documentário “Soldados de Deus” (2004), dirigido por Sérgio Sanz.

como Armando Salles, Júlio de Mesquita Filho e Otávio Mangabeira (deportados do país em novembro de 1938).¹²²⁰

Dado o caráter radical das ações comunista e integralista em 1935 e 1938, respectivamente, Getúlio Vargas e seu aparelho estatal relativamente autonomizado passaram a serem vistos cada vez mais pela classe dominante do país como uma ordeira alternativa política às radicalizadas propostas gestadas pela sociedade civil dos anos 30. O regime de força expresso pelo varguismo aparecia como uma conveniente opção burguesa tanto à “revolução democrática” apregoada pela ANL/PCB, quanto ao projeto de “Estado Integral” preconizado pelo fascismo da AIB. Em uma palavra, *nem fascismo nem democracia, e muito menos comunismo: bonapartismo!* Diferentemente de outras experiências mundiais (tanto fascistas, quanto bonapartistas), o regime *estadonovista* prescindiria de um partido oficial que representasse a *cúpula burocrático-militar dirigente* nas estruturas institucionais do Estado. Segundo Vargas, não deveriam existir “intermediários entre o povo e o governo”.¹²²¹ Do mesmo modo, distinguindo-se dos regimes propriamente fascistas, o Estado Novo não procurou organizar uma mobilização de massas plebéias *a favor da ordem*. Não havendo necessidade de uma guerra civil contra o proletariado organizado, o capital pôde dispensar o fascismo e todas as suas imprevisíveis conseqüências. Construído sob medida para a medrosa burguesia brasileira, o regime bonapartista do Estado Novo vestiria uma indumentária neutra, técnica, burocrática e apolítica. Quanto menos agitação melhor. O ramerrão da vida econômica deveria prosseguir sem as inconvenientes perturbações da vida política.

Gozando de uma amplíssima margem de autonomia diante da classe dominante, Vargas, ao longo do Estado Novo, continuaria a prestar seu eficaz serviço ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro. De imediato, suspendeu o pagamento da dívida externa e passou a adotar uma política consistente de estímulo às atividades industriais.¹²²² Sendo talvez um pouco hiperbólico, podemos importar aqui as palavras de Marx e dizer que, sob a égide do Estado Novo, “a sociedade burguesa, livre de todas as preocupações políticas, alcançou um desenvolvimento que nem ela mesma esperava. Sua indústria e seu comércio ganharam proporções gigantescas; a especulação financeira celebrou orgias cosmopolitas; a miséria das massas se destacava sobre a ostentação desavergonhada de um luxo suntuoso, falso e envilecido. O poder de Estado, que aparentemente flutuava por cima da sociedade, era, na verdade, o maior escândalo desta e o autêntico viveiro de todas as suas corrupções.”¹²²³ A ditadura *estadonovista* representou, sem dúvida, um dos principais capítulos na história da

¹²²⁰ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5926.

¹²²¹ *Idem*, p. 5927.

¹²²² *Idem*.

¹²²³ MARX, K. *La guerra civil em Francia. Op. cit.*, p. 61-62.

retardatária modernização capitalista brasileira. Assentando-se sobre o velho “compromisso” fixando em 1930, e solidificando-o, o *bonapartismo semifascista* de Vargas remodelaria as condições para a acumulação e reprodução do capital no país. Acelerando sobremaneira os processos de urbanização e industrialização, o regime enterraria de vez qualquer possibilidade de que a “roda da história” pudesse girar para trás, tal como desejaram durante muito tempo alguns setores agraristas. O Brasil tornava-se, definitivamente, uma moderna sociedade *de massas*. A ditadura do Estado Novo pode ser vista, assim, como um claro exemplo da (trotskista) tese de Florestan Fernandes, segundo a qual, como já expusemos, a “revolução burguesa” nos países dependentes – entendida no sentido do desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais capitalistas – não só dispensaria a existência de uma revolução de tipo “democrático-burguesa”, como se faria acompanhada de formas políticas cada vez mais ditatoriais e autocráticas.¹²²⁴

Iniciada ainda sob o *bonapartismo semiparlamentar*, a passagem da “função hegemônica” para as mãos da fração burguesa industrial completar-se-ia sob o *bonapartismo semifascista* de Vargas. A participação de grandes empresários e seus prepostos nos “órgãos técnicos” do Executivo – os quais se ampliariam significativamente a partir de 1937 (Conselho Técnico de Economia e Finanças, Conselho Nacional do Petróleo, Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica etc.) – se tornaria mais substantiva e determinante para o caráter das diretrizes econômicas elaboradas e empreendidas pela *cúpula governamental*.¹²²⁵ Tanto como uma forma de controle sobre a classe trabalhadora, quanto como uma maneira de colocar os interesses industrialistas acima dos das demais frações do capital, o modelo corporativista, aperfeiçoado e consolidado pela ditadura bonapartista, mostrar-se-ia como uma arquitetura institucional extremamente útil para a burguesia industrial. Seu funcionamento pleno a partir do Estado Novo possibilitou que a fração industrial do capital obtivesse a “hegemonia” no interior dos grupos dominantes (“função hegemônica”) – embora, reiteramos, estivesse longe de ter obtido uma “hegemonia” propriamente dita (sobre o conjunto do tecido social). Não à toa, os industriais, que já vinham aderindo ao corporativismo desde 1935, com ele se refestelaram durante a ditadura; contudo, como em qualquer “verdadeiro caso de amor”, a burguesia industrial estabeleceu ao mesmo tempo suas “relações paralelas”, organizando-se – conforme já dito – também em entidades classistas não vinculadas ao MTIC (naturalmente toleradas por este).

Como observamos em *O 18 brumário*, Luis Bonaparte, no auge da sua luta contra o Parlamento burguês controlado pelo *partido da ordem*, foi designado pelo *The Economist*

¹²²⁴ FLORESTAN, Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*. Op. cit. (Ver a Introdução à segunda parte do presente trabalho).

¹²²⁵ DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil. 1930-1945*. Op. cit e _____. “O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classes”. Op. cit.

como “o guardião da ordem”. “A aristocracia financeira”, afirmou Marx, “condenava, portanto, a luta parlamentar do partido da ordem contra o poder executivo como uma *perturbação da ordem*, e comemorava cada vitória do Presidente sobre os supostos representantes dela como *vitórias da ordem*”.¹²²⁶ Marx lembrou também que, uma semana antes de seu *coup d'état*, Bonaparte seria simplesmente ovacionado com “aplausos abjetos” pelos industriais franceses.¹²²⁷ Por aqui, o papel da nossa *massa burguesa* diante do chefe supremo do Estado Novo não seria menos pusilânime. Uma carta publicada n’ *O Estado de São Paulo*, a 19 de agosto de 1942 (aniversário de Vargas), assinada pela Associação Comercial de São Paulo, alguns bancos, a FIESP e várias grandes companhias industriais, é apenas um dos múltiplos exemplos que comprovam a total subserviência da classe dominante brasileira (e, em especial, de sua fração industrial) ao seu “Bonaparte”. Tratado encomiasticamente ao longo de toda a carta, Vargas foi parabenizado pela data e descrito como o “apóstolo da Ordem”.¹²²⁸ Em uma implícita autocrítica de sua postura politicamente federalista e oligárquica adotada no período 1930-1935 (e principalmente em 1932), os signatários da carta deslavadamente afirmaram que: “Há doze anos [isto é, desde 1930] que o Dr. Getúlio Vargas representa a Ordem para o Brasil. Ser contra ele, se isso hoje ainda fosse possível, seria se colocar contra a Ordem. Seria colocar-se contra o Brasil, seria colocar-se contra si mesmo”.¹²²⁹ Em seguida, deixando de lado qualquer laivo de seriedade analítica, os ordeiros burgueses paulistas escreveram que Getúlio, “entre outras virtudes, tem sido o nosso mestre da democracia [...] Foi ele, pois, quem realizou em nossa terra uma democracia pela qual durante um século tanto se lutou”.¹²³⁰

Por fim, quanto à política externa, o *bonapartismo semifascista* do Estado Novo adotou uma linha claramente ambivalente. Segundo Gerson Moura, já no segundo semestre de 1934, “entre o livre cambismo proposto pelos EUA [Estados Unidos da América] e o comércio compensado proposto pela Alemanha, o Conselho Federal do Comércio Exterior, órgão coordenador da política comercial brasileira, optara pelos dois”.¹²³¹ A partir de 1938 e, sobretudo, depois da eclosão da Segunda Guerra mundial (em setembro de 1939), o governo brasileiro, que continha tanto uma ala pró-americana (capitaneada por Osvaldo Aranha), quanto outra germanófila (representada pelas figuras de Filinto Muller e Francisco Campos), passou a oscilar visivelmente entre o Eixo e os Estados Unidos (até então, fora belicamente do

¹²²⁶ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 97. Grifos do autor.

¹²²⁷ *Idem*, 108.

¹²²⁸ Carta publicada em *O Estado de São Paulo* (19/08/1942) *apud* CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1982, p. 351.

¹²²⁹ *Idem*, p. 352.

¹²³⁰ *Idem*.

¹²³¹ MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência. A política externa brasileira de 1935 a 1942*. *Op. cit.* *Apud* BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5916.

conflito). Segundo o mesmo Gérson Moura, tratava-se de uma “eqüidistância pragmática”.¹²³² Como bem percebeu Trotsky, utilizando-se da “rivalidade entre os Estados Unidos e a Alemanha” e, ao mesmo tempo, mantendo “a mais selvagem ditadura sobre as massas populares”, a ditadura bonapartista *estadonovista* exprimia a existência de uma “ascendente burguesia nacional” que buscava “*uma maior participação no butim*” e se esforçava “*para aumentar a medida de sua independência – quer dizer, para conquistar a posição dominante na exploração de seu próprio país*”.¹²³³ Tal burguesia – destacou o revolucionário russo, então exilado no México *cardenista* –, em função de “sua debilidade geral” e de “sua retardada aparição”, se encontraria impedida “de alcançar um nível de desenvolvimento mais alto que o de servir a um amo imperialista contra outro”; não poderia “*lançar uma luta séria contra toda a dominação imperialista e por uma autêntica independência nacional*” por temer “desencadear um movimento de massas dos trabalhadores do país, que por sua vez ameaçaria sua própria existência social”.¹²³⁴

Ditadura em crise, a guerra e o início da transmutação bonapartista (1942-1945)

Depois de funcionar como um indeciso peão no polarizado tabuleiro geopolítico mundial, o Estado brasileiro finalmente, em agosto de 1942, declarou guerra à Alemanha, o que se deveu, entre outros fatores, à ameaça de invasão estadunidense do litoral nordestino, às mobilizações de sindicatos e estudantes (organizadas pela União Nacional dos Estudantes – UNE) pela entrada do Brasil no conflito ao lado dos “aliados”, e à obtenção anterior, pelo governo Vargas, de fartos recursos econômicos provenientes dos EUA (e que se materializaram, por exemplo, na construção, iniciada ainda em 1941, da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN). Com a entrada do país no conflito mundial, o bonapartismo varguista ganhava um componente bélico, fornecendo ainda mais ingredientes para a sua propaganda ufanista. O próprio PCB, com muitos de seus quadros encarcerados e/ou perseguidos incessantemente pela polícia política, saudou a entrada do Brasil na guerra e clamou pela necessidade de uma “união nacional” contra o nazi-fascismo. Sob o comando do Exército norte-americano, os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) lutariam, em nome da democracia – inexistente no Brasil –, contra as tropas de Mussolini na Itália, cujo regime fascista, como já lembramos, havia sido uma das grandes fontes de inspiração para o Estado Novo varguista.

¹²³² *Idem*, p. 5920.

¹²³³ TROTSKY, León. “La política de Roosevelt en America Latina”. *Op. cit.*, p. 93. Tradução nossa. Grifos do autor.

¹²³⁴ *Idem*. Grifos do autor.

O desenrolar do curso da guerra, combinado às alterações na morfologia da sociedade brasileira após alguns anos de intenso desenvolvimento industrial baseado em uma alta taxa de exploração da força de trabalho, conduziria ao início de uma tentativa de transmutação da ditadura bonapartista encetada por sua própria *cúpula dirigente* ou, pra sermos mais exatos, pelo próprio “Bonaparte”. Possivelmente por ter antevisto um desfecho do conflito mundial favorável à União Soviética e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de preservar sobre a crescente classe trabalhadora aquela forma ditatorial “policial-militar”, Vargas, com extrema habilidade antecipatória, deu os primeiros passos no sentido de uma transformação da ditadura *pelo alto*. A anunciada derrota do Eixo na guerra trazia a “democracia” (burguesa) como um valor inquestionável para as sociedades, expondo abertamente a contradição do caso brasileiro: um país que lutava externamente contra as ditaduras, mas que, entretanto, mantinha internamente um duro regime ditatorial. A idéia de Getúlio, ao que tudo indica, era promover uma gradual abertura do regime aproximando-o das massas, as quais poderiam funcionar como o principal sustentáculo do aparelho estatal bonapartista em um possível cenário político dotado de expedientes democrático-eleitorais. Portanto, ainda que o *bonapartismo semifascista* tenha perdurado (cada vez mais brando) até mais ou menos abril/maio de 1945 (quando da decretação da anistia, da libertação dos presos políticos e da legalização dos partidos), o certo é que, a partir de 1942, já pode ser entrevista uma mudança de postura do regime em relação aos trabalhadores.

O MTIC, sob comando de Alexandre Marcondes Filho – que assumiu a pasta em julho de 1941 e gozava da confiança de setores do empresariado –, daria início a uma reorientação da política estatal face aos sindicatos. Em janeiro de 1943, foi criada a Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), que tinha por fim dissociar a política sindical da sua dimensão repressiva, e identificá-la “como um instrumento de bem-estar social e de garantias de direitos trabalhistas”.¹²³⁵ No mesmo período, foram levadas a cabo ações como a instituição do Serviço de Alimentação e Previdência Social e a construção de vilas operárias e escolas nas fábricas, além do fomento de cooperativas de consumo para trabalhadores sindicalizados (por intermédio da fundação do Banco Cooperativo Financeiro).¹²³⁶

Somada aos discursos de Vargas (pronunciados religiosamente nas datas festivas) e às palestras radiofônicas do próprio ministro do Trabalho, essa nova linha política adotada por setores da *cúpula dirigente* colaborava para a construção de uma imagem positiva do ditador junto à classe trabalhadora e às ingentes massas populares.¹²³⁷ Resgatando o itinerário da criação dos “direitos sociais” do pós-1930, a ideologia trabalhista (em formação) seria a

¹²³⁵ COSTA, Hélio da. “Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953)” in FORTES, Alexandre (e outros) *Na luta por direitos*. Op. cit., p. 92.

¹²³⁶ *Idem*, p. 93.

¹²³⁷ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Op. cit.

principal responsável pela representação da figura de Getúlio como o “Pai dos pobres”. Para tal, muito contribuiu a elaboração, pela equipe de Marcondes Filho, da CLT, anunciada por Vargas em um evento público no 1º de Maio de 1943 (“Dia do Trabalho”), realizado no estádio de futebol do Vasco da Gama (clube identificado desde suas origens com os estratos sociais proletários e populares). Não obstante as novas medidas de caráter social da ditadura, ocorreriam, em 1944, várias greves de trabalhadores reivindicando melhores salários e condições de vida.

Nesse processo de reorientação do regime face à classe trabalhadora, a “mola mestra da propaganda pró-Vargas passou a ser o discurso de valorização da figura do trabalhador e do próprio trabalho. Reatualizava-se, então, mas com objetivos bem diferentes, a afirmação da dignidade do trabalhador pela qual tinham batalhado os sindicalistas do pré-1930”.¹²³⁸ Reverberado pelas máquinas sindicais oficiais, o discurso *trabalhista* procurava apresentar Vargas como o responsável pela “doação” dos benefícios da legislação social, tendo por finalidade obter dos trabalhadores uma retribuição ao grande líder benevolente, a qual poderia se manifestar tanto por meio do ordeiro empenho na produtividade do trabalho, quanto por meio do voto, quando este voltasse a ser um instrumento de participação política.¹²³⁹ Preparada pela repressão prévia aos trabalhadores – exercida, sobretudo, a partir de 1935, e que praticamente decapitara o movimento operário –, a nova política *trabalhista* logrou um inegável êxito desde o início de sua aplicação, aproximando parcela significativa dos trabalhadores ao ditador que então conduzia a transformação de seu próprio regime. A constatação da importância desse fator repressivo (prévio) para o sucesso da política *trabalhista* fez com que alguns historiadores, como Marcelo Badaró Mattos, afirmassem não ter havido propriamente um “pacto” entre Estado (repressor) e trabalhadores (reprimidos).¹²⁴⁰

O instrumento político-organizativo construído para proporcionar essa manobra de massas pelo varguismo, que então girava “à esquerda”, foi o Partido Trabalhista Brasileiro, surgido em maio de 1945 – pouco depois das fundações, já permitidas pelo regime, do Partido Social Democrático (PSD), impulsionado por Vargas a partir da junção de setores burgueses e burocráticos vinculados ao Estado Novo (sobretudo às interventorias), e da União Democrática Nacional (UDN), que congregava variados grupos de oposição à ditadura, mas com clara predominância de uma burguesia liberal-oligárquica e abertamente favorável à presença (praticamente livre de controle) do capital estrangeiro no país.

Criado, a pedido de Vargas, por Alexandre Marcondes Filho, o PTB tinha como principal base constitutiva a burocracia sindical do pós-1930, desenvolvida substantivamente

¹²³⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Op. cit., p. 74.

¹²³⁹ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Op. cit.

¹²⁴⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Op. cit., p. 75.

a partir do Estado Novo. Com um discurso nacionalista e uma plataforma contidamente reformista, o partido, de natureza poli-classista, recrutou quadros e simpatizantes também entre os setores médios, estudantes, intelectuais, segmentos da burguesia industrial, trabalhadores e políticos profissionais, com destaque para Alberto Pasqualini (um de seus principais ideólogos). Buscando referendar-se no legado social de Vargas, o trabalhismo, erguido sobre a base da estrutura sindical corporativista, apregoava abertamente uma “colaboração de classes” sob *arbitragem* estatal, procurando explorar a imagem do “Bonaparte” brasileiro como líder sábio e protetor dos mais necessitados. Trabalhando pela arregimentação eleitoral das massas populares em prol do varguismo, o PTB surgiu como um concorrente do PCB nos meio operários – e esse foi, certamente, um dos objetivos de sua criação por Getúlio, decidida depois que fracassara sua idéia de formar um só partido que conglomerasse tanto os quadros burgueses e burocráticos do Estado Novo, quanto os sindicalistas ligados ao MTIC. O trabalhismo e seu partido não nasceram, portanto, da sociedade civil brasileira, e sim das entranhas do Estado capitalista. Foram filhos de “esquerda” do bonapartismo *estadonovista*, gestados na – e politicamente correspondentes à – última fase da ditadura (pós-1942). O fato de terem se apropriado de bandeiras e propostas existentes há décadas no movimento operário brasileiro – *ressignificando-as*, como gostam alguns, ou, mais precisamente, abrandado-as – em nada altera o seu real conteúdo político (burguês). A atuação do PTB ao longo da etapa 1946-1964 talvez nos permita caracterizá-lo como um tipo de “*Frente Popular sob forma de partido*”, recorrendo aqui à expressão cunhada por Trotsky para referir-se a organizações partidárias como a peruana Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), criada por Haya de La Torre, e o Partido da Revolução Mexicana (PRM), do general populista Cárdenas.¹²⁴¹

Em 18 de abril de 1945, Vargas decretou finalmente a anistia e libertou os presos políticos do regime. Muitos comunistas foram postos em liberdade, inclusive Luiz Carlos Prestes, que amargara nove anos de cárcere em condições subumanas. No mesmo ano, estouraram novas greves de várias categorias de trabalhadores, buscando combater a carestia e o arrocho sindical imposto pela ditadura (sobretudo a partir do “esforço de guerra”). Nesse momento, o PCB impulsionou nos meios sindicais a criação do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), e lançou-se em uma batalha pela reorganização da classe trabalhadora a partir de organismos de base (não só sindicais, mas sociais em geral) como os chamados “comitês populares democráticos”, que nas fábricas se traduziam nos “comitês de fábrica”. Contudo, os imperativos políticos da “união nacional” antifascista fizeram com que a direção partidária, sob o lema “ordem e tranquilidade”, orientasse a classe trabalhadora a “apertar os

¹²⁴¹ TROTSKY, L. “Discussion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 124-125.

cintos”, alegando que as greves e desordens só interessariam ao “fascismo”. Eliminar os restos deste, na ótica dos comunistas brasileiros, seria a principal tarefa estratégica no curso da revolução “democrático-burguesa” a ser realizada no país (supostamente ainda dotado de traços “semifeudais”). Ironicamente – ou esdruxulamente, melhor dizendo –, para a direção *pecebista*, um dos principais aliados dos trabalhadores na luta contra os ditos “restos do fascismo” seria o próprio ditador *estadonovista*, dantes qualificado pelos comunistas como “fascista”. Aproximando-se politicamente de Vargas, o PCB engrossaria o caldo do movimento *queremista*, que exigia a manutenção do presidente no posto de modo que o mesmo pudesse continuar como o principal condutor do processo de abertura. Ao cerrarem fileiras com aqueles que defendiam uma “Constituinte com Getúlio” (palavra de ordem não propugnada pelo PCB), os comunistas, ainda que apelando entusiasticamente à classe operária, acabaram por colaborar tacitamente com as forças políticas que aspiravam a uma transição *pelo alto* da ditadura bonapartista.

Em 1946, já sem Getúlio no poder, pululariam mais movimentos grevistas, desta vez abrangendo milhares e milhares de trabalhadores.¹²⁴² Organizadas pelos sindicatos ou mesmo por fora dele (via comissões por local de trabalho, como as “comissões de fábrica”),¹²⁴³ as greves expunham o protagonismo social e político do proletariado no novo cenário nacional, e contribuíam para radicalizar o ambiente político em reconfiguração. Diferentemente do que fizera até mais ou menos o fim de 1945, o PCB declararia apoio às reivindicações dos grevistas, agora não mais considerados pelos porta-vozes do partido como “*quinta-colonistas*”. Contudo, ávida por se apresentar como confiável e ordeira aos olhos dos setores “democráticos” da classe dominante, a direção partidária afirmaria publicamente a desvinculação dos militantes sindicais comunistas com as ações paredistas, atribuindo a sua ocorrência à alta taxa da exploração capitalista no país e ao desrespeito à legislação social por parte da patronal. Buscado construir, em aliança com setores do PTB, uma espécie de central sindical dos trabalhadores paralela aos sindicatos oficiais – em setembro de 1946, seria fundada a fugaz Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) –, a cúpula estalinista não lançaria o partido em um combate aberto e declarado contra a estrutura sindical corporativista, adotando diante dela uma posição visivelmente ambivalente. Os comunistas – e isto pôde ser visto na atuação de seus deputados constituintes – seguiram formalmente uma linha de defesa da autonomia dos sindicatos em face do Ministério do Trabalho, mas evitavam uma ruptura completa com as regras da CLT. Esta, de clara inspiração fascista, não foi condenada *in toto* pelos dirigentes *pecebistas* (a “unicidade sindical”, por exemplo, não foi rejeitada pelo partido,

¹²⁴² Quanto às greves no processo de “redemocratização”, ver MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização (Brasil 1945/1950)*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

¹²⁴³ COSTA, Hélio da. *Em busca da memória...Op. cit.* e MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. Op. cit.*, p. 84.

que fazia uma propositada confusão entre unitarismo e unicidade).¹²⁴⁴ Expressivo dessa ambígua linha partidária era o fato de que, mesmo quando falavam de independência sindical, os dirigentes *pecebistas* colocavam uma importante restrição: “independência não significa desligamento do Ministério do Trabalho”. Como bem colocou Weffort, “o que poderia significar a independência dos sindicatos sem o desligamento do Ministério do Trabalho?”.¹²⁴⁵

A verdade é que a política do PCB em relação ao movimento de massas mais uma vez estava subordinada à desastrosa estratégia da revolução “democrático-burguesa” que, nesse pequeno interregno de aproximadamente dois anos situado entre o fim do conflito bélico mundial e a explicitação da “Guerra fria” (1945-1947), orientava os comunistas a se aliarem quase que incondicionalmente com todos os setores sociais e forças políticas considerados antifascistas. À escala internacional, as elaborações estalinistas atingiram talvez nesse curto período o ponto máximo do que se poderia chamar de um *taticismo oportunista*. Por aqui, Prestes chegaria a declarar que, embora contrários ao “capital estrangeiro reacionário”, os comunistas não eram “contrários ao capital estrangeiro que nas condições do mundo atual ainda pode ser, dentro das limitações da Carta do Atlântico e após as decisões históricas do Teerã e Criméia, um dos colaboradores mais eficientes do progresso e de prosperidade dos povos atrasados.” “No mundo inteiro” – emendou o *cavaleiro da esperança* –, “os povos ficarão agora livres da intervenção estrangeira em seus negócios internos e, assim sendo, o imperialismo está moribundo e o capital estrangeiro perde a sua característica mais reacionária para se transformar em fator de progresso e prosperidade para todos os povos”.¹²⁴⁶ Tal quais muitos partidos comunistas ao redor do mundo – e os casos dos partidos italiano e francês foram, talvez, os mais emblemáticos –, o PCB apostaria todas as suas fichas na construção de um regime democrático-burguês, cuja consolidação (contra os “restos do fascismo”) significaria a possibilidade de uma gradual evolução social e política rumo ao socialismo (passando, evidentemente, pela tal etapa “democrático-burguesa”). Tendo em vista esse objetivo “democrático”, a direção do PCB, que já havia defendido a aliança do partido com Vargas meses antes de sua queda, proclamaria seu apoio ao transicional governo de José Linhares (1945-1946), assim como se diria, logo no início do Governo Dutra (1946-1951), disposto a apoiá-lo e a seus “atos honesta e sinceramente democráticos”.¹²⁴⁷

Desse modo, quando, favorecido pelo prestígio da URSS e por sua tenaz oposição ao Estado Novo, o PCB alcançou, pela primeira vez em sua história, a condição de um

¹²⁴⁴ Ver MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. *Op. cit.*, p. 80.

¹²⁴⁵ WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964” (primeira parte). *Op. cit.*, p. 12.

¹²⁴⁶ *Idem*, p. 11.

¹²⁴⁷ *Idem*.

verdadeiro partido de massas (com uma crescente inserção entre trabalhadores, setores médios, intelectuais, estudantes, militares etc.), sua direção optou por fazê-lo funcionar como um “partido da ordem”.¹²⁴⁸ Assim, se é verdade que as bases *pecebistas* foram, em alguns casos, na prática, muito além das diretrizes de seu Comitê Central – o que, aliás, é quase uma regra em momentos de agitação popular –, o certo é que a direção partidária conseguiu alocar os comunistas no campo dos mantenedores da ordem capitalista no país. Não sabemos, é verdade, se o caminho e o desfecho da “redemocratização” seriam outros caso o PCB tivesse aproveitado a chance que a conjuntura histórica lhe ofereceu. Nunca saberemos. Guiados pelo esquematismo estalinista, os comunistas brasileiros – utilizando aqui os dizeres de Marx – não ousaram dar “à luta de classes uma pequena oportunidade”: não se sentiram capazes de “brincar com fogo”.¹²⁴⁹

Voltemos a 1945. Em rota de colisão com a classe dominante, e cada vez mais autonomizado relativamente diante desta, Vargas ganhou a oposição declarada dos setores burgueses mais diretamente vinculados ao capital estrangeiro quando decretou a Lei dos Atos Contrários à Economia Nacional (conhecida como “Lei Malaia”). De feição nacionalista (e até mesmo podendo ser considerada “antiimperialista”), o decreto estabelecia a criação de uma comissão autorizada a desapropriar empresas, nacionais ou estrangeiras (ligadas a “trustes ou cartéis”), que estivessem praticando negócios tidos como lesivos aos interesses nacionais.¹²⁵⁰ Aproximando-se da oposição liberal-burguesa ao Estado Novo, a embaixada americana passou a trabalhar pela deposição de Vargas.

A crescente aproximação do ditador com as massas populares e o grande peso político-social que adquiria o movimento *queremista* incompatibilizariam totalmente o conjunto das frações burguesas com seu “Bonaparte”, outrora tão providencial. A liderança de Vargas sobre o processo de reconversão bonapartista tornava-se, sem dúvida, uma ameaça para a burguesia. Seu prestígio junto às massas populares poderia lhe oferecer um grau ainda maior de autonomia política em face do capital no futuro regime que se avizinhava. Temia-se, na verdade, a formatação de uma configuração política ao estilo *cardenista/peronista*, uma espécie de “democracia plebiscitária”¹²⁵¹ em que Vargas, apoiado nas massas populares, pudesse governar a despeito da burguesia. Protelando ao máximo a adoção de medidas que indicassem claramente que deixaria o poder, Vargas despertou o medo de que viesse a aplicar uma nova manobra continuísta ao estilo 1937, só que desta vez dotada de um conteúdo político oposto (“esquerdizante”).

¹²⁴⁸ WEFFORT, Francisco. “Origens do sindicalismo populista no Brasil”. *Op. cit.*, p. 80.

¹²⁴⁹ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 87.

¹²⁵⁰ BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5940.

¹²⁵¹ SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. *Op. cit.*, p. 101.

Agindo como procuradora do conjunto da classe dominante, a alta cúpula militar do Estado Novo, liderada por Dutra e Góis Monteiro (os mesmos homens do golpe de 1937), depôs Vargas a 29 de outubro de 1945. Pressionado pela burguesia, e não disposto a recorrer às massas para manter-se no poder, Getúlio assinou sua renúncia formal e, dias depois, viajou em um avião militar para sua estância em São Borja (RS). Cinco anos mais tarde estaria de volta à cadeira presidencial, mas em outras condições constitucionais. Em um sugestivo relato, Prestes apresentou sua visão sobre a pacífica derrubada do ditador:

Getúlio não resistiu porque não quis. No dia 29 de outubro, quando os tanques marchavam para depô-lo, por ordens do general Góis Monteiro, eu estava com o general Estillac Leal e o coronel Osvino Ferreira Alves. Nós mandamos um recado pra ele: “Resista porque alguns tanques vão virar os canhões contra o Alcio Souto, comandante das tropas. E a massa vai lhe apoiar.” Mas ele preferiu ficar sentado de charuto na mão, esperando ordens para ir para casa. Foi o mesmo caso de Perón, na Argentina [1955]: o povo clamava por armas para defendê-lo, em frente à Casa Rosada, mas ele preferiu fugir e abrigar-se num navio de guerra do Paraguai. Não foi para evitar derramamento de sangue que Getúlio deixou de resistir. Ele preferiu agir assim pois compreendeu que, no choque, o nosso partido [PCB] cresceria muito. Preferiu optar pela defesa dos seus interesses de classe. Assim, ele e Perón acabaram agindo de forma semelhante: capitularam em defesa dos interesses de classe.¹²⁵²

Com efeito, dentro do quadro mais geral da história da contra-revolução burguesa no país, a queda da ditadura bonapartista (*semifascista*) encerrou um sentido progressivo. Não há como negá-lo, sobretudo se atentarmos para as distintas condições políticas em que encontrou a classe trabalhadora durante e após o Estado Novo. Contudo, levando em conta o modo como a queda do regime se processou e, sobretudo, os sujeitos sociais e políticos que a efetivaram, pode-se perceber como, procurando frear o protagonismo popular que se gestava, a classe dominante brasileira escreveu, no 29 de outubro de 1945, mais um capítulo de sua longa “revolução passiva”. Possivelmente, a melhor expressão jurídico-política disso seja o fato de que, deposto Getúlio e seu Estado Novo, as forças políticas dominantes decidiram que

¹²⁵² MORAES, Dênis de e VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e autocríticas*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 109. É interessante mencionar que, mesmo deposto, Getúlio continuaria seu processo de reorientação política, aproximando-se cada vez mais de uma perspectiva bonapartista “de esquerda”, o que ajuda a entender um pouco dos contornos de seu Segundo Governo (1951-1954). Em um comício do PTB realizado em Porto Alegre a 29 de novembro de 1946, Vargas atacaria o governo de seu sucessor Dutra e a democracia burguesa que, segundo ele, vigia no país. Atribuindo a queda do Estado Novo aos “agentes da finança internacional, que pretende manter o nosso país na situação de simples colônia, exportadora de matérias-primas e compradoras de mercadorias industrializadas no exterior”, o então senador pelo Rio Grande do Sul afirmou a existência de duas modalidades de democracia: “A velha democracia liberal e capitalista (...), em franco declínio porque tem seu fundamento na desigualdade” e a “democracia socialista, a democracia dos trabalhadores. A esta eu me filio. Por ela combatarei em benefício da coletividade.” Segundo Vargas, no Brasil, imperaria a democracia capitalista, “comodamente instalada na vida, que não sente a desgraça dos que sofrem e não recebem, às vezes, nem mesmo o indispensável para viver. Essa democracia facilita o ambiente propício para a criação de trustes e monopólios, das negociatas e do câmbio negro, que exploram a miséria do povo (...) Essa espécie de democracia é como uma velha árvore coberta de musgos e folhas secas. O povo um dia pode sacudi-la com o vendaval de sua cólera (...) Tendo de optar entre os poderosos e os humildes, preferi os últimos”. (BRANDI, Paulo. *Op. cit.*, p. 5945). Com a exceção da última sentença, tipicamente populista, a retórica do “Bonaparte” brasileiro nada deixa a desejar aos textos do velho Lênin sobre a democracia burguesa, o que só torna ainda mais importante para o historiador a afirmação, proferida certa feita por Marx, de que *a prática é o critério da verdade*.

a ditatorial Constituição por ele outorgada em 1937 ficaria válida até a promulgação de uma nova. Antes de qualquer coisa, era necessário manter a ordem. Sempre.

O *semibonapartismo democrático* ou o *cesarismo sem César* (1946-1964): algumas notas para uma pesquisa futura

Getúlio caiu, mas as condições histórico-sociais que o haviam impelido a processar uma gradual metamorfose na ditadura *estadonovista* continuavam de pé.

No plano internacional, a finalização definitiva da guerra, com a rendição do Eixo, fornecia as bases para o início de uma recuperação da economia mundial, depois de um longo ciclo recessivo. Contudo, se manteria ainda, por aproximadamente uns dez anos, a existência de uma significativa autonomia das economias periféricas em face do mercado mundial, ainda bem debilitado. Assim, a janela histórica para as industrializações retardatárias dos países dependentes seguiria aberta até meados da década de 1950. Para alguns países latino-americanos alocados no chamado “bloco ocidental” – alinhados automaticamente aos EUA na “Guerra fria” (iniciada na esteira do fim do conflito mundial) –, a existência de uma fortalecida URSS e seus satélites funcionava como um elemento de barganha nas negociações com o imperialismo. Seria nessas condições internacionais que o Brasil daria continuidade ao seu processo de modernização industrial capitalista.

No plano interno, a acelerada industrialização dos anos 30, em especial a partir da ditadura implantada em 1937, desenvolveu as forças produtivas e as relações sociais capitalistas, acirrando as contradições da sociedade brasileira e rearrumando o quadro político da correlação de forças entre as classes e frações de classe.

De um lado, o proletariado se tornou uma classe com um peso social e político muito expressivo na década de 1940 – o que, entre outros fatores, explica o já mencionado espantoso crescimento do PCB. Para o capital, não era mais possível, como antecipamos, manter sobre os trabalhadores uma rígida coerção como a que vigorou entre 1935-1945, fato que o próprio Vargas já havia previamente notado e que o levava a iniciar, em 1942, a construção de sua estratégia política *trabalhista*. A ideologia democrática atingia seu auge com o fim da guerra – até mesmo os países do leste europeu alinhados à URSS se autodenominariam “democracias populares” –, e pelo menos a adoção de um sistema eleitoral por sufrágio universal parecia inevitável para o capitalismo brasileiro.

De outro lado, na ponta oposta aos trabalhadores no tecido social, a burguesia industrial, em função da própria industrialização acelerada do Estado Novo, também havia se desenvolvido célere e substantivamente sob ele. Beneficiada pela política econômica da ditadura, passou a dispor de maior força em suas disputas com as demais frações do capital,

almejando um controle político mais *direto* sobre o país. Desde o declínio da ditadura, a burguesia industrial parece ter alimentado um *sonho de “hegemonia”*, mas a possibilidade de estabelecimento de uma forma de dominação *hegemônica* no país ainda não dispunha de condições objetivas que lhe permitissem ultrapassar a dimensão onírica de alguns industriais açodados. O caráter retardatário da burguesia industrial, que a vinculava geneticamente ao latifúndio, ao capital estrangeiro e a colocava, desde muito cedo, *vis-à-vis* com seu antagonista social, havia cortado pela raiz qualquer possibilidade de que ela viesse a realizar algum dia uma revolução “democrático-burguesa” e “antiimperialista” (como esperava o PCB). Deparando-se, naquela conjuntura histórica do fim do Estado Novo, com um proletariado robustecido e bastante ativo politicamente, a burguesia industrial viu-se também impossibilitada de estabelecer sobre ele uma forma de dominação *hegemônica*, de cunho democrático (-burguês).

Assim, no quadro de uma sociedade cada vez mais *massificada* – e com uma sociedade civil em franca evolução – a “crise de hegemonia”, que assolava a sociedade brasileira desde meados da década de 1920, continuava vigente quando a ditadura *estadonovista* desmoronou. Solucionada temporariamente pelo golpe de 1937, mas não por ele encerrada – nunca é demais lembrar –, a “crise de hegemonia” reemergia agora em uma sociedade com outra disposição das suas forças sociais: bem mais encorpadas do que o eram em 1930, as chamadas classes “fundamentais” da sociedade burguesa, a burguesia (industrial) e o proletariado, ocupavam o proscênio político da nação quando a cortina do Estado Novo veio abaixo.

O Brasil da segunda metade da década de 1940 já não era mais – e nem poderia sê-lo – o mesmo país que presenciou a “Revolução” de 1930. A modernização industrial brasileira, feita aos saltos que queimavam etapas,¹²⁵³ se processara e continuava a fazê-lo de modo *desigual e combinado*: “Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados” – escreveu Trotsky – “um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente *atrasada* – e este privilégio existe – autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e a flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram estas diferentes armas”.¹²⁵⁴ Desse modo, se em alguns locais e ramos da produção fabril brasileira a impressão era de que se tinham passado bem mais do que quinze anos, por outro lado, as condições de vida da maioria dos setores urbanizados eram ainda bastante precárias e

¹²⁵³ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. Op. cit.* (ver, especialmente, o capítulo II, “O desenvolvimento capitalista pós-1930 e o processo de acumulação”).

¹²⁵⁴ TROTSKY, León. *A História da Revolução Russa. Op. cit.*, v. I, p. 24-25. Grifo nosso.

amplos segmentos da população rural (ainda bem maior do que a urbana) se encontravam em uma situação não muito diferente da de seus antepassados do período imperial. A urbanização e industrialização, contudo, tinham modificado visivelmente a formação social brasileira. Se a modernização industrial se apresentara à classe dominante e à *cúpula política dirigente* como uma possibilidade econômico-social viável quando dos primeiros anos da década de 1930, sua continuidade aparecia no pós-1945 como uma espécie de imperativo categórico histórico. Tinha que ser continuada. Não era permitido retroceder. As condições internacionais eram ainda bastante favoráveis. Mesmo as frações burguesas agrárias já se mostravam um tanto quanto resignadas com a preponderância da opção industrialista nacional, embora estivessem dispostas a levar a cabo uma acirrada luta intra-burguesa pela preservação de seus interesses particulares e espaços de poder. O chicote da concorrência capitalista açoitava as costas da sociedade brasileira ou, mais exatamente, as dos setores expropriados e em vias de expropriação. Incontáveis foram as tragédias pessoais e coletivas que tiveram como protagonistas os setores populares na brusca e acelerada transição de uma secular formação social agrária para um jovem Brasil de caráter urbano-industrial. A saga das longas migrações internas do país, que ainda hoje continua, impressiona por sua brutalidade e dramaticidade.

Em face dessa necessidade de manutenção do ímpeto industrialista em um contexto político de “equilíbrio estático”¹²⁵⁵ entre, de um lado, um enrijecido e “assustador” proletariado e, de outro, uma orgânica e fortalecida, porém não *hegemônica*, burguesia industrial, o bonapartismo se apresentava ainda como a forma adequada e necessária para a dominação burguesa no Brasil. A *via bonapartista da modernização capitalista* teria que continuar, assim, seu longo percurso no país. Agora, entretanto, seria impelida a adotar, mais uma vez, outra configuração. Diante de uma classe dominante com *incapacidade hegemônica*, e em um momento em que os laços da economia nacional com o imperialismo se mostravam relativamente afrouxados em função do fim ainda recente da hecatombe bélica, o incontornável peso político-social das massas populares colocava para o capitalismo brasileiro a necessidade de que fossem elas o principal sustentáculo do novo regime em construção, obrigatoriamente baseado no sufrágio universal. Também dirigido por um aparelho estatal burocrático relativamente autonomizado, o novo regime político, com o fim do seu primeiro governo (ainda inspirado nos aspectos mais reacionários do Estado Novo), se inclinaria levemente “à esquerda”. Desse modo, a manutenção da exploração capitalista, a partir de meados do Segundo Governo Vargas (1951-1954), implicaria em uma não desprezível compensação material para as massas populares, as quais necessitariam serem aduladas pela *cúpula burocrática dirigente* do Estado com políticas sociais universais (ou quase universais),

¹²⁵⁵ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Volume III, *Op. cit.*, p. 60-61.

esporádicos aumentos salariais “ou, mesmo, uma esperança de dias melhores”.¹²⁵⁶ – o que, entretanto, não impediu o aumento da taxa de exploração da força de trabalho, devido ao próprio aumento da produtividade industrial no período. O novo regime político, assim, não seria totalmente distinto do projeto ensaiado por Vargas nos últimos anos de sua ditadura. Evidentemente, por precaução burguesa, a nova configuração política encontrou-se, entretanto, dotada de mais elementos controladores do proletariado do que talvez estivesse previsto na abortada proposta varguista. De todo modo, se o “César” foi derrubado porque estava indo longe demais em sua aproximação com as massas populares, foi necessário à burguesia brasileira, porém, submeter-se novamente a uma forma de dominação *cesarista*; agora, entretanto, a uma espécie de *cesarismo sem César*, para utilizarmos aqui outra sugestiva idéia de Gramsci.¹²⁵⁷

Promulgada sob a presidência do Marechal Dutra (1946-1951) – que assumiu o cargo por eleição direta após o breve interregno presidencial de José Linhares, presidente do Superior Tribunal Federal (STF) – a Constituição de 1946 consagrava certas liberdades democráticas (já presentes na Carta de 1934) e adicionava outros postulados como as eleições diretas para todos os cargos (federais, estaduais e municipais) do Executivo e do Legislativo. Discutida, redigida e aprovada por uma Assembléia Constituinte eleita, ela também, por sufrágio universal direto, a Carta de 1946 mantinha a legislação social firmada pelo Estado Novo (condensada na CLT), e preservava também, de forma praticamente intacta, a estrutura sindical corporativista, de matriz fascista, do velho regime – o direito de greve foi, contudo, restabelecido, embora recebesse por meio de um decreto presidencial de Dutra (9.070), fixado anteriormente à Constituição, uma série de aditamentos que juridicamente limitavam seu exercício pleno. Lembrando o caso da Constituição francesa de 1848, vale mencionar ainda que a Carta de 1946 foi elaborada enquanto o aparelho de estado tratava de, por meios “excepcionais” – quase ordinários por aqui –, garantir a “democracia” que se dizia estar em construção: “Enquanto se desenrolava o trabalho da Constituinte, houve censura a rádio, suspensão de jornal, intervenções em sindicatos, repressão policial a manifestações de trabalhadores e invasão de dependências de partido político, com prisão de alguns de seus membros”.¹²⁵⁸

Combinando, mais uma vez, reformismo social e corporativismo sindical, a nova Carta constitucional brasileira fornecia as bases jurídicas para a continuidade da estratégia bonapartista/populista de incorporação controlada das massas à esfera pública nacional. O binômio “repressão-reformas” continuaria como o pilar da política estatal em relação aos

¹²⁵⁶ WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 82.

¹²⁵⁷ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. *Op. cit.*, volume III, p. 77.

¹²⁵⁸ ALMINO, João. *Os democratas autoritários: liberdades sindicais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

trabalhadores, mas a dosagem dos elementos seria visivelmente alterada em relação ao Estado Novo, sem, entretanto, chegar a ser invertida. Mantendo-se – como não poderia deixar de ser – determinantes para a vigência da dominação político-social burguesa, os aspectos coercitivos seriam, entretanto, significativamente abrandados na nova configuração bonapartista, ao passo que os aspectos consensuais seriam sensivelmente intensificados. O regime mudou. O bonapartismo mudou. Não se tratava mais da variante *semifascista* manifesta pela ditadura *estadonovista*. A força dos trabalhadores forçou a compungida burguesia a ceder, ainda que pouco. Como sempre, era necessário manter a ordem, a que preço fosse. Mais uma vez, *para que tudo ficasse como estava, era preciso mudar* (segundo o célebre adágio de Lampedusa).¹²⁵⁹

Inspirando-nos nas análises de Trotsky sobre os “bonapartismos *sui generis*” latino-americanos dos anos 30, pensamos que o regime político brasileiro do 1946-1964 (mantidas todas as suas não poucas particularidades e excluído o período do Governo Dutra) se aproximou do que o revolucionário russo nomeou como um *semibonapartismo democrático* (isto é, um bonapartismo de tipo “semidemocrático”).¹²⁶⁰ Segundo Trotsky, nessa modalidade de “esquerda” dos “bonapartismos *sui generis*” – os quais, no quadro da crise do mercado internacional, proliferavam no continente – o aparelho governamental, “manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões”, ganhava a possibilidade de dispor “de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros”.¹²⁶¹ Oscilando “entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado”,¹²⁶² esse tipo de bonapartismo (“de índole particular”)¹²⁶³ lançava mão de uma política de controle sobre os sindicatos que teria por objetivo realizar duas tarefas primordiais do regime: “atrair a classe operária, para assim ganhar um ponto de apoio para a resistência contra as pretensões excessivas por parte do imperialismo, e ao mesmo tempo disciplinar os mesmos operários colocando-os sob controle de uma burocracia.”¹²⁶⁴ Em suma, os *semibonapartismos democráticos* seriam regimes políticos burgueses que buscariam conter a ameaça proletária fazendo uso *preferencialmente* de métodos reformistas, sem abdicarem, obviamente, da utilização (“moderada”) dos sempre determinantes expedientes coativos.

A nosso ver, com a exceção do Governo Dutra (que praticamente fez uso só da coerção para com os trabalhadores), em todo o restante do período que se estendeu até 1964 é possível encontrarmos, em maior ou menos grau, as características do tipo de dominação

¹²⁵⁹ LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi. *O leopardo*. *Op. cit.*

¹²⁶⁰ TROTSKY, L. “Discusion sobre America Latina”. *Op. cit.*, p. 124. Tradução nossa. Ver o Capítulo II.

¹²⁶¹ TROTSKY, L. “La industria nacionalizada...”. *Op. cit.*, p.163-164. Tradução nossa.

¹²⁶² *Idem.*

¹²⁶³ *Idem.*

¹²⁶⁴ TROTSKY, L. “Los sindicatos en la era...”. *Op. cit.*, p. 174. Tradução nossa.

semibonapartista democrática descrita sinteticamente acima. Nessa fase *semidemocrática* do bonapartismo brasileiro, a relação particular da relativamente autonomizada *cúpula burocrática dirigente* com as massas populares – isto é, a manobra/manipulação destas por aquela – correspondia a necessidades fundamentais da etapa em que se encontrava a modernização burguesa do Brasil. Assim, tal tipo de incorporação controlada das massas, dotada agora de uma intensificação dos elementos consensuais, aparecia, naquela conjuntura, como a forma mais adequada (ainda que um pouco incômoda para as frações burguesas) de manutenção da ordem social capitalista. Do mesmo modo, a manobra das massas – sim, as massas podem ser manobradas! – funcionava, em muitos casos, como um instrumento de que se servia a fração industrial tanto para negociar em melhores condições com o imperialismo (buscando, assim, auferir mais ganhos e espaço dentro dos quadros de uma dependência estrutural), quanto para levar a cabo suas disputas intra-burguesas com as frações agrárias e comerciais da classe dominante. A manobra das massas populares mostrou-se, assim, essencial para a continuidade e consagração do projeto industrialista no pós-1945, o qual manteria a burguesia industrial dotada de sua “função hegemônica” ao longo do populismo.

Faz-se importante ressaltar aqui, entretanto, que a utilização política da mobilização controlada das massas por parte da burguesia industrial não se fazia diretamente por esta burguesia, isto é, não era levada a cabo pelas representações políticas propriamente burguesas, as quais, na verdade, em consonância com sua base social, rechaçavam, em sua maioria, qualquer aproximação política com o proletariado, ainda mais em se tratando de uma aproximação de caráter mobilizatório. Essa mobilização necessitava, assim, de uma mediação bonapartista. A dinâmica sócio-política era, portanto, altamente dialética. Cabia ao aparelho burocrático estatal relativamente autonomizado face às frações burguesas conduzir e operacionalizar, a despeito destas últimas (ou até mesmo contra elas), a manobra política das massas populares, a qual, até determinado nível e mantida sob controle, acabava por favorecer os interesses dos industriais (seja em suas barganhas com o capital estrangeiro, seja em suas disputas com os interesses agraristas ou, muitas vezes, em ambos os casos ao mesmo tempo). Convém lembrar ainda que o grau de intensidade dessa mobilização de massas efetuada pelo aparelho estatal brasileiro foi bem inferior ao verificado em outras experiências populistas latino-americanas, assim como em outros bonapartismos “de esquerda” existentes na periferia do capitalismo. De certa forma, o grau aqui atingido foi, digamos, proporcional ao nível de rejeição da burguesia brasileira a qualquer tipo de mobilização popular, por mais controlada que esta fosse – o que só ilustra, portanto, o caráter sempre relativo da autonomia de que dispõe o aparelho estatal bonapartista em face da classe dominante, não tendo podido ele ir muito longe em suas mobilizações populares controladas.

O instrumento de que se serviria a cúpula bonapartista nessa sua tarefa de mobilização controlada das massas seria, via de regra, o *frente-populista* PTB, que pode ser visto como o partido do regime por excelência (ou seja, o *partido bonapartista*). Com a aliança estabelecida com o PCB a partir da morte de Vargas (1954), o PTB obteria um significativo êxito em trazer as massas populares para o que era uma espécie de bloco político bonapartista (ou “bloco-histórico populista”),¹²⁶⁵ composto por “um campo civil-militar nacional-popular”, do qual participavam, além dos próprios *petebistas* e *pecebistas*, “segmentos militares – oficiais e subalternos – nacionalistas, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) etc.”.¹²⁶⁶ Neste “campo” – considerou o historiador Renato Lemos –, “constituiu-se uma zona de interseção de vários matizes do nacionalismo com o reformismo, aliado frequentemente ao PCB”.¹²⁶⁷ Em oposição a este “campo civil-militar nacional-popular” – e, portanto, a nosso ver, em oposição ao bloco político bonapartista – teria se erigido um “campo civil-militar liberal e integracionista [em relação ao capital estrangeiro]”, abertamente “elitista e antipopular”, que incluía a União Democrática Nacional (UDN), partidos menores e segmentos da oficialidade militar”, além de entidades “como a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)”.¹²⁶⁸ Neste campo – segundo Lemos –, “a defesa do liberalismo econômico combinou-se com o anticomunismo para engendrar um antiliberalismo político, traduzido na vocação golpista da UDN”.¹²⁶⁹

Nossas considerações sobre a presença das massas populares no bloco político pró-regime nos impelem a responder, ainda que muito rapidamente, a seguinte questão (apresentada e já um pouco debatida no capítulo anterior): teria a classe trabalhadora, ao longo do período 1946-1964, se portado subjetivamente (ideológica e politicamente) como “*massa*” – isto é, como uma classe social desprovida de consciência de classe –, tal como propuseram os teóricos do populismo?¹²⁷⁰

O movimento sindical do período *semidemocrático* do bonapartismo brasileiro pode ser, talvez, um bom parâmetro para refletirmos sobre a indagação acima. Como vimos no capítulo anterior, trabalhos históricos realizados nas últimas duas décadas – em sua maioria de inspiração *thompsoniana* – procuraram se opor à noção (pejorativa) de “sindicalismo populista”, elaborada por Weffort e adotada por muitos estudiosos do tema. Por conseguinte,

¹²⁶⁵ Sobre as relações entre o “cesarismo varguista”, o trabalhismo, o PTB e o “bloco-histórico populista”, ver o teoricamente refinado trabalho de MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica nos anos 60*. *Op. cit.*, p. 23-39.

¹²⁶⁶ LEMOS, Renato. “Contra-revolução e ditadura no Brasil. Elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964”. *Op. cit.*, p. 6.

¹²⁶⁷ *Idem.*

¹²⁶⁸ *Idem.*

¹²⁶⁹ *Idem.*

¹²⁷⁰ Como antecipamos em nota de rodapé no início deste capítulo, utilizamos agora o termo “*massa*” em outro sentido.

os autores desses trabalhos esgrimiram a tese de que a classe trabalhadora brasileira do período 1946-1964 teria apresentado uma legítima consciência de classe. Vimos também que determinado grupo de historiadores dentre esses autores consideraram que tal consciência de classe teria sido pautada pela lógica da “luta por direitos” (luta por “cidadania”). Dando seqüência à discussão feita no capítulo anterior, reafirmamos que os trabalhos realizados especificamente por esse grupo de historiadores (por nós denominados de historiadores *campineiros*) mostraram-se exitosos em parte, *e só em parte*.

Com efeito, Weffort expôs uma visão reducionista sobre o sindicalismo do período, apresentando-o como totalmente subsumido à estrutura e lógica corporativistas.¹²⁷¹ Aprofundando as investigações empíricas, vários estudos contemporâneos, como mostramos, evidenciaram a existência de uma série de ocasiões em que os trabalhadores se mobilizaram e se organizaram para além dos limites impostos pelo Estado.¹²⁷² A apreensão reducionista de Weffort é perceptível também em sua subestimação analítica dos organismos intersindicais dos anos 1955-1964, tomados pelo autor como meros complementos dos sindicatos oficiais, junto com os quais conformariam a “estrutura dualista” do “sindicalismo populista”.¹²⁷³ Enquanto os organismos intersindicais como o CGT, PUA etc. seriam responsáveis pela mobilização das massas em prol dos interesses políticos do varguismo/trabalhismo, aos últimos caberia fundamentalmente a função de controle dos trabalhadores. Na verdade, não é necessário envidarmos muitos esforços investigativos para notar como, contrariamente à limitada visão apresentada por Weffort, as “organizações paralelas” dos últimos dez anos do regime *semibonapartista democrático* expressaram um inegável avanço político-organizativo dos trabalhadores brasileiros, oferecendo mais fôlego e força para suas lutas de classe.

Entretanto, buscando escapar de um olhar histórico sempre positivado sobre a classe trabalhadora – o qual não exprime senão um procedimento fetichista de análise (e até mesmo populista, no sentido mais comum do termo) –, há que reconhecer que a maior parte das ações empreendidas pelos trabalhadores por fora das estruturas do sindicalismo oficial (como as já mencionadas comissões por local de trabalho e, mais especificamente, as comissões de fábrica) não logrou se apresentar – e talvez não tenha sido nem mesmo essa a intenção da maioria de seus organizadores – como uma alternativa permanente à estrutura sindical vigente, propondo

¹²⁷¹ WEFFORT, F. C. “Os sindicatos na política” (Brasil: 1954-1964). *Op. cit.* e _____. WEFFORT, Francisco. “Origens do sindicalismo populista no Brasil”. *Op. cit.*, entre outros trabalhos do mesmo autor.

¹²⁷² COSTA, Hélio da. *Em busca da memória...Op. cit.* e MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. *Op. cit.*, entre outros trabalhos na mesma linha. Com recortes regionais, porém com proposições analíticas mais gerais, recentes pesquisas vêm sendo realizadas sobre as organizações dos trabalhadores para além do espaço do trabalho propriamente dito. Ver, por exemplo, LEAL. Murilo. *A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”. Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964)*. (tese de doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2006 e GUEDES. Marco M. Pestana de A. “A atuação da União dos Trabalhadores Favelados e a consciência da classe trabalhadora carioca”. Comunicação apresentada ao *Colóquio Marx e os marxismos*. Niterói: UFF, 2011.

¹²⁷³ WEFFORT, F. C. “Os sindicatos na política” (Brasil: 1954-1964). *Op. cit.*, principalmente.

substituí-la. Diferentemente de outros países latino-americanos, como Bolívia e Chile, não chegamos a ter por aqui nada parecido com os conselhos populares ou outras formas de “duplo poder” construídas pela classe trabalhadora. Do mesmo modo, pode-se dizer que, não obstante terem significado um considerável avanço político-organizativo para os trabalhadores, as “organizações paralelas” do sindicalismo brasileiro não ultrapassaram uma perspectiva política de cunho “nacional-reformista”, adepta da “colaboração de classes” e da aliança com as direções estatais inclinadas mais “à esquerda” (populistas). Se é verdade que a simples existência desses organismos intersindicais (em especial a do CGT) provocou uma crise na forma de dominação vigente – já que os trabalhadores se organizavam para além dos limites permitidos pelo Estado, quebrando aquilo que alguns intérpretes chamaram de “pacto populista” –, tal fato, contudo, nos parece ter sido decorrente mais dos fortes limites do politicamente inelástico capitalismo brasileiro (que, como bem colocou Florestan Fernandes, não parece ser capaz de suportar sequer as “pressões dentro da ordem”)¹²⁷⁴ do que propriamente de um suposto caráter radical (disruptivo) apresentado por aquelas “organizações paralelas”.

Assim, se evitarmos a problemática e silogística identificação entre as noções de consciência de classe e consciência revolucionária, é possível dizer que, sob o período 1946-1964, os trabalhadores brasileiros se apresentaram, sim, dotados de uma consciência de classe. Contudo, diferentemente de alguns investigadores, não vemos problemas em, na qualidade de cientistas sociais, proferirmos avaliações sobre o tipo de consciência apresentada pelos trabalhadores em determinadas situações históricas. Não há porque nos furtamos a expor as limitações subjetivas do proletariado em dadas conjunturas. Assim, de um ponto de vista mais geral, a consciência dos trabalhadores sob o período populista nos parece não ter superado um *classismo* de ímpeto *reformista*, tendo ficado, portanto, cingida ao universo ideológico do capital. Não foi além. As idéias revolucionárias tiveram uma baixíssima audiência entre os trabalhadores organizados, não conseguindo ocupar senão um espaço marginal entre eles. Em termos político-programáticos, a crença em uma colaboração entre as classes, e não em seu antagonismo estrutural, foi o que orientou a maior parte das elaborações e propostas do movimento operário brasileiro de então.

A questão das direções políticas do movimento operário se mostra, aqui, incontornável, e o argumento que responsabiliza o PCB pelas limitações político-subjetivas apresentadas pelos trabalhadores sob a fase “democrática” do populismo nos parece ser irretorquível. Rios de tinta já foram gastos com isso e não há necessidade de nos estendermos muito aqui. No essencial, tanto as pequenas organizações trotskistas do pós-1945, quanto os teóricos do

¹²⁷⁴ FLORESTAN, Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil. Op. cit.*, p. 329.

populismo – entre outros autores, como Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini –, estiveram certos em suas avaliações.¹²⁷⁵ Como representantes maiores do principal partido operário do pré-1964, os dirigentes do PCB merecem dos historiadores marxistas, pensamos, o mais alto respeito humano e, ao mesmo tempo, a mais severa crítica política. O itinerário político em grande parte equivocado do partido não pode obscurecer a ilimitada abnegação da maioria de seus quadros dirigentes, movida pela causa mais nobre do nosso tempo. Não à toa, Prestes foi e continua sendo o nome mais importante da história do socialismo brasileiro, e talvez um dos homens mais importantes do país no século em que este se tornou efetivamente uma nação moderna. Prestes e a maioria dos dirigentes *pecebistas* foram militantes de uma fé política inabalável, e não há nada em suas turbulentas e sofridas trajetórias que possa colocar em xeque a sua integridade moral.¹²⁷⁶ Todavia, por *dever de ofício*, nos cabe aqui a tarefa da crítica. Vamos a ela, pois de nada serve para a esquerda do presente minimizar seus erros do passado.

Depois de terem colocado o partido a serviço da “ordem e tranquilidade” nos anos transicionais de 1945-1946, os dirigentes *pecebistas* seriam um tanto quanto surpreendidos pela cassação do registro eleitoral do partido em maio de 1947 e a conseqüente extinção dos mandatos de seus parlamentares em janeiro de 1948. Nos espaços sindicais, a atuação do PCB já vinha sendo alvo de duros ataques por parte do ministério do Trabalho (que interveio em mais de 500 sindicatos sob o Governo Dutra) e da polícia política; na verdade, em relação ao movimento operário e sindical, a ação do primeiro governo do novo regime pouco se diferiria daquela levada a cabo nos piores anos da recém-extinta ditadura. Nesse início da “Guerra fria” no país, o partido, rejeitado e acuado pelos quadros políticos à frente do aparelho estatal, passaria a adotar uma postura agressiva em relação ao *status quo* vigente. Em uma repentina inflexão “esquerdista”, o PCB, que antes concebera o Governo Dutra como um governo de “união nacional”, tachava-o agora de um governo de “traição nacional”. As novas diretrizes sindicais orientariam os militantes a abandonarem os sindicatos oficiais e construírem outros à margem do MTIC.¹²⁷⁷ Em palavras, chegou-se a falar na necessidade de se desencadear a luta armada no país (“Manifesto de agosto de 1950”), embora, paradoxalmente, tal expediente tático estivesse ainda a serviço de uma estratégia “etapista” do processo revolucionário brasileiro,¹²⁷⁸ nunca abandonada pelos *pecebistas*. A mesma linha política continuaria vigente

¹²⁷⁵ Ver a Introdução à segunda parte e o Capítulo III.

¹²⁷⁶ E isto não é algo de menor relevância, já que, por exemplo, não é extensivo a muitos dos homens de proa daquele que seria, a partir da década de 1980, o outro grande partido da esquerda brasileira.

¹²⁷⁷ Helio da Costa mostrou, entretanto, que muitos dos militantes comunistas não abandonaram efetivamente os sindicatos oficiais, praticando, assim, uma dupla militância sindical (nas entidades oficiais e não-oficiais). (COSTA, Hélio da. “Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953)”. *Op. cit.*).

¹²⁷⁸ PCB. “Frente Democrática de Libertação Nacional” (agosto de 1950) in CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964)*. Vol. II. *Op. cit.*, p. 108-112.

sob o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), personagem agora denominado pelos comunistas como um “instrumento servil do imperialismo norte-americano”.¹²⁷⁹

Embora o partido tenha se colocado em oposição feroz a Vargas até sua morte em agosto de 1954, a extinção pelo MTIC, em 1952, do “atestado de ideologia” aproximaria no plano sindical os comunistas da esquerda *petebista*, anunciando a aliança política populista do próximo período. A partir do frustrado “golpe de Estado” de 1954 e, sobretudo, do “relatório Krushev” (1956), o PCB entraria em sua fase politicamente mais “oportunista” – e o próprio Prestes o admitiria mais tarde: “Na ânsia de criticar os erros de esquerda, acabamos caindo, entre [19]56 e [19]60, em posições liberais e direitistas”.¹²⁸⁰ Expostas na famosa “Declaração de março de 1958”,¹²⁸¹ as teses do partido deixariam ainda mais esquemáticos o “dualismo” e o “etapismo” que orientavam, respectivamente, a visão sobre a realidade brasileira e a estratégia proposta para sua transformação. No que diz respeito à política de alianças, a inflexão foi, mais uma vez, brusca. Os herdeiros do varguismo e outros expoentes do nacionalismo populista, tidos agora como representantes de uma suposta “burguesia nacional progressista”, passaram a ser vistos como aliados imprescindíveis para a etapa “democrático-burguesa” da revolução brasileira. Foi aumentada a dosagem do pacifismo e o caminho para o socialismo – só considerado possível depois de realizada a anterior etapa capitalista – aparecia agora claramente como resultado de um evolutivo acúmulo de reformas “democráticas” por dentro da ordem vigente. As novas diretrizes partidárias indicavam claramente uma aproximação com os setores “nacionalistas” e “democráticos” das Forças Armadas, enquanto que no movimento sindical, apesar do empenho do partido na construção dos tais organismos intersindicais, a aliança com os trabalhistas de esquerda implicava, na prática, em uma aceitação, ainda que verbalmente crítica, da estrutura sindical corporativista. Em suma: os comunistas enredaram-se por completo no discurso “nacional-desenvolvimentista”, o qual pode ser visto como a ideologia correspondente aos últimos dez anos do *semibonapartismo democrático* – anos estes em que, na verdade, erodiam gradativamente as bases histórico-sociais daquela variante “de esquerda” do bonapartismo.

O Governo Kubitschek (1956-1961), responsável pela acelerada internacionalização da economia brasileira, seria dividido pelas análises *pecebistas* em duas alas: uma “reacionária” e “imperialista”, outra “patriótica”, porém “vacilante”.¹²⁸² Já o efêmero Governo Jânio Quadros (1961) seria duramente denunciado nos documentos partidários em

¹²⁷⁹ BOITO JR., Armando. *O golpe de 1954: A burguesia contra o populismo*. *Op. cit.*, p. 16.

¹²⁸⁰ MORAES, Dênis de e VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e autocríticas*. *Op. cit.*, p. 152.

¹²⁸¹ PCB. “Declaração sobre a política do PCB” (março de 1958) in CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964)*. Vol. II. *Op. cit.*, p. 177-196.

¹²⁸² PCB. “A situação política e nossas tarefas atuais: resolução do CC do PCB” (abril de 1957) in CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964)*. Vol. II. *Op. cit.*, p. 165-175.

função de seu caráter “reacionário”, embora os comunistas tenham feito questão de defender sua “política externa independente” e se prontificado a apoiar suas possíveis medidas “progressistas”.¹²⁸³ Fora oficialmente do governo de *frente popular* de Goulart (1961-1964), o PCB ofereceu-lhe ampla colaboração, procurando empurrá-lo à esquerda. Atuando como uma espécie de “*frente popular de combate*”,¹²⁸⁴ o partido buscou canalizar as mobilizações populares para o apoio à plataforma governamental, sobretudo depois da guinada à esquerda de Goulart no segundo semestre de 1963, quando as chamadas “reformas de base” tornaram-se sua prioridade política. As múltiplas greves e mobilizações populares nas quais o partido estava à frente – muitas delas animadas pelas “organizações paralelas” encabeçadas pelos comunistas – não deveriam, segundo a cúpula *pecebista*, ter como alvo o governo reformista de Jango ou mesmo o conjunto da burguesia brasileira, e sim apenas uma parcela “entreguista” desta, aliada aos latifundiários e ao imperialismo.

As lutas de classe não deveriam sair do controle, sob risco de atrapalharem o curso evolutivo de uma revolução que deveria estacionar em seu estágio “democrático” e “antiimperialista”. A crença no “caminho pacífico” da transformação social do país expressou-se, nos anos 60, de maneira demasiado ingênua, justamente quando se desenvolvia a olhos vistos a escalada golpista da classe dominante. Sob o instável governo de Jango, o PCB assumiu decididamente o papel de ala esquerda do regime *semibonapartista democrático*, o qual estava prestes a soçobrar devido às contradições que acirrava. É verdade que, mesmo tendo a direção comunista se esforçado para não radicalizar a situação – e assim, segundo ela, evitar um golpe da direita –, a atuação de massas do partido não fez senão tornar pletórico o temor burguês que impulsionaria o 31 de março de 1964. Contudo – mais uma vez – as razões para isto devem ser buscadas mais no caráter limitado do capitalismo brasileiro do que propriamente em supostas posições “revolucionárias” adotadas pelo PCB na primeira metade da década de 1960. Assim, não consideramos exagerado afirmar que, quando os tanques de Mourão Filho saíram de Minas Gerais para depor o governo e o regime, encontraram o caminho aberto graças, entre outros fatores, à política aplicada pelo PCB nos último período. Inebriado pela querela pacifista e esperançoso em uma resistência por parte da ala “nacionalista” e “democrática” das Forças Armadas, o proletariado, física e politicamente desarmado, não resistiu. Em depoimento dos anos 80, Prestes declararia abertamente que as posições partidárias nos anos que antecederam o golpe “alimentavam a passividade”: “Apoiados na resolução de 58 [...] nós não nos preparamos para enfrentar o golpe, embora

¹²⁸³ PCB. “Os comunistas e o governo de Jânio Quadros” (março de 1961) in CARONE, Edgard. *O PCB* (1943-1964). Vol. II. *Op. cit.*, p. 234-244.

¹²⁸⁴ A categoria foi utilizada por Moreno para se referir ao papel desempenhado pelo grupo lambertista Organização Comunista Internacionalista (OCI) sob os primeiros anos do governo de Mitterrand na França (1981-1995) (MORENO, N. *Os governos de frente popular na história. Op. cit.*).

tivéssemos ainda relativa influência nas Forças Armadas”.¹²⁸⁵ A verdade é que as resoluções partidárias pouca consonância tinham com a realidade do dependente capitalismo brasileiro e, como já disse certa vez Trotsky, *se o papel aceita tudo, a história não*. A burguesia e a tal “revolução democrático-burguesa” estiveram sempre por aqui em um eterno desencontro. O preço pago em função dos equívocos políticos da esquerda brasileira foi caro. Muito caro. A militância *pecebista* e o restante dos setores organizados da classe trabalhadora o sentiriam na pele.

Por fim, procurando concluir este breve ensaio, gostaríamos apenas de listar alguns elementos que podem melhor sustentar nosso argumento (hipotético ainda) que embala a análise desse último período abordado. Prossigamos.

Ao sugerirmos que o regime político *não-hegemônico* vigente entre a queda do Estado Novo e o Golpe de 1964 foi um tipo de *semibonapartismo democrático*, dizemos, logicamente, que o mesmo não se constituiu em uma forma de dominação *hegemônica*, de cunho democrático-burguês. No plano puramente conceitual com o qual viemos trabalhando, esta sentença, além de tautológica, é, em termos abstratos, auto-explicativa e, portanto, óbvia. Trazendo-a para o chão histórico, nos cabe, entretanto, apresentar alguns argumentos históricos que justifiquem sua validade para o caso concreto abordado.

Não houve uma “hegemonia” propriamente dita entre 1946-1964. Nesse período, nenhuma das frações da classe dominante logrou apresentar *seus interesses particulares como interesses gerais da nação*. Negando a luta de classes e proclamando o Estado como uma entidade *neutra, arbitral e benevolente* para com os mais humildes, a ideologia pequeno-burguesa do populismo, responsável, em parte, pelo êxito da manobra estatal das massas, mostrou-se, é verdade, extremamente funcional para a preservação da ordem burguesa. Gerando um clima de relativa “colaboração” entre as classes sociais, ela permitiu que fosse continuada e acelerada a modernização industrial retardatária do país. Essa ideologia foi, portanto, de tamanha utilidade para a burguesia brasileira (em especial para a sua fração industrial, que manteve em suas mãos a “função hegemônica” adquirida sob o Estado Novo). Não há como negá-lo. Mas essa ideologia não foi, decerto, uma ideologia burguesa. Pelo contrário, as diversas frações burguesas (inclusive a industrial), todas geneticamente antipopulares, jamais a viram com bons olhos, e procuraram sempre formular suas próprias ideologias (autoritárias, liberal-oligárquicas, liberal-autoritárias etc.). Os aspectos reformistas do ideário populista não foram formulados pelos *intelectuais orgânicos* da burguesia brasileira e, como antecipamos, não foram aceitos de bom grado por esta. Não poucas vezes, seu setor politicamente mais reacionário, em especial aquele alocado na oposição ao regime

¹²⁸⁵ MORAES, Dênis de e VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e autocríticas*. Op. cit., p. 152.

(UDN, IPES, IBAD), identificou os traços “nacional-reformistas” do populismo com o marxismo de extração mais radical. Em uma palavra, a ideologia que, no Brasil do 1946-1964, conseguiu penetrar em amplos setores populares não foi uma ideologia nascida de nenhum segmento burguês em particular, e nem mesmo elaborada ou introjetada pelo conjunto da classe dominante. Na verdade, as idéias que, sob o recorte temporal em questão, mais perto chegaram de serem vistas como expressivas do *interesse geral da nação* foram as idéias populistas, isto é, as idéias formuladas e propagadas pelo aparelho estatal bonapartista (ou seja, um aparelho estatal relativamente autonomizado em face da classe dominante).

Diretamente relacionado a isso, está o fato de que, a nosso ver, nenhum dos presidentes que governaram entre 1946-1964 – e aqui excluimos da análise os efêmeros governos-tampões de José Linhares (1945-1946), Café Filho (1954-1955), Nereu Ramos (1955), Carlos Luz (1955) e Ranieri Mazzilli (1961) – podem ser considerados como representantes *diretos* de alguma fração burguesa em especial. Favorecendo este ou aquele segmento burguês em particular e governando, sem dúvida, para o conjunto dos interesses capitalistas, Dutra, Vargas, JK, Jânio, Jango e suas respectivas equipes governamentais dispuseram, em maior ou menor grau, de uma perceptível “autonomia relativa” face à classe dominante. É bem verdade que muitos dos ministros daqueles governos atuaram como representantes políticos *diretos* desta ou daquela fração burguesa, mas, de um modo geral, e talvez justamente pelo conflito intra-burguês travado por eles no seio das equipes governamentais, preservou-se sempre uma “autonomia relativa” destas em relação aos diversos estratos da burguesia. O forte peso político, no interior dos governos populistas, da burocracia de Estado e das Forças Armadas muito contribuiu, sem dúvida, para tal “autonomia relativa”. Não estamos falando aqui, vale ressaltar, de um certo nível de autonomia governamental do qual sempre dispõe minimamente o chefe de Estado na condição de comandante-mor da máquina pública (mesmo quando é ele o representante *direto* de determinada fração burguesa), mas sim de uma elevada “autonomia relativa” das equipes burocráticas governamentais, o que, no caso em questão, não era senão resultante de terem estado todas elas à frente de um aparelho estatal que se encontrava, ele próprio, relativamente autonomizado em face de todas as classes e frações de classe. Provavelmente, a constante e ostensiva participação, entre 1946-1964, dos próprios militares no processo político – o que, nos regimes *hegemônicos* europeus e norte-americano, por exemplo, só verificou-se em situações excepcionais (guerra, pós-guerra, “reconstrução nacional” etc.) – possa ser mais uma expressão do alto grau de “autonomia relativa” atingida pelo aparelho estatal (mais precisamente, de seu *núcleo duro burocrático-militar*).

Supomos, também, que o fato da dominação populista não exprimir, ao nível do aparelho estatal, uma forma de representação *direta* entre a burguesia e o poder político pode ajudar a explicar, outrossim, o caráter politicamente instável do regime de 1946-1964. Surgido a partir de um golpe de Estado, e solapado por outro, o *semibonapartismo democrático* brasileiro foi sacudido ainda por outras cinco frustradas tentativas sediciosas: agosto de 1954 (suicídio de Vargas), novembro de 1955 (tentativa de impedir a posse de JK), fevereiro de 1956 (Jacareacanga), dezembro de 1959 (Aragarças) e agosto/setembro de 1961 (tentativa de impedir a posse de Jango). Desde 1954, e incluindo os próprios acontecimentos de agosto deste ano, muitas das crises políticas que se verificariam na última década do populismo não seriam apenas *crises de governo*, mas se mostrariam também como *crises de regime*. Portanto, talvez seja um pouco arriscado – e até mesmo equivocado – chamar de *hegemônico* um regime político marcado por tamanho grau de instabilidade. Mas isto é, ainda – reiteramos –, apenas uma suposição a ser melhor investigada e discutida com outros historiadores do Brasil contemporâneo e demais especialistas no período.

Aproveitando-nos dos argumentos expostos acima, continuamos: não houve uma democracia propriamente dita sob o populismo de 1946-1964. Não se trata aqui de, idealizando o conceito de democracia a partir de um apego ao seu significado semântico (“poder do povo”, “soberania popular” etc.), afirmar que sob o capitalismo não pode existir democracia. Acreditamos que já esclarecemos essa questão em nossa prévia (e breve) polêmica com Losurdo.¹²⁸⁶ O que queremos dizer é que o regime vigente no Brasil entre o fim da ditadura *estadonovista* e a ditadura militar implantada em 1964 não foi nem mesmo uma democracia burguesa. Recorrendo novamente à relação que propusemos entre “hegemonia” e regimes democrático-burgueses,¹²⁸⁷ pensamos que o regime do 1946-1964 não foi uma forma de dominação em que possa ser encontrada uma combinação relativamente *equilibrada* entre elementos coercitivos e consensuais (“sem que a força suplante muito o consenso”).¹²⁸⁸ É sabido entre os marxistas – ou pelo menos deveria sê-lo – que, também nos regimes democrático-burgueses – e não só nas ditaduras burguesas (fascistas, bonapartistas etc.) –, a dimensão coercitiva desempenha, em última análise, o papel determinante para a manutenção da dominação política de classe. Contudo, como relembramos linhas acima, a dosagem entre essa dimensão coercitiva e a outra, de natureza consensual, se apresenta, nas democracias burguesas, de forma relativamente *equilibrada*. É igualmente sabido que, no pós-1945, como já pontuamos, foram diminuídos na dominação populista os elementos coercitivos e, simultaneamente, intensificados aqueles de ordem consensual (o que pode ser observado,

¹²⁸⁶ Ver a Introdução à primeira parte deste trabalho (“O bonapartismo esvaziado de sentido: breves comentários sobre dois autores acadêmicos”).

¹²⁸⁷ Ver a Introdução à primeira parte deste trabalho (“‘Crise de hegemonia’ e bonapartismo”).

¹²⁸⁸ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. *Op. cit.*, volume III, p. 95.

principalmente, no que diz respeito à ampliação dos direitos sociais e políticos, traduzida na existência de uma relativa liberdade de organização política para os setores subalternos etc.). Embasados nisso, propusemos que, dentro da dominação bonapartista, operou-se uma significativa transformação em sua configuração política, uma verdadeira mudança de regime: do bonapartismo *semifascista* para o *semibonapartismo democrático*. Tal mudança havia sido ensaiada, como indicamos, desde 1942, pelo próprio “Bonaparte”. Porém, não pensamos que, nesta mudança, chegou a ser atingido o tal *relativo equilíbrio* entre os expedientes coercitivos e consensuais de dominação política, e que, portanto, tenha se chegado a configurar um tipo de regime que possa ser denominado de democracia burguesa. Em nossa opinião, os ingredientes democráticos do regime – e estes certamente existiram, influenciando, em muito, sua receita final – encontraram-se subsumidos aos outros de natureza bonapartista, o que nos levou a lançar mão da categoria de *semibonapartismo democrático*.¹²⁸⁹ Em outras palavras: a chamada “democracia populista” não foi, supomos, uma democracia burguesa. Ficou, no mínimo, um pouco aquém disto. Essa tese, aliás, já se encontra, ainda que não tão peremptoriamente exposta, na própria teoria do populismo, e a noção mesma de uma “democracia populista” é sua melhor expressão conceitual.

Insistimos nessa idéia, pois, primeiramente, vale lembrar que a estrutura sindical corporativista, consolidada pela ditadura do Estado Novo, foi preservada praticamente intacta pelo novo regime. Desse modo, os sindicatos, o mais básico espaço de organização da classe trabalhadora, continuavam submetidos ao Estado por meio de uma relação institucional de matriz notoriamente fascista. Ademais, o retorno do direito de greve, como destacamos, foi acompanhado de uma porção de dispositivos que dificultariam ao máximo seu exercício (ao menos do ponto de vista legal). Precisamente por isso, uma das maiores consignas do movimento sindical do período foi a revogação do decreto 9.070 (responsável pelo restabelecimento do direito de greve acompanhado dos tais famigerados dispositivos). Desse modo, o corporativismo sindical que, pela raiz, cortava as possibilidades de uma autonomia e liberdade sindicais, apresentou-se como a base jurídica das relações entre o Estado e as organizações dos trabalhadores no novo regime. Assim, embora não compartilhemos do modo

¹²⁸⁹ Categoria esta que, como já dissemos, foi utilizada por Trotsky para se referir ao regime/governo mexicano de Lázaro Cárdenas (1934-1940), no qual, diga-se de passagem, existiram, a nosso ver, perceptivelmente mais traços democráticos do que no regime brasileiro de 1946-1964. Eleito por sufrágio universal e entregando o cargo tranquilamente ao final de seu mandato, Cárdenas levou a cabo no país uma significativa reforma agrária (bastante avançada para os padrões latino-americanos) e um notável programa de educação popular, além de ter reconhecido ao Partido Comunista Mexicano a legalidade. Tendo chocado o imperialismo pela nacionalização das ferrovias e companhias de petróleo, o general populista concedeu asilo quase incondicional aos foragidos da república espanhola (derrubada por Franco) e para o próprio Trotsky – Cárdenas, aliás, foi o único governante mundial a conceder tal asilo! Quanto ao governo de Lázaro Cárdenas, ver GALL, Olivia. *Trotsky en México y La vida política en el período de Cárdenas (1937-1940)*. México (DF): Ediciones Era, 1991; SEVILLA, Carlos. *El bonapartismo em México. Surgimiento y consolidacion*. Extraído de <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/rap/cont/52/pr/pr10.pdf> (acessado em 29/12/2011); e IANNI, Octavio. *El Estado capitalista en la época de Cárdenas*. Op. cit.

como Weffort concebeu o conceito de democracia em seus textos de fins da década de 1970 (similar à noção da democracia “como um valor universal”), a afirmação feita por ele em um destes conhecidos trabalhos (em que abordou a questão do sindicalismo brasileiro face à estrutura sindical corporativista no período 1945-1964) nos parece perfeitamente adequada ao que queremos dizer aqui: “Não há democracia sem movimento operário independente”.¹²⁹⁰

Por fim, acrescentamos ainda três elementos que podem vir a reforçar nosso argumento.

O primeiro deles é que, embora a ditadura *estadonovista* tenha caído, seu aparato repressivo não só ficou de pé, como foi desenvolvido e aperfeiçoado pelos novos homens que estiveram à frente do aparelho de Estado. Com base na estrutura da polícia política getulista, já federalizada, foi recriada, apenas 11 dias depois da derrubada de Vargas (!), a Divisão de Polícia Política e Social (DPS) – que havia trocado de nome em agosto de 1945 para Departamento de Ordem Política e Social (DOP). Em janeiro de 1946, seria regulamentado o Setor de Fiscalização Trabalhista da DPS, cuja competência – segundo uma Portaria Reservada daquele mesmo ano – era “proceder a investigações atinentes à massa trabalhista em geral”.¹²⁹¹ Tendo mudado de nome em 1962, a DPS e seu Setor de Fiscalização Trabalhista atuaram em íntima colaboração com o Ministério do Trabalho ao longo de todo o período 1946-1964. Assim, ainda que o bonapartismo *semifascista* tenha findado em 1945, um de seus principais pilares manteve-se vivo durante todo o regime posterior, o qual se encarregou de promover regulares *updates* e *upgrades* nos organismos responsáveis pela repressão à classe trabalhadora.

O outro elemento que apresentamos aqui é o da ilegalidade do PCB. Tornando, em 1947, um partido proscrito pelo Governo Dutra (o mais reacionário do período 1946-1964), o partido de Prestes continuaria “fora da lei” sob todos os outros governos do populismo. Estamos tratando, assim, de um regime que, durante praticamente toda a sua existência, não permitiu a legalidade do mais representativo partido do proletariado brasileiro. Cabe esclarecer que não estamos nos referindo a restrições jurídicas a extremadas atividades anti-regime realizadas por partidos e organizações de esquerda (isto é, atividades concretamente subversivas, como formação de milícias operárias armadas, seqüestros políticos etc.) – o que é, de certa forma, natural nas democracias burguesas –, e sim da negação à simples existência

¹²⁹⁰ WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964” (primeira parte). *Op. cit.*, p. 9.

¹²⁹¹ MATTOS, Marcelo Badaró (coord.) [et. al.] *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. *Op. cit.*, p. 81-83 e 169-170 (Anexo).

legal de um partido operário que, sobretudo depois de 1954, deixou o mais claro possível sua defesa da democracia e dos métodos pacíficos para o alcance de suas propostas.¹²⁹²

O terceiro elemento diz respeito às próprias limitações eleitorais do regime baseado na Carta de 1946. Como já foi bastante destacado pela historiografia política do período – mas vem sendo convenientemente esquecido pelos atuais historiadores *revisionistas* –, não estavam aptos, segundo a Constituição, a participar dos processos eleitorais os analfabetos, os quais, portanto, não passavam, na prática, de uma espécie de “cidadãos de segunda categoria” (vale lembrar que, em 1960, a taxa de analfabetismo do país estava calculada em torno de 40%).¹²⁹³ Também relevante é mencionar que, pela mesma Carta constitucional, os setores subalternos da Forças Armadas eram considerados inelegíveis, enquanto que às praças de pré (salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior) estava vedado até mesmo o simples direito de voto.

Importante talvez seja ainda assinalar que, em nosso entendimento, o argumento aqui apresentado não é, na essência, distinto daquele que diz ter sido o regime de 1946-1964 a expressão, naquele contexto histórico, da democracia possível no periférico e dependente capitalismo brasileiro. Essa elaboração, pensamos, é apenas outra forma de expor a mesma idéia. Seu fundamento “heurístico” é o mesmo com o qual trabalhamos: a inaplicabilidade, naquele período, da democracia liberal, em sua forma *clássica*, em países de capitalismo *hipertardio*. Todavia, evitando alargar por demais a noção de “democracia burguesa”, aplicando-a a configurações políticas carentes de muitos de seus traços fundamentais,

¹²⁹² Essa questão nos impele a pontuar algumas rápidas críticas ao movimento historiográfico *revisionista* do Golpe de 1964, cujo principal mote é a tese de que o fim da “democracia” (sem adjetivações, segundo os *revisionistas*) existente no período 1946-1964 teria sido também de responsabilidade da esquerda brasileira (em especial do PCB): de tradição autoritária, essa esquerda “leninista” nutriria, segundo os *revisionistas*, uma visão instrumental da “democracia”, não tendo, portanto, nenhum apego a ela. Por conta disso, tal como a direita, a esquerda também teria oferecido sua contribuição política para um desfecho autoritário da crise política dos anos 60. Como pode ser visto, os *revisionistas* também atribuem ao PCB uma responsabilidade histórica por 1964, mas situam-se no vértice teórico-político oposto ao da teoria do populismo, com a qual comungamos muitos elementos. Escrevendo décadas depois, e dispondo de muitos mais arquivos e fontes, os *revisionistas* não fizeram senão promover um enorme retrocesso historiográfico. A prática da história política é antes política do que “histórica” (no sentido da investigação histórica). Pontuemos nossas críticas. Em primeiro lugar, como procuramos expor nos últimos parágrafos deste ensaio, o regime de 1946-1964 não foi uma democracia (burguesa), não sendo coerente cobrar dos comunistas, portanto, um apego e um obsequioso respeito a um regime que simplesmente não existia. Em segundo lugar, como também já expusemos, o PCB, mesmo sendo um partido proscrito pelo regime, submeteu-se, na maior parte do tempo (inclusive nos anos 60), à sua lógica e instituições, e o fez a partir da defesa categórica da “democracia” e do “caminho pacífico” da transformação social do país. Em terceiro lugar, por que motivos – ou, como preferem os *revisionistas*, em que “livro sagrado” das práticas políticas está escrito que – deveriam ter os comunistas respeitado um regime – e, como reafirmamos, ele o fizeram em demasia – que sequer lhes conferiam a legalidade ao seu partido?

¹²⁹³ DE JESUS, Marlu Pontes. “Retrato do analfabetismo no Brasil”. Extraído de <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/retrato-do-analfabetismo-no-brasil-4618882.html> (acessado em 27/03/2012).

optamos por chamar o regime político brasileiro do 1946-1964 por outro nome: chamamo-lo de *semibonapartismo democrático*.¹²⁹⁴

É essa forma particular de dominação política bonapartista que, a partir da segunda metade da década de 1950, começou a ter suas bases de sustentação gradativamente erodidas pela própria dinâmica contraditória da modernização capitalista brasileira.

O processo de internacionalização da economia brasileira, vertiginosamente intensificado sob a presidência de JK, alterou novamente a morfologia da classe dominante brasileira, produzindo a emergência de uma fração burguesa financeira mais intimamente vinculada ao capital estrangeiro.¹²⁹⁵ Conformando socialmente um bloco “multinacional e associado”, os setores mais dinâmicos da burguesia brasileira passaram a enxergar no regime vigente um óbice à adequação da economia nacional aos novos e internacionais padrões monopolistas de acumulação e reprodução do capital.¹²⁹⁶ Assumindo abertamente a condição de “sócia menor” do capital estrangeiro – que agora era volumosamente investido na periferia também por meio da implantação nela das estruturas produtivas das chamadas multinacionais – a fração burguesa financeira não estava disposta – e nem via a necessidade de – barganhar com o imperialismo melhores condições para os capitalistas nacionais. Na qualidade de obediente *vassala* do grande capital internacional – qualidade essa que lhe rendia lucros oceânicos – passou a opor-se veementemente ao populismo e sua perigosa e dispendiosa política de massas. Construindo um projeto *hegemônico* a partir da sociedade civil e do próprio aparelho de Estado (sobretudo por meio dos militares), essa nova fração burguesa – que não era senão resultado das próprias contradições do desenvolvimento capitalista proporcionado por três décadas de populismo – lançou-se de cabeça na luta contra o regime *semibonapartista democrático*.

O rápido governo de Jânio Quadros talvez possa ser pensado dentro desse contexto mais geral de um regime bonapartista que, entrando em uma série crise econômica, deparou-se com uma fração burguesa cada vez mais disposta a dominar *diretamente* o Estado.

¹²⁹⁴ “Em suma, não existia uma *democracia burguesa fraca*, mas uma *autocracia burguesa dissimulada*. Este pode parecer um retrato muito duro. Porém, qual é o retrato que se pode fazer depois de tudo que ocorreu e que está ocorrendo? Nem mesmo a “massa popular” chegou a se omitir, porque não houve “um momento de omissão histórica da massa popular”. O que houve, e os analistas do “populismo” deixam bem claro, foi “um momento de tentativa de afirmação de massa” (ou de convencimento tácito de “um novo pacto social”, como querem alguns autores), suprimido de modo insólito pela reação autodefensiva da burguesia. Portanto, o nexos poderia ter sido eliminado, *se* a história também tivesse sido diferente. Como a história não foi diferente, ele define – e muito bem – o que as classes e os estratos de classe procuravam ao liquidar as aparências “democrático-burguesas” da ordem.” (FLORESTAN, Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*. *Op. cit.*, p. 340. Grifos do autor).

¹²⁹⁵ Tomando por base a concepção de Lênin sobre o “capital financeiro” (ver LENIN, L. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. *Op. cit.*), entendemos aqui esta fração burguesa financeira como resultado da fusão (característica do estágio monopolista do capitalismo) entre as frações industrial e bancária da burguesia.

¹²⁹⁶ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado* (ação política, poder e golpe de classe). *Op. cit.* (capítulos II e III e IV).

Finalizado de forma surpreendente (como um “raio caído de um céu azul”),¹²⁹⁷ o governo de Quadros – que, tendo despertado as esperanças da direita, não se livrou da forma populista de governar – foi, portanto, resultado de um momento em que era redesenhada a “crise de hegemonia” no país. Como já mostramos no capítulo anterior, o caráter ambivalente de seu governo pode ser interpretado como expressão do “impasse com que as classes dirigentes no Brasil se defrontavam, uma vez que o empresariado, fortalecido pela industrialização e articulado pelo setor estrangeiro, reclamava a concentração do poder político, a fim de, resolvendo-se o problema da hegemonia, conter a emergência do movimento operário e enfrentar a crise econômica e social, com outros padrões de acumulação”.¹²⁹⁸ De todo modo, o fracasso de Jânio deu à fração financeira o recado de que os caminhos eleitorais seriam, para ela, invariavelmente estéreis. Mesmo se conseguisse sucesso nas urnas contra o trabalhismo e suas variantes, o programa político do bloco “multinacional e associado” seria irrealizável por meio do arranjo institucional vigente. O regime político tinha que ser substituído. E só poderia sê-lo pela força.

No início da década de 1960, o sistema, como assinalou Weffort, já parecia ter perdido sua capacidade de absorver econômica e socialmente as massas populares que não cessavam de crescer em função, sobretudo, das sucessivas e constantes migrações do campo para a cidade.¹²⁹⁹ Sob o governo de *frente popular* de Goulart, o crescimento em progressão geométrica das lutas sociais no campo e na cidade, muitas delas rompendo com as amarras do corporativismo sindical, contribuiu para a unificação política da classe dominante contra o regime. Tal qual Catão, que finalizava todos seus discursos no Senado romano com a exigência de que Cartago fosse destruída (*Delenda est Cathago!*), a burguesia brasileira, amedrontada com o avançar da luta de classes nos anos 60, passou a gritar em uníssono: “O populismo deve ser destruído!”. Rompendo até mesmo com seus líderes e partidos de confiança, os quais faziam oposição declarada ao regime (em especial, a UDN de Carlos Lacerda), a *massa burguesa*, mais uma vez em estado de “crise orgânica”, colocava-se gradativamente sob a direção de novas forças políticas, construídas e arregimentadas pelo bloco “multinacional e associado”. Também deste bloco se aproximaria a pequena-burguesia urbana: tanto seus segmentos mais conservadores (sempre avessos à presença popular na política), quanto muitas de suas parcelas tidas como “progressistas”, as quais haviam apoiado entusiasticamente o populismo enquanto este se mostrou capaz de manter em níveis aceitáveis a fobia que nutriam da proletarização. Assim, vendo “seu” Estado *arbitral* incapaz de bloquear a ascensão política do proletariado e, conseqüentemente, de frear a luta de classes,

¹²⁹⁷ MARX, K. “Prefácio do autor à segunda edição” in _____. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. *Op. cit.*, p. 8.

¹²⁹⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. *Op. cit.*, p. 47.

¹²⁹⁹ WEFFORT, F. “O populismo na política brasileira”. *Op. cit.*, p. 85.

parte considerável da pequena-burguesia engrossou as fileiras golpistas. Recebendo, portanto, reforços de todos os setores sociais preocupados em evitar uma ampliação da participação popular na vida nacional, o campo da contra-revolução violenta aumentou celeremente. Desempenhando o papel de *vanguarda dessa contra-revolução violenta*, a fração financeira comandava a trama golpista, ansiosa por alcançar uma “hegemonia” política sobre o país.

Ocorria, então, um fenômeno similar ao de 1937, mas de sentido politicamente inverso. A cúpula burocrática dirigente do populismo – afora os elementos que dela debandaram e mudaram perfidamente de lado – também atingiu um altíssimo grau de “autonomia relativa” em relação às frações burguesas. Entretanto, diferentemente de 1937, essa cúpula já não parecia (em seus momentos finais) ser nem mesmo o instrumento *indireto* da dominação política da burguesia. Na verdade, em função de sua crescente incapacidade de preservar a ordem por meio da contenção política da classe trabalhadora, a direção *semibonapartista* comandada por Goulart perdeu, com o tempo, não só o frágil apoio da maioria das representações políticas burguesas que haviam estado ao lado governo, como, contrariamente a Vargas em 1937, afastou de si totalmente a aterrorizada “*massa da burguesia*”. Clamando, como de hábito, pela ordem, essa *massa* não poderia senão separar-se de um presidente ao qual nunca tinha aceitado confortavelmente como chefe de *seu* Estado, e que, agora, se mostrava cada vez mais impotente para – ou desinteressado em – levar a cabo a repressão à classe operária. Como expressão típica de um regime prestes a desmoronar, os comandantes do aparelho estatal, que bem se esforçavam para mantê-lo de pé, ficavam progressivamente como que “suspensos no ar”. Tratava-se, agora, então, de uma espécie de *bonapartismo às avessas*. Jango, sobretudo em seus últimos meses de governo, não passou de um simulacro de “Bonaparte”: além de acima da burguesia, o epígono de Vargas viu-se também desprovido de qualquer apoio da parte dela. Como chefe do Estado burguês, já não dispunha de nenhuma base social na classe dominante. A “autonomia relativa” de sua equipe governamental era, assim, tão grande quanto frágil.

O drama vivido pelo trabalhismo e seus homens de proa nos momentos finais do regime populista foi o de sujeitos políticos que se descolaram por completo dos sujeitos sociais aos quais verdadeiramente procuravam servir. O discurso do “nacional-desenvolvimentismo”, base da propaganda ideológica do *semibonapartismo democrático*, cindia-se por completo da base social burguesa a qual nunca tinha conseguido verdadeiramente cativar. O sonho de um “capitalismo nacional”, pautado na “colaboração de classes” e produzido pelos ideólogos do regime, não poderia, naquelas condições de crise social aberta, ter espaço mais sequer no inconsciente de uma classe dominante sempre hipersensível a qualquer agitação popular, integrada agora mais organicamente ao capital

estrangeiro e já totalmente rendida aos desejos de seu “*amo*” estadunidense. A ideologia trabalhista atingiu, então, seu momento mais puramente ideológico. Sem nenhum eco na burguesia em função de sua forte audiência entre os trabalhadores, o trabalhismo, em seus últimos dias, voltou-se para estes, e só para estes. O objetivo, contudo, era a sua própria salvação e a do regime e, portanto, em última análise, a da própria burguesia. *Disso os trabalhistas talvez não soubessem, mas faziam.* Como uma ideologia nascida do – e para a administração do – Estado burguês, não poderia servir aos objetivos históricos dos trabalhadores. A tragédia da ala esquerda do trabalhismo naqueles meses periclitantes que antecederam a queda do populismo assemelhou-se, assim, guardada as devidas proporções, à vivida pelo jacobinismo francês em meados do século XIX: enquanto pregava para a burguesia um projeto “democrático” que esta não queria (mais ou ainda), só conseguia obter influência de massas entre os segmentos sociais subalternos, para os quais, entretanto, o projeto “democrático”, embora pudesse significar um grande avanço, não poderia dar conta de seus reais interesses de classe – vale ressaltar, todavia, que uma das inúmeras diferenças entre os dois movimentos políticos é que os jacobinos franceses foram, em algum momento, obstinados revolucionários, enquanto que Brizola, Almino Alfonso e congêneres não passaram, se muito, de intrépidos reformistas.

Quando deixou de ser burguês, o trabalhismo já não era mais nada. Flutuava acima da sociedade brasileira como um avião em pane sobrevoa o oceano: por mais que pudesse ser prolongada, sua queda era inevitável. Abandonado pela direita, Jango, repetindo os passos de seu mestre “Bonaparte” Getúlio, girou seu governo “à esquerda”, em uma última tentativa de salvar o regime. Em seus últimos meses, buscando uma sustentação cada vez maior na mobilização controlada de massas, o *semibonapartismo democrático* atingiu, assim, sua feição mais radical, exacerbando seus traços democráticos. O regime não pôde, entretanto, ir além dos limites do Estado do qual se originara. Não tinha mesmo como ir além. Os limites de classe mostraram-se intransponíveis para as forças políticas que comandavam o *semibonapartismo democrático*. O populismo tinha cumprido, e bem, sua missão histórica. Incapaz agora de manter a participação política dos trabalhadores nos limites exigidos pela ordem burguesa, só lhe restava sair de cena para que outra configuração política assumisse a tarefa de dar continuidade à modernização capitalista do país. Pode-se dizer até que Jango e seus homens fizeram o que poderia ser feito – ou pelo menos chegaram muito perto disso – nos quadros de um Estado capitalista dependente. De todo modo, o tempo do reformismo periférico parecia ter chegado ao fim no Brasil. Nesse contexto, um governo de *frente popular* não tinha como perdurar. Provavelmente, uma revolução social seria a única alternativa capaz de evitar uma acachapante derrota das forças populares, e esta não poderia ser feita pelos – ou

com os – comandantes do regime, mas sim contra eles. À classe trabalhadora só restava avançar, mas suas direções, crenças em uma evolução “pacífica” da transformação social, preferiram o longo caminho do acúmulo de forças, enquanto depositavam todas as suas fichas na aliança com a cúpula do regime que se “esquerdizava”. Realizavam, assim, em palavras, e só em palavras, a tal aliança com a “burguesia nacional” de caráter “democrático”, em um momento em que a verdadeira burguesia, que jamais tivera em seu real dicionário o vocábulo democracia, estava ávida por uma nova solução de força que limasse da cena política qualquer coisa que cheirasse a povo. Mais uma vez, a classe dominante preferia “*um fim com terror, do que um terror sem fim*”.¹³⁰⁰

A história oferecia, assim, mais uma cruenta prova da impossibilidade do próprio Estado, pacificamente, se metamorfosear, transformando sua natureza de classe. O que não avança, retrocede. Assim, a incipiente revolução brasileira, que mal tinha chegado ao seu estágio pré-revolucionário, foi sanguinariamente abortada pela contra-revolução vitoriosa em março de 1964. A “colaboração de classes”, antes engolida a seco pela burguesia porquanto necessária para sua dominação política sobre os trabalhadores, foi, então, sumariamente abolida. Ela não tinha mais razão de ser para o capital. A burguesia, como bem colocou Florestan Fernandes, poderia agora continuar o “baile sem máscaras”.¹³⁰¹ Iniciava-se, assim, um período de “paz armada”.¹³⁰²

O novo regime político, surgido talvez do mais *regressivo* capítulo da *permanente e preventiva* contra-revolução burguesa no país (o Golpe de 1964), se adequaria perfeitamente aos interesses da classe dominante brasileira, em especial aos de sua fração financeira. Sob a ditadura, responsável por sintonizar a economia nacional com a nova frequência capitalística do mercado internacional, essa fração financeira, justamente por seu caráter mais dinâmico e internacionalizado (e também graças à presença de seus “técnicos” nos órgãos estatais e de seus contatos privilegiados com os novos governantes), obteria e preservaria durante muito tempo em suas mãos a “função hegemônica” (e talvez a preserve até hoje). Entretanto, a obtenção de uma verdadeira “hegemonia” por ela ou por qualquer outra fração da classe dominante brasileira seria, mais uma vez, adiada. O golpe de Estado, embora tendo sido gestado na sociedade civil (IPES, IBAD etc.), foi também tramado e executado pelas Forças Armadas. No novo regime, seria a cúpula militar que, relativamente autonomizada face às frações da classe dominante, deteria autocraticamente o poder político. Caberia a ela o papel de *arbitragem* política entre as frações burguesas e, ao mesmo tempo, a tarefa de calar o movimento operário e exterminar sua vanguarda (tudo isso em nome da “segurança nacional”

¹³⁰⁰ MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Op. cit., p. 104. Grifos do autor.

¹³⁰¹ FLORESTAN, Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*. Op. cit., p. 340.

¹³⁰² *Idem*, p. 320.

e da “democracia” – sempre ela, a democracia, *pau para toda obra* desde o fim da Segunda Guerra Mundial). O nível de ativação popular atingido nos primeiros anos da década de 1960 e o tamanho do sacrifício a ser imposto aos trabalhadores pelo novo modelo (monopolista) de acumulação capitalista no país condicionavam que o novo regime surgido do golpe de Estado viesse ser um regime de força, no qual – para usarmos novamente as palavras de Gramsci – *a coerção suplantaria, em muito, o consenso* (como, aliás, poderia ser facilmente verificado desde seus primeiros dias de existência). Teria lugar, então, uma nova forma, acentuadamente tecnocrática, de um *bonapartismo semifascista*, desta vez totalmente subserviente ao imperialismo e já despida de qualquer pretensão reformista.¹³⁰³ Persistindo a renitente “crise de hegemonia” na sociedade brasileira, a retardatária modernização capitalista do país continuaria, assim, sua saga pela *via bonapartista*. Conquanto sinuosa, esburacada e com eventuais riscos de derrapagem, ela ainda se mostrava como o melhor caminho, porquanto o mais seguro. Assim, já bastante longo na história nacional, o bonapartismo continuaria a ser, durante mais um bom punhado de anos, a forma de dominação política burguesa necessária ao *atrasado*, periférico e dependente capitalismo brasileiro. Parafraseando Engels, pode-se dizer que, durante a maior parte do século XX, o bonapartismo foi, portanto, a “religião da burguesia” brasileira.¹³⁰⁴

¹³⁰³ Para uma periodização do regime ditatorial civil-militar instalado em 1964, ver LEMOS, Renato. *Op. cit.* O autor, aliás, como já indicamos no capítulo anterior, é um dos que concebe a ditadura brasileira como um regime de natureza bonapartista.

¹³⁰⁴ “O bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia contemporânea”. (ENGELS, F. “Carta de Engels a Marx (13 de abril de 1866)” *apud* BARSOTTI, Paulo. *Op. Cit.*, p. 108.).

Teoria política, historiografia, universidade e movimento operário

Algumas palavras à guisa de conclusão

Os períodos em que o movimento da classe oprimida se eleva ao nível das tarefas gerais da revolução representam exceções raríssimas na história. As derrotas dos oprimidos são muito mais freqüentes que suas vitórias. A cada derrota sucede um longo período de reação, que cria uma situação de cruel isolamento para os revolucionários. Os pseudo-revolucionários, os “cavaleiros por uma hora” – segundo a expressão do poeta russo – ou traem abertamente, nesses períodos, a causa dos oprimidos, ou saem à procura de uma fórmula de salvação que lhes permita não romper com nenhum dos campos. Na nossa época, é inconcebível encontrar-se uma fórmula conciliatória no domínio da economia política ou da sociologia; as contradições entre as classes deitaram por terra definitivamente as fórmulas dos liberais, que sonhavam com harmonia, e as dos reformistas democratas. Resta o domínio da religião e da moral transcendente [...] Somente a revolução socialista poderá salvar a civilização. O proletariado deverá usar toda a sua força, toda sua decisão, toda sua audácia, toda sua paixão, toda sua firmeza, para realizar essa violenta comoção. Deverá desligar-se totalmente das ficções da religião, da “democracia”, da moral transcendente, grilhões espirituais criados pelo inimigo para domesticá-lo e reduzi-lo à escravidão.¹³⁰⁵

Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais [“cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos etc.] sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles consideram a si mesmos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante [...] Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.¹³⁰⁶

Na primeira parte deste trabalho, apresentamos, de um modo sistemático, o que designamos como uma teoria do bonapartismo. Feitas algumas considerações introdutórias sobre ela, procuramos, nos dois primeiros capítulos, reconstituir sua trajetória, a qual, como pôde ser visto, esteve ligada à própria evolução do bonapartismo como fenômeno histórico.

Gestada e desenvolvida no interior do movimento operário entre 1848 e as primeiras décadas do século XX, a teoria do bonapartismo foi, em grande parte, fruto de análises políticas conjunturais elaboradas por intelectuais intimamente vinculados às lutas dos trabalhadores ao redor do mundo. Diante de situações concretas do conflito de classes, teóricos como Marx, Engels, Trotsky e Gramsci produziram sofisticadas reflexões sobre as distintas formas políticas que a dominação social burguesa podia assumir ao nível do Estado capitalista. O próprio conceito de bonapartismo, como vimos, foi mobilizado por seus teóricos tendo em vista, muitas vezes, iluminar as especificidades desta particular forma de dominação política. Evidenciar suas diferenças (como também algumas de suas semelhanças) diante das outras formas, como a democracia burguesa e o fascismo, foi, metodologicamente, um meio

¹³⁰⁵ TROTSKY, L. “Os mercadores de indulgências e seus aliados socialistas (ou o Filhote em ninho alheio)” in _____. *Moral e revolução*. Op. cit., p. 72.

¹³⁰⁶ GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968, p. 6-11.

de melhor defini-lo. Dependendo de qual fosse, em determinada formação social, a forma política de dominação vigente, isto é, de qual fosse o *regime político* do qual lançavam mão as classes dominantes para garantir a exploração de classe, esmeravam-se aqueles *intelectuais orgânicos* em formular as melhores estratégias e táticas a serem adotadas pelas organizações políticas dos explorados. A teoria do bonapartismo foi, portanto, elaborada e aprimorada a partir das necessidades práticas e objetivas do movimento operário, e não por meio de um pensamento meramente especulativo e escolástico.

Embora surgida do movimento operário, essa preocupação em apreender a natureza dos diferentes regimes políticos – o que, em termos investigativos, implica, sobretudo, em decifrar as concretas relações estabelecidas, em cada um deles, entre o aparelho de Estado e as classes sociais em luta – acabou por ganhar, com o tempo, o terreno da produção acadêmica internacional. Nas décadas de 60, 70, e 80 do século passado, mesmo em ambientes de pesquisa notoriamente conservadores, não foram escassos os trabalhos científicos nos quais as distinções entre Estado, regime e governo se mostraram presentes. Assim, durante certo período, pode-se dizer que houve uma relativa *comunhão epistemológica* entre segmentos da intelectualidade acadêmica e algumas organizações marxistas teoricamente mais sofisticadas: com métodos, linguagens e posicionamentos políticos muitas vezes diferenciados, tanto os primeiros quanto as últimas levavam em conta nas suas análises a *questão dos regimes políticos*.

Entretanto, por volta dos últimos vinte e cinco anos, a imensa maioria dos agrupamentos políticos da esquerda, incluindo aqueles oriundos da melhor tradição marxista, passou a abdicar de reflexões e posturas anti-regime, concentrando (e mesmo reduzindo) suas críticas aos governos de plantão. A consolidação, em um grande espaço do globo, do regime democrático-burguês certamente contribuiu para tal abdicação, assim como também não seria errôneo dizer que, dialeticamente, tais posturas da esquerda jogaram um importante papel nessa consolidação democrática. Sintonizada com o movimento operário, e mesmo influenciada por este, grande parte da *intelligentsia* marxista acadêmica, tanto européia quanto latino-americana, veio a tacitamente corroborar a idéia de que a democracia atualmente existente se apresenta, ao fim e ao cabo, como a única forma possível de organização política da espécie humana. Esvaziadas de seu conteúdo histórico e classista, suas instituições formais, parlamentares, passaram a ser designadas por tal *intelligentsia* como o terreno preferencial (ou mesmo exclusivo) para a atuação política dos setores subalternos. Consequentemente, além de naturalmente rechaçado pelas hegemônicas teorias políticas conservadoras, o debate sobre a natureza e as formas dos diferentes regimes políticos da contemporaneidade tornou-se, também para esquerda intelectual, algo apenas secundário, ou simplesmente descartável.

O abandono dessa *questão dos regimes políticos* por amplos setores da intelectualidade marxista pode ser visto, também, como parte de um cenário científico mais amplo. Nesses tempos de *débâcle teórico*, um reducionismo empirista expandiu-se largamente entre os maduros e jovens acadêmicos, ganhando inclusive a preferência das novas gerações de pesquisadores de esquerda. Enquanto um *arquivismo febril* tornou-se a tônica das investigações historiográficas hodiernas, o resgate das remotas discussões teórico-políticas do *marxismo de antanho*, em especial daquele de origem bolchevique, passou a ser concebido como uma atitude curiosa, quiçá excêntrica.

Com efeito, o presente estudo sobre o bonapartismo, especialmente em sua primeira parte, vai na contramão dessa perspectiva atual. Em nossa breve digressão histórica sobre a teoria do bonapartismo, retornamos aos textos de Marx e Engels sobre a França de Luís Bonaparte e a Alemanha bismarckista, assim como aos escritos de Trotsky e Gramsci acerca dos bonapartismos/cesarismos da fase monopolista do capitalismo. Nessa empresa, além de buscar oferecer ao leitor uma detalhada fonte de consulta sobre a temática bonapartista, tivemos também o intuito de conduzi-lo a um antigo campo de estudos hoje particularmente ofuscado pelas ciências sociais em geral: o campo de estudos sobre os regimes políticos capitalistas. Para que este seja reavivado com qualidade, a sofisticada teoria produzida por aqueles teóricos do movimento operário deve necessariamente ocupar nele uma posição de destaque. “Existe uma ‘hegemonia’ política na sociedade?”, “qual a correlação de forças entre as classes sociais?”, “que classe ou fração de classe controla o Estado?”; “como ela exerce sua dominação?”; “quais são suas representações políticas preferenciais?”: estas são algumas das velhas perguntas que talvez devêssemos voltar a fazer com mais cuidado e frequência.

Enfim, nutrimos a esperança de que nosso trabalho possa vir a funcionar como um pequeno estímulo para que outros cientistas sociais, sobretudo aqueles ligados mais diretamente aos movimentos da classe trabalhadora, direcionem também seus esforços para a compreensão das formas políticas de dominação burguesa ainda vigentes. Sem descobrir sua verdadeira natureza, não se poderá derrotá-las.

Dos escritos marxistas sobre o fenômeno bonapartista, chegamos ao Brasil contemporâneo do populismo. Assim, na segunda parte deste trabalho, propusemos, em duas etapas, um debate envolvendo a teoria do bonapartismo e o processo político brasileiro do 1930-1964.

Primeiramente, no capítulo III, procuramos mostrar os muitos vínculos existentes entre algumas das conhecidas interpretações historiográficas do Brasil pós-1930 e a teoria do

bonapartismo. Com maior ênfase, pudemos observar como muitos de seus elementos constitutivos estiveram estruturalmente presentes na chamada teoria do populismo *brasileiro*, formulada e desenvolvida por autores como Francisco Weffort, Octavio Ianni, Régis de Castro Andrade e Décio Saes.

Nas páginas daquele capítulo, pôde ser visto também como, mobilizando a teoria do bonapartismo, pequenas organizações políticas trotskistas (LCI, PSR, POR etc.), as quais se sucederam umas às outras no período do 1930-1964, anteciparam em suas teses muitas das análises acadêmicas sobre o regime populista brasileiro. Conforme tentamos apresentar sinteticamente na introdução desta segunda parte, essa proximidade interpretativa entre organizações trotskistas e importantes intelectuais acadêmicos face ao populismo brasileiro deve ser compreendida como parte de uma *convergência analítica* mais geral entre ambos os grupos em questão. Vertebradas, como vimos, pela *lei do desenvolvimento desigual e combinado* de Trotsky, as interpretações sobre a formação social brasileira realizadas por alguns daqueles intelectuais possuíam várias similitudes e muitos pontos de contato com as teses defendidas pelas organizações trotskistas, como, por exemplo, o reconhecimento de uma combinação entre o “arcaico” e o “moderno” na estrutura sócio-econômica nacional, de uma relação de dependência do país face ao imperialismo, e do caráter contra-revolucionário de nossa periférica burguesia. Expondo os contatos travados entre tais organizações e alguns daqueles intelectuais em suas militâncias de juventude, indicamos, também, que as primeiras podem ter funcionado, em certos casos, como mediações entre as teorias do movimento operário e aquelas produzidas no interior do espaço acadêmico.

Tivemos, portanto, naquele terceiro capítulo, o objetivo de expor como vieram do movimento operário os subsídios e aportes científicos para uma produção bibliográfica gerada por parcela importante de nossa intelectualidade acadêmica. Esse percurso *do movimento operário para a universidade* foi por nós mais atentamente discutido no caso da relação “teoria do bonapartismo - teoria do populismo”, que se constituiu no objeto central deste trabalho. Tenha sido por meio da propaganda de suas pequenas organizações políticas, ou simplesmente a partir da influência da obra de seus *intelectuais orgânicos* (Marx, Engels, Trotsky e Gramsci), foi o movimento operário quem forneceu à universidade as referências teóricas necessárias para uma interpretação dialética do Brasil contemporâneo e, mais particularmente, de seu complexo processo político a partir de 1930. Defendemos, assim, a tese de que a teoria do bonapartismo, produzida e difundida pelo movimento operário, foi um dos principais alicerces da construção sociológica do *conceito de populismo*, tal qual foi elaborado nas antigas cátedras *uspianas* da Rua Maria Antônia.

Numa época em que a academia se enxerga cada vez mais como o único *lócus* válido de produção do conhecimento, a idéia de que o movimento operário pode transportar teorias para a universidade talvez seja considerada um tanto herética por muitos de nossos colegas. Nos dias de hoje, irritantemente conservadores, um setor expressivo dos corpos acadêmicos comunga a noção de que a universidade é, ou pelo menos deveria ser, uma instância absolutamente “independente”, e até mesmo apartada, dos conflitos sociais presentes no tecido social; tal noção vem invariavelmente acompanhada do velho desejo positivista, requeentado por Weber, da obtenção por parte dos pesquisadores da chamada “neutralidade científica” – ainda que nossos colegas pós-modernos entortem arrogantemente suas faces quando escutam a pronúncia dessa última palavra que compõe a expressão aspada.

Buscando um isolamento cada vez maior do catastrófico ambiente social que os cerca, muitos dos intelectuais do presente (assim como o fizeram seus equivalentes no passado) cultivam a crença de que suas produções bibliográficas não possuem vínculos com interesses particularistas, econômicos ou políticos, localizados “fora” de seus gabinetes; como bons liberais de classe média, imaginam que seus intelectos produzem obras que servem – se é mesmo que ainda pensam que elas devem “servir” para algo além do sofisticado deleite literário de seus pares – para a sociedade “como um todo”. Ilusão reacionária, a idéia de uma universidade que, “independente” dos antagonismos sociais, trabalha para o “conjunto dos cidadãos” não é senão uma ideologia pueril, derivada justamente da relação servil que parte considerável dos nossos prestigiados acadêmicos estabelece com os grupos dominantes, seja por intermédio dos elos materiais e institucionais que os ligam ao poder público, seja pelas chamadas “parcerias” realizadas pelos departamentos e pós-graduações com instituições privadas, organizações não-governamentais (ONGs) e demais *aparelhos de hegemonia* do capital. Não por acaso, aqueles que esbravejam contra qualquer penetração dos partidos anticapitalistas e movimentos sociais de esquerda no espaço acadêmico são os primeiros a abrir simpáticos sorrisos quando do noticiar da possibilidade de realização de qualquer “projeto em conjunto” com entidades como a *Fundação Ford*, o *Instituto Millenium*, o *Viva Rio*, a *Rede Globo*, o *Banco Santander* e, até mesmo, (“por que não?”) a Polícia Militar.

Assim, nesse contexto de *apartheid acadêmico* em relação às demandas dos maiores contingentes sociais, talvez não seja totalmente escusado demonstrar que, em tempos nem tão remotos, importantes intelectuais universitários beberam, e muito, em uma abundante fonte que pouco ou quase nada tem a ver com a jactância dos gabinetes acadêmicos: o marxismo do movimento operário.

Ainda no tocante à relação “movimento operário – universidade”, outro aspecto, mais particular, vale a pena ser aqui destacado: a existência de um silêncio quase absoluto acerca

da influência exercida pelo pensamento trotskista sobre um significativo setor da intelectualidade acadêmica brasileira.

De fato, a presença da teoria marxista (num sentido lato) nos trabalhos de autores vinculados a determinada *corrente* do pensamento social brasileiro (“antidualista” e “antietapista”) vem sendo regularmente assinalada por novas pesquisas (muitas delas embaladas pela crítica *revisionista*). Todavia, muito pouco até agora foi dito sobre a influência específica das elaborações de León Trotsky naquela produção bibliográfica. No caso particular da teoria do populismo, um ou outro dos seus estudiosos posteriores chegou até a reconhecer nela a presença de categorias gramscianas (“crise de hegemonia”, “crise orgânica” etc.),¹³⁰⁷ mas nenhum deles mencionou as idéias trotskistas que, explícita ou implicitamente, também a inspiraram (“*lei do desenvolvimento desigual e combinado*”, “revolução permanente”, “bonapartismos *sui generis*” etc.). Do mesmo modo, são também raros os trabalhos que atentaram para a existência de quaisquer relações teóricas entre aquela *corrente* intelectual das décadas de 1960/70 e as organizações trotskistas do 1930-1964.

Não sabemos, ao certo, as razões que relegaram o nome de Trotsky e de seus seguidores brasileiros a uma zona de sombras, e nem foi objetivo deste trabalho descobri-las. Ao nível hipotético, portanto, nos limitamos a dizer que, possivelmente, contribuiu para esse obscurecimento o fato de que, como já expusemos, muitos dos próprios intelectuais claramente influenciados pelo revolucionário russo jamais fizeram referência aos seus escritos e idéias (Weffort e Cardoso, por exemplo). Quanto a tal omissão, pode-se supor que esta se deveu a injunções político-intelectuais da época: nas décadas de 1960 e 1970, apesar do forte desgaste da autoridade política da União Soviética junto a uma expressiva gama de intelectuais de esquerda no Brasil e no mundo – ocasionado, principalmente, pelo “relatório Kruschév” (1956) e pelas invasões da Hungria (*idem*) e Tchecoslováquia (1968) –, talvez uma menção ao nome do dissidente bolchevique pudesse ser ainda vista como um ato sacrílego nos círculos intelectuais de esquerda, sobre os quais o estalinismo *pecebista* ainda exercia uma significativa influência, mesmo que difusa.

Atualmente, persiste o silêncio sobre Trotsky na academia. Porém, nos consideramos dispensados de gastar muita tinta para explicar suas causas. A forte reação intelectual que alcançou seu fastígio (assim esperamos) nas décadas de 1990/2000 obteve um relativo êxito no seu intento de diminuir o espaço na universidade para qualquer tipo de corrente teórica embasada substantivamente na perspectiva epistemológica de Marx. Assim sendo, não seria justamente o nome de Trotsky – visto (corretamente, aliás) como representante de uma das

¹³⁰⁷ Angela de Castro Gomes, por exemplo, afirmou serem os trabalhos de Weffort sobre o populismo orientados por uma “perspectiva teórica de sabor gramsciano” (GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais...”. *Op. cit.*, p. 33). Como já vimos, a historiadora foi uma das poucas autoras a apontar os vínculos entre a teoria do populismo e o – segundo suas palavras – “conceito gramsciano de Estado bonapartista” (*Idem*, p. 41).

alas mais à esquerda do pensamento marxista do movimento operário – que viria a ser poupado pelo vendaval reacionário. Até mesmo nos núcleos universitários de linha marxista, verdadeiros focos de resistência às modas pós-modernas trazidas por este vendaval, Léon Trotsky ocupa, quando muito, uma posição secundária no quadro das referências teóricas do pensamento *contra-hegemônico*. Muitos dos intelectuais marxistas que, nas décadas de 1980 e 1990, romperam qualquer ligação política e científica com a ortodoxia moscovita passaram, então, a abraçar teóricos altamente sofisticados como Gramsci e Lukács; porém, evitaram uma aproximação maior com aquele que foi inquestionavelmente o maior adversário de Stálin e da vulgarização do marxismo por este orquestrada desde meados da década de 1920.

No entanto, é conveniente esclarecermos que, ao demonstrar como Trotsky se constituiu em uma importante fonte teórica para produções bibliográficas que em muito contribuíram para a formação intelectual de algumas gerações universitárias brasileiras do campo das ciências sociais (em especial a partir da década de 1980), não visamos, de nenhuma maneira, trabalhar no sentido de sua incorporação ao “panteão” dos autores acadêmicos. Supomos que tal tarefa seria, muito provavelmente, não só fracassada, como também inteiramente vã caso viesse a ser efetivada. Para que um dia venha a ter seu nome “aceito” nas bibliografias de curso, Trotsky provavelmente teria que passar pelos mesmos processos de “domesticação” que sofreram importantes autores marxistas, com destaque para Antonio Gramsci, por meio dos quais foram praticamente despidos de todo o seu conteúdo revolucionário. Entretanto, repetimos, tal perspectiva é muito remota. Pela sua trajetória de vida, em particular como dirigente da *violenta* Revolução de Outubro, pela sua recusa categórica de aliança dos trabalhadores com qualquer setor da burguesia, pela sua defesa intransigente da “ditadura do proletariado”, pela unidade indissolúvel entre sua teoria e prática revolucionária, Trotsky deixou um legado que dificilmente está sujeito a “domesticações”. Desse modo, certamente Trotsky continuará a ser, tal como nos tempos em que o estalinismo hegemonizava o pensamento universitário de esquerda, uma *persona non grata* na academia.

Concluindo aquele longo terceiro capítulo, adentramos o atual movimento de revisão historiográfica do populismo, levando a cabo um rápido debate com as duas principais *correntes* que o constituem, e que, a nosso ver, se localizam em dois *campos* teórico-políticos significativamente distintos. Assim, se nossas diferenças com os *thompsonianos campineiros* em relação ao papel desempenhado pelos trabalhadores e suas direções sob o populismo podem ser compreendidas, de certo modo, como derivações historiográficas de divergências mais gerais internas ao campo marxista, o mesmo não pode ser dito quanto às polêmicas que travamos com os *revisionistas fluminenses*. Estes últimos, conforme afirmamos, propuseram, em última análise, uma interpretação *populista* do populismo, na qual o marxismo (em

qualquer uma de suas mais variadas e autênticas vertentes) passou longe, ou melhor, foi insidiosamente combatido. Nossa interpretação do período 1930-1964 se encontra, portanto, oposta pelo vértice à apresentada pelos historiadores *revisionistas*.

Entretanto, ironicamente, talvez nosso trabalho possa ter lá alguma contribuição para o próprio *revisionismo* historiográfico do populismo. Não é necessário envidar muitos esforços para se perceber que o incômodo dos *revisionistas* com os textos de Ianni e Weffort provém da verificação de que tais trabalhos encerram a idéia de que o varguismo, assim como suas variantes de esquerda e de direita, longe de atender verdadeiramente aos interesses da classe trabalhadora brasileira, buscava nesta uma necessária base de sustentação do regime capitalista do país, numa etapa histórica na qual já não se podia mantê-lo de pé fazendo uso somente da coerção sobre os explorados. Em outras palavras, o que incomoda os *revisionistas* é, essencialmente, a denúncia do populismo enquanto uma forma política de dominação de classe, ou seja, o que os incomoda é, nada mais nada menos, o marxismo – ou, mais especificamente, o “marxismo-leninismo”, como disse um dos eminentes *revisionistas*.¹³⁰⁸ Curiosamente, ao explicitarmos como os *teóricos marxistas do bonapartismo*, e em especial o próprio Trotsky (provavelmente tomado pelos *revisionistas* como mais um “radical” e “sectário” personagem da experiência “autoritária” bolchevista), exerceram uma fundamental influência sobre os teóricos do populismo brasileiro, possivelmente estaremos oferecendo aos atuais críticos do conceito mais um subsídio para sua apologia da “Era Vargas”: que façam uso dele da forma que acharem mais conveniente; quanto a isso, nada podemos fazer a não ser intervir novamente num eventual debate ulterior.

Por fim, em nosso quarto capítulo, aproveitando-nos das inegáveis contribuições oferecidas pela teoria do populismo, alinhavamos uma tentativa de interpretação do processo político que denominamos como *o longo bonapartismo brasileiro*, situado entre 1930-1964. Este último capítulo trouxe, em resumo, uma amostra de como a teoria do bonapartismo pode, efetivamente, funcionar como um profícuo instrumental de análise das formas de dominação política que tiveram lugar entre o golpe da Aliança Liberal, que fez esboroar a já corroída República oligárquica, e aquele que, quase trinta e cinco anos depois, apeou do poder João Goulart, pondo termo ao populismo.

Naquelas poucas páginas ensaísticas, nosso objetivo principal foi o de propor a idéia de que, pelas condições históricas nas quais se processou, a modernização industrial capitalista no Brasil se fez, politicamente, por meio de um longo regime de natureza bonapartista, cuja duração encerrou diversos momentos e fases determinados pela dinâmica

¹³⁰⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. *Op. cit.*, p. 353.

variável da luta de classes. Evidentemente, a noção que apresentamos de uma *via bonapartista da modernização capitalista* do Brasil, tal como as considerações a ela relativas que fizemos, carecem de desenvolvimento analítico, o que só poderá resultar do avanço das pesquisas empíricas sobre contextos políticos específicos do populismo. Portanto, muitas das questões que lançamos referentes ao *longo bonapartismo brasileiro* encontram-se longe de estarem lapidadas historiograficamente, e esperamos que, num futuro breve, possam constituir eixos de um novo projeto de pesquisa. Por ora, podemos dizer que o reconhecimento da vigência de formas de dominação bonapartistas (portanto, *não-hegemônicas*) entre 1930-1964 pode ajudar a elucidar algumas questões do período, como as que, há um bom tempo, vêm sendo apontadas por cientistas sociais dos mais diversos matizes: a ingente força do aparelho burocrático-estatal em face de uma sociedade civil com sensíveis debilidades organizativas; a hipertrofia do Poder Executivo e a subsunção a ele dos demais poderes estatais; o destacado papel desempenhado pelas Forças Armadas na vida política nacional; a ausência de partidos políticos ideologicamente bem delimitados; uma forte tendência ao compromisso, ao nível do Estado, entre os grupos sociais dominantes quando de qualquer ameaça política dos setores subalternos etc.

Mais hipoteticamente do que como uma tese propriamente dita, consta também no último capítulo, em seus parágrafos finais, a idéia de que, com o fim do populismo, o bonapartismo teria continuado a vigorar no país, agora em uma modalidade tecnoburocrática de tipo *semifascista*. Utilizada, como vimos (capítulo III), por alguns cientistas sociais nos anos 60 e 70, a caracterização da ditadura militar brasileira como um regime de cunho bonapartista, além de presente nas formulações de algumas organizações trotskistas atuais, começa a reaparecer também, como já indicamos, em sugestivas pesquisas historiográficas sobre esse recente e cruento período da história nacional¹³⁰⁹ – diante do qual, aliás, muitos setores da “esquerda” governamental, em consonância com seus aliados de direita, vêm optando por um timorato silêncio.

Inclinados a esposar essa caracterização bonapartista da ditadura militar, somos logicamente levados a estender ainda mais a duração do bonapartismo brasileiro em nossa análise histórica. Nesse caso, sucessivas formas bonapartistas de dominação política teriam aqui existido até pelo menos 1985, com o fim dos governos militares, ou mesmo até 1988/1989, com a promulgação de uma nova Constituição (liberal) e a realização de eleições diretas para a Presidência da República.

Precisões temporais à parte, o certo é que, ao longo da década de 1990, assistimos, enfim, à construção de uma forma de dominação de tipo *hegemônica* no país. Tendo

¹³⁰⁹ Citamos, novamente: LEMOS, Renato. “Contra-revolução e ditadura no Brasil. Elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964”. *Op. cit.*

minguado as lutas sindicais e populares que permearam intensamente os anos 80, e passada a aventura do governo de Collor de Mello (1990-1992) – histriônica figura cuja queda, possivelmente, tenha sido motivada, entre outros fatores, pela sua tentativa de obter para si e sua camarilha de arrivistas políticos uma “autonomia relativa” face às frações de classe que então se encontravam nos derradeiros momentos da disputa pela “hegemonia” política nacional –,¹³¹⁰ a construção e institucionalização de um regime democrático-liberal pôde, ao longo dos dois governos do *uspiano* Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), se desenvolver com mais intensidade e segurança. Por conta de uma daquelas ironias que, como bem observou Deutscher,¹³¹¹ a história por vezes apresenta, a consolidação dessa nova forma de dominação política sobre os explorados parece ter recebido seus últimos retoques pelos dois governos nacionais subsequentes (2003-2010), capitaneados justamente por um partido surgido das lutas operárias, mas que, dialeticamente (ou traiçoeiramente, como podem preferir alguns), converteu-se no mais competente gestor dos interesses da fração hegemônica do capital, a fração financeira. De todo modo, finalmente, a democracia suplantou o bonapartismo.

É um vezo de alguns historiadores querer necessariamente encontrar no tempo presente a permanência de seus objetos de estudo do passado. Não é o nosso caso aqui. Embora o bonapartismo venha tendo lugar em alguns países latino-americanos nos quais se manifestam experiências *neopopulistas* de esquerda, no Brasil, ele, decerto, ficou para trás. A forma de dominação política do capital sobre o trabalho que hoje vigora no país é a democracia, e ela é tão democrática quanto o pode ser em um país periférico de um sistema capitalista assolado por uma aguda crise estrutural. É preciso dar o nome correto às coisas, sob o risco de sermos cúmplices de nossa própria ilusão. Convém, entretanto, sublinharmos o fato de que essa atual democracia brasileira é filha direta de um *longo bonapartismo*, e que, por isso, ela possivelmente carregue alguns de seus traços. Talvez isto ajude a melhor compreendê-la e, conseqüentemente, ter mais chances de solapá-la, na renitente busca pela construção de uma nova forma de sociabilidade humana, como a que um dia desejaram muitos dos personagens que figuraram neste trabalho.

A pesquisa que empreendemos nos permitiu um conhecimento mais apurado sobre as organizações políticas da esquerda brasileira que se posicionaram à esquerda do PCB no

¹³¹⁰ À época do governo Collor, um artigo escrito por José Luís Fiori abriu uma polêmica entre alguns intelectuais sobre o possível caráter bonapartista do governo (FIORI, José Luís. “Nem todos os gatos já ficaram pardos”. <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/298/514>).

¹³¹¹ DEUTSCHER, Isaac. *Ironias da história. Ensaios sobre o comunismo contemporâneo. Op. cit.*

período 1930-1964. Mais particularmente, nos debruçamos sobre as trajetórias dos pequenos agrupamentos de extração trotskista. Compostos por homens e mulheres então politicamente abnegados, em boa parte de perfil intelectual, e dotados, alguns, de rara capacidade de elaboração, esses agrupamentos jamais conseguiram sair do que costuma se chamar de marginalidade política. Por um lado, perseguidos pela polícia política do Estado brasileiro e, por outro, sofrendo com as calúnias e boicotes advindos dos comunistas “oficiais”, os trotskistas brasileiros não fugiram à regra do isolamento político em relação às massas que caracterizou a existência da maior parte dos partidos que mundialmente se ligaram ao internacionalismo revolucionário defendido por Trotsky.

Desde os anos 30 do século passado, quando seus companheiros de causa eram torturados e fuzilados aos milhares na União Soviética, caçados às centenas na Europa pelas polícias dos fascismos, das democracias e pelos agentes secretos de Stálin, os trotskistas brasileiros não se furtaram ao mais duro combate contra a opressão vivida pela jovem classe trabalhadora brasileira. Ao longo do período 1930-1964, suas tarefas não foram nada fáceis: combater o imperialismo, os latifundiários, os industriais, o varguismo, o corporativismo, o fascismo, o liberalismo, o trabalhismo e o estalinismo, na tenaz busca pela construção de um partido capaz de dirigir uma revolução socialista no Brasil. Propugnando a unidade política da classe trabalhadora e rejeitando alianças com supostos setores “democráticos” da burguesia brasileira, os pequenos partidos trotskistas enfrentaram, sem concessões, as várias modalidades de regime bonapartista que, mais ou menos repressivamente, mais ou menos “social-democraticamente”, procuraram incorporar controladamente o proletariado à vida institucional em meio ao retardatário processo de modernização capitalista do país.

As trajetórias desses partidos, é bom frisar, não foram isentas de equívocos políticos, alguns deles grosseiros. Mas estes não foram, em sua maioria, grandes erros estratégicos ou de princípio. Poucos também não foram seus traços sectários e antidemocráticos (do ponto de vista do funcionamento interno), gerados, talvez, por aquilo que Victor Serge designou, certa feita, de “contágio pelo combate”, isto é, uma espécie de fenômeno político pelo qual até mesmo os mais valorosos grupos políticos se deixariam contaminar pelos elementos hostis do meio social em que vivem, assim como pelos aspectos mais negativos dos adversários contra os quais se batem.¹³¹² De todo modo, organizações como a LCI, o PSR, o POR e a POLOP foram, todas elas, politicamente derrotadas. Não alcançaram aquilo que pretendiam, e nem estiveram sequer perto disso.

Deixaram, no entanto, um importante legado não só de lutas operárias, mas também de sofisticadas interpretações sobre o processo histórico e sócio-político brasileiro, as quais,

¹³¹² SERGE, Victor. *Memórias de um revolucionário (1901-1941)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 396.

conforme esperamos ter demonstrado, seriam reeditadas mais tarde por conhecidos acadêmicos marxistas. Foram essas sofisticadas interpretações coletivas, produzidas por intelectuais militantes do movimento operário brasileiro (Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Patrícia Galvão, Hermínio Sacchetta etc.) que trouxemos à tona neste trabalho. Imaginamos que o resgate dessa importante contribuição da tradição trotskista brasileira ao pensamento social do país possa ser, de alguma forma, um tributo à memória daqueles homens e mulheres que, em meio a um duro combate com adversários de todo o tipo, defenderam as idéias mais adequadas aos interesses históricos dos explorados, ainda que estes, por uma série de fatores, não lhes tenham dado muito ouvidos.

Bibliografia

- ABRAMO, F. e KAREPOVS, D (orgs.) *Na contracorrente da história. Documentos da Liga Comunista Internacionalista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ABREU, Paulo Tenório de. *As greves no Rio de Janeiro (1955-1964)* (dissertação de mestrado). Niterói, UFF, 2001.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- AGGIO, Alberto. “A emergência das massas na política latino-americana e a teoria do populismo” in. _____ & LAHUERTA, Milton. *Pensar o Século XX*. São Paulo: UNESP, 2003.
- ALEM, Silvio Frank. “História do sindicalismo no Brasil: uma periodização” in *Universidade e Sociedade*. Sindicato Andes Nacional, CD-ROM.
- ALEXANDER, Robert J. *Trotskyism in Latin America*. Stanford: Hoover Institutions Press, 1973.
- ALMEIDA, Antonio de. *Lutas, organização coletiva e cotidiano. Cultura e política no ABC paulista. 1930-1980* (tese de doutorado). São Paulo, USP, 1996.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança” in *Sociedade e política no Brasil pós-1964*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. e MARTINS, C. E. *Modus in rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo*. São Paulo: Cebrap, 1973.
- ALMEIDA, Miguel Tavares de. “Os trotskistas frente à Aliança Nacional Libertadora e aos levantes militares de 1935” in *Cadernos AEL: trotskismo* (v. 12, nº. 22/23). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2005, p. 83-117.
- ALMINO, João. *Os democratas autoritários: liberdades sindicais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ANDERSON, Perry. “As antinomias de Gramsci” in *A estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo: Joruês, 1986, p.7-75.

_____. *Linhagens do Estado absolutista*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ANDRADE, César Ricardo de. “O conceito de populismo nas ciências sociais latino-americanas” in *Estudos de História* nº. 2 (Revista do Curso de Pós-Graduação em História da Unesp). Franca: Unesp, 2000 (p. 69-84).

ANDRADE, Régis de Castro. “Perspectivas no estudo do populismo brasileiro” in *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº7. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, janeiro de 1979.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do Trabalho. O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978-1980*. 2ª edição. Campinas; EdUNICAMP, 1992.

_____. *O novo sindicalismo no Brasil* (2ª edição). Campinas: Pontes, 1995.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O batismo do trabalho. A experiência de Lindolfo Collor*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1990.

ARCARY, Valério. “Kautsky e as origens históricas do centrismo na esquerda” in *Outubro*, nº. 7, 2002.

_____. *O encontro da revolução com a história. Socialismo como projeto na tradição marxista*. São Paulo: Sundermann/Xamã, 2006.

_____. “Controvérsias sobre a teoria da revolução no ‘testamento’ de Engels” in _____. *O encontro da revolução com a história. Socialismo como projeto na tradição marxista*. São Paulo: Sundermann/Xamã, 2006.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *Brasil, nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. “O 24 de agosto de Jânio Quadros” in _____. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *Brizola e o trabalhismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

- _____. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7ª edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUNB, 2001.
- BARBOSA, Francisco de Assis. “Prefácio” à LEVINE, R. *O regime de Vargas. Os anos críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BARIANI Jr. Edison. *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil* (tese de doutorado). Araraquara: PPGS/UNESP, 2008.
- BARSOTTI, Paulo “Engels e o bonapartismo” in *Novos temas* (Revista do Instituto Caio Prado Jr.), n°. 1. Salvador: Quarteto/ São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., setembro de 2009.
- BENOIT, Hector. “Trotsky e os países da América Latina” In *Crítica Marxista* n°18. São Paulo: Revan, maio de 2004.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.
- BENSAID, Daniel. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.
- BERCOVICI, Gilberto. *Constituição e estado de exceção permanente. A atualidade de Weimar*. Rio de Janeiro: Azougue editorial, 2004.
- BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci. Filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- _____. “O primado da política: revolução permanente e transição” in *Outubro*, n°. 5. São Paulo, 2001, p. 101-115.
- _____. “O marxismo de León Trotsky: notas para uma reconstrução teórica” in *Idéias*, n°. 14. Campinas, 2007, p. 57-99.
- _____. “Democracia e revolução no pensamento de Marx e Engels (1847-1850)” in *Outubro*, n°. 16. São Paulo, 2007, p. 109-143.
- _____. “Crise, política e economia no pensamento gramsciniano” in *Novos rumos*, n°. 36. São Paulo, 2002.

_____. “Revolução passiva: pretérito do futuro” in *Crítica Marxista*, nº. 23. São Paulo: Revan, 2006, p.34-57.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5º edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOITO Jr., Armando. “Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista – comentário em comemoração ao sesquicentenário da publicação de *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*” in *Crítica Marxista*, nº 15. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 127-139.

_____. *O golpe de 1954: A burguesia contra o populismo*. São Paulo: brasiliense, 1982.

_____. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. “Reforma e persistência na estrutura sindical brasileira” in _____. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BRAGA, Ruy. “Gramsci e a dialética da passivização” in _____. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1996, p.195-212.

BRANDÃO, Octavio. *Agrarismo e industrialismo. Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

BRANDI, Paulo. “Getúlio Vargas” (verbete) in ABREU, Alzira Alves de. [ET. Alli]. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB)*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, volume V.

BROSSAT, Alain. *El pensamiento político del joven Trotski: em los orígenes de la revolución permanente*. México D.F.: Siglo XXI, 1976.

BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. Tradução de Fernando Ferrone. São Paulo: Sundermann, 2007, 2 volumes.

BUCCI-GLUCKSMANN, Cristinne. *Gramsci e o Estado*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

- CALIL, Gilberto. *Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010.
- _____. “Populismo e hegemonia burguesa na América Latina” in *História e luta de classes* nº 4. São Paulo, julho de 2007, p. 27-33.
- CALLADO, Antonio. *Quarup*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Populismo latino-americano em discussão” in FERREIRA, Jorge (org.). *Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001., p. 125-165.
- CARDOSO, Ciro F. S. e BRIGNOLI, Hector. *Historia económica de America Latina*. Barcelona: Crítica, 1979, 2v.
- CARDOSO, Fernando Henrique. e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. “O modelo político brasileiro” in _____. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. 2ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro (DIFEL), 1973.
- _____. e MARTINS, Carlos Estevam. *Política e sociedade*, vol. 2. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, s.d.
- CARONE, Edgard. *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.
- _____. *O movimento operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.
- _____. *O PCB [1922 a 1943]*. Volume I. São Paulo: Difel, 1982.
- _____. *O PCB (1943-1964)*. Vol. II. São Paulo: Difel, 1982.
- _____. *A Terceira República (1937-1945)*. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1982.
- CARVALHO, Wesley. *Saúde e política no Rio de Janeiro de Pedro Ernesto (1931-1936)* (dissertação de mestrado). Niterói, PPGH, 2012.

- CASTILLO, Christian. “Prólogo a la primera edición” in TROTSKY, León. *Escritos latinoamericanos*. 2ª edição. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky (CEIP León Trotsky), 2000, p. 7-22.
- CASTRO, Ricardo Figueiredo de. “Os intelectuais trotskistas nos anos 30” in REIS FILHO, Daniel Aarão. *Intelectuais, história e poder*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000
- CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes. Vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2004.
- CERRONI, Umberto. *Teoria do partido político*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais, 1982.
- CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. 2ª edição. Belo Horizonte/ São Paulo: Una Editora/ Estudos e Edições Ad hominem, 1999.
- CODATO, A. e PERISSINOTO, R. “O Estado como instituição. Uma leitura das ‘obras históricas’ de Marx” in *Crítica Marxista*, nº. 13. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 9-28.
- COGGIOLA, Osvaldo. “O trotskismo no Brasil” in MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.) *Corações vermelhos (os comunistas brasileiros no século XX)*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 239-269.
- _____. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. “Florestan Fernandes e o socialismo” in FERNANDES, F. *Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 9-28.
- COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995.
- _____. “Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953) in FORTES, Alexandre (e outros) *Na luta por direitos*. Campinas, EdUnicamp, 1999.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

_____. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira” in _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 191-219.

_____. *Intervenções: o marxismo na batalha de idéias*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. “O significado de Lima Barreto em nossa literatura” (1972) in _____. *Cultura e sociedade no Brasil. Ensaios sobre idéias e formas*. 4ª edição ampliada. São Paulo: Expressão popular, 2011.

DEBERT, Guida. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DE JESUS, Marlucia Pontes. “Retrato do analfabetismo no Brasil”. Extraído de <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/retrato-do-analfabetismo-no-brasil-4618882.html> (acessado em 27/03/2012).

DEL ROIO, Marcos. “Um século de revoluções passivas” in AGGIO, A. e LAHUERTA, M. *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2003, p. 91-111.

_____. *A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DEMIER, Felipe. “Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro” in *Outubro*. São Paulo: 2005, p. 59-78.

_____. “A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira” in *Outubro* n°. 16. São Paulo, 2008, p. 75-107.

_____. *Do movimento operário pra universidade: León Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro*. (dissertação de mestrado). Niterói: PPGH/UFF, 2008.

_____. “Prefácio” in NOVACK, George. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Sundermann, 2008, p. 7-13.

_____. “Bonapartismo e cesarismo nos estudos sobre o período 1930-1964 da república brasileira: alguns apontamentos introdutórios” in *Outubro*, n° 19. São Paulo, 2011, p. 105-154.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. O profeta armado (1879-1921)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

- _____. *Trotsky. O profeta desarmado (1921-1928)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. *Trotsky. O profeta banido (1929-1940)*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. *Ironias da história. Ensaaios sobre o comunismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.
- DINIZ, Eli. “O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classes” in FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1981v. X, p. 79-120.
- _____. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil. 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.
- DI TELLA, Torcuato. *Para uma política latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- DRAPER, Hall. *Karl Marx's theory of revolution (volume I: State and bureaucracy. Chapter 15: "The Bonaparte model")*. New York: Monthly Review, 1977.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado* (ação política, poder e golpe de classe). Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUARTE, Adriano e FONTES, Paulo. “O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)” in *Cadernos AEL: Populismo e trabalhismo* (v. 11, nº. 20/21). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2004, p. 118-119.
- ENGELS, Friedrich. “Introdução (de 1895)” a MARX, K. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. Moscou: Editorial Progreso, 1980.
- _____. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, s.d
- _____. “Prefácio à segunda edição alemã (1870)” de _____. *As guerras camponesas na Alemanha*. (coleção *Assim lutam os povos*, v. I). São Paulo: Expressão popular, 2008.
- _____. “A burguesia e o problema habitacional” in _____. *Engels. Política* (orgs. José Paulo Netto e Florestan Fernandes). São Paulo: Ática, 1981.

FAUSTO, Boris. “Estado, trabalhadores e burguesia (1920-1945)” in *Novos Estudos Cebrap*, nº 20. São Paulo: março de 1988, p. 6-37.

_____. *Trabalho urbano e conflito social no Brasil*. São Paulo: Difel, 1975.

_____. *A revolução de 1930. História e historiografia*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 3ª edição. São Paulo: Globo, 2006.

_____. *Que tipo de república?* São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

_____. “Trotsky e a revolução” in _____. *Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

_____. “Capitalismo dependente e imperialismo” in _____. *Em busca do socialismo. Últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

_____. “Les bourgeoisies périphériques au service du capitalisme international” in *Économie et Humanisme*, nº. 216. Março-abril de 1974, p. 10-14.

_____. “Imperialismo e revolução autocrático-burguesa” in _____. *Em busca do socialismo Últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

FERREIRA, P. R. *Imprensa política e ideologia: Orientação Socialista (1946-1948)* São Paulo: Moraes, 1989.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira” in _____. (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. “Introdução” in _____. (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964* (São Paulo: Paz e Terra, 1993).

FIORI, José Luís. “Nem todos os gatos já ficaram pardos”. <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/298/514> (acessado em 13/12/2011).

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil” in _____. *Reflexões im-pertinentes. História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

_____. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

FORTES, Alexandre (e outros) *Na luta por direitos*. Campinas, EdUnicamp, 1999.

_____. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul: Edusc/ Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRENCH, John D. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo, Hucitec/Pref. Mun. De São Caetano do Sul, 1995.

_____. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1959.

GALL, Olivia. *Trotsky en México y La vida política en el período de Cárdenas (1937-1940)*. México (DF): Ediciones Era, 1991.

GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Vargas. A influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

GERMANI, Gino. *Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho no Brasil. Política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_____. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito” in FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. “O populismo e as ciências sociais no Brasil”. in *Tempo* (Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense), v. I, nº. 2. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

GOLDENSTEIN, Lúcia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas; a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

GRACIARENA, Jorge. *Pode y classes sociales em el desarrollo de America Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, volume III.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. Volume II.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002, Volume V.

_____. *Escritos políticos*. 2 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.
- GUEDES, Marco M. Pestana de A. “A atuação da União dos Trabalhadores Favelados e a consciência da classe trabalhadora carioca”. Comunicação apresentada ao *Colóquio Marx e os marxismos*. Niterói: UFF, 2011.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.
- HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do Trabalho no Brasil. Das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.
- IANNI, Otávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. “Apresentação” in MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte [e Cartas a Kugelmann]*. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.
- _____. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- _____. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- _____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. [et.al.] *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. *El Estado capitalista en la época de Cárdenas*. México: Ediciones Era, 1991.
- JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1962.
- KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea. O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Unesp/Hucitec, 2003.
- _____. e MARQUES NETO, J. C. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966) in REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs) *História do marxismo no Brasil*, volume V (partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas, SP: Unicamp, 2002.
- KEBIR, Sabine. “‘Revolução-restauração’ e ‘revolução passiva’: conceitos de história universal” in COUTINHO, C. N. e TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KNEI-PAZ, Baruch. “Trótski: revolução permanente e revolução do atraso” in HOBBSBAWM, Eric J. (org.) *História do marxismo V* (o marxismo na época da Terceira Internacional: A Revolução de Outubro: O austromarxismo). 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 159-196).

_____. *The social and political thought of Leon Trotsky*. Londres: Clarendon, 1978.

KRASSO, Nicholas. “El marxismo de Trotsky” in KRASSÓ, Nicholas; MANDEL, Ernest; e JOHNSTONE, Monty. *El marxismo de Trotsky*. Córdoba: Pasado y Presente, 1970.

LACLAU, Ernest. “Para uma teoria do populismo” in _____. *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1978, p. 149-204.

LAMBERT, J. *Os dois Brasis*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 1959.

_____. *Le Brésil*. Structure sociale et politique. Paris: Librairie Armand Colin, 1953.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi. *O leopardo*. São Paulo: Abril cultural, 1974.

LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. “Idéias políticas e organização partidária do POR (1952-1964)” in *Cadernos AEL: trotskismo* (v. 12, nº. 22/23). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2005, p. 127-159.

_____. *A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”. Um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964)*. (tese de doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

LEMOS, Renato. “Contra-revolução e ditadura no Brasil. Elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964” (Comunicação apresentada no VI Congresso do Conselho Europeu de Pesquisas Sociais sobre América Latina – CEISAL –, realizado em Toulouse entre os dias 30 de junho e 3 de julho de 2010).

LÊNIN, V. *O Estado e a revolução/ A revolução proletária e o renegado Kautsky*. (apresentação de Felipe Demier e Henrique Canary). São Paulo: Sundermann, 2005.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para grande indústria*. 3ª edição. São Paulo: Nova cultural, 1988, 2 volumes.

_____. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

_____. Que Fazer? in _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-ômega, 1982, v. I.

_____. *O programa agrário da social-democracia russa na primeira revolução russa (1905-1907)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas. Os anos críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LIGUORI, Guido. “Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade” in COUTINHO, C. N. e TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou Bonapartismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LÖWY, Michael (org). *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

_____. “Introdução” (pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina) in _____.(org). *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

_____. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado” in *Outubro*, nº. 1, 1998.

_____. “Do movimento operário independente ao sindicalismo de Estado (1930-1945)” in COLETIVO “EDGARD LEUENROTH” (Michael Löwy, Eder Sader, Sandra Castro e Helena Hirata). *Introdução a uma história do movimento operário brasileiro no século XX*. Belo Horizonte: Vega: 1980.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MAIA, João Marcelo Ehrlet. *A História de um Conceito: populismo no Brasil* (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001.

MANDEL, Ernest. “El marxismo de Trotsky: una anti-crítica” in KRASSÓ, Nicholas; MANDEL, Ernest; e JOHNSTONE, Monty. *El marxismo de Trotsky*. Córdoba: Pasado y Presente, 1970.

_____. “El marxismo de Trotsky: réplica” in KRASSÓ, Nicholas; MANDEL, Ernest; e JOHNSTONE, Monty. *El marxismo de Trotsky*. Córdoba: Pasado y Presente, 1970.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 4ª edição. Petrópolis: Polis/ Vozes, 1987.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização (Brasil 1945/1950)*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARIE, Jean-Jacques. *Trotsky e o trotskismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, s.d.

MARINI, Rui Mauro. “Memória: por Ruy Mauro Marini” (agosto de 1990) in _____. *Ruy Mauro Marini. Vida e obra*. TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. “Dialética da dependência” in _____. *Ruy Mauro Marini. Vida e obra*. TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. “Contradicciones y conflictos em el Brasil contemporáneo”. *Revista Arauco*, out. 1966, Chile.

- _____. *Subdesarrollo y revolución* (1969) Extraído de http://www.marini-escritos.unam.mx/074_subdesarrollo_revolucion_1_es.htm (acessado em 13/09/2011).
- _____. “A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil” (1969) in SADER, Emir (org.). *Dialética da dependência. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes/ Laboratório de Políticas Públicas (LPP), 2000.
- MARQUES NETO, J. C. *Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARTINS. Carlos Estevam. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- MARTINS. Luciano. *Politique et developpment economique: struture de povoir et systeme de décision au Brésil*. Tese de doutorado. Paris: Universidade René Decartes, 1973.
- _____. “Aspectos políticos da revolução brasileira” in *Revista da Civilização brasileira*, nº. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, maio de 1965.
- MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.
- _____. “Prefácio do autor à segunda edição” in _____. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.
- _____. *As lutas de classes na França (1848-1850)* in _____. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*, volume I. São Paulo: Alfa-ômega, s. d.
- _____. *La guerra civil em Francia*. Moscou: Editorial Progreso, 1980.
- _____. “Introdução à crítica da economia política” in _____. *Os pensadores* (Marx). São Paulo: Nova cultural, 1999.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Flama, 1946.
- _____. e ENGELS, F. *Correspondencia*. Buenos Aires: Cartago, 1973.
- _____. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-ômega, s. d. 3 volumes.

- _____. e ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. 5ª edição. Rio de Janeiro (GB): Vitória, 1963.
- _____. e ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista (150 anos depois)* (organizador Daniel Aarão Reis Filho). Rio de Janeiro: Contraponto/ São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- _____. e ENGELS, F. “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas” in _____. *Obras escolhidas*. Moscou/Lisboa: Progresso, 1982, p. 178-188, volume I.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)” in REIS FILHO, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo (orgs.) *História do marxismo no Brasil*, volume V (partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas, SP: Unicamp, 2002.
- _____. (coord.) [et. al.] *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.
- _____. “Qualificando a intervenção: conceitos de Gramsci, análise histórica da sociedade brasileira e projeto político socialista” in _____. *Reorganizando em meio ao refluxo. Ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2009, p. 77-99.
- _____. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- _____. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro*. Niterói: Vício de Leitura, 1998.
- _____. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico* (no prelo).
- _____. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MATTOS, Romulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. (Tese de Doutorado). Niterói: PPGH/UFF, 2008.
- MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica nos anos 60*. (dissertação de mestrado). Niterói: PPGH/UFF, 2009.

_____. “A miséria da historiografia” in *Outubro*, nº. 14. São Paulo: Alameda, 2006, p. 111-130.

MENDONÇA, Sônia Regina de (org.). *O Estado Brasileiro: agências e agentes*. Niterói: EDUFF/Vício de leitura, 2005.

_____. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MERMELSTEIN, Waldo. “Prefácio à edição brasileira” in TROTSKY, L. *Aonde vai a França?* São Paulo: Desafio, 1994.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UNB, 1982.

MOISÉS, José Álvaro. “As estratégias do novo sindicalismo” in *Revista de cultura política*, nº. 5 e 6. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

MONAL, I. “Gramsci, sociedade civil e os grupos subalternos.” In. COUTINHO, C. N. & TEXEIRA, A. P. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOORE Jr., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES, Dênis de e VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e autocríticas*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1982.

MORAES, João Quartim de. “O argumento da força” in OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. [et. al]. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

MORENO, N. *Las revoluciones del siglo XX*. Buenos Aires: Antídoto, 1986.

_____. *Os governos de frente popular na história*. São Paulo: Sunderman, 2003.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência. A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1980

NAPOLÉÃO III. *Oeuvres*. Paris: Plon-Amyot, 1861.

NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004.

NETTO, José Paulo. “Uma face contemporânea da barbárie”. Comunicação apresentada no III Encontro Internacional *Civilização ou barbárie*. Serpa, outubro/novembro de 2010.

_____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1992.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política. Idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e terra, 1998.

NOVACK, George. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Sundermann, 2008.

OLIVEIRA, Ana Lúcia V. de Santa Cruz. *Sindicato e sindicalismo bancário*. Rio de Janeiro, EDUR/SEEB-RJ, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista / o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PCB. *PCB: vinte anos de política. Documentos 1958-1979*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais, 1980.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PEDROSA, M. “A defesa da URSS na guerra atual” in *Cadernos AEL: trotskismo* (v. 12, nº. 22/23). Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2005, p. 289-318.

_____. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1966.

PERISSINOTO, R. “A importância do *18 brumário de Luís Bonaparte* para a teoria marxista contemporânea sobre do Estado capitalista” (artigo inédito).

PESSANHA, Elina G. da Fonte e MOREL, Regina Lúcia M. “Classe trabalhadora e populismo: reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro” in FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 273-317.

PETIT, Mercedes. *Apuntes para una historia del trotskismo*. 2ª edição. Buenos Aires: Ediciones El Socialista, 2005.

PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil (1922-1935)* São Paulo: Companhia das letras, 1991.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense, 1971, 2 volumes.

_____. *Fascismo e Ditadura: A III Internacional face ao fascismo*. Porto: Portucalense, 1972, 2 volumes.

_____. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRESTES, Anita. *A Coluna Prestes*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

_____. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. São Paulo: Martins, 1969.

RAMOS, Jorge Abelardo. *Historia de la Nación Latinoamericana*. Buenos Aires: A. Pena editor, 1968.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita” in FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. e SÁ, Jair Ferreira (orgs.) *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985

- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- _____. “Sindicalismo e classe operária” [1930-1964] In FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1981, v. X.
- _____. “As tendências políticas na formação das centrais sindicais” in BOITO Jr. Armando (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- ROUQUIÉ, Alain. “L’ hypothèse bonapartiste et l’emergence des systèmes politiques compétitifs” in *Revue française de Science Politique*, nº 25, 1975, p. 1077-1111.
- ROWLAND, Robert. “Classe operária e Estado de compromisso.” in *Estudos Cebrap nº8*. Edições Cebrap/Editora brasileira de ciências, abril-maio-junho de 1974.
- RUBEL, Maximilien. *Karl Marx devant le bonapartisme*. Paris: Mouton, 1960.
- SACCHETA, H. et al. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Unicamp, 1992.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- SADER, Emir. *O Estado e a política em Marx*. São Paulo: Cortez, 1993.
- SAES, Décio. “A evolução do Estado no Brasil (uma interpretação marxista)” in _____. *República do Capital. Capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. “Democracia e capitalismo no Brasil. Balanços e perspectivas” in _____. *República do Capital. Capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queirós, 1984.

SAGRA, Alicia. *História das Internacionais Socialistas*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos. Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1932 (?)

SANTOS, Theotônio dos. “Las crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en America Latina” in JAGUARIBE, Hélio (et alii). *La dependencia político-económica de America Latina*. México: Siglo XXI, 1970.

_____. *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. México: Edicol, 1978.

_____. *A teoria da dependência. Balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCHRAM, Stuart. *Mao Tse-Tung*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1968.

SEGATTO, J. A. *Reforma ou revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SENA JUNIOR, Carlos Zacarias F. de. “Frente única, frente popular e frente nacional: anotações históricas sobre um debate presente” in *Anais do V colóquio Marx e Engels*. Campinas: Unicamp, 2007 (Cd-rom).

_____. *Os impasses da estratégia. Os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)*. São Paulo: Annablume, 2009.

SERGE, Victor. *Memórias de um revolucionário (1901-1941)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- SEVILLA, Carlos. *El bonapartismo em México. Surgimiento y consolidacion*. Extraído de <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/rap/cont/52/pr/pr10.pdf> (acessado em 29/12/2011).
- SILVA, Angelo José. *Comunistas e trotskistas: a crítica operária à Revolução de 1930*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.
- SILVA, A. O. da. *História das tendências políticas no Brasil (origens, cisões e propostas)*. 2ª edição. São Paulo: Proposta, s.d.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade. 1937-1968*. São Paulo, Hucitec/Pref. Municipal de Santos, 1995.
- _____. “Direitos, política e trabalho no Porto de Santos” in FORTES, Alexandre (e outros)..*Na luta por direitos*. Campinas, EdUnicamp, 1999.
- SILVA, Hélio. 1935. *A revolta vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1969.
- SILVA, Luís Fernando da. *Pensamento social brasileiro. Marxismo acadêmico entre 1960 e 1980*. São Paulo: Corações & Mentes, 2003.
- SILVA, Maria Carolina G. *A greve dos tecelões cariocas: partidos e sindicatos no Segundo Governo Vargas*. (dissertação de mestrado). Niterói, UFF, 1995.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus, 1966.
- SINGER, André. “Raízes sociais e ideológicas do lulismo” in *Novos Estudos Cebrap*, nº 85, 2009.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964
- SOFRI, Gianni. “O problema da revolução socialista nos países atrasados” in HOBBSBAWN, Eric J. *História do Marxismo VIII (O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 329-373.

STÁLIN, J. *Cuestiones del leninismo*. 11ª edição. Cidade do México: Ediciones sociales, 1941.

THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses” in _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987. 3 volumes.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

_____. “As falácias do revisionismo” in *Crítica Marxista*, nº. 19. Campinas, 2004, p. 27-48.

TRINDADE, Héliogio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

TROTSKY, León. *Aonde vai a França?* São Paulo: Desafio, 1994.

_____. “Aonde vai a França?” in _____. *Aonde vai a França?* São Paulo: Desafio, 1994.

_____. “A França na encruzilhada” in _____. *Aonde vai a França?* São Paulo: Desafio, 1994.

_____. “Um programa de ação para a França” in _____. *Aonde vai a França?* São Paulo: Desafio, 1994.

_____. *A História da revolução russa*. Rio de Janeiro/Guanabara: Saga, 1967, 3 volumes.

_____. *La revolución española*. S.l.: El puente editorial, s.d

_____. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Proposta Editorial, s.d.

_____. *Literatura y revolución y otros escritos sobre la literatura y el arte*. [s.l.]: Ediciones Crux, 1989.

_____. *Escritos latinoamericanos*. 2ª edição. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky (CEIP León Trotsky), 2000.

_____. “Discusion sobre America Latina” in _____. *Escritos latinoamericanos*. 2ª edição. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky (CEIP León Trotsky), 2000.

- _____. “La lucha antimperialista es la clave de la liberación” in _____. *Escritos latinoamericanos*. 2ª edição. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky (CEIP León Trotsky), 2000.
- _____. “La industria nacionalizada y la administración obrera” in _____. *Escritos latinoamericanos*, 2ª edição. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000.
- _____. “La política de Roosevelt en América Latina” (3 de setembro de 1938) in _____. *Escritos Latinoamericanos*. 2ª edição. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000.
- _____. “Los sindicatos en la era de la decadencia imperialista” in _____. *Escritos latinoamericanos*. 2ª edição. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000.
- _____. “Problemas de la sección mexicana” in _____. *Escritos Latinoamericanos*. 2ª edição. Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000.
- _____. *Por los Estados Unidos Socialistas de América Latina*. Buenos Aires: ed. Coyoacán, 1961.
- _____. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Lisboa-Porto-Luanda: Centro do Livro Brasileiro, s.d.
- _____. “O bonapartismo alemão” in _____. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Lisboa-Porto-Luanda: Centro do Livro Brasileiro, s.d.
- _____. “O único caminho” (“Bonapartismo e fascismo”) in _____. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Lisboa-Porto-Luanda: Centro do Livro Brasileiro, s.d.
- _____. “O único caminho” (“Burguesia, pequena-burguesia e proletariado”) in _____. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Lisboa-Porto-Luanda: Centro do Livro Brasileiro, s.d.
- _____. “O único caminho” (“A luta de classes à luz da conjuntura”) in _____. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Lisboa-Porto-Luanda: Centro do Livro Brasileiro, s.d.
- _____. “O perigo fascista espreita a Alemanha” in MANDEL, Ernest (org.). *Sobre o fascismo*. Lisboa: Antídoto, 1976.
- _____. *Diário do Exílio*. 2ª edição. São Paulo: Edições Populares, s.d.
- _____. *Moral e revolução*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- _____. “Os mercadores de indulgências e seus aliados socialistas (ou o Filhote em ninho alheio)” in _____. *Moral e revolução*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Programa de Transição. A agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*. (Cadernos Marxistas). São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.
- _____. “Discussões sobre o Programa de Transição” in _____. *Programa de Transição. A agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*. (Cadernos Marxistas). São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.
- _____. *A revolução permanente*. 2ª edição. São Paulo: Kairós, 1985.
- _____. *A revolução traída. O que é e para onde vai a URSS*. 2ª edição. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- _____. *Resultados Y perspectivas. Tres concepciones de la revolucion russa*. Buenos Aires: el Yunque editora, 1975.
- _____. *La teoria de la revolución permanente. Compilación*. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky [CEIP León Trotsky], 2000.
- _____. “Problemas de la revolución italiana” in _____. *La teoria de la revolución permanente. Compilación*. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky [CEIP León Trotsky], 2000, p. 549-556.
- _____. “Tareas e peligros de la revolución en la India” in _____. *La teoria de la revolución permanente. Compilación*. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky [CEIP León Trotsky], 2000, p. 539-548.
- _____. “Sobre las tesis sudafricanas” in _____. *La teoria de la revolución permanente. Compilación*. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky [CEIP León Trotsky], 2000, p. 561-567.
- _____. “La revolución china” in _____. *La teoria de la revolución permanente. Compilación*. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky [CEIP León Trotsky], 2000.
- _____. “Otra vez sobre la cuestión del bonapartismo. El bonapartismo burgués y el bonapartismo soviético”. Extraído de <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro4/T06V203.htm>. (acessado em 26/07/2011).

- _____. “Bonapartismo y fascismo (II)”. Extraído de <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro4/T06V108.htm>. (acessado em 26/07/2011).
- _____. “Bonapartismo, fascismo y guerra” (“Escritos y fragmentos inconclusos”). Extraído de <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro6/T11V236.htm>. (acessado em 26/07/2011).
- _____. “El Estado obrero, el Thermidor y el Bonapartismo”. Extraído de <http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro4/T06V127.htm>. (acessado em 26/07/2011).
- TROYANO, A. A. *Estado e sindicalismo*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- VARELA, Raquel. *A história do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand, 2011.
- VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, 5 volumes.
- VARUSSA, Rinaldo José. *Trabalho e legislação: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho*. São Paulo, PUC-SP, 2002.
- VEBLEN, Thorstein. *Imperial Germany and the industrial revolution*. New York: Kessinger Publishing CO, 2007.
- VENCESLAU, Paulo de Tarso. “Florestan Fernandes” (entrevista) in *Teoria e debate* n.º 13. São Paulo, fevereiro de 1991.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.
- _____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil* (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- WEFFORT, F. *Classes populares e política (contribuição ao estudo do “populismo”)*. Edição mimeografada. São Paulo, 1968.
- _____. *O populismo na política brasileira*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.

- _____. “O populismo na política brasileira” in _____. *O populismo na política brasileira*. 5^a edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.
- _____. “Nota do autor” in _____. *O populismo na política brasileira*. 5^a edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.
- _____. “Estado e massas no Brasil” in _____. *O populismo na política brasileira*. 5^a edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.
- _____. “Política de massas” in _____. *O populismo na política brasileira*. 5^a edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.
- _____. *Tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- _____. “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do Após-Guerra)” in *Estudos Cebrap*, nº. 4. São Paulo, abril-maio-junho de 1973.
- _____. “Raízes sociais do populismo em São Paulo” in *Revista da Civilização brasileira*, nº. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, maio de 1965.
- _____. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964” in *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, nº. 1, julho de 1978, p. 7-14 (primeira parte); in *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, nº. 2, janeiro de 1979, p. 3-12 (segunda parte); in *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, ano 1, nº. 1, agosto de 1979, p. 11-18 (terceira parte).
- _____. “Os sindicatos na política” (Brasil: 1954-1964) in *Ensaio de Opinião*, 1978 (p. 18-27).
- WELMOWICKI, José. *Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2004.
- WORSLEY, Peter. “O conceito de populismo” in TABAK, Fanny (org.). *Ideologias – populismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973, p. 23-67.
- ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

